UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA ROBERTA DO ROCIO SOUZA

ENTRE O DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL NAS DECISÕES DO TRT/PR PÓS REFORMA TRABALHISTA (LEI 13.467/2017)

CURITIBA

2022

VANESSA ROBERTA DO ROCIO SOUZA

ENTRE O DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL NAS DECISÕES DO TRT/PR PÓS REFORMA TRABALHISTA (LEI 13.467/2017)

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Linha de pesquisa: Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente.

Orientadora: Dra. Maria Aparecida da Cruz Bridi.
Coorientador: Dr. Sidnei Machado.

CURITIBA
2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Souza, Vanessa Roberta do Rocio
Entre o direito do trabalho de exceção e a jurisprudência de resistência : uma análise sociojurídica dos requisitos da petição inicial nas decisões do TRT/PR pós reforma trabalhista (Lei 13.4672017). / Vanessa Roberta do Rocio Souza. – Curitiba, 2022.
1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas', Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientadora: Profª Drª Maria Aparecida da Cruz Bridi
Coorientador: Prof. Dr. Sidnei Machado.

1. Direito do trabalho. 2. Trabalho – Legislação - Brasil. 3. Relações trabalhistas. 4. Poder judiciário. I. Bridi, Maria Aparecida da Cruz, 1964-. II. Machado, Sidnei, 1968-. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. IV. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA - 40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **VANESSA ROBERTA DO ROCIO SOUZA** intitulada: **ENTRE O DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL NAS DECISÕES DO TRT/PR PÓS REFORMA TRABALHISTA (LEI 13467/2017)**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Abril de 2022.

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 20:01:17.0
MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 19:34:40.0
KELEN APARECIDA DA SILVA BERNARDO
Avaliador Interno Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Assinatura Eletrônica
02/05/2022 20:54:38.0
MARLENE TERESINHA FUVERKI SUGUIMATSU
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA)

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 19:40:29.0
JOSE DARI KREIN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica
07/05/2022 07:06:57.0
AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
Avaliador Externo (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO)

Assinatura Eletrônica
30/04/2022 09:52:11.0
SIDNEI MACHADO
Coorientador(a) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Para José Lazaro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Maria Aparecida da Cruz Bridi e ao meu Coorientador, Sidnei Machado, por tanto compartilharem. E a meu eterno namorado, José Lazaro, que me incentivou desde o início. Obrigada por me acompanharem nessa intensa jornada.

"(...) as ideias de economistas e de filósofos políticos, tanto quando têm razão como quando não a têm, são mais poderosas do que normalmente se pensa. Na verdade, o mundo é governado por pouco mais: homens práticos, que se creem bastante isentos, de quaisquer influências intelectuais, normalmente são escravos de algum economista defunto".

John Maynard Keynes.

"(...). Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome. Eu parei de escrever o diário porque fiquei desiludida. E por falta de tempo.

1 de maio – Deixei o leito as 4 horas. Lavei as louças e fui carregar água. Não havia fila. Não tenho rádio, não vou ouvir o desfile. Hoje é dia do Trabalho".

Carolina Maria de Jesus, em "Quarto de despejo – diário de uma favelada".

RESUMO

O conjunto de transformações desencadeadas a partir da crise dos anos 70, em que prevalece o processo de globalização e uma lógica sob a dominância de interesses financeiros e mercadológicos, tem promovido significativas mudanças no cenário das relações sociais, impactando formas de trabalho, agendas políticas e alterando racionalidades. O fortalecimento de uma nova razão neoliberal vem modificando subjetivações individuais e institucionais, naturalizando narrativas de competitividade e meritocracia que influenciam produções legislativas e interpretações judiciais que, no plano das relações de labor, destoam do ideal histórico protetivo de preservação de direitos e garantias sociais conquistados. Esse panorama de embate de discursos, sobre o qual se produziram teorias divergentes, instigou a pesquisa sobre as possíveis influências que tal racionalidade teria sobre as decisões do poder judiciário brasileiro, após a Reforma Trabalhista (lei federal 13.467/2017). O estudo desses impactos toma, como base de análise, acórdãos produzidos no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, entre 2017 e 2020, e que decidiram acerca do novo requisito exigido para apresentação das petições iniciais e ajuizamento das ações trabalhistas (artigo 840, § 1º, da CLT), levando em consideração uma abordagem sociojurídica, contextual e interdisciplinar dos conceitos de sociedade de austeridade, direito do trabalho de exceção, instrumentalidade processual e amplo acesso ao poder judiciário. O acompanhamento dos posicionamentos judiciais, por meio do estabelecimento de indicadores e a partir da análise crítica do discurso, possibilitou afirmar que, muito embora exista o avanço de um direito que naturaliza a ideia de que a disputa entre direitos trabalhistas ocorre entre iguais ou entre pessoas que tenham um mesmo acesso aos meios, desconsiderando o desequilíbrio historicamente constatado entre litigantes no processo do trabalho, subsiste, ainda, uma jurisprudência de resistência que busca não apenas uniformizar posicionamentos jurídicos dissonantes como, também, impor limites a essa mercadorização das relações, resgatando o papel da Justiça do Trabalho como guardiã de direitos e garantias sociais constitucionalmente previstos no estado democrático de direitos.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Garantia de amplo acesso. Poder Judiciário. Direito de Exceção. Jurisprudência de Resistência. Racionalidade Neoliberal

ABSTRACT

The set of transformations unleashed from the crisis of the 70s, in which the globalization process prevails and a logic under the dominance of financial and mechanological interests, has been promoting important changes in the context of social relationships, influencing ways of labor, political agenda and rationalities. The strengthening of a new neoliberal rationality modifies institutional and individual subjectivities, making competitivity and meritocracy narratives more natural and, therefore, deflagrating legislative production and judicial interpretation that go each time farther from the historical ideal of protection and preservation of rights and conquered social guarantees in labor relationships. This panorama of different points of view that created divergent theories ignited the research about the possible influence that this rationality could have over Brazilian judicial decisions, after the Labor Reform, brought by Law 13467/2017. The study of these impacts analyzes the decisions of the Labor Court of Paraná about the new requirement stated by the law for judicial claims (article 840, 1st paragraph, of CLT). It takes into consideration a sociological and legal approach, in a contextual and interdisciplinary way, of concepts like austerity, right of exception, procedural instrumentality and wide access to the judicial system. The study of judicial decisions about the matter, using indicators and the critical analysis of this discourse, allowed to state that, however there is an advance of the understanding that naturalizes the idea that the labor dispute occurs between equals or between those who have access to the same means of defense, overpassing the historical unbalance between plaintiff and defendant in labor cases, we can also observe decisions that offer resistance to this thoughts and do not merely try to make uniform precedents, but impose boundaries to the marketing of relationships, bringing back Labor Courts role as a guardian of rights and constitutional social guarantees of a social democratic state.

Keywords: Labor Reform. Guarantee of wide Judicial Access. Judiciary. Right of Exception. Jurisprufence of Resistance. Neoliberal Rationality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, QUADROS E TABELAS

Figura 1: Mecanismo de busca avançada BDTD....45
Figura 2: Painel de informações quantitativas da Capes....49
Figura 3: Distribuição das pesquisas por área de conhecimento....52
Figura 4: Distribuição das pesquisas por ênfase temática....53
Figura 5: Consulta parametrizada CNPq....65
Quadro 1: Periodização do neoliberalismo....83
Quadro 2: Usos do neoliberalismo nas ciências sociais....86
Quadro 3: Caracterização do neoliberalismo....89
Quadro 4: Austeridade e desregulamentação do trabalho segundo Ferreira....113
Figura 6: Série histórica do tempo de tramitação na justiça trabalhista....150
Figura 7: Tempo de tramitação processual TRT/PR....151
Figura 8: Autuações da fiscalização do trabalho no Brasil (2013-2020)....158
Figura 9: Principais causas de autos de infração em 2020....159
Quadro 5: Características gerais da Justiça do Trabalho por Arese....173
Quadro 6: Conjunto de regramentos laborais na América do Sul....175
Quadro 7: Tempo médio de tramitação processual na América do Sul....175
Figura 10: Capas das agendas político-institucionais da Anamatra....211
Figura 11: Capas dos cadernos Anamatra....212
Quadro 8: Direito do Trabalho de Exceção x Jurisprudência de Resistência....251
Figura 12: Pesquisa de Jurisprudência....273
Figura 13: Parâmetros de pesquisa utilizados....276
Tabela 1: Resultado de acórdãos....276
Tabela 2: Seleção de acórdãos TRT/PR....278
Tabela 3: Indicador 1 – Data de aplicação da alteração legislativa....288
Tabela 4: Indicador 2 – Possibilidade de emendar a inicial....294
Tabela 5: Indicador 2 – Possibilidade de emenda da inicial por Turma....296
Tabela 6: Indicador 3 – Necessidade de apresentação detalhada de cálculos....299
Tabela 7: Indicador 3 – Necessidade de apresentação detalhada de cálculos por Turma....301
Tabela 8: Indicador 4 – Valores iniciais limitam a condenação....307
Tabela 9: Indicador 4 – Valores iniciais estabelecem limitam a condenação por Turma....307
Tabela 10: Indicador 5 – Utilização de Doutrina....317
Tabela 11: Indicador 6 – Utilização de Jurisprudência....317

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC – Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais

AATPR – Associação Dos Advogados Trabalhistas do Paraná

ABDCONST – Academia Brasileira de Direito Constitucional

Abet – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho

ACP – Associação Comercial do Paraná

ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade

ADIn – Ação Declaratória de Inconstitucionalidade

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AiRo – Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário

AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição

Alast – Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho

Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

Anpocs – Associação Nacional de Pesquisa na Pós-Graduação

ANMPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho

AP – Agravo de Petição

AR – Ação Rescisória

Art – Artigo

ArgInc – Arguição de Inconstitucionalidade

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CauInom – Cautelar Inominada

CC – Conflito de Competência

CCB – Código Civil Brasileiro

CCP – Câmara de Conciliação Prévia

CDT – Clínica de Direito do Trabalho

Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

CF – Constituição Federal

CFOAB – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

CGU – Controladoria Geral da União

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNT – Confederação Nacional do Transporte

CNT – Conselho Nacional do Trabalho

CNJ –Conselho Nacional de Justiça

Coleprecor – Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais dos Trabalhos

Conamat – Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho

CorPar – Correição Parcial

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Câmara de Conciliação Prévia

CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CTN – Código Tributário Nacional

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DC – Dissídio Coletivo

DCG – Dissídio Coletivo de Greve

DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho

Desa – Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas

DF – Distrito Federal

DNMO – Departamento Nacional de Mão-de-Obra

DOU – Diário Oficial da União

EC – Emenda Constitucional

ED – Embargos de Declaração

EPD – Escola Paulista de Direito

EUA – Estados Unidos da América

ExcSusp – Exceção de Suspeição

Fadisp – Faculdade Autônoma de Direito

FDSM – faculdade de Direito do Sul de Minas

Fecamp – Fundação Economia de Campinas

Fecomércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Fiep – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Fiocruz – Instituto Carlos Chagas

FMI – Fundo Monetário Internacional

Fumec – Fundação Mineira de Educação e Cultura

Funpar – Fundação da Universidade Federal do Paraná

Gaeco – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

GETS – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade

GT – Grupo de Trabalho

HB – Habeas Corpus

IAC – Incidente de Assunção de Competência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

IFSP – Instituto Federal de São Paulo

IN – Instrução Normativa

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRDR – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas

Iree – Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa

ITE – Centro Universitário de Bauru

IUJ – Incidente de Uniformização de Jurisprudência

Mackenzie – Instituto Presbiteriano Mackenzie

Mercosul – Mercado Comum do Sul

MP – Medida Provisória

MPT – Ministério Público do Trabalho

MS – Mandado de Segurança

MSCol – Mandado de Segurança Coletivo

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NR – Norma Regulamentadora

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OE – Órgão Especial

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

Pet – Petição

PJE – Processo Judicial Eletrônico

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Pnad – Pesquisa nacional por Amostragem de Domicílios

PRT – Procuradoria Regional do Trabalho

Precat – Precatório

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

Rcl – Reclamação

RclDisc – Reclamação Disciplinar

Reenec – Reexame Necessário

Remir – Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista

Requip – Regime especial de trabalho incentivado, qualificação e inclusão produtiva

RISTF – Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal

RO – Recurso ordinário

ROPS – Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo

SBDI – Subseção Especializada em Dissídios Individuais

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

SE – Seção Especializada

Sinait – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Sindaspp – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e em Empresas Prestadoras de Serviços do Estado do Paraná

Sindipetro PR/SC – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção do Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUAP – Sistema Unificado de Administração de Processos

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

TutAntAnt – Tutela cautelar Antecedente

UCB – Universidade Católica de Brasília

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UDF – Centro Universitário do Distrito Federal

UEA – Universidade do Estado do Amapá

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ufal – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UMC – Universidade de Mogi das Cruzes

Unaerp – Universidade de Ribeirão Preto

Unama – Universidade da Amazônia

UNB – Universidade de Brasília

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Unesp – Universidade Estadual Paulista

Unibrasil – Centro Universitário Autônomo do Brasil

Unicap – Universidade Católica de Pernambuco

Unicamp – Universidade Católica de Pernambuco

Unicesumar – Centro Universitário de Maringá

Uniceub – Centro Universitário de Brasília

UniCuritiba – Centro Universitário Curitiba

UNIDF – Centro Universitário do Distrito Federal

UNIFG – Centro Universitário Guararapes

Unifieo – Centro Universitário Fieo

Unifor – Universidade de Fortaleza

Unimar – Universidade de Marília

Unimep – Universidade Metodista de Piracicaba

Unipê – Centro Universitário de João Pessoa

Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Uninove – Universidade Nove de Julho

Unisantos – Universidade Católica de Santos

Unisc – Universidade de Santa Cruz do Sul

UNI7 – Centro Universitário 7 de Setembro

Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Unit – Universidade Tiradentes

Univali – Universidade do Vale do Itajaí

Univem – Centro Universitário Eurípides de Marília

Unoesc – Universidade do Oeste de Santa Catarina

UPF – Universidade de Passo Fundo

USCS – Universidade Federal de Santa Catarina

USP – Universidade de São Paulo

UVA – Universidade Veiga de Almeida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19
I – DELIMITANDO O OBJETO E DEFININDO A METODOLOGIA 33
1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA 34
1.2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA 43
1.3 PERSPECTIVAS DA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA 55
II – RAZÃO NEOLIBERAL E REFORMA TRABALHISTA 76
2.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO 78
2.2 DAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO 95
2.3 O CAMINHO ATÉ A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 123
2.4 REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL: MODIFICAÇÕES IMPLEMENTADAS 144
III – JUSTIÇA DO TRABALHO: GARANTIA DE AMPLO ACESSO E A FORMAÇÃO DE UMA JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA 168
3.1 ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA 169
3.2 O PAPEL HISTÓRICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL 191
3.3 SOCIEDADE DE AUSTERIDADE E DIREITO DE EXCEÇÃO 225
3.4 DESENVOLVENDO UMA JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA 240
IV – ANÁLISE DAS DECISÕES DO TRT/PR 254
4.1 ESTRUTURA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 255
4.2 FORMAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ 263
4.3 CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES DE PESQUISA 268
4.4 ANÁLISE DOS INDICADORES E CONSIDERAÇÕES INICIAIS: VISLUMBRES DE UMA JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA 288
V – DISPUTA PERMANENTE DE NARRATIVAS E A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA: EXCEÇÃO OU RESISTÊNCIA? 326
5.1 ASPECTOS GERAIS DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 327
5.2 RELATO DESCRITIVO: FORMAÇÃO E JULGAMENTO DO IAC 331

5.3 TESE JURÍDICA PREVALECENTE: O RESULTADO DO EMBATE DE NARRATIVAS E A CONSOLIDAÇÃO DE UM ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DE RESISTÊNCIA....346

5.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA: A EXPOSIÇÃO DE NARRATIVAS CONFIRMA UMA ARENA DE DISPUTAS....353

5.5 CONTEÚDO DESCISÓRIO DE RESISTÊNCIA: JURISPRUDÊNCIA PROTETIVA, CONTRADIÇÕES E NOVOS EMBATES....361

CONSIDERAÇÕES FINAIS....380

REFERÊNCIAS....396

ANEXOS....429

Anexo 1: Quadro de teses e dissertações BDTD e CAPES – total....429

Anexo 2: Resumo das tese e dissertações excluídas no ponto 1.2....441

Anexo 3: Consulta Jurisprudencial TRT9 (acórdãos em ordem numérica)....450

Anexo 4: Acórdão PROCESSO nº 0001088-38.2019.5.09.0000 (IAC), Justificativa de Voto Vencido e Decisão de Embargos de Declaração....471

INTRODUÇÃO

No dia 11 de novembro de 2017, após transcorridos 120 dias da publicação da lei federal 13.467/2017, no Diário Oficial da União (DOU), entrou em vigor um grande conjunto de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As modificações na CLT foram aprovadas pelo Congresso Nacional a toque de caixa, em poucos meses de discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Foram mais de 100 alterações nas regras em uso até então, que, pela sua extensão, deram à norma o epíteto de Reforma Trabalhista.

Mais do que só fazer ajustes procedimentais na CLT, a Reforma Trabalhista de 2017 estabeleceu as bases para que a própria natureza das relações de labor fosse alterada, trazendo para o bojo legal, em linhas gerais, por exemplo, o parâmetro do "negociado sobre o legislado", a autorização do contrato de trabalho intermitente e a retirada dos desincentivos à terceirização, além de outras alterações que enfraqueceram instâncias tradicionais de balanceamento da desproporcionalidade de poder contida na relação entre patrões e empregados.

Pudemos observar, nesse cenário, a continuidade do projeto do capital de buscar ampliar a liberdade do empresariado em contratar, remunerar e dispor da força de trabalho, de modo a ampliar sua mercadorização. E, por meio de narrativas de austeridade que geram vulnerabilidade e insegurança, submeter indivíduos à exploração pela métrica da concorrência. Contudo, esse "desmonte" da retaguarda jurídica de proteção de trabalhadores, de sindicatos e até mesmo do papel histórico da Justiça do Trabalho não passou despercebido.

Muitas vozes na sociedade denunciaram o caráter neoliberal da Reforma Trabalhista de 2017, dada a aparente proeminência dessa escola de pensamento econômica no teor das mudanças aprovadas pelos deputados federais e senadores brasileiros. Falou-se em lobby de empresas por um lado, na elaboração da redação da lei federal 13.467/2017, enquanto os defensores da medida acusaram a existência de uma suposta "indústria dos processos trabalhistas", amparada por um "paternalismo" do Estado para com os trabalhadores.

Não bastasse esse contexto interno à norma, por si já bastante aguerrido, a Reforma Trabalhista foi aprovada logo após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), que encerrou, à força, e com amplo apoio do empresariado, um ciclo de 13 anos do Partido dos Trabalhadores à frente do governo federal. Nesse ambiente conturbado, cabe indagar como as Ciências Sociais poderiam discutir a influência do neoliberalismo na Reforma Trabalhista de 2017? Diversos questionamentos se somaram no sentido de traçar reflexões acerca de como proceder para, ao avançar além do senso comum, apresentar interpretações sociológicas do que o Brasil vivencia hoje.

A Sociologia, em geral, já é considerada uma disciplina bastante atuante e ativa, conectada à realidade e às lutas sociais existentes. E na Sociologia do Trabalho, em especial no momento que estamos vivenciando no Brasil, de ataques não apenas a direitos e às garantias mínimas de trabalhadores, de verdadeira pulverização das relações de trabalho, mas também à própria validade da disciplina como fonte de disseminação do saber e do conhecimento, essa característica de atuação – em contraposição a uma possível inércia investigativa – torna-se ainda mais acentuada.

O objeto de estudos da Sociologia do Trabalho vem sofrendo significativas alterações em decorrência das mudanças – tecnológicas, econômicas, políticas, sociais, culturais – e tal já vem sendo observado e considerado pelos pesquisadores da área, desde seus primórdios. Assim, se, num primeiro momento, havia a preocupação com abordagens que investigavam a categoria dos trabalhadores, da sindicalização, da industrialização, das lutas pelos primeiros direitos trabalhistas conquistados, agora surgem novas temáticas e abordagens mais conectadas à reconfiguração da arena de disputas e de interesses (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2017).

É assim que a Sociologia do Trabalho passa a se debruçar, também, sobre: Direito do Trabalho das mulheres, desigualdades salariais entre gêneros, maternidade e labor, posicionamentos de transexuais no mercado de trabalho, combate ao racismo nas relações de trabalho, combate à homofobia nos postos de trabalho, ascensão negra e ambientes corporativos, robótica e seus efeitos, redes de relacionamento e aspectos profissionais, preservação ambiental e relações de trabalho, trabalho animal e direito à dignidade, capitalismo e sustentabilidade, entre tantos outros (OLIVEIRA; RAMALHO; ROSENFIELD, 2019).

Cabe ressaltar que tais objetos de estudo e seus enfrentamentos também fazem parte do cotidiano daqueles que acompanham e vivenciam as discussões e questionamentos que ocorrem na análise do direito material do trabalho, o que revela, como observaremos mais adiante, a profunda conexão e a similitude de desafios que se apresentam a tais campos do conhecimento.

Ao mencionar os novos desafios da Sociologia do Trabalho frente a evolução tecnológica, por exemplo, Jacob Lima e Maria Aparecida Bridi (2019) destacam não apenas as dificuldades que envolvem novos conhecimentos, metodologias e diferentes formas de interpretação e validação de "dados cibernéticos" obtidos e que se mostram necessários para a percepção desse "novo mundo," mas também, e principalmente, a preocupação em corretamente compreender e traduzir essas novas modificações e suas consequências e impactos "(...) em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. Não é nova a relação da sociologia com dados computacionais. O que muda, agora, é sua dimensão, as formas de acesso e como analisá-las (…) " (LIMA; BRIDI, 2019, p. 327).

Essa adaptabilidade, tanto metodológica quanto de abordagem, e essa possibilidade de interpretação dos estudos de acordo com os novos interesses e embates que despontam fazem parte da própria dinâmica das pesquisas que envolvem a tentativa de compreender as relações e atividades humanas e, até esse ponto, não há qualquer novidade de enfrentamento.

Todavia, a situação se mostra muito diversa e mais complexa quando o acompanhamento dos debates em torno do objeto de estudo aponta para uma agenda programada e objetiva, cuja intenção é a efetiva destruição do objeto. Não estamos a repetir a fala já ultrapassada, de que se caminha para o fim do trabalho como questão central e de interesse na atividade humana[1], mas sim estamos a alertar que há um processo intencional e organizado de fragmentação das relações de trabalho que vem definindo agendas e programas de governo, pautando políticas públicas e modificando a própria racionalidade e a visão que governos, empresas e indivíduos formam de si mesmos, numa inversão paradigmática que remodela estruturas de produção, cadeias de consumo e de contratação por todo o globo.

Alinhada a essa reestruturação, a agenda neoliberal não apenas impõe medidas de austeridade que desfiguram pilares básicos do contrato de trabalho protegido, como pretende estender suas exigências de sacrifícios desiguais, ampliando, com a justificativa de buscar um suposto combate à crise econômica, seus nefastos efeitos. E essa programação é que tem pautados as atuais diretrizes e políticas públicas brasileiras, gerando "cortes de gastos seletivos" sem grandes argumentos técnicos ou planejamentos estruturados, como verificaremos.

Nessa onda de ataques, no caso do Brasil, no contexto pós impeachment de Dilma Rousseff (2016), a Sociologia não saiu imune. Não bastasse o discurso que pretende desacreditar a Sociologia como fonte de produção de conhecimento científico,[2] ocorreram inúmeros cortes de bolsas de pesquisa e verbas e projetos foram cancelados no governo Bolsonaro,[3] com o argumento de que "cursos de Ciências Humanas perderam a relevância na

---

[1] Nesse sentido, vale destacar o ponto da socióloga Bila Sorj (2000): "contra a ideia do 'fim do trabalho', argumento que o trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado. Mais ainda, como veremos adiante, sua presença tem invadido de tal forma diferentes esferas da vida que temos, hoje, grandes dificuldades em estabelecer as fronteiras que separam o âmbito do trabalho do não-trabalho. Por outro lado, também é pouco convincente pretender que nada mudou. As transformações nessa área são tão profundas que requerem uma ampla revisão da forma como a Sociologia construiu o seu objeto de investigação" (SORJ, 2000, p. 26).

[2] Sobre tal ponto, por exemplo, consultar as declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre o tema em notícia de abril de 2019, no jornal Correio Braziliense, em que declara, entre outras coisas, que substituiria investimentos nas Ciências Humanas por "áreas que geram retorno imediato ao contribuinte", como Enfermagem e Veterinária (BITTAR, não paginado, 2019).

[3] Apenas a título exemplificativo, destacamos algumas notícias de 2019 e 2020, em ordem cronológica, reproduzindo a manchete e o entretítulo: Bolsonaro congela mais 2.724 bolsas de pesquisa; corte atinge 6,9% dos benefícios – outras 3.474 bolsas de pesquisa financiadas pela Capes foram bloqueadas em maio (SALDAÑA, 2019); Governo Bolsonaro anuncia novo corte e cancela 5,8 mil bolsas de pesquisa – MEC não irá financiar

medida em que não tratam da criação de um cenário de desenvolvimento e de competitividade" (CORDEIRO, não paginado, 2019), revelando a perversidade da lógica neoliberal presente na fala de justificativa, no sentido de que apenas aquilo que prepara para a competitividade encontra valor na sociedade contemporânea.

Menosprezar a importância do debate sociológico é desconsiderar as profundas reflexões e investigações dos diversas teóricos, escolas e linhas de pensamento que buscaram não apenas compreender as relações sociais, as instituições e os indivíduos, mas também produzir conhecimento científico, fornecendo dados e informações que inclusive possibilitam a outras áreas elaborar propostas e contribuir com planejamentos políticos, sociais, econômicos e culturais visando à melhoria de toda a sociedade.

Há, nesse sentido, uma postura por parte da Sociologia que ultrapassa a mera reflexão; há atuação, há efetiva participação na transformação social, na escolha de temas e de debates instigados. Ou, como mencionou Pierre Bourdieu (LA SOCIOLOGIE, 2001), a Sociologia é "um esporte de combate, não uma ferramenta para validar decisões da elite dominante. " E complementa: "as pessoas precisam da sociologia para entender as origens das dissimetrias, violências simbólicas, e reagir, buscando uma saída para o fatalismo econômico da ideologia hegemônica atual" (LA SOCIOLOGIE, 2001, sem paginação).

Caberia ao pesquisador desenvolver uma sociologia crítica e comprometida, estabelecendo teorias e conceitos relevantes para o entendimento das sociedades modernas em crise e, simultaneamente, lutar pela defesa de valores fundamentais que estruturam a vida e a organização política e social, primando pela liberdade, igualdade e justiça social (FERREIRA, 2019a, p. 12).

Essa árdua tarefa ganha ainda mais relevância se refletirmos acerca do relevante papel que o trabalho ainda desempenha no centro das relações humanas, como valor fundamental e estruturador de diversos aspectos da vida em sociedade.

Mesmo com todas as alterações implementadas, com as diversas tentativas de "desproteção" dos trabalhadores, com as restrições e violações de direitos trabalhistas, ainda assim subsiste o fato de que o trabalho, mesmo quando precarizado e fragmentado, constituiu uma das principais fontes de construção das identidades dos indivíduos, moldando padrões de

---

nenhum novo pesquisador neste ano. Cortes no orçamento da Capes já levaram ao bloqueio de quase 12 mil bolsas só em 2019. Estudantes preparam novo protesto no próximo sábado (GOVERNO, 2019); Impacto de cortes de bolsas da Capes por Bolsonaro foi maior no Nordeste (IMPACTO, 2020); Cortes e mais cortes: o que será da ciência e da pesquisa no Brasil? Redução de investimentos na área da ciência ameaça pesquisas e colocam o trabalho de cientistas em xeque (NORTE, 2020); em meio a pandemia, governo Bolsonaro investe contra pesquisa em ciências humanas – Portaria do MCTIC exclui área das prioridades; novas regras vão reduzir número de bolsas da Capes (SALDAÑA, 2020).

comportamento, de conduta e sociabilidade, além de desenvolver interesses e anseios comuns: "o trabalho constitui a principal referência que determina não apenas direitos e deveres, diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas principalmente padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida" (SORJ, 2000, p. 25).

Pensando a partir desse reconhecimento da importância do trabalho e do seu potencial emancipatório quando tratado sob o viés da dignidade da pessoa humana (e não como mera mercadoria) é que somos levados a questionar quais as formas de resistência possíveis.

E, quando falamos em resistência, não se trata de buscar engessar quaisquer tipos de modificações que porventura sejam necessárias à evolução do pensamento e da sociedade humana. A resistência à qual nos referimos não é mera implicância ao novo, ao moderno, ao pouco usual; não é a oposição destituída de motivo, de razão ou razoabilidade, muito pelo contrário: é a objeção à destruição, ao esvaziamento do conteúdo essencial que permeia o trabalho enquanto valor humano com alto potencial emancipatório. Essa é nossa premissa principal, a partir da qual buscaremos definir os pilares que estruturam uma possível Jurisprudência de Resistência.

Cabe ainda, indagar, como planejar e articular ações de enfrentamento quando, dentro nessa nova racionalidade, até mesmo o reconhecimento do "inimigo" é tarefa de grande dificuldade, já que as formas mais tradicionais de luta são dificilmente identificáveis, dada a "incrível volatilidade do capitalismo contemporâneo, a evidente diminuição da soberania dos Estados individuais sobre suas questões econômicas e a redefinição da ação do Estado em torno da necessidade de cultivar um bom clima de negócios para atrair o investimento." (HARVEY, 2013, p. 19).

Com esse desafio colocado, nós buscamos operacionalizar, nesta tese, esses elementos todos ante nossa experiência pessoal prévia como pesquisadores, ante as possibilidades de pesquisas de campo colocadas e ante os referenciais bibliográficos contemporâneos da Sociologia do Trabalho e dos estudos do trabalho por outros campos disciplinares. Realizamos, portanto, um processo de aproximações sucessivas ao objeto da análise, circunscrevendo-o e delimitando-o até o desenho da pesquisa ser concluído.

Muito embora seja possível afirmar que a aprovação da Reforma Trabalhista levou em consideração muitas e diversas variáveis, interesses concretos e mediações com a realidade, expressando, de certo modo, a pressão de grupos empresarias em buscar atingir objetivos específicos de flexibilização das relações de labor, num cenário de lutas e de contradições inerente à própria dinâmica da relação capital e trabalho, optamos, na presente pesquisa, por

analisar esse contexto e traçar nossas reflexões tomando a alteração legislativa de 2017 como hipótese da expressão da racionalidade neoliberal. Isso porque tal racionalidade teria não apenas incentivado a implementação de medidas de austeridade em diversos campos da gestão pública, fragilizando e fragmentando direitos, como também teria se infiltrado no imaginário social, alterando, significativamente, a forma como pessoas, instituições e estratos sociais enxergam a realidade e, por decorrência, os direitos trabalhistas.

Dada a atuação profissional da pesquisadora, como servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT/PR), que concentra as demandas ajuizadas no Paraná, e da oportunidade de buscar nas decisões dos desembargadores um elemento relacionado à expressão da racionalidade neoliberal, decidimos por verificar, a partir deste regional, a interpretação de um único item da Reforma Trabalhista. O escolhido, por descortinar boas condições para uma pesquisa sociológica, além de ser um dos aspectos menos explorados nas pesquisas acadêmicas que tratam das modificações decorrentes da lei federal 13.467/2017, como demonstraremos, foi o novo parágrafo primeiro, do artigo 840, da CLT (artigo 840, § 1º, da CLT), que obriga o trabalhador a indicar, na petição inicial que conduz a reclamatória trabalhista, o valor pretendido em cada pedido estipulado contra o empregador. Trata-se de um novo requisito processual no ajuizamento da ação.

Não é novidade que a relação de trabalho, por definição, está desequilibrada em favor do empregador, uma vez que quem se submete a ela vende sua força de trabalho para obter em troca, via de regra, salário. Tampouco é desconhecido que o trabalhador não administra seus próprios documentos contratuais, com as empresas concentrando a gestão do seu pessoal em setores de recursos humanos, ou, ainda, os casos em que o próprio contratante administra esses documentos. Logo, quando o legislador impôs ao empregado a obrigação de estimar quanto o patrão lhe deve, ignorou que o reclamante pode não ter acesso aos documentos necessários para fazer com precisão o cálculo exigido. E essa é apenas uma das dificuldades constatadas para o atendimento do novo requisito que traz, ainda, uma série de outros questionamentos.

Embora, num primeiro momento, tal alteração possa parecer pouco significativa, se considerarmos a amplitude das modificações implementadas por meio da lei federal 13.467/2017, foi possível constatar, no dia a dia junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, os impactos dessa exigência legal no ajuizamento de novas reclamatórias: insatisfação generalizada de advogados trabalhistas, receio na apresentação de ações por parte dos trabalhadores, insegurança jurídica, além da ausência de uniformização com relação aos procedimentos que deveriam ser adotados. Diversos eram os entendimentos acerca do alcance,

da intenção e da extensão da exigência do valor dos pedidos que fosse apresentado, sob pena de serem julgados extintos, sem resolução do mérito (artigo 840, § 3°, da CLT).

Antes da Reforma Trabalhista de 2017, a indicação exata do valor era desnecessária, bastando uma estimativa. E, em geral, essa projeção não repercutiria negativamente sobre o trabalhador no caso de derrota integral na disputa judicial. Há muitas minúcias procedimentais atreladas a esse simples dispositivo cuja riqueza de detalhes demanda combinar Sociologia e Direito, numa metodologia sociojurídica e interdisciplinar que permita mobilizar os mecanismos adequados para discutir a racionalidade neoliberal objetivamente, possibilitando-nos analisar as distintas interpretações proferidas nas decisões judiciais e os embates de narrativas formados a partir dos posicionamentos e entendimentos adotados.

No decorrer desta tese, portanto, a interpretação sociológica caminhará lado a lado com a exposição dos aspectos técnicos do Direito, por entendermos que é requerida uma visão ampla do objeto em estudo. Justamente pela exigência imposta pela Reforma Trabalhista de 2017 estar aberta à interpretação dos magistrados trabalhistas é que isso se tornou, como demonstraremos, uma arena de disputa de significados.

Na pesquisa de campo, estabelecemos indicadores para examinar 697 acórdãos das sete turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e de seus órgãos Pleno e Seção Especializada, que buscavam julgar a alteração legislativa com relação ao novo requisito para apresentação da petição inicial. No tempo da tese, pudemos, ainda, acompanhar a discussão que envolveu todo o TRT/PR na tentativa de uniformizar a jurisprudência que definiria qual a adequada interpretação da alteração legal englobando, no campo, a análise do incidente de assunção de competência 1088-38.2019.5.9.0000 que estabeleceria, de modo definitivo e vinculativo, o posicionamento institucional acerca da questão. Acompanhamos, ainda, as modificações interpretativas estabelecidas em cada uma das turmas, após a uniformização jurisprudencial, e pudemos observar a continuidade do embate de narrativas acerca de qual seria o correto papel do Poder Judiciário Trabalhista nessa arena de disputas.

Com isto exposto, agora podemos colocar de forma mais nítida o problema de pesquisa da tese, que é investigar, a partir do recorte delimitado, se há vestígios da racionalidade neoliberal nas decisões da Justiça do Trabalho após a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017. Por conseguinte, de que forma a racionalidade neoliberal se manifesta e se há uma reação dos magistrados, a partir de seus julgados, a esse fenômeno dentro da instituição para garantir o amplo acesso do trabalhador à Justiça. Noutras palavras, trata-se de buscar respostas, particularmente no TRT/PR, que depois possam ser extrapoladas, e cujas técnicas de pesquisa especialmente desenhadas para esse trabalho possam posteriormente ser replicadas em outros

órgãos do Poder Judiciário, objetivando desenvolver um possível procedimento que nos permita acompanhar o desenrolar e o desenvolver do pensamento jurisprudencial trabalhista brasileiro a partir de indicadores específicos que possibilitem analisar uma maior ou menor infiltração dessa racionalidade nos julgados.

Como marco teórico mobilizamos, primariamente, a obra de Dardot e Laval (2016, 2017 e 2021), com destaque para os trabalhos que argumentam que a racionalidade neoliberal se tornou a nova razão do mundo por provocar mutações institucionais que fazem do Estado um coprodutor voluntário das normas de competitividade que levaram ao surgimento do homem-empresa como sujeito histórico, modificando condutas, relações e atribuições individuais e institucionais. Depois, alinhamos essa análise macro com os conceitos de António Casimiro Ferreira (2012), em específico no que se refere à sociedade de austeridade e ao desenvolvimento de um Direito do Trabalho de Exceção. Percorremos, assim, o caminho que vai do fenômeno (neoliberalismo) à manifestação do mesmo dentro de uma sociedade de austeridade (austeridade exteriorizada no direito de exceção). A partir do marco teórico de Casimiro Ferreira (2012) é que vamos formular o conceito de Jurisprudência de Resistência, como um possível contraponto à Jurisprudência de Austeridade decorrente desse Direito de Exceção.

Cabe ressalvar que não ignoramos, de modo algum, o constante e histórico tensionamento que o capital exerce na busca por ampliar, cada vez mais, a liberdade das empresas em contratar, gerir e dispensar seus empregados, num contexto de mediações e de dinâmicas bastante concretas, para além da racionalidade neoliberal. E essas pressões ficam bastante claras quando analisamos o conteúdo das alterações legislativas implementadas na Reforma. Mas enxergamos que, para o acompanhamento do processo de possíveis modificações que estaria ocorrendo na construção da jurisprudência pós-reforma, a análise, a partir da perspectiva dos impactos da racionalidade neoliberal, e sua observação tendo em vista a sociedade de austeridade, possibilitaria uma forma mais adequada de buscarmos acompanhar e, de certo modo, mensurar, possíveis danos ou resistências que possam afetar trabalhadores e trabalhadoras.

Buscar entender de que forma poderíamos explicar por qual motivo o papel de proteção, até então considerado como típico e inerente à Justiça do Trabalho, pouco a pouco passou a sofrer significativa transformação e verdadeira transfiguração, exigiu-nos aprofundar nossas reflexões para além dos cenários visíveis, dos *lobbys* e dos interesses econômicos: voltamos nossos olhares para o surgimento dessa nova racionalidade que buscava substituir conceitos, apropriando-se de imaginários e desvirtuando sujeitos e papéis desempenhados.

Tratando-se, ainda, de uma abordagem sociojurídica, que busca atrelar conceitos típicos do Direito à procedimentos de análise específicos da Sociologia, também utilizamos diversos conteúdos e definições de autores da área do Direito. Reflexões acerca dos Princípios do Direito do Trabalho e do Processo do Trabalho foram fundamentais para traçarmos as bases definidoras do papel desempenhado pela Justiça Trabalhista. Além disso, esclarecimentos mais aprofundados acerca de procedimentos processuais tais como funcionamento dos julgamentos, da audiência pública, uniformização de jurisprudência, entre outros, foram necessários para favorecer a compreensão por um público não familiarizado com jargões e expressões próprias do mundo jurídico. Por esse motivo, o detalhamento de certas questões processuais se mostrou pertinente.

Estando o problema de pesquisa informado por esses autores, trabalhamos com a hipótese que decisões tomadas pelo Poder Judiciário Trabalhista refletem aspectos da racionalidade descrita por Dardot e Laval (2016), como o apadrinhamento do modelo concorrencial propalado pelo neoliberalismo, erodindo o papel histórico desta justiça especializada. Com o uso de indicadores, aplicados aos acórdãos, por exemplo, observaremos se as divergências entre os desembargadores reafirmam, ou não, a proteção dos direitos do trabalhador. Ou seja, se, conforme expõe António Casimiro Ferreira (2012), indicamos ter ocorrido a confirmação de um Direito do Trabalho de Exceção (que naturaliza a ideia de que a disputa entre direitos trabalhistas ocorre entre iguais ou entre pessoas que tenham um mesmo acesso aos meios, produzindo uma Jurisprudência de Austeridade) ou se teríamos uma Jurisprudência de Resistência que, ao contrário, retomaria a ideia de que ainda hoje subsiste a necessidade de um direito protetivo do trabalho, considerando o desequilíbrio entre as forças conflitantes do capital x trabalho.

Teríamos, assim, como possíveis hipóteses a serem investigadas: (i) decisões tomadas pelo Poder Judiciário Trabalhista pós-reforma de 2017 refletem aspectos da racionalidade neoliberal, erodindo o papel histórico desta justiça especializada e corroborando com a formação de um direito do trabalho de exceção e uma jurisprudência de austeridade e (ii) apesar da consolidação de uma racionalidade neoliberal crescente, é possível vislumbrar a formação de uma Jurisprudência de Resistência, comprometida com o caráter histórico de proteção da Justiça do Trabalho.

Cabe-nos alertar, também, que muito além de buscarmos traçar um resultado único para apreciação das questões postas, interessa-nos, sobretudo, o caminho percorrido; interessa-nos refletir sobre como a jurisprudência trabalhista é formada, pensando a partir dos debates, dessa arena de discussões que se forma dentro de um cenário tão complexo de disputa de interesses

que, muitas vezes, ultrapassa a discussão jurídica e passa a levar em consideração posicionamentos políticos, econômicos e ideológicos. Sabemos, ademais, que justamente por tratarmos de situação tão complexa, não haverá uma única certeza, pois múltiplas são as possibilidades, existindo, em verdade, um processo constante de formação de jurisprudências plurais que vai trazer – à tona – as diversas contradições e discursos que a própria diversidade de pensamentos da sociedade. De qualquer modo, para o objeto específico de estudo que aqui delimitamos (interpretação do novo requisito para recebimento das petições iniciais), buscamos apurar se, ao final, na uniformização de jurisprudência que ocorreu no TRT/PR, confirma-se a força da influência dessa razão neoliberal ou se evidenciam aspectos de resistência que possam revelar uma jurisprudência ainda preocupada com a preservação dos direitos trabalhistas historicamente conquistados.

Toda essa dinâmica, sumarizada brevemente até aqui na introdução, está desenvolvida na tese ao longo de cinco capítulos, que abordam, sucessivamente, (i) o processo de definição do objeto e a escolha por uma abordagem sociojurídica, (ii) o referencial teórico e a inserção sociopolítica do objeto de pesquisa, primeiramente a partir da análise dos caminhos que levaram até a reforma trabalhista de 2017 (iii) e, posteriormente, a partir da análise do papel desempenhado pelo Poder Judiciário Trabalhista, tanto na proteção de direitos, como também no desenvolvimento de uma Jurisprudência de Resistência; (iv) a pesquisa de campo com a apresentação da análise das decisões proferidas e a interpretação sociológica dos achados e (v) a uniformização de jurisprudência.

O primeiro capítulo, dividido em três tópicos, estabelece as bases da análise sociojurídica que será empreendida ao longo da tese. Iniciamos com a apresentação da trajetória da pesquisadora, destacando sua posição de *insider* no TRT/PR, e as repercussões disso na presente pesquisa. Depois, discute o objeto da pesquisa dentro do campo da Sociologia do Trabalho, demonstrando como, apesar da racionalidade neoliberal ser uma temática recorrente, em especial nas pesquisas voltadas à Sociologia do Trabalho, o estudo da Reforma Trabalhista de 2017 tem gerado pesquisas com ênfases muito díspares entre si, com algum predomínio temático das violações a direitos materiais e direitos coletivos – e pouca atenção às questões relativas ao Direito Processual do Trabalho (tratando, por exemplo, das modificações relacionadas a procedimentos, análises de estruturas, requisitos e características das peças processuais introduzidos após a reforma, entre outros).

Para subsidiar essa afirmação, neste capítulo está a exposição de pesquisa nos repositórios digitais da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e de Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que buscou

dissertações e teses sobre a Reforma Trabalhista de 2017. Após a filtragem de dados, foram selecionadas 143 pesquisas, que, depois de lidas, foram classificadas conforme suas abordagens da lei federal 13.467/2017, contribuindo, assim, para a conformação da pesquisa de campo desta tese, que pôde, diante desse estado da arte, estipular um itinerário que contribuiria com o campo de estudos, definido, a partir dessa filtragem, qual ponto da reforma trabalhista de 2017 buscaríamos abordar.

Também consta, aqui, uma segunda sistematização, a partir do diretório de Grupos de Pesquisas no Brasil registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ela foi importante por demonstrar a interdisciplinaridade inerente das pesquisas que envolvem a Sociologia do Trabalho, mas também, e principalmente, o papel questionador e de resistência que tem sido desempenhado pelos pesquisadores da Sociologia do Trabalho no Brasil, principalmente nas últimas décadas. Essa segunda sistematização é que nos fez decidir por uma análise sociojurídica da questão, buscando, por meio da interdisciplinaridade, abarcar toda a complexidade da problemática que nos propomos analisar.

O capítulo primeiro nos orientou, portanto, para definirmos não apenas qual ponto da reforma trabalhista buscaremos abordar (artigo 840, § 1º, da CLT), na investigação da racionalidade neoliberal, mas também para estipular a limitação territorial de nossa busca (TRT/PR), auxiliando na escolha do objeto de pesquisa (análise dos acórdãos proferidos) e a abordagem a ser efetuada (análise sociojurídica).

Já o segundo capítulo, dividido em quatro tópicos, começa com o aprofundamento das balizas teóricas que informam esta pesquisa. Buscando fazer frente a uma deficiência notada nas dissertações e teses vistas anteriormente, é feito o esforço de discutir o neoliberalismo nas suas formas históricas, de identificar as diferentes abordagens feitas dele pelas Ciências Sociais para, só então, justificar a escolha de Dardot e Laval (2016) como marco bibliográfico para a pesquisa. Apresentamos um panorama geral para, aos poucos, aprofundar a análise observando como a razão neoliberal altera subjetivações e cria um verdadeiro embate de narrativas, modificando não apenas relações sociais, mas também o comportamento institucional dos governos e Poderes Públicos.

Avançando na contextualização sociopolítica do objeto de pesquisa, observamos as principais reestruturações das relações laborais no Brasil, confrontando tais alterações com projetos políticos de governos mais ou menos alinhados com o neoliberalismo, com o objetivo de identificar os impactos dessa nova racionalidade, em específico na forma de se pensar a questão do trabalho. Identificamos, assim, o desenvolvimento de um panorama de temor e de insegurança que não apenas propiciou um ambiente favorável para a aprovação da Reforma

Trabalhista de 2017, como foi responsável por uma mudança de discurso que passou a pregar a necessidade de flexibilização e precarização das relações de trabalho, bem como a considerar direitos e garantias sociais como responsáveis pelas crises econômicas e sociais vivenciadas. Do mesmo modo, a Justiça do Trabalho passou a ser considerada um entrave ao desenvolvimento econômico, pois, conforme as narrativas neoliberais, seria "excessivamente protetiva" e desatualizada. Da mesma forma, o ajuizamento de ações judiciais por trabalhadores passou a ser cada vez mais questionado, no sentido de que a falta de razoabilidade desse Poder Judiciário, na análise das demandas trabalhistas, aliada a uma regulamentação arcaica, possibilitaria o surgimento de "demandas aventureiras".

Em seu ponto final, no capítulo 2, especificamos como a modificação implementada para recebimento das petições iniciais poderia representar grave obstáculo ao exercício de amplo acesso do trabalhador ao Poder Judiciário, traçando reflexões, ainda, acerca de como tal barreira processual implicaria em verdadeiro projeto de desmantelamento do Direito e da Justiça do Trabalho.

No terceiro capítulo, fazendo o exercício de descolonizar a pesquisa, para além da visão de autores europeus ou norte-americanos e de seus respectivos cenários de pesquisa, direcionamos nosso olhar para analisar como se dá o acesso à Justiça Laboral na América Latina. Pormenorizando um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a região, observamos uma constante e intensa luta para garantir o amplo acesso dos trabalhadores ao poder judiciário, ainda que as diferenças de trajetória de cada nação dificultem uma generalização objetiva e que pressões mercadológicas internacionais busquem ditar regramentos e impor diversos e variados obstáculos procedimentais, dentro desse contexto de racionalidade neoliberal.

Mais familiarizados com o panorama latinoamericano, buscamos, no presente estudo, uma base documental para apurar qual a visão que o Poder Judiciário Trabalhista brasileiro teria de sua função dentro desse cenário. Optamos, então, por investigar a perspectiva apresentada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), analisando as agendas político-institucionais disponíveis no sítio eletrônico da instituição. Essas agendas apresentam o momento sociopolítico de cada período e os direcionamentos da Anamatra em sua atuação no coletivo dos magistrados e na sociedade. Nelas, como demonstraremos, faz-se presente a consciência do contexto neoliberalizante que vem se consolidando desde os anos 1990 no Brasil e as implicações no âmbito da Justiça do Trabalho.

Encerrando o capítulo três, aprofundamos o mecanismo cujos elementos detalhamos nos itens anteriores. Trata-se de pensar como a sociedade de austeridade produz, a partir da

racionalidade neoliberal, o Direito de Exceção e de delimitar as inflexões dessa base jurídica no direito processual do trabalho, caracterizando-a e confrontando-a com o que denominamos de Jurisprudência de Resistência – entendida como uma postura ativa e combativa frente a esse processo de mercantilização das relações humanas.

Questionamos, a partir dessa perspectiva, se a instituição seria afetada pela racionalidade neoliberal e passaria a produzir decisões judiciais coniventes com medidas de austeridade, confirmando um Direito do Trabalho de Exceção, como vislumbrado por Ferreira (2012), ou se, ao contrário, por meio de uma interpretação judicial pautada em princípios constitucionais, na atuação ativa e combativa e na percepção histórica do desequilíbrio existente na relação capital x trabalho, produziria uma Jurisprudência de Resistência.

No capítulo quatro, portanto, essa discussão é levada a campo, e buscamos analisar empiricamente quais os impactos dessa nova razão neoliberal de mundo no poder judiciário trabalhista brasileiro. Para tal, dentro do exercício de aproximações sucessivas ao objeto da pesquisa, iniciamos com uma retrospectiva histórica acerca da organização do sistema judiciário trabalhista brasileiro, e, em seguida, repassamos o surgimento do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT/PR ou, 9ª região), explicando seu funcionamento, divisões, e alguns aspectos relevantes de seu regimento interno, que depois servirão para a análise dos acórdãos.

Em seguida, repassamos os cuidados metodológicos que foram adotados na coleta e análise dos 697 acórdãos das sete turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e de seus órgãos Pleno e Seção Especializada, bem como a forma de desenvolvimento dos indicadores que permitiram parametrizar as decisões judiciais proferidas, confrontando-as com os marcos conceituais anteriormente estipulados. Essa explanação poderia ter constado no capítulo primeiro, mas achamos por bem trazê-la para mais perto da pesquisa de campo, com o intuito de reduzir eventuais ruídos e de facilitar a consulta, aumentando a verificabilidade do desenho de pesquisa proposto.

Por fim, no último capítulo, descrevemos como foi suscitado o instrumento processual que viria para uniformizar o entendimento do TRT/PR acerca do novo requisito estipulado na apresentação das petições iniciais trabalhistas – o Incidente de Assunção de Competência 0001088-38.2019.5.09.0000. Relatamos o inteiro teor do IAC, ponderando seu andamento processual, a audiência pública realizada e os debates que ocorreram durante as diversas sessões de julgamento que se seguiram, expondo as falas de desembargadores, advogados, representantes sindicais, membros do Ministério Público e demais membros da sociedade interessados.

Considerando que o IAC 0001088-38.2019.5.09.0000 é a admissão de uma disputa de significados dentro do TRT/PR, tornando-o um posto de observação frutífero para o entendimento da repercussão da racionalidade neoliberal no Judiciário, apresentamos o teor do julgamento e a ementa que firmou o entendimento majoritário, repassando as divergências e apontamentos realizados pelos desembargadores participantes da votação. Veremos que, no debate interno ao órgão, não só a mudança pontual trazida pela Reforma Trabalhista foi discutida, pois os magistrados debateram sobre a garantia do amplo acesso ao Poder Judiciário, sobre a análise de princípios constitucionais, questionaram a natureza da relação de trabalho e suas características, além de considerarem, para a uniformização de entendimento, o próprio papel da Justiça do Trabalho.

Até as considerações finais, portanto, percorremos um itinerário que, além de mobilizar debates contemporâneos da Sociologia do Trabalho, pareados às discussões jurídicas, realizou, em incursões a campo, uma revisão da produção acadêmica sobre a Reforma Trabalhista de 2017 (dissertações e teses da BDTD e Capes), um levantamento da interdisciplinaridade dos grupos de pesquisa dedicados ao assunto (diretório do CNPq), uma leitura crítica dos pareceres favoráveis ao projeto de lei da Reforma Trabalhista (em especial o relatório do deputado federal Rogério Marinho, do PSDB-RN), um panorama do acesso à Justiça na América Latina (relatório da OIT), uma interpretação do papel histórico da Justiça do Trabalho no Brasil (documentos institucionais da Anamatra), a interpretação das decisões do TRT/PR sobre o tópico estudado (acórdãos das sete turmas, Pleno e Seção Especializada do TRT/PR) e a análise da uniformização do entendimento do TRT/PR sobre a questão (discussão do IAC 0001088-38.2019.5.09.0000).

Concluindo a tese, ponderamos a posição do TRT/PR ante a oposição entre Direito de Exceção e Jurisprudência de Resistência, listando os achados encontrados, e propomos, dentro dessa agenda de pesquisa, caminhos para aprofundar essa análise e desenvolvê-la futuramente. Também fazemos uma compilação de hipóteses não exploradas neste doutoramento, e que podem ser consideradas em trabalhos posteriores, ainda que se afastem do desenho efetivado nesta pesquisa.

Em tempo, para fins de controle da cientificidade, listamos, nos anexos, (i) as dissertações e teses consultadas e a classificação por nós aplicadas a elas; (ii) o inteiro teor da pesquisa no banco de dados da CAPES e BDTD; (iii) a relação dos acórdãos consultados no TRT/PR e (iv) o inteiro teor do IAC 0001088-38.2019.5.09.0000, para consulta e preservação documental.

I – DELIMITANDO O OBJETO E DEFININDO A METODOLOGIA

Nesse primeiro capítulo, apresentamos a construção do problema de pesquisa e as escolhas metodológicas efetuadas, justificando-as e pontuando as motivações da pesquisadora e as circunstâncias que concorreram para a delimitação deste trabalho. Em prol da reflexividade, buscamos observar em pormenor como a trajetória da pesquisadora contribuiu significativamente para cada opção realizada, demonstrando como o interesse em estudar os efeitos da racionalidade neoliberal se expandiu e foi redirecionado com a aprovação da lei federal 13.467/2017, até decidirmos pela análise de acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e sua formação de jurisprudência. E como subjaz, a esse movimento, o intuito de refletir como a Justiça do Trabalho estaria se posicionando dentro desse panorama de mercantilização do trabalho humano.

Duas incursões a campo são realizadas neste capítulo. A primeira, na busca pelo estado de arte das pesquisas acadêmicas sobre a Reforma Trabalhista, tomando como parâmetro teses e dissertações defendidas entre 2017 a 2020, nos repositórios digitais das BDTD e da Capes. A partir dela, mostramos como os achados dessa revisão permitiram uma melhor delimitação do objeto de estudo, direcionando à opção até aqui pouco explorada do Direito Processual do Trabalho e, por conseguinte, ao artigo 840, § 1º, da CLT – cuja mudança, na Reforma Trabalhista, mostra-se capaz de obstaculizar o amplo acesso do trabalhador ao Poder Judiciário.

A segunda incursão a campo, no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, foi a que constatou a interdisciplinaridade dos analistas agora dedicados à lei federal 13.467/2017. A contribuição dessa investigação foi a decisão por uma análise sociojurídica que não desconsiderasse as minúcias do Direito para a interpretação sociológica da Reforma Trabalhista de 2017. Acreditamos que a cisão entre os campos diminuiria o alcance da análise, comprometendo o resultado final. Assim, optamos pela abordagem sociojurídica, ainda que a conjugação concomitante dos distintos saberes venha a implicar descrições densas do campo jurídico, em razão das tecnicidades desse saber perito.

Ao final do capítulo, teremos apresentado o problema de pesquisa, suas hipóteses e lançado as bases para, no momento seguinte da tese, aprofundar o marco teórico do doutoramento.

1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA

Cabe aqui uma retrospectiva breve, mas elucidativa, do repertório à disposição da pesquisadora no momento deste doutoramento. Por ser graduada em Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo) e também em Direito, as reflexões interdisciplinares sempre atraíram minha curiosidade, justamente por possibilitarem a conexão e a complementação dos conteúdos de distintas áreas do conhecimento.

Assim, ao propor um estudo da racionalidade neoliberal dentro do Poder Judiciário Trabalhista, circunscrito à apreciação de uma das muitas alterações da Reforma Trabalhista de 2017, eu esperava recuperar aquilo que já conhecia da formação em Direito no Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba), na pós-graduação *lato sensu* em Direito Constitucional, obtida na Academia Brasileira de Direito Constitucional (Abdconst), e no mestrado em Direito Empresarial e Cidadania, também na Unicuritiba, mas, dessa vez, ampliando o enfoque a ser dado.

Nas duas primeiras oportunidades de estudo e aperfeiçoamento, a graduação e a especialização, procurou-se compreender a operacionalidade dos princípios constitucionais em situações-limite. Foi uma experiência que me conduziu, aos poucos, à análise do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana frente às relações trabalhistas, ao investigar qual seria o grau protetivo das garantias trabalhistas historicamente conquistadas.

Durante o mestrado em Direito Empresarial e Cidadania, a escolha foi abordar como a negociação coletiva poderia vir a atuar como um instrumento de flexibilização dos direitos trabalhistas e de fragilização das condições de trabalho, dada a inserção dos sindicatos profissionais em um ambiente de crescente competitividade econômica propiciada pela mundialização e financeirização do capital (SOUZA, 2010).

Na dissertação, constatou-se que, muito embora historicamente os sindicatos tenham representado papel fundamental na luta e na conquista por melhores condições de trabalho e na manutenção e preservação dos interesses da classe laboral – contribuindo para uma nova forma de se enquadrar o trabalhador, que passou a ser considerado sujeito de direitos –, as alterações decorrentes da reestruturação produtiva e as pressões mercadológicas decorrentes da mundialização do capital, e da predominância da racionalidade econômica neoliberal, implicaram, aos poucos, numa inversão do papel até então exercido pelos sindicatos.

Ou seja, observamos que as exigências de adaptação e as pressões impostas pelos interesses econômicos acabaram por enfraquecer o poder de atuação sindical, tornando a negociação coletiva – meio primordial de defesa de direitos trabalhistas – verdadeiro

mecanismo de restrição de garantias mínimas e violação de direitos fundamentais (SOUZA, 2012).

Já havia, nesses estudos até então realizados, uma preocupação com os impactos da racionalidade neoliberal sobre as relações de trabalho, todavia, naquele momento, voltada à percepção dos reflexos dessa racionalidade na atuação sindical.

E, embora já refletíssemos criticamente acerca do cenário de flexibilização de direitos trabalhistas que se desenhava, jamais poderíamos imaginar o retrocesso social que despontaria com a aprovação da lei federal 13.467/2017. Desse constatado fortalecimento da racionalidade neoliberal e da implementação das medidas de austeridade no panorama brasileiro, diversos outros questionamentos e indagações surgiram.

Com a aprovação no Doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR, na linha de pesquisa "Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente", participei dos debates e encontros promovidos pela Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir), pela Clínica de Direito do Trabalho (CDT) e pelo Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (Gets). E, em tais ambientes, o interesse em investigar os desdobramentos da Reforma Trabalhista se acentuou, cabendo, aos poucos, a tarefa de delimitar, ainda, qual aspecto dela deveria ser abordado durante o desenvolvimento da minha pesquisa.

Além da justificativa de cunho pessoal, que é seguir nos estudos da minha área de interesse, e das razões acadêmicas, pela oportunidade de tratar o Direito do Trabalho como uma arena onde há embate de identidades, representações e discursos, ampliando o debate interdisciplinar com a Sociologia, há também a justificativa profissional. Desde 2005 sou servidora pública no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT/PR), que abrange o Paraná, onde, atualmente, sou gestora de equipe e assessoro uma desembargadora no 2º grau.

Atuando como assessora de gabinete, foi possível acompanhar de perto muitas das consequências da Reforma Trabalhista nas ações judiciais protocoladas: as discussões em petições iniciais e em contestação acerca do alcance do dispositivo legal; os debates realizados em seminários e cursos de aperfeiçoamento; as divergências iniciais, em sessões de julgamento, com relação à interpretação de determinados regramentos; a insatisfação de advogados e das partes com relação à incerteza jurídica decorrente da ausência de uniformização de entendimento e os diversos argumentos utilizados na interpretação das novas regras.

Todos esses fatores somados colaboraram na definição do objeto de pesquisa e houve o amadurecimento da ideia de se buscar abordar os efeitos que o novo cenário político e econômico neoliberal poderia desencadear.

O interesse em repensar aspectos da racionalidade neoliberal, assunto bastante debatido na Sociologia do Trabalho, se manifestou em momentos muito peculiares: para além das discussões acadêmicas e reflexões sociológicas, surgiu uma busca pessoal por tentar entender o surgimento de um discurso, inclusive e especialmente entre trabalhadores, que não apenas defendia a meritocracia e o individualismo, em detrimento da tradicional solidariedade coletiva de categoria, como também comemorava a aprovação da lei federal 13.467/2017 – a qual, sabidamente, veio para restringir direitos e garantias desses mesmos trabalhadores.

Por esse motivo, aprofundar o entendimento dessa situação, por meio de uma abordagem sociojurídica, pautada por uma análise qualitativa da atuação do Poder Judiciário Trabalhista, nesse panorama de mundialização do capital e de racionalidade neoliberal, contribuiria para uma melhor compreensão desses impactos na realidade dos trabalhadores. Em especial, considerando que é por meio do ajuizamento de uma reclamatória trabalhista que o empregado buscará a reparação das violações a seus direitos, durante o contrato laboral.

Se a racionalidade neoliberal aparentemente impregna o imaginário de muitos trabalhadores – além do que pude constatar, paradoxalmente, manifestações dessa ideologia também entre servidores públicos federais que, contraditoriamente, defendiam um projeto de governo que tinha como uma de suas principais bandeiras a redução do papel do Estado na sociedade – cabe indagar os efeitos que podem reverberar no momento de formulação das decisões judiciais trabalhistas.

Assim, a forma como o Poder Judiciário tem se portado, interpretando os regramentos alterados com a reforma de 2017, inclusive no que diz respeito ao próprio direito de acesso à Justiça, diz muito sobre como a instituição tem encarado seu papel, sua finalidade, seu objetivo de existir dentro do cenário que se consolida.

Compete, desse modo, uma reflexão mais detida sobre a Justiça do Trabalho ser também uma arena onde se travam as disputas relacionadas à flexibilização ou, até mesmo, à obstrução de direitos. E se, nessa arena, podemos observar o surgimento de um Direito de Exceção e de sua Jurisprudência de Austeridade, conivente com a racionalidade neoliberal emergente, ou a formação de uma Jurisprudência de Resistência, que almeja resgatar o papel histórico de equilíbrio e de proteção dos direitos trabalhistas.

Importa destacar, ainda, que a maior parte dos pesquisadores que tem, como objetivo, analisar as decisões do Poder Judiciário, em geral, busca examinar julgados dos tribunais

superiores.[4] Trata-se de uma escolha que faz sentido, sim, justamente em razão da inegável importância que as Cortes Superiores possuem na formação e na consolidação da jurisprudência brasileira – e, também, em função do efeito vinculante de muitas das suas súmulas ou decisões.[5] Todavia parece-nos bastante relevante, do mesmo modo, redirecionar os olhares, buscando observar as jurisprudências que são formadas inicialmente nos Tribunais Regionais e que, de certa forma, também contribuem para a construção do pensamento jurídico.

Ademais, em razão da especialidade e das exigências e requisito legais existentes[6] para que as demandas possam ser apreciadas pelo Tribunal Superior do Trabalho, Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, muitas vezes há uma demora considerável para que determinados assuntos sejam debatidos nessas cortes. Assim, os julgados dos Tribunais Regionais acabam apreciando, mais rapidamente, uma quantidade mais variada de assuntos e matérias, desenvolvendo as jurisprudências que poderão influenciar futuras súmulas, precedentes e decisões vinculantes.

Temos, por exemplo, a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 6002, apresentada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) que, ajuizada em 31/08/2018, em face do artigo 840, § 1º e 3º, da CLT, busca a declaração de inconstitucionalidade dos mencionados dispositivos legais, todavia a petição continua "conclusa ao relator", sem movimentação desde 06 de janeiro de 2022.[7]

Nesse sentido, dentro do escopo da tese, e como elemento verificador dos acórdãos investigados durante a pesquisa, pudemos acompanhar a uniformização de jurisprudência que ocorreu no TRT/PR, por meio do Incidente de Assunção de Competência 1088-38.2019.5.09.000 que, de certo modo, apontou o rumo interpretativo deste tribunal acerca da

---

[4] Um exemplo recente disso é o livro "O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal" (DUTRA; MACHADO, 2021). Vale destacar também as teses de Lima (2013) e de Vojvodic (2012).

[5] Nos termos do disposto no § 2º, do artigo 102, da Constituição Federal (BRASIL, 1988): "as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal"; e, também, conforme o artigo 103-A: "o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei".

[6] Por exemplo, para que um recurso extraordinário seja apreciado pelo STF, caberá ao recorrente demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos previstos no artigo 102, § 3º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988): "No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros".

[7] Dados obtidos junto ao site do STF em 22/02/2022, disponíveis em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5537399>.

questão que nos propomos analisar, direcionando as decisões de primeiro e segundo grau de modo a trazer segurança jurídica e alinhamento argumentativo até que tenhamos alguma definição por parte do TST ou do STF.

E, por estar vinculada profissionalmente ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, o direcionamento da pesquisa foi, justamente considerando a proximidade, acompanhar e analisar as decisões nele proferidas. Mas, como não poderia deixar de ser, analisar a instituição na qual trabalho revelou-se um prazer e um desafio.

Prazer pela facilidade de acesso aos sistemas de busca de jurisprudência, pela possibilidade de poder participar, ainda que virtualmente,[8] das sessões nas quais se discutiu o tema investigado, acompanhando, diariamente, a evolução dos pensamentos acerca de diversos pontos ligados à Reforma Trabalhista.

Para além dos debates acadêmicos, nos quais debruçávamo-nos tecendo reflexões acerca de determinados institutos e modificações implementadas com a reforma, pude também vivenciar, durante as sessões de julgamento, ou em simples conversas com juízes, desembargadores, advogados, estagiários, trabalhadores e servidores, o efetivo impacto de muitas das alterações legislativas que hoje pesquisamos.

Foi gratificante acompanhar, em primeira mão, a evolução da jurisprudência que vai se consolidando, conforme os entendimentos e posicionamentos vão amadurecendo, por meio dos debates entre as partes, Ministério Público, juízes e advogados. Estar presente no TRT/PR, acompanhando as petições protocoladas, as sustentações orais, os argumentos apresentados por reclamantes e reclamados, colaborou muito para a elaboração da pesquisa.

Por outro lado, estar institucionalmente vinculada ao objeto da pesquisa mostrou-se um desafio técnico, pois há uma preocupação em manter uma posição crítica e acadêmica, além do essencial compromisso com a objetividade, apesar da paixão desenvolvida pelo tema. Afinal de contas, todo pesquisador, ao analisar e interpretar as narrativas, também traz consigo sua carga de vivências e afetos e a produção dos sentidos, dos significados evidentemente trará marcas e características dessas posições e experiências de vida (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682).

Como mostramos até aqui, as impressões pessoais e a trajetória de vida acabam por impactar em vários pontos da pesquisa e influenciar a escolha do objeto, dos marcos teóricos e dos questionamentos que se pretende responder. E, se constatamos que não há neutralidade na

[8] Durante a elaboração da presente tese, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto global da pandemia, provocada pelo Coronavírus (Sars-Cov-2). A doença se espalhou e atingiu todos os países do mundo, inclusive o Brasil, gerando protocolos de segurança que precisavam ser observados com o intuito de minimizar a propagação do vírus (UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS, 2021).

pesquisa científica, tampouco podemos entendê-la como característica desejada, pelo contrário. Nos dizeres de Carlos Zacarias (2020), principalmente nos momentos mais emblemáticos, nos quais há riscos de embate democrático, cabe ao pesquisador o dever de não ser neutro, de modo que "o pesquisador deve defender princípios civilizatórios mínimos e buscar garantir a democracia e a justiça" (ZACARIAS, 2020, não paginado).

Destaca-se, ainda, que o reconhecimento, pelos pesquisadores, da existência e influência desses valores e tradições, bem como a discussão aberta acerca das próprias subjetividades, são passos fundamentais para assegurar a qualidade e o rigor das pesquisas qualitativas, impedindo conclusões ambíguas ou resultados equivocados (MOREIRA, 2018).

Foram, ainda, muitos os cuidados necessários para que meu envolvimento com as rotinas e práticas organizacionais da instituição não comprometesse a pesquisa. Evidentemente, por fazer parte da instituição estudada, havia a expectativa inerente de conseguir, ao final, descobrir acertos na forma de posicionamento do Tribunal frente a racionalidade neoliberal que, há tanto tempo, tenho estudado e acompanhado. Havia o desejo de que, ao final, o TRT/PR consolidasse uma jurisprudência de resistência, alinhada ao papel histórico da Justiça do Trabalho, logo voltada à proteção dos direitos fundamentais do trabalhador.

Foi essencial, para a seriedade da pesquisa desenvolvida, reconhecer esse desejo para que, a partir dele, fosse possível traçar novas diretrizes e parâmetros que pudessem separar a expectativa, das efetivas considerações que foram efetuadas ao longo da análise dos dados, evitando, assim, a contaminação dos resultados, de modo a, a partir dessas observações, "compreender e elucidar suas limitações e adotar estratégias para superá-las, de forma a assegurar que a pesquisa represente uma visão aprofundada do fenômeno estudado, e não uma imposição da visão de mundo que o autor já possuía" (CUNHA FILHO, 2019, p. 33).

Além desse aspecto, buscamos partir, ainda, da definição de Maria Tarcisa Bega no sentido de que fazer ciência é "buscar as explicações para os fatos que se apresentam como senso comum", oferecendo, ainda, "uma explicação que seja plausível, consistente, ancorada em processos analíticos, superando o senso comum. É tentar buscar as razões causais, as lógicas e interconexões e as relações entre os fatos" (BEGA, 2018, p. 11).

Nossa intenção – que esperamos, tenha sido bem-sucedida – foi aliar a paixão pelo estudo de um determinado assunto aos procedimentos técnico-metodológicos necessários para produzir um conhecimento científico válido.

Nesse sentido, Cunha Filho (2019), cujo doutoramento também teve como objeto de estudo o órgão público no qual trabalha – no caso, a Controladoria Geral da União –, defende a ideia de que, muito embora diversos sejam os desafios para aqueles que se propõe a teorizar

acerca de uma instituição na qual participam, muitos são também os bônus desse mesmo tipo de pesquisa, pois "apesar dos vários desafios envolvidos em realizar pesquisa na instituição de que faz parte, o *insider* encontra-se em uma posição privilegiada para promover um estudo aprofundado e único sobre sua instituição" (CUNHA FILHO, 2019, p. 34).

Por esses motivos, justificamos a delimitação espacial escolhida, buscando aliar as vantagens do *insider* aos procedimentos metodológicos necessários. E, após a delimitação do tema, com a seleção da alteração legislativa decorrente da reforma de 2017 que analisaríamos, estabelecemos indicadores buscando tornar mais objetiva – na medida do que tal se mostra possível, nas pesquisas qualitativas – a análise documental a ser realizada.

Como explicaremos com maior profundidade no capítulo IV, selecionamos todos os acórdãos que tratavam do tema, publicados no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná a partir da vigência da lei 13.467/2011 (11 de novembro de 2017) até a data de instauração do Incidente de Assunção de Competência 0001088-38.2019.5.09.0000 (26 de agosto de 2019), que buscou uniformizar o entendimento jurisprudencial regional acerca da questão.

Nesse sentido, procuramos destacar, na análise dos indicadores, abordagens bastante distintas, buscando apresentar argumentos e fundamentos trazidos nos documentos e, posteriormente, confirmados pelas partes interessadas durante a audiência pública realizada, reforçando a complexidade da discussão e a amplitude de visões e perspectivas, buscando verificar, dentro desse recorte, qual entendimento jurisprudencial prevaleceria.

E embora tenhamos apresentado uma possibilidade aparentemente dualista na resposta – decisão de exceção/austeridade ou de resistência – não ignoramos o fato de que é muito mais complexo o exame do fenômeno e que nuances e diversificadas tonalidades argumentativas podem trazer pesos diferentes para a equação o que inviabiliza, desse modo, qualquer tipo de conclusão simplista. Assim, essa tentativa de classificação busca mais por sinalizações e não posições definitivas, visto que se trata do início de um estudo que deverá ser aprimorado.

Ademais, como demonstraremos ao final desse estudo, a formação de entendimentos jurisprudenciais não trata de um ato único, mas de uma sucessão de posicionamentos e entendimentos que, em determinados momentos, revelar-se-ão mais ou menos progressistas, ora produzindo resistências à nova razão, ora deixando-se impactar por ela.

Pensamos ser importante destacar, ainda, que a presente pesquisa difere dos estudos na área da Sociologia do Direito, realizados por Junqueira (1996), que, a partir da investigação de processos decisórios formais e informais realizados desde a década de 1980, buscou investigar o Poder Judiciário a partir da perspectiva da análise do acesso à justiça.

Embora tenhamos um ponto de partida em comum – o estudo do acesso à Justiça – para a autora, à época, o debate acadêmico em torno do tema tinha dois eixos principais bastante diversos daquele que pretendemos explorar: (i) os debates envolvendo acesso coletivo à Justiça e a noção de pluralismo jurídico (analisar como movimentos sociais buscavam atender demandas coletivas em uma sociedade civil recém reorganizada a partir de pontos de vista plurais) e (ii) os novos mecanismos de resolução de conflitos (como, por exemplo, o impacto da criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e das agências estatais informais) (JUNQUEIRA, 1996).

Apesar da diferença de eixos de análise, a conclusão da autora, acerca dos deslocamentos de pesquisa que ocorrem a partir da década de 90, no sentido de que, pouco a pouco, reflexões relativas aos papéis do Estado e do Judiciário na concretização de uma sociedade democrática ganharam maior importância (JUNQUEIRA, 1996), irão permear a presente pesquisa.

Também não temos, em nossa investigação, a intenção de traçar um perfil dos magistrados ou de realizar uma análise clássica do Poder Judiciário como instituição, como já abordado por Werneck Vianna, Carvalho, Melo e Burgos (1997)[9], ou, ainda, por Castro Gomes, Pessanha e Morel (2007)[10] e Casimiro Ferreira (2013 e 2014)[11].

Ao contrário das pesquisas já realizadas, que decidiram pela utilização de entrevistas com magistrados, buscando traçar o perfil sociológico e tabelando o histórico das carreiras e das opiniões de juízes (na primeira obra mencionada) e de juízes do Trabalho (na segunda), optamos por um caminho diferente. Decidimos analisar os acórdãos proferidos pelos

---

[9] Por meio da análise de questionários enviados a juízes ativos e inativos, cadastrados por tribunais e associações de magistrados, os autores procuraram traçar o perfil sociodemográfico da magistratura brasileira da época. O resultado da análise desses 3.927 questionários foi a obra conjunta "Corpo e alma da magistratura brasileira" (WERNECK VIANNA; CARVALHO; MELO; BURGOS, 1997). No mesmo período, também destacamos as pesquisas realizadas por Maria da Glória Bonelli (1995; 2002). A autora buscou efetuar uma morfologia da magistratura, tendo como base a análise da profissionalização e do desenvolvimento de carreiras dos magistrados. Posteriormente, direcionou sua pesquisa para o estudo das relações entre advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado.

[10] Já na pesquisa produzida pelas autoras, o foco de análise foi observar especificamente a Justiça do Trabalho e, por meio da análise de 521 questionários, traçar um "perfil sociológico desses magistrados, bem como suas percepções e avaliações sobre suas carreiras e sobre a própria Justiça do Trabalho" (CASTRO GOMES; PESSANHA; MOREL, 2007, p. 16).

[11] O autor, em diferentes momentos, efetuou uma investigação da caracterização profissional de juízes e magistrados em Portugal, acompanhando os debates desde o ensino do direito até a investigação das ideologias, valores e representações sociais dos magistrados. Dois projetos articularam e complementaram as estratégias de investigação, nomeadamente: "Quem são os nossos magistrados? Caracterização profissional dos juízes e magistrados do Ministério Público em Portugal" (PTDC/CPJ-JUR/100390/2008 | FCOMP-01-0124-FEDER-009210), coordenado por António Casimiro Ferreira e ainda integrado por João Paulo Dias, Conceição Gomes, Madalena Duarte, Paula Fernando e Alfredo Campos; e "As mulheres nas magistraturas em Portugal: percursos, experiências e representações" (PTDC/CPJ-JUR/115592/2009 | FCOMP-01-0124-FEDER-014440), coordenado por Conceição Gomes e ainda integrado por Madalena Duarte, Paula Fernando, Élida Santos e Ana Oliveira.

magistrados, pois entendemos que tais decisões representariam a concretização dos posicionamentos desses desembargadores, atuantes dentro do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região, sintetizando suas ideologias e racionalidades. Entendemos, portanto, que o texto técnico está carregado de conteúdo subjetivo, passível de ser decomposto e estudado por meio de uma análise sociojurídica da escolha e do uso dos argumentos.

Optar pela análise dos acórdãos nos permite, ainda, uma melhor universalização dos fenômenos vistos, já que os documentos pesquisados condensam os principais fundamentos apresentados pelas partes recorrentes, possibilitando a análise dos argumentos formulados tanto por empregados quanto por empregadores.

Por outro lado, sabendo das limitações decorrentes de priorizar a pesquisa documental, num cenário de pesquisa tão disputado de significados, também consideramos, colateralmente, os diversos debates que se seguiram, no TRT/PR, até a uniformização da jurisprudência, de modo que constam na tese, e foram consideradas na análise sociojurídica, as falas de desembargadores, advogados e especialistas, durante as sessões de julgamento do IAC e na audiência pública realizada.

Embora a presente pesquisa exija uma certa compreensão da evolução histórica da Justiça do Trabalho no Brasil, especialmente para a situarmos como uma justiça que se pretende equalizadora da profunda desigualdade fundante, existente na relação entre capital e trabalho, não é o objetivo desta tese recuperar toda a complexa história de avanços e retrocessos de sua construção. Nesse sentido, podemos destacar a pesquisa efetuada por Magda Biavaschi (2005) que, de fato, se debruçou sobre a tarefa de sumarizar o desenvolvimento do Direito do Trabalho brasileiro, buscando desvendar suas principais fontes materiais por meio do resgate das origens da legislação trabalhista.[12]

Assim, tratamos dos aspectos históricos que envolvem a formação da justiça trabalhista brasileira apenas naqueles pontos que se mostrarem imprescindíveis para a melhor

[12] A autora, além de realizar uma caminhada pela história do pensamento jurídico, do jusnaturalismo ao positivismo, resgatando os principais fundamentos do Direito do Trabalho, passa a estipular uma análise buscando compreender o papel do Estado na institucionalização das regras de proteção ao trabalho, especialmente entre 1930 e 1942 para, após, proceder ao estudo de processos do acervo do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, para concluir que a construção do arcabouço jurídico-institucional trabalhista brasileiro foi, "tributada a uma inteligência dirigente, humanista, que, dialogando com várias correntes de pensamento (...) buscava encontrar conceitos que as dirigissem a uma unidade dentro de um projeto modernizador da sociedade brasileira" (BIAVASCHI, 2005, p. 309). Já destacava, na época, a imensa preocupação com as reformas de cunho liberalizante e flexibilizatório que poderiam representar efetiva desconstrução do "arcabouço jurídico-institucional" conquistado entre avanços e retrocessos. Para um histórico além de 1942, recomendamos a obra de Adalberto Moreira Cardoso (2010), intitulada "A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades". Nela, o autor retrata as diversas mudanças estruturais em diferentes recortes na realidade da sociedade brasileira, discutindo urbanização, estruturas de oportunidade e de inserção no mercado de trabalho, concepções de justiça e percepções de desigualdade social.

compreensão do quadro geral que pretendemos retratar, sempre levando em consideração os aspectos econômicos e sociais que também interferem na análise dos possíveis impactos da racionalidade neoliberal sobre os conteúdos decisórios jurídicos.

Realizada essa breve explicação sobre a trajetória que nos levou a definir certos contornos da pesquisa, esclarecendo os motivos pelos quais buscamos analisar a racionalidade neoliberal a partir de julgados do Tribunal do Trabalho da 9ª Região relacionados a discussões pós-Reforma Trabalhista de 2017, passamos, no próximo ponto, a tecer algumas considerações acerca dos novos enfrentamentos da Sociologia do Trabalho dentro desse panorama para, após, explicitar como chegamos na definição sobre qual alteração proveniente da lei federal 13.467/2017 seria o objeto de análise.

1.2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Como o objetivo inicial da presente pesquisa era efetuar uma análise dos efeitos da racionalidade neoliberal nas decisões do Poder Judiciário trabalhista, considerando, em especial, as alterações decorrentes da lei federal 13.467/2017, havia a necessidade de se delimitar qual aspecto – dentre as inúmeras modificações decorrentes[13] – seria estudado, de modo a tornar menos generalista a pesquisa a ser efetuada e também de modo a conferir a necessária originalidade à tese proposta.

Já existia, também, o interesse inicial em investigar as alterações legislativas que, de certo modo, poderiam representar algum tipo de dificuldade de acesso do trabalhador ao Poder Judiciário, em especial em razão dos argumentos utilizados quando da aprovação da Reforma Trabalhista, no sentido de que haveria um "excesso de processos tramitando na Justiça do Trabalho" (BRASIL, 2017a, p. 22).[14]

Nesse sentido, pareceu-nos bastante relevante investigar uma modificação em um dispositivo legal que, supostamente, não estava sendo suficientemente abordada nas pesquisas

---

[13] Isso porque a lei federal 13.467/2017 alterou não apenas dispositivos que tratavam de direitos materiais individuais do trabalhador (modificando, por exemplo, as regras de banco de horas e acordo de compensação semanal, férias, forma de pagamento de horas extras intervalares, caracterização de equiparação salarial, criando as modalidades de trabalho intermitente e regulamentando o home office, etc.), mas também regras de direito coletivo (extinguindo a contribuição sindical obrigatória, definindo a prevalência do negociado sobre o legislado, entre outros pontos) e regras processuais (alterou a contagem dos prazos processuais, a forma de concessão dos benefícios da justiça gratuita, a forma de condenação em honorários advocatícios assistenciais, estabelecendo, ainda, novos requisitos para a apresentação da petição inicial e ajuizamento da reclamatória trabalhista, por exemplo).

[14] De acordo com o parecer da comissão especial ao projeto de lei 6.787/2016, na Câmara dos Deputados. Os argumentos trazidos no mencionado parecer serão analisados em capítulo posterior, no qual pretendemos aferir a existência, no discurso proposto, de elementos típicos da racionalidade neoliberal.

que procuravam analisar os impactos da Reforma Trabalhista. Falamos, aqui, do disposto no § 1°, do artigo 840, da CLT, que acrescentou um novo requisito na apresentação das reclamatórias trabalhistas, passando a exigir, para o ajuizamento da demanda, a indicação, pelo trabalhador, de valores para os pedidos formulados.

Antes da alteração, o § 1°, do artigo 840, exigia que a reclamação a escrita contivesse "a designação do Presidente da Junta, ou do juiz de direito a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante". Após a Reforma Trabalhista, houve o acréscimo de nova exigência: "sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, **o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor**, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante" (BRASIL, 2017, negritamos).

Essa aparente pequena alteração legislativa – no âmbito processual – ocasionou uma série de questionamentos das partes, advogados, membros do Ministério Público do Trabalho e magistrados no TRT/PR[15] acerca das possíveis interpretações desse requisito e dos impactos dessa alteração no acesso do trabalhador ao Poder Judiciário. Além de se buscar o verdadeiro alcance e objetivo dessa modificação legislativa, também se questionou se essa nova exigência não estaria onerando de modo demasiado o trabalhador – parte hipossuficiente na relação capital x trabalho – que, para atender a determinação legal, teria que ter acesso a dados e documentos da relação de labor que se encontram, em regra, em poder do empregador. Ademais, distintas implicações práticas também apareciam como desdobramentos possíveis desse novo requisito processual implementado: seria necessária a apresentação de planilhas de cálculos e detalhamento de valores já nesse primeiro momento? Os valores indicados para cada um dos pedidos seriam uma estimativa do total devido ou representariam um teto, um limite no momento da condenação final? A sentença já anteciparia, para a fase de conhecimento, discussões típicas dos procedimentos de liquidação e de execução?

E, em razão dessas incertezas, é que surgiu o interesse em se produzir uma pesquisa analisando as possíveis respostas (considerando os impasses entre a produção de um direito de exceção ou de uma jurisprudência de resistência) que seriam dadas, pela instituição, dentro desse contexto de financeirização do capital e de racionalidade neoliberal vivenciado.

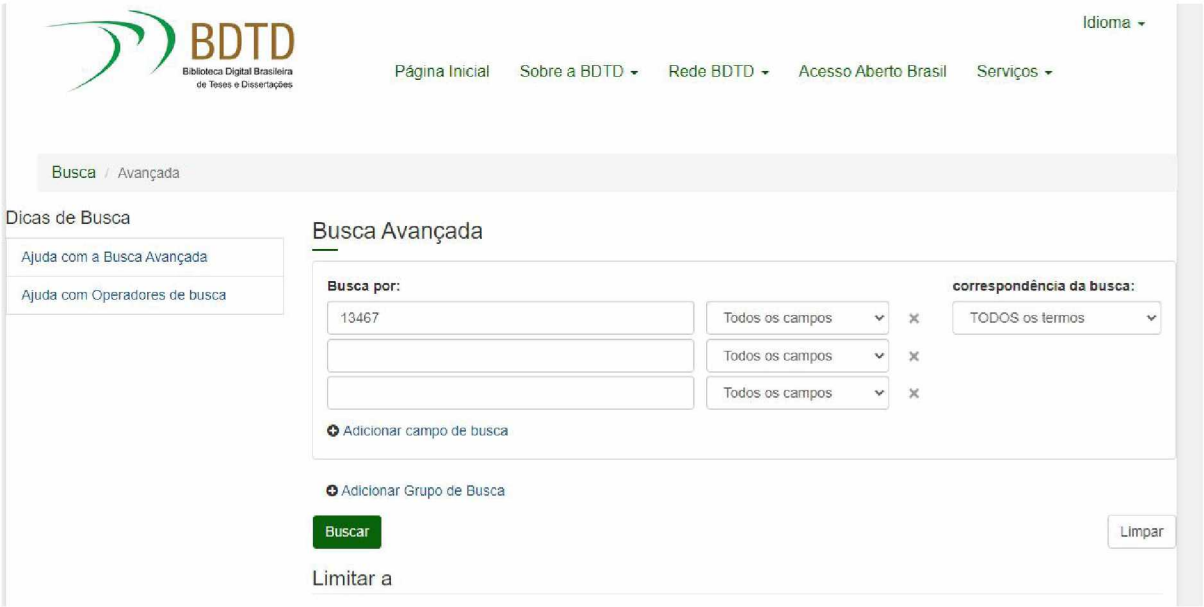
Considerando tal busca, e na tentativa de se delimitar o objeto de estudo e avançar na suposição original (de necessidade de maior exploração da temática), procuramos analisar, num

[15] Como já explicado nos esclarecimentos acerca da trajetória da pesquisadora, optamos por pesquisar os desdobramentos que ocorreram no TRT/PR, conforme razões já expostas.

primeiro momento, as pesquisas que foram publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)[16] com o intuito de verificar quais os principais pontos da Reforma Trabalhista que estão sendo estudados e quais os pontos que poderiam ser mais aprofundados, bem como aferir quais as principais áreas que têm se dedicado a essa temática, atualizando, assim, o estado da arte acerca dos estudos acadêmicos voltados à Reforma Trabalhista. [17]

Buscamos verificar, em suma se, nas pesquisas que se debruçavam sobre distintos aspectos da Reforma Trabalhista, existiram trabalhos voltados à análise desse dispositivo modificado (artigo 840, § 1º, da CLT) e, em caso afirmativo quais abordagens estariam sendo realizadas. Acessando o site da BDTD (que, na data da pesquisa, 3 de março de 2021, contava com 124 instituições, 497.264 dissertações, 182.954 teses e 680.217 documentos), efetuamos, por meio da busca avançada, procura por teses e dissertações que fizessem menção, em seu título, assunto ou resumo (opções disponíveis na pesquisa avançada), ao número da lei da Reforma Trabalhista ("13.467", dispensando o ano), considerando o ano de defesa entre 2017 (ano de vigência da lei) e 2021 (ano da pesquisa efetuada):

Figura 1: Mecanismo de busca avançada BDTD.



Fonte: BDTD. Elaborado pela autora a partir de recorte do site.

[16] De acordo com informações contidas no site, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia desenvolveu e coordena a BDTD, criada com o objetivo de agrupar versões integrais das teses e dissertações defendidas no país. O acesso é por meio do link: <http://bdtd.ibict.br>.

[17] No presente capítulo, nossa ideia originária era apresentar um breve resumo de todas as pesquisas, confrontando as escolhas metodológicas efetuadas com as opções realizadas na nossa pesquisa. Todavia, para fins de facilitar o desenvolvimento do texto, optamos por colocar uma versão resumida, apresentando, basicamente, os resultados da análise das teses e dissertações. Todavia, objetivando a conferibilidade do processo realizado, a versão com os resumos de análise mais pormenorizadas das pesquisas foi colocada ao final da tese (Anexo 3).

Optamos por efetuar a busca considerando o número da respectiva lei federal, pois a filtragem pela expressão "reforma do trabalho", ou "reforma trabalhista" gerou uma quantidade significativa de falsos resultados positivos.[18]

Assim, da busca selecionada pelo número da lei, o sistema localizou 66 resultados (57 dissertações e 9 teses). Numa primeira filtragem, reduzimos o número de pesquisas para 59 (52 dissertações e 7 teses), pois as outras 7 diziam respeito a assuntos desconexos com o pretendido para análise.

Desses, justamente em razão da entrada em vigor da Reforma Trabalhista no dia 11 de novembro de 2017, tivemos 14 pesquisas defendidas em 2018, 26 em 2019 e 19 em 2020, em 25 instituições: Unicamp (1), Fiocruz (1), PUC-RS (1), PUC-RIO (1), UEPB (1), UEPG (1), UFSCAR (1), UCB (1), UFPB (1), UFC (1), Ufes (1), UFTM (1), Unesp (2), UFRGS (2), Unisinos (2), UFGD (2), Unifor (2), UCSAL (2), Unisantos (2), Unicap (2), Uninove (3), UFBA (3), UNB (4), UFPR (5) e PUC-SP (16).

A grande maioria das pesquisas, como já era esperado em razão da temática, foi efetuada na área de Direito (48). Também foram identificadas pesquisas nas áreas de: Ciência Política (1), Ciências Sociais (1), Educação (1), Gestão de Organização e Sistemas Públicos (1), Saúde Pública (1), Políticas Sociais e Cidadania (2), Administração (2) e Serviço Social (2). Não localizamos, nessa base de dados, qualquer tese ou dissertação defendida na área de Sociologia dentro do período de apuração, que mencionasse, no título, assunto ou resumo, o número da lei federal da Reforma Trabalhista de 2017.

Da leitura do material, pudemos traçar, ainda, as seguintes considerações: (i) a grande maioria das pesquisas procurou investigar temáticas ligadas ao direito material do trabalho (28); terceirização e trabalho intermitente foram os temas mais abordados (6 e 4 pesquisas, respectivamente), mas também foram apresentadas pesquisas tratando de teletrabalho, trabalho doméstico, trabalho das pessoas com deficiência, jornada de trabalho, assédio moral, grupo econômico, negociação individual, proteção do trabalho da mulher, meio ambiente do trabalho, flexibilização, relações de trabalho, etc.; (ii) também foram efetuadas muitas pesquisas em

[18] O sistema de busca avançada não consegue selecionar a expressão integral. Desse modo, pesquisas que possuíam menção à "reforma", ou à "trabalhista", ou a "trabalho" eram incluídas na filtragem mesmo sem tratarem especificamente sobre o tema, o que acabou por gerar um resultado de mais de 7.600 pesquisas, incluindo, por exemplo: "Corporação médica e reforma sanitária" (LOBATO, 1994), "O trabalho nos centros de atenção psicossocial: uma reflexão crítica das práticas e suas contribuições para a consolidação da reforma psiquiátrica" (BICHAFF, 2006), ou, ainda, "Memória social de mulheres de assentamentos de reforma agrária: a relação entre trabalho, política, educação e participação" (LINO, 2004). Do mesmo modo, restringimos a pesquisa considerando o ano de 2017, pois diversas teses e dissertações anteriores a tal data analisavam outras reformas implementadas em distintos momentos no Brasil, como, por exemplo: "Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil" (GALVÃO, 2003), ou, ainda, "Negociar direitos: legislação trabalhista e reforma neoliberal no governo FHC (1995-2002) " (VOGEL, 2010).

direito coletivo (12), abordando negociação coletiva, financiamento sindical, movimento sindical e dispensas coletivas; (iii) com o mesmo número (12), as pesquisas direcionadas à análise de questões processuais abordaram: honorários advocatícios sucumbenciais, arbitragem, multa por litigância de má-fé, mediação, acordo extrajudicial, desconsideração da personalidade jurídica e acesso à Justiça (4); (iv) das pesquisas selecionadas, houve, ainda, uma abordagem contextual acerca da Reforma Trabalhista realizada por alguns pesquisadores (4), que trataram de: neoliberalismo, história e política e análise de conjuntura; (v) por fim, localizamos uma (1) abordagem filosófica da reforma e duas (2) abordagens constitucionais, tratando, especificamente, da saúde dos trabalhadores.[19]

Das temáticas que trazem alguma conexão com o tema desenvolvido na presente pesquisa, podemos destacar três grupos principais constatados na filtragem: aqueles que investigam o contexto neoliberal, aqueles que apreciam aspectos processuais da Reforma Trabalhista, outros que estudam o acesso ao Poder Judiciário e os que investigaram o contexto neoliberal da lei federal 13.467/2017 (análise mais detalhada encontra-se em anexo, como já explicitado).

As teses e dissertações que exploraram aspectos das alterações processuais, em geral, não abordaram o acesso à Justiça, à exceção de quatro pesquisas (todas dissertações), mas com enfoques bastante distintos do que aqui se busca propor. Na dissertação de Rafael Dadalto (2019), da Ufes, muito embora ele tenha tratado de acesso à Justiça, o fez sob enfoque completamente diverso do aqui pretendido, analisando a desjudicialização de procedimentos, considerando os métodos administrativos de solução de conflitos (DADALTO, 2019).

Em dissertação bastante completa sobre a temática relacionada ao acesso à Justiça, Marília Fernandes (2019), da Universidade Federal do Ceará, abordou diversos aspectos da garantia fundamental do trabalhador, efetuando não apenas uma abordagem principiológica do tema, mas apresentando, também, formas de interpretação jurídica como meio de se buscar preservar essa garantia de acesso, mesmo após a reforma (FERNANDES, 2019).

A pesquisadora analisou, como obstáculos construídos pela Reforma Trabalhista ao acesso à Justiça do trabalhador, além da questão relacionada à petição inicial: a limitação da interpretação da lei pelos tribunais trabalhistas e o exame das normas coletivas pela Justiça do Trabalho, a arbitragem em dissídios individuais, o termo de quitação anual, prescrição intercorrente, gratuidade da justiça e despesas processuais, o novo rito da exceção de incompetência territorial, a condição do preposto do reclamado, aplicação de multa à

[19] Essa forma de abordagem "filosófica" ou "constitucional" foi definida pelos próprios autores, por isso mantivemos as expressões conforme apresentadas.

testemunha, o sistema recursal e aspectos relativos à execução trabalhista, apresentando, assim, um amplo aspecto das possíveis obstruções implementadas com a lei federal 13.467/2017 (FERNANDES, 2019, p. 57-91).

E, embora a pesquisadora analise os requisitos da petição inicial como um dos seus pontos nas "implicações da Reforma Trabalhista sobre o acesso à Justiça do trabalho" (FERNANDES, 2019), o faz sem levar em consideração, de modo mais aprofundado, o papel do Poder Judiciário nessa frente, direcionando sua pesquisa de modo a catalogar todas as possíveis alterações processuais que poderiam impactar na garantia de amplo acesso do trabalhador à Justiça Trabalhista.

Ao buscar uma premissa interpretativa que possibilitasse, apesar da reforma, a preservação do direito fundamental de acesso à Justiça, direcionou essa hipótese como um desafio geral a todos os operadores do direito, apresentando uma abordagem da interpretação jurídica como meio de preservação desse acesso (FERNANDES, 2019, p. 98-119).

Essa tentativa de buscar, por meio de métodos de interpretação, preservar direitos trabalhistas de certo modo violados com a reforma de 2017, também será retomada na pesquisa que aqui estamos propondo, por meio do que chamamos de desenvolvimento de uma Jurisprudência de Resistência em contraposição a uma Jurisprudência de Austeridade proveniente do Direito de Exceção. Mas, na abordagem que apresentaremos, buscaremos demonstrar, na prática, por meio da análise de acórdãos proferidos, quais os possíveis impactos dessa racionalidade neoliberal nas decisões judiciais e como técnicas de interpretação aliadas à uma retomada histórica do papel protetivo da Justiça do Trabalho podem promover Jurisprudências de Resistência.

Para aprimorar a apuração realizada, prosseguimos, ainda, efetivando a mesma busca de pesquisas defendidas sobre a Reforma Trabalhista de 2017 no catálogo de teses e dissertações da Capes.[20]

De acordo com o repositório digital da Capes, o banco de dados com dissertações e teses é uma plataforma que tem como finalidade "facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país, e faz parte do Portal de Periódicos da Instituição", sendo disponibilizados resumos de teses e dissertações que, atualmente, são arroladas conforme informe de atividades apresentado pelos programas de pós-graduação do país.[21]

---

[20] Ao final, como anexo desta tese, consta tabela consolidando as dissertações e teses da BDTD e da Capes, com a classificação da abordagem e a síntese dos objetos de pesquisa dessas pesquisas.

[21] Para consultar o repositório digital, acessar < https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/172>.

Pelos mesmos motivos anteriormente expostos, optamos pela busca por meio do número da lei da Reforma Trabalhista de 2017 (lei 13.467). Obtivemos, dessa busca inicial, o total de 116 resultados.[22]

Figura 2: Painel de informações quantitativas Capes.



Fonte: Capes. Elaborado pela autora, a partir de *print screen* do sítio eletrônico.

Destes, 31 já haviam sido computados na filtragem efetuada na BDTD e 1 trazia discussão desconexa à temática que buscamos analisar.

Assim, após a filtragem inicial, o sistema localizou 84 resultados (78 dissertações e 6 teses), que traziam, em seu título, resumo, assunto ou descrição da linha de pesquisa, o número da lei referente à Reforma Trabalhista, em 45 distintas instituições, assim distribuídas: PUC-SP (7), USP (6), UDF (6), Unimar (5), UNI-DF (4), PUC-PR (4), UniCuritiba (4), UFF (3), Unama (3), Unimep (3), EPD (2), Unisc (2), Univem (2), UVA (2) e todas as demais com uma pesquisa publicada sobre o tema, até a data da busca efetuada.[23]

Desses, tivemos 6 pesquisas defendidas em 2017, 34 em 2018 e 44 em 2019. Nesta base de dados não localizamos pesquisas finalizadas no ano de 2020, até a data da busca.

---

[22] Busca efetivada em 07/03/2021, a partir do endereço: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>.

[23] A saber: Univali, Fadisp, FDSM, Fumec, IDP, IFSP, ITE, Mackenzie, PUC-RS, UCSAL, UEA, UEL, Ufal, UFPB, UFRGS, UFSM, UMC, Unaerp, UNI7, Unibrasil, Unicap, Unicesumar, Uniceub, UNIFG, Unifieo, Unipê, Unirio, Unit, Unoesc, UPF E USCS.

Também aqui, a grande maioria das pesquisas foi efetuada na área de Direito (77). Também foram encontradas pesquisas nas áreas de: políticas sociais e cidadania (1), políticas públicas (2), sociologia e direito[24] (2), administração pública (1) e educação (1).

Da leitura do material, considerando, também, as reflexões já trazidas na análise da base de dados da BDTD, pudemos constatar, ainda, que as pesquisas acadêmicas atuais realizadas no Brasil, e que pretendem analisar a Reforma Trabalhista de 2017, estão divididas em cinco grandes grupos organizados por ênfases:[25] pesquisas direcionadas a verificar questões de direito material (33), direito coletivo (18), constitucional (13), processual (12) e abordagem contextual (8).

A maioria das pesquisas, como visto, é voltada para verificar possíveis violações a um ou a diversos direitos trabalhistas em razão da reforma de 2017, priorizando, assim, uma abordagem mais direta do direito material. Desse grupo de pesquisas, novamente se constatou um grande interesse em se investigar os diversos aspectos da terceirização (13). Outros assuntos bastante abordados pelos pesquisadores foram a jornada de trabalho (5), nos aspectos relacionados a dano existencial, jornada de setores específicos como o dos bancários, jornada em home office, etc., e também estudos direcionados a investigar o teletrabalho (5). Também localizamos pesquisas voltadas a analisar educação do trabalhador, saúde do trabalhador, dano extrapatrimonial, trabalho e proteção à gestante, trabalho intermitente, normas da OIT e relações de trabalho de um modo mais generalista.

Em seguida, surgem as pesquisas direcionadas à análise de questões ligadas ao direito coletivo, que buscam investigar, em sua maioria, os impactos da Reforma Trabalhista na estrutura sindical atual. Constatamos abordagens acerca de representação sindical e fontes de custeio, negociações coletivas, comunicação sindical, dispensas coletivas e sindicalismo de modo genérico.

Noutra vertente, muitos pesquisadores buscam aprofundar questões constitucionais ou principiológicas confrontando-as com as alterações promovidas pela Reforma Trabalhista. As abordagens constitucionais buscam investigar possíveis violações a direitos fundamentais dos trabalhadores com as modificações trazidas com a lei federal 13.467/2017. Também foram tratados de temas relacionados à saúde do trabalhador, princípio da intervenção mínima,

---

[24] Na área de Ciências Jurídicas e Sociais, da UFF, há o programa de "Sociologia e Direito", por esse motivo, mantivemos a classificação tal qual apresentada.

[25] Na classificação que estamos propondo selecionamos o ponto central de cada uma das teses ou dissertações filtradas com o objetivo de assim enquadrá-las para facilitar a análise aqui pretendida. Todavia deixamos bastante claro que é evidente que diversas dessas pesquisas possuem, em geral, mais de um enfoque: as pesquisas processuais ou de direito material em geral traziam uma introdução contextual, sendo muito comum, também, que diversas abordagens constitucionais ou principiológicas atravessassem diversas temáticas.

controle de constitucionalidade, políticas de austeridade, dispensa coletiva, flexibilização de direitos trabalhistas, vínculo de emprego, princípio da proibição do retrocesso social, entre outros, confrontando as garantias constitucionais existentes e as alterações legislativas impostas.

Os estudos voltados a apreciar temáticas típicas do direito processual também trataram de acesso à Justiça (4), levando em consideração, em geral, aspectos voltados à sucumbência ou honorários advocatícios. Outros temas também abordados nesse grupo de abordagem foram: tutela de urgência, produção de provas e o sistema PJE, grupo econômico, arbitragem, desconsideração da personalidade jurídica e acordos extrajudiciais.

E, como já havíamos constatado quando da análise da filtragem pela BDTD, a maior parte das pesquisas da Capes que tratavam de aspectos processuais da reforma de 2017, ao identificarem possíveis obstáculos processuais de acesso do trabalhador ao Poder Judiciário, direcionaram sua abordagem no sentido de tecer considerações acerca das alterações com relação aos honorários advocatícios sucumbenciais e, ainda, com relação aos requisitos para concessão do benefício da justiça gratuita, o que também se repetiu nas pesquisas filtradas no banco de dados da Capes (SANTOS, I. F., 2019; OLIVEIRA, T. M., 2019; MARKMAN, 2019, por exemplo).

Por fim, agrupando as bases da BDTD e da Capes, as pesquisas direcionadas à análise contextual da Reforma Trabalhista buscaram examinar as situações políticas, econômicas, históricas ou sociais que culminaram com a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017. Nesse sentido, até abordaram aspectos do neoliberalismo, da Teoria Econômica do Direito, de questões relacionadas à sociedade informacional, crise econômica, tutela do capital em detrimento da tutela do trabalhador, impactos políticos, entre outros.

Essas pesquisas, em geral, focam e encerram sua análise no cenário, no panorama apresentado, sem, contudo, traçar implicações práticas da investigação formulada. Ou, quando apresentam os impactos, fazem-no por meio de uma abordagem bastante teórica, traçando perspectivas possíveis do que poderemos esperar com as modificações legislativas impostas, numa interpelação de cunho mais generalista.[26]

Não constatamos, do rol levantado, pesquisas no sentido de se efetuar uma análise sociojurídica que considerasse: (i) a alteração do dispositivo processual selecionado (artigo 840, § 1º, da CLT); (ii) os efeitos da racionalidade neoliberal nas decisões institucionais (no caso, considerando os órgãos julgadores e seus julgados) e (iii) os efeitos das políticas de austeridade

[26] Cabe destacar que não estamos tecendo uma crítica à escolha de abordagem realizada pelos pesquisadores analisados, mas apenas estamos diferenciando as pesquisas já existentes do estudo que propomos apresentar.

no desenvolvimento de um direito de exceção ou, ainda, o possível enfrentamento por meio de uma Jurisprudência de Resistência.

Temos, desse modo, que as análises de conjuntura que foram apresentadas, buscando trazer reflexões acerca do neoliberalismo, dentro desse rol obtido com a filtragem das pesquisas realizadas, tiveram duas formas de abordagem principais: (i) refletir acerca de como o contexto político, econômico e social contribuiu para a aprovação da Reforma Trabalhista, alguns analisando mais diretamente a racionalidade neoliberal, outros buscando diferentes enfoques e teorias e (ii) analisar, num aspecto mais amplo, os possíveis impactos da Reforma Trabalhista nas relações de trabalho, por meio de um enfoque mais generalizante.

E a seguir, procuramos somar as pesquisas realizadas em ambos os bancos de dados, para visualizarmos melhor a sua distribuição por área de conhecimento e por ênfase.

Para melhor visualização da concentração da produção acadêmica sobre a Reforma Trabalhista de 2017, os trabalhos foram agrupados por similaridade da área de conhecimento. Assim, no gráfico, a categoria Administração Pública, com 9, reúne "políticas sociais e cidadania", "políticas públicas", "administração pública", administração" e "gestão de organização e sistemas públicos". Já Ciências Sociais, com 4, agrega "sociologia e direito", "ciências políticas" e "ciências sociais", conforme imagem a seguir:

Figura 3: Distribuição das pesquisas por área de conhecimento. Período: 2017 a 03.03.2021.



Fonte: levantamentos BDTD e Capes (2017 até 3 de março de 2021). Elaborado pela autora.

Justamente em razão da temática, como já ressaltamos anteriormente, a maior parte das pesquisas que buscaram analisar alguns dos aspectos da Lei federal 13.467/2017 ocorreu no

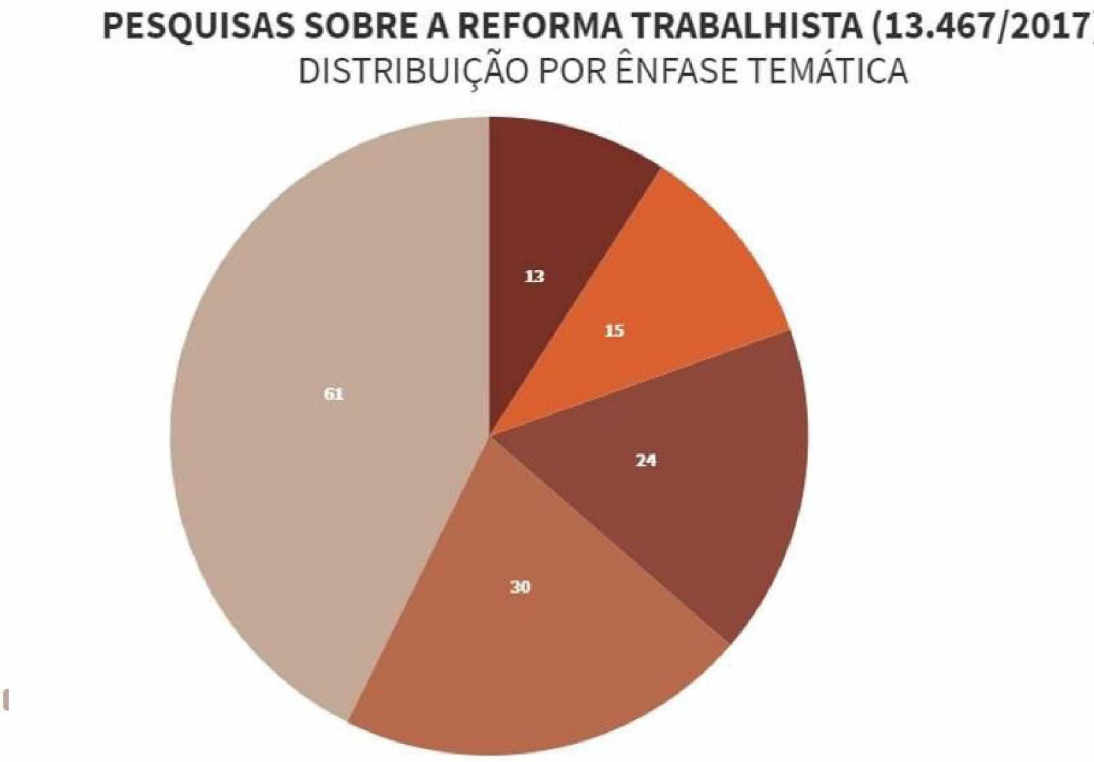
campo do Direito (dentro do lapso temporal utilizado para a filtragem dos dados). A seguir tivemos pesquisas na área da Administração Pública, Ciências Sociais, Educação, Serviço Social e Saúde Pública.

Separamos, ainda, a totalidade das pesquisas distribuídas por ênfase temática: do total de 143 pesquisas, evidencia-se a escolha pelas análises envolvendo direito material (61) e direito coletivo (30), como já havíamos mencionado. Em seguida, temos pesquisas direcionadas para a análise de algum aspecto processual (24) e, após, constitucional (15). Temos, por fim, que 13 são as pesquisas de abordagem contextual (1 deles contextual filosófico), nos quais são menos discutidos os aspectos constitucionais da mudança legislativa e as suas repercussões no direito material e processual.

Neles, a opção dos pesquisadores é destacar as características sociais e políticas da aprovação da Reforma Trabalhista, vista num cenário amplo, nacional e internacionalmente.

Abaixo, o gráfico com os números de ambos os bancos de dados analisados, para melhor visualização:

Figura 4: Distribuição das pesquisas por ênfase temática. Período: 2017 a 03.03.2021.



Fonte: levantamentos BDTD e Capes (2017 até 3 de março de 2021). Elaborado pela autora.

A partir dessa filtragem de pesquisas dos bancos de dados da BDTD e da CAPES buscamos sintetizar os principais grupos de abordagem que investigam, atualmente, temas a respeito da Reforma Trabalhista de 2017, nas mais diversas áreas, bem como justificar a proposta de pesquisa que apresentamos.

Constatamos, assim, que, muito embora haja uma quantidade expressiva de teses e dissertações que se propuseram a estudar diferentes aspectos da Reforma Trabalhista de 2017, as análises efetuadas têm ocorrido geralmente no âmbito do Direito e têm priorizado o enfoque a enfrentamentos de violações a direitos materiais, sendo que as pesquisas voltadas a discutir regramentos processuais poucas vezes buscam analisar a modificação relacionada à nova forma de apresentação da petição inicial pelo trabalhador.

Partimos do pressuposto, ainda, que o processo deve ser utilizado como uma ferramenta que possibilite a ampla fruição dos direitos almejados pela parte interessada, facilitando e promovendo o exercício da garantia constitucional de amplo acesso ao Poder Judiciário, de modo a conferir concretude aos direitos; a função, o sentido do processo deve ser definido em prol da realização eficaz dos direitos materiais, sob pena de esvaziamento de sua principal incumbência.

Do contrário, "nada adiantaria possuir um conjunto normativo protetivo do ser humano trabalhador, fincado nas bases da racionalidade do direito social, se o processo, o instrumento de concretização do direito material, fosse visualizado com uma racionalidade liberal" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 72).

Por esse motivo, entender as nuances que circundam as modificações no processo do trabalho dentro de um contexto que explora uma nova racionalidade, de viés neoliberal, parece-nos não apenas relevante, mas também urgente.

Do mesmo modo, não detectamos, nesse rol de pesquisas contemporâneas, muitos estudos que tenham procurado destacar uma apreciação interdisciplinar, por meio da abordagem sociojurídica, do papel que tem sido desempenhado pelo Poder Judiciário dentro desse paradigma neoliberal que tem se consolidado.

Feitas tais considerações, sintetizamos que nossa abordagem pretende, desse modo: (i) trazer reflexões sociojurídicas acerca dos possíveis impactos da racionalidade neoliberal e das políticas de austeridade nas decisões proferidas pelo Poder Judiciário trabalhista (abordagem contextual com enfoque institucional), mas também (ii) direcionar a pesquisa para a análise de aspectos processuais alterados com a Reforma Trabalhista que poderiam, de certo modo, criar obstáculos para o amplo acesso do trabalhador à justiça laboral (abordagem processual), (iii)

priorizando, ainda, o estudo de uma alteração legislativa ainda pouco aprofundada nas pesquisas acadêmicas – a criação de nova exigência para o ajuizamento de uma reclamatória trabalhista (artigo 840, §1°, da CLT).

Assim, utilizamos a abordagem contextual não apenas para apresentar os cenários de mudança que se colocam frente a Reforma Trabalhista, mas também como forma de se compreender as novas decisões judiciais que serão tomadas a partir desse panorama e, dessa compreensão, investigamos, na prática, por meio da análise sociojurídica da jurisprudência que está sendo construída no TRT/PR, os possíveis resultados.

Tendo em vista, assim, as possibilidades existentes na pesquisa contemporânea em Sociologia do Trabalho, no Brasil, é que pretendemos refletir acerca de como chegamos no contexto atual, de racionalidade neoliberal e de políticas de austeridade para, a seguir, analisarmos qual o papel do Poder Judiciário Trabalhista dentro desse contexto, quais as perspectivas e alternativas existentes. Nos próximos pontos esclarecemos como chegamos a definir que uma abordagem sociojurídica e interdisciplinar seria a mais adequada para o presente estudo.

1.3 PERSPECTIVAS DA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA

Efetuadas as reflexões acerca dos novos desafios que permeiam a Sociologia do Trabalho, da atualização do estado da arte sobre as pesquisas relacionadas à Reforma Trabalhista, cabe destacar, ainda, as metodologias que consideramos mais adequadas para o estudo proposto. Tal esclarecimento se mostra necessário justamente para justificar porque elegemos a abordagem contextual e sociojurídica/interdisciplinar como a mais apropriada.

Do mesmo modo que a realidade histórica e o conjunto das características político, econômicas e sociais de cada país influenciam na análise dos objetos de estudo e nas abordagens realizadas pelos pesquisadores da Sociologia do Trabalho, cada vez mais é possível verificar que aspectos externos – em especial num panorama de globalização neoliberal – também interferem significativamente nesses estudos. Assim, é possível, e necessário, acompanhar a "atualização de interesses" dos estudos e pesquisas realizados na área de acordo com essas novas configurações (internas ou externas), justamente para assimilar essas modificações e os reflexos delas decorrentes.

As "novas tendências" nas relações laborais implicariam, de certo modo, numa "extensa reavaliação das teorias e quadros analíticos oferecidos pela Sociologia do Trabalho". Embora Bila Sorj (2000) estivesse se referindo ao contexto de mudanças produzidas no período de

reestruturação produtiva dos anos 1990, sua reflexão revela-se pertinente para os estudos do pós-Reforma Trabalhista da segunda década do século XXI. Para a autora, seria necessário não apenas compreender as mudanças que surgem, mas também as continuidades que perpassam os caminhos das relações de trabalho e produzem novos "deslocamentos analíticos" (SORJ, 2000).

Ao investigar os possíveis ramos de uma Sociologia do Trabalho contrastada, Alberto Bialakowsky (2006) sistematizou três eixos contemporâneos de contribuições que "em parte deslocam e em parte complementam os paradigmas tradicionais", que seriam: (i) debates acerca das modificações do regime capitalista, sua influência e atravessamento sistêmico nas demais relações, em especial nas decorrentes do trabalho, bem como as contradições inerentes ao sistema; (ii) estudos relativos a formas epistemológicas, paradigmas e transdisciplinaridade e (iii) questionamentos originados a partir de uma dimensão antropológica das relações de trabalho (BIALAKOWSKY *et al*, 2006).[27]

E, mesmo após uma década da análise efetuada, muitos desses pontos se confirmaram e diversos outros estudos nessa linha buscaram revisar a literatura e o estudo da arte sobre os artigos que se debruçaram sobre a sociologia do trabalho.[28]

Os diferentes desafios traçados a partir das distintas conjunturas, debates e questionamentos intelectuais traçariam novas rotas de investigação, justamente em razão da ampliação dos possíveis "domínios temáticos" apreciáveis. As mudanças estruturais na realidade afetariam a forma de se pensar o objeto de estudo que, socialmente colocado, encontra-se em constante mutação.

Mas é importante ressaltar que esse panorama externo e essa nova racionalidade neoliberal[29] não alteram apenas as formas de pesquisa, os ramos de estudo. Elas alteram significativamente o próprio objeto de estudo – que, no caso da Sociologia do Trabalho, refere-se, em geral, às formas e às relações de labor. Há, nesse sentido, um círculo de interferências que se conecta e que se entrelaça: uma agenda neoliberal que passa a interferir em diversos aspectos da realidade social altera políticas públicas, legislações, entendimentos acerca das relações de trabalho, ocasionando uma modificação do "objeto" e um "objeto modificado" que, para sua adequada compreensão, passa a exigir uma nova forma de investigação, novas classificações e posturas.

---

[27] Embora a pesquisa do autor seja direcionada à análise específica do trabalho institucional dentro de um hospital de saúde mental, as notas introdutórias formuladas trazem um relato bastante completo acerca dos caminhos percorridos pela Sociologia do Trabalho até aquele momento. (BIALAKOWSKY et al, 2006).

[28] Nesse sentido, ainda, estudo mais recente de Roberto Véras de Oliveira, José Ricardo Ramalho e Cinara Rosenfield (2019).

[29] Nos capítulos posteriores abordaremos, com maior profundidade, os impactos da racionalidade neoliberal e da financeirização do capital sobre as relações de trabalho.

Insta destacar, também, que em relação ao que nos propomos analisar, não há um "rompimento" da análise de questões clássicas, mas sim um acúmulo de reflexões e uma nova forma de olhar sobre as relações de trabalho.[30] Os novos desafios, as diferentes problemáticas passam a exigir uma nova postura – metodológica, epistemológica – que permite a construção do conhecimento também sob esse novo enfoque agora apresentado.

De certa forma, os interesses de pesquisa que nascem em cada período representam "modos de apreensão distintos, que desnudam aspectos diversos do campo, atiçados por desafios sociais datados, porque peculiares às suas épocas respectivas, e por interlocutores intelectuais igualmente enraizados em conjunturas e debates específicos" (GUIMARÃES, 2009, p. 152). [31]

Mas esse processo não é simples, nem plano: é um processo de evolução complexo, repleto de idas e vindas, de reanálises e de profundas reflexões e questionamentos. É um acúmulo de experiências e, ao mesmo tempo, uma renovação de temáticas e de abordagens.

Em estudo realizado para a Revista Brasileira de Sociologia, Bridi, Braga e Santana (2017) investigaram a evolução das análises realizadas de acordo com esses contextos e concluíram que "o campo tem servido também de antena para captação de processos de mudança social e seus impactos sobre os atores sociais. Neste sentido, as pesquisas têm sido sensíveis aos ambientes nos quais se praticam e aos seus cenários e contextos de realização" (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2017, p. 59).

Os autores fazem um relevante traçado acerca das principais temáticas e pesquisas que têm sido realizadas por estudiosos brasileiros nas últimas três décadas, abarcando, dentro do contexto neoliberal e de remodelação das relações de trabalho: (i) a discussão acerca da suposta crise e o fim do trabalho como objeto central de pesquisa; (ii) as principais modificações e alterações das relações de trabalho decorrentes da crise econômica dos anos 70 e a visão de "trabalho reconfigurado", "flexibilizado" ou "precarizado"; (iii) os paradoxos e as perspectivas relacionadas às novas formas de atuação sindical e de resistências das categorias, por meio da ação coletiva; (iv) a diversidade das novas temáticas, eixos e objetos de estudos da Sociologia do trabalho contemporânea, que revela o dinamismo e a plasticidade da área, mas, ao mesmo tempo, oferece releituras de temas clássicos e sempre presentes e (v) os atuais desafios da

[30] Destacamos tal ponto pois, no âmbito da Sociologia do Trabalho, algumas teorias tentaram romper com as questões clássicas do trabalho, rompendo com a própria centralidade do trabalho como fator de relevância no desenvolvimento humano. Ver, por exemplo, a crítica de Sérgio Alfredo Massen Prieb (2000) às obras de Adam Schaff e André Gorz.

[31] A autora procurou abordar, em seu artigo, a forma como o interesse da sociologia pelos estudos do mercado de trabalho tem variado conforme desafios apresentados por diferentes conjunturas históricas e pelos diversos debates intelectuais estabelecidos na América Latina (GUIMARÃES, 2009).

pesquisa, em especial decorrentes da globalização, que passa a exigir do pesquisador uma visão local e também global das problemáticas postas, considerando os novos parâmetros de organização das relações laborais, os contra movimentos e as novas dinâmicas (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2017).

E, dentro desse roteiro de acompanhamento e apesar das teses que afirmam o fim da centralidade do trabalho, emergem grupos de estudos e de pesquisas, além das sociedades científicas como mencionadas por Bridi, Braga e Santana: Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho (Alast), Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet). A também citada Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e Associação Nacional de Pesquisa na Pós-Graduação (Anpocs), que revelam que os estudos do trabalho sempre estiveram presentes em grupos de trabalho, mesa e fóruns, que, dentre outros, acabam por revelar as escolhas e novos direcionamentos das investigações atuais (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2017, p. 50).

Nesse contexto atual, marcado por profundas alterações legislativas decorrentes sobretudo da Reforma Trabalhista, cabe também ressaltar o papel que vem sendo desempenhado pela Remir, que reúne pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas áreas, buscando um acompanhamento crítico e sistemático dos desdobramentos da lei federal 13.467/2017.

A Remir revela o propósito de construção de um diagnóstico, esclarecendo que "a reforma expressa uma mudança substantiva no sistema de regulação do trabalho no Brasil. Ela busca coadunar o padrão de regulação do trabalho com a lógica da acumulação capitalista almejada pelo mercado financeiro internacional e pelas oligarquias nacionais."[32] A Remir ainda busca responder os seguintes desafios: (i) construção atualizada de um diagnóstico das relações de labor no Brasil; (ii) acompanhar os principais reflexos da implementação da Reforma Trabalhista brasileira; (iii) apresentar um posicionamento acerca dos fundamentos, sentidos e consequências dessas modificações, à sociedade e (iv) viabilizar a configuração da rede de estudos e de pesquisas voltada ao tema.

Nessa linha, diversos estudos e pesquisas foram realizadas desde a implementação da Reforma Trabalhista, nas linhas de economia, mercado de trabalho, sindicalismo, negociação

[32] O propósito da Remir consiste em "construir um diagnóstico da situação do trabalho no Brasil, analisar os sentidos da Reforma (econômicos, jurídicos, políticos, sociais), identificar as mudanças principais em curso e aprofundadas pela Reforma, elaborar parâmetros comuns para o desenvolvimento de pesquisas e se posicionar no debate público sobre os diversos aspectos que estão em disputa na sociedade a partir da aprovação da Reforma e de seus desdobramentos. Assim como a efetivação de diversos aspectos introduzidos pela reforma". Mais informações em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/remir-2>.

coletiva, condições de trabalho, legislação e saúde/segurança. Analisando a biblioteca de dados acadêmicos da Remir, localizamos os seguintes trabalhos: (i) na dissertação de mestrado de Juliana Cunha (2018), a pesquisadora abordou as variadas dimensões do acidente de trabalho envolvendo trabalhadores adolescentes de Piracicaba, entre 2010 e 2016; (ii) também de 2018, o pesquisador Lucas Lima (2018), com base nos dados da PNAD-IBGE, abordou as modificações legislativas que alteraram o mercado de trabalho dos motoristas de caminhão no Brasil; (iii) na tese de doutorado de Jorgemar Soares Felix (2018), o autor buscou analisar as condições de labor dos trabalhadores com mais de 60 anos; e (iv) no estudo de Benedito Augusto da Silva Neto (2018), houve a proposta de desenvolvimento de medidas políticas regulatórias para a proteção do trabalhador vítima de assédio moral no meio ambiente de trabalho. [33]

Além disso, diversos artigos, blogs, podcasts, vídeos e links são constantemente atualizados com o intuito de acompanhar os debates que ocorrem em torno dos impactos da Reforma Trabalhista na sociedade.

Constata-se que muitas das modificações impostas à realidade (como, por exemplo, as mudanças decorrentes da Reforma Trabalhista) influenciam na delimitação das abordagens e investigações dos pesquisadores. E não poderia ser diferente. Justamente por analisar diversos e variados pontos da relação laboral – possuindo forte ligação com aspectos da realidade, enquanto avaliada – é que averiguamos essa forte interferência das alterações sociais, políticas e econômicas no campo de estudos da sociologia do trabalho.

Pierre Guibentif (2017), ao tecer algumas considerações sobre a análise do direito e da justiça, sob o olhar sociológico, conclama pesquisadores e estudiosos a buscarem a compreensão da realidade social e política, como uma forma auxiliar de percepção e de luta contra injustiças:

> A sociologia do direito e da justiça, para estar à altura dos seus objetos, tem que se dotar dos meios necessários para captar os efeitos do direito e as experiências de (in)justiça também onde estes não dão lugar a debates de grande visibilidade social,

[33] Também foram publicadas as seguintes obras: (i) o livro "Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidades" (KREIN; OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2020), no qual se buscou trazer, ao grande público, resultados de investigações realizadas por seus integrantes a partir de fontes secundárias, com análise e construção de indicadores a partir de dados pré-existentes (como a Rais, o Caged e a PNADC) e primárias, com produção original de informações, como entrevistas com trabalhadores e sindicalistas; (ii) o livro "O Supremo e a Reforma Trabalhista" (DUTRA; MACHADO, 2021), obra coletiva que buscou trazer reflexões acerca do papel fundamental desempenhado pelo STF, por meio de sua jurisprudência, ao legitimar a Reforma Trabalhista brasileira de 2017; e (iii) os dois volumes do livro "O trabalho pós Reforma Trabalhista" (KREIN *et. al*, 2021), elaborados em parceria com o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia da Unicamp e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

> ou onde outros temas ocupam o primeiro plano. Um domínio da realidade social onde se deve admitir que o direito desempenha um papel importante, por vezes devidamente explicitado, mas também, em muitas circunstâncias, de maneira latente ou permanecendo no segundo plano, é a política. (GUIBENTIF, 2017, p. 8).

Torna-se imprescindível, assim, ao pesquisador da Sociologia do Trabalho, buscar uma melhor compreensão desse contexto no qual sua pesquisa encontra-se inserida, com a finalidade de melhor avaliar, de modo crítico e cuidadoso, qual a abordagem mais adequada para o desenvolvimento de sua pesquisa. E essa preocupação se torna basilar para aqueles que estudam atualmente as relações de trabalho, na medida em que vivenciamos um período de profundas alterações, em especial com as modificações decorrentes da Reforma Trabalhista brasileira, com a edição da lei 13.467/2017.[34]

Do mesmo modo, muitas das preocupações e questionamentos que são colocados diante dos operadores do Direito se assemelham às discussões levantadas pelos pesquisadores da Sociologia, aproximando a Sociologia do Trabalho e o Direito do Trabalho. Embora especificidades finalísticas e metodológicas tornem cada disciplina distinta, com nuances e objetivos próprios, momentos tais como o atual, de ascensão de uma nova razão que busca reverter a lógica por trás das relações de labor, acabam por aproximar interesses de pesquisa.

As alterações decorrentes da reforma – que, de certo modo, além de restringir e extinguir uma série de direitos, também veio legitimar modalidades e procedimentos de trabalho anteriormente considerados irregulares – trouxeram toda uma nova agenda de pesquisa com novos desafios e diferentes reconfigurações e modalidades de organização do trabalho (LIMA; BRIDI, 2019).

Cabe refletir, também, acerca da postura do pesquisador sociólogo brasileiro neste momento não apenas de ataque ao seu objeto de estudo, mas de ataques à sua própria existência enquanto pesquisador das relações de trabalho.

Para tal, pretende-se inicialmente analisar como tem sido formulado o arcabouço teórico que busca acompanhar essas transformações e essa nova racionalidade que se impõe, possibilitando ainda, discutir nuances do panorama histórico, econômico e político e refletir acerca do papel a ser desempenhado pelo pesquisador de sociologia do trabalho em tempos de

---

[34] Alguns autores apontam tamanha desregulamentação e precarização nas alterações implementadas com a Reforma Trabalhista de 2017 que optam por chamá-la de "contrarreforma", para "expressar o retrocesso na regulação social do trabalho provocado pelas mudanças institucionais aprovadas pelo governo" (KREIN, 2017, p. 78).

resistência,[35] e, a partir daí, adentrarmos mais especificamente no objeto do presente estudo, analisando qual seria a posição do Poder Judiciário trabalhista em face da racionalidade neoliberal.

Para além de buscar entender as principais temáticas selecionadas como objeto de estudo acadêmico no que diz respeito à Reforma Trabalhista brasileira de 2017, refletimos, também, acerca do modo como essas pesquisas têm sido desenvolvidas, com o intuito de demonstrar a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, focada numa análise sociojurídica.

Para essa abordagem inicial, buscamos analisar o diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil registrados no CNPQ[36] para aferir qual tem sido o destaque dado a esse cenário de modificações, investigando tanto a interdisciplinaridade que perpassa diversas áreas que buscam estudar relações de trabalho sob um viés sociológico quanto a abordagem mais direta do tema "reforma trabalhista" dentro desse panorama.[37]

Não é possível ignorar, entretanto, que o próprio arcabouço teórico selecionado nesta pesquisa acaba por refletir impressões pessoais e particulares da pesquisadora com relação à temática e tal não poderia ser diferente: há muito já se definiu que não há como se exigir imparcialidade[38] na pesquisa sociológica. A pesquisa sociológica não só reflete as escolhas pessoais do pesquisador, como também seus valores, sua cultura, classe social e até mesmo suas opções políticas. A própria escolha de um objeto de pesquisa é uma escolha política, que carrega toda uma carga valorativa na opção de um tema de estudo que será desenvolvido. Todavia essa consciência da impossibilidade de uma "neutralidade científica" não autoriza a inobservância da objetividade na pesquisa:

> Mesmo sabendo que a imparcialidade é impossível, Weber sustenta que o cientista social deve orientar-se pelo princípio da objetividade. Objetividade, neste caso, significa deixar claro aos interlocutores quais os pressupostos que guiaram o pesquisador na sua pesquisa e, em segundo lugar, controlar os resultados da

[35] Entendemos que os inúmeros ataques políticos que, não apenas o objeto da Sociologia do Trabalho, mas a própria disciplina, como tal, vem sofrendo, em especial a partir do impeachment de 2016, acabam por representar um novo marco temporal de resistência na pesquisa científica, o que abordaremos com mais clareza adiante.

[36] Como consta no site: "o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no País. Assim a existência da atividade permanente de pesquisa numa instituição é condição prévia para participação dela no DGP, e não o contrário. Em outras palavras, o início de processo de criação ou implantação de atividades de pesquisa em uma instituição não se dá pelo Diretório". Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>

[37] Mais adiante esclarecemos a forma como a análise foi efetuada, explicando a metodologia utilizada.

[38] Em que pese a discordância conceitual inclusive entre os clássicos acerca da neutralidade ou imparcialidade na pesquisa sociológica (SELL, 2001), muitos estudos buscam resolver a questão acerca da escolha e limites do modo de objetivação e delimitação do objeto sociológico, como, por exemplo Paugam, que esclarece que "Se a escolha do modo de objetivação constitui, após o trabalho preliminar de distanciamento, a primeira etapa da prática sociológica, convém conservar um olhar crítico sobre este processo e ter consciência dos limites inevitáveis da objetividade" (2015, p. 60).

> investigação com a rigorosa aplicação do método científico (estabelecimento de relações causais entre os fenômenos). (SELL, 2001, p. 105).

Tendo em vista tal percepção, bem como (i) o trabalho preliminar de reconhecimento do "conjunto de distanciamentos" necessários para a seleção de um objeto de estudo; (ii) o exame dos procedimentos para a delimitação de temas de pesquisa e seu respectivo encaixe como problemática sociológica; (iii) a conservação de um olhar crítico e a consciência dos limites da objetividade; (iv) a análise da significação ideológica ou política dos resultados do trabalho empírico; (v) a busca pela "equidade na localização dos fatos" e na composição equilibrada do objeto de pesquisa e (vi) o convite para que o pesquisador desenvolva, em seus próprios estudos, o mesmo olhar crítico que endereça ao pesquisar a sociedade (PAUGAM, 2015, p. 53-64) é que buscamos traçar reflexões acerca dessa necessária visão contextual e sociojurídica/interdisciplinar para o aprofundamento do tema, especialmente em tempos de resistência e de enfrentamento.

Em 2013, os pesquisadores Lígia Mori Madeira e Fabiano Engelmann (2013) fizeram o levantamento dos principais referenciais teóricos e linhas de investigação da Sociologia Jurídica no Brasil, finalizando com o mapeamento da produção científica em estudos sociojurídicos por meio da compilação das principais temáticas e grupos de pesquisas.[39]

Embora o foco de estudo dos autores fosse a sociologia jurídica[40] e não a sociologia do trabalho, muitos dos questionamentos e reflexões trazidos em sua investigação aplicam-se perfeitamente à proposta aqui colocada, como, por exemplo: (i) que a abordagem sociológica exige uma compreensão do contexto histórico, social e político no qual encontra-se inserido o objeto de estudo – lá, as relações jurídicas e aqui, as relações de trabalho; (ii) a constatação de que o reconhecimento da sociologia como matéria relevante sempre foi fruto de intensas lutas e debates – lá, na busca por uma alternativa ao excessivo dogmatismo presente nos cursos de direito e aqui com a intenção de responder às questões trazidas a cada relevante modificação nas condições e na natureza das relações de labor;[41] (iii) que os estudos sociológicos, muito

---

[39] Nessa linha, ainda, ver Bridi, Braga e Santana (2017) e Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019).

[40] Como explicitam os autores: "o uso do conhecimento sociológico por parte dos juristas, com muita frequência, traz implícita uma tentativa de redefinição crítica da teoria e dos diversos ramos disciplinares, visando maior aproximação da aplicação das normas ao contexto histórico e social em que se insere o ordenamento. Ou seja, busca-se, através da sociologia, construir um ramo do conhecimento jurídico com foco principal nos aspectos sociais e políticos que circundam a aplicação de normas, a organização do sistema judicial, a formação dos bacharéis e a estruturação das carreiras jurídicas, aspectos que são considerados, por alguns juristas, como 'externos' ou estranhos ao mundo do direito" (MADEIRA; ENGELMANN, 2013, p. 184)

[41] Sobre o caminho traçado para a valorização da Sociologia do Trabalho, no Brasil: "a Sociologia do Trabalho no Brasil percorreu, como se pode constatar aqui, um longo caminho, no qual os contornos foram sendo definidos com base em sua capacidade de responder às questões trazidas a cada importante transformação envolvendo condições e a natureza do trabalho, mas também com base em sua capacidade de aprender com as contribuições

embora não descuidem do debate teórico,[42] prezam especialmente pela valorização de pesquisas empíricas, rompendo com a tradicional investigação exclusivamente teórico-bibliográfica clássica, comum em outras disciplinas; (iv) que por estar voltada à compreensão dos atores e dos fatores sociais, inseridos dentro de uma realidade que não é imutável, a teoria sociológica também sofre mutações, acompanhando as transformações que se sucedem e (v) o mapeamento de grupos de pesquisas e temáticas seria uma forma de acompanhar a evolução dos interesses e núcleos de investigação e o despertar de novas consciências críticas (OLIVEIRA; RAMALHO; ROSENFIELD, 2019).

E, a despeito da utilização de semelhante metodologia e mesma fonte de dados – o Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq no Brasil[43] – o presente estudo difere em relação à pesquisa de 2013 com relação ao objeto de investigação, finalidades e marco temporal. [44]

Outro ponto fundamental é o reconhecimento da característica altamente interdisciplinar da sociologia, que, em razão de seus estudos voltados à dinâmica das relações sociais, se conecta e conversa com diversas outras disciplinas, inclusive muitas vezes afetando a forma de se pensar e de se investigar objetos de outras áreas, como veremos a seguir.

Há, inclusive, defensores da necessidade de uma efetiva interdisciplinaridade entre as diferentes ciências que se propõe investigar as relações de trabalho, em especial considerando as recentes reestruturações do sistema de produção que criariam variáveis e fragmentações tão diversas, que a visão particular e isolada de uma única disciplina sobre o tema (i) não forneceria

---

incorporadas de fora e de estabelecer uma ampla e fecunda interlocução com diversas outras áreas de conhecimento" (OLIVEIRA; RAMALHO; ROSENFIELD, 2019, p. 14).

[42] Cabendo lembrar, ainda, que certos campos sociológicos, como, por exemplo, o campo do Pensamento Social, realizam análises essencialmente teóricas, o que não desnatura a conclusão no sentido de termos, na sociologia, uma disciplina que em geral preza pela investigação da pesquisa empírica. Nesse sentido, ver Schwarcz e Botelho (2011).

[43] Como consta no site: "as informações contidas no Diretório dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil. Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados, principalmente, em universidades, instituições isoladas de ensino superior com cursos de pós-graduação stricto sensu, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos. O Diretório possui uma base corrente, cujas informações podem ser atualizadas continuamente pelos atores envolvidos, e realiza censos bi-anuais, que são fotografias dessa base corrente. Importa ainda ressaltar que o CNPq não exige a participação de instituições, pesquisadores e estudantes no DGP como requisito para a participação em seus editais e programas. Disponível em: < http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/

[44] Na pesquisa de 2013 os autores buscavam mapear as principais linhas de pesquisas "Com o objetivo de conhecer a produção acadêmica de fenômenos sociojurídicos" (OLIVEIRA; RAMALHO; ROSENFIELD, 2019, p. 196). Na primeira etapa do presente estudo analisamos os recentes rumos das pesquisas tendo em conta as remodelagens decorrentes da agenda neoliberal que culminaram com a aprovação da Reforma Trabalhista no Brasil e como essas novas investigações estão se conectando.

os instrumentos e ferramentas adequados para a tarefa e (ii) não conseguiria abarcar tamanha complexidade e variedade de aspectos reflexivos.

E, dentro dessa perspectiva, a sociologia do trabalho seria capaz de fornecer uma "matriz suficientemente geral" para que as demais ciências pudessem, também, analisar as nuances decorrentes das relações de trabalho e suas repercussões na contemporaneidade (DWYER, 1997).

Na visualização do fato social como referência jurídica também é possível constatar a aproximação entre Sociologia e Direito; assim, para a formação de uma racionalidade jurídica mais completa e comprometida com aspectos da realidade, seria fundamental compreender a complexidade dos fatos sociais que circundam a interpretação e aplicação da regra. O pensamento sociológico seria um instrumento eficaz de superação das contradições e omissões do discurso jurídico, pois traria elementos de análise para além do formalismo jurídico e da apreciação meramente dogmática da lei (SUGUIMATSU, 2011).

Tendo essa concepção teórica em mente, analisamos o diretório de grupos de pesquisa no Brasil (CNPq Lattes), na busca por grupos da base corrente,[45] com certificado, que possuíssem, no nome do grupo, no nome da linha de pesquisa ou na palavra-chave da linha de pesquisa a expressão "sociologia do trabalho", conforme consulta parametrizada, disponibilizada no próprio site do diretório.

A partir da filtragem, conforme a expressão chave indicada, analisamos cada um dos grupos indicados, com o intuito de coletar, num primeiro momento, dados buscando localizar as discussões atuais[46] pertinentes à Sociologia do Trabalho. Num segundo momento, nova filtragem foi efetuada buscando localizar quais grupos de pesquisa estariam voltados à análise de questões voltadas à Reforma Trabalhista.

---

[45] De acordo com o site do diretório: "a base corrente é composta pelos grupos de pesquisa certificados pelos dirigentes das instituições participantes (universidades, instituições isoladas de ensino, institutos públicos de pesquisa e outras). Contém dados relativos aos recursos humanos dos grupos (pesquisadores, estudantes, técnicos e colaboradores estrangeiros), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação das linhas e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo as empresas do setor produtivo. A produção científica, tecnológica e artística dos últimos quatro anos, extraída da base de Currículos Lattes, é atribuída a cada pesquisador e estudante presente na base, não quantificando assim a produção do grupo, mas a produção individual dos seus participantes". Disponível em: < http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-contem-as-bases/>.

[46] Considerando, evidentemente, que estamos levando em consideração os grupos devidamente registrados no diretório como base para nossas reflexões e apontamentos

Feita a aplicação dos critérios de busca da primeira filtragem, obtivemos o resultado de 28 grupos:[47]

Figura 5: Consulta parametrizada CNPQ.



Fonte: CNPq. Elaborado pela autora a partir de *print screen* do sítio eletrônico

[47] Dados filtrados e obtidos por nós em 25 de setembro de 2020. Cabe destacar que há grande variação na busca de dados de um período para outro pois "Os líderes podem atualizar os dados de seus grupos sempre que julgarem necessário, excluir os grupos que não estiverem mais ativos e cadastrar novos grupos", conforme consta em: < http://lattes.cnpq.br/web/dgp/como-os-dados-sao-obtidos/>. Na pesquisa preliminar, realizada em julho de 2020, o resultado foi outro: 24 grupos no total, com as características especificadas nos parâmetros de busca: 11 em Sociologia e 13 nas outras áreas. Optamos por apresentar o dado mais recente obtido.

Desses, 12 grupos eram diretamente ligados à área da Sociologia:

1 – Cultura, Trabalho e Pensamento Social – CTPS, (IFB);
2 – Educação, Trabalho e Cidadania, (IFRS);
3 – Grupo de Estudos sobre Política, Trabalho, Educação e Cultura, (UFTM);
4 – Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Sociedade, (UMESP);
5 – Laboratório de Sociologia do Trabalho – LASTRO, (UFSC);
6 – Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças, (UFSCAR);
7 – Núcleo de Estudos em Trabalho, Juventude e Cidadania – NETRAJUC, (UFCG);
8 – REACT – Realismo Crítico, Ação Coletiva e Trabalho, (UFJF);
9 – Sociologia do Trabalho, (UFRGS);
10 – Trabalho e Crítica Social, (UFRGS);
11 – Trabalho, Sindicalismo e Sociedade, (USP) e
12 – Diálogos em Sociologia Clínica (UnB).

Mais da metade dos grupos de pesquisa (16), embora não fossem da área da Sociologia, traziam, em suas abordagens (quer no nome do grupo, nome da linha de pesquisa ou como palavra-chave de investigação) a expressão "sociologia do trabalho", tornando perceptível a questão da interdisciplinaridade antes apontada. Seis grupos com a temática "sociologia do trabalho", encontram-se na área do Direito:

1 – A transformação do Direito do Trabalho na sociedade pós-moderna e seus reflexos no mundo do trabalho, (USP);
2 – GRUPE – Grupo de Estudos em Direito do Trabalho, (UFC);
3 – Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital, (USP);
4 – Laboratório de Direitos Humanos, (UFAL);
5 – Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania, (UFPR) e
6 – Grupo de Pesquisa em Direito, Política, Economia e Sociedade, (UFV)
Outros 3 na área da Administração:
1 – Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO, (UFPR);
2 – Núcleo de Estudos Organizacionais, Sociedade e Subjetividade – NOSS (CEFET-MG) e
3 – Socioantropologia das Organizações (FEI).

Outros dois, na Ciência Política:

1 – Estudo de Humanas do Brasil Contemporâneo, (IFAL) e

2 – Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia – NEEPD, (UFPE).

As áreas da Economia, Educação, Psicologia, Engenharia da Produção e Saúde Coletiva também apresentam, cada uma delas, um grupo de pesquisas que aborda a sociologia do trabalho, conforme parâmetros de busca da pesquisa:

- Grupo de Estudos em Economia Política e Desenvolvimento – GEPODE, (UFBA);

- Grupo de Pesquisa em Sociologia do Trabalho, Currículo e Formação Humana, (UFAL);

- Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde, (UFMG);

- Núcleo de Estudos sobre Financeirização da Economia, Produção e Sociedade, (UFGD) e

- Trabalho, saúde e funcionalidade, (UNIFESP).

Poderíamos questionar se o interesse desses grupos seria a sociologia do trabalho (enquanto disciplina) ou o tema do trabalho (enquanto objeto), uma vez que a Sociologia do Trabalho já se configurou como um campo disciplinar próprio, que embora dialogue com outros saberes, tem marco e trajetória próprios. Mas tendemos a concluir que há, de fato, um certo interesse de outras áreas em buscar análises relacionadas à Sociologia do Trabalho, pois esses distintos grupos, em diversos campos de estudo, optaram por incluir expressamente no nome do grupo, nome da linha de pesquisa ou como palavra-chave de investigação a expressão "sociologia do trabalho" e não apenas o verbete "trabalho", de modo singular.

Ademais, pudemos verificar, de uma leitura das propostas, temáticas e subtemas apresentados nos grupos, que tais utilizavam, muitas vezes, processos empíricos, instrumentos, teorias e metodologias típicos da sociologia para apreciação de seus objetos de estudo.

O Grupo de Pesquisa em Sociologia do Trabalho, Currículo e Formação Humana da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por exemplo, deixa evidenciada, em sua identificação, a proposta de produzir sua investigação, na área de Educação, apoiando-se em disciplinas outras (incluindo a Sociologia), numa perspectiva emancipatória do conhecimento.[48]

[48] Descrição: "o grupo se propõe investigar, teórica e empiricamente, os processos formativos do ser humano, focados na articulação das categorias trabalho pedagógico e currículo, nos diferentes processos de sociabilidade, sobretudo nas unidades de produção e apropriação social do conhecimento, apoiando-se nos fundamentos da

O Laboratório de Direitos Humanos, também da UFAL, descreve a sua missão de "desenvolver pesquisas jurídico-sociológicas sobre a efetividade dos direitos fundamentais na sociedade brasileira", tendo uma linha de pesquisa voltada às "Perspectivas do Mundo do Trabalho".[49]

Do mesmo modo, embora sob outro enfoque, o Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital da USP, em sua linha de pesquisa "Direitos sociais no contexto dos direitos humanos", revela sua intenção interdisciplinar na seleção das palavras-chave: Sociologia do Trabalho, História do Trabalho, Trabalho no Capitalismo, Filosofia do Trabalho, Direito Social, Interpretação do Direito do Trabalho.[50]

Já o grupo "Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde", da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), explica que suas pesquisas "são realizadas dentro de uma perspectiva psicossociológica e, ao mesmo tempo, pragmática".[51]

Dwyer já observava, em 1997, nas modificações intensas implementadas pelo processo de reestruturação produtiva, o surgimento de zonas peculiares de análise e de questionamentos acerca das relações de trabalho que revelam temas antes ignorados. A ocupação de posições importantes em agendas de pesquisas por esses novos temas passaria a exigir essa visão multifacetada que a sociologia poderia proporcionar: "a sociologia da ciência mostraria, sem dúvida, a importância de fatores econômicos na fixação de agendas de pesquisa e a influência da perplexidade cultural diante de desafios inéditos na formulação de novos modelos" (DWYER, 1997, p. 176).

E essa maior dificuldade decorrente da complexificação das relações de trabalho acabou se confirmando em diversos outros estudos mais recentes, como apontaremos em capítulos posteriores e poderia ser uma hipótese para esclarecer porque tantas áreas distintas buscariam na Sociologia do Trabalho um reforço argumentativo na elaboração de seus estudos e problemáticas quando relacionados a questões ligadas, de modo geral, ao mundo do trabalho

---

educação: filosofia, sociologia, economia, política e psicologia". Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/25403>

[49] A linha de pesquisa apresenta o seguinte objetivo: "Analisar as relações concernentes ao mundo trabalho na sociedade contemporânea, tendo como foco a organização sindical, a precarização do trabalho, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a terceirização e demais temas relacionados". Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/4700588231713391113205>.

[50] O grupo apresenta, como objetivos: "promover o conhecimento sobre a posição do trabalhador no modelo de sociedade capitalista; estimular estudos críticos sobre a funcionalidade do Direito Social no capitalismo; constituir-se num centro de memória das atividades intelectuais e artísticas de professores e alunos, ex-professores e ex-alunos da Faculdade de Direito, ligadas ao Direito Social; constituir-se num centro de pesquisa em teoria, prática e história do Direito Social". Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/7757191361127847175420>.

[51] Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1411>.

(relações de trabalho, profissões, tecnologia e trabalho, capitalismo e trabalho, trabalho e desigualdade, etc.).

De todo modo, é possível verificar diversas temáticas que, embora não diretamente ligadas à questão da agenda neoliberal e Reforma Trabalhista, permeiam temas que são abordados nas investigações sociológicas sobre a questão, mesmo quando tratadas em áreas diversas: os desdobramentos da sociedade contemporânea, discussões envolvendo democracia, cidadania e direitos humanos, aspectos políticos e econômicos da conjuntura nacional e internacional, entre outros.

Esse apanhado inicial revela a atenção do olhar acadêmico às novas tessituras sociais, acompanhando o desenrolar de trajetórias de uma forma que ultrapassa a mera abordagem do estudo teórico-conceitual: a teoria existe, os conceitos são formulados, mas tudo isso dentro de observações e de pesquisas sistemáticas que se mostram muito atentas às reviravoltas que impactam a realidade.

Adentrando mais diretamente à indagação proposta acerca da possibilidade de se vislumbrar o caminho das pesquisas atualmente realizadas, considerando as alterações impostas pela agenda neoliberal e, no Brasil, um dos seus principais efeitos, a Reforma Trabalhista, analisamos o diretório de grupos de pesquisa no Brasil (CNPq Lattes), na busca por grupos da base corrente, com certificado, que tivessem, no nome do grupo, no nome da linha de pesquisa ou na palavra-chave da linha de pesquisa a expressão "reforma trabalhista". Com esses parâmetros de busca obtivemos o resultado de 15 grupos.[52]

A grande maioria dos grupos de pesquisa com tal característica (11), como era de se esperar, são da área do Direito, uma vez que as alterações decorrentes da Lei 13.467/2017 afetaram de modo imediato a CLT, ferramenta principal para aplicação do Direito do Trabalho (material e processualmente):

1 – Acesso à Justiça na Perspectiva dos Direitos Humanos, (FDV);

2 – Configurações Institucionais e Relações de Trabalho, (UFRJ);

3 – GPRETRADE – As relações de trabalho no século XXI e os novos desafios da sociedade em rede, (UFSM);

[52] Cabe, ainda, certa crítica à consulta parametrizada disponibilizada pelo diretório dos grupos de pesquisa no Brasil, pois ela só permite a busca por palavras ou expressões por nome do grupo, nome da linha de pesquisa e palavra-chave na linha de pesquisa, não possibilitando a busca nas ementas dos grupos, por exemplo. Assim, se o pesquisador, embora analise determinado tema, não o inserir como palavra-chave da linha de pesquisa (já que, sabidamente, os grupos não costumam alterar seus nomes nem o nome da linha de pesquisa), tal não aparecerá na filtragem conforme parâmetros da CNPq.

4 – Novas Tecnologias, Processo e Relações de Trabalho, (PUCRS);

5 – Relações de Trabalho na Contemporaneidade, (UFBA);

6 – Trabalho e Capital: Retrocesso Social e Avanços Possíveis, (UFRGS);

7 – Trabalho, Globalização e Direitos Fundamentais, (UNEB);

8 – Direito Do Trabalho Contemporâneo: Perspectivas com a Reforma, (UFU);

9 – O futuro do trabalho: a Reforma Trabalhista brasileira e a efetividade do direito internacional do trabalho no sistema de proteção trabalhista, (UFMG);

10 – Os Sistemas Judicial e Extrajudicial de Resolução de Conflitos Individuais e Coletivos do Trabalho: Análise dos Impactos Da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) (IESB) e

11 – Reformas Trabalhistas e os Retrocessos no Mundo do Trabalho: Perspectivas para a América Latina, (UFU).

Desse rol, chamam a atenção os quatro últimos que trazem a temática da Reforma Trabalhista diretamente no nome e na apresentação do grupo.

É possível verificar, ainda, que mesmo nesses grupos da área de Direito, a abordagem de estudo ultrapassa a análise meramente jurídica, enfrentando temáticas e reflexões muito caras à Sociologia do Trabalho. Por exemplo, no grupo da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), há uma linha que busca investigar a "Efetividade dos Direitos Humanos Fundamentais Sociais dos Trabalhadores em Tempos de Neoliberalismo", revelando essa preocupação dos pesquisadores com o contexto social, político e econômico que acarretou as transformações constatadas.

A racionalidade neoliberal também é discutida pelos pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na linha "Sentidos das Reformas Trabalhistas em Disputa: uma etnografia sobre a aceleração do tempo do direito e a racionalidade neoliberal". Outra linha do mesmo grupo – "Mapeamento dos sentidos da Reforma Trabalhista e Direito do Trabalho de Exceção" – trata diretamente de um conceito formulado por um sociólogo,[53] restando expressa, ainda, a opção dos pesquisadores por uma investigação das estruturas de relação de trabalho no Brasil sob um viés interdisciplinar.[54]

---

[53] O conceito de Direito do Trabalho de Exceção é investigado pelo sociólogo português António Casimiro Ferreira (2012) em sua obra "Sociedade da Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção".

[54] Consta na identificação do grupo: "Privilegia a abordagem interdisciplinar, com ênfase nas abordagens provenientes da sociologia do trabalho, da economia, da ciência política e da teoria do direito, de modo a refletir sobre as teorias jurídicas que se voltam à fundamentação e análise dos sistemas de regulação laboral". Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/12549>.

O grupo de pesquisas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), também explicita sua intenção de investigar os efeitos da Reforma Trabalhista para além do âmbito exclusivamente jurídico: "objetiva trazer à baila discussões referentes à relação de emprego contemporânea, com vistas às novas regras implementadas por meio da Reforma Trabalhista de 2017, que adveio com a lei federal 13.467/2017, analisando seus impactos sociais, econômicos e trabalhistas".[55]

Na mesma senda, encontramos abordagens que remetem a preocupações clássicas da Sociologia do Trabalho e que se colocam na posição de estudar seus objetos de pesquisa de modo interdisciplinar em diversos outros Grupos e Linhas de Pesquisa: a UFSM, entre outros aspectos, apresenta estudos que contemplam reflexões relacionadas à sociedade em rede, por exemplo;[56] a PUCRS formula a intenção, em sua linha de pesquisa "Crise, reforma e Trabalho" de "estudar o impacto das crises no mercado e economia, bem como os resultados das reformas operadas no ordenamento jurídico brasileiro e também a experiência internacional neste aspecto, para verificar se estas se prestam a proteger o emprego e fomentar a economia";[57] a Uneb também aborda o contexto de globalização e seus impactos nas relações de labor, se propondo a "Investigar as alterações promovidas pela Reforma Trabalhista no sistema brasileiro, bem como seus reflexos jurídico-sociais."[58]

Essa mesma intencionalidade interdisciplinar é verificada também nos grupos de pesquisa da área de Economia (onde localizamos 2 grupos com estudos voltados à "reforma trabalhista"):

1 – Formação e evolução do mercado de trabalho no Espírito Santo, (UFES) e

2 – Núcleo de Estudos Conjunturais – NEC, (UFBA).

Uma das linhas de pesquisa do Grupo de Estudos "Formação e evolução do mercado de trabalho" da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), se propõe a investigar os "desafios do mercado de trabalho no século XXI à luz de suas condicionalidades históricas, com especial atenção para o lugar da informalidade e novas formas de precarização do trabalho

---

[55] Disponível em :< http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/505637>.

[56] Apresentando, como objetivo de uma de suas linhas de pesquisa: "Estudar as novas relações de trabalho envolvendo a sociedade em rede: teletrabalho, home-office, uberização das relações de trabalho envolvendo aplicativos digitais, relações de trabalho mediadas pelas TIC´s (Tecnologias de Informação e Comunicação) ". Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/7845260409399790103001 5>.

[57] Disponível em:< http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/5067178663565034554993>.

[58] Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/16382353022763706886 85>.

propostas pela Reforma Trabalhista aprovada em 2017".[59] Questões essas que, muitas vezes, são analisadas sob a ótica da Sociologia do Trabalho, em especial no que se refere à informalidade e à precarização das condições de trabalho. Já na Universidade Federal da Bahia (UFBA), diversas linhas de pesquisa do Grupo de Estudos localizado demonstram o objetivo de estudar aspectos relacionados à dinâmica do capitalismo e seus reflexos nos postos de trabalho de uma forma multifocal.

A linha de pesquisa "Caminhos do Trabalho: tendências, dinâmicas e interfaces, do local ao global", se propõe a analisar "as tendências enfrentadas pelo trabalho na dinâmica contemporânea do capitalismo no que concerne aos impactos da tecnologia sobre a criação/eliminação de postos de trabalho e as transformações na organização do trabalho",[60] enquanto a linha "Impactos econômicos da Reforma Trabalhista: experiências internacionais e o caso brasileiro" coloca, como objetivo de estudos, a investigação acerca dos "impactos da Reforma Trabalhista, particularmente no que concerne, à geração de emprego e ao rendimento dos trabalhadores".[61] Isto confirma, de certo modo, a conclusão de Dwyer (1997) no sentido de que analisar adequadamente as relações de trabalho exige uma certa cumplicidade de áreas afins, para que seja possível alcançar a multiplicidade de pontos de vista decorrentes da complexa investigação.

E, nos grupos na área de Sociologia encontrados, de acordo com os parâmetros de busca, é possível perceber a preocupação com essa nova temática a partir da investigação dos efeitos da Reforma Trabalhista sobre a classe trabalhadora:

1 – GETS – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, (UFPR) e

2 – Trabalho, reformas neoliberais, movimentos sindicais e sociais, (UNICAMP).

No grupo de estudos da UNICAMP [62] há três linhas de pesquisa: Trabalho, Mercado de Trabalho e Relações de Trabalho, Reformas neoliberais e seus impactos e Sindicalismo e movimentos sociais nos quais fica evidente a preocupação com os impactos das reformas

---

[59] Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/4251692938644717103289 6>.
[60] Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/5797676441856168559854>.
[61] Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/5797676441856168711558>.
[62] "Este grupo reúne pesquisas que têm como objeto sindicatos, movimentos sociais, direitos sociais e trabalhistas. Os trabalhos compreendem os seguintes eixos de análise: percepções, ações, práticas e formas de ação coletiva de sindicatos e movimentos sociais; relações de trabalho segundo recorte de gênero, raça, geração e tipo de vínculo/posição na ocupação; os impactos da Reforma Trabalhista na regulação e no mercado de trabalho; o impacto da tecnologia na organização e nos processos de trabalho; a precarização do trabalho em suas diferentes dimensões; e neoliberalismo e desconstrução de direitos". Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/624246 >.

neoliberais, com o processo de "desconstrução de direitos trabalhistas" e com o futuro do Sindicalismo e das ações coletivas como mecanismos de confronto e de proteção do trabalhador.

Já no Grupo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) consta a preocupação em evidenciar o espaço de pesquisa interdisciplinar, bem como as "novas racionalidades nos diversos setores da economia e reestruturação produtiva",[63] existindo nove linhas de pesquisa, sendo duas delas voltadas diretamente à questão da Reforma Trabalhista: "Reforma trabalhista e sindical e impactos nos sistemas jurídicos de regulação laboral" e "Reforma trabalhista, configurações do trabalho e da ação sindical". Em ambas há o objetivo de se investigar as mudanças provocadas pela Reforma Trabalhista e seus impactos sociais no mundo do trabalho, preocupação esta que perpassa as demais linhas, mesmo que não diretamente envolvidas com a pesquisa da reforma em si.

A linha que pretende investigar as "Novas configurações do trabalho, profissões e educação" propõe-se a abordar, por exemplo, "os impactos das transformações tecnológicas, políticas e econômicas sobre o trabalho"[64] revelando o acompanhar, pela área, das transformações que permeiam seus objetos de estudo.

O Grupo de Pesquisas também aborda "temas como sindicalismo, qualificação, trabalho flexível, trabalho precário e crise" propondo reflexões acerca das possíveis precarizações das relações de trabalho e demonstrando um significativo alinhamento dessas pesquisas com diversos aspectos que sofreram impactos em razão das modificações implementadas com a agenda neoliberal.

E, embora, conforme parâmetros de busca acima delimitados, tenhamos encontrado apenas dois grupos de pesquisa, na área de Sociologia, estudando diretamente a Reforma Trabalhista, tal aferição não desnatura os questionamentos e reflexões colocados, pois conseguimos encontrar, mesmo em outras áreas de estudo: (i) a presença, muitas vezes, de objetivos expressamente delimitados com o intuito de realizar uma abordagem sociológica do tema (abordagem direta); (ii) uma preocupação que, em geral, extrapola o âmbito de análise da área, remetendo a intenções de pesquisa "sociojurídicas", "efeitos sociológicos", "fins econômicos e sociais" (abordagens indiretas); (iii) a busca, na análise da Reforma Trabalhista, por uma contextualização das relações de trabalho considerando a "globalização", o

---

[63] "No contexto das transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade contemporânea, os pesquisadores desenvolvem estudos acerca das novas configurações do trabalho em diversas áreas e contextos – tecnologias de informação e comunicação (TIC), trabalho docente, construção civil e outros". Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/24133>.

[64] Disponível em:< http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/07597458505414241011829>.

"neoliberalismo", os "efeitos do capitalismo internacional"; (iv) a utilização de conceitos e referenciais muitas vezes específicos da Sociologia ou decorrentes de estudos desenvolvidos em Sociologia: "Direito do Trabalho de Exceção", "sociedade em rede", entre outros e (v) a menção expressa à necessidade de se observar uma pesquisa "interdisciplinar" para melhor compreensão da temática proposta.

Desse apanhado preliminar, em conjunto com a pesquisa temática anteriormente realizada, é possível observar diversos estudos voltados para compreender os mais variados aspectos da Reforma Trabalhista de 2017; do mesmo modo, vários grupos de pesquisa têm se debruçado sobre a questão e, embora as reflexões e questionamentos relacionados à reforma sejam, em sua maioria, direcionados a análises de pesquisas jurídicas, é possível encontrar um campo bastante fértil de pesquisa que tenha como objetivo um diálogo interdisciplinar entre direito e sociologia. E, justamente por reconhecer a complexidade que envolve a busca pela análise desse objeto (já que nos propomos a efetuar uma análise contextual, mas também com enfoque institucional de um aspecto processual), é que entendemos pela necessidade de uma abordagem sociojurídica.

Casimiro Ferreira (2019b) defende que a análise que envolve aspectos da relação direito-sociedade, direito-sociologia deve ser "concebida como reciprocidade de geometria variável (e nem sempre conseguida), confrontando-se visões internas com externas do direito, sociologia jurídica dos juristas com sociologia jurídica dos sociólogos" (FERREIRA, 2019b, p. 19). Por meio dessa reflexão e, por meio da reciprocidade, é que seria possível desenvolver ferramentais conceituais e instrumentos de análise sociojurídicos capazes de auxiliar na análise desse momento ímpar vivenciado, de reconfiguração da relação entre política, Estado e direito, patente nos processos da austeridade, da exceção e da financeirização da sociedade.

Ademais, entendemos que a desejada e necessária aproximação entre Sociologia do Trabalho e Direito do Trabalho possibilita a criação de um potente dispositivo que favorece o desenvolvimento de projetos de resistência ao neoliberalismo, para além da formação de jurisprudências protetivas. Essa conjugação de visão forneceria um panorama mais completo não apenas para subsidiar pesquisas e embasar estudos, mas também, e especialmente, para formar posicionamentos e direcionar estratégias que poderiam impactar nos rumos do que entendemos como interesses e anseios da coletividade.

Buscamos, por esse motivo, adotar uma perspectiva interdisciplinar, utilizando os instrumentos de análise e marcos teóricos da sociologia para desbravar algumas questões tradicionalmente analisadas no direito, ultrapassando a percepção meramente judicial de

desdobramentos processuais.[65] E, muito embora tenhamos interesse em também analisar a legislação e a jurisprudência que tratam do tema e do objeto escolhido, fizemos tal estudo a partir de indicadores sociológicos preestabelecidos, considerando todo o cenário e todo o panorama de racionalidade neoliberal que nos propusemos investigar, aproximando o fato social da teoria e, assim, aprofundando a compreensão sobre o papel do Poder Judiciário trabalhista dentro desse contexto.

Além desses passos que demos para justificar e circunstanciar nossas escolhas metodológicas, e para analisar nosso problema de pesquisa e verificar nossas hipóteses, também explicitamos, em capítulo próprio, a análise documental realizada, tendo como base a jurisprudência produzida pelo TRT/PR pós-Reforma Trabalhista de 2017, mais especificamente no que diz respeito à alteração implementada no artigo 840, § 1º, da CLT, como já mencionamos anteriormente, e como voltaremos a mencionar, no Capítulo III.

Feita tal síntese dos olhares da pesquisa acadêmica brasileira que consideram aspectos da Sociologia do Trabalho, bem como sobre as avaliações e investigações que tentam compreender as complexidades de uma racionalidade neoliberal e suas medidas de austeridade sobre as relações de trabalho, cabe-nos refletir, nesse primeiro quadro, acerca das novas possibilidades e desafios de pesquisa que se apresentam, dentro desse cenário de crise econômica e social e de descrédito democrático.

---

[65] António Casimiro Ferreira (2013) faz um relevante retrospecto da evolução dos estudos sociojurídicos, demonstrando, assim as aproximações e convergências dessa união de saberes e seus redirecionamentos de olhares ao longo dos tempos: "A título exemplificativo das preocupações dos estudos sociojurídicos, é possível referir que, nos anos 80, analisaram-se os tribunais considerando-os como organizações com características específicas e um papel autónomo, que era merecedor de um olhar focado como instituição de poder (Shapiro, 1981). Posteriormente, nos anos 90, foram sendo estudados os conflitos sociais e os mecanismos de resolução de litígios (Mackie, 1991), que estavam para além da existência dos tribunais como instância única de resolução de conflitos, alargando a perspectiva e integrando novos mecanismos. Os estudos posteriores debruçaram-se sobre a administração da justiça como uma instituição profissional e política em mudança permanente (Santos et al. 1996; Garapon, 1998), passando a incluir as profissões jurídicas como alvo de grande interesse científico e atenção pública, não só na análise das suas competências, mas também na forma como estas são desempenhadas, como estão organizadas e nos modos de relacionamento com os cidadãos (Kritzer, 1999; Auburn, 2000; Rhode, 2000; Dias e Pedroso, 2002; Santos, 2006; Dias, Fernando e Lima, 2011)" (FERREIRA *et al*, 2013, p. 16).

II – RAZÃO NEOLIBERAL E REFORMA TRABALHISTA

No capítulo anterior, apresentamos o desenho da pesquisa e, em prol da reflexividade esperada de um estudo nas Ciências Sociais, problematizamos seus limites e o diálogo com os trabalhos do mesmo campo com os quais compartilhamos o objeto da Reforma Trabalhista de 2017. Desse processo de constituir um estado da arte, reunimos pontos a serem agora explorados, que tratam da delimitação do marco teórico e da contextualização sociopolítica da pesquisa. Começamos, portanto, enfrentando a lacuna da conceitualização do neoliberalismo, para não o tomar como "algo dado", mas como um fenômeno que, apesar de bastante complexo, deve ser caracterizado em nome da própria coerência interna da tese.

Fizemos um breve compilado de algumas das principais contribuições teóricas que pretenderam avaliar o neoliberalismo, apresentando seus pressupostos mais aceitos e identificando aspectos dessa nova condição, agenda ou racionalidade (muitas são as expressões e cada qual possui sua especificidade conceitual, de acordo com a opção do autor),[66] com o intuito de captar como chegamos, no Brasil, ao atual contexto de "reformas"[67] de direitos trabalhistas.

Dentre as diferentes abordagens à disposição, optamos por trabalhar com os aspectos identificados por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), na descrição deles de uma "racionalidade neoliberal emergente". Segundo os autores, o neoliberalismo constitui-se num sistema jurídico-político-institucional, para além da mera operação dos mercados, e que incutiu o modelo empresarial da competitividade nas subjetividades dos trabalhadores e das instituições.

E, como já apontamos na introdução, não ignoramos o constante e histórico tensionamento que o capital exerce na busca por ampliar, cada vez mais, a liberdade das empresas em contratar, gerir e dispensar seus empregados, num contexto de mediações e de dinâmicas bastante concretas, para além da racionalidade neoliberal. Também observamos que interesses de grupos específicos exercem pressões com a finalidade de buscar, por meio de modificações legislativas, atingir objetivos definidos, e tais mediações com a realidade nem

---

[66] Optamos por chamar de "agenda" a análise desse contexto por verificar uma intencionalidade, um planejamento com objetivos específicos e bem definidos nas propostas impostas pelo neoliberalismo. De qualquer modo, esse conceito é complementar ao proposto por Dardot e Laval quando analisam o conceito de racionalidade neoliberal, que "tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 3).

[67] Colocamos a expressão entre aspas justamente por existirem significativas críticas às reformas trabalhistas implementadas em novembro de 2017, pois teriam, em seu conteúdo, objetivo precarizador, desregulador e desconstruidor de direitos trabalhistas. Nesse sentido: (POCHMANN, 2017); (KREIN, 2018) e (BIAVASCHI; TEIXEIRA, 2018).

sempre podem ser explicadas levando em consideração tão somente a racionalidade neoliberal. Mas enxergamos que, para o acompanhamento do processo de possíveis modificações que estaria ocorrendo na construção da jurisprudência pós-reforma, a análise, a partir da perspectiva dos impactos da racionalidade neoliberal, possibilitaria uma forma mais adequada de buscarmos acompanhar e, de certo modo, mensurar, possíveis danos ou resistências.

Essa abordagem é contrastada com o trabalho de António Casimiro Ferreira (2012), no que toca às características das políticas de austeridade na formação de um Direito do Trabalho de Exceção e de sua Jurisprudência de Austeridade. O autor vê, no incutimento do medo social, uma das características das políticas de austeridade, que, valendo-se de tal subterfúgio, passa a implementar modificações legislativas, desenvolvendo um "direito" que aliena direitos e, na esfera trabalhista, produz uma narrativa de falsa simetria entre trabalhador e patrão.

Colocadas essas questões, avançamos para a Reforma Trabalhista em si, da aprovação no Congresso às mudanças que a lei federal 13.467/2017 suscitou, sopesando a conjuntura de incerteza democrática à época. Dar-se-á especial atenção ao parecer da comissão especial da Câmara Federal, elaborado pelo então deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), uma vez que sua argumentação deu a tônica da discussão política. Ali, poderemos ver em ação, quer nas entrelinhas, quer diretamente, nas exposições de motivos que levaram a diversas das modificações, muitos dos interesses concretos e mediações decorrentes da dinâmica existente na relação conflituosa entre capital e trabalho (KREIN, 2019), todavia, para fins de delimitação da análise proposta no presente estudo, nossa atenção estará voltada à apreciação mais aprofundada dos aspectos da razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) e da política de austeridade (FERREIRA, 2012), tornando esse documento um marco temporal fundamental para o debate que se segue.

E, ao final do capítulo 2, analisamos, com maior profundidade, não apenas os motivos explícitos que levaram o legislador a buscar alterar a forma como o trabalhador inicia sua demanda junto ao Poder Judiciário Trabalhista, mas também os motivos implícitos a tal alteração. Traçamos reflexões acerca das possibilidades interpretativas da nova exigência legal, seus possíveis impactos dentro da realidade, além de ponderarmos acerca desses efeitos na garantia de amplo acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho.

2.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

No capítulo anterior, ao delimitar o estado de arte das pesquisas sobre a Reforma Trabalhista de 2017 nos repositórios digitais da BDTD e da Capes, foram apresentados os resultados de análise de algumas dissertações e teses, divididas pelas diferentes ênfases nas abordagens deste objeto, de forma que pudemos situar a presente pesquisa ante suas similares em diversos campos de estudo. Naquele momento, isso serviu ao propósito de identificar quais aspectos da Reforma Trabalhista mereciam um maior aprofundamento, oportunizando, a partir de tal análise, problematizar sociologicamente a Justiça do Trabalho como um objeto de estudo viável para a discussão sobre as consequências do neoliberalismo nas decisões judiciais.

Daqueles 143 trabalhos, 13 são os de abordagem contextual, nos quais são menos discutidos os aspectos constitucionais da mudança legislativa e as suas repercussões no direito material e processual. Neles, a opção dos pesquisadores é destacar as características sociais e políticas da aprovação da Reforma Trabalhista, vista num cenário amplo, nacional e internacionalmente. A revisão deles teve uma razão epistemológica na estruturação desta pesquisa, para delimitar como a ideia de neoliberalismo foi apreendida pelos pesquisadores que nos precederam na análise da Reforma Trabalhista de 2017.

Como vimos, naqueles estudos há pouca conexão desse debate teórico com a análise objetiva de elementos da Justiça do Trabalho – à exceção da pesquisa de Mello (2020), que buscou verificar a influência do neoliberalismo nos recentes incentivos legais à terceirização. Tinha-se em mente, ao fazermos isto, a crítica elaborada por Rajesh Venugopal (2015) ao uso disseminado do conceito de neoliberalismo nas ciências. Para o autor, quanto mais as pesquisas utilizam-no como conceito guarda-chuva para uma crescente plêiade de fenômenos sociais, mais esse uso se descola de referenciais materiais, de casos concretos passíveis de aferição. Cabe-nos refletir como a forma de abordagem do conceito afeta a interpretação sociológica, para, a partir dessa compreensão, identificarmos o conceito mais adequado para a presente pesquisa.

Como pudemos ver naqueles trabalhos selecionados, não há um pensamento consolidado entre os pesquisadores desse objeto de estudo específico sobre qual temporalidade do neoliberalismo deve ser evocada para melhor contextualizar o caso brasileiro, tampouco sobre os marcos teóricos mais capazes de fornecer interpretações para a leitura crítica do capitalismo e muito menos sobre a realização do projeto neoliberal no Brasil. Trata-se de um estado da arte que, apesar de pertinente ao debate, acabou relegado a um segundo plano entre os estudos da Reforma Trabalhista.

Destaque-se, em tempo, que entendemos que nem sempre as pesquisas precisam percorrer o caminho da periodização densa dos seus objetos de estudo, mas se imagina que ao menos elas devam operar com clareza os conceitos que mobilizam, situando seu pensamento num cenário nítido, para que as eventuais críticas sejam formuladas objetivamente. Seria possível passar direto à análise da Reforma Trabalhista na forma como foi aprovada, sem articulá-la com a discussão do neoliberalismo? Ou iniciar a análise dos acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região sem um anteparo teórico mais robusto? Sim, mas entendemos que isso apenas parcialmente cumpriria a cientificidade esperada de uma análise sociojurídica do objeto de pesquisa.

Ao decidir sobre uma disputa trabalhista, o magistrado, à revelia da sua concepção individual de mundo, e da sua ideologia pessoal sobre o estado das coisas, está sujeito a condições estruturais que o precedem no tempo e que, como depois discutiremos, ao aprofundar Dardot e Laval (2016), hipoteticamente disciplinam sua ação ante os problemas que lhe são apresentados. Ou, parafraseando Keynes, pode-se dizer que as pessoas que hoje se consideram dotadas de senso prático, e isentas de influências intelectuais, "são normalmente escravas de algum economista defunto" (KEYNES, 1936, p. 383). Com isto em vista, e considerando as pesquisas já citadas, partimos delas para, a seguir, recompor um itinerário do neoliberalismo que ampare, mais adiante, a interpretação dos dados obtidos na pesquisa de campo.

Para Bresser-Pereira (2014, 2017, 2018 e 2020),[68] ainda que seja possível recuar até o século 12 d.C. numa tentativa de mapear a organização da sociabilidade capitalista, é com a Revolução Industrial, de 1760 a 1840, que serão lançadas as bases do pensamento liberal, predominante até o ano de 1929, quando a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, seguida da Grande Depressão e, então, da Segunda Guerra Mundial, colocam a economia mundial ante um cenário de baixo crescimento e instabilidade global (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 20).

É quando ganha força a proposta de o Estado assumir o papel de indutor da recuperação econômica, gerando aquilo que Bresser-Pereira (2014, p. 88) chamou de "30 anos dourados do capitalismo", de 1949 a 1978. Segundo o autor, este período é caracterizado pela intervenção ativa do Estado na economia e na proteção social, orientado por políticas desenvolvimentistas

[68] Cabe ressaltar que, embora tenhamos também utilizado a cronologia proposta pelo autor para fins de comparar e visualizar a periodização do neoliberalismo, não desconhecemos as significativas críticas que parte da doutrina direciona às análises conceituais efetuadas por Bresser-Pereira, em especial no que se refere ao neodesenvolvimentismo. Todavia, entendemos que, para a finalidade de sistematização aqui almejada, há possibilidade de utilização de sua cronologia levantada, pois da análise de suas obras, é possível recompor uma periodização introdutória para a emergência dessa racionalidade, pois ela agrupa bastante das abordagens mais recorrentes nas pesquisas contextuais sobre a Reforma Trabalhista.

e de criação de um Estado de bem-estar Social. Essa doutrina macroeconômica prevaleceu até sofrer um revés nos anos 1970, quando ocorreu uma crise econômica marcada por queda nos lucros e estagflação (quando a inflação sobe apesar da baixa atividade econômica), abrindo espaço para que uma corrente de pensamento concorrente ao desenvolvimentismo ganhasse espaço.

O autor chamou o período seguinte de "30 anos neoliberais do capitalismo", de 1979 a 2008. No ciclo anterior, diz Bresser-Pereira (2018, p. 17-18), houve uma progressiva mudança na gestão dos negócios, que deixaram de ser administrados por familiares, para serem operados por terceiros, contratados para este fim, os tecnoburocratas – a transição do capitalismo clássico, ou dos empresários, para o capitalismo profissional. E, no ciclo mais recente, passou-se, segundo o pesquisador, a outra fase, indo do capitalismo profissional para um capitalismo financeiro-rentista.

> Depois da Segunda Guerra Mundial, e especialmente a partir da década de 1980, uma segunda grande mudança social aconteceu na camada mais alta das sociedades capitalistas. Os rentistas, em sua maioria herdeiros, substituíram os empresários na propriedade das companhias. Deixaram a administração das empresas a cargo da alta tecnoburocracia e contrataram outra categoria profissional, a dos financistas, brilhantes profissionais de classe média formados nas principais escolas de administração de empresas, ou com doutorado em economia, para gerir sua riqueza. Esses novos tecnoburocratas logo assumiram mais um papel. São, hoje, os intelectuais orgânicos dos rentistas, justificando o poder e o privilégio destes e seus próprios por meio da economia neoclássica e da ideologia neoliberal. Daquele ponto em diante, pode-se criar uma expressão que denote o caráter misto desse tipo de organização social: capitalismo financeiro-rentista – uma sociedade em que os capitalistas são predominantemente rentistas, enquanto os alto tecnoburocratas são ou os mais altos executivos das companhias, ou os financistas. (BRESSER -PEREIRA, 2018, p. 17).

Esse novo capitalismo que emerge da crise dos anos 1970, segundo Bresser-Pereira (2014, p. 88), é uma coalizão entre os rentistas (herdeiros dos antigos "donos dos meios de produção") e os financistas (a elite da tecnoburocracia, que administra o dinheiro dos rentistas), legitimados pela retomada da filosofia liberal, atualizada por pensadores como Friedrich Hayek, Milton Friedman e James E. Buchanan. Trocou-se, diz, o lucro pelos rendimentos do capital, a acumulação de bens pelo controle da inflação (para que esta não corroa o capital), e a inovação no empreendedorismo pelo "controle da dívida pública e da dívida privada para manter os devedores pagando o nível mais alto de juros compatível com a sua solvência" (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 24).

Cronologias mais complexas do neoliberalismo foram elaboradas por David Harvey (2014) e por Mark Blyth (2020), por exemplo, utilizando, respectivamente, como argumentos

explicativos, a acumulação de capital e a austeridade. Também merecem ser citados os esforços de Gérard Duménil e Dominique Lévy (2007) para sistematizar o trajeto que colocou a economia global a favor do neoliberalismo – esse "fenômeno complexo", como o descrevem (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 1). E, justamente, por se tratar de um fenômeno complexo, as simplificações terão problemas.

A vantagem do modelo simplificado aqui utilizado é que ele permite visualizar algo que se repete, com mais profundidade, nos outros autores: as crises financeiras mundiais se tornaram momentos de inflexão no pensamento econômico hegemônico que, cada vez mais entranhado nas decisões políticas, utilizou-as para justificar rupturas com as formas de governo adotadas no momento imediatamente anterior.

Começando com o período pós-revolução industrial, quando as políticas de laissez-faire, do capitalismo clássico, estavam apoiadas no comércio livre e em orçamentos públicos equilibrados das economias desenvolvidas, a ênfase do pensamento emergente era no papel dos proprietários e dos comerciantes naquela economia progressivamente mais complexa.

Quando o choque das políticas imperialistas leva à Primeira Guerra Mundial, afetando o fluxo de recursos para as metrópoles e deflagrando um período de instabilidade global, vê-se uma estagnação do crescimento, sucedida pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e então da Segunda Guerra Mundial.

Não é à toa que, em 1944, na cidade de Bretton Woods, no estado de New Hampshire, 730 delegados de 44 países realizaram a Conferência Monetária e Financeira das Nações. Ali foi criado o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Concluída a Segunda Guerra Mundial, naquilo que ficou conhecido como os "30 anos dourados do capitalismo", viu-se a prevalência da intervenção dos governos na economia e na composição do Estado de Bem Estar Social.

A necessidade de avanços sociais para a sustentação da economia ficou evidente nesse período, tornando-se uma variável nos cálculos dos secretários de Fazenda dos países.

O ponto de virada seguinte foi a década de 1970, marcada pelo aumento da inflação e baixa atividade econômica – o cenário de "estagflação". Nestes anos, economistas contrários à intervenção externa nos mercados testaram novas balizas de governança na ditadura de Augusto Pinochet, no Chile, que serviu de laboratório para o neoliberalismo que, na crise, galgou a posição do desenvolvimentismo anterior, assumindo a hegemonia.

Os princípios testados no Chile, depois exportados para o Reino Unido, governado por Margareth Thatcher, e para os EUA, do presidente Ronald Reagan, mais tarde, em 1989, seriam sumarizados por John Williamson, no Consenso de Washington.[69]

Ganha força a ideia que uma taxa natural de desemprego é aceitável para a saúde financeira de um país, agora "equipado" com bancos centrais autônomos – evidenciando a supremacia do "econômico" sobre o "político". Mais que isso, conforme Bresser-Pereira indicou, com o capitalismo financeiro-rentista em campo, viu-se o interesse mudar do social para os ganhos dos investidores transnacionais.

Voltando à presença dos "economistas defuntos" nas decisões dos países, Blyth (2020) argumenta que o neoliberalismo revive e amplifica os dilemas clássicos dos seus primeiros pensadores. Para ele, a separação entre Mercado e Estado, posta por John Locke, e o postulado de David Hume, que a dívida pública atrapalha o comércio ao retirar de circulação dinheiro que supostamente iria para investimentos privados, associados à lógica de Adam Smith, pela qual é a oferta que dita a economia, alimentada pela poupança que é convertida em mais negócios, em vez de ser desperdiçada com o consumo, reverberam em Schumpeter, Hayek, Mises e Friedman. São princípios de governança financeira das nações revestidos de uma moralidade própria, de austeridade, que vê na destruição criativa dos ciclos do capitalismo algo em que os governos não deveriam se intrometer.

A seguir, para melhor visualização, apresentamos o quadro comparativo de periodização do neoliberalismo, de acordo com Harvey (2014), Bresser-Pereira (2019), e Blyth (2020):

---

[69] "O Consenso de Washington era uma lista de dez políticas 'obrigatórias' elaborada pelo economista do desenvolvimento John Williamson, em 1989. A lista completa era: disciplina fiscal, reordenamento das prioridades de despesa pública, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, (manutenção de) uma taxa de câmbio competitiva, liberalização do comércio e do investimento estrangeiro direto, privatização e desregulamentação. (...) Quem quis adotar completamente as ideias de Williamson e testá-las pelo mundo inteiro foram as instituições de desenvolvimento internacional sediadas em Washington, especificamente o FMI e o Banco Mundial. Formuladas na América Latina, e para ela, durante um período de inflação crônica que se seguiu à crise de dívida da década anterior, estas ideias rapidamente se tornaram o manual de instruções aplicado a qualquer economia em desenvolvimento ou em transição (do comunismo) na década de 1990" (BLYTH, 2020, p. 234-235).

Quadro 1: Periodização do neoliberalismo segundo Harvey (2014), Bresser-Pereira (2019), e Blyth (2020).

DATAÇÃO	PERÍODO	HEGEMO-NIA	IDÉIA CENTRAL	PROTAGO-NISMO	CRISE
Séculos 17 e 18	Formação do capitalismo clássico	Locke, Hume	Abundância infinita; apropriação da riqueza pelo Estado; dívida pública	Proprietários de terra, industriais, comerciantes	Dívida pública dos governos
1864-1914	Laissez-faire	Adam Smith	Mão invisível do Mercado; valor moral da avareza	Comerciantes	Naciona-lismos
1918-1938	Prólogo da austeridade	Ricardo, Mellon, Schumpeter	Liquidacio-nismo, destruição criativa, ciclos econômicos	Empresários, comerciantes	Quebra da Bolsa de Valores de 1929
1940-1970	30 Anos Dourados do Capitalismo	T. H Marshall, Keynes, Beveridge	Estado de Bem Estar Social	Redução da desigualdade social	Inflação na década de 1970
1980-2010	30 Anos Neoliberais	Mises, Hayek, Friedman	Monetarismo, taxa natural de desemprego	Capital financeiro	Bolha dos seguros em 2008

Fonte: Bresser-Pereira (2019), Harvey (2014) e Blyth (2020). Elaborado pela autora.

Enquanto esse enfrentamento acontece na economia, as ciências sociais alertam que o neoliberalismo não se trata mais de uma questão somente sobre inflação, bolsas de valores, dívida pública e ajuste fiscal. Como demonstra Andrade (2019), há indícios do impacto do discurso de austeridade e de competitividade na sociabilidade das pessoas. Ao revisar a produção recente sobre o assunto, ele agrupou as abordagens em sete grupos distintos.

Haveria um grupo de autores que adotam uma definição neo regulacionista do neoliberalismo, por entenderem que por mais que haja uma predominância internacional desse ideário, cada país adapta o dogma às suas circunstâncias políticas e institucionais – logo não se trata de uma regulação neoliberal dura, mas outra, adaptada aos contextos próprios de cada nação. O mercado financeiro deixa de ser o ponto de chegada para ser o ponto de partida.

Um segundo grupo adota uma definição de neoliberalismo classificada como hibridismo governamental, amparada na visão que ele não é um sistema organizado que busca replicar-se nos países, atuando mais como um conjunto de práticas que agencia configurações institucionais, moldando as possibilidades. Por trás disso está a ideia que o neoliberalismo é menos uma ideologia e mais uma tecnologia de governo.

O terceiro grupo é o formado por quem adota a definição pós-colonialista de neoliberalismo. A tônica é refutar as análises mais generalistas da aplicação do Consenso de Washington nos países, destacando como, em economias em desenvolvimento, o neoliberalismo busca mais o desmonte institucional que a adoção de políticas estruturantes. São autores para quem a discussão sobre o assunto deve se dar estritamente dentro do contexto do caso concreto em análise, pois defendem que "não há correspondência perfeita entre teoria e prática neoliberal" (ANDRADE, 2019, p. 230).

Ao sintetizar o artigo de Andrade (2019), estamos percorrendo o caminho inverso do feito pelo autor. Para ele, esses três tipos de abordagem são os mais contemporâneos, que se recusam a essencializar o neoliberalismo – optando até por chamá-lo de neoliberalismos, no plural, para evidenciar as diferentes aplicações das políticas de austeridade e de competitividade nos países. Os quatro outros tipos de abordagem, que veremos a seguir, mas no artigo aparecem primeiro, como aponta o autor, buscam uma essência para o fenômeno complexo do neoliberalismo, atrás das características gerais das ocorrências particulares.

Na abordagem marxista do neoliberalismo, a ênfase é na visão dele como modus operandi de um grupo social, interessado em reforçar sua hegemonia de classe e ampliá-la internacionalmente. O autor reitera os pressupostos conhecidos, acrescentando aos industriais a figura dos empreendedores, da alta gerência de multinacionais e dos financistas e rentistas, destacando que eles se organizam em defesa da mentalidade de livre mercado, tornando-a sinônimo de liberdade individual. Este neoliberalismo é marcado pela financeirização, pela nova concentração de renda e pelo endividamento das famílias e do governo.

E na análise de David Harvey (2014), de epistemologia marxista, ele também considera que o papel das instituições é central para uma resistência ao neoliberalismo, especialmente no âmbito da Justiça, ao afirmar que "as lutas políticas em torno da concepção de direitos adequada, e mesmo da própria liberdade, passam ao primeiro plano na busca de alternativas" (HARVEY, 2014, p. 195). Contudo, dentro desse recorte, não se pode diminuir o papel da tecnologia nesse embate com o neoliberalismo, e ainda que isto não seja central para a tese, cabe pontuá-lo brevemente.

O confronto entre os interesses do capital, materializados nas tentativas de precarizar direitos trabalhistas, não é uma novidade do século 21. Mas o que chama atenção no atual rearranjo social é a combinação de fatores; além da adequação do modelo de acumulação ao mercado financeiro internacional, há o aparato tecnológico utilizado ideologicamente com um objetivo imediato – o aumento de produtividade – e uma intenção "subliminar" – redução de custos por meio da aceleração da força de trabalho, do maior controle das horas de labor e consequente fragmentação do contrato típico.

Assim reconhecemos o impacto que as tecnologias[70] e, sobretudo, as inovações no campo das informações e da comunicação podem causar nas relações sociais, como pontuado. Todavia tal impacto não significa considerar superado o paradigma do emprego industrial ou das relações de trabalho tradicionais, pelo contrário: verificamos a penetrabilidade dessas inovações nas relações de trabalho, moldando-as de acordo com as intenções desse capitalismo atualizado, dentro desse contexto de imprevisibilidade, alienabilidade e de deslocamentos temporais e espaciais (BRIDI; LIMA, 2018, p. 11-21).

Já a abordagem weberiana concentra-se no Estado como incentivador da competitividade nacional, a ponto desta nova diretriz "deslocar as preocupações com a desigualdade e com a vulgaridade do capitalismo financeirizado" (ANDRADE, 2019, p. 227). Isto se daria pela substituição da essência das decisões do Estado, que deixa de avaliar o interesse público do ponto de vista do julgamento político, adotando, em substituição, as

---

[70] O capitalismo informacional típico da sociedade de redes proporcionou, de certo modo, a expansão e o rejuvenescimento do próprio capitalismo tradicional. Embora tenha ocasionado efeitos variados com reações diversas em diferentes países (dadas as especificidades e peculiaridades locais), manteve um traço comum: a integração financeira global (CASTELLS, 1999). E esse traço comum que acabou impondo a países completamente diferentes programas muito semelhantes que previam agendas neoliberais, programas de austeridade e flexibilização de direitos trabalhistas, acentuando ainda mais as desigualdades existentes entre países industrializados e países periféricos (ou de desenvolvimento tardio). Numa tentativa de complementar a compreensão acerca do funcionamento e dos efeitos dessa dinâmica do capital financeiro global é possível, ainda, problematizar a questão da sociedade em rede e da economia informacional global, cabendo questionar qual seria a importância do paradigma tecnológico na redefinição do modo de produção capitalista e na ressignificação das estruturas e relações de trabalho (CASTELLS, 1999). Ao buscar esclarecer a dinâmica econômica e social na nova era da informação, Castells se propõe a apresentar teorias para analisar o impacto das tecnologias no mundo contemporâneo, levando em consideração a economia informacional global, o fluxo contínuo que regula consumo e produção, a intensa flexibilização do trabalho e a extrema individualização do trabalhador, tudo isso dentro de um sistema de redes interligadas. Embora Castells apresente sua concordância com a teoria proposta por David Harvey, ao repensar a questão da compressão espaço-tempo o autor remete à necessidade de atentarmos para a existência de um complexo de redes interligadas – decorrente da transformação tecnológica – que não pode ser desconsiderado para fins de uma adequada contextualização e produção de prognósticos científicos. O paradigma tecnológico, para tal finalidade, não deve ser subestimado nem superestimado, mas devidamente considerado em razão de seu alto grau de penetrabilidade, ou seja, seu alto poder de interação com os mais diversos tipos de atividade e de relação humana, incluindo, aqui, as relações de trabalho. Para mais detalhes acerca da questão relativa ao balanço da situação dos países periféricos e os impasses na atual fase da globalização de capital, recomenda-se o artigo "A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista", de Francisco Luiz Corsi (2002, p. 11-29).

avaliações econômicas de mercado como norte para as suas ações. Em resumo, a abordagem weberiana busca entender a submissão da ética à racionalidade econômica.

Andrade (2019) separa das abordagens marxista e weberiana a definição bourdieusiana, assentada no escrutínio da visão idealizada do mercado. A ênfase aqui é na estratégia que faz do neoliberalismo um projeto político cujo sucesso depende de uma teoria econômica dessocializada e des-historicizada, já que depende de cada um se entender como indivíduo incapaz de se organizar coletiva e cooperativamente contra a lógica do mercado. A financeirização dissolve a política, tornando-a impraticável, redesenhando, com isso, a cidadania.

Por fim, há a abordagem foucaultiana, que na obra de Andrade (2019) é a primeira a ser descrita. Ele parte da noção de biopolítica de Foucault, para destacar como "governar" não se restringe mais a administrar a burocracia, pois os Estados têm se empenhado em administrar também a conduta das pessoas, fazendo com que elas se conformem com as condições materiais a que são submetidas. O neoliberalismo deixa, portanto, de ser mera ideologia, para se tornar uma forma de existência. A concorrência extrapola o mercado e passa a marcar as relações interpessoais e a governamentalidade, erodindo os limites entre democracia e capitalismo no cerne das pessoas e das instituições.

No quadro a seguir ilustramos um pouco melhor essa questão:

Quadro 2: Usos do neoliberalismo nas Ciências Sociais segundo Andrade (2019).

DEFINIÇÃO	REFERÊNCIAS	IDÉIA-FORTE	PAPEL DO ESTADO	SOCIABILI-DADE
Marxista	Harvey, Duménil e Lévy	Neoliberalismo é um acordo entre capitalistas e alta gerência para instituir uma ordem mundial cujo lastro passa a ser a hegemonia financeira.	Mediar a transferência de bens públicos ao domínio privado, para estarem à disposição da acumulação capitalista.	Sem o Estado para lastrear os direitos sociais, as pessoas são entregues aos mecanismos de acumulação dessa nova riqueza não-produtiva.
Weberiana	William Davies	Os dilemas éticos são escanteados pelo neoliberalismo, que os oblitera sob o manto da racionalidade técnica das suas	Adota indicadores econômicos como baliza para suas ações, que sobrepujam o debate político na	Acontece no desencanta-mento da política, substituída pela economia. É a prevalência do explícito sobre o ambíguo da

		medidas.	esfera pública.	construção social.
Bourdieusiana	Bourdieu, Wacquant	A ênfase do neoliberalismo nos indivíduos ignora condições sociais que influenciam no cálculo dos agentes.	Reestruturar-se para tornar real a ficção dos mercados, com políticas disciplinadoras aos cidadãos.	Responsabilização individual configura-se como discurso motivacional e cimento cultural da sociedade neoliberal.
Foucaultiana	Dardot, Laval e Wendy Brown	A lógica do mercado extrapola as instituições e passa a moldar o comportamento dos indivíduos. Nisto, erode a dimensão coletiva da democracia.	O Estado aceita ser ele próprio gerido como uma empresa, enquanto propala a competitividade à sociedade como um valor a ser reproduzido.	As condutas humanas passam a ser avaliadas pela lógica de mercado, provocando uma excessiva responsabilização dos indivíduos.
Pós-colonialista	Mathieu Hilgers, Daniel Goldstein	Nos países sem políticas sociais implementadas, não pôde ocorrer o desmonte neoliberal. É preciso, olhar o neoliberalismo existente, não o teoricamente conhecido.	Desprovido de Estado de Bem Estar Social e em ajuste de contas com o passado de colônia, o Estado aplica a teoria liberal à maneira que lhe aprouver.	Não podem ser apreendidas com base em universais abstratos hegemônicos, pois os imaginários políticos desses países são particulares.
Neo regulacionista	Jamie Peck	Multiplicidades de instituições e espacialidades criam práticas neoliberais diferentes em cada país.	Alterar as regras de mercado, para se ajustar às retrações e expansões deste.	Resistências criam áreas de menor incursão neoliberal e afetam as regulações.
Hibridismo governamental	Aihwa Ong	Intervenções neoliberais se adaptam às configurações locais, fragmentando o tecido social.	Neoliberalismo migra das democracias ocidentais para países com outros regimes de governo como técnica de gestão.	Os arranjos locais são imprevisíveis, logo resultados na população podem, ou não, coincidir com as expectativas neoliberais.

Fonte: Andrade (2019). Elaborado pela autora.

Recapitulando, até aqui vimos que as recentes dissertações e teses que se dedicaram a estudar a Reforma Trabalhista de 2017 de forma mais contextual, apesar de reconhecerem o neoliberalismo como um elemento necessário à compreensão das mudanças legais aprovadas no Brasil, não deram centralidade ao tópico no desenho da sua pesquisa. Isto coincide com a crítica de Venugopal (2015), sobre o uso disseminado do conceito de neoliberalismo nas ciências.

Para avançar, recorremos à periodização de Bresser-Pereira (2019), relacionando a ela aspectos levantados por Blyth (2020) e Harvey (2014), para estabelecer o contexto histórico da Reforma Trabalhista ante os marcos do neoliberalismo. Vimos que, na sucessão de crises do capitalismo, foi na década de 1970, com a inflação dominando o cenário internacional, e com a atividade econômica em baixa, que ocorreu a virada neoliberal que se estende até a atualidade.

Com mais força a partir de 1980, as políticas de bem-estar social são progressivamente substituídas por medidas de austeridade nos grandes centros econômicos, com a exportação desses mecanismos às economias dependentes por meio dos organismos financeiros internacionais. Estabelece-se um consenso sobre a taxa natural de desemprego e sobre a autonomia dos bancos centrais, por exemplo, com o estímulo externo aos governos para adotarem mecanismos de gestão empresarial nas decisões políticas. Desde então, passaram mais de 40 anos sem abalo à hegemonia do neoliberalismo, apesar dos problemas do mercado de securitização em 2008 terem forçado os Estados a socorrerem instituições bancárias.

Esse fenômeno complexo vem sendo debatido nas Ciências Sociais, conforme a síntese de Andrade (2019), nas mais variadas ênfases – das mutações do neoliberalismo na periferia do capitalismo, onde nem há condições materiais para se implantar políticas de desmonte do Estado, até a financeirização da governamentalidade. Contudo, sem desprezar os *insights* das demais definições em uso, adotamos a abordagem foucaultiana nesta tese, conforme estabelecida por Dardot e Laval (2016), principalmente, e por Wendy Brown (2018; 2019), subsidiariamente. Apesar de Brown ser anterior aos autores franceses, é o trabalho deles que melhor delineia aspectos aferíveis da racionalidade neoliberal, já que a pesquisadora norte-americana enfatiza, na sua obra, os danos disto às instituições.

O uso desse marco teórico contrasta com os utilizados pelas dissertações e teses citadas no capítulo anterior, como veremos a seguir, na tabela que opõe as abordagens recorrentes do neoliberalismo presentes nelas à formulação dessa "nova razão de mundo", dentro da abordagem foucaultiana. Em síntese, para Dardot e Laval (2016) não faz mais sentido pensar o neoliberalismo apenas pela matriz econômica, ou pelo crescente individualismo que ele

propala, ou ainda pela adoção de indicadores de produtividade na gestão pública – pois essa ideologia converteu-se no espírito desta época, articulando todas essas ocorrências e outras mais, fazendo de si, do neoliberalismo, por mais controversas que sejam as suas correntes internas de pensamento, a nova razão do mundo.

Quadro 3: Caracterização do neoliberalismo segundo Dardot e Laval (2016).

ASPECTO	**ABORDAGENS RECORRENTES**	**NOVA RAZÃO DO MUNDO (DARDOT; LAVAL, 2016)**
Marco inaugural	Criação da Sociedade Mont-Pelerin, em 1947	Colóquio Walter Lippmann, em 1938
Fato causador	Resposta à crise de acumulação capitalista	Resposta à crise de governamentalidade
Sujeito histórico	Finanças	Governamentalidade
Papel do Estado	O Estado "controla" os mercados	O Estado é coprodutor voluntário das normas de competitividade
Idéia-forte	Estado contra o Mercado	Estado e Mercado interagem
Contraste	Mercado toma o Estado de fora para dentro	Estado apadrinha o modelo concorrencial
Mecanismo	Atração do capital pelo capital	Conjunto de regras jurídico-políticas
Explicação	Ênfase nos casos particulares	Ênfase na estratégia geral
Consequência	Cria outro regime de regulação da economia	Cria outra sociedade
Sociabilidade	Mercantilização das relações sociais	Homem-empresa

Fonte: Dardot e Laval (2016) ante revisão bibliográfica. Elaborado pela autora.

Para Dardot e Laval (2016), a historicização do neoliberalismo é fundamental para a compreensão da sua complexidade. Assim, os autores optam por recuar até 1938 para demonstrar como a troca de propostas entre seus ideólogos antecede o pós-guerra, devendo essa historicização acompanhar a circulação desses intelectuais na tentativa de criar "uma 'Internacional' neoliberal" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 72) décadas antes de suas propostas tornarem-se hegemônicas.

Fica subentendido que se trata, desde então, da intenção de refundar o neoliberalismo – e que apesar de ficar em segundo plano até os anos 1970, encontrou meios de sobreviver ao predomínio do desenvolvimentismo keynesiano, asilando-se em universidades de prestígio na Europa e nos EUA. A data, portanto, é um alerta para quem julgou que a crise econômica de 2008, como a tradição de inflexões no pensamento econômico hegemônico poderia indicar, encerraria o neoliberalismo, igual aconteceu nas ocasiões anteriores. Pelo contrário, dizem Dardot e Laval (2016), ela o fortaleceu.

> Enganar-se sobre a verdadeira natureza do neoliberalismo, ignorar a sua história, não enxergar suas profundas motivações sociais e subjetivas era condenar-se à cegueira e continuar desarmado diante do que não ia demorar a acontecer: longe de provocar o enfraquecimento das políticas neoliberais, a crise conduziu a seu brutal fortalecimento, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros. (...) A compreensão do neoliberalismo é, a nosso ver, uma questão estratégica universal. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 13).

Para Dardot e Laval (2016), não se trata mais de, como nos ciclos anteriores, fazer frente a uma crise cíclica de acumulação capitalista, pois o neoliberalismo é uma resposta ao modelo de governamentalidade em vigor, que abdica da visão na qual o Estado se opõe ao Mercado por querer controlá-lo. Eles argumentam que o Mercado é socialmente construído e que, ao elaborarem seu receituário para além do monetarismo, com propostas de condutas que acabam introjetadas pelas pessoas, os ideólogos neoliberais ressignificam o papel do Estado, tornando-o coprodutor voluntário das normas de competitividade.

Ou, como bem explicitam as autoras Bridi, Braunert e Bernardo (2019), trata-se de uma "subversão da concepção de Estado como instituição responsável por garantir direitos sociais e prestar serviços públicos de qualidade, passando o Estado a agir em prol dos interesses exclusivamente do mercado e pautado por uma lógica concorrencial" (BRIDI; BRAUNERT; BERNARDO, 2019, p. 110).

Afastada a narrativa do "um contra o outro", vê-se que o mecanismo está baseado no Estado e no Mercado interagindo num jogo em que o primeiro se funde ao segundo, quando apadrinha a expansão do modelo concorrencial dentro da nação, dentro da administração pública e dentro da sociedade, com políticas mais voltadas ao empreendedorismo que à justiça social, por exemplo. Para que isso ocorra, as instituições precisam moldar-se para cumprir esse objetivo, adequando-se no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

O neoliberalismo, indicam Dardot e Laval (2016), depende de leis ajustadas ao seu propósito e de uma Justiça subalternizada a esse paradigma, que seja capaz de amparar o

desmonte de estruturas específicas do Estado, enquanto justifica a existência das políticas públicas sobreviventes, agora alinhadas à financeirização da máquina pública. Sobre isso, os autores, ao discutirem os sindicatos na sociedade neoliberal, dizem que:

> Enquanto na regulação antiga das relações sociais tratava-se de conciliar lógicas que eram consideradas, de saída, diferentes e divergentes, o que implicava procurar um 'compromisso', na nova regulação os termos do acordo são estabelecidos de imediato e de uma vez por todas, porque ninguém pode ser inimigo da eficácia e do bom desempenho. Apenas as modalidades práticas, os ritmos e certos ajustes secundários ainda podem ser objeto de discussão. Sabe-se que esse é o princípio das "reformas corajosas", em particular das que visam a degradar a situação geral do maior número de indivíduos. Assim, podemos ver que as formas dos conflitos estão fadadas a mudar nas empresas, nas instituições, na sociedade como um todo. Ocorrem duas transformações importantes. De um lado, a lógica gerencial unifica os campos econômico, sociais e políticos e cria as condições para uma luta transversal; de outro, desconstruindo sistematicamente toda as instituições que pacificavam a luta de classes, essa lógica "terceiriza" o conflito e dá a ele um caráter de contestação global do Estado empresarial e, por conseguinte, do novo capitalismo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 285).

Em vez, portanto, da análise do neoliberalismo ficar detida em pontos particulares, Dardot e Laval (2016) sugerem que os fenômenos sejam vistos como elementos de uma estratégia geral, que não busca mais apenas mudar o regime de regulação da economia, mas criar uma outra sociedade, na qual a mercantilização das relações sociais complexificou-se a ponto de, corporificadas pelo conjunto dos cidadãos, transformá-los em pessoas-empresas, regidos pela competitividade.

Nessa linha de pensar, o trabalhador afasta-se dos interesses da coletividade e deixa de se posicionar enquanto categoria, preferindo, dentro dessa nova razão, lutar individualmente por seus interesses, crente numa alegoria meritocrática que supostamente possibilitaria sua ascensão profissional.

O Estado, também alinhado a essa nova razão, verifica no crescimento desse individualismo do trabalhador, agora identificado como indivíduo-empresa, a oportunidade de implementar significativas modificações legislativas sem que se identifique forte oposição. Aliado a essa oportunidade, também temos o concomitante crescimento de um discurso de temor e de insegurança que, alertando sobre os supostos perigos que rondam a sociedade, passa a defender a necessidade crescente de medidas de austeridade e de flexibilização de direitos. Retornaremos a esse ponto quando analisarmos o cenário que possibilitou a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 bem como os motivos da sua aprovação.

Esse referencial teórico, portanto, dialoga diretamente com o objeto do estudo, que é compreender se ocorre, e como se dá, o sugestionamento neoliberal da Justiça do Trabalho, por

meio da busca, nas decisões dos magistrados, dos elementos desta racionalidade. Nesse sentido, nesta tese buscamos aquilo que Wendy Brown (2020, p. 132) chamou de "neoliberalismo realmente existente". Em seu livro mais recente, sobre a ascensão da política antidemocrática no Ocidente, a pesquisadora analisa vários casos em que disputas sobre direitos da população LGBTQIA+ e ao aborto seguro, por exemplo, são questionados no Judiciário.

> Os direitos são a ponta de lança com a qual os compromissos democráticos com a igualdade, a civilidade e a inclusão são contestados nas batalhas legais neoliberais. Mas as forças por trás deles, que realizam incursões contra a sociedade e a democracia, são os valores e as reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo hetero-patriarcal cristão. (BROWN, 2020, p. 140).

Nesse sentido, buscamos identificar a "produção subjetiva neoliberal" (BROWN, 2020, p.17), num esforço inspirado na pesquisa de Wendy Brown, mas calcado nos sentidos delineados por Dardot e Laval (2016) para o mundo do trabalho. A tarefa foi empreendida tendo em mente o alerta feito por Johanna Oksala (2011), que, ao comentar a produção teórica de Michel Foucault, pontua que ele, ao propor o conceito de biopolítica e de governamentalidade, que são a espinha dorsal dessa abordagem do neoliberalismo, enfatizou que uma época não pode ser reduzida a apenas uma racionalidade abrangente. De forma que o que investigamos são "as racionalidades historicamente específicas intrínsecas às práticas" (OKSALA, 2011, p. 106).

No texto em que Foucault anuncia que se dedicará ao estudo do Estado, ele lança as bases da governamentalidade, que não se resume somente à forma de gerir a máquina pública. O autor vê, nas mudanças das técnicas de governo, o próprio Estado buscando formas de se adaptar às mudanças sociais – e sobreviver a elas. Já na obra dele, portanto, há o raciocínio que separar o Estado dos demais elementos da vida social seria um erro epistemológico, como ele demonstra no trecho a seguir:

> Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido com base nas táticas gerais de governamentalidade. (FOUCAULT, 2016, p. 430).

Nas aulas de Foucault, depois publicadas como "O Nascimento da Biopolítica", o autor se deterá mais sobre a ideia da governamentalidade e fica nítida a inspiração de Dardot, Laval e Brown para desenvolverem a ideia da racionalidade neoliberal como razão de mundo. Por exemplo, quando o pesquisador francês diz que "a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado como a construir e a edificar" (FOUCAULT, 2008, p. 6).

Em tempo, por mais que tenhamos optado por uma abordagem essencialista do neoliberalismo, conforme a classificação de Andrade (2019), vista anteriormente, comungamos da visão que o neoliberalismo, "enquanto política econômica, modalidade de governança e ordenamento racional, é um fenômeno global e inconstante, diferenciado, não-sistemático e impuro" (BROWN, 2018, p. 12).

É digno de nota que os trabalhos posteriores, tanto de Wendy Brown (2018), quanto de Dardot e Laval (2017), após sistematizarem os marcos do que seria a racionalidade neoliberal, tratem, ambos, da política contemporânea. A autora avaliou o avanço da direita conservadora nos Estados Unidos; os autores franceses buscaram interpretar as manifestações políticas contrárias ao neoliberalismo que emergiram no século 21. As avaliações que fazem sobre as instituições têm vínculo claro com o objeto desta tese, que vê no Judiciário um dos pilares da democracia.

O trecho a seguir, por exemplo, de Dardot e Laval (2017), aborda isso indiretamente, ao tratar da despolitização das instituições no sentido de perda do vínculo delas com a coletividade, no que deixam de operar como "espaços vitais não mercantis":

> O impasse em que nos encontramos é testemunha do desarmamento político das sociedades. Ao mesmo tempo que pagamos o preço da ilimitação capitalista, somos atormentados pelo enfraquecimento considerável da "democracia", isto é, dos meios que, apesar de raros e limitados, possibilitavam conter a lógica dominante, preservar espaços vitais não mercantis, apoiar instituições regidas por princípios que não fossem os do lucro, corrigir ou atenuar os efeitos da "lei da concorrência mundial". As "autoridades políticas" que se sucedem ao sabor das alternâncias perderam em grande parte a liberdade de ação perante os poderes econômicos que elas próprias estimularam e reforçaram. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 14).

Enfim, a racionalidade neoliberal, como apresentada por Dardot e Laval (2016), teria como característica essencial a ascensão de uma lógica que: (i) por meio de uma articulação estratégica, de dimensão heterogênea e totalizadora intitula a governança como modo de conduzir empresas, Estados e o mundo, produzindo intensos efeitos sobre a dinâmica da estrutura ocupacional; (ii) propõe a indivíduos, governos e instituições a intensificação da

eficácia e a compreensão das atividades sociais como investimentos a serem gerenciados, observando-se cálculos de risco e de custos e sufocando a construção de subjetividades alternativas; (iii) além de promover o individualismo, a concorrência e a adoção de indicadores econômicos na gestão pública e privada, causando o enfraquecimento de instituições públicas do trabalho e acentuando a desorganização do mercado de trabalho, também se converte no espírito da época, impactando distintas dimensões; (iv) fomenta a ideia de austeridade e de sacrifício como única resposta para os problemas ocasionados pela crise econômica, produzindo maior concentração de riquezas e consequente maior desigualdade social; (v) introduz formas sem precedentes de sujeição, alterando a concepção de bens públicos, modificando seus princípios distributivos e enfraquecendo instituições democráticas e (vi) não satisfeita em criar outro regime de regulação da economia, busca estabelecer outro modelo de sociedade, desenvolvendo um novo conjunto de regras jurídico-políticas a serem observadas.

Cabe destacar, ainda, que não desconhecemos as críticas à obra dos autores, no sentido de que teriam efetuado uma análise do neoliberalismo desconsiderando a realidade dos países periféricos.[71] Mesmo com tal limitação, entendemos que muitos dos conceitos e argumentos utilizados, mesmo pensados a partir da realidade europeia, ainda são de grande valia para a análise do fenômeno sobre o cenário brasileiro, desde que utilizados levando-se em consideração essas distinções – o que buscaremos observar, ao longo da presente pesquisa.

A conceituação de nova razão do mundo, como proposta por Dardot e Laval (2016), parece-nos, assim, a mais adequada para conseguir responder aos questionamentos formulados na presente pesquisa, justamente por permitir visualizar, no retrato da racionalidade neoliberal, uma influência que ultrapassa o caráter meramente econômico e se infiltra pelos mais distintos aspectos da vida. Essa possibilidade de "infiltração" de uma racionalidade que se propõe como nova forma de consciência e, inclusive, passa a disputar a compreensão geral do processo de organização social (MALTA, 2019) é que nos interessa observar. Primeiro, para entendermos as intenções na aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 e, após, para observarmos as reações do Poder Judiciário Trabalhista em suas decisões judiciais.

---

[71] A autora Paula Talita Cozero (2019), além de ressaltar tal limitação na obra dos autores franceses, também argumenta que eles realizam uma análise simplista do trabalho de marxistas como David Harvey, por exemplo, negligenciando a complexidade da sua análise sobre o neoliberalismo, além de ignorar a relevante produção de outros autores marxistas sobre a relação entre marxismo e direito, em especial a que parte da tradição inaugurada pelo autor soviético Evgeny Pachukanis. Todavia, apesar de tais críticas, reconheceu que a obra "apresenta uma contribuição bastante interessante e útil para a compreensão dos fenômenos de desmonte de políticas sociais, estabelecimento de governos que tomam a lógica empresarial para si – assumindo a racionalidade privada nas políticas públicas – e construção de 'subjetividades neoliberais'" (COZERO, 2019, p. 130).

2.2 DAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Delimitada a abordagem do fenômeno do neoliberalismo que será utilizada na tese, o passo seguinte é estruturar como identificamos as suas manifestações observáveis. Essa é uma discussão acadêmica ainda mais fragmentada que a própria definição sobre o conceito, logo, neste tópico, que antecede as incursões a campo do quarto e quinto capítulos, apresentaremos autores que abordam a questão, com ênfase no recorte elaborado por António Casimiro Ferreira (2012), sobre como a naturalização da sociedade de austeridade, legitimada pelo medo social, leva primeiramente à criação de um ambiente propício para a aprovação da reforma trabalhista de 2017 e, num segundo momento, possibilita o desenvolvimento de um Direito do Trabalho de Exceção e de uma Jurisprudência de Austeridade.[72]

Antes de mais nada, cabe ressaltar que a racionalidade neoliberal, ao se apropriar do termo austeridade, acaba por desvirtuar seu sentido, originariamente filosófico e ligado à moral, (no qual se exaltava comportamentos privados de disciplina, rigor e prudência), para conceder-lhe uma característica essencialmente econômica e de índole pública e política, como explicam Bridi, Braunert e Bernardo (2019):

> A palavra austeridade, no campo moral, é carregada de sentido positivo, sendo entendida como benéfica, estando ligada a capacidade de se fazer uma gestão responsável e eficiente dos recursos disponíveis. No entanto, a austeridade no âmbito público, quando apropriada pelo discurso neoliberal e acionada por governos adeptos da "racionalidade neoliberal" assume outras características. Ou seja, prioriza o âmbito econômico em detrimento dos outros setores essenciais voltados ao social (saúde, educação, habitação, trabalho, emprego, segurança alimentar, etc.). (BRIDI; BRAUNERT; BERNARDO, 2019, p. 102).

O maior problema dessa distorção conceitual reside, justamente, no fato de que não há como se comparar a complexidade e as finalidades da gestão pública – que deve procurar atender o interesse comum – à simplicidade de uma gestão doméstica, privada, que não precisa atender a uma multiplicidade de interesses. Essa fundamental distinção irá permear nossa análise a partir de agora, buscando demonstrar como contradições discursivas podem desencadear interpretações jurídicas que destoam da realidade.

---

[72] Algumas das ideias dos próximos tópicos, dos Capítulos II e III, foram inicialmente exploradas pela pesquisadora no artigo "As políticas de austeridade e o acesso à Justiça após a Reforma Trabalhista" que consta no livro "Direito do Trabalho e Democracia", de organização de Sidnei Machado (2019) e no artigo "Garantia de acesso à Justiça no período pós-Reforma Trabalhista: o papel do poder Judiciário", apresentado no XI Seminário Nacional de Sociologia e Política: Intermitências da Democracia e desigualdades Sociais, GT 02 – Trabalho e ação coletiva no século XXI, realizado em outubro de 2020.

Nesta tese, tomamos austeridade no sentido descrito por António Casimiro Ferreira (2012),[73] conforme formulado após analisar as consequências sociojurídicas das medidas de ajuste fiscal aplicadas pelo governo de Portugal como contrapartida ao socorro financeiro prestado ao país na crise de 2008, em cumprimento às demandas exigidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu (Mota, 2017).

Ferreira (2012) pondera que, se houve, no mundo pós-Guerras, uma preocupação inicial em se reconhecer a importância social do trabalho, como efetiva ferramenta de redistribuição e promoção de justiça social, a partir do colapso do sistema financeiro mundial agravou-se entendimento diametralmente oposto, confirmando-se posição contraditória no sentido de que havia uma necessidade emergente de se fortificar o dogma da economia de mercado, mesmo que em detrimento de direitos trabalhistas anteriormente conquistados (FERREIRA, 2012).

Já em 2001, o autor português alertava que, para além de modelos político-jurídicos assumirem uma proposta mais ou menos liberal, socialista, ou conservadora, os fundamentos utilizados foram dando lugar a uma espécie de consenso ortodoxo em torno das noções de "direito do trabalho da crise" e "da crise do direito do trabalho", buscando uma mercadorização das relações de acordo com o capitalismo global financeiro e ocasionando um "bloqueamento das dimensões emancipatórias" do Direito do Trabalho (FERREIRA, 2001).

E embora o autor tenha apresentado suas reflexões a partir do cenário português, a capacidade extensiva e amplamente adaptável da racionalidade neoliberal nos permite extrair alguns conceitos e reflexões que, dada a devida contextualização, podem ser utilizados para auxiliar na compreensão do panorama brasileiro. [74]

Ademais, muito embora a teoria de Casimiro Ferreira tenha sido desenvolvida em um cenário bastante específico – e distinto – do panorama brasileiro, não se mostra possível afirmar que a análise das categorias de crise econômica, austeridade e direito de exceção, estariam

---

[73] Professor associado da Universidade de Coimbra, Ferreira é doutor em Sociologia do Estado e do Direito pela mesma instituição. Coordena projetos no Centro de Estudos Sociais e é co-coordenador científico do Programa de Doutoramento "Direito, Justiça e Cidadania no Século 21". Especializou-se, ao longo do tempo como pesquisador, na sociologia política do direito.

[74] Há sempre uma preocupação acadêmica, de cunho epistemológico, no momento em que utilizamos um conceito elaborado que, originalmente, tem em vista uma realidade distinta daquela na qual o conceito será aplicado. Não desconhecemos o fato de que o conceito de austeridade, tal qual formulado por Casimiro Ferreira, foi desenvolvido tendo em conta, especialmente o cenário português após a crise de 2008. Por esse motivo, optamos por selecionar específicas dimensões teórico-conceituais dos trabalhos do autor, aplicando tais dimensões à realidade brasileira. Nessa mesma linha interpretativa, mencionamos as explicações metodológicas de Roberta Freitas Guerra, para quem "tal perquirição se justifica pelo fato de a mencionada teoria ter sido concebida em um contexto de produção bastante específico e, em última instância, diverso do brasileiro. Daí porque se justificariam também certas mediações que articulem o cosmopolitismo que inegavelmente a informa com as especificidades locais observáveis na sociedade brasileira dos primeiros anos do século atual" (GUERRA, 2021, p. 1.153).

estritamente ligadas à sociedade portuguesa, numa espécie de "nacionalismo metodológico" (GUERRA, 2021, p. 1.154). Primeiramente porque o próprio autor revelaria sua preocupação em contextualizar o problema português sob a ótica do panorama europeu e mundial; e, num segundo momento, porque embora com suas peculiaridades e especificidades, o Brasil também se encontra inserido dentro desse cenário globalizado de ascendente racionalidade neoliberal, sofrendo as influências e intervenções do mercado financeiro internacional (GUERRA, 2021).

Assim, desde que efetivadas as necessárias mediações que permitam observar as diferenças de contexto entre o cenário português de 2008 e o cenário brasileiro pré e pós reforma trabalhista de 2017, mostra-se possível aplicar tais categorias e conceitos para o desenvolvimento do presente estudo.

Para além dessa necessária discussão de adaptação metodológica, constata-se, de certo modo, o rompimento com o discurso humanista que, até então, associava a ideia de paz à justiça social, à proteção e à não mercantilização do trabalho, como forma de proteção da vida e como objetivo social compartilhado. E, muito embora existam diversas críticas à falta de efetividade desse discurso humanista na concretização da redução da desigualdade social, fato é que havia uma força emblemática em tal diretriz discursiva que nos oferecia um "horizonte simbólico muito profundo no direito do trabalho" (DUTRA, 2020, sem, paginação), que possibilitava certa união dos trabalhadores em prol de uma ideia comum, além de trazer altos traços de reprovabilidade naqueles conteúdos programáticos que se mostrassem expressamente contrários a tais ideais.

Da preocupação anterior com os possíveis efeitos humanos da crise, com a busca pela redução das desigualdades e com a necessidade de participação do Estado nessa abordagem humana dos problemas globais, passou-se a realocar a centralidade das discussões para uma consideração equivocada do mercado como possível solucionador e apaziguador das desigualdades. A ideia de redução de custos, por exemplo, passa a ser vista como uma nova forma de se entender e visualizar as relações de trabalho.

A busca por atender as demandas do mercado acaba por incompatibilizar medidas políticas com as premissas básicas do Direito do Trabalho e, para o melhor desempenho desse novo papel, passa-se a exigir dos cidadãos sacrifícios em nome da recuperação do sistema financeiro: medidas econômicas, alterações legislativas, interferências diversas são impostas como "solução para a crise" sem, entretanto, quaisquer garantias. Exalta-se o sacrifício individual como algo de valor e a meritocracia como ideal a ser perseguido (SOUZA, 2019). E essa ressignificação discursiva e consolidação de um novo "estilo de vida" interessa-nos em

especial para compreender tanto a influência desses argumentos na modificação da legislação, como também seus impactos nas formas de interpretação da lei, pelo Poder Judiciário.

A austeridade apresenta-se, assim, como uma ideia "de agravamento do conjunto de medidas do neoliberalismo e como ruptura do espírito de Filadélfia, de um certo paradigma de proteção ao trabalho" (DUTRA, 2020, sem paginação). Consolida-se, assim, uma transformação de identidade e o apagamento de lutas e de histórias, pois o trabalhador passa a ser visto, contraditoriamente, como mercadoria, na venda de seu esforço, e como sujeito-empresa, empreendedor de si (DARDOT; LAVAL, 2016) ou, ainda, empresário de si mesmo (HAN, 2015, p. 20)[75] na sua atuação solitária e individual.

O empresário de si mesmo, como descrito por Han (2015), na análise de sua Sociedade do Cansaço, acaba aprisionado em sua falsa liberdade: inserido em uma sociedade que julga seus indivíduos a partir de métricas de desempenho e produtividade, esse trabalhador atua dentro de uma liberdade coercitiva, de uma falsa autonomia, que explora sua força, suas aptidões e seus desejos e que, de modo paradoxal, possibilita que cada indivíduo explore a si próprio com muito mais intensidade. O trabalhador "flexível", "criativo", "aquele que veste a camisa" não vai se importar em realizar labor extraordinário sem remuneração, afinal, ele busca o bem da empresa; o trabalhador que possui "iniciativa" e que "deseja crescer na empresa" não verá qualquer problema em trabalhar durante suas férias, afinal ele é livre para crescer profissionalmente. Temos a promoção da autoexploração do trabalhador pelo trabalhador e, como consequência, o esgotamento profissional (HAN, 2015).

O impacto dessa nova visão de trabalhador, forjado nesse contexto de alta competitividade, vai para além da modificação conceitual: subsistem consequências reais e perdas significativas que ultrapassam a fragmentação identitária. Ao ser colocado em um cenário de extremo individualismo, o trabalhador perde sua percepção como sujeito de direitos dentro de uma categoria, de uma coletividade. Ao vislumbrar, no colega de trabalho, um concorrente a ser combatido, deixa de visualizar a potencialidade das reivindicações coletivas, o reequilíbrio que a força da categoria traz à relação capital e trabalho.

Combatente solitário, o trabalhador precisa vencer sozinho toda uma estrutura que, desde sua origem, não foi construída para facilitar sua ascensão. Se, no passado, os trabalhadores viram, na união de seus interesses e na sua organização coletiva – por meio de

[75] O autor sul-coreano analisa, a partir de reflexões acerca do estágio atual do capitalismo global, a transição do "sujeito da obediência", típico da sociedade disciplinar, para o empresário de si mesmo, na sociedade de desempenho. Essa transição ocorre, segundo Han, como uma continuidade e não como uma ruptura de paradigmas, de modo que o empresário de si mesmo, tendo como arcabouço o estágio disciplinar por trás de sua configuração, se entrega à "livre coerção de maximizar o desempenho" (HAN, 2015, p. 30).

Sindicatos, associações, entidades de proteção – um instrumento de luta pela garantia de seus direitos e pela melhoria de suas condições, no presente esse aprendizado histórico é ignorado e, muitas vezes, até mesmo combatido. O movimento sindical é visto como algo indesejado pelo sujeito-empresa, dentro de um discurso que deslegitima e desacredita, cada vez mais, a luta coletiva. [76]

Ademais, em razão do *modus operandi* do capitalismo contemporâneo, esse trabalhador - que tudo aceita e nada reclama – também vê a si mesmo como concorrente, pois sempre é possível produzir mais e superar suas próprias metas. O resultado dessa situação é o esgotamento: sofrimentos psíquicos como síndrome de *burnout*, hiperatividade, transtorno de déficit de atenção e depressão tornam-se comuns na busca por alcançar o almejado sucesso (HAN, 2015).

Há também uma verdadeira alteração do papel do Estado, nesse panorama, que, segundo Walfrido Warde (2020), passaria por uma "guinada na afetação de suas finalidades". O Estado mínimo, propagado pelo neoliberalismo, seria mínimo do ponto de vista da manutenção de direitos e garantias sociais, mas seria maximizado em outros aspectos, especialmente para servir ao receituário do capitalismo financeiro.

Essa participação do Estado na reelaboração de suas diretrizes é que nos irá interessar, especialmente, pois, se de um lado, teremos o Poder Executivo estabelecendo as medidas de austeridade em seus programas de governo e o Poder Legislativo alterando a legislação, aproximando-a do idealizado pela nova razão neoliberal, por outro lado, podemos pensar no papel que será desempenhado pelo Poder Judiciário, em sua tarefa de interpretação da lei.

Despontam, dentro desse ambiente, os chamados "princípios estruturadores" que trariam supostas respostas e soluções à crise, mencionados por Ferreira e assim elencados: "prioridade aos mercados, recuo e emagrecimento do Estado e afirmação do neo-individualismo" (FERREIRA, 2012, p. 33).

Passa-se a aferir, dessa interdependência dos Estados frente ao capital internacional, uma significativa diminuição de modelos políticos estruturados na solidariedade interclassista e intergeracional, uma modificação da gestão política das sociedades e, muitas vezes, uma

[76] Em agosto de 2020, o IBGE divulgou que, mesmo com o aumento da taxa de população ocupada em 2,5%, a taxa de sindicalização caiu entre 2018 e 2019, mantendo a queda já percebida, desde 2012, mas significativamente acentuada a partir do final de 2017 (dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua: Características Adicionais do Mercado de Trabalho 2019) (PNAD CONTÍNUA, 2020). Evidente que muitas e complexas são as hipóteses para compreendermos os desafios a serem enfrentados pelo movimento sindical brasileiro, especialmente após a agenda de desestabilização criada com a lei 13.467/2017, todavia, em razão dos limites estabelecidos para análise do nosso objeto de pesquisa, tais hipóteses não serão aprofundadas. Para mais, ver GALVÃO *et al* (2019).

modificação na forma de se compreender a aplicação e interpretação dos regramentos legais, sobretudo em seus aspectos protetivos.

Refletindo acerca das semelhanças dos cenários português e brasileiro, vislumbra-se que dificuldades decorrentes do acesso ao emprego, da crescente desigualdade e da ausência de um plano de governo estruturado com a finalidade de traçar um planejamento de longo prazo se somaram às necessidades empresariais de redução de custos e de aumento de competitividade no plano externo, tornando fértil o cenário para o fortalecimento de um enunciado que procurava favorecer uma falsa meritocracia, premissas equivocadas de empreendedorismo e de necessidade de crescimento individual, atribuindo ao indivíduo única e exclusivamente a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso (SOUZA, 2019).

É o que Ferreira (2011) chamará de "narrativas da conversão", que fazem do neoliberalismo, em um cenário de incertezas sobre as próprias condições de vida, afetada pelo desemprego, perda de poder aquisitivo e descrença na política, ser novamente - como dizia Thatcher, na década de 1970 - a "solução única":

> Face a este contexto, a legitimação pelo medo, induzido através de previsões de cenários catastróficos, afirma-se como mecanismo de conversão da narrativa da austeridade em modelo político-social dominante, assegurando a prioridade absoluta dos valores morais do neoliberalismo económico e laboral (Somers, 2008: 3). Esta forma particular de organizar a vida social confere centralidade ao medo como valor cultural orientador das expectativas e práticas sociais dos indivíduos, enformadas, no dizer poético de Mia Couto, pela ideia de que "há mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas", acompanhada pela ideia de que "há quem tenha medo que o medo acabe". O medo e o distopismo são, assim, constitutivos das narrativas de conversão, operando a fusão entre os níveis coletivo e individual, transformando o modo como se vive na solução biográfica para as contradições sistémicas (cf. Bauman, 2002: 88). Os sinais de inquietação que encerram os indivíduos nas narrativas de conversão da austeridade estão à vista: falta de confiança nos governos nacionais; consciência da degradação das condições de vida; insatisfação com o Estado livre e democrático; percepção de que a economia nacional não vai melhorar; falta de acesso aos canais de comunicação e participação. (FERREIRA, 2011, p. 132).

Os países com mercados ainda em crescimento – e que, de certa forma, jamais viram a efetivação e implementação de um Estado de bem-estar social – já observam, historicamente, "enorme carência de mecanismos de proteção social" (POCHMANN, 2001, p. 9), de modo que restrições ainda maiores sobre direitos e garantias trabalhistas conquistados arduamente – como as decorrentes da Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil – costumam trazer consequências ainda mais graves à grande massa de trabalhadores.

Tais políticas foram adotadas muito fortemente em diversos países da Europa e, nos anos seguintes, distintos estudos produzidos pelo Departamento para Assuntos Econômicos e

Sociais das Nações Unidas (Desa), pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e comissões regionais das Nações Unidas,[77] revelavam que essas medidas de austeridade que restringiam o investimento público, precarizavam relações trabalhistas e afetavam a previdência social, traziam impactos nefastos,[78] aumentando a discriminação e as desigualdades sociais sendo que, raramente, conseguiam cumprir as promessas de crescimento econômico e de redução das taxas de desemprego. As pesquisas efetuadas demonstravam que, apenas em caráter muito excepcional e, por curto prazo, após descartadas outras possibilidades menos danosas – como, por exemplo, a realização de uma reforma tributária buscando garantir a progressividade na cobrança de impostos, a taxação de grandes fortunas, a revisão de desonerações fiscais, cobrança de dividendos de acionistas – é que as políticas de encolhimento de gastos públicos traziam algum benefício concreto no combate à desigualdade (DUPRAT, 2020).

Parte-se da falsa premissa de inviabilidade absoluta do Estado Social, afirmando-se que as crises cíclicas do capitalismo teriam como culpa exclusiva os excessivos e onerosos gastos sociais, e que a receita para a superação dessas dificuldades teria, como caminho único, a utilização das medidas políticas neoliberais, através do enxugamento dos gastos sociais e cortes de despesas, desprezando-se o fato de que, na verdade, o próprio capital financeiro seria culpado pela sua crise, ao assumir riscos maiores do que aqueles que podia sustentar (BLYTH, 2020).

E, chama a atenção, a chegada desse tipo de medida, no Brasil, sem qualquer reflexão acerca dos efeitos inconclusivos ou, quando muito, negativos, que já foram observados em outros países e, ainda, ignorando o fato de que nosso país jamais pode efetivar as promessas de bem-estar social que foram implementadas em diversos outros países.

As medidas de austeridade indicadas como resposta única para a crise econômica, nessa conjuntura financeira do capitalismo, mesmo tendo fracassado nos países nos quais foram empregadas continuam sendo propostas por governos neoliberais, acarretando ataques a direitos trabalhistas, previdenciários e garantias sociais. E, ao contrário do que prometem,

---

[77] Ver relatório anual de Situação Econômica Mundial e Perspectivas, divulgado pela ONU, em 2011, por exemplo, que já previa os riscos de recessão para países europeus que haviam embarcado em programas de austeridade para reduzir dívidas governamentais (WORLD..., 2011). Tais previsões continuam em 2012 e 2013, conforme documentos disponíveis em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/document_gem/global-economic-monitoring-unit/world-economic-situation-and-prospects-wesp-report/>.

[78] Pesquisa realizada pela Unicef entre 2000 e 2010, com diversos países, revelou, ainda, que as políticas de redução de investimentos penalizam ainda mais as crianças. Os critérios considerados foram: êxito escolar, taxa de natalidade entre adolescentes, nível de obesidade infantil, frequência de atos de assédio ou consumo de cigarro e álcool (POLÍTICAS..., 2013).

"acabam por agravar o quadro fiscal, uma vez que ao cortar gastos públicos terminam por reduzir crescimento, emprego e salários" (PIRES, 2019, p. 4).

A semeadura desse tipo de ambiente, que permite e até mesmo direciona o desenvolvimento de medidas de austeridade, fragilizando a já delicada relação trabalhista por meio de flexibilizações, precarizações e violações de direitos fundamentais básicos, também revela outro resultado perverso: o enfraquecimento do estado democrático de direito.

Renata Dutra (2000) explica que, enquanto no cenário internacional há um deslocamento das medidas de austeridade como uma tentativa de reação à crise, no Brasil ocorre uma "política de aproveitamento" na qual se busca utilizar a crise para aplacar alterações legislativas que trazem em seu arcabouço benefícios para grupos muito específicos (DUTRA, 2020).

Com a pandemia, ganharam ainda mais destaque as discussões envolvendo o papel do Poder Judiciário em garantir não apenas o amplo acesso dos litigantes – com discussões envolvendo questões procedimentais tais como as sessões virtuais ou telepresenciais, peticionamento eletrônico, etc. – mas também em preservar direitos e garantias constitucionais, passando-se a exigir uma postura ativa, criativa e não engessada da prestação jurisdicional, ao observar esse momento de crise sanitária, econômica e política.[79]

E, embora a análise das peculiaridades da atuação do Poder Judiciário trabalhista durante a pandemia não seja o objetivo principal de estudo da presente pesquisa, não podemos ignorar que esse cenário revelou novas formas de agir e de atuar, mostrando um Poder Judiciário ativo e preocupado com a manutenção da prestação jurisdicional. Foram realizados muitos investimentos nas áreas de informação e tecnologia que propiciaram uma rápida apresentação de respostas ao novo momento que se apresentava: conferências online, balcões virtuais, atendimentos virtuais por meio de chats, e-mails ou aplicativos, novos processos de gestão do teletrabalho e *home office* foram algumas das medidas tomadas na busca por garantir acesso seguro às partes, magistrados, advogados e servidores.

Apesar dessas adaptações tecnológicas, é necessário não perder de vista, ainda, a preservação de uma visão humana, sob o risco de, segundo Rui Celso Reali Fragoso (2020) desencadearmos uma "robotização" do Poder Judiciário, afastando-o da realidade. Assim, a

[79] E muitos foram os debates, nessa linha, ao discutirmos a garantia de acesso dos mais necessitados ao Poder Judiciário, especialmente, em tempos pandêmicos. Por exemplo: "Poder Judiciário e a pandemia", com Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Fernando Mendes, Ney Bello, Clara Mota Pimenta, Simone Schreiber, Nino Toldo e Rui Celso Reali Fragoso (WEBINAR IREE, 2020c); "O Poder Judiciário após a Pandemia: perspectivas e transformações", com Cármen Lúcia, Antunes Rocha, Voltaire de Lima Moraes, André Luiz Planella Vilarinho e Fábio Duarte Fernandes (WEBINAR IMED, 2020); e "Neoliberalismo e trabalho em tempos de pandemia", com Jair Batista Da Silva, Renata Queiroz Dutra e Luiz Paulo Oliveira (WEBINAR UFBA, 2020b).

violação de direitos, somada a um cenário pandêmico, leva à necessidade de não apenas se oferecer uma resposta tecnológica, mas, também, uma solução que consiga compreender todo o quadro posto, por meio da análise de prioridades e de urgências.

Outro ponto de reflexão é descobrir o equilíbrio entre a necessidade de operacionalidade, garantindo o acesso à Justiça por meio das inovações tecnológicas, mas, ao mesmo tempo, recordar a extrema desigualdade social que é característica de nossa sociedade. Assim, como abordar os excluídos digitais, como atingir a população mais vulnerável os indígenas, ribeirinhos, refugiados e marginalizados? Como manter um atendimento jurisdicional fraterno, solidário e preocupado com os invisíveis? (PIMENTA, 2020).[80]

São questionamentos relevantes que demonstram, muito claramente, as contradições existentes entre as intenções e sua efetivação junto à realidade prática.

Ainda dentro desse cenário, ficou muito famosa – e foi amplamente criticada – a frase dita pelo então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, durante reunião ministerial em 22 de abril de 2020, no sentido de que o governo deveria aproveitar o foco da imprensa na pandemia e promover mudanças em regramentos e normas, mencionando, inclusive, "passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas" (SOARES, 2020, não paginado).

Essa forma de atuação encontra explicação no conceito de "doutrina de choque", elaborado por Naomi Klein (2008). A autora, em sua pesquisa, constata uma certa apropriação, pelo mercado capitalista fundamentalista, em conjunto com políticas públicas governamentais neoliberais, dos momentos de crises (sejam essas crises, naturais, econômicas, ou momentos de guerra e apreensão, por exemplo) como uma oportunidade de efetivação de redefinições estruturais significativas que têm como principal objetivo o fortalecimento do capitalismo corporativista (KLEIN, 2008).

Ela percebe, em seus estudos, que certos momentos catastróficos (e, para tal, analisa as enchentes em Nova Orleans decorrentes do furacão Katrina, o violento golpe de estado chileno, a guerra do Iraque, a ditadura militar Argentina, entre outros momentos igualmente tenebrosos) são considerados verdadeiras "oportunidades de mercado" nos quais passam a ocorrer "ataques orquestrados à esfera pública", o que a autora denomina de "capitalismo de desastre". Observa, ainda, que nem sempre esses ataques são acompanhados por manifestações abertamente violentas pois, em diversos momentos, governos democraticamente eleitos

[80] Essas e outras tantas questões certamente merecem um aprofundamento que, infelizmente, não é o objeto da presente pesquisa. Para mais acerca das dificuldades decorrentes da pandemia, ver Batista (2020); Fischer e Antunes (2020); e Cardoso e Peres (2021).

disponibilizaram "o tratamento de choque" como única alternativa de salvação, especialmente em momentos de crise (KLEIN, 2008), na mesma linha do que já constatado por Ferreira (2012) ao investigar as medidas de austeridade.

Privatizações, desregulamentação governamental com a eliminação da esfera pública e cortes profundos nos gastos sociais são as principais marcas registradas dessa modalidade de política implementada – em geral, como condições estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional para a disponibilização de créditos.

Essa modalidade de implementação de medidas se aproveita de um momento de choque e pavor dos envolvidos para efetivar os ajustes que entendem necessários para a desejada "libertação dos mercados". Interesses privados são observados por trás de decisões políticas, o que fica bastante evidente com a fala do ex-ministro, como destacamos, na famigerada reunião ministerial:

> A oportunidade que nós temos, que a imprensa não tá... tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas (...) Tudo que a gente faz é pau no Judiciário, no dia seguinte. Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços para dar de baciada a simplificação... É de regulamentação que nós precisamos, em todos os aspectos. (SOARES, 2020, não paginado).

Outro ponto interessante de se destacar é que, nesse momento, na fala de Salles, o Poder Judiciário é visto como um entrave, um obstáculo para a desregulamentação almejada, como se fosse ainda possível contar com o sistema de freios e contrapesos típico da teoria da separação de poderes. E, em nossa pesquisa, pretendemos aferir de que modo tem se dado a atuação do Poder Judiciário, especialmente o trabalhista, dentro dessa conjuntura.

No discurso é possível observar, ainda, que o panorama de pandemia é considerado um momento de "tranquilidade", uma oportunidade de reorganizar as regras de acordo com os interesses da mesa, pois as preocupações da sociedade estariam voltadas para outro lado. Ou, como a autora observa, "as sociedades em estado de choque frequentemente desistem de coisas que em outras situações teriam defendido com toda a força" (KLEIN, 2008, p. 27).

E essa mesma linha de raciocínio foi utilizada na aprovação da lei federal 13.467/2017, como veremos. Um momento de grave instabilidade e de crise econômica e também política, possibilitou a aprovação de um regramento que excluiu uma quantidade significativa de direitos trabalhistas e, apesar de termos observado algumas críticas de centrais sindicais ou de outros

representantes das classes trabalhadoras, sua aprovação se deu de modo relativamente suave, sem maiores repercussões ou sem as resistências sociais que seriam esperadas para tamanha modificação. O mesmo conseguimos dizer da aprovação dos normativos que alteraram as regras previdenciárias.[81]

Podemos refletir que, além dessa implementação de uma "medida de choque", durante um momento de crise emblemático que trazia insegurança e temor à sociedade, tivemos, em conjunto, o fortalecimento da razão neoliberal que buscava consolidar o pensamento individualista de crescimento do trabalhador em razão de seu esforço próprio. Para esse trabalhador, as reformas implementadas supostamente não o atingiriam, pois seu crescimento dependeria exclusivamente dos esforços e sacrifícios que ele estivesse disposto a realizar. Ademais, nesse cenário de catástrofe apresentado, faz muito sentido o discurso de que é melhor garantir algum emprego, mesmo que precário, que lutar por direitos, pondo em risco a possibilidade de se empregar (RAMOS FILHO; ALLAN, 2020).

A aceitação da redução de direitos e de proteção em benefício da preservação da empresa e dos postos de trabalho, denominada como "consentimento do sacrifício" (COUTINHO, 2007), exterioriza a fragmentação de identidade do trabalhador, que passa a reconhecer, como seus, os antes antagônicos interesses do empregador. Essa captura identitária, agora voltada para os desejos e anseios do mercado de capitais, "mascara a conflituosidade inerente em processos de apropriação da mais-valia no processo produtivo e desestrutura com a noção de classe, pela não identificação de si mesmo na diferença com o outro" (COUTINHO, 2007, p. 104).

De qualquer modo, compreender a dinâmica dessas reestruturações é bastante significativo, justamente para que possamos entender o alcance que elas podem vir a tomar e, também, para que possamos identificar suas linhas argumentativas e as falhas em suas promessas.

E, nos dizeres de Felipe Estrela (2020), essas medidas de austeridade implementadas acabam por aprofundar o processo de desmantelamento do Estado por meio do movimento triplo de "privatização dos bens e serviços públicos, individualização dos riscos sociais e de mercadorização total da vida", transformando a própria democracia (ESTRELA, 2020).

---

[81] A Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, veio para alterar o sistema de previdência social, estabelecendo regras de transição e disposições transitórias. Também alterou a redação do artigo 21, § 7º, I, da CF, aumentando as exigências para a aposentadoria.

O autor italiano Luigi Ferrajoli (2011), embora partindo de distinta perspectiva,[82] também concluiu, ao analisar a crise democrática italiana, que cenários de crise paradigmática e de acentuada litigiosidade ideológica possibilitam um processo de desconstitucionalização tal que direitos e garantias constitucionais passam a ser vistos como óbice ao desenvolvimento econômico.

Ferreira (2012), do mesmo modo, identifica a tentativa do capital internacional em procurar justificar a violação de direitos como mecanismo milagroso para resolução dos complexos problemas econômicos e sociais vivenciados pelas sociedades modernas, em especial pelos países periféricos.

> A austeridade tornou-se palavra de ordem, e não somente em Portugal como noutros países da Europa estão a ser levadas a cabo reformas com o intuito de estabilizar os mercados através do cumprimento dos défices orçamentais previstos. Em comum, as várias reformas adotaram a máxima da flexibilização quanto aos direitos sociais e laborais, com o intuito de facilitar a criação de empregos e aumentar a competitividade. O mimetismo com a agenda reformadora do neoliberalismo é evidente. Os conteúdos apresentados insistem, uma vez mais, na erosão dos direitos sociais e laborais concebidos como barreiras a eliminar no quadro de uma resposta liberal à crise. (…) as reformas laborais coincidem na redução dos custos laborais, da redução das indenizações por despedimento, na flexibilidade de horários, em restrições à negociação coletiva, em suma, um projeto de austeridade liberal. (FERREIRA, 2012, p. 29)

Essa necessidade presumida de adaptação passa a exigir um panorama de flexibilização cada vez mais intenso: as empresas transnacionais[83] procuram fixar suas matrizes em países que possuem legislações mais flexíveis, menos protetoras de direitos trabalhistas, ou, ainda, onde as normas possam ser negociadas de modo mais simples.

A hegemonia do mercado reverbera na relativização da própria concepção de soberania do estado Nação, revelando a força de agentes econômicos não eleitos na condução da política e da economia nacional, como esclarece Ferrajoli (2011). Ou, nas palavras de Felipe Estrela, "não temos mais o governo público e político da economia, mas o governo privado e econômico da política. " (ESTRELA, 2020, não paginado). São essas contradições que pormenorizam o mal estar da democracia contemporânea, revelando um sistema que se permite

---

[82] Em sua obra "*Poderes Selvagens*", Ferrajoli (2011) analisa fenômenos que despontaram na Itália acompanhando a operação "*Mani Pulite*": o desastre jurídico social que representou a ascensão de Berlusconi, a demonização dos partidos políticos e a crise constitucional democrática vivenciada. Tratou do paradigma da democracia constitucional, dos problemas decorrentes do populismo e os conflitos evidenciados a partir dessa confusão de interesses; a despolitização crescente que originou a primazia dos interesses privados, culminando na manipulação das informações e na decadência da moral pública, fenômeno muito semelhante ao vivenciado nas eleições brasileiras de 2018.

[83] Conforme quadro apresentado por José Carlos Arouca (2003, p. 388), enquanto o número de empresas nacionais e estatais reduziu sensivelmente, o número de empresas estrangeiras, no período de 1991 a 1999 aumentou de 36 para 53,5%.

existir afastado da vontade e do interesse social, agindo a serviço dos interesses de acumulação do mercado, o que apontaria para a própria impotência da política perante a economia; dentro desse panorama, o termo "neo" não significa simplesmente o ressurgimento do neoliberalismo econômico, mas sim, a própria ressignificação dos interesse democráticos, transformando a democracia numa retórica vazia (ESTRELA, 2020).

A identificação dessa sociedade de austeridade traz a problematização da ideia de sacrifício como algo que se propõe como uma solução aos problemas existentes. Desse modo, os cortes de direitos sociais, a reestruturação de orçamentos públicos, as medidas de austeridade em geral, são apresentados como única forma de se reequilibrar as contas que estariam desorganizadas, justamente em razão desse excesso de zelo estatal. E, ao mesmo tempo, essa reestruturação das tutelas sociais - em especial no que diz respeito aos direitos trabalhistas - apresenta uma cartilha de novas, mais flexíveis e precárias formas de contratação e de controle do trabalho humano, adaptando todo um regramento às exigências do mercado internacional.

O problema dessa narrativa imposta pela austeridade é conseguirmos reconhecer que, muito além de termos uma "conjuntura desfavorável" que busca pregar uma cota de sacrifícios aos indivíduos, há, sobretudo, um projeto de refundação do Estado, dos indivíduos e instituições para que se adaptem a essa nova razão (GUERRA, 2021).

Wendy Brown (2018) vê, ainda, o desenvolvimento do discurso de sacrifício individual em prol de um "bem comum" com um dos instrumentos utilizados pela governança para administrar a racionalidade neoliberal; desse modo, caberia a cada um, individualmente, responsabilizar-se por políticas públicas malsucedidas, aceitando a intensificação das desigualdades e a redução de direitos sociais como medidas necessárias para atingir o almejado crescimento econômico.

A falácia desse argumento posto reside no fato de que a crise econômica atual (em especial a partir de 2008) não foi causada pelo Estado de bem-estar social, mas foi gerada, sobretudo, em razão de um certo mau funcionamento do setor financeiro – que assumiu riscos maiores do que os que podia sustentar, trazendo ônus para o próprio Estado e para a sociedade como um todo (DUTRA, 2020).

Ferreira (2002) destaca, também, que o processo de austeridade acaba por se aproveitar do legado político-jurídico punitivo, que passa a difundir a ideia que a flexibilização seria a única alternativa possível. A crise passa a ser utilizada como um subterfúgio para subordinar os trabalhadores ao ritmo ditado pelos mercados internacionais.

Muito antes das reformas que ora discutimos, Arnaldo Süssekind (1999), ao tratar do tema flexibilização, já defendia que esta não pode existir sem a presença de normas gerais

estatais que estabeleçam um patamar mínimo de direitos a serem obrigatoriamente observados. O autor considera que as desigualdades que permeiam as diversas regiões do país e levam à dificuldade de combate à crise econômica são motivo suficiente para justificar a existência de normas imperativas e indisponíveis, embasando seu entendimento no texto constitucional, que estabelece, em seu artigo 1º, que um dos fundamentos do estado democrático de direito é a dignidade da pessoa humana.

E faz um alerta, que já demonstra uma preocupação com esse caráter flexibilizatório das leis ainda na década de 1990: "o que nos parece inconcebível, posto que socialmente inaceitável e politicamente perigoso, é que o mundo seja impulsionado unicamente pelas leis de mercado" (SÜSSEKIND, 1999, p. 34).

O caráter cruel dessa necessidade da presença do Estado como fator de equilíbrio nessas situações de desequilíbrio é que, justamente nas relações de maior fragilidade (como na relação de labor) é que se verificam pressões externas capazes de corromper o papel fundamental de mediar os interesses em conflito.

Como Ferreira realça, observamos uma dupla lógica de atuação: se, de um lado, o Estado é o detentor do "monopólio da austeridade legítima" (pois toma para si a tarefa de combater a crise, protegendo seus indivíduos), por outro lado "aprofunda o processo de desmantelamento do Estado social" – individualizando riscos sociais e tornando a vida social mera mercadoria passível de precificação (FERREIRA, 2002, p. 41).

Ao definir as características principais de um sistema que vivencia um cenário de enfraquecimento de direitos e de desconstitucionalização, Ferrajoli (2011) também fez a mesma observação, concluindo que ocorre uma progressiva desvalorização e eliminação dos direitos constitucionais e o abandono sistemático de vínculos legais, substituindo-se o paradigma do estado democrático de direito para dar lugar ao Direito de Trabalho de Exceção.

Ao gerar maior insegurança e vulnerabilidade ao trabalhador, modificando sua forma de contratação e retirando-lhe garantias e proteções, o governo estaria retirando, desse trabalhador, qualquer possibilidade real de escolha: o temor do desemprego e da crise econômica o obrigariam a se sujeitar a condições normalmente rejeitáveis.

Aliado a esse panorama temos, ainda, a própria alteração do entendimento que o trabalhador tem de si, pois passa a acreditar, conforme a nova razão vigente, que seu sacrifício pessoal será suficiente para conseguir atingir bons resultados. E aceita todas essas modificações devidamente orquestradas pelo Estado, em seu novo papel.

Ferreira (2012) identifica algumas questões que são postas na análise do estado democrático de direito, confirmando uma verdadeira mudança na posição do Executivo na

geografia dos poderes, colocando em xeque o modelo tradicional de regulação, antes preocupado com o bem-estar social.

Com o fortalecimento desse paradigma que prevê um sistema de governo neoliberal e, ainda, por ingerência e coerção de entidades supranacionais, surge um novo paradoxo que autorizaria a implementação do regime de exceção excludente da soberania e do direito: "estando próximos das origens da incerteza e sendo a sua própria conduta fonte de incerteza para a situação de outros, o exercício do poder governativo encontra-se, deste modo, livre para fixar o regime de exceção da soberania e do direito" (FERREIRA, 2012, p. 127-128).

Para Coutinho (2019), haveria um embate de narrativas e seria fundamental buscarmos identificar os motivos das tomadas de decisão e os interesses existentes por trás das medidas de austeridade para desvendarmos essas intenções e estruturarmos algum tipo de resistência. De qualquer modo, a autora enxerga uma tentativa do discurso neoliberal em buscar um consenso, utilizando como estratégia a cooptação pela via da moralidade ou, ao menos, uma "anuência pela não resistência" (COUTINHO, 2019, p. 76).

Temos, assim, um discurso que busca convencer a sociedade acerca não apenas da necessidade da precarização, mas, também, de sua indispensabilidade, mesmo que tal alteração venha desacompanhada de qualquer planejamento coeso, sistemático ou coerente, como alerta Suguimatsu (2020):

> Questiona-se a legislação protetora, atribui-se a ela responsabilidade de parte das dificuldades econômicas, sugere-se redução e supressão de direitos sociais como forma de compatibilizar o crescimento econômico com a oferta e a manutenção de empregos e de salários e criam-se legislações desestruturadas, sem organicidade, contraditórias e assistemáticas. A impressão é exatamente a de que se está buscando fazer correções pontuais, que não há um rumo claro a seguir, nem estratégias articuladas, mas o anseio de fazer funcionar alguma tática que implique resultados imediatos, sem importar a coerência e a organicidade propostas pela doutrina. (SUGUIMATSU, 2020, p. 36).

Essa narrativa está refletida no trabalho da Comissão Especial criada pela Câmara Federal para proferir parecer ao projeto de lei 6.787/2016, do Poder Executivo, que tinha como fim alterar o Decreto-Lei 5.452/1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, que abordaremos no próximo tópico. Por ora, basta ressaltar que a intencionalidade nas entrelinhas da agenda neoliberal acaba ditando as escolhas políticas e afetando as estruturas sociais, alterando de forma bastante significativa o destino de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que muitas vezes, mesmo diretamente prejudicados, ainda assim defendem um discurso que não lhes favorece.

Há todo um esforço argumentativo, não apenas das empresas, mas também do governo – nessa linha de motivação neoliberal – no sentido de convencer trabalhadores e trabalhadoras que as restrições de direitos e a precarização de condições têm como objetivo o seu próprio benefício: "é necessário um brutal esforço para mover as pesadas engrenagens do Estado de modo a impedir que a grande massa popular se levante diante da escancarada preferência desse governo em favor dos mais ricos e em detrimento dos mais pobres" (WARDE, 2000).

Ainda, sob a falsa perspectiva de que a flexibilidade implicará em uma liberdade que possibilitará a emancipação, novas competências passam a ser exigidas desse trabalhador, que deve ter "uma formação com atualização permanente, de caráter inovador, num quadro de relações de trabalho cada vez mais individualizadas" (LIMA; BRIDI, 2019, p. 325) sem que esse esforço necessariamente se traduza em maior ganho ao próprio trabalhador.

Dentro dessa cultura "empresarial-empreendedora" dissemina-se a ideia de que a flexibilização das relações de trabalho teria um forte conteúdo emancipatório (LIMA; BRIDI, 2019), supostamente possibilitando ao trabalhador gerir seu tempo, seu espaço e seus ganhos de modo autônomo. Assim, a legislação trabalhista anterior à reforma, pelo discurso neoliberal supostamente "engessada e ultrapassada" seria verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento de todas as potencialidades do trabalhador, pois não permitiria a livre gestão da força do seu trabalho e sua integral possibilidade de competição no mercado.

Essa visão equivocada da realidade – porém muito bem sucedida, do ponto de vista da implementação das práticas neoliberais – também é analisada por Harvey (2013; 2014), que, ao buscar traçar todo o panorama histórico e evolutivo do sistema capitalista, partindo do estudo dos conceitos básicos de mercadorias, valores e relações de trabalho, passando pelos processos de produção, distribuição e consumo, mudanças tecnológicas e dinâmicas de acumulação, também conclui que houve a "propagação de um mito" no sentido de que, se Estados encontram-se em momentos de crise econômica, tal se dá porque não foram competitivos, ou seja, não foram "suficientemente neoliberais".

E tal lógica acaba sendo repassada para as empresas e indivíduos: "se as condições entre as classes inferiores se deterioraram foi porque elas falharam, em geral por razões pessoais ou culturais, em melhorar seu próprio capital humano (por meio da dedicação à educação, à ética de trabalho protestante, à submissão à disciplina do trabalho)" (HARVEY, 2013, p. 19).

É uma manifestação que reverbera o alerta de António Casimiro Ferreira (2002): "através dos indivíduos e das suas privações subjetivas e objetivas que se encontram as soluções para a crise composta pela nebulosa dos mercados financeiros, do défice público do Estado e dos modelos econômicos e sociais seguidos nos últimos anos" (FERREIRA, 2002, p. 119).

A grande crítica efetuada por Ferreira (2012) é que essa distribuição de "cotas de sacrifício" não atingiria a todos, de modo indistinto. Para tornar possível o cumprimento de uma agenda que em tese (e, repisa-se, sem garantia de resolução satisfatória do problema) levaria à única solução possível para combate à crise, os direitos trabalhistas seriam flexibilizados e, até mesmo, precarizados: os direitos fundamentais de alguns seriam violados em prol de um bem maior? Mas é deixada de lado uma óbvia constatação, ressaltada pelo autor: "a distribuição desigual dos sacrifícios numa sociedade econômica e socialmente muito desigual será vantajosa não para o maior número, mas para os mais favorecidos" (FERREIRA, 2011, p. 124).

E temos, ainda, que justamente os grupos mais vulneráveis é que são atingidos pelas políticas de austeridade, o que corrobora com a perpetuação da crise e das próprias condições desiguais.

À medida que os espaços de articulação internacionais obrigam estados para que redesenhem suas diretrizes políticas em conformidade com as necessidades e imperativos do capital internacional, surge, concomitante, a imposição de desenvolvimento de um espaço que permita a aprovação dessas medidas flexibilizatórias. Há o desenvolvimento de toda uma dinâmica, uma racionalidade, que busca modificar o paradigma protetivo, até então típico, na análise das relações de trabalho.

Essa racionalidade passa a produzir, desse modo, relações contratuais fragmentadas e simplesmente ignora a desigualdade existente na relação de trabalho, transferindo muitas vezes ao trabalhador, parte mais frágil, os riscos do empreendimento e a culpa por eventuais "fracassos", revelando, assim, sua mais cruel faceta: o "sucesso" do trabalhador dependeria de seus esforços individuais, o que minimizaria, ou praticamente anularia, a responsabilidade de gestores públicos pelo aumento nos índices de desemprego, pela ausência de programas de educação e de treinamento satisfatórios, ou, ainda, pela ausência de fiscalização de condições dignas de trabalho, afinal, tudo foi devidamente pactuado, ajustado e definido.

Como acentuam Dardot e Laval (2016):

> Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15).

Dentro desse contexto que soma uma falsa possibilidade de ascensão individual via meritocracia e um cenário de amedrontamento relacionado à falta de perspectivas e soluções para a crise é que é forjado o sujeito neoliberal[84] (DUTRA, 2000).

E, dentro de um cenário de constantes cobranças e de impossibilidade de realização de desejos, são exigidos sacrifícios que ignoram as condições de desigualdade existentes. As precárias condições do mercado de trabalho transformam, ainda, todos em potenciais competidores, empreendedores de si (DARDOT; LAVAL, 2016), devendo, inicialmente, lutar uns contra os outros para conseguir ascensão profissional e, contraditoriamente, aceitar sacrifícios individuais em prol de uma suposta manutenção da empregabilidade.

O sujeito neoliberal é construído dentro de um cenário que generaliza a concorrência como verdadeira regra de conduta, estipulando, como modelo de subjetivação, que todos comportem-se como uma empresa de si mesmo. Se a sociedade neoliberal, em sua nova razão, busca estimular a ideia de competição onipresente, passamos a enxergar a busca por um alto padrão de desempenho e a maximização de lucros em todos os mais variados aspectos das relações humanas. Fortalece, assim, a ideia de sujeito-empresa, um trabalhador que, supostamente, tem a liberdade de triunfar ou de fracassar, de acordo com seus individuais esforços (DARDOT; LAVAL, 2016).

O discurso apelativo encontra muitos defensores entre aqueles que acreditam na meritocracia, desconsiderando, todavia, toda uma realidade brutal de determinações históricas e sociais que não permitem a simples ascensão de todos apenas em razão de esforços dispendidos.

Narrativas de insegurança e de desesperança tornam-se comuns (crise econômica, aumento do desemprego) e passa-se a exigir urgência na aprovação das alterações, apresentando-se, como única solução salvadora, o sacrifício individual previsto nas medidas de austeridade e consolidado com a aprovação da Reforma Trabalhista. Esse cenário é melhor visualizado no quadro a seguir apresentado:

---

[84] O sujeito neoliberal é construído dentro de um cenário que generaliza a concorrência como verdadeira regra de conduta, estipulando, como modelo de subjetivação, que todos comportem-se como uma empresa de si mesmo. Se a sociedade neoliberal, em sua nova razão, busca estimular a ideia de competição onipresente, passamos a enxergar a busca por um alto padrão de desempenho e a maximização de lucros em todos os mais variados aspectos das relações humanas. Fortalece, assim, a ideia de sujeito-empresa, um trabalhador que, supostamente, tem a liberdade de triunfar ou de fracassar, de acordo com seus individuais esforços (DARDOT; LAVAL, 2016). O discurso apelativo encontra muitos defensores entre aqueles que acreditam na meritocracia, desconsiderando, todavia, toda uma realidade bruta de desigualdade social

Quadro 4: Austeridade e desregulação do trabalho segundo Ferreira (2011).

ASPECTO	ETAPAS
IDEOLOGIA	1. **A RACIONALIDADE NEOLIBERAL** INCUTE NOS PODERES ELEITOS E NOS PODERES NÃO ELEITOS O APOIO ÀS MEDIDAS DE DESREGULAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO.
CONTEXTO SOCIAL	2. CRISES ECONÔMICAS CÍCLICAS, TÍPICAS DO CAPITALISMO, TORNAM-SE OPORTUNIDADES PARA A DESREGULAÇÃO DO TRABALHO POR CONFIGURAREM UM **ESTADO DE EMERGÊNCIA SOCIAL** (DESEMPREGO; INFLAÇÃO; INSTABILIDADE POLÍTICA).
ABORDAGEM	3. O **DISCURSO DA AUSTERIDADE** SURGE, NO ESTADO DE EMERGÊNCIA SOCIAL, COMO RESPOSTA À CRISE, COM UM CARDÁPIO DE MEDIDAS PRÁTICAS (CONTENÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS, PRIVATIZAÇÕES, MAIS IMPOSTOS, MENOS SALÁRIOS E MENOS DIREITOS TRABALHISTAS).
ESTRATÉGIA	4. O DISCURSO DA AUSTERIDADE PROPÕE, NO ESTADO DE EMERGÊNCIA SOCIAL, **NARRATIVAS DE CONVERSÃO**, QUE CULPABILIZAM O MODO DE VIDA, EM VEZ DO CAPITAL, PELA CRISE.
MECANISMO	5. AS NARRATIVAS DE CONVERSÃO PROMOVEM UMA **INVERSÃO DA EQUIDADE**, NATURALIZANDO AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA MEDIDA EM QUE "TODOS ESTÃO NO MESMO BARCO" DA CRISE.
ESTÉTICA	6. PARA SAIR DO ESTADO DE EMERGÊNCIA SOCIAL, ATENDENDO AO DISCURSO DA AUSTERIDADE, OS TRABALHADORES SÃO CHAMADOS A ASSUMIREM-SE COMO SOLUÇÃO PARA A CRISE, **SACRIFICANDO-SE EM NOME DO "COLETIVO"**.
ÉTICA	7. A LÓGICA SACRIFICIAL PROPALADA PELAS NARRATIVAS DE CONVERSÃO DO DISCURSO DA AUSTERIDADE CORRÓI A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES, QUE **INDIVIDUALIZAM OS RISCOS SOCIAIS** (ACEITANDO A DESREGULAÇÃO DO TRABALHO).
PRÁTICA	8. O SACRIFÍCIO INDIVIDUALIZADO DOS TRABALHADORES AMPARA A **RECONFIGURAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO**, QUE SE TRANSFORMA EM MERCADORIA NO BALCÃO INTERNACIONAL DOS NEGÓCIOS GLOBALIZADOS.
EFEITO	9. QUANTO MAIS DESREGULADO O TRABALHO SE TORNA, MAIS ESSE **DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO** SE CONFIGURA EM CAUÇÃO DA NAÇÃO PARA A ENTRADA DO CAPITAL INTERNACIONAL QUE BUSCA MAXIMIZAÇÃO DE GANHOS

RESULTANTE	10. A RACIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO, NECESSÁRIA AO DISCURSO DA AUSTERIDADE, DENTRO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL, ESTENDE-SE À MAGISTRATURA, ANTES REATIVA, MAS AGORA PERMEÁVEL A PRODUZIR **JURISPRUDÊNCIA DE AUSTERIDADE** ALINHADA AO CAPITAL

Fonte: Ferreira (2011). Elaborado pela autora.

Apresentados os argumentos de Ferreira para descrever os mecanismos da sociedade de austeridade, e como eles dialogam com outros autores da Sociologia do Trabalho, agora podemos ver como essa lógica sacrificial impregna um tópico chave das discussões do campo, que é a precarização das relações de trabalho. A ideia, com a breve discussão a seguir, é concluir o inventário de assuntos em debate antes da exposição cronológica da aprovação da Reforma Trabalhista de 2017.

As Ciências Sociais têm se esforçado para apresentar postos de observação das mudanças nas relações de trabalho,[85] como os alertas sobre a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996); sobre a volatilidade do capital financeiro dentro desse sistema de acumulação flexível (HARVEY, 1993); sobre a produção recorrente de uma assimetria geográfica global na repartição do trabalho decorrente de mais de dois séculos de capitalismo (POCHMANN, 2001), por exemplo. Um denominador comum, contudo, se assim pode ser chamado, é a percepção da precarização do trabalhador.

É o que encontramos em Felipe Estrela (2020), que ressalta que a hegemonia do neoliberalismo, a partir dos anos 1970, desencadeou uma "universalização" dos seus preceitos, com a "desregulamentação econômica, trabalhista, ambiental, a eliminação das reservas de

[85] Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 07) faz um interessante compilado das expressões utilizadas por diversos pesquisadores contemporâneos para tratar do fenômeno: "a extraordinária amplitude e profundidade destas interações transnacionais levaram a que alguns autores as vissem como ruptura em relação às anteriores formas de interações transfronteiriças, um fenômeno novo designado por 'globalização' (FEATHERSTONE, 1990; GIDDENS, 1990; ALBROW e KING, 1990), 'formação global' (CHASE-DUNN, 1991), 'cultura global' (APPADURAI, 1990, 1997; ROBERTSON, 1992), 'sistema global' (SKLAIR, 1991), 'modernidades globais' (FEATHERSTONE et al., 1995), 'processo global' (FRIEDMAN, 1994), 'culturas da globalização' (JAMESON e MIYOSHI, 1998) ou 'cidades globais' (SASSEN, 1991, 1994; FORTUNA, 1997)". Já Chesnais (2000, p. 12), autor francês, distingue "globalização" de "mundialização do capital", apresentando severas críticas à forma como se estudam os mercados financeiros: "Na ocasião, o termo 'globalização', que apareceu pela primeira vez nas *business schools* americanas por volta de 1980, revestiu essa palavra com o segundo sentido. Referia-se, de início, aos parâmetros pertinentes à ação estratégica do grande grupo industrial e à necessidade deste adotar uma aproximação e uma conduta 'globais', dirigindo-se aos mercados de demanda solvente, às fontes de abastecimento e aos movimentos dos rivais oligopólicos. Mais tarde, com a globalização financeira, ele estendeu-se até a visão do investidor financeiro e suas estratégias mundiais de arbitragem entre as diferentes localizações financeiras e os diferentes tipos de títulos. Para um industrial e um financista anglo-saxão, a 'globalização' é realmente a 'mundialização do capital' e ele não vê porque deveria se esconder disto. "

mercado, protecionismo, generalização da concorrência como norma de conduta, e da empresa como modelo de subjetividade" (ESTRELA, 2020). Em outras palavras, viu-se a precarização das condições do mercado de trabalho em contraponto às relações até então predominantes (LEITE, 2009).

É bastante difundida, hoje, a descrição de Harvey (1992) para esse mecanismo de transição para um mundo do trabalho precarizado. Diz o autor que, muito embora a sociedade ocidental ainda seja organizada tendo como base um sistema produtivo cuja função principal é a busca pela lucratividade, é possível discernir um processo de mudança que culminaria com certas modificações no regime de acumulação, que transitaria do fordismo para um regime de acumulação flexível.

O novo regime de acumulação flexível teria como principais características: (i) sua existência assentada sob um cenário de crise econômica, com alta volatilidade mercadológica e aumento de competitividade; (ii) a emergência de diferentes setores de produção, de fornecimento e logística, com novos serviços, demandas e relações; (iii) a eclosão de um novo mercado com exigências e padrões diferenciados; (iv) o desenvolvimento desigual dos setores, considerando as distintas regiões geográficas; (v) o despontar de uma nova forma de se compreender o espaço-tempo; (vi) a reestruturação da relação de trabalho; (vi) a exigência de maior flexibilidade e mobilidade dos trabalhadores e (vii) a remodelação da própria organização industrial (HARVEY, 1992, p.117-162).

Em um raciocínio assemelhado, Pochmann (2001), partindo da análise do processo histórico de divisão internacional do trabalho, enumera que: (i) a desorganização institucional do sistema capitalista no pós-guerras estimulou o aumento da competição empresarial pelos investimentos externos; (ii) o padrão norte-americano de industrialização sofreu certo esgotamento, não conseguindo manter o mesmo caráter hegemônico frente ao crescimento de produção de outros países; (iii) a fragmentação do sistema financeiro internacional estipulado no acordo de Bretton Woods soterrou as promessas de crescimento e de desenvolvimento das políticas e agendas keynesianas e (iv) a globalização financeira estimulou transações a curto prazo, "pressionando a eliminação de controles cambiais, a liberalização das taxas de juros e a desregulamentação bancária" criando riquezas "fictícias", reduzindo a expansão produtiva real e desestruturando a construção de cadeias produtivas em países periféricos (POCHMANN, 2001, p. 18-40).

Mas não são somente os componentes macroeconômicos as únicas variáveis da transição neoliberal para um trabalho precarizado, no qual há direitos trabalhistas de menos. Nas últimas décadas, a relação entre tecnologia e emprego em tempos de globalização

financeira também é bastante discutida e muitas das supostas "verdades" acerca de teorias que previam tanto o fim dos empregos em razão da modernização dos meios de produção, quanto a redução de desemprego em razão das "maravilhas" da tecnologia, já foram postas de lado.[86]

Se, de alguma forma, poderíamos vislumbrar uma possibilidade de crescimento, desenvolvimento e efetiva inovação das relações de trabalho, por meio da intensificação de procedimentos vinculados à produção e ao desenvolvimento tecnológico das empresas, tal dependeria, basicamente de uma opção política e econômica que não estivesse exclusivamente voltada aos interesses do capital financeiro global. Como bem esclarece Mattoso (2000):

> Esse resultado não precisa necessariamente ser mais desemprego. Pode ser mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego e essa é uma escolha social, historicamente determinada pelas formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade. A economia seria então vista de forma bem mais indeterminada e a tecnologia faria parte de um processo histórico e cumulativo. Essa visão dinâmica da inovação tecnológica reconhece o papel central que desempenham os fatores de heterogeneidade e as assimetrias de comportamento ou de situação. (MATTOSO, 2000, p. 117).

De certo modo, dentro desse contexto neoliberal, o processo de incremento tecnológico contribuiu com a geração de um excedente estrutural de mão de obra por todo o mundo, estabelecendo uma nova forma de segregação e de polarização entre espaços econômicos: países com maior grau de desenvolvimento tecnológico garantiram postos de trabalho de qualidade, enquanto países não desenvolvidos se viram diante da crescente subutilização de uma mão de obra precarizada e desprotegida.

Fato é que a expressiva reestruturação do mercado que ocorreu desde os anos 1970 (HARVEY, 1993; CASTELLS, 1999) impôs uma cada vez maior flexibilidade aos trabalhadores, que são intensamente pressionados e controlados; e, diante de um panorama de crise, de alto índice de desemprego, não encontram uma alternativa a não ser submeterem-se a contratos de trabalhos precários e condições de labor muitas vezes desumanas.[87]

---

[86] Apenas a título de ilustração cabe apontar o título de algumas notícias veiculadas nas últimas décadas que traziam efeitos bastante distintos acerca dos impactos da tecnologia sobre as profissões, empregos e relações de trabalho: "O fim dos empregos – Novas tecnologias sempre criaram mais empregos do que tiraram. Hoje não: elas estão aniquilando vagas e deixando um vácuo no lugar. E agora?" (O FIM..., 2014); "Tecnologia vai tirar 7 milhões de empregos até 2021, afirma estudo – Estudo do Fórum Econômico Mundial aponta que as revoluções tecnológicas encerrarão 7 milhões de vagas até 2021. Pessoas de meia idade devem ser as mais afetadas e população nessa faixa etária crescerá ainda mais nos próximos anos" (BATISTA, 2018). E em sentido contrário: "Tecnologia cria mais empregos do que destrói, aponta estudo – Análise de dados censitários do Reino Unido ao longo de 140 anos mostra que temor de desemprego em massa é descabido" (MATSUURA, 2015).

[87] No parecer ao projeto de lei 6.787/2016, que originou a lei da Reforma Trabalhista, o relator, deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), expressamente fez menção à necessidade de atualização da legislação em razão das transformações tecnológicas: "hoje, estamos no século XXI, na época das tecnologias da informação, na época em

As novas dinâmicas internacionais e as mudanças tecnológicas nos meios de produção e hábitos de consumo, que já pressionavam imediata e diretamente o trabalhador, somaram-se à reconfiguração da agenda política, agora adequada aos interesses internacionais mercadológicos. A gestão da força de trabalho deixou de ser uma tarefa "nacional", de interesse estritamente local, que diz respeito à empregabilidade de uma região, para considerar correlações de poder mais abrangentes, que extrapolam fronteiras.

Dessa precarização, a fragilização da atuação sindical é um exemplo. Antes tidos como principal mecanismo de luta e de resistência dos trabalhadores, os sindicatos não têm conseguido apresentar grande oposição ao capital. As distintas dimensões da crise contemporânea do sindicalismo são retratadas por Ricardo Antunes (2006), que verifica (i) uma crescente dessindicalização, ainda que em diferentes níveis, mas, mesmo assim, atingindo âmbito global; (ii) certo desmoronamento do sindicalismo vertical, produto corporativista ligado ao fordismo, e esgotamento dos modelos sindicais vigentes, em suas formas mais conhecidas, e o consequente surgimento de outros tipos de sindicalismo, desnecessariamente burocratizados e institucionalizados; (iii) dificuldade na consideração e compreensão, pelo sindicalismo, de aspectos ligados a gênero e raça; (iv) tendência crescente de individualização e ressignificação social das relações de labor, aspecto nefasto da lógica mercantilista que acenaria para a falsa possibilidade de crescimento, via meritocracia, desconsiderando aspectos fundamentais da coletividade da categoria; (v) presença de uma agenda flexibilizadora e desregulamentadora do mercado de trabalho afetando e violando garantias e direitos historicamente conquistados e (vi) consequente cultivo de um ambiente de trabalho hostil e adverso, contrário à construção coletiva e contrário até mesmo ao sindicalismo (ANTUNES, 2006, p. 67-78).

Mas quem é o sujeito desse processo de reconfiguração do mundo do trabalho, que coincide com a fragilização dos sindicatos? Para Aldacy Rachid Coutinho (2007) vemos uma mudança no sistema de mercados que leva à constituição de um "sujeito em identificação narcísica", de modo que o trabalhador entra numa "idolatria do individualismo" – de modo a se reconhecer como vencedor ou perdedor segundo sua própria competência no uso de sua força de trabalho. O trabalhador passaria, assim, a ser "extensão da marca do bem que produz, do serviço que realiza, da empresa que o contrata e do que ostenta a partir do seu ganho" (COUTINHO, 2007, p. 97).

---

que nossos telefones celulares carregam mais capacidade de processamento do que toda a Nasa quando enviou o homem à lua. As dinâmicas sociais foram alteradas, as formas de se relacionar, de produzir, de trabalhar mudaram diametralmente" (BRASIL, 2017a, não paginado).

A racionalidade neoliberal, sugerem os teóricos, acaba por se apropriar até mesmo de aspectos intrínsecos e típicos das relações de trabalho, fragmentando o coleguismo, a solidariedade entre trabalhadores, o reconhecimento de interesses comuns da categoria, a união de classe; passa-se a estimular o individualismo como forma de crescimento, fomentando um ambiente de disputa e competitividade no qual prevalece a falsa lógica da meritocracia e da promoção individual. E, nessa nova dinâmica apresentada, enquanto os trabalhadores disputam entre si, ganha a lógica do capital, que colhe para si os lucros decorrentes dessa imprópria luta.

Wendy Brown (2018) vê, na ascensão do neoliberalismo, a conversão de ações, de sujeitos e dos mais variados aspectos não econômicos da vida em aspectos econômicos, ocorrendo uma "economicização" não apenas das mais diversas facetas da sociedade, mas também, das produções discursivas que passariam a promover estratégias de governança que impactariam, cada vez mais, na forma como pessoas, agentes e instituições reconhecem e confirmam seus papéis.

A racionalidade neoliberal teria como interesse manifesto, desse modo, refazer o sujeito humano "como partícula do capital" (BROWN, 2018, p.7), prometendo a ele sua emancipação por meio de uma falsa liberdade individual: cada um seria livre para crescer – ou fracassar – de acordo com seus próprios méritos. Christian Laval (2017), analisando o contexto contemporâneo pela perspectiva biopolítica do capital, também fala da consolidação da precariedade como forma de existência, como estilo de vida incentivado pelos governos neoliberais que, trabalhando de modo operacional, estratégico e programado, buscam normalizar um estado regular de concorrência.

Outro enfoque que pode ser dado a esse contexto de transformação é a conclusão de que há uma intencionalidade nesse processo de consolidação das mudanças nas relações de trabalho. Não é um processo natural, que surge de modo espontâneo; infere-se a existência de uma agenda neoliberal que possui objetivos claramente definidos, ou, como alertaria Antunes "exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo que intensifique as formas de extração da mais-valia em tempo cada vez mais reduzido" (ANTUNES, 2006, p. 10).

Na mesma linha, Márcia de Paula Leite (2009) enxerga nos processos de globalização e de reestruturação produtiva "o resultado de decisões políticas de setores sociais que, frente a uma nova correlação de forças entre capital e trabalho, decidiram não só romper o pacto anterior, como destruir o conjunto de intencionalidades que deram lugar à sociedade salarial" (2009, p. 68). Há, assim, estratégia e planejamento voltados à acumulação de capital e fragmentação do trabalho organizado que impulsionam políticas públicas e mudam o papel dos

Estados, que passam a se submeter às exigências neoliberais potencializantes de oligopólios mundiais que em nada favorecem o crescimento econômico interno (LEITE, 2009).

Argumenta-se inclusive pela construção de uma nova divisão internacional do trabalho polarizada e geograficamente repartida (POCHMANN, 2001) que, embora decorrente de um processo comum de mundialização de economias e globalização de capitais, não produz homogeneidade ou distribuição balanceada de riquezas, ao contrário: estabelece a reconcentração dos melhores postos em países "ricos" e, de outro lado, a desestruturação do mercado de trabalho nos países em desenvolvimento.

E, de certo modo, quanto mais dependente de capital externo for o país – como no caso brasileiro – mais sua agenda de políticas tenderá a se submeter "à lógica de exploração intensiva do trabalho" como forma de adequação de seu processo produtivo aos interesses internacionais. (POCHMANN, 2001).

Estrela (2020) entende, nesse mesmo quadro, que essa agenda neoliberal se revelou "uma bomba de efeito retardado", em especial para aqueles países de capitalismo tardio e periférico que adotaram esse receituário, como no caso do Brasil. Isso porque: (i) as adequações produtivas geraram um crescimento econômico muito aquém do que se vislumbrava como "promessa possível" dessa nova racionalidade; (ii) as políticas de austeridade favoreceram exponencialmente a desigualdade, a pobreza, a informalidade e a desestruturação dos sistemas de proteção social em todo o mundo, prejudicando ainda mais os países periféricos; (iii) houve verdadeiro reforço de oligopólios de alguns poucos países centrais em torno do G7, ao mesmo tempo em que tornou o restante do globo refém de novos totalitarismos e (iv) houve a modificação do papel do Estado à condição de garantidor da observância dos requisitos impostos pela agenda global neoliberal, buscando como objetivo principal a cobertura dos riscos imanentes do capitalismo financeiro em sua fase de crise estrutural.

De qualquer modo, a necessidade de trabalho (como relação de troca da força produtiva ofertada pelo trabalhador x pagamento efetuado pelo empregador, detentor dos meios de produção) continua existindo e sendo extremamente relevante para a manutenção dos padrões sociais contemporâneos, mas esse trabalho agora passa a ser ofertado sob uma roupagem fragmentada e desconstituída, mesmo num período antecedente à Reforma Trabalhista de 2017.

Além disso, passa-se a exigir "uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada" (ANTUNES, 2006, p. 12) de modo que esse trabalho continua sendo "necessário", mas cada vez, mais precário. O que antes era uma relativa exceção – o trabalho precário, informal, terceirizado, o subproletariado – tende a se tornar regra. E a regra – o trabalho contratado, regulado, com

direitos garantidos e respeitados – caminha, cada vez mais, para se tornar a exceção, tudo em nome de uma suposta (e falaciosa) estratégia de combate ao desemprego estrutural e de aquecimento da economia (ANTUNES, 2006).

O cenário é tal que, para Mészáros (2006), o desemprego atualmente é "uma característica dominante do sistema do capital como um todo". E que, em sua nova modalidade, "constitui uma rede fechada de inter-relações e inter-determinações pelas quais agora é impossível encontrar remédios e soluções parciais para o problema" (MÉSZÁROS, 2006, sem paginação). Dento dessa perspectiva, há o fortalecimento de uma narrativa que traz o seguinte questionamento: Dadas essas condições, a precarização do trabalho não se constitui uma questão de defesa dos direitos humanos?

Embora a linha discursiva que prega a austeridade como única via de salvação, promova a flexibilização e a precarização como formas de manutenção das relações de trabalho (no sentido de que seria melhor, ao trabalhador, renunciar a alguns direitos como forma de preservar o emprego)[88] não há como defender qualquer argumento no sentido de que precarizar a relação de trabalho pode ser considerado algo benéfico ao trabalhador.

Para além dos resultados que nesta pesquisa assinalamos, no sentido de que a violação de direitos trabalhistas não promoveu crescimento econômico e tampouco foi capaz de gerar empregos, sendo sistematicamente descumpridas as falsas promessas efetuadas junto com a aprovação da lei 13.467/2017, há todo um conjunto de regramentos e de normas internacionais que busca estabelecer não apenas as bases e condições mínimas do que podemos chamar de direito ao trabalho, como também promover garantias e programas de acesso ao emprego e de combate ao desemprego.

Na declaração Universal dos Direitos Humanos, relevante marco de proteção universal, criado em resposta aos horrores vivenciados durante a Segunda Guerra Mundial, consta, em seu artigo 23, que "Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego". [89]

---

[88] Fala essa exaustivamente repetida pelos defensores da racionalidade neoliberal, como podemos observar nesse discurso proferido por Jair Bolsonaro quando ainda era pré-candidato à eleição: "Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego", disse Bolsonaro, em uma palestra sobre a conjuntura política e econômica brasileira na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Ele foi aplaudido ao falar da reforma trabalhista" (PARA BOLSONARO..., 2018).

[89] "Artigo 23 - 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses" (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS..., 2022).

Sob essa ótica, a precarização de direitos trabalhistas seria uma violação aos próprios direitos humanos. Na mesma linha a OIT, em sua Convenção 168, busca estimular a Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego, constando, em seus artigos 7 e 8, recomendações para que se formulem políticas de promoção do "pleno emprego, produtivo e livremente escolhido", por meio da adoção de auxílio, facilitações e amparo a pessoas desfavorecidas, [90]medidas essas que vão de encontro às políticas de austeridade atualmente propagadas.

Clara Mota (2020) esclarece que, logo após a crise financeira de 2008, diversos países europeus adotaram medidas de austeridade e programas de contenção de gastos e de restrição de direitos. Todavia, estudos realizados na área de direitos humanos da ONU, Conselho Europeu, Comissão Interamericana entre outros, revelaram que essas políticas de austeridade que restringiam o investimento público, precarizavam relações trabalhistas e afetavam a previdência social tinham como efeito o aumento da desigualdade e da discriminação social, ocasionando impactos extremamente negativos em diversos aspectos relacionados a direitos humanos (MOTA, 2020). Não se verifica, assim, qualquer benefício ao trabalhador na implementação dessas medidas.

Na mesma linha de raciocínio, Ricardo Antunes (2018), vislumbrou a existência de uma nova formação do mundo do trabalho, todavia sem constatar a possibilidade de cumprimento das promessas de um futuro melhor para o trabalhador. Essa reestruturação do capitalismo global apenas possibilitaria, segundo o autor, o surgimento de um "proletariado precarizado global":

> Portanto, a longa transformação do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à fragilização do trabalho. Não raro as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose. (ANTUNES, 2018, p. 30).

[90] "Art. 7 — Todo Membro deverá formular, como objetivo prioritário, uma política destinada a promover o pleno emprego, produtivo e livremente escolhido, por todos os meios adequados, inclusive a seguridade social. Esses meios deverão incluir entre outros, os serviços do emprego e a formação e orientação profissionais. Art. 8 — 1. Todo Membro deverá se esforçar para adotar, com reserva da legislação e da prática nacionais, medidas especiais para fomentar possibilidades suplementares de emprego e a ajuda ao emprego, bem como para facilitar o emprego produtivo e livremente escolhido de determinadas categorias de pessoas desfavorecidas que tenham ou possam ter dificuldades para encontrar emprego duradouro, como as mulheres, os trabalhadores jovens, os deficientes físicos, os trabalhadores de idade avançada, os desempregados durante um período longo, os trabalhadores migrantes em situação regular e os trabalhadores afetados por reestruturações" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO..., 2022).

Cabe indagar, como foi observado pelo autor, se de fato existiria como conjugar os interesses do capital internacional com os interesses dos trabalhadores, uma vez que historicamente eles possuem objetivos conflitantes. Até porque a imposição de adaptação evidentemente desfavorece trabalhadores, causando impactos negativos diversos, pois "cria-se uma balcanização das formas de emprego", ofertando ao empregador um cardápio de possibilidades que mistura formas híbridas de trabalho em geral mais desprotegidas e desfavoráveis que as ofertadas anteriormente.

Até aqui, numa breve exposição das discussões sobre a reconfiguração do mundo do trabalho, a partir da noção de sociedade de austeridade, conectando-a aos debates pelo denominador comum da precarização, avançamos na caracterização do que entendemos ser elementos dessa "conversão de narrativa" empreendida pela racionalidade neoliberal (amedrontamento, desinformação, descrença e enfraquecimento de instituições públicas). Buscamos problematizar essa linha discursiva que veio para modificar subjetividades, desenvolvendo complexos mecanismos de adaptação dos interesses aos anseios do mercado financeiro internacional e desconsiderando, por completo, qualquer concepção solidária e cidadã das relações.

A seguir, transportaremos isso para a elaboração, votação e aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 com o intuito de observar traços dessa racionalidade neoliberal na narrativa apresentada.

Dividiremos o estudo do parecer que levou à aprovação da lei 13.467/2017 em dois momentos: no primeiro, examinaremos os argumentos e motivações apresentados para a aprovação da reforma trabalhista como um todo (observando, nesse discurso, os elementos típicos da narrativa de austeridade) e, no segundo momento, aprofundaremos nossas reflexões para analisar os argumentos utilizados para a específica modificação do artigo 840, § 1º, da CLT, que estabeleceu um novo requisito para a apresentação das petições iniciais na Justiça do Trabalho.

2.3 O CAMINHO ATÉ A REFORMA TRABALHISTA DE 2017

Como demonstraremos nas páginas a seguir, a compreensão dos efeitos da Reforma Trabalhista de 2017 só é possível dentro da devida contextualização da nova fase política descortinada no Brasil com a redemocratização. Determinante para o reconhecimento e consolidação da Justiça do Trabalho, a Constituição Federal de 1988 não apenas elegeu como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito "os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa",[91] como, em seu bojo, qualifica uma série de garantias fundamentais aos trabalhadores, estipulando um significativo rol de direitos que buscavam a melhoria de suas condições de vida, bem como a construção de um novo modelo de cidadania baseado na integração federativa e na ampla participação social (LOBATO, 2016).

A Constituição Federal de 1988, embora não fosse imune a críticas,[92] pois ainda teria que conviver com uma estrutura social extremamente desigual, burocratizada, permeada por particularismos e alto grau de corrupção (LOBATO, 2016), no seu ideário representou um novo pacto político, comprometido com valores democráticos e de solidariedade social, superando períodos de repressão e de autoritarismo.

Nesse momento, se existia um discurso de fortalecimento do trabalho humano como algo fundamental e dignificante, carregando "anseios de igualdade, solidariedade e justiça social, construídos por meio de profunda participação democrática" (DUTRA; MACHADO, 2021, p. 22), também havia uma preocupação em se garantir proteção ao trabalhador, em face da superexploração econômica, reconhecendo-se ainda, a desigualdade inerente na relação de labor que implicava em uma troca desproporcional: "tempo de vida/força física e troca de remuneração/valor monetário" (SOUTO MAIOR; SEVERO, p. 72).

Contudo, com a ascensão de uma agenda internacional que buscou impor complexas reformas estruturais (processos de privatização e exigências de maior flexibilidade das relações de trabalho, liberalização comercial e financeira, além de uma política fiscal de austeridade), aconteceu uma alteração de rumo que trouxe à tona a implementação de um projeto neoliberal

---

[91] Artigo 1º, da CF: "a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político" (BRASIL, 1988).

[92] Embora tenha sido um marco de inegável importância para a preservação e garantia de diversos direitos fundamentais, muitos autores criticam a falta de concretização das promessas constitucionais existentes. Nesse sentido, p. ex. Dutra e Machado, que consideram a Constituição Federal de 1988, "um projeto insuficiente e incompleto diante da nossa estrutura de desigualdades e crises econômicas" (DUTRA; MACHADO, 2021, p 22), motivo pelo qual teríamos, como resultado, a realização tímida de expectativas bem como a pouca efetividade de nosso estado de bem-estar social (LOBATO, 2016).

visando, sobretudo, a inserção do Brasil no cenário de globalização e de financeirização do capital (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p. 35). Isto acarretou em outras regulações das relações de trabalho e outros entendimentos das garantias sociais e direitos trabalhistas.

Consolidava-se, pouco a pouco, um movimento de ruptura e de tensão com o projeto constitucional de 1988, que teve seu auge com a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017.[93] Se, num primeiro momento, a interpretação conforme a Constituição garantia a proteção do trabalho humano frente aos anseios capitalistas, com o avanço da racionalidade neoliberal tornou-se possível perceber uma mudança interpretativa, que levava em consideração o viés da política e da economia, sobretudo em seus aspectos mercadológicos, "agasalhando uma nova concepção de Estado e do princípio republicano" (COUTINHO, 2021, p. 57).

Só que, na busca dos agentes de mercado por melhores preços para a apresentação de seus produtos na arena de importações e exportações, diversas críticas foram formuladas à forma de contratação e dispensa dos trabalhadores nesse Brasil redemocratizado, bem como aos direitos que foram conquistados e consolidados ao longo dos séculos, argumentando-se que era necessária uma total reformulação desses procedimentos e benefícios com o intuito de compatibilizar interesses mercadológicos internos e externos. Nessa senda, a lei federal 13.467/2017, aprovada no governo Temer, veio coroar esse novo viés de matiz mercantilista, precificador e objetificador do trabalho humano - mas esse processo de desmantelamento foi-se construindo ao longo dos 30 anos posteriores à CF.

Com a instalação de governos neoliberais (Collor, 1990-1992; Itamar, 1992-1995; e FHC, 1995-2002), já era possível observar articulações sob a batuta do capital financeiro em um projeto de programa que previa uma política de desregulamentação do mercado de trabalho (que interessava ao conjunto das classes dominantes e frações burguesa), uma política de privatização (acompanhando interesse internacionais) e uma política de abertura comercial e desregulamentação do mercado financeiro (encontrando adesões circunstanciais conforme o interesse de cada fração de classe). Ao lado disso, um processo de reestruturação produtiva que estipulava novas formas de gestão, baseadas principalmente no modelo de programa japonês,

[93] Consideramos esse um momento chave de implementação da racionalidade neoliberal pois, muito embora em diversos outros momentos tenhamos constatado retrocessos legislativos na manutenção e garantia de direitos sociais, em especial de direitos trabalhistas, a reforma de 2017 foi, de fato, a mais extensa e significativa modificação legislativa implementada, seja em razão da quantidade de artigos alterados, seja em razão da intensidade das mudanças efetivadas. E, infelizmente, não podemos considerar que tais alterações tenham parado por aí. Enquanto ainda estamos finalizando a redação da presente pesquisa, diariamente temos notícias de novos projetos de lei que, pouco a pouco, fragmentam e violam direitos sociais, como, por exemplo, a votação da PEC 32, da reforma administrativa, que busca restringir a estabilidade, desmantelando o serviço público. Nesse sentido, notícia veiculada no Correio Braziliense: "Reforma administrativa e ataques ao servidor desviam foco da frágil performance econômica" (BOUDENS, 2021).

com novidades tecnológicas e com a difusão de estruturas de trabalho terceirizado, colaboravam com a precarização das condições de labor.

Todas essas modificações geravam um cenário de extrema incerteza para trabalhadores e centrais sindicais que, até a década de 1980, conseguiram, por meio de mobilizações, greves gerais e ações coordenadas, criar obstáculos à ascensão da reestruturação produtiva e das razões neoliberais. Todavia, a partir da década de 1990, a reestruturação sindical, aliada à inserção de propostas de desregulamentação e de práticas neoliberais no interior do sindicalismo, conseguem não apenas enfraquecer os órgãos sindicais, como também afetar o próprio modo de pensar dos organismos de representação dos trabalhadores (SILVA, 2020).

E o processo de precarização e remodelação (ou desestruturação) do mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, se acentuou ainda mais a partir da década de 1990, com a ampliação do processo de industrialização intensivo, reestruturação das empresas, terceirizações e com as reformas de cunho neoliberal então implementadas, que "não só impediram que muitos dos novos direitos fossem assegurados, como promoveram um conjunto de transformações econômicas que tiveram um profundo impacto no mercado de trabalho" (LEITE, 2009, p. 81).

E, se no início, as manifestações sindicais no Brasil conseguiram reivindicar melhoria nas condições de trabalho, garantindo a ampliação do leque de direitos e de proteções, na década de 1990 a ação sindical tinha basicamente um teor defensivo: buscava garantir a aplicação da legislação, impedindo a violação de direitos, em reação aos constantes ataques a eles cometidos (SILVA, 2020).

Pensando especificamente na hipótese brasileira, há, ainda, um problema adicional: inexistindo uma política industrial ativa, uma balança comercial defensiva e um programa político social efetivamente compensatório e redutor das desigualdades sociais, a tentativa de inserção da economia brasileira ao mercado globalizado torna-se tarefa ainda mais dificultosa, ocasionando efeitos ainda mais nefastos a trabalhadores e trabalhadoras (POCHMANN, 2001). Pochmann (2001) ressalta que "as economias não desenvolvidas se transformam em uma grande feira mundial de concorrência pelos menores custos de trabalho possíveis, a ser visitada por compradores de força de trabalho que representam as grandes corporações transnacionais" (POCHMANN, 2001, p. 08).

Especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o aumento do índice de desemprego e altas taxas de desigualdade social, sucederam uma série de alterações legislativas que modificaram, de modo bastante significativo, o modelo tradicional das relações de trabalho. Ocorreram à época, inclusive, diversos debates no sentido de se extinguir a Justiça do

Trabalho,[94] o que, em razão da forte resistência de entidades sindicais e categorias da classe trabalhadora organizada, não se materializou (MOREL; PESSANHA, 2007).

E, embora, por meio da Emenda Constitucional 45, de 2004 (EC 45/2004), de modo contraditório, tenha havido uma ampliação da faixa de competências da Justiça Trabalhista, pois ela modificou o artigo 114, da Constituição Federal, ainda assim houve significativa diminuição do poder normativo da Justiça do Trabalho. A EC 45/2004 passou a prever, expressamente, sua competência para também apreciar ações que envolvam exercício do direito de greve, ações sobre representação sindical, ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, além de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, e não apenas da relação de emprego, dentre outras.[95]

Paula Freitas (2020), ao reforçar que as medidas neoliberais de hoje decorrem de um projeto político maior, resultado de um redesenho institucional fortalecido ainda na década de 1990, lista uma série de alterações legislativas que teriam por objetivo promover uma reestruturação normativa, mencionando: lei federal 8.949/1994 (acrescentou parágrafo ao artigo 442, da CLT, para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados); portaria SRT 2/1996 (alterou a portaria 66, de 24/1974, do extinto Departamento Nacional de Mão-de-Obra) – que regulamenta as instruções para o registro de empresas de trabalho temporário, ampliando, assim, as possibilidades de uso do trabalho temporário, previsto na lei federal 6.019/1974); decreto 2.100/1996 (tornou pública a denúncia, pelo Brasil, da Convenção 158/1982 da OIT, relativa ao término da relação de trabalho por iniciativa do empregador); MP 1.709/1998 e 1.726/1998 (que tratavam sobre o trabalho a tempo parcial, facultando a extensão do benefício do Programa de Alimentação do Trabalhador ao trabalhador dispensado e alterou dispositivo da CLT referente a trabalho por tempo parcial; facultou a suspensão do contrato de trabalho para a participação do trabalhador em curso ou programa de qualificação profissional, alterou a lei federal 7.998/1990, para instituir a bolsa de qualificação profissional e permitir o pagamento de benefício no desemprego de longa duração, alterando, ainda as leis 6.321/1976 e 6.494/1977); lei federal 9.601/1998 (tratou sobre o contrato de

[94] Notícia veiculada na Folha de São Paulo, em 1999, por exemplo, trazia como título: "Proposta extingue Justiça Trabalhista e cria Conselho" (FIGUEIRÓ, 1999).

[95] Antes da EC 45/2004, assim constava no artigo 114 da CLT: "Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas" (BRASIL, 1943).

trabalho por prazo determinado e banco de horas, modificando o artigo 59, da CLT); lei 9.801/1999 e lei complementar federal 101/2000 (dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal); lei federal 10.097/2000 (ampliada pelo decreto federal 5.598/2005, altera o contrato de aprendizagem, modificando os artigo 402 e seguintes, da CLT) e, por fim, a famigerada EC 45/2004, que já comentamos (FREITAS, 2020).

Todo esse rol de alterações normativas, ao longo dos anos, revela o processo contínuo de reestruturação do modelo legislativo trabalhista, na busca por adaptar o sistema protetivo baseado em princípios constitucionais, a um novo modelo de mercado, regido por interesses transfronteiriços.

Cabe destacar que, se nos governos progressistas e neodesenvolvimentistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016), tenha ocorrido certa afirmação do direito do trabalho, inclusive com o fortalecimento da Justiça Laboral e do Ministério Público do Trabalho – que tiveram papel essencial na redução do galopante processo flexibilizatório internacional e na proteção dos direitos e garantias trabalhistas – nos governos que se seguiram houve forte ataque à atuação dessas instituições, existindo intensa perspectiva de desmonte dessa estrutura (KREIN, 2018). E essa tendência de fragilização do Poder Judiciário Trabalhista acaba por se concretizar com a reforma de 2017, sob o comando do governo Temer, alcançando novos patamares de "desinstitucionalização jurídica"[96] e de precarização no governo Bolsonaro (2019-2022).

Assim, embora nos anos 2000 os impactos do forte cenário internacional neoliberal tenham sido de certo modo amenizados pelas medidas adotadas pelos governos petistas,[97] que

---

[96] A ser melhor desenvolvido em pesquisa futura, chamamos de "desinstitucionalização" o processo contínuo e planejado de tentativa de fragmentação e esfacelamento das instituições jurídicas, que ocorre não apenas de modo indireto, como, por exemplo, com a busca pela perda de credibilidade da instituição, por meio de "*fake news*" ou por meio de divulgação de interpretações equivocadas de decisões judiciais, mas também de modo direto, com a proposta de extinção das Instituições. Nesse sentido, podemos citar a ação do governo Bolsonaro na extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, em janeiro de 2019, sendo as pastas incorporadas a outros Ministérios (Ministérios da Economia, da Cidadania e da Justiça e Segurança Pública).

[97] Como bem observa Roberta Freitas Guerra, "Em 2008, marco inaugural da crise no mundo capitalista desenvolvido, o Brasil vivia tempos de crescimento econômico, graças a uma política fiscal expansionista iniciada em 2003 e fundada em três pilares fundamentais: a distribuição de renda na base da pirâmide social, por meio do aumento real do valor do salário mínimo e dos programas de distribuição de renda; o amplo acesso ao crédito, reunindo linhas de financiamento habitacional, rural e ao consumo; e maiores investimentos públicos em infraestrutura física, social e urbana, priorizando áreas como energia, habitação, saneamento e logística" de modo que "não obstante a crise econômico-financeira de 2008 tenha produzido no Brasil efeitos similares aos que atingiram outros países de economias majoritariamente exportadoras, como a queda no preço das commodities e, com a forte saída de capitais estrangeiros, a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, no segundo trimestre de 2009, a economia brasileira já havia voltado a crescer, inclusive, mantendo um crescimento superior à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) até meados de 2011" (GUERRA, 2021, p. 1155/1156).

possibilitaram um projeto de valorização do trabalho mínimo e a redução das desigualdades sociais e da extrema pobreza, por meio de programas sociais, já se encontravam consolidadas, no cenário empresarial brasileiro, práticas de reestruturação produtiva tais como a terceirização, banco de horas, sendo que outras medidas de desregulamentação anteriormente implementadas sequer foram revistas ou alteradas (SILVA, 2020).

Como bem observa Valdemar Araújo (2020) o tripé de apoio e sustentação dos governos petistas se calcava num sistema de participação do executivo federal com conselhos, comissões, grupos técnicos e ONGs; num sistema sindical tradicional corporativista, renovado pelo governo, com grandes centrais sindicais participando das decisões junto com o grande empresariado na gestão dos fundos de pensão, FGTS, entre outros e, por fim, num modelo que prestigiava agências reguladoras. Assim, quando a crise econômica se acentuou, uma grande parte dos grupos sociais – em específico de base tradicional e conservadora, mas, também, parte da população mais pobre dos grandes centros urbanos - não estava abarcado nesses conselhos o que ocasionou perda de enraizamento social e elevado grau de deslocamento. Desse modo, a alta seletividade na participação política e o corporativismo renovado teriam deixado de fora uma parte significativa da sociedade, que ficou à mercê das negociações políticas e não se sentia representada; esse desenraizamento, somado à crise econômica, possibilitou a crise política (ARAÚJO, 2020).

Especialmente a partir de 2013, modifica-se a correlação de forças dos movimentos, ocorrendo um deslocamento de frações dominantes dos blocos de poder. Grupos que não se sentiam representados passam a engrossar um discurso de caráter mais conservador, manifestando-se, sobretudo, nas manifestações contra a corrupção (SILVA, 2020).

E, como destaca Santos (2020), o cenário político enfraquecido após o impeachment propiciou o ambiente perfeito para que "os interesses sistematicamente previstos em agendas empresariais com enfoque neoliberal fossem aprovados mediante pressão desses setores junto ao Congresso Nacional" (SANTOS, 2020, p. 57).

Teríamos o que Paula Freitas (2020) nominou de "segundo pacote", no qual é retomado, com muito mais fôlego, o aprofundamento das reformas desestruturantes iniciadas na década de 1990 e, momentaneamente, paralisadas. Na primeira fase, tivemos a aprovação das leis federais 13.429/2017 e 13.467/2017 (a primeira, tornando irrestrita a prática de contratos terceirizados e a segunda, a Reforma Trabalhista, objeto desta tese). E, na segunda fase, teríamos a "destruição do direito do trabalho como ramo especializado e de suas instituições", por meios das Medidas Provisórias 873/2019, 881/2019, 905/2019, 927/2020, 928/2020,

936/2020, 944/2020 e 946/2020 e diversas outras que foram editadas durante o período pandêmico (FREITAS, 2020).

E, mais recentemente, a lei federal 13.874/2019 (conversão da MP 881/2019), que veio instituir a declaração de direitos de liberdade econômica, estabelecendo garantias de livre mercado e dando continuidade ao projeto de implementação de medidas de austeridade, ao proceder à alteração de diversos artigos, flexibilizando e deteriorando, ainda mais, direitos e garantias de emprego, em prol de um favorecimento expresso da racionalidade neoliberal.[98]

Dentro desse cenário se tornou corriqueiro questionar não apenas os direitos trabalhistas, mas também o próprio papel do Poder Judiciário Trabalhista que, segundo alguns, agiria de modo pouco sensível aos interesses empresariais ao condenar "despreocupadamente" os empregadores, sem mensurar os efeitos dessas condenações para a economia nacional.

De acordo com os defensores das medidas flexibilizatórias, as regras excessivamente protetivas, presentes tanto na legislação material quanto na processual trabalhista, significariam verdadeiro entrave ao desenvolvimento, pois permitiriam que praticamente todos os pedidos formulados por um trabalhador "aventureiro" fossem deferidos. Para eles, isso justificaria a necessidade de profundas modificações: os paradigmas clássicos de divisão do trabalho e do capital não se mostrariam mais suficientes para abarcar todas as exigências trazidas pelo sistema global.[99]

O crescimento desse discurso conservador, nutrido pelas ações da lava-jato[100] e das intervenções da mídia corporativa criam o ambiente propício para a aprovação da almejada reforma, pelo governo Temer.

---

[98] Constou, no artigo 1º, que "fica instituída a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do inciso IV do caput do art. 1º, do parágrafo único do art. 170 e do caput do art. 174 da Constituição Federal.", restando expresso, em seu parágrafo segundo, que "interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas" revelando a opção manifesta do legislador por privilegiar medidas coniventes com a preservação da liberdade econômica como princípio norteador dos contratos no país (BRASIL, 2019).

[99] Apenas para ilustrar o ambiente no período anterior à aprovação da Reforma Trabalhista, destacam-se alguns títulos de matérias veiculadas: "Como acabar com a Justiça do Trabalho antes que ela acabe com o que sobrou do Brasil – se tivermos juízo, desmontaremos logo essa máquina de destruição" (PACHECO, 2017); "Leis trabalhistas e o atraso da nação" (SAUCEDO, 2016); "Acreditar que a CLT garante direitos trabalhistas é ilusionismo" (NARLOCH, 2017).

[100] Iniciada pelo Ministério Público Federal em 2014 para apurar suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro, a Operação Lava Jato existiu até 2021, quando foi dissolvida e seu trabalho acabou absolvido pelos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos) dos estados. A Lava Jato apontou irregularidades na Petrobras e em contratos vultosos do governo federal, como o da construção da usina nuclear Angra 3. A operação ganhou notoriedade em decorrência da atuação da força-tarefa de Curitiba (São Paulo e Rio de Janeiro também tiveram forças-tarefa), na maior parte desse tempo liderada pelo procurador Deltan Dallagnol. Entre as 130 denúncias apresentadas pelos procuradores de Curitiba estão aquelas que resultaram na condenação do ex-presidente Lula da Silva, em primeira e segunda instância na Justiça Federal, nos casos do triplex no Guarujá

Cabe destacar que essa desarticulação institucional das políticas públicas, no Brasil, tem observado uma agenda progressiva de precarizações. Muitos autores apontam,[101] como outro marco relevante na caracterização e reconhecimento dos "mecanismos de desmonte do Estado", a aprovação, em dezembro de 2016, da "PEC do teto de gastos públicos", com a Emenda Constitucional nº 95, que restringiu o comprometimento de recursos públicos para os próximos 20 anos. [102]

Em análise retrospectiva das atuações governamentais, em paralelo com a mudança de discursos e agendas acerca das relações de trabalho, verifica-se que, mesmo com toda a flexibilidade estrutural já existente no mercado de trabalho brasileiro, sempre existiram demandas com o intuito de ampliar a regulação privada do mercado, em especial em meados dos anos 90, período no qual houve o ressurgimento e fortalecimento dessa intenção mercadológica nos discursos apresentados. Buscavam-se espaços ainda maiores para o empregador estipular as condições de trabalho, o que resultou na inserção, para atender a tal demanda, de instrumentos flexibilizantes na legislação trabalhista, tais como a ampliação do trabalho temporário e adoção do regime de banco de horas (ESTRELA, 2020).

E, como mencionamos, se houve uma breve pausa nas orientações neoliberais durante os anos 2000, com o governo do PT, por meio da "adoção de uma política nacional desenvolvimentista (que revela crescimento econômico via capital produtivo, valorização do salário mínimo, expansão do emprego com carteira assinada, avanço na qualificação da mão de obra técnica e superior)", com o impeachment de Dilma Rousseff e "num contexto que envolve instabilidade política, crise econômica, recessão e avanço do desemprego" há uma verdadeira retomada, a pleno vapor, dos projetos neoliberais e das políticas de austeridade (ESTRELA, 2020).

Um dos resultados mais evidentes dessa readequação da agenda nacional brasileira às políticas públicas neoliberais é, justamente, como temos repisado, a aprovação da lei da Reforma Trabalhista em 2017, que veio estabelecer uma tentativa programática de eliminação

---

(ocultação de patrimônio) e do sítio em Atibaia (acusação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro). O político foi preso em decorrência desta última, permanecendo detido por um ano e sete meses, até ser liberado em novembro de 2019, quando o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou a incompetência da Justiça Federal do Paraná nos casos.

[101] A questão foi objeto de debate em webinar transmitido pelo IREE - Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa – em 15 de julho de 2020, com o tema: "Papel do Estado nas políticas públicas: crise, desmonte e perspectivas atuais".

[102] A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, alterou o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, sendo objeto de muito debate e críticas por diversos setores da sociedade.

da relação de trabalho estável e de acentuação da escala de precarização de direitos e violação de garantias trabalhistas mínimas.[103]

E entender as diversas formas de impacto que essa nova razão possui é um primeiro passo para refletirmos sobre as dimensões dessa força pois se, num primeiro momento, ela é capaz de alterar discursos no campo legislativo, tendo como resultado a produção de uma lei que acaba por reduzir grande parte dos direitos trabalhistas, num segundo momento ela pode, também, infiltrar-se no campo judiciário, produzindo uma interpretação jurídica da lei que, ao invés de equilibrar e proteger direitos, passa a desequilibrar e violar direitos.

Isso porque, além de uma ideologia ou de uma força discursiva, essa nova racionalidade neoliberal acaba por alterar os mais diversos aspectos da vida em sociedade, moldando significados e naturalizando condutas de indivíduos, grupos e instituições de modo a produzir uma nova forma de se atuar, tendo como parâmetro a concorrência e o crescimento individual e meritocrático (Dardot; Laval, 2016).

Nessa forma de pensar, não apenas a gestão dos indivíduos é medida com base em critérios econômicos, mas a gestão política também passa a ser vista como um negócio que precisa apresentar liquidez e resultados: assim, a busca por maior competitividade passa a justificar uma reforma trabalhista (esfera legislativa) e a suposta necessidade de se propiciar um ambiente mais seguro para empresas passa a fundamentar decisões judiciais (esfera judicial).

Traçado o panorama contextual que nos permitiu tecer algumas considerações e reflexões acerca do complexo processo de mudanças que tem se instalado, alterando relações de trabalho e revelando projetos e intenções, cabe-nos agora discutir como, dentro dessa agenda neoliberal, a Reforma Trabalhista brasileira pode ser encarada.

No próximo ponto analisamos, mais detidamente, a criação do cenário de temor que alavancou a aprovação das medidas de austeridade para, após, averiguar as motivações declaradas e as não expressas, na aprovação da lei federal 13.467/2017, com a finalidade de nos aproximarmos, cada vez mais, do nosso objeto de pesquisa.

E, apesar de não ser possível ignorar as fortes influências externas que demandam alterações nas agendas programáticas dos países em desenvolvimento, é fundamental ter em

---

[103] Houve a alteração de mais de uma centena de dispositivos previstos na CLT, por exemplo, com relação aos direitos referentes às horas in itinere, tempo de troca de uniforme e tempo de espera, artigo 384, da CLT, indenização decorrente da transformação das horas extraordinárias em ordinárias, incorporação de funções desenvolvidas durante pelo menos 10 anos, alteração dos critérios para aferição de equiparação salarial, entre tantos outros. Além das alterações de direito material, houve significativas mudanças na esfera processual e nas formas de representação e de proteção da categoria dos trabalhadores. Para mais detalhes, ver Krein, Gimenez e Santos (2018).

mente, também, a existência de "articulações das elites nacionais no favorecimento de seus próprios interesses" (POCHMANN, 2001, p. 16), coexistindo, no programa de reestruturação do mercado produtivo, intenções externas e internas.

No caso do Brasil, as bancadas "do boi, bala e bíblia"[104], por exemplo, foram fundamentais na aprovação de regramentos que previam verdadeira guinada na forma como as relações trabalhistas deveriam ser encaradas, pressionando bases governistas em diversos aspectos tais como: configuração de trabalho escravo, terceirização, possibilidade de exploração de terras indígenas e reservas nacionais, entre outros, com o claro objetivo de favorecimento de interesses específicos do grupo.

Somada à crise econômica, a crise política que culminou com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff trouxe o cenário ideal para a confirmação da Reforma Trabalhista, em 2017. O quadro de incertezas, de temor e de insegurança instaurado possibilitou verdadeira aprovação relâmpago da lei federal 13.467/2017. E, pelo que pudemos perceber e acompanhar, essa estratégia não foi a única a ser adotada de tal modo; durante a pandemia de covid-19, sob o argumento de que estaria buscando reduzir os impactos econômicos gerados pela doença, o governo brasileiro sancionou uma série de medidas provisórias. E, embora tais medidas devam ser utilizadas apenas em casos de relevância e de urgência,[105] no ano de 2020 foram 101 medidas provisórias e, até junho de 2021, outras 29 haviam sido editadas, média muito superior à dos demais anos.[106]

Além da expressiva quantidade de medidas editadas, muitas delas possibilitaram restrição de diversos direitos trabalhistas, como a Medida Provisória 927/2020, que trazia a previsão de celebração de acordo individual entre empregado e empregador, com preponderância sobre demais instrumentos normativos legais e negociais, durante a pandemia; a MP 936/2020, posteriormente convertida na lei federal 14.020/2020, que permitiu a redução de salários e jornadas e a suspensão de contratos de trabalho, como pagamento de parte do seguro-desemprego pelo governo ou a MP 938/2020, convertida na lei federal 14.041/2020, que estabeleceu regime flexibilizado para compras e contratações.[107]

---

[104] As bancadas conservadoras que, no Congresso Nacional, protegem interesses ruralistas, armamentistas e evangélicos formaram grande parte da base de apoio que favoreceu o golpe político contra a então presidenta Dilma Rousseff, possibilitando, ainda a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, extremo defensor de uma maior flexibilização das relações trabalhistas (QUADROS; MADEIRA, 2018).

[105] As medidas provisórias estão regulamentadas no artigo 62 e seguintes da Constituição Federal e, em seu caput, consta: "Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional" (BRASIL, 1988).

[106] Para fins de comparação, em 2015 foram editadas 43 MPs, em 2016, 56, em 2017, 51, em 2018, 53 e em 2019, 48 (MEDIDAS… 2019).

[107] Para mais, ver o livro "Legislação trabalhista em tempos de pandemia", de Homero Batista (2020).

José Dari Krein (2018), direcionado para problemática brasileira, também mostra sua preocupação com o crescente desmonte de direitos que se afigura com as novas configurações do trabalho.[108] Embora não utilize diretamente o conceito de sociedade de austeridade, o autor vislumbra os efeitos nocivos que decorrem desse ambiente ao acentuar que uma das principais características dessas políticas seria deixar o trabalhador em uma condição de maior insegurança e vulnerabilidade em relação ao trabalho e à renda, "para que ele se sujeite à lógica da concorrência permanente com outros para poder se inserir no mercado e auferir alguma renda" (KREIN, 2018).

A utilização desse mecanismo de mudança de discurso revela-se bastante evidente ao analisarmos as motivações que levaram à aprovação do projeto de lei que se consumou com a Reforma Trabalhista. Novamente podemos verificar que há menção à necessidade de urgentes reajustes e, apenas com a restrição de alguns direitos que, supostamente, seriam responsáveis pelo nosso "atraso econômico", é que o governo enxerga alguma possibilidade de futuro, no período de crise. O discurso de sacrifício individual em prol de um bem comum – o crescimento econômico – torna-se rotineiro.

Essa noção de sacrifício, entretanto, precisa ser confrontada com a ideia de desigualdade; quando se propõe esse sacrifício, desconsideram que não estamos partindo de uma sociedade ideal, com um conjunto de indivíduos que possuem as mesmas condições. Os indivíduos estão em condições desiguais e isso reverbera na sociedade de forma desigual também; a sociedade é desigual, grupos mais vulneráveis são os mais sacrificados porque são justamente os que mais dependem dessas políticas públicas sociais que agora são simplesmente "cortadas"; essa projeção de sacrifício individual desconsidera um fator decisivo, pois grupos específicos estão sendo privados de direitos fundamentais. Temos assim uma ameaça ao princípio do direito democrático, que é substituído por um outro "direito", baseado em normas pretensamente técnicas; há uma inundação do terreno do direito por imperativos supostamente matemáticos, econômicos, seguindo um padrão do capitalismo financeiro, que se apresentam como incontornáveis, inexoráveis; e essa é a forma de expulsar do direito as considerações sobre justiça e considerações políticas que envolvem a afirmação do direito (DUTRA, 2020).

[108] Krein destaca que "a contrarreforma reforça a ideia de que os interesses privados prevalecem sobre direitos consagrados e a própria noção de justiça, o que é visto, muitas vezes, como um sinal evidente da inadequação da legislação. A posição vencedora, de raiz liberal, tenta desqualificar as resistências ao processo de "modernização" guiado pelo mercado e, ao mesmo tempo, argumenta contra "a alegada futilidade de um intervencionismo reacionário" (KREIN, 2018, p. 99).

Se há pouco tempo eram audíveis as lutas e as reivindicações da classe trabalhadora para conseguir garantir um mínimo existencial[109], reduzir jornadas de trabalho desarrazoadas,[110] obter pisos salariais dignos e proporcionais ao trabalho prestado, períodos de descanso necessários à recuperação e preservação da saúde física e mental dos trabalhadores, essas demandas perderam espaço na agenda da esfera pública. Viu-se uma alteração nada sutil do discurso público a respeito dessas demandas nos discursos oficiais e nas representações patronais.

A legislação trabalhista brasileira foi acusada de ser antiquada e de não corresponder à realidade flexível e dinâmica dos contratos contemporâneos, deixando de prever inúmeras possibilidades que desengessariam o desenvolvimento, impedindo, inclusive, a luta contra o desemprego[111]. No início dos debates, o governo federal do Brasil chegou a mencionar que os objetivos da aprovação de uma Reforma Trabalhista seriam o combate ao desemprego e a construção de um país mais competitivo, salientando, ainda, que não haveria "nenhum direito a menos aos trabalhadores".[112]

Essa narrativa está refletida no trabalho da Comissão Especial criada pela Câmara Federal para proferir parecer ao projeto de lei 6.787/2016, do Poder Executivo, que tinha como fim alterar o Decreto-Lei 5.452/1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, que abordaremos no próximo tópico.

O voto do relator, deputado federal Rogério Marinho (PSDB/RN), trazia como justificativa: "aprimorar as relações do trabalho no Brasil, por meio da valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores", bem como "atualizar os mecanismos

---

[109] Para mais informações sobre "reserva do possível" e "mínimo existencial", ver Sarlet (2010).

[110] "A história mostra que, no final do século 18, com a duração frequente de 18 horas diárias, eram comuns mutilações e mortes de operários que desmaiavam ou dormiam sobre as máquinas. O primeiro documento que disciplinou a jornada data de 1349, quando a peste negra dizimou quase 25% da população europeia. Os artesãos e os trabalhadores agrícolas ingleses iniciavam o trabalho às 5h da manhã e encerravam entre 19h e 20h na época mais quente, de março a setembro. No inverno, terminavam no início da noite. Eram jornadas de 12 a 13 horas" (SASSE, 2014, não paginado).

[111] Em entrevista concedida ao jornal O Globo, o então ministro do Trabalho Helton Yomura foi categórico ao afirmar que havia e há interesse urgente em alterar a legislação trabalhista: "Essa lei foi concebida com o objetivo de trazer para o século XXI as relações de trabalho praticadas no Brasil. Antes de sua entrada em vigor, o Brasil estava preso a amarras que o impediram, durante mais de 70 anos, de progredir no âmbito do relacionamento entre trabalhadores e empregadores. A modernização trabalhista veio para conferir segurança jurídica a esse diálogo, cuja qualidade é essencial ao desenvolvimento do país" (YOMURA, 2018).

[112] Em entrevista concedida ao jornal EL País em 12 de julho de 2017, o presidente Michel Temer comentou que: "essa aprovação definitiva da proposta [da Reforma Trabalhista] é uma vitória do Brasil na luta contra o desemprego e na construção de um país mais competitivo". Ainda segundo o presidente não haverá "nenhum direito a menos" aos trabalhadores. "As alterações aprovadas não retiram direitos previstos na Constituição, mas tornam muitas das prerrogativas que estavam presentes na CLT, de 1943, negociáveis, às vezes por meio de tratativas diretas entre patrão e empregado. Especialistas dizem que, na prática, essas negociações podem pender a balança contra os empregados, especialmente em contextos de crise e mudanças estruturais dos postos de trabalho" (BENITES; MENDONÇA, 2017).

de combate à informalidade da mão de obra no país, regulamentar o art. 11 da Constituição Federal, que assegura a eleição de representante dos trabalhadores na empresa, para promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, e atualizar a lei federal 6.019/1974, que trata do trabalho temporário" (BRASIL, 2017a).[113]

No documento havia um apelo expresso à "urgência" do momento, como se uma maior demora na aprovação das alterações, uma reflexão mais elaborada dos supostamente necessários redirecionamentos das relações laborais conduzisse a uma catástrofe irremediável:

> O Brasil não pode mais esperar. Nós, parlamentares, legítimos representantes do povo, precisamos responder aos anseios e necessidades de todos aqueles que esperam soluções concretas aos problemas atuais. Não podemos nos esconder atrás de cortinas de fumaça, não podemos nos valer de discursos panfletários e fugir da realidade concreta que se apresenta à nossa frente. Temos o dever de, dentro dos limites que nos impõe a nossa Constituição, propor medidas legislativas que permitam às pessoas alcançar os seus desejos. (BRASIL, 2017a).

Subsistia, contudo, como um eco do momento histórico anterior, e apesar desse discurso totalizador de urgência, uma tentativa de revelar preocupação não apenas com as empresas, mas também com os trabalhadores (preocupação essa, contudo, que não restará aplicada à pratica, conforme se verificará da análise das alterações legislativas implementadas):[114]

> Essa modernização trabalhista deve então assumir o compromisso não apenas de manter os direitos dos trabalhadores que possuam um emprego formal, mas também de proporcionar o ingresso daqueles que hoje não possuem direito algum. Esse desequilíbrio deve ser combatido, pois, escudada no mantra da proteção do emprego, o que vemos, na maioria das vezes, é a legislação trabalhista como geradora de injustiças, estimulando o desemprego e a informalidade. Temos, assim, plena convicção de que essa reforma contribuirá para gerar mais empregos formais e para movimentar a economia, sem comprometer os direitos tão duramente alcançados pela classe trabalhadora. (BRASIL, 2017a).

Todavia, durante a definição das alterações legislativas, muitas foram as modificações de discurso constatadas e a preocupação com os interesses dos representantes dos empregados perdeu força.

A pesquisadora Bruna Miranda dos Santos (2020), em estudo que buscava analisar as relações de poder na aprovação da reforma de 2017, pesquisou o impacto dos lobbies

---

[113] Para uma melhor compreensão da cronologia da tramitação, ver SANTOS (2020).

[114] Pelo ponto de vista da análise da alteração do direito material não se constata, nas mais de 100 modificações implementadas, quaisquer acréscimos de direitos. Mas, ao contrário, rápida análise permite revelar que foram excluídos diversos direitos, apenas para citar alguns: os direitos referentes às horas *in itinere*, tempo de troca de uniforme e tempo de espera, artigo 384, da CLT, indenização decorrente da transformação das horas extraordinárias em ordinárias, incorporação de funções desenvolvidas durante pelo menos 10 anos, alteração dos critérios para aferição de equiparação salarial, o que revela a superficialidade e falta de compromisso do discurso, ao prometer a manutenção dos direitos dos trabalhadores. Para mais detalhes, ver Krein, Gimenes e Santos (2018).

empresariais na aprovação de demandas historicamente defendidas por esses setores, investigando as doações empresariais realizadas, por setor, para a campanha eleitoral de 2014 (SANTOS, 2020).

Concluiu a autora que: (i) um contexto político enfraquecido após o impeachment revelou o cenário perfeito para a aprovação de interesses previstos em agendas empresariais com enfoque neoliberal; (ii) esses interesses eram preexistentes ao período da reforma, existindo demandas flexibilizatórias acentuadamente a partir da década de 90;[115] (iii) amplas doações, especialmente dos setores financeiro, da indústria e do transporte, a partidos e atores diretamente envolvidos na concepção e aprovação da reforma pressionaram o Congresso Nacional e (iv) a análise de documentos públicos, agendas e notas oficiais de entidades de representação patronal, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ou a Confederação Nacional do Transporte (CNT), serviram para comprovar a existência de demandas relativas à flexibilização das relações de trabalho e, também, referentes à atenuação dos poderes da justiça do trabalho e a fragmentação da atuação sindical (SANTOS, 2020).

Podemos verificar, desse modo, que muito embora o foco de nossa abordagem seja observar os impactos da racionalidade neoliberal primeiramente na aprovação da reforma de 2017 e, posteriormente, na formação da jurisprudência trabalhista, muitos outros aspectos da realidade, permeados por interesses concretos e mediações, se fizeram presentes.

O empresariado brasileiro tinha objetivos bastante claros ao promover as alterações legislativas: buscava ajustar o padrão de regulação das relações de trabalho às características do capitalismo financeirizado, possibilitando, cada vez mais, uma maior liberdade de gestão de recursos e de investimentos por parte dos grandes grupos empresariais, de modo a atender com mais facilidade, suas demandas dentro do mercado globalizado. E, para atrair vantagens competitivas, tinha em mente a necessidade de flexibilização cada vez maior das formas de contrato de trabalho, das jornadas, dos salários, com a clara intenção de buscar a redução de custos, como algo urgente (KREIN, 2020).

E, assim, o sentimento de urgência passou a tomar conta das pautas sociopolíticas e, desse modo, em 11 de novembro de 2017, foram implementadas as mudanças doravante denominadas de "reforma trabalhista" pelo empresariado e pela imprensa tradicional.

---

[115] A autora destaca, ainda, a influência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do então vice-presidente Michel Temer, nas movimentações em torno da reforma, ao reapresentar o documento denominado "Uma ponte para o futuro", de 2015, já reivindicando estratégias flexibilizatórias com o objetivo de preservar a economia brasileira e gerar crescimento.

Uma vez aprovado, o projeto de lei se converteu na lei federal 13.467/2017 que, além dos novos artigos, modificou mais de 100 pontos da CLT – dentre os quais formas de contratação e de dispensa, flexibilização na forma de realização das jornadas, limitações na análise a ser realizada pelo Poder Judiciário, regras de sucumbência, de deferimento da justiça gratuita, além de alterar significativamente a forma de ingresso de ações na justiça.[116]

Como salientado pelo pesquisador Sandro Pereira Silva (2018), embora seja inegável a amplitude do impacto regulatório contido na proposta de reforma, o processo legislativo que validou tamanhas alterações durou pouco mais de quatro meses. "Considerando o despacho inicial para sua tramitação na Câmara dos Deputados, no dia 3 de fevereiro 2016, até sua aprovação final no Senado, no dia 10 de julho", registra o técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acrescentando que este tempo foi desproporcionalmente curto, "considerada a complexidade dos assuntos discutidos e o histórico desse tipo de debate no Brasil" (SILVA, 2018, p. 99).

José Dari Krein, na mesma linha crítica, ressaltou que a onda de urgência que tomou conta da narrativa era formada por premissas equivocadas e discursos dissociados da verdade, sendo, todavia, forte o suficiente para simplesmente ignorar ponderosos estudos e argumentos jurídicos, econômicos, sociológicos "que teimavam em ser um anteparo de lucidez científica ao movimento precarizante e liberalizante das ditas amarras de produção, ancoradas num propalado gozo custoso de direitos trabalhistas" (KREIN, 2018, não paginado).

O sentimento de urgência foi criticado por juristas, sociólogos e economistas, sendo que Homero Batista Mateus da Silva (2017) salientou a perplexidade de uma aprovação de alterações em 100 dispositivos sem ajustes, discussão ou diálogo entre as partes interessadas, questionando:

> A perplexidade toda reside no fato de que a Reforma Trabalhista, num dado momento, foi vendida como urgente, avassaladora e inegociável, a ponto de o governo federal ter insistido num pacote de cerca de 100 dispositivos de lei que não puderam ser minimamente ajustados ou estudados. (...) A urgência e a inegociabilidade também ficam mitigadas quando se observa que vários assuntos candentes ficaram de fora, como a regulamentação da penosidade, da proteção do trabalho contra a automação e da promoção do trabalho da mulher, para ficar apenas em alguns dos incisos do art. 7º da CF nunca concretizados. O capítulo da saúde e segurança do trabalho (arts. 154 a 200 da CLT) foi inteiramente esquecido: reformado em 1978, nunca mereceu a atualização necessária e esperada, mesmo diante de tantos avanços científicos capazes

[116] Um dos questionamentos trazidos nas justificativas para a implementação da Reforma Trabalhista no relatório elaborado pelo relator da comissão especial do projeto de lei 6.787 de 2016, que deu origem à lei federal 13.467/2017, foi o de que "no que tange ao excesso de processos tramitando na Justiça do Trabalho, é certo que muitos deles decorrem do descumprimento intencional da lei pelo empregador, mas não podemos desprezar uma grande quantidade que decorra do detalhamento acentuado das obrigações trabalhistas, em conjunto com regras processuais que estimulam o ingresso de ações e a interposição de infindáveis recursos, apesar dos esforços empreendidos pelo TST para redução do tempo de tramitação dos processos. Nas palavras do professor José Pastore, a legislação trabalhista "constitui um verdadeiro convite ao litígio" (BRASIL, 2017a).

> de alterar os limites de tolerância e de redimensionar alguns graus de exposição a agentes físicos, químicos e biológicos. O silêncio em torno do tema da saúde e segurança do trabalho, que clama por atualizações, nos leva a pôr em dúvida se o propósito da reforma de 2017 tinha mesmo o propósito de melhorar as condições de trabalho ou se camufla, apenas, a redução de custos operacionais. (SILVA, 2017, p. 10-11).

Cabe destacar, ainda, que muito embora tenham sido realizadas audiências públicas no intuito de se legitimar um possível debate dos temas junto à sociedade, tais audiências foram objeto de uma incipiente e insuficiente discussão. Isso porque, antes da aprovação do substitutivo, apenas os poucos artigos constantes da proposta original do Poder Executivo é que foram discutidos nas audiências públicas. O texto final, objeto de intensas e significativas modificações, foi rapidamente aprovado sem que se oportunizasse qualquer tipo de discussão ou reflexão pública (BELTRAMELLI NETO, 2021).

Para Boaventura de Sousa Santos (2002) alterações que produzem impactos tão significativos exigiriam, no mínimo, uma reflexão mais apurada por parte daqueles que buscam promover tal mudança. Observar as fragilidades da aceitação de um consenso neoliberal simplista e também dos crescentes conflitos no interior do campo hegemônico e das chamadas alternativas de resistências seria o primeiro passo para qualquer proposta que tivesse, como interesse, uma suposta "modernização" das relações de labor. [117]

Esse raciocínio está embasado na leitura de que, em discussões desse tipo, certos fatores externos não podem ser ignorados (capital financeiro, corporações internacionais, acordos comerciais envolvendo diversos países, empresas multinacionais). Diz o autor que eles atuam como agentes indiretos, postulando modificações,[118] que refletirão nos sujeitos da relação "capital x trabalho".

---

[117] Boaventura de Souza Santos já em 2002, alertava: "trata-se, pois, de um período de grande abertura e indefinição, um período de bifurcação cujas transformações futuras são imperscrutáveis. A própria natureza do sistema mundial em transição é problemática e a ordem possível é a ordem da desordem" (SANTOS, 2002, p. 213). E como pudemos perceber, tal alerta, passados 20 anos, ainda se mostra muito atual.

[118] Novamente Santos (2002), ao analisar os processos de globalização, resume as exigências comuns – com as quais o autor não necessariamente concorda: "estas transformações têm vindo a atravessar todo o sistema mundial, ainda que com intensidade desigual consoante a posição dos países no sistema mundial. As implicações destas transformações para as políticas econômicas nacionais podem ser resumidas nas seguintes orientações ou exigências: as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela atuação do mercado" (SANTOS, 2002, p. 149).

Por outro lado, finalidades e requerimentos específicos, de empresários e de empregados são sopesados e, em tese, equilibrados; argumentos favoráveis e contraditórios são ajustados e as partes chegam, desse modo, em uma pactuação que seria legítima se estivesse prevendo o fortalecimento de todos, ou, ao menos, garantindo o mínimo de proporção e razoabilidade na distribuição dos ônus e bônus repartidos. Todavia, como mencionamos, não tivemos, na implementação dessas alterações, a observância de tal diálogo.

O parecer que tratava da justificativa do projeto de lei destacava, ao contrário, a urgência das alterações almejadas, retratando um cenário de insegurança:

> O compromisso que firmamos, ao aceitar esta tarefa, não foi com empresas, com grupos econômicos, com entidades laborais, sindicatos ou com qualquer outro setor. O nosso compromisso é com o Brasil. É com os mais de 13 milhões de desempregados, 10 milhões de desalentados e subempregados totalizando 23 milhões de brasileiros e brasileiras que foram jogados nessa situação por culpa de equívocos cometidos em governos anteriores. O momento pelo qual passamos é simbólico. Desde 1901, ano em que primeiro se aferiu o Produto Interno Bruto do país, não passamos por uma situação tão difícil. Já são três anos consecutivos de crescimento negativo, de perdas econômicas, de perda de conquistas. São pessoas que, de uma hora para outra, perdem seus empregos, se veem afundadas em dívidas e tomadas pela desesperança, tudo isso por culpa e dolo daqueles que aparelharam o Estado brasileiro e locupletaram-se dos bens nacionais. (BRASIL, 2017a, não paginado).

Apresentava, assim, e talvez como a única solução para a resolução dos problemas econômicos, sociais e também jurídicos, do Brasil, a aprovação da lei como posta. Muitas das características analisadas por Casimiro Ferreira ao investigar os mecanismos da sociedade de austeridade parecem surgir dessa breve análise: narrativas de conversão e de medo social (legitimação pelo medo, induzido através de previsões de cenários catastróficos); fixação das agendas de discussão e tomadas de posição dos atores sociais coletivos com base nessa narrativa de temor e ambivalência associada a avaliação dos mecanismos de proteção social, uniformizando sob o signo da austeridade o repertório de medidas da nova ordem social culminando com a flexibilização negativa do direito do trabalho (FERREIRA, 2012).

E, como resposta, o relator da matéria na Câmara dos Deputados propõe, disfarçadamente, sacrifícios por parte dos trabalhadores com regime de carteira de trabalho, pois estes seriam privilegiados em comparação aos trabalhadores em situação informal. Ele estabelece uma divisão de interesses: "assim, convivemos com dois tipos de trabalhadores: os que têm tudo – emprego, salário, direitos trabalhistas e previdenciários – e os que nada têm – os informais e os desempregados".

Outro ponto muito abordado, com o objetivo de aprovar a Reforma Trabalhista, foi a alegação de que a implementação de medidas que tornassem mais flexíveis as modalidades de

contratação e mais dinâmicos os contratos de trabalho seria essencial no "combate ao desemprego". O relator do parecer utilizou, ainda, o argumento de que a proteção estipulada na CLT seria uma das causas de injustiça e de desemprego, mencionando sua suposta rigidez como obstáculo à absorção dos trabalhadores pelo mercado de trabalho:

> "Esse desequilíbrio deve ser combatido, pois, escudada no mantra da proteção do emprego, o que vemos, na maioria das vezes, é a legislação trabalhista como geradora de injustiças, estimulando o desemprego e a informalidade. Temos, assim, plena convicção de que essa reforma contribuirá para gerar mais empregos formais e para movimentar a economia, sem comprometer os direitos tão duramente alcançados pela classe trabalhadora" (BRASIL, 2017a, não paginado).
>
> "Não mais podemos aceitar que as rígidas regras da CLT impeçam a absorção pelo mercado de trabalho dos milhões de brasileiros que integram as estatísticas oficiais do desemprego, do subemprego e dos que desistiram de procurar por um emprego, após anos de busca infrutífera por uma ocupação no mercado" (BRASIL, 2017a, não paginado).

E embora grupos empresariais tenham defendido que a legislação trabalhista, excessivamente protetiva, dificultaria o adequado funcionamento do mercado de trabalho, impedindo a criação de empregos e interferindo negativamente nos processos de compra e venda da força de trabalho, amplas são as evidências que demonstram que as reformas trabalhistas não contribuíram para a geração de empregos nem para o dinamismo da economia (ESTRELA, 2020). Aliás, das razões extraídas, verifica-se verdadeiro compromisso com um "liberalismo econômico difuso" que defende a relação negativa entre taxas de emprego/desemprego x direitos e garantias sociais (KREIN, 2019), numa linha de debate que basicamente ignora a testagem de suas premissas ou, ainda, as inúmeras falhas já constatadas nos programas governamentais que adotaram medidas de austeridade.

Há, simplesmente, uma linha discursiva que busca se sustentar em si mesma, pregando, insistentemente, que o excesso de direitos ou o excesso de proteção é prejudicial à economia, logo, seria prejudicial ao trabalhador. Buscava-se, ainda, defender a tese de que, sob a perspectiva neoliberal, os trabalhadores, como indivíduos, seriam responsáveis pela condição em que se encontram no mercado de trabalho (KREIN, 2020). Assim, seu sucesso ou fracasso dependeria suposta e unicamente dos esforços individuais na busca por uma colocação adequada no mercado. E ser mais ou menos flexível às propostas – mesmo que indecorosas – seria um possível fator de sucesso.

Tais argumentos – que simplesmente desconsideram a realidade, uma vez que a CLT já era considerada uma legislação extremamente flexível, prevendo diversas modalidades de contratação, inclusive por prazo determinado, e múltiplas formas de jornadas, como banco de

horas e acordo de compensação semanal, permitindo inclusive a dispensa do empregado sem a exigência de qualquer motivação[119] – são extremamente típicos das agendas que buscam implementar medidas de austeridade por meio do amedrontamento e do convencimento acerca da inevitabilidade dos ajustes que se apresentam.

Augusto Cesar Carvalho, muito antes da reforma de 2017, já rebatia o argumento de que, por ser oriunda de 1943, "a proteção celetista estaria esclerosada". Para o autor, tal discurso ignorava o fato de que o conjunto de regramentos que norteia o direito do trabalho formou-se acompanhando as mudanças nos distintos processos de "automação agrícola, industrialização, informatização e mesmo terceirização, vivenciados pelo Brasil em décadas bem mais recentes" (CARVALHO, 2011a, p. 76).

Haveria, assim, uma verdadeira "inundação do terreno do direito por imperativos supostamente matemáticos, econômicos, seguindo um padrão do capitalismo financeiro, que se apresentam como incontornáveis, inexoráveis", mas que, todavia, não se sustentam quando colocados diante da realidade fática (DUTRA, 2020). Em outras palavras, a narrativa de necessidade de modernização da legislação laboral foi simplesmente apresentada como verdade inexorável, mesmo diante de tantas demonstrações expressas em sentido contrário.

Em avaliação do período pós-reforma, Estrela (2020) concluiu que: (i) as pretensões empresariais no sentido de viabilizar maior flexibilidade ao contrato de trabalho foram, em grande parte, atendidas em 2017, reduzindo custos patronais (como fator de regulação da força de trabalho) e ampliando os poderes dos empregadores na locação de mão de obra e sobre os elementos essenciais do contrato; (ii) passados 3 anos da reforma, não houve significativa redução do índice de desemprego, conforme prometido, e o cenário de crise se agudizou até o momento atual no qual a agenda neoliberal ganhou muito mais força no Brasil; (iii) mesmo diante da ausência de resultados palpáveis, as medidas de austeridade têm se intensificado: houve a extinção do Ministério do Trabalho[120] e a desregulamentação das normas de segurança e saúde do trabalho e estão em curso a reforma da previdência, reforma administrativa e o contrato verde e amarelo; (iv) esse conjunto de fatores permite a percepção de que há o interesse na manutenção da agenda neoliberal, "envolvendo de modo sincrônico todos os poderes e

---

[119] Cabe registrar que o Brasil não é signatário da Convenção 158, da OIT, que prevê restrições à dispensa sem justa causa do trabalhador pelas empresas. "No Brasil, a convenção foi aprovada em 1982, introduzida no ordenamento jurídico brasileiro em 1992 e ratificada em 1996 pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, ela deixou de vigorar em 20 de novembro de 1997, por meio do Decreto 2.100/1996, por denúncia feita pelo governo brasileiro à OIT (PROTEÇÃO..., 2014).

[120] Cabe registrar que, entre idas e vindas nas decisões governamentais, em 28 de julho de 2021, o Ministério do Trabalho e Previdência, que desde 2019 subsistia apenas como uma secretaria do Ministério da Economia, voltou a funcionar como pasta autônoma, sendo restabelecido por meio da edição da MP 1058/21.

outros setores da sociedade (entidades de classe, lobistas e meios de comunicação)" e (v) as situações atuais (arrefecimento das crises política, econômica e de saúde) têm possibilitado condições para uma relativização estrutural ainda maior dos fundamentos protetivos do direito do trabalho (ESTRELA, 2020).

Para Souto Maior e Severo (2017), a Reforma Trabalhista, ao alterar aspectos processuais, teria como objetivo direto e explícito cumprir anseios e desejos inerentes ao "grande capital", não escondendo sua vontade manifesta de "ameaçar e punir com altos custos processuais os trabalhadores, inviabilizando o seu acesso à Justiça" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 73).

A Reforma Trabalhista tampouco considerou as distintas singularidades das regiões brasileiras ou especificidades com relação aos próprios trabalhadores, o que poderá ocasionar reflexos ainda mais nefastos, simplesmente desconsiderados (e que precisam ser computados ao se efetivar pesquisas sobre o tema).[121]

Segundo Krein (2018), teria havido, de fato, um mero disfarce da real finalidade de erosão de direitos, objetivando "disfarçar sua real finalidade de desproteção social, sob a veste inebriante do crescimento econômico e do emprego" (KREIN, 2018, p. 12). Manifestou o autor, ainda, preocupação com as falsas promessas do discurso vigente:

> Com efeito, a receita da recuperação da economia brasileira veio sob o signo da precarização das relações de trabalho e do achatamento da renda do trabalhador brasileiro. A ode, propalada escancaradamente, é a diminuição do "custo social" das empresas, a fim de que a economia volte a prosperar. Receita que certamente não fará o bolo crescer, ao menos para a maioria esmagadora da sociedade brasileira, que continuará escrava das amarras das profundas desigualdades socioeconômicas. (KREIN, 2018, p. 12).

A Reforma Trabalhista hoje vigente, num primeiro momento, pareceu desconsiderar essa necessidade de diálogo com a esfera social, com interesses para além do mercadológico. E, passados alguns anos da sua aprovação, tampouco subsiste a esperança de alguma possibilidade de redenção que poderia vir, por exemplo, da constatação de que, sob interesses

---

[121] Krein (2018) destacou que "o exame dos efeitos da Reforma Trabalhista sobre a desigualdade socioeconômica dos assalariados tem que levar em conta a alta assimetria e dispersão que caracteriza a distribuição de salários no país, com uma alta proporção de assalariados com remuneração menor do que a média e poucos com remuneração maior do que a média. Além disso, as diferenças de remuneração acima da mediana são muito maiores do que abaixo da mediana, principalmente entre assalariados com ocupação mais qualificada e empregados em atividades melhor estruturadas empresarialmente. É preciso considerar também que mais da metade dos assalariados brasileiros têm ocupação de qualificação profissional relativamente baixa, e muitos deles se empregam em atividades de estruturação empresarial relativamente baixa. Essas categorias de assalariados também apresentam uma menor formalização do contrato de trabalho. Por outro lado, menos de 10% dos assalariados brasileiros têm ocupação qualificada em atividade empresarialmente bem estruturada, e essas categorias com melhor qualificação profissional da ocupação e estruturação empresarial da atividade apresentam também uma maior formalização do contrato de trabalho" (KREIN, 2018, p. 271-272).

dissimulados, a reforma teria conseguido atingir os objetivos de ampliar os empregos e promover certo crescimento econômico e social.

E, mesmo sem quaisquer resultados positivos, vivenciamos, atualmente, cada vez mais intensas tentativas de maiores e mais profundas modificações precarizadoras e fragilizadoras das relações de trabalho, agora, com a edição da Medida Provisória 1045/2021, que tem sido chamada de "minirreforma trabalhista".

E, muito embora tal MP tenha sido rejeitada no Senado Federal, [122] as tentativas da base governista em promover redução de direitos trabalhistas não cessam, sendo elaborado, em dezembro de 2021, documento que traz novas propostas flexibilizadoras.[123]

Observamos, desse modo, um ciclo vicioso de narrativa na austeridade, dentro desse contexto de racionalidade neoliberal: é necessário flexibilizar direitos trabalhistas para combater a crise econômica e o desemprego e, se tais medidas não se mostram suficientes para atingir o objetivo apresentado, a solução apresentada é uma nova rodada de violação de direitos. E esse discurso acaba criando contornos ainda mais obtusos quando analisamos os argumentos utilizados com a finalidade de modificar procedimentos processuais para ajuizamento de uma ação trabalhista, como veremos a seguir.

---

[122] Até 19 de agosto de 2021 a MP encontrava-se em remessa ao Senado Federal por meio do Ofício 1031/2021/SGM/P, encontrando-se em "Mesa Diretora". Constava, em sua nova ementa: "Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pela Covid-19 no âmbito das relações de trabalho; institui o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip) e o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966, 10.259, de 12 de julho de 2001, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil); revoga dispositivos da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970; e dá outras providências" (MPV 1045/2021, 2022, não paginado). Todavia, em 01/09/2021, o Senado Federal, por 47 votos a 27, rejeitou a medida, atendendo pleito da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Em nota, a Anamatra manifestou-se no sentido de que "o conteúdo dos enxertos insiste em rumo já comprovadamente ineficaz de associar redução de direitos trabalhistas com diminuição de desemprego e crescimento econômico. Os quase quatro anos de vigência da Reforma Trabalhista, com suas consequências de manutenção do desemprego alto, achatamento da renda, acompanhado de ampliação da subocupação e do desalento, já demonstraram à exaustão que essa fórmula está muito longe do sucesso pretendido" (SENADO REJEITA..., 2021, não paginado). Dados obtidos em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2279513> e < https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/31341-senado-rejeita-medida-provisoria-1045-2021-minirreforma-trabalhista-e-proposta-e-arquivada>.

[123] "O estudo do Gaet possui 262 páginas, divididas em grupos temáticos: direito do trabalho e segurança jurídica e liberdade sindical. Ao todo, são cerca 330 propostas de alterações, revogações e inclusões na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Constituição Federal" (GOVERNO BOLSONARO PREPARA..., 2021, não paginado). Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-bolsonaro-prepara-uma-nova-rodada-de-reformas-trabalhista-e-sindical-no-pais1>.

2.4 REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL: MODIFICAÇÕES IMPLEMENTADAS

Apresentados os cenários e contextos que levaram à aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, cabe-nos discutir as motivações das diversas ponderações trazidas por setores da sociedade, bem como avaliar as intenções trazidas na Reforma Trabalhista e se tais alterações representariam algum óbice ao direito democrático de amplo acesso ao Poder Judiciário.

Retornaremos, ainda, ao parecer que levou à aprovação da lei federal 13.467/2017 pois pretendemos analisar, em especial, os argumentos utilizados para a alteração das exigências para apresentação da petição inicial trabalhista e os possíveis efeitos dessa modificação, traçando algumas ponderações acerca dessa mudança. Tais reflexões nos auxiliarão a tecer as bases desse embate de narrativas que se apresenta para, a partir dessa compreensão, analisarmos as decisões judiciais do TRT/PR que trataram da questão.

Como já explicitamos, embora a lei federal 13.467/2017 tenha promovido a modificação de mais de uma centena de dispositivos da CLT,[124] optamos por analisar as alterações no plano processual efetivadas, justamente por vislumbrar um maior potencial de lesividade nessas modificações instrumentais. Partimos do pressuposto que, da mesma forma como o processo pode ser encarado como instrumento de inclusão e de cidadania, ao apresentar às partes a justa forma de se litigar em juízo, contrabalanceando o desequilíbrio próprio que permeia a relação de trabalho, também pode ser utilizado como ferramenta de exclusão e verdadeiro obstáculo à efetivação da justiça, ao desconsiderar as características específicas da prática processual trabalhista numa falácia de igualdade processual sabidamente inexistente.

Antes da reforma e, justamente por considerar as peculiaridades da relação existente entre as partes – sabidamente desiguais – em um processo trabalhista, exigia-se apenas que o trabalhador apresentasse uma "breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio"[125] e, a partir daí, os pedidos que entendesse pertinentes. Desse modo, a petição inicial, nas reclamatórias trabalhistas, era significativamente mais simples que as petições iniciais de outras áreas do direito. Muitos dos requisitos existentes para ajuizamento de uma ação, previstos no Código de Processo Civil, simplesmente não eram exigidos para o ajuizamento de uma ação trabalhista,

---

[124] Houve alteração, por exemplo, com relação aos direitos referentes às horas *in itinere*, tempo de troca de uniforme e tempo de espera, artigo 384, da CLT, indenização decorrente da transformação das horas extraordinárias em ordinárias, incorporação de funções desenvolvidas durante pelo menos 10 anos, alteração dos critérios para aferição de equiparação salarial, entre tantos outros. Para mais detalhes, ver Krein, Gimenez e Santos (2018).

[125] Antiga redação do artigo 840, § 1º, da CLT: "§ 1º – Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do Presidente da Junta, ou do juiz de direito a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante" (BRASIL, 1943).

justamente para prestigiar os princípios processuais da simplicidade, da proteção e da finalidade social, objetivando "compensar a desigualdades existente na realidade socioeconômica com uma desigualdade jurídica em sentido oposto" (LEITE, 2007 p. 73).

Assim, ao contrário da petição inicial prevista no Código de Processo Civil, a petição inicial trabalhista dispensava, por exemplo, a apresentação dos fundamentos jurídicos do pedido ou as especificações do pedido (artigo 319, do CPC),[126] bastando, para tal, que o autor narrasse os fatos e acontecimentos que se deram durante a relação de trabalho e formulasse os pedidos, apontando, desse modo, os direitos que teriam sido sonegados ou violados durante o contrato, justificando, desse modo, a razão pela qual teria vindo pleitear a condenação da reclamada nas verbas elencadas.

A partir de 2000, com a alteração implementada pela lei federal 9.957/2000, foi desenvolvido um procedimento que buscava dar maior celeridade à prestação jurisdicional para processos trabalhistas considerados de menor potencial econômico. Nascia, assim, o procedimento sumaríssimo (artigo 852-A, e seguintes, da CLT), específico para "dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação" (BRASIL, 1943).

O novo procedimento, diferentemente do que até então prevalecia, passou a exigir indicação de valores dos pedidos formulados,[127] todavia, ao contrário do que aconteceu com a alteração proveniente da lei federal 13.467/2017, tal exigência não causou grandes repercussões uma vez que se destinava justamente a processos específicos possuindo, como contrapartida uma maior agilidade no andamento processual. E, justamente por prever um procedimento ainda mais simplificado (proibição de citação por edital, audiência uma, resolução de incidentes e exceções de plano, número de testemunhas reduzido) e prazos mais céleres, acabava por se destinar a processos de menor complexidade, podendo o trabalhador optar por tal procedimento sem maiores prejuízos. Havia, assim, um equilíbrio entre o requisito legal estipulado e o objetivo do procedimento: "tornar o processo do trabalho mais célere na solução dos conflitos trabalhistas de pequeno valor" (HENZ; BROD, 2009, p. 81).

Já a modificação decorrente da lei federal 13.467/2017 veio trazer um ônus para o trabalhador, desequilibrando um procedimento historicamente já delicado, e sem qualquer

---

[126] Existe certa cizânia a respeito dos requisitos da petição inicial trabalhista na doutrina especializada, todavia é majoritário o entendimento no sentido de que havia uma maior simplicidade na apresentação da reclamatória trabalhista. Para mais, ver: Souto Maior (1996); Leite (2007); e Delgado e Delgado (2017).

[127] A redação do artigo 852-A: "Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. I – o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente" (BRASIL, 1943).

tentativa de oferecer alguma contrapartida, ignorando, ainda, a realidade contratual: para que o trabalhador pudesse, de modo satisfatório, indicar a expressão monetária correspondente aos valores de seus pedidos, seria necessário que ele tivesse acessos aos documentos da relação de labor.[128] Todavia a obrigação legal é do empregador de guardar os documentos decorrentes do contrato de trabalho,[129] tais como demonstrativos de pagamento, de férias, relatórios de jornada, relatórios de entrega de equipamentos de proteção, exames médicos, guias de recolhimento de FGTS, comprovantes de entrega da comunicação de dispensa e do requerimento do seguro-desemprego, documentos previdenciários e sindicais etc., sendo que, na maioria das vezes, o empregado sequer tem acesso à maior parte dos documentos necessários para verificar qual seria o valor dos pedidos que estão sendo formulados.

Aliada a tal situação, parte da doutrina e da jurisprudência passou a entender que, uma vez indicado o valor de cada pedido, tal montante representaria um efetivo teto, um limite para a condenação futura: assim, se o trabalhador indicasse, em sua petição exordial, um valor menor do que aquele que ele de fato teria direito (o que seria constatado apenas após efetuados os cálculos pelas partes ou pelo perito, na fase de liquidação processual que antecede a execução, nos termos do artigo 879, da CLT),[130] estaria sendo lesado, pois receberia tão somente aquilo que foi indicado inicialmente. Por outro lado, se o autor indicasse um valor maior do que o montante efetivamente devido, parte da doutrina e da jurisprudência passou a entender que haveria condenação desse trabalhador em honorários advocatícios sucumbenciais[131], pela diferença do montante. Ademais, os valores dos pedidos somados representariam o valor "dado à causa" e, em eventual sucumbência total do reclamante, este seria condenado não apenas no pagamento dos honorários advocatícios, mas também das custas.[132] Assim, sem ter a posse dos

---

[128] Embora não seja objeto da presente pesquisa, cabe mencionar que, em 31/08/2018, o Conselho Federal da OAB (CFOAB) ajuizou a ADI 6002, pretendendo "a procedência do pedido de mérito, declarando-se a inconstitucionalidade dos §§ 1º e 3º do art. 840 da CLT, na redação conferida pela lei federal 13.467/2017, ante a violação aos princípios do acesso à justiça (art. 5º, XXXV); da proteção do trabalho (art. 6º, caput); da proteção do salário (art. 7º, X); da tutela judicial dos créditos trabalhistas (art. 7º, XXIX) e da segurança jurídica (art. 5, caput, da CF, entre outros)". Tal ADI ainda aguarda julgamento, no STF (ADI 6002, 2018).

[129] Nesse sentido o disposto no artigo 7º, XXIX, da CF/1988 e no § 5º do artigo 23, da Lei nº 8.036/1990, artigo 173; "caput" e § 4º, do artigo 150 do CTN, artigo 5º da, Resolução do Codefat 393/2004 e, ainda, os seguintes artigos e subitens das portarias e normas regulamentadoras: artigo 8º, da Portaria MTE nº 10/2011; "caput" e § 2º do artigo 1º, da Portaria MTE nº 235/2003; subitem 4.12., "j" da Norma Regulamentadora nº 4; subitem 5.40, "j", da Norma Regulamentadora nº 5; subitem 7.4.5.1 da Norma Regulamentadora nº 7 (Portaria MTE nº 3.214/1978); subitem 9.3.8.2 da Norma Regulamentadora nº 9, etc.

[130] "Art. 879 – Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos" (BRASIL, 1943).

[131] "Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa" (BRASIL, 1943).

[132] "Art. 789, § 1º As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal" (BRASIL, 1943).

documentos necessários para a efetiva contabilização do valor devido, caberia ao trabalhador/reclamante escolher qual seria a opção menos prejudicial entre duas potencialmente lesivas a seus direitos.

Além disso, restou expressa, na vontade do legislador, ao apresentar os argumentos para tal modificação, a intenção de se reduzir a quantidade de ações trabalhistas ajuizadas, como examinaremos mais adiante. Havia, como verificaremos, um efetivo projeto político buscando dificultar o acesso dos trabalhadores ao Poder Judiciário, sob a justificativa de que muitas das ações ajuizadas seriam meramente oportunistas: sob o argumento de que os princípios e regramentos trabalhistas protegeriam de modo excessivo os trabalhadores, buscou o legislador alterar esses regramentos também como forma de se criar maiores garantias ao empresariado, alinhando o procedimento trabalhista a uma lógica de mercado que pretende, sobretudo, resguardar a economia, mesmo que tal proteção implique em desmantelamento de direitos.

No parecer ao projeto de lei 6.787/2016, do Poder Executivo, que pretendeu alterar o Decreto-Lei 5.452/1943, o relator, deputado federal Rogério Marinho (PSDB/RN), não escondia suas críticas à forma como ocorriam os ajuizamentos das reclamatórias trabalhistas. Argumentava pela necessidade de "mais riscos" aos trabalhadores, nos casos de ingresso em juízo: "hoje, a pessoa que ingressa com uma ação trabalhista não assume quaisquer riscos, uma vez que grande parte das ações se resolvem na audiência inicial, gerando o pagamento de uma indenização sem que ele tenha que arcar nem mesmo com as custas processuais" (BRASIL, 2017a, não paginado).

O relator também destacava a aparente atitude "aventureira" do trabalhador reclamante[133] parecendo desconhecer a grave realidade do cenário laboral brasileiro, no qual, à época da fala, contava com alta taxa de inadimplência no pagamento de verbas salariais básicas.[134]

---

[133] Ainda na fala do relator: "no que tange ao excesso de processos tramitando na Justiça do Trabalho, é certo que muitos deles decorrem do descumprimento intencional da lei pelo empregador, mas não podemos desprezar uma grande quantidade que decorra do detalhamento acentuado das obrigações trabalhistas, em conjunto com regras processuais que estimulam o ingresso de ações e a interposição de infindáveis recursos, apesar dos esforços empreendidos pelo TST para redução do tempo de tramitação dos processos. Nas palavras do professor José Pastore, a legislação trabalhista constitui um verdadeiro convite ao litígio" (BRASIL, 2017a, não paginado) ".

[134] No Relatório Geral da Justiça do Trabalho de 2016 consta que "os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho são: Aviso Prévio, com 1.046.041 processos, Multa do Artigo n.º 477 da CLT, com 972.641 processos, e Multa do Artigo n.º 467 da CLT, com 846.297 processos" (RELATÓRIO GERAL..., 2017, p. 60). Em 2017 novamente os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho foram: Aviso Prévio, com 917.877 processos, Multa do Artigo n.º 477 da CLT, com 912.103 processos, e Multa de 40% do FGTS, com 806.010 processos" (RELATÓRIO GERAL..., 2018, p. 60). O mesmo praticamente se repete nos anos anteriores, colocando em dúvida razoável, assim, a afirmação de ausência de seriedade de grande parte das reclamatórias trabalhistas ajuizadas simplesmente por não existir risco potencial ao trabalhador uma vez que a maior parte dos assuntos trazidos dizia respeito a verbas e multas devidas em razão da não observância de pagamentos no final da relação contratual.

Mais especificamente com relação à alteração promovida no artigo 840, da CLT, constou:

> As alterações promovidas no art. 840 têm como fundamento principal exigir que o pedido, nas ações trabalhistas, seja certo, determinado e que tenha o seu valor devidamente indicado. A exigência de que o pedido seja feito de forma precisa e com conteúdo explícito é regra essencial para garantia da boa-fé processual, pois permite que todos os envolvidos na lide tenham pleno conhecimento do que está sendo proposto, além de contribuir para a celeridade processual com a prévia liquidação dos pedidos na fase de execução judicial, evitando-se novas discussões e, consequentemente, atrasos para que o reclamante receba o crédito que lhe é devido. Vale ressaltar que o tratamento dado à matéria nesse artigo é o mesmo já estabelecido no CPC. (BRASIL, 2017a, não paginado).

Havia, desse modo, a intenção de que se estabelecesse uma prévia liquidação de pedidos, ainda na petição inicial, para que o trabalhador passasse a indicar o valor exato das pretensões formuladas. Interessante destacar que, entre os argumentos utilizados para a alteração legislativa, existia um pretexto de preocupação com o trabalhador que, dessa forma, teria um processo supostamente mais célere pois, uma vez por ele indicados os valores dos pedidos, evitar-se-iam novas discussões relativas aos cálculos, nas fases posteriores.

Todavia, aparentemente, o legislador simplesmente parecia desconhecer duas questões processuais básicas relacionadas ao trâmite trabalhista, quando apresentou seus argumentos para justificar a alteração: a primeira é que, mesmo com todas as modificações decorrentes da lei federal 13.467/2017, não houve mudança com relação ao procedimento de liquidação de valores, previsto no artigo 879, da CLT, ou seja, sendo ilíquida a sentença, após a definição dos direitos devidos, iniciaria um momento de liquidação do montante, discutindo-se cálculos, procedimentos de cômputo de parcelas, critérios de apuração de numerário, percentuais, modos de interpretação de determinadas formas de pagamento, tudo isso para chegar à apuração exata do que seria devido.

Assim, mesmo que o reclamante apontasse corretamente os valores em sua petição inicial, caso a sentença não indicasse expressamente os valores devidos, ainda teríamos todos os procedimentos de liquidação a serem observado no momento oportuno, inexistindo, desse modo, a alegada celeridade mencionada pelo legislador, pois as partes ainda poderiam discutir diversos pontos relacionados aos cálculos do quantum devido.

Cabe ressaltar, também, que justamente em razão da complexidade e da multiplicidade de pedidos que são envolvidos na relação de trabalho, é muito pouco frequente, mesmo após a Reforma Trabalhista, que os juízes apresentem as sentenças de modo "líquido", ou seja, com

os valores indicados para cada pedido total ou parcialmente deferido.[135] Tanto que permanece o disposto no § 6º, do artigo 879, da CLT, no sentido de que, em se tratando de cálculos de liquidação complexos, "o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade (BRASIL, 1943) ".

Temos, desse modo, uma estranha contradição: exige-se do trabalhador, mesmo sem os instrumentos necessários para tal, a apresentação de pedidos com seus adequados valores, mas a contrapartida esperada, que poderia resultar em maior celeridade no trâmite processual – uma sentença líquida – não é uma exigência legal, existindo apenas recomendação da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho nesse sentido.[136]

Haveria, desse modo, uma flagrante violação ao princípio da isonomia, ao se permitir sentenças ilíquidas exigindo-se, em contrapartida, petições iniciais devidamente liquidadas. Ademais, a exigência de liquidação indiscriminada poderia ensejar "tratamento injusto e indesejado", privilegiando grandes escritórios de advocacia em detrimento dos pequenos (BERNARDES, 2018, p. 109).

Na prática, ainda, a alegada promessa de celeridade ao trabalhador, em razão da alteração processual implementada, tampouco se concretizou, ocorrendo, ao contrário, maior morosidade processual, após a aprovação da lei federal 13.467/2017.

De acordo com a série histórica de tempo médio de tramitação processual, que consta no site do TST,[137] em 2016 um processo demorava, em média, 223 dias na 1ª instância, 243 na segunda instância e 557 no TST; em 2017 houve ligeiro aumento, em todas as instâncias, passando para 238, 254 e 601 dias, respectivamente. Em 2018, logo após a Reforma Trabalhista, embora a média no andamento processual tenha reduzido um pouco no TST, caindo para 576 dias, ainda aumentou no 1º e 2º graus, para 266 e 292 dias, respectivamente. Nos anos seguintes, houve pequena redução na demora da tramitação processual em 1ª instância (245 dias, em 2019 e 219 dias, em 2020) voltando a subir em 2021 (241 dias), mas no 2º grau o tempo médio de tramitação voltou a subir em 2019 e 2020 (307 e 319 dias), tendo leve queda em 2021 (para

---

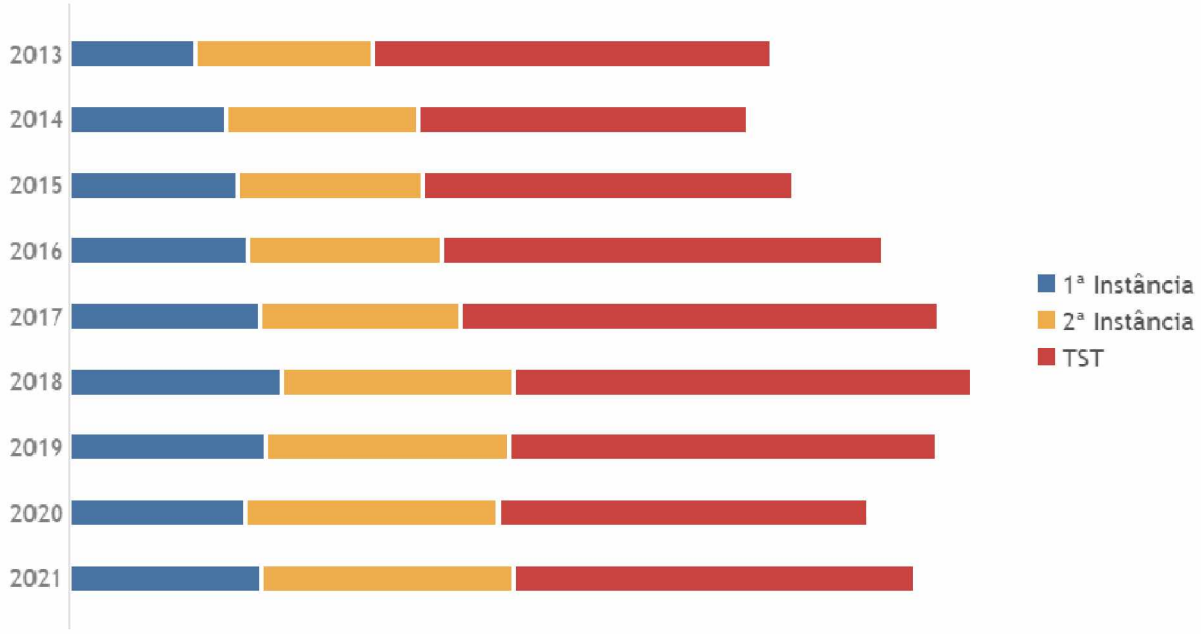
[135] De acordo com o que consta no site do TST, em estatísticas da Justiça do Trabalho, entre 2019 e maio de 2021 tivemos, em média, menos de 20% de sentenças líquidas proferidas pelos juízes. No TRT do Paraná a média é ainda menor, sendo de apenas 10,3% de sentenças líquidas, entre maio de 2020 e maio de 2021 (ESTATÍSTICAS..., 2021).

[136] Nesse sentido, a Recomendação 4/2018, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho que estabelece, em seu artigo 1º: "os Juízes do Trabalho, sempre que possível, proferirão sentenças condenatórias líquidas, fixando os valores relativos a cada um dos pedidos acolhidos, indicando o termo inicial e os critérios para correção monetária e juros de mora, além de determinar o prazo e as condições para o seu cumprimento (Art. 832, §1º, da CLT) ". (RECOMENDAÇÃO 4/GCGJT, 2018).

[137] Os dados estão disponíveis em: < https://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/prazos>.

317 dias). A mesma instabilidade foi possível observar no TST, com quedas entre 2019 e 2020 (541 e 468 dias, respectivamente) e nova subida em 2021 (média de 506 dias de tramitação).

Figura 6: Série histórica do tempo de tramitação na justiça trabalhista no TST, 1ª e 2ª instâncias, 2013 a 2021.



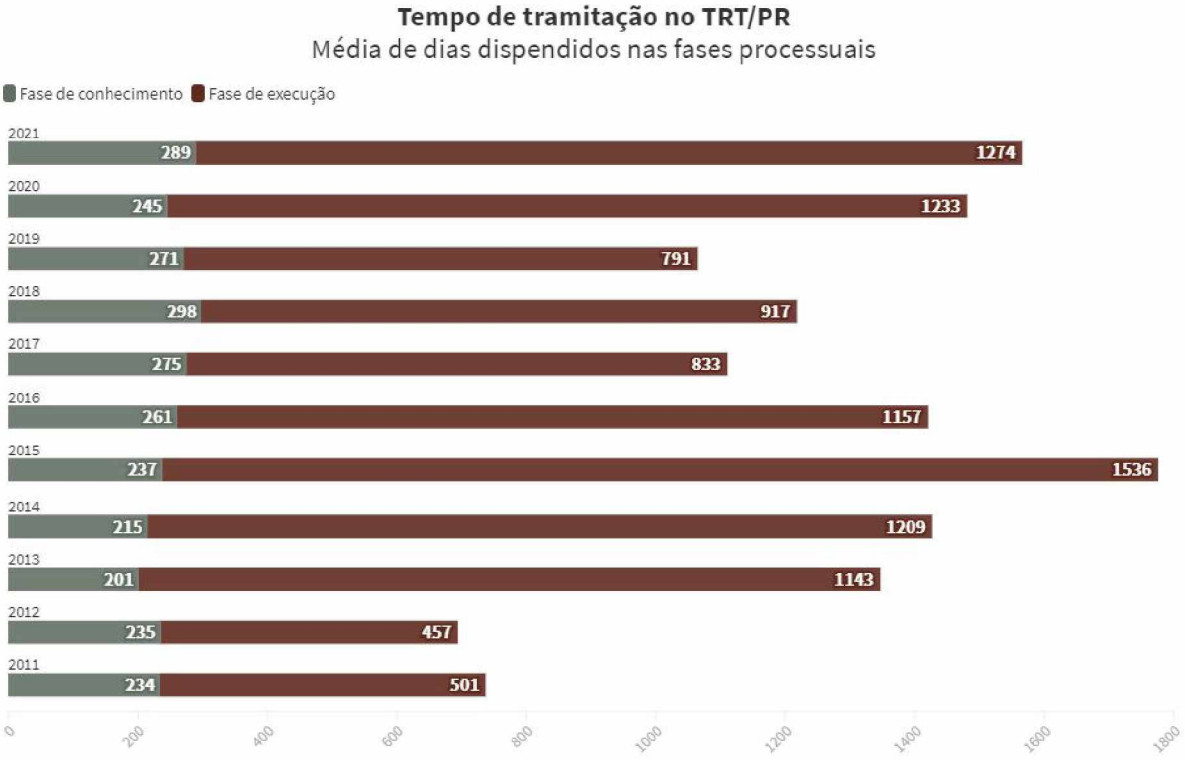
Fonte: TST. Elaborado pela autora a partir de *print screen* do site do TST.

O segundo ponto de aparente desconhecimento do legislador reside no fato de que a maior causa na demora da tramitação processual ocorre na fase de execução da sentença, em razão da dificuldade de localização de bens ou valores da parte devedora, e não em razão dos procedimentos de liquidação dos valores.

Em 2020, por exemplo, o tempo médio de tramitação de um processo, na fase de conhecimento (até o reconhecimento do direito devido) era de 221 dias e o tempo médio, na fase de execução, era de 974 dias. Até junho de 2021, o tempo médio na fase de conhecimento era de 240 dias e, na execução, passou para 1.045 dias.

No TRT/PR, em 2018, por exemplo, a média de demora na tramitação processual na fase de conhecimento era de 298 dias e, na fase de execução, 917 dias; em 2019, 271 e 791 dias, respectivamente e, em 2020, o tempo médio de tramitação dos processos na fase de conhecimento era de 245 dias e, na fase de execução, 1.233 dias:

Figura 7: Tempo de tramitação processual TRT/PR. Período 2011 a 2021.



Fonte: Estatísticas do TST. • Elaborado pela autora.

Em nota publicada em janeiro de 2018, o TRT/PR apresentou o seguinte esclarecimento:

> A fase de execução é notoriamente mais complexa do que a de conhecimento, pois não depende exclusivamente da atuação do juiz, e os devedores podem usar de muitos expedientes para tentar adiar ou se esquivar do pagamento da dívida. Por isso, a Justiça do Trabalho tem buscado mecanismos para dar mais efetividade a essa fase, como a criação de núcleos de pesquisa patrimonial nos Tribunais Regionais do Trabalho (unidades de inteligência voltadas para a identificação de patrimônio dos devedores), a promoção de mutirões para pagamento de dívidas, como a Semana Nacional da Execução, realizada anualmente desde 2011, e a celebração de convênios com órgãos como o Banco Central (Bacenjud), Departamento Nacional de Trânsito (Renajud) e Receita Federal (Infojud) para facilitar a localização de bens a serem penhorados. (PRESIDENTE DO TST…, 2018).

Temos, desse modo, que se mostraram falaciosos os argumentos utilizados como justificativa para implementar a alteração almejada com a reforma, criando novos requisitos para o ajuizamento da reclamatória trabalhista. Se existisse efetiva preocupação com a busca por uma maior efetividade na entrega da prestação jurisdicional, caberia ao legislador, ao contrário de se preocupar com uma possível má-fé processual por parte do trabalhador que busca pleitear seus direitos sonegados junto ao Poder Judiciário, procurar criar mecanismos possibilitando a localização de bens dos devedores.

Nesse sentido, e considerando o conjunto dos argumentos trazidos no parecer que aprovou a lei federal 13.467/2017, é possível perceber, mais uma vez, que há um redirecionamento de prioridades nas diretrizes adotadas: sob fundamentos facilmente contestáveis de proteção do trabalhador, esconde-se a verdadeira intenção da reforma, de resguardar interesses econômicos de setores patronais, mesmo que em detrimento de direitos trabalhistas.

Intenções e objetivos que, muitas vezes contraditórios, pois inseridos em uma sociedade extremamente complexa e diversa, revelam mediações com a realidade e interesses concretos inseridos em uma dinâmica que ultrapassa as reflexões que surgem a partir, apenas, da análise da racionalidade neoliberal (KREIN, 2020).

Mas, a partir dessa racionalidade, é que tentamos interpretar as questões, interesses e lutas concretas que se apresentam quando refletimos acerca da dinâmica na relação entre capital e trabalho e as pressões e tensões que o capital revela nesse embate de poder, cabendo registrar que, em regra, as pressões exercidas sobre o trabalhador têm trazido justificativas que pouco ou quase nada revelam a favor da condição do trabalhador: exigem-se sacrifícios sem qualquer contrapartida visível.

Ademais, se pensarmos no panorama brasileiro, no qual praticamente não há garantia contra a despedida sem justa causa por iniciativa do empregador,[138] fica muito claro que a arena de lutas e de reivindicações do trabalhador, enquanto vigente seu contrato laboral, é bastante reduzida. Assim, frequentemente o trabalhador se vê obrigado a tolerar condições com as quais muitas vezes discorda, submetendo-se a jornadas extenuantes, salários reduzidos, labor em condições insalubres ou periculosas sob o risco de, ao demonstrar seu descontentamento, ser simplesmente descartado, especialmente nesse cenário atual de excesso de oferta de mão de obra e altos índices de desemprego. Até mesmo a luta coletiva, por meio da atuação sindical, se vê enfraquecida, em razão dos constantes ataques que vem sofrendo.

Diante desse cenário torna-se perceptível que "o único momento em que o trabalhador realmente consegue tentar fazer valer os seus direitos, colocando-se em condições, ao menos formais, de ser ouvido, é quando ajuíza sua demanda trabalhista" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 70).

---

[138] O Brasil, embora inicialmente tenha ratificado a Convenção 158 da OIT, que veda a dispensa arbitrária por iniciativa do empregador, posteriormente a denunciou, por entendê-la incompatível com os demais institutos protetivos já existentes na legislação pátria. Assim, subsiste no Brasil, atualmente, a possibilidade geral do empregador em dispensar seu empregado, sem justa causa, sem a necessidade de apresentação de qualquer justificativa, bastando, para tal, que efetue o pagamento das verbas elencadas para esse tipo de término contratual. Sobre isto, ver Carvalho (2018).

Por esse motivo é tão relevante que o procedimento que possibilita ao trabalhador o ajuizamento de sua reclamatória trabalhista não venha reprisar o desequilíbrio existente durante a relação de labor, reforçando a opressão patronal. Nesse panorama, o acesso à Justiça deve possibilitar que o sujeito de direitos possa, efetivamente, ter a oportunidade de reivindicar os direitos que lhe foram direcionados valendo-se, caso seja necessário, da atuação estatal

Cabe destacar, ainda, que o legislador também alegava a necessidade de "que o pedido seja feito de forma precisa e com conteúdo explícito", de modo a permitir que "todos os envolvidos na lide tenham pleno conhecimento do que está sendo proposto". Todavia as petições iniciais protocoladas antes da reforma já observavam essa recomendação, pois havia a necessidade de se apresentar, além do pedido formulado, "uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio" (antiga redação do artigo 840, da CLT). E, eventual deficiência da peça inicial, constatada pelo MM. Juízo, poderia ser objeto de emenda para retificação, bastando, para tal, que o magistrado intimasse o trabalhador para corrigir a irregularidade constatada, conforme entendimento previsto na Súmula 263, do TST.[139]

Já havia, assim, procedimentos suficientes, previstos na legislação, que garantiam ao empregador o amplo exercício do contraditório e de sua defesa, de modo que só nos parece possível concluir que a alteração imposta ao artigo 840, da CLT tinha, como intenção, tornar mais oneroso e dificultoso ao trabalhador, o ajuizamento de uma ação trabalhista.

Não havia segredo, nas declarações apresentadas, acerca do interesse em se reduzir o número de processos trabalhistas ajuizados, constando, expressamente, na justificativa do relator, argumento no sentido de que, em sua visão, haveria não apenas um excesso de processos tramitando na Justiça do Trabalho como, também, que umas das causas desse excesso decorreria "do detalhamento acentuado das obrigações trabalhistas em conjunto com regras processuais que estimulam o ingresso de ações e a interposição de infindáveis recursos, apesar dos esforços empreendidos pelo TST para redução do tempo de tramitação dos processos (BRASIL, 2017a, não paginado)".

O relator chega a afirmar, sem embasamento algum, que o Brasil seria "o campeão de ajuizamento de ações trabalhistas em todo o mundo" (BRASIL, 2017a, não paginado). Novamente a retórica alimentada não encontra respaldo na realidade. Embora subsistam

---

[139] Para conhecimento, a Súmula 263 do TST: "PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO. INSTRUÇÃO OBRIGATÓRIA DEFICIENTE (nova redação em decorrência do CPC de 2015) – Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016 – Salvo nas hipóteses do art. 330 do CPC de 2015 (art. 295 do CPC de 1973), o indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação ou não preencher outro requisito legal, somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em 15 (quinze) dias, mediante indicação precisa do que deve ser corrigido ou completado, a parte não o fizer (art. 321 do CPC de 2015). (BRASIL, 2016).

diversas alegações no sentido de que há um excesso de processos trabalhistas tramitando no Brasil,[140] não há estudo comprovando tal afirmação, sendo que as pesquisas que buscam investigar o tema, em geral, demonstram o contrário.

Mais preocupante ainda é observar o desenvolvimento de "verdades absolutas" desprovidas de qualquer embasamento, defendendo uma linha argumentativa que tem como intuito, tão somente, a promoção da razão neoliberal.

Em 2017, por exemplo, participando de um seminário em Londres, o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, chegou a mencionar, sem a apresentação de qualquer dado concreto ou estudo específico, que "o Brasil, sozinho, é responsável por 98% dos processos trabalhistas em todo o planeta Terra" (MARCHESAN, 2017, não paginado). A afirmação gerou bastante repercussão, em especial entre aqueles que já trabalhavam pela aprovação da Reforma Trabalhista. Indagado, o gabinete do ministro esclareceu, à época, que a fonte do dado seria uma entrevista dada em abril de 2016 por Flávio Rocha, presidente das lojas Riachuelo. Questionado, o Executivo não soube informar a fonte do dado que ele utilizou, embora já tivesse mencionado o mesmo argumento em diversas outras palestras e entrevistas (MARCHESAN, 2017, não paginado).

Em resposta à afirmação do ministro do STF, o então presidente da Amatra IV, Rodrigo Trindade, em maio de 2017, rebateu a alegação efetivada, esclarecendo que a cultura da extrema litigiosidade estaria longe de ser monopólio do Judiciário Trabalhista. Ressaltou, ainda, que ao contrário do aduzido, a maior parte das demandas estaria junto à Justiça Estadual, com 69,3% das ações, e não com a Justiça do Trabalho:

> A campeã absoluta de ações é a Justiça Estadual, com 69,3% das demandas. Esse é o ramo do Judiciário que cuida, entre outras matérias, de criminalidade, litígios de família e ações de consumidor. Se queremos cimentar a regra de culpa na obesidade legislativa, não há dúvidas que descriminalizar condutas, eximir de cuidar da infância negligenciada e liberar contratos de consumo aliviará estatísticas judiciárias. O problema será, então, explicar como lidaremos com (ainda mais) criminosos perambulando pela rua, (ainda mais) crises familiares permanentes e (ainda mais) abusividade em contratos de consumo. (TRINDADE, 2017, não paginado).

[140] Em 2017, durante debates acerca da aprovação da Reforma Trabalhista, o então presidente Michel Temer chegou a afirmar que o Brasil seria o país com o maior número de processos trabalhistas no mundo (TEMER DIZ..., 2017). Na mesma linha, em sua primeira entrevista como Presidente da República, Jair Bolsonaro afirmou também que "temos mais ações trabalhistas do que o mundo todo junto. Então, algo está errado" (JAIR..., 2018).

Para o presidente da seccional da Anamatra, ao contrário do comumente propagado, e do que constou no parecer da Reforma Trabalhista, "as demandas mais recorrentes não são de teses pitorescas, aventuras jurídicas ou testes acadêmicos. A imensa maioria de ações versa sobre rescisão de contrato e verbas rescisórias" (TRINDADE, 2017, não paginado).

Buscando entender não apenas a afirmação efetuada pelo Ministro, mas a proliferação de discursos no sentido de que haveria uma litigiosidade judicial trabalhista fora do comum no Brasil, se comparado a outros países, o autor Cássio Casagrande (2018), chegou à seguinte constatação: (i) embora muitos sites noticiosos apresentem essa afirmação, nenhum deles traz fontes de dados; (ii) a única pesquisa que buscou tratar do assunto, analisando comparativamente o número de ações trabalhistas nos Estados Unidos, é de 1999 e, além de estar desatualizada, traria uma série de erros metodológicos e interpretações equivocadas de dados, desconsiderando o complexo sistema de competência concorrente[141] e os ajuizamentos de ações coletivas (*class actions*)[142] típicos da processualística norte-americana; (iii) as pesquisas que se propuseram a analisar o grau de litigiosidade trabalhista entre países utilizaram, equivocadamente, o número absoluto de ações ajuizadas, sem cotejar tais dados com a população economicamente ativa, gerando uma evidente distorção nos números apresentados e (iv) tanto o TST quanto o CNJ afirmam não possuir dados comparativos entre países, o que é confirmado pela OIT que declara não possuir conhecimento da existência de dados nesse sentido, justamente em razão das diferenças de estruturas judiciárias e ausência de dados estatísticos (CASAGRANDE, 2018).

De outro lado, o fato de existir um número grande de ações trabalhistas ajuizadas representaria, ao contrário dos argumentos traçados no parecer, que houve sucesso na implementação de uma justiça especializada que se pretendia acessível, simples e confiável: justamente por possibilitar esse amplo acesso e por permitir a reparação de direitos violados é

---

[141] Como explica o autor João Renda Leal Fernandes (2021): "nos EUA, especialmente em decorrência das origens e características do federalismo americano e da maior autonomia legislativa conferida aos estados, os canais de acesso à Justiça em matéria trabalhista são absolutamente descentralizados e pulverizados (...) Assim, em análise comparativa com o modelo brasileiro, uma diferença crucial entre os sistemas está justamente no fato de que as principais instituições americanas responsáveis pela pacificação de conflitos trabalhistas apresentam-se de forma múltipla, fragmentada e pulverizada, inclusive com a existência de órgãos e agências administrativas que mesclam poderes investigatórios e que também se prestam à resolução de disputas, com poderes decisórios (algo sem paralelo na realidade brasileira dos tempos atuais)" (FERNANDES, 2021, p. 258).

[142] "No Brasil, predomina a cultura de ajuizamento individual de ações trabalhistas, enquanto nos EUA são largamente utilizados procedimentos coletivos, não apenas na esfera judicial (*class actions*), mas também no âmbito administrativo, o que acaba por dificultar qualquer análise comparativa baseada em números absolutos de reclamações administrativas ou ações ajuizadas" (FERNANDES, 2021, p. 259).

que os trabalhadores procurariam judicializar suas reivindicações, como explicam Souto Maior e Severo (2017):

> O dado, sucessivamente repetido durante os debates sobre a "reforma", de que há milhões de reclamações na Justiça do Trabalho, representa, antes de tudo, que os propósitos do movimento de acesso à Justiça foram razoável e positivamente atendidos na realidade brasileira, pois, fundamentalmente, os institutos processuais criados visavam possibilitar que os titulares dos novos direitos sociais pudessem ter acesso a uma Justiça célere, simples e informal. A grande quantidade de ações, portanto, não é um demérito, muito pelo contrário, que mostra, também, o alto grau de confiabilidade que o Judiciário trabalhista adquiriu sobre a parcela da sociedade que historicamente tem sido evitada nos demais ramos do Judiciário. E demonstra, igualmente, o quanto ainda os direitos trabalhistas são reiterada e abertamente desrespeitados no Brasil. (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 92).

Ademais, o Estado é produto e manifestação do antagonismo inconciliável entre as classes sociais e o Poder Judiciário trabalhista, dentro desse panorama, atua como instrumento de conciliação e de enfrentamento, por proporcionar uma arena de embates que se pretende justa e equânime para a solução dos conflitos que lhe são apresentados. Assim, a medida de seu êxito é a sua contínua e aprovada utilização.

Mesmo com a demonstração das contradições e equívocos dos discursos que procuravam apontar a suposta alta litigiosidade judicial trabalhista no Brasil, ainda é perceptível a manutenção desse tipo de argumento. Subsiste uma retórica dominante que busca o convencimento de que um ambiente com menor número de litigiosidade seria um ambiente mais seguro para investimentos e, supostamente, para o crescimento econômico e desenvolvimento social. Mas o problema dessa retórica reside, justamente, no fato de que a preocupação que se apresenta diz mais respeito à busca por uma redução das ações judiciais trabalhistas do que a busca pela redução das violações a direitos, que levariam às judicializações. Verificamos, nos capítulos a seguir, como essa linha discursiva se desenvolve e passa a influenciar decisões judiciais que são tomadas.

De todo modo, temos que o trabalho, que após longo período de construção e de luta social, passou a ser encarado como valor num sentido positivo, como uma forma de proporcionar dignidade ao ser humano, passa novamente por um processo de desvalorização de modo que o "valor" trabalho passa a ser convertido em um "desvalor" (ANTUNES, 2020).

Daí que se extrai que tais medidas legislativas, que trouxeram tamanha modificação aos cenários das relações e direitos laborais, priorizam a criação, principalmente, de uma atmosfera de segurança patronal, inexistindo, em seu rol de interesses, preocupação prática no sentido de se reduzir infrações de direitos trabalhistas. Essa constatação fica mais clara quando analisamos

a quantidade de autos de infração à legislação trabalhista que são lavrados por auditores fiscais do trabalho, a cada ano.

De acordo com o painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil, no Portal de Inspeção do Trabalho, site oficial do Governo Federal, e que traz dados das autuações relativas a infrações à legislação trabalhista, registradas em todos os estados brasileiros, contados a partir de 2012,[143] houve uma variação significativa no número de infrações lançadas em praticamente todas as regiões, mas, embora em alguns anos possamos constatar certa queda nos números, há uma continuidade de infrações e, ainda, a manutenção de um número bastante elevado de irregularidades constatadas: em 2013 tivemos 241.164 autos de infração à legislação trabalhista em todos os estados brasileiros, número que se elevou em 2014 para 296.713 e em 2015, para 297.719. Em 2016 houve uma leve redução dos números de autos de infração, para 232.489, mas logo voltaram a subir nos anos seguintes, atingindo o total de 257.556 e 272.166 em 2017 e 2018, respectivamente.

As reduções de autuações que ocorreram a seguir, a partir de 2019, encontram justificativa em dois pontos bastante relevantes: o crescente enxugamento do Estado, com os constantes cortes de orçamento e a defasagem de concurso para auditor fiscal do trabalho (sem concurso desde 2013), somada ao aumento de aposentadorias em razão das alterações na lei previdenciária[144] e a pandemia da Sars-CoV-2, que diminuiu significativamente as inspeções.[145]

Esse projeto de desmonte da capacidade organizativa do estado, como já alertava Clara Mota Pimenta (2020), vem da ideia neoliberal de encolhimento da presença do Estado, concomitante com o planejamento de se propiciar um mercado atuante, livre de regulamentações. Há a projeção de uma efetiva desorganização dos espaços institucionais, o que se tornou perceptível com a extinção do Ministério do Trabalho[146] e com o paulatino

---

[143] Dados disponíveis em:<https://sit.trabalho.gov.br/radar/>.

[144] Em 2018, era noticiado que "Sem concurso, Ministério do Trabalho perdeu mais de mil servidores". Ali consta um panorama da situação: "a falta de servidores segue preocupando o Ministério do Trabalho, que já atua com 1.339 cargos vagos somente para auditores-fiscais do trabalho. Sem o concurso do Ministério do Trabalho para este e outros cargos, o órgão segue perdendo servidores anualmente, chegando a mais de mil aposentadorias nos últimos quatro anos" (SEM CONCURSO..., 2018, não paginado). Passados dois anos dessa constatação, a falta de servidores continuava sendo notícia, pela ausência de solução para o problema: "Sem concurso AFT, déficit favorece trabalho escravo no Brasil" (SEM CONCURSO..., 2020).

[145] Por exemplo, as notícias "Pandemia e restrição de viagens dificultam fiscalização do trabalho em áreas rurais – Neste ano foram resgatados 172 trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo; em 2019, foram 1.054" (OYAMA, 2020) e "Bolsonaro reduz verbas para fiscalização e combate ao trabalho escravo – Setor vem sofrendo diminuição em estrutura, número de servidores e piora nas condições de trabalho. Presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais alerta para riscos à garantia de direitos de trabalhadores" (ACCARINI, 2020).

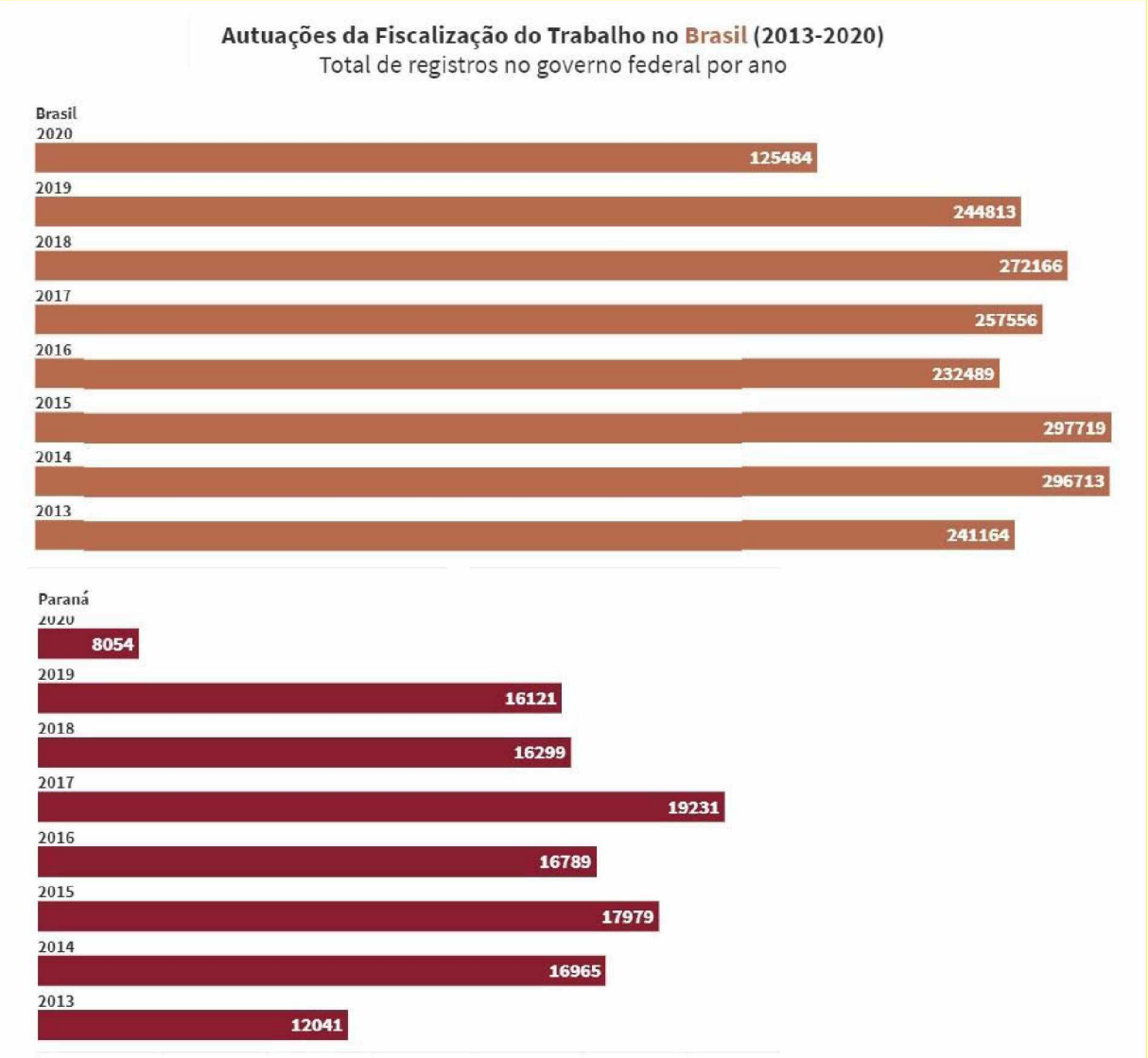
[146] Como já mencionamos, o Ministério do Trabalho foi restabelecido por meio da edição da MP 1058/21.

enfraquecimento de todos os órgãos e instituições que tinham, por missão, o enfrentamento das desigualdades sociais.

Nesse aspecto, houve grande impacto na estrutura dos auditores-fiscais do trabalho e outros técnicos, analistas e assessores que viram, em especial no governo Bolsonaro (2019-2022), o estrangulamento de suas atividades e o enfraquecimento contínuo das carreiras.

No recorte paranaense, por exemplo, a situação é parecida com o cenário nacional: entre 2013 e junho de 2021 o número total de autos de infração em razão de inobservâncias à legislação trabalhista foi de 12.041 (2013); 16.965 (2014); 17.979 (2015); 16.789 (2016); 19.231 (2017); 16.299 (2018); 16.121(2019); 8.054 (2020) e 8.054 (até 07/2021).

Figura 8: Autuações da fiscalização do trabalho no Brasil e no Paraná (2013-2020).

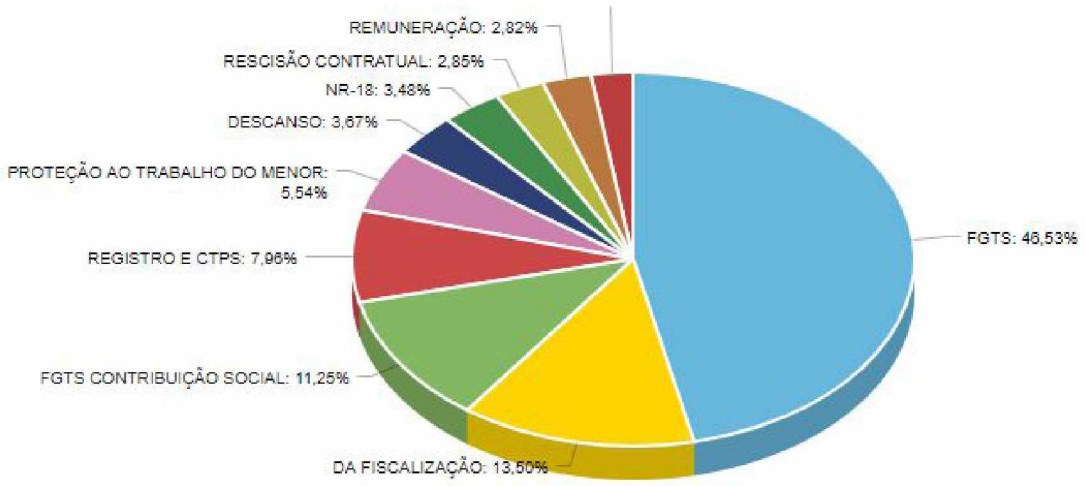


Fonte: Radar SIT. Elaborado pela autora.

No panorama nacional, as principais causas de autuação são em decorrência de violações de regras relacionadas ao FGTS, NR-18 (que é a Norma Regulamentar que trata das condições de segurança e saúde no trabalho, na indústria e na construção), "fiscalização", registro e CTPS (carteira de trabalho e previdência social) e regras de descanso.

Em 2020, 46,53% dos autos de infração foram em razão de descumprimento de regras relativas ao FGTS; 13,5% relativas à fiscalização, 11,25% "FGTS e Contribuição Social", 7,95% referentes a registro e CTPS, 5,54% relacionadas a violação de regras relativas à proteção ao trabalho do menor, 3,67% ligadas à inobservância da NR-18, 2,85% referentes à rescisão contratual, 2,82% referentes à remuneração e 2,41% ligados à jornada de trabalho.

Figura 9: Principais causas de autos de infração no Brasil, em 2020.



Fonte: Portal da Inspeção do Trabalho. Elaborado pela autora a partir de *print screen* do sítio eletrônico.

Como se pode depreender dos dados do gráfico, há um descumprimento contínuo de regramentos trabalhistas básicos que tem ensejado um número bastante expressivo de autos de infrações, apesar das dificuldades estruturais constatadas.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) constata o avanço de um processo de "enfraquecimento da fiscalização do trabalho por muitas vias" (SEM CONCURSO…, 2020, não paginado), seguindo a linha de desestruturação das bases protetivas do trabalho típica das medidas de austeridade implementadas em projetos políticos neoliberais, apontando, como exemplos desse enfraquecimento, além da não realização de concurso público para recomposição do quadro de auditores-fiscais, a extinção do Ministério do Trabalho, a

'simplificação' das normas regulamentadoras, e a própria Reforma Trabalhista que viria para legalizar irregularidades, entre outras medidas (SEM CONCURSO..., 2020, não paginado).

Em entrevista realizada ainda em 2018, o delegado fiscal Einstein Coutinho de Almeida já alertava que o corpo funcional de diversos órgãos fiscalizadores (além do extinto Ministério do Trabalho, Receita Federal e Previdência) não estava acompanhando o crescimento populacional e a demanda trabalhista, o que ocasionava um grave *deficit* fiscalizatório:

> Se diminui o corpo funcional, como está acontecendo com as carreiras de auditores, em geral, não só do Trabalho, mas também da Receita Federal e da Previdência, consequentemente se dá ao empresário uma liberdade para ter empregados sem registros. (...) É praticamente dar carta branca para o trabalho escravo e as condições irregulares de trabalho. (SEM CONCURSO..., 2020, não paginado)

Se há um contínuo desrespeito à legislação trabalhista, como é possível constatar da análise dos dados (nos quais há recorrente descumprimento das regras de recolhimento do FGTS, normas de descanso, e constantes irregularidades com relação ao registro do contrato em CTPS, por exemplo), parece-nos que há uma explicação bastante plausível para o aumento das reclamatórias trabalhistas ajuizadas, sem que isso implique, ao contrário do aduzido no parecer à aprovação da lei federal 13.467/2017, em uma busca aventureira por ganhos fáceis.

Ademais, não houve, na reforma, redução do alegado "detalhamento acentuado das obrigações" que, segundo o parecer, seria também um dos responsáveis pelo excesso de ações trabalhistas ajuizadas.

E, ao contrário do propagado, as regras processuais trabalhistas não servem para estimular o ajuizamento de ações, mas devem, sim, possibilitar o pleno exercício da garantia constitucionalmente prevista de amplo acesso ao Poder Judiciário (artigo 5º, XXXV, da CF).[147]

Outro argumento a ser rebatido, no parecer que justificava a alteração do artigo 840, da CLT, é o de que teríamos, assim, um tratamento à matéria similar ao já estabelecido no CPC.

André Araújo Molina (2017), ao investigar a evolução legislativa do processo civil e do processo do trabalho, esclarece que, antes da reforma de 2017, cada uma dessas regras processuais "acenava para direções bem diferentes"; enquanto na codificação processual civil sempre existiu a premissa de que o autor da ação deveria apresentar os fundamentos jurídicos do pedido, de modo claro e preciso, definindo de modo bastante específico o pedido a ser analisado, na esfera processual trabalhista não se exigia tamanho formalismo e rigor,

---

[147] Na letra da CF: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (BRASIL, 1988).

prestigiando-se uma forma simples, instrumental e flexível "do que derivou a construção de uma doutrina e uma jurisprudência trabalhistas clássicas, no sentido de que a petição inicial especializada era iluminada pelo princípio da simplicidade das formas" (MOLINA, 2017, p. 5).

Cabe ressaltar que a ritualística processual própria do Processo do Trabalho, decorria justamente do reconhecimento da desigualdade entre as partes. Houve, desse modo, uma inicial e deliberada eleição por uma forma processual mais simples, dinâmica e ágil, que permitisse ao trabalhador litigar judicialmente postulando direitos trabalhistas suprimidos ou violados de modo mais equilibrado frente ao poderio econômico de seu, em geral, ex-empregador.[148]

Assim, havia uma intenção específica, um objetivo declarado, para que não se aplicassem as regras do processo civil quanto ao tema dos requisitos da petição inicial, justamente em razão das significativas diferenças envolvendo as partes litigantes em cada uma dessas distintas esferas, primando-se pela autonomia, tanto doutrinária quanto jurisprudencial, da processualística trabalhista (MOLINA, 2017).

Defendia-se "um processo especializado para garantir e facilitar a aplicação do direito do trabalho, conduzido por juízes especializados, com propósitos de dar abrangência ao princípio protetivo e permitir o desenvolvimento de uma doutrina especializada" (MACHADO, 2019, p. 266). Desse modo, a Justiça do Trabalho teria regras e princípios processuais que buscariam não apenas assegurar esse amplo acesso à Justiça, mas também, no plano processual, prever "condições de efetiva igualdade material, reequilibrando a lancinante desigualdade que existe entre as partes trabalhistas no plano concreto da vida socioeconômica e laborativa" (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 47).

Fato é que, antes da Reforma Trabalhista, havia a observância de uma base principiológica bastante cara ao processo do trabalho: todo um arcabouço constitucional que previa uma série de princípios que deveriam embasar por completo o sistema jurídico, atuando como uma "verdade fundante" (REALE, 2002), como mandamentos de otimização (ALEXY, 2017) ou, ainda, como "proposições fundamentais que se formam na consciência das pessoas e

---

[148] Para o autor: "a Justiça do Trabalho é conhecida amplamente como a 'Justiça dos desempregados'. Esse detestável 'título' decorre do fato de a massacrante maioria dos empregados não possuir o ânimo para enfrentar seus empregadores em litígio, uma vez que são acuados pelo temor de represálias patronais e, principalmente, de perder o emprego" (TEIXEIRA, 2017, sem paginação). Na mesma linha, Carvalho (2007) afirma que, no Brasil, "a Justiça do Trabalho é um órgão autônomo do poder Judiciário, mas é conhecido como um ramo desse poder dedicado sobremodo a acudir os interesses dos desempregados, já que os trabalhadores empregados têm fundado receio de contrariar seus patrões. Como ao direito de recorrer ao juiz, se opõe, no plano da experiência, o direito potestativo de o empregador despedir, apesar do princípio insculpido no artigo 7º, I, da Constituição brasileira, a solução que se preconiza é sempre a coletivização das ações judiciais, mediante o uso mais largo da substituição processual" (CARVALHO, 2007, p.168).

grupos sociais" (DELGADO, 2017, p. 18), estabelecendo, desse modo, o norte das nossas intenções democráticas.

Assim, princípios constitucionais tais como a dignidade da pessoa humana, centralidade da pessoa humana na vida socioeconômica e na ordem econômica, valorização do trabalho e emprego, inviolabilidade do direito à vida, bem-estar individual e social, justiça social, submissão da sociedade à sua função socioambiental, não discriminação, igualdade em sentido material, segurança, proporcionalidade e razoabilidade e vedação do retrocesso social (DELGADO, 2017, p. 38-99) deveriam não apenas servir como base de interpretação na aplicação de todas as demais legislações infraconstitucionais, como também para direcionar os rumos das políticas públicas, com o intuito de atingir os objetivos fundamentais descritos em nossa carta constitucional: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, CF/88).

Os princípios constitucionais teriam, assim, a tríplice função de informar, inspirando a produção da norma pelo legislador; a função normativa, como fonte integradora do Direito, suprimindo omissões e lacunas no ordenamento jurídico e, também, a função interpretativa, orientando o aplicador da lei acerca de quais rumos tomar em suas decisões (RODRIGUEZ, 2002).

Desse modo, os princípios apresentariam uma função pré-jurídica, auxiliando na elaboração e na construção da norma legal, num momento mais ligado ao processo legislativo, mas também teriam uma função na fase jurídica, auxiliando na interpretação do direito já construído, num momento mais ligado à produção da atividade jurisdicional (DELGADO, 2017, p. 19-22).

E, em ambos esses momentos, caberia às partes envolvidas em cada etapa produtiva, observar as orientações e diretrizes constitucionalmente consolidadas.

Havia, portanto, um planejamento constitucional, decidido democraticamente, que traçava os rumos e direcionamentos dos interesses da sociedade brasileira e, nesse planejamento, havia a preocupação de base principiológica central com a pessoa humana e, em equilíbrio, a promoção do crescimento econômico e a valorização do trabalho.

Humberto Bergmann Ávila (2019) destaca, ainda, algumas características[149] específicas dos princípios, que tornariam mais explícitas suas funções no sentido de garantir a observância do conteúdo humanístico e social previsto na Constituição Federal.

Conforme sugere o autor, os princípios seriam dotados, também, das características de vinculabilidade, transcendência e natureza finalística do comportamento prescritivo, de modo que não apenas vinculariam regramentos e normas infraconstitucionais, como também obrigariam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de todos os integrantes da sociedade, a agirem em consonância com as diretrizes prévia e democraticamente estabelecidas; haveria uma penetração (transcendência) dos princípios na vida jurídica estatal, de modo que a elaboração de qualquer norma deveria considerar esses preceitos constitucionais para propagação de diretrizes legislativas, mas também administrativas, políticas e jurisdicionais; e, por fim, trariam a indicação de um "estado ideal de coisas a ser atingido", orientando comportamentos desejados, adequando condutas e direcionando as medidas implementadas a atingirem os ideais sociais originariamente estabelecidos (ÁVILA, 2019).

Não é demais lembrar que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada visando a um estado democrático de direito que, além de buscar um equilíbrio entre a ordem econômica e os valores sociais do trabalho, garantia a possibilidade de discussão judicial dos litígios, algo ainda mais relevante quando refletimos acerca da natureza conflitiva existente na relação entre capital e trabalho. E são os princípios e fundamentos nela estipulados que deveriam nortear as legislações e regramentos vindouros.

A sanção da lei federal 13.467/2017, pelo governo Temer, impulsionou, desse modo, umas das mais expressivas alterações da legislação trabalhista brasileira, com inúmeras modificações de regras que buscaram não apenas legalizar e institucionalizar modalidades flexíveis de trabalho e emprego, mas também tornar mais oneroso o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho. (LIMA; BRIDI, 2019, p. 336), o que se mostrou, como posto, manifestamente intencional.

Chamam a atenção, nessa linha, além de tantas outras modificações, a mudança dos dispositivos na CLT que alteram os critérios para deferimento dos benefícios da justiça gratuita (art. 790, § 3º),[150] que estipulam a sucumbência dos honorários advocatícios sem possibilidade

---

[149] Há um extenso debate doutrinário acerca da natureza, funções e características dos princípios constitucionais. Optamos, na presente tese, em mencionar apenas aquelas características essenciais para a análise do objeto aqui proposto. Para mais sobre o assunto, recomendamos Ávila (2019), Alexy (2017) e Cunha (2013).

[150] Para mais dados acerca de como as alterações relativas ao benefício da justiça gratuita e honorários advocatícios sucumbencias criaram obstáculos ao amplo acesso ao Poder Judiciário trabalhista, ver Carvalho (2019).

de compensação (art. 791-A), a exigência de recolhimento das custas em casos de não comparecimento à audiência (art. 843, § 2º) e a determinação de apresentação dos valores dos pedidos como requisito para conhecimento da petição inicial (art. 840, § 1º). São mudanças em regramentos processuais que acabam trazendo consequências bastante extremas no direito do trabalhador de reivindicar, judicialmente, direitos trabalhistas sonegados.

Como alertam Jorge Luiz Souto Maior e Valdete Souto Severo, a reforma de 2017, pelos autores considerada ilegítima e um verdadeiro atentado à ordem democrática, desconsideraria os princípios constitucionais basilares, tendo como propósito "evitar que os trabalhadores e trabalhadoras possam fazer valer seus direitos e que haja algum controle, por parte do Estado, no sentido de coibir o reiterado desrespeito a direitos fundamentais" (MAIOR; SEVERO, 2017, p. 91).

Tal alteração seria ilegítima, nos dizeres dos autores, pois: (i) teria suprimido o necessário debate democrático, imprescindível para a elaboração de uma modificação de tamanha magnitude; (ii) representaria um mecanismo de consolidação de negócios apenas para um setor exclusivo da sociedade, o setor patronal e (iii) traria, como objetivo velado, contrariar o projeto de direito social previsto na Constituição Federal, redirecionando os rumos até então estabelecidos para uma gestão baseada na preservação de interesses do capital financeiro especulativo (MAIOR; SEVERO, 2017).

Na mesma linha, a crítica efetuada por Augusto César Leite de Carvalho (2018) , no sentido de que restringir, no todo ou em parte, a atuação do Poder Judiciário Trabalhista, representaria verdadeira afronta ao Estado Democrático de Direito e à própria ordem constitucional "quer no tocante ao esvaziamento do conteúdo essencial do direito de ação, que é sabidamente um direito fundamental e instrumental da realização de tantos outros direitos fundamentais, quer sob a perspectiva do princípio da separação de poderes (...)" (CARVALHO, p. 119, 2018).

Assim, qualquer alteração legislativa que se pretendesse reconhecer como legítima teria que observar a dimensão axiológica dos princípios constitucionais (ALEXY, 2017), em virtude do compromisso democrático com os valores sociais, culturais, políticos e econômicos que foram escolhidos, no momento de promulgação da Constituição, além de promover um amplo debate com todos os interessados, prováveis afetados com as mudanças implementadas.

As alterações nos cenários político e econômico não deveriam ser suficientes para mudar o teor ético e o ideal de Justiça e os valores consagrados constitucionalmente, pois qualquer comportamento ou normatização, seja estatal ou particular deveria obedecer, inicialmente aos princípios previstos na Constituição Federal.

A Ordem dos Advogados do Brasil manifestou-se em diversos momentos, apontando críticas severas à Reforma Trabalhista de 2017 e aos obstáculos criados para o ajuizamento de reclamatórias trabalhistas, o que representaria efetiva ameaça ao Estado Democrático de Direito. Reconheceu, também, a existência de graves ataques à própria categoria (PALESTRANTES..., 2017, não paginado).

É possível identificar, desse modo, que a reforma veio difundir (i) uma "estratégia de desjuridicização do Direito do Trabalho"; (ii) uma tendência desregulamentadora e um cenário de cortes ortodoxos e estratégias de ajustamento e (iii) um panorama de competitividade espúria (MACHADO; KREIN E GIMENEZ, 2019, p 15-34).

Persistiria, portanto, uma intenção expressa de desincentivo ao ajuizamento de novas demandas e de fragilização institucional por meio da desconfiguração do próprio direito do trabalho, excluindo sua característica fundamental de proteção. As motivações presentes na agenda neoliberal exigiam fossem colocados limites às instituições que impunham freios à acumulação capitalista. Assim, "tanto a Justiça do Trabalho quanto o sistema de fiscalização foram almejados nas mudanças do marco legal institucional na perspectiva de se desmontar a própria estrutura estatal responsável pela proteção destes direitos" (KREIN, 2018, p. 95).

Nos dizeres de Bruna Santos (2020), a Reforma Trabalhista de 2017 teria promovido uma "desconfiguração do direito do trabalho como direito protetor e promotor de avanços sociais aos trabalhadores" (SANTOS, 2020, p.58), além de ter imposto verdadeiros obstáculos, dificultando sobremaneira a forma de acesso dos trabalhadores ao Poder Judiciário.

Esse panorama de desestabilização do Poder Judiciário Trabalhista já era sentido mesmo antes da aprovação da Lei 13.467/2017, como recorda Augusto César Carvalho (2017):

> O tempo de pujança da economia, com investimentos que geravam emprego e aliviavam a pressão insistente do mercado por libertar-se da obrigação de atender a direitos sociais, pareceu derreter nos últimos dois anos, quando se intensificaram as ações políticas para, em sacrifício de nossa democracia formal e substancial, restaurar-se o liberalismo econômico no Brasil. O Direito do Trabalho volta a ser a expressão de um custo inconveniente, não de um valor social. A Justiça do Trabalho, como se era de esperar, é de novo fustigada pelos que professam a ideologia libertária. (CARVALHO, 2017, p. 87).

As alterações descritas, e outras ainda aferidas em diversos estudos,[151] acabaram por representar: (i) restrição à garantia constitucional de amplo acesso à Justiça; (ii) descaracterização do instituto da justiça gratuita; (iii) instigação ao uso de práticas censórias inibitórias no curso do processo; (iv) desestímulo do acesso à Justiça com o desvirtuamento do processo judicial trabalhista; (v) comprometimento do princípio constitucional da eficiência, celeridade e efetividade da prestação jurisdicional e (vi) severa restrição à atuação dos Tribunais do Trabalho e contingenciamento do papel construtor da jurisprudência trabalhista. (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 48-52).

E, embora Souto Maior e Valdete Severo (2017) entendessem que, em razão da ilegitimidade da Reforma Trabalhista, seus regramentos não deveriam sequer serem aplicados, por representarem verdadeiro "atentado à ordem democrática", devendo ser integralmente rejeitados pela comunidade jurídica, os mesmos autores reconhecem que essa opção, caso colocada em prática, poderia ocasionar ainda mais prejuízos às partes menos favorecidas, nesse momento, num Brasil de crise política e de embate partidário e dividido ideologicamente.

Assim, eles propõem, sem abandonar a perspectiva de completa reprovação da lei 13.467, "o exercício de buscar interpretações juridicamente possíveis da lei 13.467/17, para coibir seus efeitos mais nefastos", como uma das soluções iniciais para esse necessário embate (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 58).

Teríamos, desse modo, uma inobservância dos princípios constitucionais básicos em sua função na fase pré-jurídica, restando, então, a tentativa de buscar o retorno dessa base protetiva por meio da restituição interpretativa, mediante uma construção jurisprudencial de resistência que, primando pela observância dos princípios constitucionais em sua fase jurídica, tentaria amenizar os nefastos efeitos da infiltração de uma racionalidade neoliberal no momento de produção legislativo.

Haveria, assim, um verdadeiro "embate técnico-jurídico": de um lado, defensores da Reforma Trabalhista buscam confirmar e reforçar as medidas de austeridade, num plano de continuidade orquestrado em conjunto com setores empresariais, no qual a reforma de 2017 seria apenas o passo inicial das muitas mudanças almejadas e a ameaça de extinção da própria Justiça do Trabalho seria um lembrete das prováveis repreensões que decorreriam de uma

[151] Nessa linha de estudos cabe destacar o papel da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista, que reúne pesquisadores e pesquisadoras estudiosos do Trabalho com vistas a um acompanhamento crítico e sistemático dos desdobramentos da Reforma Trabalhista aprovada em 2017. As pesquisas estão disponíveis em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/remir-2>.

possível resistência; de outro lado, a ausência de resistência implicaria na eliminação da essência fundamental do direito do trabalho, que é a sua característica protetiva e de contrabalancear o desequilíbrio latente entre as partes na relação de trabalho e esse apagamento representaria, de modo indireto, o fim da Justiça Especializada, por via transversa (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 59).

Pode-se concluir, assim, que a Reforma Trabalhista foi realizada dentro desse cenário de austeridade, cabendo indagar, agora, se esse ambiente conduziu ao fortalecimento do Estado de Direito de Exceção com a produção de uma Jurisprudência de Austeridade e a consequente fragilização do Estado de Direito ou se há algum tipo de resistência na interpretação da aplicação dessas medidas que possa ser utilizada.

E, considerando o requisito estipulado pela nova legislação, as intenções e interesses existentes bem como as dificuldades resultantes dessa aplicação da regra à realidade posta, é que buscaremos analisar de que modo o Poder Judiciário Trabalhista pretende apreciar as demandas que lhe forem impostas a partir da lei federal 13.467/2017 e como irá se posicionar, cabendo acompanhar, ainda que em outras pesquisas, o desenrolar dessas intenções e a forma como, tanto as instituições, como os trabalhadores, pretendem atuar na busca pela preservação do direito de ingresso em juízo e, assim, pelo direito de continuar lutando contra violações.

Mas antes, procederemos, no próximo capítulo, um aprofundamento acerca das reflexões envolvendo o direito de acesso à Justiça do Trabalho, iniciando nossa análise a partir do estudo de como outros países da América Latina estão promovendo esse amplo acesso, apesar das dificuldades e especificidades histórico, econômico, culturais e sociais de cada local, para, após, investigar como o Poder Judiciário trabalhista brasileiro tem encarado seu papel dentro desse cenário de flexibilização e restrição de direitos.

III – JUSTIÇA DO TRABALHO: GARANTIA DE AMPLO ACESSO E A FORMAÇÃO DE UMA JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA

Ingressando mais diretamente no campo do Direito, no capítulo 3, refletimos sobre levantamento da Organização Internacional do Trabalho acerca de como o acesso à Justiça do Trabalho tem se dado em países da América Latina, buscando trazer algumas ponderações sobre a influência da racionalidade neoliberal sobre países periféricos, ou de industrialização tardia (MACHADO, 2005; FIORI, 2020).

Neste momento, surge um segundo desafio, que é o aparente dissenso sobre o papel da Justiça do Trabalho, se ela é mais ou menos favorável aos trabalhadores (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2020). Sem desconsiderar os embates teóricos a respeito disto, levamos a questão à campo, para, ao analisar documentos da Anamatra, evidenciar aquilo que chamaremos de "o papel histórico da Justiça do Trabalho". Trata-se de reconhecer que a instituição historicamente, posiciona a Justiça do Trabalho como uma instância de ponderação a favor dos trabalhadores, compensando a evidente assimetria de poder contida na relação patrão e empregado.

Pretendemos, assim, não apenas entender a complexidade de um aspecto que selecionamos dentro do mundo contemporâneo, mas também, entender as narrativas, os lugares dos sujeitos dentro delas e como esses discursos operam a partir de determinadas singularidades, possibilitando, a "compreensão dos sentidos e significados que os sujeitos não apenas dão às suas ações, mas como tais significados alavancam suas tomadas de decisão" (BEGA, 2018, p. 12).

A seguir, tendo circunscrita a arena de disputa de significados, analisamos, como a Reforma Trabalhista de 2017, inserida nesse contexto de austeridade, coloca à Justiça do Trabalho os instrumentos com os quais os magistrados poderiam, se assim entendessem, mudar o paradigma até então consolidado de compensar a assimetria da relação entre patrão e empregado, ignorando uma trajetória histórica de lutas e de reconhecimentos. Se aderirem acriticamente ao libelo dos congressistas, colocar-se-iam no rumo do Direito do Trabalho de Exceção. Mas e se não aderirem à racionalidade neoliberal, ter-se-ia qual situação? Assim, rumo à etapa final desta tese, oferecemos o instrumento metodológico da "Jurisprudência de Resistência", como antítese à Jurisprudência de Austeridade, com a intenção de aferir, a seguir, o embate entre essas visões de mundo no cerne do Poder Judiciário Trabalhista.

3.1 ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

Como vimos, para além da política econômica internacional, o neoliberalismo, em sua nova faceta, se adapta e encontra espaço nas singularidades regionais, influenciando modalidades de governança, produzindo novos sujeitos e identidades e reestruturando o ordenamento racional de modo a alterar discursos e condutas. E, apesar de ser um fenômeno globalmente presente, também é "inconstante, diferenciado, sistemático e impuro", desunificado e desidêntico, absorvendo as peculiaridades de cada estado para, ao fim, produzir normativos e programas que até podem ser distintos mas que, ao fundo, pregarão a desregulamentação de direitos sociais e o desmantelamento de bens e serviços públicos (BROWN, 2018).

Identificamos, também, dentro dessa multiplicidade de impactos ocasionados pelo neoliberalismo, o surgimento de sociedades de austeridade (no plural), que, baseadas no fortalecimento do temor, buscaram implementar medidas sacrificiais, todavia destinadas basicamente a uma parcela muito específica da população; assim, justamente aqueles que mais necessitavam da tutela do estado, é que foram os mais prejudicados.

O dano decorrente das medidas aplicadas se deu, também, de modo bastante variado; ora com a restrição direta de benefícios sociais (com a exclusão de direitos trabalhistas ou benefícios previdenciários, por exemplo), ora por via indireta, por meio de alterações processuais que dificultariam o acesso a direitos, criando obstáculos, por exemplo, para que um trabalhador pudesse ajuizar uma ação trabalhista ou estipulando novos requisitos para a concessão da aposentadoria.

E, dentro da nossa pesquisa também foi possível constatar que muitos dos conceitos e expressões que são formuladas para auxiliar na compreensão desses fenômenos decorrem de estudos realizados por autores europeus ou norte-americanos que, valendo-se da observação do que acontece em suas realidades, definem os contornos de seus trabalhos. É certo, também, que muitos dos fundamentos e conhecimentos produzidos possuem um conteúdo universal que pode ser aplicado em distintas realidades, independentemente da nacionalidade do pesquisador que a produziu. Mas não deixa de ser fundamental partirmos para um aprofundamento da questão, pensando também a partir das pesquisas e projeções realizadas especialmente para países da América Latina, justamente por considerarmos as peculiaridades vivenciadas pelos países periféricos – cabendo reconhecer, desde já, que apesar de podermos pensar a partir desse

contexto referencial, também subsistem distinções e especificidades em cada um desses países, que tampouco podem ser desconsideradas.

Fato é que podemos observar um percurso diferenciado da racionalidade neoliberal nos países periféricos nos quais o desenvolvimento da economia ocorreu a partir da "inserção colonial dependente" (MALTA, 2019). E, com a finalidade de melhor compreender as especificidades dessa razão neoliberal no Brasil – país periférico – e os seus impactos na formação das narrativas do Judiciário Trabalhista é que pretendemos traçar algumas reflexões acerca da atuação judiciária trabalhista em alguns países da América Latina a partir de documento produzido por Cesar Arese (2020) para a OIT.

Assim, muito embora possamos nos utilizar de marcos referenciais teóricos produzidos por autores estrangeiros, para aplicação em nossa realidade, uma reflexão que busque compreender os diferenciais na adoção desses conceitos para outra realidade, a partir da ideia de que o mundo é epistemologicamente diverso (SANTOS, 2004), certamente trará grande colaboração para aprimorar a visão acerca do objeto de estudo, auxiliando na construção de novos diálogos e novos saberes.

E, como bem observado por Bridi, Braunert e Bernardo (2019), a implementação do programa neoliberal progrediu, no Brasil e em toda América Latina, fortemente baseada na justificativa de que existiria uma crise governamental, sobretudo no âmbito fiscal, produzida em razão dos excessos com benefícios e gastos sociais, que autorizaria a implementação de reformas profundas na estrutura estatal bem como a aplicação de medidas de austeridade.

Embora a teoria de Dardot e Laval (2016) não tenha sido pensada considerando as especificidades e singularidades das trajetórias dos países periféricos, em diversos momentos os autores foram chamados a refletir sobre tal problemática e, em entrevista realizada em Bogotá, em janeiro de 2019, os autores puderam apresentar algumas considerações acerca dos reflexos do neoliberalismo na América Latina.

Primeiramente, coube destacar a singularidade ocupada pelos países da América Latina, quando pesquisamos os efeitos do neoliberalismo, pois, ao mesmo tempo em que participaram como laboratório de políticas neoliberais de reestruturação (como no caso do Chile, no golpe de Estado de 1973, no governo Pinochet), também possuem uma forte tradição de luta e de resistência contra um capitalismo particularmente violento e promotor de desigualdades sociais, devastador e colonizador do continente (DARDOT; LAVAL, 2019).

Mesmo reconhecendo uma grande especificidade de lutas e de percursos, os autores identificam alguns traços do neoliberalismo em países da América Latina que os distinguem dos "outros neoliberalismos": se, num primeiro momento, foi possível observar uma faceta

muito mais violenta e abertamente agressiva na implementação das medidas propostas pela racionalidade neoliberal, com a imposição de políticas econômicas de modo opressivo, por meio de golpes e de processos ditatoriais agressivos (observados no Chile, Brasil, Argentina), que os autores chamam de "violência inaugural", num segundo momento, mais subjetivo e mascarado, formas de governamentalidade puderam introduzir medidas de governo tão ou mais avassaladoras e violadoras de direitos, sem, todavia, uma exteriorização ostensivamente violenta. Nisso, há o traço de extrema adaptabilidade do neoliberalismo que, de acordo com os contextos e cenários que se apresentam, reinventa-se e ora revela violências de modo ostensivo, ora as mascara, reorganizando-as de modo sutil. (DARDOT; LAVAL, 2019).

E, nessa capacidade de reinvenção e de alta adaptação é que conseguimos observar essa extensão da lógica do capital para além do campo da governabilidade, recriando imaginários de performance, condutas e narrativas (LAVAL, 2020), modificando, por exemplo, a forma de atuação do Poder Judiciário ou, ainda, inviabilizando certos acessos, por meio de modificações na estrutura de procedimentos ou de instituições.

Considerar, ainda, as distintas trajetórias na formação dos Estados é outro ponto que não poder passar despercebidamente, em específico quando buscamos compreender essa ascensão das medidas diretas e indiretas de restrição de direitos e garantias e, sobretudo, na forma como o acesso ao Poder Judiciário é dificultado, nesse novo panorama discursivo.

No estado liberal o acesso à Justiça era idealizado como um direito natural e como tal não exigia uma ação estatal para sua efetiva tutela. O estado mantinha-se passivo, considerando que as partes estavam aptas a proteger suas vontades adequadamente. Com o advento do estado social nasce a essência dos direitos sociais e, paralelamente, o reconhecimento de que se mostra necessária a atuação direta do estado para garantir o cumprimento desses novos direitos. Por isso, as reflexões acerca do acesso à Justiça estão intrinsecamente relacionadas com o advento de um estado comprometido em fazer valer os direitos e garantias sociais, aparecendo como importante complemento, para que "as novas disposições não restassem letras mortas" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017).

O acesso à Justiça origina-se, desse modo, da própria forma de organização do Estado que, ao impedir a autotutela dos conflitos, estabelecendo o monopólio da jurisdição, chama para si a obrigação e o compromisso de se garantir o amplo acesso à jurisdição. Esse é um dos motivos pelos quais o acesso à Justiça é considerado um direito fundamental, sendo fruto da nossa própria forma de organização e sociedade (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017).

Mas, em países periféricos, de industrialização tardia, poucos foram os progressos no sentido de se concretizar as promessas do estado de bem-estar social. Essa falta de efetivação de direitos se reflete, também, nas distintas dificuldades que o trabalhador apresenta não apenas para garantir a preservação dos direitos conquistados após muitas lutas, mas também nas suas possibilidades de reivindicar, judicialmente, violações constatadas. Por esse motivo, as violações neles aplicadas revelam prejuízos tão impactantes. Ademais, os ciclos de alternância entre períodos de autoritarismo e de frágil democracia, vivenciados pelos países da América Latina, colaboram para acentuar desigualdades sociais e dificultar ainda mais o fortalecimento de instituições democráticas aptas a combater a erosão de direitos.

Há, dessa forma, uma ligação entre a forma de atuação do Estado e o maior ou menor acesso da população à Justiça. O plano de governo e as medidas públicas escolhidas, pressões externas e internas, dentro de cada contexto, favorecem ou dificultam esse acesso. E a realidade histórica, social, econômica e política de cada país que participa dessa ruptura paradigmática, também influencia na forma como a garantia de acesso ao judiciário tem sido mais ou menos protegida, mais ou menos violada.

Há, portanto, uma série de aspectos a serem considerados quando paramos para avaliar os obstáculos que existem no acesso à Justiça do Trabalho, não apenas no Brasil, mas em diversos outros países que também têm passado por profundas alterações normativas decorrentes da aplicação do novo receituário neoliberal.

No Documento de Trabalho para a OIT 10, César Arese (2020) se propõe a investigar quais os requisitos e possibilidades para se garantir o acesso a uma proteção judicial eficaz do trabalho[152], a partir da análise das regulações e regramentos das relações de labor em 10 países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).[153]

---

[152] O conceito utilizado pelo autor "acceso a la tutela judicial efectiva laboral" não se confunde com o conceito de "trabalho decente" formulado pela OIT. Enquanto a OIT buscou definir, em 1999, um conceito que estipularia as bases do trabalho "adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna", numa estratégia que busca "promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos" (TRABALHO DECENTE, 2022), Arese buscou "recorrer y conocer las definiciones generales, fuentes normativas mundiales y regionales sobre el derecho de acceso a tutela judicial efectiva en materia de derechos de orden laboral" (ARESE, 2020, p. 93).

[153] Considerando o objeto definido na presente pesquisa, optamos por apresentar aspectos gerais do Relatório elaborado pelo autor, sem, contudo, pormenorizar dados de cada um dos países estudados na pesquisa realizada por Arese (2020). Assim, iremos nos debruçar sobre as conclusões traçadas pelo autor mais especificamente com relação ao seu conceito de acesso a uma proteção judicial eficaz do trabalho bem como suas reflexões acerca das similitudes e contradições encontradas nessa tentativa de se compreender de que modo seria possível assegurar, ao trabalhador latino-americano, o acesso a uma proteção judicial eficaz do trabalho. Aspectos específicos, de cada um dos países, que possam ser considerados relevantes para as reflexões aqui traçadas, serão mencionados e desenvolvidos.

Apresenta, inicialmente, os conceitos e pontos introdutórios relativos ao acesso à Justiça laboral, analisando as principais fontes normativas de cada país que tratam da temática. Traça um panorama comparativo do quadro legislativo, das estruturas e procedimentos processuais dos tribunais dos trabalhos e das suas diversas formas de funcionamento, investigando dados básicos e características jurisdicionais de cada país, estatísticas sobre quantidade de processos e tempo de resolução das demandas, principais motivações dos litígios trabalhistas, existência de garantia ou procedimento especial quando há discussão acerca de alguma violação a direito fundamental ou há algum setor vulnerável, entre outros pontos. Propõe, ainda, reflexões acerca dos sistemas nacionais de justiça do trabalho, apontando os problemas existentes e caminhos ou alternativas possíveis para o aprimoramento dessa tutela.

Muito embora o autor não analise de modo pormenorizado detalhes acerca dos requisitos para que o trabalhador possa ajuizar uma reclamatória trabalhista, em cada um desses países, ele apresenta uma série de outros indicadores que possibilitam traçar algumas reflexões que tem relação com nossa discussão sobre o acesso ao Poder Judiciário Trabalhista.

A seguir reproduzimos, o quadro elaborado pelo autor, no qual constam as características gerais do Poder Judiciário Trabalhista em cada um dos países abordados no seu estudo:

Quadro 5: características gerais da Justiça do Trabalho por Arese (2020).

PAÍSES	JUSTIÇA ESPECIALIZADA	REFORMAS PROCESSUAIS RECENTES	PROCESSO ORAL, ESCRITO OU MISTO	INSTÂNCIAS	PROCESSO ELETRÔNICO	ATENÇÃO ESPECIAL A DIREITOS FUNDAMENTAIS	ATENÇÃO ESPECIAL ÀS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS
Argentina	Sim	Na maioria das províncias	Conforme cada província	Conforme cada província	Conforme cada província	Ampara sindicatos e temas constitucionais	Mediante adoção de programas
Bolívia	Sim	Não	MIsto	Duas	Só na segunda instância	Sim	Sim
Brasil	Sim	Sim	Misto	Duas	Sim	Não	Parcial
Colômbia	Sim	Sim	Oral	Duas	Não	Liberdade sindical e proteção da maternidade	Não em especial
Chile	Sim	Sim	Oral	Uma	Sim	Sim	Linguagem clara
Equador	Sim	Sim	Oral	Duas	Parcial	Lideranças sindicais e proteção da maternidade	Nos planos de governo
Paraguai	Sim	Não	Escrito	Duas	Não	Não	Populações indígenas
Peru	Sim	Sim	Oral	Duas	Sim	Sim	Sim
Uruguai	Sim	Sim	Oral	Duas	Não (só notificações)	Liberdade sindical e assédio sexual	Não
Venezuela	Sim	Sim	Oral	Duas	Parcial	Sim	Sim

Fonte: Relatório OIT. Reelaborado pela autora (ARESE, 2020, p. 79).

É possível extrair, de tal conjunto de informações, que todos os países pesquisados possuem uma Justiça Especializada, dedicada a analisar questões relativas às relações de labor. Cai por terra, novamente, qualquer tipo de discurso que insista em mencionar, como "excentricidade exclusivamente brasileira", a existência desse ramo apartado do Poder Judiciário.

Ademais, a maioria dos países da América do Sul – à exceção de Bolívia e Paraguai – passaram por processo de reformas legislativas no âmbito trabalhista, nos últimos 15 anos, confirmando a existência de pressões externas que buscam adaptar as legislações nacionais a interesses transfronteiriços do mercado globalizado.

Também observamos que subsiste, em sua grande maioria, a preocupação em se tratar com prioridade processos que analisem questões relacionadas a direitos fundamentais, desenvolvendo-se ritual ou procedimento específico para apreciação – cabendo registrar a ausência, nesse sentido, na legislação e estrutura brasileiras, questão essa que, com certeza, merece um aprofundamento em pesquisas futuras.

Do mesmo modo, a preocupação com setores mais vulneráveis tem encontrado relativo amparo, seja por meio de adoção de programas (Argentina), planos de governo (Equador), preocupação com a acessibilidade no que diz respeito à clareza das decisões e julgados (Chile) ou preocupação acentuada com questões envolvendo as relações de labor da população indígena (Paraguai).

A compreensão das especificidades da relação de trabalho e o entendimento das características dos sujeitos partícipes nessa relação assimétrica, além de ser determinante para a defesa da existência de uma Justiça Especializada, também permite justificar a elaboração de regras e conjuntos de normas próprios para apreciação de suas demandas, que sejam específicos para a análise de um contrato tão peculiar e distinto dos demais contratos de natureza civil.

E tal necessidade também fica evidenciada ao analisarmos o quadro comparativo de regramentos trabalhistas existentes em cada um dos países analisados no relatório da OIT.

No compilado de legislações efetuado por Arese (2020) é possível observar os principais normativos que regulamentam as relações de trabalho em cada um dos países estudados e as datas de suas principais modificações:

Quadro 6: Conjunto de regramentos laborais na América do Sul.

PAÍSES	REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS DAS JUSTIÇAS TRABALHISTAS						
Argentina	**Justiça nacional:** lei18.345/1969 e alterações		**Províncias:**	Buenos Aires - lei 15.057/2018	Santa Fé - lei 7.945 (decreto 741/2019)	Mendoza - leis 2.144/1953 e 9.109/2018	Córdoba - leis 7.987/1990 e 10.596/2018
Bolivia	Código Procesal del Trabajo	Decreto-lei 16.896/1979 e alterações					
Brasil	Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)	Decreto-lei 5.452/1943 e alterações					
Colômbia	Código Procesal del Trabajo y de la Seguridad Social	Decreto-lei 2.158/1948 e alterações					
Chile	Código del Trabajo	(Texto revisado e sistematizado em 2002 e alterações)					
Equador	Código del Trabajo	Codificação 17; Suplemento 167/2005 e alterações					
Paraguai	Código Procesal del Trabajo	Lei 742/1961					
Peru	Nueva Ley Procesal del Trabajo	Lei 29.497/2010					
Uruguai	-	-					
Venezuela	Leu Orgânica Procesal del Trabajo	Gazeta oficial 37.504/2002					

* Na Argentina, cada uma das 23 províncias têm sua justiça trabalhista própria. Aquela denominada Justiça Nacional tem foro para a capital Buenos Aires. Há ainda a Justiça Federal, que julga matérias trabalhistas especiais. Na tabela, as províncias mais populosas.

Fonte: Relatório OIT. Reelaborado pela autora (ARESE, 2020, p. 80).

Por fim, buscando parametrizar seu conceito acerca da tutela judicial laboral efetiva, o autor também apresenta um quadro com o tempo médio de tramitação de processos judicias trabalhistas nos países abordados, tanto em primeira quanto em segunda instância:

Quadro 7: Tempo médio de tramitação processual na América do Sul.

PAÍSES	TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO	
	1ª INSTÂNCIA	2ª INSTÂNCIA
Argentina (Justiça Nacional)	730 dias a 1.640 dias	180 dias a 730 dias
Bolivia	Sem dados	Sem dados
Brasil	273,78 dias	326 dias
Colômbia	366 dias	134 dias
Chile	73 dias	(Não possui 2ª instância)
Equador	Sem dados	Sem dados
Paraguai	Sem dados	Sem dados
Peru	537 dias	170 dias
Uruguai	192 dias	Sem dados
Venezuela	Sem dados	Sem dados

Nesta reelaboração, as unidades de tempo foram uniformizadas em dias. Para verificar as fontes mobilizadas pelo autor, consultar Arese (2020, p. 81).

Fonte: Relatório OIT. Reelaborado pela autora (ARESE, 2020, p. 81).

Cabe destacar, nesse sentido, a interpretação extensiva que o autor dá a tutela judicial laboral efetiva, compreendendo aspectos processuais que vão muito além da almejada celeridade no julgamento dos processos. O acesso a uma proteção judicial eficaz do trabalho também compreenderia, segundo Arese (2020): (i) o direito à duração razoável do processo e garantia de devido processo legal (administrativa e judicialmente); (ii) a observância do princípio da paridade de armas em razão da evidente desigualdade econômica existente na relação laboral, oferecendo condições de igualdade processual; (iii) a possibilidade de revisão judicial de decisões administrativas em matéria de trabalho, (iv) o direito a uma decisão fundamentada e devidamente motivada; (v) a possibilidade de proteção e discussão coletiva de direitos da categoria (tutela coletiva de direitos dos trabalhadores); (vi) a especial atenção a medidas urgentes, discussões envolvendo direitos fundamentais e grupos excluídos ou vulneráveis; vii) a garantia de direito a instrumentos e mecanismos eficientes de execução do crédito trabalhista reconhecido (execução das sentenças); (viii) o direito das partes a uma linguagem da decisão judicial acessível e de fácil compreensão e (ix) o reconhecimento da importância de reflexões acerca das identidades de gênero, de menor idade, acerca do trabalho infantil e terceira idade, comunidades indígenas, imigrantes, além de maiores preocupações com os incapacitados (em razão de doenças laborais ou acidentes de trabalho), com trabalhadores autônomos, informais e da economia popular.

Além dessa visão ampliada do direito de acesso à proteção judicial efetiva, o autor também se preocupa em situar a intenção internacional de proteção da tutela laboral, detalhando as recomendações e objetivos estipulados nos sistemas de Direitos Humanos das Nações Unidas, Sistema Normativo da Organização Internacional do Trabalho e Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

E, dessa abordagem, pode-se aferir que diversos dispositivos e instituições internacionais reconhecem (i) o direito do trabalho como direito humano fundamental; (ii) a importância do amplo acesso a um Poder Judiciário competente, independente, imparcial e especializado, nas suas mais variadas facetas; (iii) o tríplice dever do Estado de respeitar, proteger e aplicar os direitos trabalhistas; (iv) a necessidade de se garantir fiscalização adequada das condições de trabalho e eficaz reparação nos casos de violação; (v) a situação de vulnerabilidade da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras pelo mundo; (vi) a necessidade de readequação de uma variedade imensa de regramentos e legislações nacionais, atentando-se para a proteção a garantias mínimas, acesso ao Poder Judiciário, celeridade e efetividade

processuais e (vii) a necessidade de se desenvolver penalidades efetivas nos casos de violação a esses direitos (ARESE, 2020).

Essa agenda internacional que ajudou a consolidar a interpretação de que os direitos sociais – nestes, incluídos os direitos trabalhistas – são direitos humanos fundamentais, e, portanto, merecedores de tutela especial, foi primordial no processo de constitucionalização dos direitos trabalhistas.[154] Assim, em diversos países da América do Sul, procedimentos e instituições que velassem pela aplicação e execução dos direitos na esfera trabalhista passaram a ser incorporados nas respectivas Constituições, reforçando simbólica e materialmente a importância dessa tutela especial.

Ademais, o direito do trabalho é um forte indicador que nos permite observar as transformações ocorridas no mundo do trabalho uma vez que os regramentos laborais são resultado da correlação de forças sociais, refletindo, de modo muito claro, os modelos sócio-políticos dominantes em cada período. Assim, as políticas de regulação das relações laborais e suas modificações normativas e interpretativas indicam avanços ou retrocessos no direito do trabalho (FERREIRA, 2001) e nos permitem visualizar muitas das modificações de racionalidade que se apresentam nos diversos países.

Pensar acerca do neoliberalismo na América Latina significa reconhecer, também, que processos herdados ainda do processo colonial consolidaram estruturas de longa duração que condicionaram a manutenção da democracia às suas instituições. Nesse sentido, três foram as principais heranças: (i) inserção da América Latina de modo subalterno na economia global – os países latino-americanos ainda ocupam um papel de dependência; (ii) devastação ecológica contínua vivenciada no continente, vinculada à forma da exploração econômica dos seus países. Desde a descoberta de minas de metais preciosos, as matrizes econômicas do continente dependem fundamentalmente do extrativismo e da devastação ecológica e (iii) sucessivo extermínio e violência racista imposta contra povos indígenas e populações negras (IAMAMOTO, 2020).

Esses padrões estabelecidos no período colonial se alongaram e subsistiram na vida política e social latino-americana até o presente e são fundamentais para entender o nosso tipo de democracia e as bases – e limites – das nossas instituições, incluindo os regramentos estipulados para definir os contornos das relações laborais em cada um desses países.

Martin Carné (2020), convidado para falar acerca do roteiro dos últimos anos na Argentina, em matéria de legislação laboral, relatou um cenário que, embora distinto,

---

[154] Para saber mais sobre o processo de constitucionalização dos direitos trabalhistas, recomendamos, do mesmo autor, o artigo "La invención de los derechos laborales constitucionalizados" (ARESE, 2017).

cronologicamente, dos acontecimentos brasileiros, traz diversos aspectos semelhantes no que diz respeito a políticas governamentais voltadas para a satisfação de interesses do mercado internacional de capitais. E demonstra, ainda, como as decisões políticas tomadas em um país influenciam, diretamente, nas decisões dos demais países que o cercam, em busca da almejada possibilidade de continuidade no sistema de concorrência internacional – mesmo que tal opção ocorra em detrimento de parcela mais vulnerável da sua população.

Esclareceu que na década de 1990 – momento de abertura dos mercados – ocorreram intensas alterações das normas que regem as relações laborais, redefinidas para promover modalidades contratuais mais flexíveis e econômicas para os empresários, sob a promessa de que tais mudanças implicariam em crescimento econômico e redução dos altos índices de desemprego o que, todavia, não se efetivou; nos anos 2000, com o abandono da paridade cambial com o dólar e o desenvolvimento de políticas sociais, houve certo aquecimento da economia, mas ainda não suficiente para reduzir as contratações irregulares o subempregos típicos da época, na Argentina (CARNÉ, 2020).

A partir de 2010 a situação acabou se deteriorando, em razão da crise que alterou o paradigma econômico global e, novamente, o governo argentino optou por encaminhar projetos de reforma com o argumento de manter a competitividade do país no cenário internacional. O projeto contemplava uma nova série de redução de direitos: inexistência de multa ou penalidade para empregador que contratasse empregado sem o devido registro; redução de indenizações, criação de "novos sujeitos laborais", promoção do subemprego por meio da modalidade de contratação a tempo parcial além da promoção da terceirização e formas de subcontratação.

Como justificativas à aprovação da reforma, o governo – tal qual a cartilha implementada pelas sociedades de austeridade – pregava que tais restrições seriam as únicas formas possíveis de retirar o país da crise econômica. Argumentavam que a rigidez das normas do sistema regulatório laboral asfixiava as virtudes das forças sociais além de impedir a criação de vagas de emprego, destacando, também, que a alta litigiosidade das relações trabalhistas – em razão de uma suposta indústria do ajuizamento de ações – a "*industria de juicios*" – também colaborava para o cenário de insegurança empresarial.

Tal qual no cenário brasileiro, mesmo diante dos percursos históricos distintos, é possível observar um ataque programado aos direitos e garantias trabalhistas, mas também, uma busca por enfraquecer instituições que teriam como papel a tutela desses mesmos direitos violados, por meio da apresentação de acusações e suposições destituídas de fundamentos.

Verifica-se, também, que a Reforma Trabalhista de 2017, no Brasil, foi muito utilizada como justificativa para a necessidade de uma reforma similar na Argentina e muitos dos

discursos já criticados na presente pesquisa, acerca das motivações falaciosas para sua implementação, irão se repetir no cenário argentino.

Em notícia publicada em julho de 2017, no El País, o então presidente argentino Maurício Macri, buscando aprovar grandes alterações na legislação laboral argentina, defendia publicamente o "combate à máfia dos advogados e juízes que todos os dias, deixam muita gente sem trabalho" (MOLINA, 2017, não paginado), referindo-se às ações ajuizadas que, segundo o denunciante, seriam responsáveis pelos altos índices de desemprego em razão do temor que o empresário teria de, ao contratar, ter seu esforço perdido "por causa desses comportamentos mafiosos" (MOLINA, 2017, não paginado).

Podemos observar, portanto, uma similitude discursiva nos ataques formulados por representantes do governo a instituições que possuem, historicamente, o papel de tutelar os direitos trabalhistas. E, paradoxalmente, tais instituições seriam condenadas justamente por estarem cumprindo o seu papel, ao possibilitarem o acesso de trabalhadores para que tragam, para apreciação judicial, a análise de suas demandas.

Outro aspecto que aproxima ambas as situações entre Brasil e Argentina é a rapidez na aprovação das reformas implementadas. Na Argentina o projeto ingressa em novembro de 2017, e em dezembro há a realização de sessões extraordinárias no Congresso, na tentativa de agilizar e aprovar rapidamente a nova legislação. Do mesmo modo, são apresentadas com urgência, propostas para modificar a previdência social e a base de cálculo das aposentadorias, sob o viés de uma perspectiva ortodoxa da economia que defende que, para reduzir o déficit fiscal e a inflação, valeria o sacrifício da população, observando recomendações e diretrizes traçadas pelo Fundo Monetário Internacional (CARNÉ, 2020).

Diferentemente do Brasil, todavia, houve na Argentina forte pressão sindical em sentido contrário às regulações propostas, além de grandes conflitos populares, o que não impediu, entretanto, a aprovação da reforma, apesar do aspecto social muito negativo que foi gerado a partir de sua aprovação.

E, assim como no Brasil, após a implementação das reformas, as promessas de aceleramento econômico e de redução do desemprego tampouco se materializaram, persistindo, ainda, um forte lobby político para a realização de mais flexibilizações e desregulamentações. Agora, com o governo de Alberto Fernández, subsistem dúvidas sobre um possível desaceleramento da escalada neoliberal.

Cabe relembrar que na narrativa utilizada para justificar a Reforma Trabalhista brasileira, um dos argumentos trazidos foi no sentido de que o grande número de ações ajuizadas não seria em razão da grande quantidade de violações a direitos trabalhistas, mas sim

em razão da ausência de riscos ao trabalhador que, aventureiro, litigaria sem preocupação com quaisquer riscos.[155]

A preocupação com a quantidade de processos que eram ajuizados, como visto, não propunha análise mais profunda acerca dos motivos que levavam a essa suposta alta litigiosidade, ignorando-se, em especial, o fato de que a relação entre trabalhador e empregador traz, em sua base, a litigiosidade decorrente dos interesses permanentemente em conflito dos valores capital e trabalho, deixando de considerar, ainda, que a garantia de amplo acesso ao Poder Judiciário é uma das principais bases de sustentação do estado democrático de direito.

Foram lançados questionamento e dúvidas superficiais acerca dos interesses apresentados pelo empregado ao ajuizar uma reclamatória trabalhista, classificando-se como desprovida de seriedade a tentativa de muitos trabalhadores de, na maior parte dos casos, apenas buscar o pagamento das verbas rescisórias não pagas.[156]

Desconsiderou-se, ainda, o papel fundamental da Justiça do Trabalho de justamente propiciar equilíbrio na relação economicamente desigual vivida por trabalhadores na busca pela preservação de seus direitos.

O impacto dessa modificação foi, de fato, a diminuição expressiva do ajuizamento de reclamatórias trabalhistas, como amplamente noticiado em diversos canais de comunicação.

Na coluna de economia do Estadão, em matéria divulgada em 03 de fevereiro de 2018, noticiou-se que houve uma queda de mais de 50% do ajuizamento das ações após a implementação da Reforma Trabalhista, destacando-se que, se antes o valor total mensal costumava passar de 200 mil ajuizamentos, as ações recebidas em primeira instância por tribunais trabalhistas de todo o país caíram para 84,2 mil em dezembro, primeiro mês completo da nova legislação, de acordo com levantamento feito pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os principais motivos da diminuição seriam dúvidas com relação às novas regras e incerteza com relação à intepretação jurisprudencial, além de "maior rigor no acesso ao Judiciário":

---

[155] Na fala do relator do parecer: "hoje, a pessoa que ingressa com uma ação trabalhista não assume quaisquer riscos, uma vez que grande parte das ações se resolvem na audiência inicial, gerando o pagamento de uma indenização sem que ele tenha que arcar nem mesmo com as custas processuais" (BRASIL, 2017a).

[156] No Relatório Geral da Justiça do trabalho de 2016 consta que "os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho são: Aviso Prévio, com 1.046.041 processos, Multa do Artigo n.º 477 da CLT, com 972.641 processos, e Multa do Artigo n.º 467 da CLT, com 846.297 processos" (RELATÓRIO GERAL..., 2017). Em 2017 novamente os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho foram: Aviso Prévio, com 917.877 processos, Multa do Artigo n.º 477 da CLT, com 912.103 processos, e Multa de 40% do FGTS, com 806.010 processos" (RELATÓRIO GERAL..., 2018). O mesmo praticamente se repete nos anos anteriores, colocando em dúvida razoável, assim, a afirmação de ausência de seriedade de grande parte das reclamatórias trabalhistas ajuizadas simplesmente por não existir risco potencial ao trabalhador uma vez que a maior parte dos assuntos trazidos dizia respeito a verbas e multas devidas em razão da não observância de pagamentos no final da relação contratual.

> As dúvidas sobre como a nova lei seria aplicada pelos juízes e o maior rigor trazido pela reforma no acesso ao Judiciário – em especial, o dispositivo que impõe a quem perde o processo a responsabilidade de pagar custos processuais da parte vencedora – causaram, primeiro, antecipação e depois, com as novas regras em vigor, paralisia das ações trabalhistas. (...) Por um lado, a possibilidade de o trabalhador ter de bancar as chamadas despesas de sucumbência – honorários periciais e advocatícios da parte vencedora – em caso de derrota na Justiça ajuda a inibir demandas nas quais as chances de vitória são remotas. Por outro, a insegurança sobre como a reforma será interpretada por magistrados, bem como a respeito de como o Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar a constitucionalidade de artigos da nova lei, leva advogados a esperar por maior clareza antes de protocolar novas petições. (LAGUNA; RINALDI, 2018).

Nos meses seguintes constatou-se idêntica baixa de ajuizamento e preocupações muito parecidas. O portal de internet R7 publicou uma notícia, em maio de 2018, tratando de persistir certa insegurança sobre a interpretação dos magistrados em relação às novas regras, bem como com relação às novas exigências criadas pelo novo texto da reforma para quem quer ter direito à justiça gratuita. As regras acabaram dificultando o acesso ao benefício e têm provocado uma série de condenação aos trabalhadores (SKODOWSKI, 2018). Mesmo diante dessas afirmações, o então Presidente do TST, ministro João Batista Brito Pereira, em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, em 03 de novembro de 2018, manifestou tranquilidade, chegando a comemorar: "a Justiça do Trabalho está em paz com a Reforma Trabalhista. Não houve ruptura da legislação trabalhista. A CLT continua viva" (CASTANHO, 2018, não paginado).

Na notícia, o ministro do TST pontuou, ainda, que cada juiz estaria apreciando as novas regras de acordo com suas convicções: "se o juiz entende que deve aplicar a nova regra, aplica. Se ele entender que a nova regra é inconstitucional, ele pode deixar de aplicar, justificando. A parte que desejar recorrer recorre ao TRT. Não há disputa nenhuma" (CASTANHO, 2018, não paginado).

Mas haveria, de fato, motivo para qualquer comemoração? O fato de termos expressiva redução de ajuizamentos de ações significaria redução na violação dos direitos trabalhistas? Cabe indagar se não se constata, nesse cenário de receio (típico de uma sociedade de austeridade) o surgimento de um Direito do Trabalho de Exceção? Se a possibilidade de cada juiz "decidir conforme suas convicções" não aumentaria o cenário de insegurança jurídica?

Todos esses questionamentos revelam o ambiente de insegurança e de instabilidade gerado pela racionalidade neoliberal que se materializou no Brasil mas que, de certa forma, também pode ser observado em outros países da América Latina.

E embora Arese (2020) conclua pela existência de uma significativa heterogeneidade dos sistemas jurídicos nacionais e da concretização de instituições e procedimentos, justamente em razão da diversidade cultural, social, econômica, das trajetórias históricas particulares dos países sul americanos abordados que, de certo modo, implica numa diversidade de conhecimentos e abordagens, também verifica que é possível extrair coincidências, semelhanças e intenções constitucionais e democráticas nos modelos de estrutura e procedimentos trabalhistas. E, da mesma forma, observar, nos distintos cenários extra fronteiriços, intenções eivadas de discursos neoliberais, extremamente prejudiciais à proteção de direitos sociais, em especial, dos direitos trabalhistas.

Por exemplo, em recente estudo buscando comparar as experiências do período de Pinochet, no Chile, com o momento do Brasil de Temer-Bolsonaro, Rodrigo de Lacerda Carelli (2021) concluiu pela identificação de períodos de "laboratórios do neoliberalismo", que revelariam um projeto de desconstrução da Justiça do Trabalho. Dentro dessa perspectiva, a Justiça do Trabalho, originariamente vista como sujeito de resistência antiliberal, passa a ser considerada um entrave aos interesses neoliberais. A partir dessa constatação, governos comprometidos com a racionalidade neoliberal buscam desenvolver uma justiça do trabalho diferente, conivente e submissa à essa nova razão (CARELLI, 2021).

Apesar das diferentes experiências vivenciadas pelos países, é possível perceber, nessa implementação de medidas neoliberais, o propósito de se provocar rupturas institucionais e narrativas de descrédito com relação à Justiça do Trabalho, que passa a sofrer ataques diretos – com discursos pela desnecessidade de tal ramo do Poder Judiciário, narrativas que pregam a necessidade de sua extinção – e indiretos – alterações de competência, cortes orçamentários,[157] entre outros pontos.

O autor, a partir da análise de um compilado de frases e discursos de figuras públicas brasileiras que passaram a defender, especialmente a partir do segundo semestre de 2016, a tese de que a Justiça do Trabalho atuaria de modo irresponsável na análise das demandas a ela submetidas, busca tecer considerações acerca das motivações – explícitas ou implícitas – que levaram à aprovação da lei 13.467/2017. E, além de verificar essas investidas provenientes do Poder Executivo e Legislativo, também observou discursos similares partindo do STF, tanto dentro quanto fora de julgamentos, no sentido de que haveria uma "hiperproteção ao trabalhador" na atuação do Poder Judiciário Trabalhista:

---

[157] Como menciona Carelli: "O Orçamento de 2016, aprovado pelo Congresso Nacional nesse mesmo ano, realizou cortes profundos na disponibilidade de recursos da Justiça do Trabalho, sofrendo diminuição de 90% das despesas de investimento e 30% no custeio" (CARELLI, 2021, p. 383).

> Os ataques fora de julgamentos também passaram a ocorrer com frequência. Em solenidade, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes afirmou que "o Tribunal Superior do Trabalho é na maioria formado por pessoal que poderia integrar até um tribunal da antiga União Soviética", alegando ter havido talvez "um certo aparelhamento da própria Justiça do Trabalho e do próprio TST por segmentos desse modelo sindical que se desenvolveu" e terminando por dizer que há uma radicalização da jurisprudência para conferir uma "hiperproteção ao trabalhador" (JUSTIFICANDO, 2016). O mesmo ministro posteriormente afirmou que o Tribunal Superior do Trabalho era "laboratório do PT" (PIRES, 2017).O Supremo Tribunal Federal, em várias ocasiões, continuou a centrar fogo na Justiça do Trabalho, como por exemplo nos julgamentos das ações que questionavam a licitude da terceirização (Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF 324), e, por consequência, a inconstitucionalidade da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que trazia limitações à sua legalidade, e do transportador de carga autônomo (Ação direta de inconstitucionalidade – ADI 3961). Nessas ações houve uma crítica à Justiça do Trabalho que estaria intervindo nos contratos realizados e, com isso, invadindo esfera de liberdade de iniciativa das empresas. (CARELLI, 2021, p. 384).

Ao comparar o momento atual do panorama brasileiro com o período chileno da década de 70, Carelli visualizou, do mesmo modo, severos ataques ao poder judiciário trabalhista chileno: narrativas e discursos também no sentido de, inicialmente, enfraquecer a Justiça do Trabalho Chilena e as instituições protetivas (Sindicatos, entidades e organizações de classes), além de uma série de alterações legislativas que buscaram adequar a "legislação protetiva aos princípios da economia de livre mercado, baseada no fortalecimento das empresas e na profunda lógica contratual da relação de trabalho" (CARELLI, 2021, p. 385), culminando com a extinção da Justiçado Trabalho chilena, incorporada aos juizados cíveis, em 1981.

Após um resultado desastroso, inclusive denunciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, houve, em 1986, o parcial restabelecimento da Justiça Especializada no Chile (CARELLI, 2021).

E, em ambos os contextos históricos distintos, o autor enxerga a racionalidade neoliberal moldando um novo agente jurídico que passa a intervir para modificar as regras judiciais de acordo com interesses mercadológicos. Esse "intervencionismo jurídico" gera, por meio da lógica neoliberal, o "constitucionalismo de mercado" que "mais do que simplesmente assegurar os direitos do capital e estruturar a competição, a argumentação jurídica neoliberal coloca os direitos políticos, cidadania e até a democracia dentro da lógica econômica" (CARELLI, 2021, p. 387).

Essa possibilidade da razão neoliberal de moldar o pensamento jurídico de acordo com interesses mercadológicos, produzindo uma jurisprudência de trabalho contra o direito do trabalho, é que buscaremos estudar com mais profundidade nos capítulos próximos.

Arese, ainda, ao analisar a estrutura e recursos da Justiça do Trabalho Chileno atual, observou que a partir de 2014, por meio de uma uniformização de Jurisprudência da Corte Suprema, houve a ampliação da competência dos Tribunais do Trabalho, para análise e tutela dos direitos fundamentais dos trabalhadores do Estado, todavia ainda subsistem divergências com relação à natureza da Tutela Laboral,[158] revelando que, embora o país caminhe para uma tentativa de redemocratização de sua Justiça Laboral, ainda subsistem resquícios do período vivenciado durante a ditadura de Pinochet (ARESE, 2020).

Nos estudos de Arese (2020) também foi possível confirmar uma contradição entre o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores nas normas fundamentais, e por outro lado, sua inexpressiva realização ou efetivação, pois muitas vezes os sistemas processuais ou administrativos dos países estudados não garantem um direito amplo e acesso preciso à proteção judicial efetiva.

Isso porque, se de um lado houve um movimento internacional no sentido de se buscar garantir, efetivamente, o amplo acesso do trabalhador ao Poder Judiciário, em especial com o objetivo de se propiciar a tutela de direitos fundamentais de caráter social, o que acarretou na ratificação de grande parte das recomendações e tratados internacionais por partes desses mesmos países, de outro lado, tal importante simbolismo não implicou em efetivo cumprimento dessas mesmas recomendações e regramentos.

O Brasil, por exemplo, embora seja signatário de diversos tratados e recomendações internacionais que buscam a tutela efetiva dos trabalhadores, segue sendo campeão em descumprimento de regras trabalhistas, em acidentes de trabalho, em denúncias de trabalho infantil, trabalho em condições análogas à escravidão, disparidades salariais em razão de gênero e de raça, etc.

Assim, embora se reconheça a importância inegável das ações até agora implementadas no sentido de se reconhecer a fundamentalidade dos direitos trabalhistas, certo é que ainda são inúmeros os desafios no sentido se se concretizar o desenvolvimento de políticas e ações públicas que de fato tenham como objetivo essa visão ampliada do acesso a uma proteção judicial eficaz do trabalho, em especial num momento de crise democrática e de reformas trabalhistas de cunho neoliberal cada vez mais presentes e com finalidades basicamente antagônicas a esse processo emancipatório até então almejado.

---

[158] Como aponta o autor: "Existen al menos dos tipos de procedimientos, el Monitorio y el de Aplicación General. Hay quien considera que el procedimiento de Tutela Laboral constituye un tercer tipo, mientras que otros entienden que en rigor de verdad se trata del procedimiento de Aplicación General con algunas modificaciones (medida cautelar especial, plazo más breve para dictar sentencia)" (ARESE, 2020, p. 55).

Ademais, se, num primeiro momento, pudemos constatar esse interesse internacional em se buscar proteger e estimular o amplo acesso ao judiciário, num segundo momento pudemos perceber um redirecionamento radical de interesses numa linha bastante diversa: sob a ótica da racionalidade neoliberal e de crise democrática, o desejado amplo acesso ao judiciário passou a ser percebido como um indesejado excesso de acesso ao judiciário.

Maria Victoria Espiñeira González (2020) ressalta que em vários países da América Latina foi possível assistir a uma ofensiva reacionária, autoritária e antidemocrática que, apoiada e financiada pelo imperialismo norte-americano em sua nova encarnação, promoveria o fortalecimento de reações patriarcais e neocolonialistas, bem como um recuo no caráter participativo da sociedade. Tal enunciado, falsamente narrado em meio a justificativas de intenções democráticas, promoveria convulsões e conflitos sociais ao buscar afastar a atuação estatal das suas atividades de proteção social da população. O mais intrigante nessas novas composições seria o fato de que, em muitos países, a democracia estaria sendo substituída por arranjos antidemocráticos com a cumplicidade do parlamento e do Poder Judiciário.

Para além dos países estudados por Arese, Rosangela Nair de Carvalho Barbosa (2018) investigou, em seus estudos, as similitudes e diferenças que as reformas trabalhistas neoliberais provocaram no México, em 2012 e no Brasil, em 2017. A autora também identifica as novas ofensivas impostas pelo neoliberalismo sobre o modo de exploração da força de trabalho, visualizando como o "aprofundamento do fetichismo do valor com a hegemonia das finanças torna os "custos do trabalho" um forte alvo para expansão do trabalho excedente" (BARBOSA, 2018, p. 04).

A história do desenvolvimento da narrativa neoliberalizante no México, assim como no Brasil de FHC e, posteriormente, Temer/Bolsonaro, apresenta dois momentos de retomada discursiva: em 1988 há o fortalecimento dos argumentos voltados à necessidade de adaptar o mercado mexicano para que ele pudesse competir estrategicamente no mercado globalizado; com essa ideia em mente, o governo realiza a abertura comercial para atrair capital estrangeiro e dá os primeiros passos rumo à flexibilização de direitos trabalhistas, possibilitando ao empresariado mexicano maior liberdade de contratação, demissão e gestão do contrato de labor. E, em 2012, buscando promover um maior dinamismo na economia – e, como consequência prometida, redução do desemprego e aumento da média salarial - as medidas são ainda mais intensas, sendo denominadas, inclusive de medidas de sobreprecarização do trabalho, tamanho o esfacelamento de direitos. Todavia, assim como no Brasil, as medidas não apenas foram insuficientes para combater a crise econômica, como não geraram empregos e se mostraram

extremamente prejudiciais aos trabalhadores.[159] E, mesmo diante do fracasso das alterações legislativas de 2012, em 2017 o governo de Peña Nieto (2013-2018) prosseguiu com novas modificações e ajustes, gerando aumento de trabalhos precários e diminuição significativa da renda dos trabalhadores mexicanos, além de piora nas condições de labor, com o alongamento das jornadas de trabalho (BARBOSA, 2018).

Em ambos os países, a neoliberalização do mercado de trabalho foi responsável por (i) alargar a população trabalhadora disponível hipertrofiando a concorrência; (ii) pressionar sindicatos e entidades protetivas, fragilizando suas atuações bem como diminuindo a proteção social até então desempenhada pelo Estado; (iii) reconfigurar o próprio papel a ser desempenhado pelo Poder Judiciário, alterando bases principiológicas caras ao Direito do Trabalho; (iv) coagir instituições e governos a não apenas permitir, mas promover agendas de flexibilização e desregulamentação das relações de labor e (v) promover uma reestruturação produtiva que previa a reconfiguração da força de trabalho sob o viés do individualismo e da meritocracia, por meio da gestão do desempenho (BARBOSA, 2018).

O atual presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, eleito em 2018 pelo partido de esquerda Movimento Regeneração Nacional, promoveu uma série de alterações legislativas buscando fortalecer a liberdade sindical, a justiça trabalhista e melhorar as condições de trabalho, freando as reformas neoliberais anteriormente implementadas, todavia, com a proximidade das novas eleições, não se tem certeza sobre a continuidade ou ruptura dos projetos voltados à fragmentação dos direitos trabalhistas.

Danilo Uzêda (2020) também percebe um futuro de incertezas ao pensarmos a respeito da democracia nos países da América Latina em razão da instabilidade dos processos participativos e das incertezas com relação à força das organizações e instituições, distinguindo um cenário bastante crítico de permanência das desigualdades como condição para manutenção do pensamento antidemocrático; além disso, o aumento da miséria absoluta traria uma perspectiva crítica do problema democrático para adiante do cenário de cerceamento de direitos. Somada a esses fatores, a ampliação ou ressurgimento do pensamento conservador fortalece o cenário que articula esse negacionismo da ciência e das relações sociais interligando-a com a expressão objetiva das vitórias eleitorais de políticos conservadores.

---

[159] Como destaca a autora: "O impacto desse quadro pode ser visto nos indicadores de pobreza que contabilizaram metade da população do país nessa condição no ano 2000. Mas, também no alto índice de perda salarial e na desestruturação da economia, com desindustrialização e ampliação do trabalho informal. A indústria maquiladora com a montagem de mercadorias por junção de peças produzidas em outros países é parte de um processo fragmentado, tecnologicamente pouco rico e baseado em baixos salários" (BARBOSA, 2018, p. 10).

O desrespeito às instituições democráticas latino-americanas seria um dos muitos efeitos de uma agenda programática neoliberal de longo prazo. Haveria, assim, uma intenção na deslegitimação das instituições e na erosão de direitos sociais que serviria ao propósito de não apenas criar a necessária atmosfera para a aprovação de medidas de austeridade, mas também, e principalmente, para mudar a chave da razão social, fazendo com que a sociedade não apenas passe a aceitar essas transformações, como as almeje, mesmo que essas mudanças impliquem em incontornáveis prejuízos a seus influenciados defensores.

Outro aspecto que merece reflexão, ao pensarmos acerca do acentuado descumprimento dos regramentos e legislações trabalhistas na América do Sul e das dificuldades de se garantir o amplo acesso dos trabalhadores ao Poder Judiciário é a alta característica de informalidade que rege a maior parte dos contratos de labor dentro desses países e que desafia a promoção e a institucionalização dos direitos fundamentais.

Em estudo realizado em 2002, Maria Cristina Cacciamali já sinalizava, ao analisar as diversas reformas da década de 90 que estavam ocorrendo em países da América Latina, que a baixa taxa de crescimento econômico, que vem acompanhando a liberalização do comércio, "aumenta a desorganização dos mercados de trabalho que pode ser caracterizada pelo aumento das taxas de desemprego, maior grau de informalidade e mudanças em suas formas de expressão" (CACCIAMALI, 2002, p. 66). E as altas taxas de informalidade nas relações de labor, no Brasil, continuam altas, apesar dos programas de flexibilização que dizem buscar – curiosa e contraditoriamente por meio das medidas neoliberais implementadas – suas reduções.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) contínua, divulgados em janeiro de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que "A taxa de informalidade foi de 40,6% da população ocupada, ou 38,6 milhões de trabalhadores informais. No trimestre de julho a agosto, a taxa havia sido 40,6% e, no mesmo trimestre de 2020, 38,7%" (PNAD CONTÍNUA ..., 2022).

Do mesmo modo, cresceu o número de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado: subiu 7,4% (838 mil pessoas) ante o trimestre anterior e 18,7% (1,9 milhões de pessoas) frente a 2020, também crescendo o número de trabalhadores por conta própria: "(25,8 milhões de pessoas) cresceu 2,3% (588 mil pessoas) na comparação mensal e 14,3% (3,2 milhões de pessoas) na comparação anual, ao mesmo tempo em que houve redução do rendimento real habitual. Entre setembro e novembro de 2020, o rendimento real habitual equivalia a R$ 2.757,00, passando a R$ 2.559,00 entre junho e agosto de 2021 e a R$ 2.444,00 enre setembro e novembro de 2021, sendo o menor rendimento da série histórica, iniciada em 2012 (PNAD CONTÍNUA ..., 2022).

A fragilidade das relações de labor, suas subcondições e a alta taxa de desemprego, aliada a uma alta taxa de informalidade, acabam por produzir uma "massa sobrante de trabalhadores" (ANTUNES,2020), que, ante a impossibilidade de recolocação adequada no mercado, sujeitam-se a "empreender", trabalhar informalmente e, quando finalmente conseguem um contrato de trabalho formalizado, conformam-se com quaisquer condições apresentadas, aceitando, muitas vezes, violações de direitos trabalhistas implicitamente estabelecidas.[160]

Ademais, a tendência de fortalecimento de projetos políticos sem compromisso com a democracia implicaria, num primeiro momento, de cunho neoliberal, na mobilização da sociedade civil a partir de uma aliança com o mercado e uma atuação estatal mais subordinada a essa aliança; num segundo momento, de cunho autoritário, teríamos a sinalização de um processo de ruptura institucional e de quebra da qualidade democrática que revelaria o desenrolar de um colapso final no funcionamento desses sistemas políticos (SOUZA, 2020).

Para possibilitar algum tipo de resistência contra esse rompimento democrático é primordial, de início, que se reconheça a existência de um modelo autoritário que se impõe e que corresponde a um projeto político igualmente autoritário em curso, que carrega consigo um discurso que privilegia a manutenção do capital em detrimento da preservação de direitos.

Uzêda (2020) defende, ainda, a indispensabilidade do enfrentamento das desigualdades no âmbito das lutas de classes, por meio da participação concreta de distintos setores, grupos sociais desprivilegiados e trabalhadores, de modo geral, ampliando campos de participação e abrindo espaço para discussão de planos de governos que busquem dar efetividade e atendimento às demandas civis, sociais, políticas, culturais e ambientais, muito além dos interesses meramente econômicos.

Cacciamali já visualizava, em 2002, a necessidade de fortalecermos atores sociais e aprofundarmos o processo democrático "por meio da promoção ou da criação do diálogo social" (CACCIAMALI, 2002, p. 72). A autora observava, no começo dos anos 2000, que muito embora a liberalização do comércio e a internacionalização de mercados estivessem afetando – em maior ou menor grau – os cenários nos países latino-americanos, a busca por uma política macroeconômica pautada em bases de crescimento sustentável, e a orientação de políticas econômicas para o desenvolvimento de ações locais e setoriais preocupada com a distribuição

[160] Nesse sentido, por exemplo, a sujeição de muitos trabalhadores em receber parte de seus salários "por fora", em trabalhar durante o período de férias, em anotar irregularmente os controles de jornada para não acusar labor em horas extraordinárias, entre tantas outras violações tão comuns verificadas diariamente nos relatos contidos nas ações trabalhistas ajuizadas.

de rendas e a manutenção de direitos trabalhistas, poderiam auxiliar na criação de mecanismos de acesso para superar os obstáculos originários da lógica do próprio mercado de capitais (CACCIAMALI, 2002).

Há, também, a necessidade de uma reorganização da sociedade civil (ampliada) como espaço de luta e busca por direitos, garantindo, sobretudo, que o direito de acesso aos direitos (a garantia de amplo acesso ao Poder Judiciário) seja não apenas preservado, mas instigado.

Pensando no panorama da justiça laboral, torna-se necessário, em síntese: (i) detectar quais são os principais obstáculos que impedem o acesso à Justiça para, a partir daí, buscar traçar novas soluções; (ii) ultrapassar as barreiras econômicas do acesso à Justiça, oportunizando aos menos favorecidos amplas garantias de acesso primeiramente por meio da informação, assegurando que todos tenham conhecimento dos seus direitos e da forma de discuti-los, caso haja necessidade e, num segundo passo, tornando possível a defesa desses direitos de modo seguro, eficaz e gratuito, para aqueles que não tenham condições de arcar com as custas do processo; (iii) readequar instituições e procedimentos processuais frente as novas realidades, em especial repensando a tutela coletiva como forma de atingir um maior número de interessados, com mais eficiência, (iv) reconhecer a realidade concreta da relação de labor, de modo a confirmar que função do processo e do procedimento deva ser eliminar os obstáculos ao acesso à ordem jurídica justa, e, por fim, (v) construir um método de prestação jurisdicional mais preocupado com o ser humano, menos burocrático, mais sensível e compreensível, cabendo inclusive repensar o próprio papel a ser desempenhado pelo Poder Judiciário trabalhista, especialmente em momentos de crise, "uma vez que pouco ou quase nada vale uma bela declaração de direitos sem remédios e mecanismos específicos que lhe deem efetividade" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 65-66).

Temos, desse modo, que embora esforços internacionais num primeiro momento tenham pretendido garantir o amplo acesso dos trabalhadores ao Poder Judiciário, mudanças no cenário político e econômico culminaram num verdadeiro processo de crise democrática acentuada nos países da América Latina, o que levou à fragmentação de diversos direitos e garantias, reduzindo sensivelmente as opções reivindicatórias dos trabalhadores.

Cabe destacar que a democracia, como objetivo, precisa sempre ser pensada como um valor inegociável, a ser protegido e fortalecido; não pode ser refletida como um fato consolidado, amparado unicamente no bom funcionamento de suas instituições. Isso porque pudemos constatar, contemporaneamente, o surgimento de governos autoritários dentro de instituições até então consideradas neutras e democráticas. Os novos autoritarismos surgem justamente por meio de lideranças que são eleitas pelo processo eleitoral tradicional e, por

dentro do sistema político, vão desconstruindo as instituições que o auxiliaram – em sua neutralidade – a florescer (FRANCISQUINI, 2014).

Assim, para evitar a desdemocratização, as instituições protetivas de direitos e garantias fundamentais precisam impor freios e limites ao autoritarismo, sob pena de, em sua conivência na neutralidade, encontrarem seu próprio fim.

Ao refletir sobre a expressiva tradição conservadora no pensamento social brasileiro, Maria de Mello Malta (2019), relembra que os períodos de crise democrática costumam estar acompanhados por momentos de extremismo político e também recorda que as grandes modificações que ensejam reestruturações políticas, econômicas e até mesmo jurídicas, em geral estão associadas a um "conjunto de ideias se propondo como nova forma de consciência social e disputando a compreensão geral do processo de organização social" (MALTA, 2019, p. 6).

Essa questão fica bastante perceptível quando pensamos na crise democrática brasileira e em todo o processo que levou à aprovação da Reforma Trabalhista: o silêncio de diversas instituições – postas como neutras – durante todo o desenrolar do processo, legitimou, mesmo que indiretamente, posturas antidemocráticas. E, paradoxalmente, essa falsa postura de neutralidade agora coloca em risco a existência dessas mesmas instituições.

Posteriormente, chamado a opinar, o Poder Judiciário esteve preso em situações bastante complexas. De um lado o STF mostrou-se conivente com a racionalidade neoliberal, julgando favoravelmente regramentos violadores de direitos e garantias trabalhistas, como veremos mais adiante. Todavia tal postura condescendente pouco trouxe de proteção à corte superior: sua conduta validadora dos desmandos do capital, em sua face mais conservadora, não foi suficiente para impedir que esse mesmo capital viesse à tona bradar pela extinção da instituição, quando tal discurso mostrou-se conveniente.[161]

Continuamos a acompanhar esse embate, observando, nos discursos formulados, os paradoxos e contradições: em determinados momentos a racionalidade neoliberal se vê acompanhada da narrativa institucional, que legitima, muitas vezes, um direito de exceção que deveria ser combatido; mas também, em momentos outros, a instituição que antes era utilizada

[161] Muito embora o STF tenha julgado favoravelmente diversos pontos da Reforma Trabalhista que beneficiavam os discursos contra a Justiça do Trabalho, do governo Bolsonaro, ainda assim foi alvo de severas críticas por parte dos apoiadores do governo que, em diversos momentos, apresentavam reivindicações inconstitucionais de fechamento do Supremo Tribunal Federal e a favor de intervenção militar. Nesse sentido, por exemplo, notícia publicada em 31 de maio de 2020, pelo G1: "Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. Protesto tinha faixas com pedidos de fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, além da defesa de uma intervenção militar. Reivindicações vão contra a Constituição" (GARCIA; FALCÃO, 2020).

para confirmar a Jurisprudência de Austeridade passa a ser vista como entrave, justamente nos períodos em que decide rever posicionamentos e preservar a democracia.

E embora existam prognósticos acerca de como enfrentar esse processo antidemocrático, cada vez mais se torna perceptível que há uma urgência em se repensar os papéis das instituições envolvidas com a tutela dos direitos, seja para fortalecer papéis historicamente desenvolvidos, seja para acrescentar um novo e mais forte protagonismo, uma postura mais ativa diante de um quadro de crise.

3.2 O PAPEL HISTÓRICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

Feita essa breve revisão acerca do acesso à Justiça na América Latina, passamos a analisar (i) os conceitos doutrinários que definem o papel da Justiça do Trabalho; (ii) como a instituição vê sua finalidade e o papel social que deve desempenhar perante a sociedade e (iii) se essas visões e conceitos são compartilhados com os demais setores da sociedade ou se há alguma discordância, em especial com as alterações nas conjunturas econômica, política e social vivenciadas.

Seguindo pela proposição básica de que o trabalho humano não pode simplesmente ser considerado mercadoria, cabendo assegurar a dignidade da pessoa humana que o presta e, considerando a assimétrica relação entre capital e trabalho, mostra-se fundamental o papel de interventor do Estado na proteção desse elo mais frágil e na garantia de que os interesses mercadológicos não prevalecerão de modo indistinto (KREIN, 2017).

E na procura por proporcionar uma espécie de equilíbrio entre os interesses conflitantes do capital e do trabalho é que se desenvolve a ideia central de uma Justiça do Trabalho. O direito do trabalho seria, assim, baseado na compreensão de que as forças que disputam a arena de conflitos da relação laboral são desiguais e, como ressaltado por Sandro Sacchet de Carvalho, cabe sempre relembrar que "o trabalho é feito por pessoas, em que se deve combinar a duração limitada da troca realizada com toda a vida do trabalhador" (CARVALHO, 2018, p. 82).

Todavia, antes de continuarmos, é preciso observar com atenção muitas das críticas que são apresentadas ao Direito do Trabalho[162] e à Justiça do Trabalho, enquanto possíveis

[162] Nesse sentido: "conviene sin embargo retener que en su origen, el sistema de derechos laborales surgió en un contexto social y económico generador de una inmensa conflictividad como fórmula ambivalente de legitimación del propio orden económico y de reconocimiento de ciertas condiciones de vida y laborales a la fuerza de trabajo en acción, a los trabajadores" (BAYLOS, 2016, p. 11).

perpetuadores de uma desigualdade inerente ao sistema capitalista, ora transformadores da realidade, ora conformadores dessa mesma realidade (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2020).

Muito embora uma parte significativa das normas do direito do trabalho estejam voltadas à proteção do trabalhador (para além do princípio da proteção, tendo em vista, ainda, os princípios da indisponibilidade de direitos, primazia da realidade e continuidade), não é possível ignorar que, contraditoriamente, ainda subsiste, no ordenamento jurídico, a preocupação em também se preservar princípios do capital (proteção à propriedade privada dos meios de produção e à organização econômica capitalista, princípio da livre iniciativa), de modo que teríamos "regras jurídicas laborais em detrimento dos interesses do trabalho, apenas para salvaguardar os interesses do capital, pois tal fato é inerente ao próprio Direito do Trabalho instituído no mundo capitalista" (COUTINHO, 2007, p. 95).

Para Coutinho (2007) é importante derrubar o "mito do bom direito do trabalho", como se os regramentos laborais servissem exclusivamente para beneficiar o trabalhador, sem qualquer contrapartida. Ora, uma vez que as relações de trabalho, no Brasil, estão inseridas em um sistema capitalista de produção, evidencia-se que a existência da Justiça do Trabalho também acaba por servir aos interesses desse capital que tanto a repudia. Não à toa a Justiça do Trabalho foi tantas vezes chamada de "válvula de escape" das pressões e conflitos envolvendo as relações de labor, por apresentar, também como uma de suas funções, o apaziguamento social, como podemos observar dos trechos de reportagens que extraímos, a seguir:

> O Direito do Trabalho, que muitos dizem ser uma velha raposa, funciona como amortecedor social, uma válvula de escape que impede a panela de pressão de explodir. Ele está ali para defender não apenas os trabalhadores, mas também para garantir a paz na sociedade e, assim, acaba beneficiando, indiretamente, os próprios empresários, haja vista que não há "ambiente de negócios" possível em um estado de convulsão social. (JANON, 2016, sem paginação).

> Por fim, não se pode deixar de recordar que o Judiciário cumpre uma função essencial, que é o de apaziguamento social. Não houvesse esta válvula de escape, todos buscariam fazer justiça com as próprias mãos, com graves prejuízos à paz, que é fruto apenas da Justiça. A Justiça do Trabalho, assim, não é um fator de desequilíbrio econômico e social, mas de equilíbrio, tornando mais justas as relações de trabalho e também as relações sociais, fiscais e econômicas – afinal, não há consumo sem remunerações justas. (BALESTRIN, 2016, sem paginação).

> Segundo o presidente do TRT/CE, Tarcísio Lima Verde Junior, "a justiça do trabalho é a maior válvula de escape da justiça social. É essa justiça que estão querendo massacrar", relatou o desembargador sobre os cortes no orçamento do TRT que ocasionaram várias demissões, bem como a precarização do andamento da justiça do trabalho à sociedade, após medidas tomadas pelo governo de Michel Temer. (CANUTTO, 2016, sem paginação).

Para Valdete Souto Severo (2017), sequer existiria a pretensão de se promover a igualdade entre capital e trabalho pela Justiça do Trabalho, uma vez que não existiria a intenção de se superar esse sistema capitalista. Assim, a Justiça do Trabalho, ao empregar a legislação trabalhista, estaria participando da contenção da luta de classes, pois se de um lado impõe limites à exploração do trabalho humano, de outro, permite a continuidade dessa mesma exploração, embora de modo controlado.

Ou, como bem ponderou Augusto Cesar Leite de Carvalho (2011a), o direito do trabalho surgiria dentro de um contexto bastante específico de produção capitalista industrial caracterizado por condições de trabalho bastante questionáveis, que passaram a demandar, "um sistema de compensação jurídica que por zelo ou hipocrisia as legitimasse, atenuando o seu caráter espoliativo" (CARVALHO, 2011a, p. 15). Nesse sentido, garantir condições mínimas de trabalho e de remuneração não tinha, como preocupação principal, o bem-estar dos trabalhadores, mas sim assegurar a acumulação de riquezas fundamental para a manutenção do sistema.

Muito embora seja indispensável termos em mente tais contradições, também se mostra necessário destacar que, além da busca pela manutenção do sistema mercantilista, outros e variados foram os fatores que levaram ao surgimento do direito do trabalho: fatores sociais (decorrentes da insurreição de trabalhadores), a reestruturação da relação de trabalho e a organização das profissões, fatores políticos, crescimento de movimentos sociais e organizações coletivas (CARVALHO, 2011a), que também devem ser considerados para a compreensão dos marcos formadores do direito e, consequentemente, da Justiça do Trabalho.

De qualquer modo, cabe a reflexão sobre como, dentro desse cenário, possibilitar a observância de normas de conduta que regulamentam a relação de trabalho e, em caso de divergência, possibilitar a sua discussão e resolução perante um terceiro, institucionalmente legitimado, também seria uma forma de se controlar o caos e de se permitir a convivência em sociedade. Sua obstrução, lado outro, implicaria em comprometimento do próprio sistema capitalista.

Reconhecer, desse modo, a ambiguidade do papel exercido pela Justiça Trabalhista, que "expressa conquistas históricas da classe trabalhadora e, assim, a construção de melhores condições de vida à população, mas, também e essencialmente, confere legalidade à exploração do trabalho, garantindo a compra e venda da mercadoria força de trabalho" (COZERO, 2019, p. 131) é um primeiro passo para o correto direcionamento da presente pesquisa.

E, apesar dessas aparentes contradições nas funções a serem desempenhadas pela Justiça do Trabalho (sequer observadas no parecer que justificou a Reforma Trabalhista de 2017, que

primou por denunciar, tão somente, seu supostamente excessivo caráter tutelar), cabe-nos ainda tecer ponderações acerca de seu papel nessa sociedade de austeridade que se desenrola porque, apesar de suas contradições, subsiste, na sua força discursiva historicamente construída, uma conduta protetiva que, embora dentro de um sistema capitalista, traz algum amparo às relações de trabalho e pode, ainda, representar algum tipo de resistência frente à crise democrática que se desenha.

Podemos afirmar, ainda, que há um entrelaçamento natural que acompanha o surgimento do direito do trabalho e do Poder Judiciário trabalhista e a compreensão desse processo nos permite avaliar, ainda, como tem sido delineado o papel a ser desempenhado pela instituição e, também, como o conceito de acesso ao judiciário tem se consolidado.

Como bem retoma Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (2020), para compreendermos a concepção constitucional ampliada de acesso à Justiça, há a necessidade de se proceder a uma reconstrução histórica do papel desempenhado pelo Poder Judiciário trabalhista para acompanharmos as significativas mudanças estruturais que levaram o poder público a participar com maior ou menor zelo, intervindo nos conflitos gerados a partir da relação de labor.

Ademais, entender a transição dos Estados, sob o viés da produção capitalista e da regulação jurídica nos permitiria "desvelar as categorias jurídicas centrais e seus processos de transição" (MACHADO, 2003, p. 65).

Essa reconstituição oportuniza, ainda, identificar como a Justiça do Trabalho acabou se consolidando como uma justiça diferenciada, com princípios protetivos próprios, específicos para o tipo de relação que se buscava tutelar e que, em razão de suas características únicas, necessitava de uma forma processual e um direito que pudessem atender a essas peculiaridades.

Os conflitos decorrentes do trabalho são parte da história da atividade humana, entretanto, apenas recentemente, tivemos a participação estatal intervindo nesses litígios e propondo soluções amparadas naquilo que, aos poucos, formaria a base do sistema judiciário trabalhista contemporâneo. A participação do poder público, na figura do Estado, desponta, inicialmente, de modo bastante tímido, uma vez que havia a necessidade de se aguardar o consentimento tácito das partes, em razão do conteúdo essencialmente privatístico que circundava o contrato de trabalho: no século XVIII – cujo cenário embrionário estabelecia-se no período de industrialização, na Inglaterra, e, aos poucos, alcançou os demais países da Europa – a posição do Estado era muito mais contemplativa que interventora, consoante as recomendações do movimento liberal então vigente. E, nesse panorama, embora tenham sido desenvolvidos órgãos de conciliação e arbitragem com o objetivo de solucionar os conflitos que

surgiam, o prisma de ordem privativo e liberal não possibilitava maiores interações do poder público (MELLO FILHO, 2020).

Todavia o agravamento das tensões sociais, a maior complexidade e densidade dos conflitos e a crescente insatisfação dos trabalhadores contra as condições que lhe eram impostas praticamente obrigaram os Estados na tomada de uma postura mais ativa e intervencionista na resolução desses embates (MELLO FILHO, 2020).

O Direito do Trabalho e, consequentemente, a Justiça do Trabalho, emerge, assim, numa estrutura de ordem e de disciplina dentro do sistema fabril, que objetivava regulamentar, de modo formal, a venda da força de trabalho humano subordinado, "em um regime despótico, caracterizado por um poder condigno, concentrado na força coercitiva e manifestado em um controle simples dos empregados" (COUTINHO, 2007, p. 95).

E, se, de início, a coerção direta e imediata é a linha condutora das relações de trabalho primitivas, num segundo momento é o contrato – ainda que, sob índole privatista – que passa a concretizar a relação entre patrão e trabalhador. Nesse segundo momento é que observamos o despontar do direito do trabalho "a partir da contratualização, com a estruturação de tutelas modernas nos moldes de um estatuto, mas o contrato tenta compatibilizar a liberdade de trabalho com uma relação de dependência" (MACHADO, 2003, p. 19).

Nessa linha de ideias, o Estado buscou submeter esses conflitos de trabalho à deliberação dos seus próprios organismos oficias (inicialmente, ainda, através de órgãos da administração pública ligados ao poder Executivo, por meio do qual a solução se revelava a título preventivo e, posteriormente, a título conciliatório, mas ainda com natureza provisória), intervindo não apenas na formação, mas também nos desdobramentos da relação; e embora essa tendência evolutiva tenha sido lenta e gradual, houve a eclosão de um significado de importância social, econômica, política e jurídica da relação entre capital e trabalho. Todavia essa ausência de força definitiva das decisões submetidas à conciliação, no procedimento administrativo, somada à insatisfação social – pois havia o interesse em decisões de cunho não apenas político, mas também jurídico, econômico e social, que proporcionassem maior certeza e segurança – aos poucos exigiu uma nova alteração. E o Poder Executivo, provocado a responder conflitos de extensa complexidade, "simplesmente não poderia deixar de levar em conta os interesses imediatos daqueles parceiros políticos, vinculados às linhas mestras da política partidária, deixando o conflito de trabalho submetido ao bel prazer dos interesses da política" (MELLO FILHO, 2020, sem paginação).

No Brasil, em razão do processo de industrialização tardia e do desenvolvimento de um sistema de assalariamento peculiar, entremeado de paradoxos especialmente decorrentes da

maciça utilização da mão de obra escrava e do consequente impedimento da formação de uma identidade universal de trabalhadores, a estruturação da tutela do trabalho se desenvolveu de maneira bastante desordenada, colaborando para a construção também tardia de uma legislação trabalhista protetiva, que só veio, de fato, a ganhar a caracterização de um estatuto organizado com o estabelecimento da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943 (MACHADO, 2003).

Aos poucos, por meio de rupturas e continuidades, por meio de lutas e resistências, eram estabelecidas as bases do direito do trabalho e, também, de um órgão da justiça especializado para tratar dessas relações. Assim, de tribunal administrativo, órgão técnico consultivo até a implementação da justiça do Trabalho como integrante efetiva do Poder Judiciário, inúmeros foram os embates técnicos e doutrinários. E, se inicialmente, não havia debate, no Brasil, acerca de sua natureza civil ou trabalhista, pois a jurisdição era unitária, também gradualmente essa discussão foi ganhando mais força, acompanhando uma demanda internacional que já havia reconhecido a necessidade de um tipo de proteção diferenciada (em que pese a diferença significativa, entre países, na forma de estruturação de seus órgãos jurisdicionais), que, aqui, autorizou a criação e o desenvolvimento de uma jurisdição especial.

Tudo isso passou pela reflexão que foi se formando, acerca da natureza do contrato de trabalho. Como dissemos, se, em meados do século XVIII, a coerção era a base da relação de trabalho, existindo o risco de punição física em caso de desobediência, o "assalariamento contemporâneo" pressupunha um contrato no qual houvesse a livre disposição de vontades, houvesse autonomia das partes e interesse em se confirmar um contrato de venda de trabalho em troca de um pagamento; todavia a própria natureza dessa prestação de serviços também contava com a existência de uma característica muita singular: a subordinação[163] de uma das partes à outra, detentora dos meios de produção. Havia, desse modo, um paradoxo aparentemente intransponível: a liberdade para contratar exige igualdade entre as partes; só assim, a autonomia de vontades, o livre consentimento, típico das relações contratuais, subsiste. Mas, num contrato de trabalho, uma das partes é, pela natureza da situação, subordinada juridicamente à outra (e, em muitas situações, também econômica e tecnicamente subordinada), inexistindo o desejado equilíbrio (MACHADO, 2003).

Essa constatação de desequilíbrio na livre contratação é que autorizou o desenvolvimento de regramentos protetivos que contrabalanceassem a instável e desigual relação contratual de trabalho.

---

[163] Há toda uma discussão doutrinária acerca do conceito de subordinação nas relações de trabalho, questão essa, todavia, que extrapola os limites da presente pesquisa. Todavia, para mais, ver Machado (2003).

Outro mito que, recentemente, tomou forma e ganhou repercussão, foi a alegação de que, apenas no Brasil, existiria uma Justiça do Trabalho. Em sua primeira entrevista após tomar posse, o presidente Jair Bolsonaro, ao ser questionado acerca de um possível projeto para extinção desse ramo especializado, questionou, retoricamente, "qual é o país do mundo que tem [Justiça do Trabalho]? " (JAIR..., 2018).

E, embora, de fato, inúmeras e diferenciadas sejam as estruturas judiciais que possuem competência para decidir acerca de conflitos de trabalho pelo mundo, diversos outros países possuem organizações jurídicas bastante semelhantes à brasileira, o que gerou, inclusive, uma campanha do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em conjunto com o Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais dos Trabalhos (Coleprecor) para esclarecer certos pontos controvertidos à população:

> Campanha Fake News: MITO 1 – A Justiça do Trabalho só existe no Brasil? Desmistificando o primeiro mito, a Justiça do Trabalho não existe apenas no Brasil. Países como Inglaterra, Nova Zelândia, Alemanha, Austrália, França, Bélgica, Israel, Suécia, México, Chile, Argentina e Paraguai são alguns exemplos de países que possuem cortes especializadas em casos laborais; inclusive, muitos dos países desenvolvidos possuem estruturas muito similares à da Justiça do Trabalho brasileira. (VOCÊ JÁ..., [sem data]).

A fala do presidente da República gerou inclusive uma resposta institucional no sentido de confirmar a existência, em praticamente todos os países ocidentais, de certa especialização na apreciação de litígios ligados ao trabalho, "ora uma especialização estrutural, como todo um ramo autônomo, ora uma especialização orgânica, são varas e tribunais especializados, ora uma especialização procedimental" (SAKAMOTOa, 2019, não paginado).

O então presidente da Anamatra esclareceu, ainda, que eventual extinção da Justiça do Trabalho, ao contrário do sugerido pelo presidente Bolsonaro, praticamente não alteraria o suposto quadro de alta litigiosidade e de "excesso de processos" constatado, inexistindo relação de causa e efeito na proposta que estava sendo estudada. Isso porque os julgamentos são realizados em conformidade com a legislação vigente e a mera alteração de jurisdição, em tese, não deveria impactar no número de reclamatórias ajuizadas:

> Ou seja, a Justiça do Trabalho julga de acordo com a lei em vigor, definida pelo Congresso Nacional. "Transferir essa competência para a Justiça comum, absolutamente, não muda este quadro". A litigiosidade continuaria a mesma, a menos que Bolsonaro esteja sugerindo que juízes estaduais seriam mais lenientes com as empresas. Ou que por serem menos especializados não se atentariam a detalhes (SAKAMOTO, 2019, não paginado).

Fato é que se optou, no Brasil, pelo desenvolvimento de uma justiça que, levando em consideração essa base principiológica distinta, buscasse proteger a relação de trabalho, atuando de modo diferenciado. Para tal, magistrados trabalhistas utilizariam a aplicação de uma legislação promulgada pelo Estado, mas ainda considerando as peculiaridades da relação de trabalho.

Cabe-nos questionar, assim, qual deveria ser a forma de atuação desses magistrados numa situação tal que, o regramento antes protetivo, passasse a ignorar a desigualdade típica existente no contrato de trabalho.

A resposta oferecida por Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (2020), é de ordem bastante prática, reputando ao magistrado a aplicação da legislação, interpretando-a de acordo com seu exato sentido e o preciso alcance da norma que lhe cabe aplicar por meio do raciocínio jurídico, "considerando, ainda, uma relevante diferença: a natureza da norma trabalhista que é diferente porque é anárquica, e é diferente sobretudo em relação ao direito civil, por suas finalidades do ponto de vista social e econômico" (MELLO FILHO, 2020, não paginado).

Assim, além da evidente função jurisdicional, haveria uma ampliação da atuação do papel do magistrado, abarcando também uma função social que refletiria num tratamento diferenciado para esse tipo específico de conflito, pela sua natureza singular, pois contemplaria "uma lei material que subvertia os postulados do direito civil; um direito processual, que como consequência histórica do direito material, rompia com os cânones comuns e uma legislação que tecnicamente reequilibrava uma relação materialmente assimétrica" (MELLO FILHO, 2020, sem paginação), justificando a opção por um novo ramo do Judiciário, distinto do cível ou do penal, e especializado nas relações de trabalho.

A missão do Direito – em seu aspecto solidário – deveria, portanto, ir muito além da simples aplicação de regras; caberia ao direito voltar-se ao atendimento das reais necessidades das pessoas, inserindo o ser humano como efetivo protagonista e detentor de tutela especial. E, no plano do direito do trabalho, reconhecer o trabalhador como ser humano, protagonista desse cenário, seria um primeiro passo para manter a humanização e a não mercantilização da relação de labor (SUGUIMATSU, 2011).

A partir de tais fundamentos básicos, "a função do direito do trabalho seria delimitar um quadrante dentro do qual os espaços de livre negociação podem atuar. A discricionariedade do empregador não poderia ser irrestrita" (CARVALHO, 2018, p. 82), cabendo à Justiça do Trabalho bem definir esses campos de negociação, estabelecendo condições mínimas a serem

observadas, mesmo durante os momentos de crises e de transformações ou rupturas paradigmáticas.[164]

Refletir acerca do valor do trabalho sob o enfoque humano e não meramente mercadológico permitiria, assim, a possibilidade de se conferir um aspecto emancipatório ao trabalho, muito mais abrangente que a simples garantia de sobrevivência.

Considerando, entretanto, as sistemáticas transformações sociais, políticas e econômicas desencadeadas, discute-se se o papel clássico até então desenvolvido pela Justiça do Trabalho se manteria intacto, uma vez que as noções de trabalho, de emprego e de relação empregatícia estariam sendo significativamente reestruturadas.

Caberia indagar se as mudanças discursivas implementadas por meio das políticas de governança da racionalidade neoliberal viriam substituir a forma de julgamento baseada em princípios protetivos por uma "justiça com métrica empresarial" (BROWN, 2018), alinhando identidades e condutas aos termos e condições do empreendedorismo.

Ainda mais se considerarmos que permanecem contínuas as pressões dos setores patronais na tentativa de afastar, do direito do trabalho, a qualidade de regular as demandas sociais, reprimindo as intenções do capitalismo, que agiria na busca por "tentar ampliar o processo de extração da mais valia absoluta, amplificado a dominação dos próprios trabalhadores" (ESTRELA, 2020, não paginado). Nessa tentativa de modificação de discurso, a busca por um "novo normal", dentro desse horizonte, significaria reconhecer e legitimar padrões e estruturas de precarização que, de outro modo, deveriam ser denunciados e combatidos.

Ao pensarmos a partir da realidade brasileira, esse cenário toma contornos ainda mais sombrios, pois os países de industrialização tardia escassamente puderam usufruir dos benefícios de um estado de bem-estar social que, aqui, pouco passou de promessa, não conseguindo concretizar benefícios e direitos sociais, ao contrário do ocorrido em muitos outros países europeus; o resultado é que a precarização de direitos em países como o Brasil, acaba tendo resultados muito mais nefastos, pois relações de trabalho que já eram enfraquecidas, acabam sendo ainda mais precarizadas. Tamanho desequilíbrio revela a importância que a Justiça do Trabalho possui ao buscar amenizar essa assimetria.

---

[164] Insta destacar o interessante alerta formulado pelo autor: "naturalmente, a circunscrição desse espaço depende do grau civilizatório de cada sociedade, e, portanto, não deve ser imóvel. No entanto, quaisquer mudanças devem sempre levar em conta que cabe ao direito do trabalho estabelecer condições mínimas de trabalho decente que devem ser tidas como invioláveis, e, quando se propõe que cabe à legislação trabalhista apenas garantir o processo de negociação, e não seu resultado" (CARVALHO, 2018, p. 83).

Por esse motivo, como observam Souto Maior e Severo (2017), é que há um empenho da racionalidade neoliberal em buscar "colonizar o Poder Judiciário tentando fazer com que o processo se transforme em mais um 'bom negócio', de tal sorte que pagar dívidas ou honrar créditos trabalhistas se tornou mera opção do empregador" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 70).

Essa racionalidade que, segundo esclarece Eleutério Prado (2019), vai além do conceito de ideologia, pois se confirma como uma mentalidade que busca se impor, "que constitui o ser social em sua prática cotidiana, posta historicamente por meio de práticas de poder que, segundo Foucault, são também formas de governar as mentalidades" (PRADO, 2019, sem paginação).

A naturalização das infrações à legislação trabalhista ou, ainda, a inclusão desse passivo trabalhista gerado em razão das condenações judiciais nos dados contábeis da empresa, são exemplos de como, pouco a pouco, algo que deveria ser considerado bastante grave – a violação de direitos – acaba se tornando apenas mais um "incômodo empresarial", facilmente resolvido, quer por meio de um longo acordo, com pagamento parcelado de parte do valor devido e, além do mais, sem juros ou, ainda, pelo simples inadimplemento, com o desaparecimento da empresa e a ocultação dos bens de seus sócios – algo que tem se tornado cada vez mais comum, especialmente com o crescimento exponencial da terceirização irrestrita.[165]

Os inúmeros mutirões de conciliação, tão estimulados pelo CNJ e pelo CSJT[166] acabam por refletir, destarte, essa lógica da razão neoliberal: estimula-se que o trabalhador opte por renunciar a certa parcela de seus direitos (em tese, irrenunciáveis) para que consiga, com maior rapidez, ao menos parte do que lhe seria devido, sem a necessidade – e o risco – de enfrentar uma execução morosa e sem garantias de sucesso, ao final.[167] A falta de perspectivas do trabalhador em ter, ao final, o total inadimplido que lhe seria de direito, aliada à alta taxa de

---

[165] Por exemplo, a notícia de 26 de março de 2012: "Empresas 'somem', e terceirizados não recebem direitos, diz sindicato" (OLIVEIRA; KOMETANI, 2012). Também, de 2020, a notícia "Terceirizada da Unicamp não paga ex-funcionários" (TERCEIRIZADA..., 2020), e, de 2021, "Empresa terceirizada de vigilância desaparece sem pagar direitos trabalhistas" (WEIMANN, 2021).

[166] O Conselho Nacional de Justiça criou, inclusive, um prêmio, nominado "Conciliar é legal", no qual busca "identificar, premiar, disseminar e estimular a realização de ações de modernização no âmbito do Poder Judiciário que estejam contribuindo para a aproximação das partes, a efetiva pacificação e, consequentemente, o aprimoramento da Justiça" (PRÊMIO..., 2010). E, anualmente, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em conjunto com os TRTs, promovem os mutirões de conciliação. Por exemplo, notícia de 28 de outubro de 2020: "Justiça do Trabalho promoverá pautas especiais e mutirões no Mês Nacional da Conciliação Trabalhista – Durante todo o mês de novembro, Tribunais Regionais do Trabalho irão promover ações para solucionar o maior número de ações por meio da conciliação" (JUSTIÇA..., 2020).

[167] Não desconhecemos a relevante distinção entre renúncia e transação, no sentido de que "Aquela [a renúncia] consiste em ato unilateral de disposição de direito incontroverso; esta[a transação], em ato bilateral que comporta o eventual sacrifício ou privação de direito controvertido" (CARVALHO, 2011, p. 62), todavia, mesmo diante de tal diferenciação, ainda subsistem vozes que questionam os efeitos do incentivo à conciliação no Judiciário Trabalhista, como apontamos.

desemprego, acabam por criar o ambiente propício para que a renúncia a direitos pareça ser um "bom negócio".[168]

De qualquer modo, muitos dos aspectos desse esforço do grande capital em cooptar o judiciário trabalhista acabavam encontrando, como barreira, a insistência institucional de buscar atender ao princípio da proteção, condutor e guia do direito do trabalho.

E a existência da própria Justiça Laboral acaba sendo revelada a partir desse princípio norteador que vem expressar algo tão óbvio e muitas vezes tão esquecido: há uma necessidade histórica de se proteger o ser humano trabalhador que, para sobreviver na sociedade do capital, é obrigado a vender a força de seu trabalho, justamente por não ser o detentor dos meios de produção, encontrando-se, assim, numa relação economicamente desigual (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 71).

Assim, a base das normas que forma o Poder Judiciário trabalhista e que define a sua razão de ser está fincada sobre o princípio de proteção do trabalhador.

Sob a perspectiva dessa atuação estatal, a Justiça do Trabalho exerceria o papel de agente regulador da força de trabalho, impondo ao empregador o cumprimento de determinadas regras independentemente das condições do mercado, sob pena de se ver acionado judicialmente em caso de inobservância.

Essa imposição de observância dos direitos trabalhistas "se sobrepõe ao mercado e, por isso, desmercadoriza a força de trabalho" (FILGUEIRAS; LIMA; SOUZA, 2019, p. 234). Haveria, assim, uma atuação discursiva de grande força simbólica.

De um ponto de vista mais abrangente, o Poder Judiciário também atuaria como um dos principais esteios de concretização da virtude soberana, ao pretender garantir igualdade ao proporcionar a redução das desigualdades no campo fático, ampliando, significativamente, as suas responsabilidades na definição do que significaria essa garantia de tratamento igualitário (MACHADO; RIBEIRO, 2013). E, na esfera laboral, tal faceta ganha ainda maior destaque.

Para Aldacy Rachid Coutinho (2007) incumbiria aos magistrados trabalhistas o papel de legítima "autoridade", no sentido de se garantir a efetividade do direito, estabelecendo limites ao exercício do capital por meio da utilização de regras e princípios jurídicos "não se

[168] Para outras críticas sobre a conciliação na Justiça do Trabalho, ver Souto Maior e Severo (2020): "o estímulo à conciliação, inclusive com amplo investimento na formação de mediadores e conciliadores leigos, e com a adoção de metas, uma das quais implica solucionar mais processos do que os que foram ajuizados no mesmo período (Meta 1 do CNJ), torna evidente um fato que em realidade acompanha a Justiça do Trabalho, e mesmo o Estado de Direito, desde sua gênese: conciliação judicial é instrumento de dominação e acomodação de classes" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2020, p. 278).

deixando seduzir pelo discurso do mercado e pela racionalidade econômica produtivista e eficientista" (COUTINHO, 2007, p. 100-101).

Atuação em sentido contrário – conivente, portanto, com o modelo neoliberal – representaria desvirtuamento da função jurisdicional trabalhista.

Fundamental recordar, também, que o Poder Judiciário atua como guardião do cumprimento dos direitos. E esses direitos – como efetivos instrumentos de integração social – devem sempre ser apreciados sob seu duplo espectro: a necessidade de compreensão dos "imperativos de natureza econômica", que inegavelmente se mostram presentes, em especial nas relações laborais e, sob outro aspecto, a essencial tentativa de equilibrar tais anseios econômicos à afirmação e efetivação de princípios constitucionais "como os elementos estruturantes de sua ação no mundo social". E, para que tais aspectos possam ser contemplados em sua plenitude, fica muito claro que há a necessidade de se garantir o amplo acesso à Justiça, verdadeiro "elemento central do processo de democratização nas sociedades contemporâneas" (MOTTA, RUEDIGER; RICCIO, 2006, p. 2).[169]

E, dentro desse cenário emergente, que parece exigir uma tomada de postura, como estabelecer limites entre o cumprimento do dever de garantir uma base protetiva ao trabalhador, papel do Poder Judiciário trabalhista, e o chamado ativismo judicial?

Nesse momento de predominância de uma ideologia neoliberal globalizada, que expressamente busca o enfraquecimento das instituições públicas de trabalho, cabe-nos questionar se haveria uma autorização excepcional para que o magistrado tivesse um alargamento dos seus papéis ou se, ao contrário, já poderíamos considerar que seria a função do Poder Judiciário atuar no sentido de buscar preservar o sistema democrático e os princípios previstos na Constituição.

Ao refletir acerca de valores caros à humanidade, tais como igualdade, não discriminação, dignidade humana, a resposta é bastante evidente para Carvalho (2016), que afirma que: "inexiste ativismo judicial quando o juiz faz valer a preeminência desses postulados que, posto sejam universais, são fundamentos de nossa República e a ela conferem identidade" (CARVALHO, 2016, p. 1177).

De todo modo, há uma reflexão necessária acerca de quais seriam os limites da atualização do conteúdo ético da norma jurídica e de que modo uma atuação positiva desse judiciário representaria um reforço positivo e não uma indesejada intromissão na atuação de outro poder, também autônomo (PIMENTA, 2020).

---

[169] Embora Motta, Ruediger e Riccio (2006) investiguem o acesso à Justiça sob a ótica da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, várias reflexões trazem diversas similitudes ao objeto de estudo debatido no presente artigo.

Porque muito embora alguns autores entendam que a lei da Reforma Trabalhista sequer deveria ser aplicada, eis que inconstitucional (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017), há a busca permanente pelo "bom embate", de modo que a atuação de cada um não fragilize ainda mais o já bastante enfraquecido sistema democrático brasileiro.

E, para além das tantas controvérsias acerca do ativismo judicial enquanto instrumento de problematização política, de modo a se observar, ora o exercício de uma atuação judicial excessivamente discricionária que, em nome da preservação de direitos individuais, acabaria enfraquecendo a efetiva proteção aos direitos fundamentais da coletividade (STRECK, 2019), ora, em sentido oposto, essa interferência como uma desejada participação, mais ampla e intensa, do Poder Judiciário na efetivação de valores e fins constitucionais, suprindo, muitas vezes, omissões e falhas constatadas nos demais poderes (BARROSO, 2012), não podemos desconsiderar que uma série de mudanças sociais positivas que ocorreram nos últimos 30 anos, no Brasil, se deram em razão de estímulos provenientes da atuação do Poder Judiciário, responsável por impulsionar alguns fluxos (PIMENTA, 2020).

Tampouco podemos ignorar que, mesmo destituída de quaisquer intenções declaradamente ideológicas ou políticas, toda decisão judicial acabará carregando o arcabouço pessoal de quem a profere, cristalizando saberes, desejos e intenções, derrubando, desse modo, o paradigma da neutralidade no exercício da judicatura (SENA, 2010).

E, quando pensamos em decisões colegiadas, como os acórdãos das Turmas que pretendemos analisar, esse arcabouço pessoal representa a união de visões e o esforço conjunto em se buscar uma resposta que dará, àquele fato narrado, a interpretação e a consequência legal, conforme esses saberes conjugados. Cabe tentar questionar quais os limites éticos dessa atuação e, também, indagar até que ponto a onda neoliberal de desconstrução de direitos impactaria na construção dessa racionalidade.

O desafio do Poder Judiciário reside na necessária tomada de consciência no sentido de que deve se legitimar pelo seu desempenho, pela sua forma de atuação, justamente por não ser um poder eleito.

Todavia, cada vez mais, esse judiciário é provocado a solucionar questões que são trazidas até ele em razão de uma falha estrutural parlamentar, que surge na dificuldade do poder legislativo em conseguir consenso amplo em matérias polêmicas ou complexas.

Dessa maneira, muito embora não possua legitimidade democrática para implementar políticas públicas, o Poder Judiciário é convocado para se manifestar e decidir acerca da concretização de direitos que estão sendo violados (SCHREIBER, 2020).

Clara Mota Pimenta (2020) entende que a apresentação transparente de argumentos, a exposição fundamentada e coerente dos fatos e a demonstração dos portfólios jurisdicionais, com a exteriorização das reflexões e do ônus argumentativo que levaram à prolação da decisão, são procedimentos imprescindíveis para conferir limpidez e honestidade ao julgado, especialmente nos chamados "hard cases", casos complexos que demandam mais exposição e reflexão.

A justificação das escolhas interpretativas, com os esclarecimentos acerca da construção do convencimento argumentativo, dariam validez material e legitimidade, traçando parâmetros para a elaboração de um ponto de equilíbrio entre a desejada atuação ativa do magistrado e a indesejada decisão arbitrária, mormente em momentos políticos complicados nos quais medidas públicas tendem a ofender direitos, competindo ao judiciário, de certo modo, o controle interpretativo na aplicação de "dispositivos legais ilegais" (BELLO, 2020).

Assim, podemos conferir ao Poder Judiciário o poder de impulsionar alguns fluxos sem que tal possibilidade implique em necessária nova fragmentação democrática.

Há, ainda uma interessante ligação entre o protagonismo dos tribunais e a consolidação de regimes democráticos constitucionais, como observado em Morel e Pessanha (2006), discutindo-se quais seriam as novas atribuições a serem desempenhadas pelo Poder Judiciário na contemporaneidade, a partir do pressuposto de que vivenciamos uma era de fortes pressões políticas e econômicas que carregam dimensões ideológicas e simbólicas bastante significativas. Questiona-se como, dentro desses cenários, seria possível preservar o discurso de imparcialidade e de igualdade formal entre as partes, imprescindível ao bom funcionamento da justiça laboral.

E, não deixa de causar estranheza as complexas e intrincadas contradições que constatamos ao analisar esse protagonismo do Poder judiciário, que tanto pode buscar de fato garantir a proteção de direitos fundamentais como pode, como pudemos claramente perceber, no caso brasileiro, atuar com objetivos parciais e escusos, como atualmente analisamos ao repensarmos a situação desencadeada pela "Operação Lava Jato".[170]

---

[170] Iniciada pelo Ministério Público Federal em 2014 para apurar suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro, a Operação Lava Jato existiu até 2021, quando foi dissolvida e seu trabalho acabou absorvido pelos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos) dos estados. Em abril de 2021, o plenário do STF declarou que o juiz Sérgio Moro foi parcial nos julgamentos de Lula, agindo com motivação política ao avaliar os casos na 13ª Vara Federal de Curitiba. Os ministros do STF citaram a espetacularização da Operação Lava Jato, a divulgação de áudios selecionados e a condução coercitiva de Lula sem intimação pessoal prévia como exemplos da má conduta do magistrado, que viria a ser ministro da Justiça do presidente Jair Bolsonaro. Neste período, reportagens do *The Intercept* Brasil, revelando troca de mensagens entre os membros da força-tarefa e o juiz Sérgio Moro, sinalizaram uma possível atuação conjunta do grupo.

Liana Carleial (2019) também vê com preocupação o fato de que certa parcela do Poder Judiciário busca assumir um protagonismo político mesmo que às custas do direito e da lei, observando, em alguns momentos específicos da história política brasileira, alianças com "pouco apreço pela democracia".

Apesar dessas contradições, manifesta a relevância, ainda hoje, do Poder Judiciário trabalhista, como uma das fontes de resistência à intromissão exagerada do capital sobre o trabalho. Mas queremos verificar, no presente estudo, se essa essência protetiva ainda subsiste ou se teríamos um judiciário já voltado aos interesses da racionalidade neoliberal.

Adiantamos, de certo modo, que não acreditamos ter aqui, no presente estudo, uma resposta simples, certeira e única para buscar definir o papel da Justiça do Trabalho. Tampouco é possível traçar uma perspectiva uniforme sobre seu futuro enquanto instituição. Isso porque a Justiça do Trabalho, além de ser uma entidade com objetivos institucionais, também é composta por pessoas que estão envolvidas dentro desse sistema de pressões e pela dinâmica da racionalidade neoliberal, o que acaba por gerar tensionamentos, contradições e resistências que complexificam a definição de interesses.

Mesmo com tamanhas dificuldades, ousamos relatar que, num primeiro momento, a função da Justiça do Trabalho, do ponto de vista doutrinário, seria múltiplo, abarcando distintas facetas: (i) teria um papel de conformação ao possibilitar a continuidade do sistema de exploração da mão de obra; mas, também, (ii) num campo preventivo, tem por objetivo impor a observância das normas de direito do trabalho, sob pena de determinação de cumprimento coercitivo; (iii) no campo direto de atuação, cumpre a finalidade de, antes mesmo de desempenhar sua finalidade julgadora, inicialmente garantir o amplo acesso do trabalhador a seus domínios e, a seguir, reequilibrar a assimétrica relação de trabalho, tornando possível o debate litigioso de modo menos desigual e (vi) no campo de reforço simbólico, proporcionar tratamento igualitário, objetivando "desmercadorizar" o valor do trabalho, reconhecendo o trabalhador como verdadeiro sujeito detentor de direitos.

Afastar essa ideia de proteção do trabalhador, inerente à Justiça do Trabalho, significaria, desse modo, desconfigurá-la, retirando o motivo justificador de sua existência, pois justamente a razão de criação desta justiça especializada seria proteger a parte mais frágil de uma relação sabidamente desequilibrada. Sem esse caráter protetivo, a Justiça do Trabalho perderia sua essência, em especial em tempos de tamanha pressão pela objetificação do trabalho humano.

Na busca por tentar compreender como a instituição visualiza e define o próprio papel a ser desempenhado, e considerando, ainda, as dificuldades em se traçar uma resposta uniforme para questão tão complexa, optamos por selecionar a perspectiva apresentada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).[171]

Tal opção se deu em razão da busca por um ente que possa ser considerado efetivo e legítimo representante da categoria. E, considerando tal ponto, verifica-se que a Anamatra atingiu um significativo percentual de filiação, com 98% dos magistrados do trabalho filiados à Associação.

Objetivando, ainda, comprovar a importância da associação, como representante e organizadora dos interesses da categoria, valemo-nos, inicialmente, de um estudo realizado entre 2005 e 2007 que apresentava uma extensa pesquisa na qual se pretendia construir um relatório que definisse o "perfil sociológico dos juízes, assim como registrar suas percepções sobre a carreira e o papel desempenhado por sua instituição na sociedade brasileira".[172]

No relatório, os pesquisadores, concluíram que, apesar das singulares histórias de vida e construções pessoais diversificadas de narrativas de trabalho, ainda assim seria possível identificar uma identidade coletiva bastante expressiva e marcante, reconhecendo-se a Anamatra como importante porta-voz do coletivo de magistrados de todas as instâncias, sendo a principal responsável pela transmissão dos ideais e interesses da categoria:

> Pode-se dizer que, a despeito da heterogeneidade marcante da origem social dos juízes do trabalho, o vigoroso associativismo da categoria tem contribuído para consolidar uma identidade coletiva, disseminando valores e linguagem em comum, partilhados por eles. A Anamatra é hoje reconhecida como porta-voz importante do coletivo de juízes do trabalho na relação com o TST e o Conselho Nacional da Justiça do Trabalho, bem como com os demais poderes. Sediada em Brasília, desenvolveu uma rede estruturada nacionalmente, compreendendo as 24 Amatras regionais, e mantém diálogo permanente com associações semelhantes, especialmente com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). (MOREL PESSANHA, 2007, p. 106).

---

[171] De acordo com o site oficial, "a Anamatra foi fundada em 28 de setembro de 1976, em São Paulo, durante o Congresso do Instituto Latino Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social" (ANAMATRA, 2017a, não paginado). Para mais sobre a fundação da organização: <https://www.anamatra.org.br/anamatra/historia>.

[172] Em artigo intitulado "A Justiça do Trabalho", Regina Lucia Morel e Elina da Fonte Pessanha (2006) deram prosseguimento às reflexões e ponderações iniciadas com o projeto "História da justiça e dos direitos do trabalho no Brasil", pesquisa interinstitucional (CPDOC/FGV e IFCS-UFRJ), coordenada pelas autoras e pela professora Ângela Maria do Castro Gomes, desenvolvida com apoio do Pronex e de Edital Universal do CNPq. A pesquisa, iniciada em 2005, contou com a participação de 510 magistrados da Justiça do Trabalho (17% do total questionado).

Além de confirmar a legitimidade da associação como representante dos interesses dos magistrados trabalhistas, a pesquisa também revelou a intenção da categoria em manter o protagonismo do Poder Judiciário na consolidação de regimes democráticos e na proteção de direitos sociais.

Embora em muitos pontos ligados à carreira ou a questões relacionadas a direito coletivo existissem opiniões divergentes, havia um consenso com relação à defesa da legislação e ao papel de sua instituição, nesse sentido: "preocupados em resguardar a função social da Justiça do Trabalho, os magistrados defendem a ampliação do acesso a ela, a manutenção de suas características particulares e as medidas que agilizem o processo e a execução das sentenças" (MOREL; PESSANHA, 2007, p. 106).

Na mesma direção, ainda, a pesquisa de 2008 efetuada pela Fundação Economia de Campinas (Fecamp) a pedido da própria Anamatra, que tinha como objetivo identificar a opinião da magistratura do trabalho no Brasil sobre temas contemporâneos, estabelecendo uma "síntese do perfil do magistrado do trabalho, suas condições de trabalho, suas posições em relação às questões centrais do debate nacional, da justiça do trabalho, entre outras" (Anamatra, 2008, p. 1).[173]

Para tal, os magistrados tiveram que responder a questionamentos sobre diversos pontos, divididos em 5 áreas: 1) informações sobre o perfil dos magistrados; 2) condições de trabalho dos magistrados; 3) economia e sociedade; 4) sistema de relações de trabalho; 5) formas de funcionamento do Poder Judiciário (Anamatra, 2008, p. 2).

Se, de um lado, pudemos constatar certo conservadorismo de parcela significativa dos magistrados entrevistados em temas econômicos, sociais e de costumes, e até mesmo resquícios de um afloramento de uma narrativa neoliberal [174] de outro lado, podemos dizer que houve uma avaliação positiva por parte dos magistrados acerca da atuação da Associação na defesa das

---

[173] Por meio de um contrato firmado entre a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e a Fundação Economia de Campinas (Fecamp), em conjunto com a Universidade Estadual de Campinas, o Instituto de Economia e o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), foi apresentado o relatório final intitulado "Trabalho, Justiça e Sociedade: o olhar da Magistratura do Trabalho sobre o Brasil do Século XXI" (Anamatra, 2008), no qual participaram, entre julho e setembro de 2008, 792 magistrados de todas as instâncias, que responderam o questionário encaminhado, representando 20% do universo amostral.

[174] Por exemplo, 63,8% dos magistrados que participaram da pesquisa afirmaram concordar ou concordar em parte que o processo de privatização melhorou o Brasil e deveria ser aprofundado (Quadro 3.17, em ANAMATRA, 2008, p. 29), ou ainda, questionados acerca dos programas de transferência de renda para pobres no Brasil, chamou a atenção o fato de que 26,1% dos magistrados os consideram desnecessários e demagógicos e 6.2% pouco importantes. Muito embora 49,7% dos magistrados considerem tais programas importantes, também os julgam pouco efetivos, enquanto apenas 17% os considerou muito importantes (Gráfico 3.2, em ANAMATRA, 2008, p. 31);

prerrogativas da magistratura, na luta por melhores condições de trabalho dos juízes e, ainda, na defesa de direitos humanos e cidadania, moralidade pública, bem como em sua atuação na manifestação sobre questões políticas nacionais.[175]

Também se verificou, pela resposta da maioria dos magistrados participantes (77%), que o crescimento econômico foi considerado um fator mais relevante para a expansão de empregos, que a flexibilização do mercado de trabalho. [176] Mas em relação à importância da participação do Estado na economia, para resolução de conflitos sociais e incentivo ao crescimento econômico, as respostas ficaram bastante divididas: 22,8% dos magistrados responderam que concordavam com tal afirmação, 32,1% concordavam em parte e 41,8% discordavam da importância do Estado em tais situações (3,2% não souberam opinar).[177]

Todavia a maior parte dos magistrados respondeu concordar (34,2%), ou ao menos concordar em parte (40,8%) com a afirmação de que a política de salário-mínimo, implementada no Governo Lula, significou um avanço para os trabalhadores. De qualquer modo, chama a atenção que 23,2% dos participantes tenham afirmado discordar dessa afirmação, não enxergando, nas medidas de implementação do salário-mínimo, avanços para a classe trabalhadora.[178]

Apesar das contradições constatadas durante a pesquisa de 2008, concluiu-se, também, que o Direito do Trabalho com viés protetor seria fundamental para assegurar dignidade e cidadania aos trabalhadores (87,4% dos magistrados que responderam ao questionário assinalaram tal alternativa), restando certo, ainda, a importância do papel desempenhados pelo Estado na manutenção de direitos trabalhistas (82,3%).[179]

Do mesmo modo, foi possível constatar, em distintos momentos do questionário formulado, preocupação da categoria em manter o amplo acesso ao Poder Judiciário: tanto na visão pela não obrigatoriedade de submissão das demandas às Câmaras de Conciliação Prévia, prevalecendo a compreensão de que o acesso ao Judiciário Trabalhista não pode ser inibido e que a submissão da demanda à CCP deveria ser facultativa,[180] como, também, ao buscarem soluções que agilizem e tornem mais transparente a Justiça do Trabalho.[181]

---

[175] Quadros 5.11 a 5.18 em Anamatra (2008, p. 91-94).
[176] Quadro 3.8 em Anamatra (2008, p. 25).
[177] Quadro 3.11 em Anamatra (2008, p. 26).
[178] Quadro 3.13 em Anamatra (2008, p.27).
[179] Quadros 4.40 e 4.41 em Anamatra (2008, p. 66).
[180] Quadros 4.58 e 4.59 em Anamatra (2008, p. 75).
[181] Quadros 4.6 a 4.14 em Anamatra (2008, p. 83-86).

Cabe refletir, ainda, que as contradições existentes nas respostas aos questionamentos, por vezes conservadoras e, em outros momentos progressistas, acabam por impactar, de certo modo, na forma como se consolidaria, pouco a pouco, o pensamento jurídico trabalhista brasileiro atual, também repleto de dissensos e controvérsias, muitas vezes fruto desse embate de narrativas que constantemente temos chamado à atenção.

Afinal, muitos desses magistrados que participaram da pesquisa realizada em 2008 (já que 53% dos participantes possuíam entre 40 a 59 anos de idade, e 27,5% entre 30 a 39 anos)[182], ainda serão responsáveis pela formação de jurisprudência pós-reforma trabalhista e suas histórias de vida, experiências profissionais, ideologias e desafetos influenciarão, positiva ou negativamente, a forma como interpretarão a racionalidade neoliberal que se embrenha na formação dos novos direitos.

Nesse momento, de tentativa de direcionamento de perspectivas e de união de visões, torna-se cada vez mais importante o papel a ser desempenhado pela Anamatra enquanto instituição que procura representar não apenas o conjunto de princípios caros a seus integrantes, mas também, e principalmente, os rumos a serem tomados diante das encruzilhadas que se apresentam.

Ao traçar seu relato sobre a história da Justiça do Trabalho, sob uma perspectiva bastante pessoal, Augusto César Carvalho reconhece que "o clima institucional reflete sempre e muito a conjuntura econômica, na história da Justiça do Trabalho" (CARVALHO, 2017, p. 87).

Na mesma linha, Fernando Mendes (2020) destaca que as instituições e associações possuem um papel fundamental na produção de política judiciária e na disseminação de opiniões e de interesses jurídicos, mas também extrajudiciais. Reconhecendo a dificuldade de se formar um entendimento consensual, que represente a heterogeneidade do grupo e as diversidades de opiniões, ainda assim o autor vê a apresentação do posicionamento institucional como algo relevante e legítimo, pois permite à sociedade saber qual a posição da instituição sobre determinado tema e o que esperar quando houver a provocação sobre certo assunto.

Ademais, a diretoria da associação é eleita com determinada agenda, dentro de um processo democrático que representa o interesse e os objetivos da maioria votante, a partir das diretrizes vinculadas ao programa que foi escolhido (MENDES, 2020).

Concluímos, com base nesses dados, que é bastante razoável utilizarmos as intenções e interesses relatados pela Anamatra como reflexo da síntese dos pensamentos e ponderações do

[182] Quadro 1.2 em Anamatra (2008, p. 01).

Poder Judiciário trabalhista, pois apesar da possível heterogeneidade de opiniões de cada um dos magistrados que dela participa, a associação – como representante dos seus associados – acaba agrupando intenções e prioridades.

Por esse motivo, utilizaremos os dados contidos no site da Anamatra, em especial as agendas político-institucionais e os cadernos Anamatra na tentativa de compreender como a instituição enxerga seu papel na sociedade e, também, investigar se há alguma influência da racionalidade neoliberal na evolução desse pensamento, no sentido de se extrair algum tipo de alteração na descrição de sua função protetiva. Outro ponto de interesse será analisar a preocupação da associação com a garantia de amplo acesso. Essa identificação é fundamental para que possamos traçar as características de uma jurisprudência de resistência que seria embasada, sobretudo, na ideia de manutenção desse papel de tutela dos direitos trabalhistas, que pretendemos confirmar.

Atualmente, a Anamatra possui cerca de 4 mil associados[183] – e institucionalmente coloca-se como pautada por princípios e regramentos de índole democrática.[184] Em seu estatuto social, consta, no artigo 5º, que a Associação deverá:

> Atuar na defesa dos interesses da sociedade, em especial pela valorização do trabalho humano, pelo respeito à cidadania e pela implementação da justiça social, pugnando pela preservação da moralidade pública, da dignidade da pessoa humana, da independência dos Poderes e dos princípios democráticos. (ANAMATRA, 1976).

Subsiste a preocupação da associação, portanto, em se colocar em consonância com os interesses da sociedade, sendo posta em destaque a luta constante pela valorização do trabalho humano bem como a observância dos princípios democráticos. Essa intenção se reflete nas agendas político-institucionais da entidade, nas quais a Associação pretende repercutir, junto à sociedade, os seus principais posicionamentos, apresentando entendimentos, embates e ações elencados. Constam no site, atualmente, 11 agendas político-institucionais:

---

[183] Também no site, a Anamatra entende ter sido "criada para promover maior aproximação, cooperação e solidariedade entre os juízes do trabalho, defendendo e representando os seus interesses e prerrogativas e lutando pelo crescente prestígio da Justiça do Trabalho, a Anamatra é hoje integrada por cerca de 4.000 magistrados do trabalho de todo o país" (ANAMATRA, 2017b, não paginado). Disponível em <https://www.anamatra.org.br/anamatra/perfil>.

[184] Entendemos isto, pela legitimidade da representação, uma vez que a diretoria é eleita democraticamente, por meio de voto direto e secreto em assembleia geral, a cada dois anos, conforme regras previstas em seu estatuto (ANAMATRA, 1976). Disponível em <https://www.anamatra.org.br/anamatra/estatuto>.

Figura 10: Capas das agendas político-institucionais da Anamatra (2009-2019).



Fonte: site ANAMATRA. Elaborado pela autora a partir de recorte do site da ANAMATRA.

Constam, ainda, três cadernos especiais, editados pela Anamatra, que tratam de enunciados aprovados, referentes à Reforma Trabalhista, dos Congressos Nacionais dos Magistrados do Trabalho entre 1990 e 2014 (Cadernos Conamats) e, também, uma compilação dos principais instrumentos internacionais e de produção da Anamatra em prol dos direitos humanos no campo laboral:[185]

[185] Disponíveis para consulta em: <https://www.anamatra.org.br/publicacoes/cadernos-anamatra>.

Figura 11: Capas dos cadernos Anamatra.



Fonte: Sítio eletrônico da Anamatra. Elaborado pela autora a partir de *print screen* do sítio eletrônico.

Evidencia-se, do estudo das agendas[186], que os questionamentos e debates que são apresentados acabam por refletir as principais inquietações de cada época: enquanto na agenda de 2009, por exemplo, há uma preocupação com: (i) eventuais obstáculos decorrentes do cenário político em razão da crise econômico-financeira de 2008 e (ii) argumentos que "privilegiam exclusivamente o aspecto econômico ou dos interesses corporativos divergentes" (ANAMATRA, 2009, p. 6).

A instituição reconhece, ainda, "sua permanente mudança institucional como resposta às demandas externas e internas que lhes são apresentadas" (ANAMATRA, 2009, p. 11), ao mesmo tempo em que reforça sua firme posição em sentido contrário às tentativas de flexibilização dos direitos dos trabalhadores e em prol da "aprovação de propostas que garantam a efetividade do processo trabalhista" (ANAMATRA, 2009, p. 13).

Em diversos momentos se sobressai a importância de acompanhamento do debate político-legislativo, reconhecendo-se que é no debate público que as ações de redesenho do

[186] Em 2019 as agendas estavam em sua 13ª edição, todavia no site constam apenas as onze últimas edições elaboradas. Disponíveis em: <https://www.anamatra.org.br/publicacoes/agenda-politico-institucional>. Até 23 de fevereiro de 2022 ainda não estavam disponíveis, no site, as agendas de 2020 e de 2021.

marco jurídico-institucional, regulador das relações de trabalho, são delimitadas; e esse ato vai além da observação passiva dos acontecimentos, sugerindo-se: (i) um protagonismo ativo por parte da instituição que teria o dever de se aprimorar constantemente (ANAMATRA, 2010, p. 20); (ii) um Judiciário mais rápido, eficiente, democrático, forte e independente, integrando uma Justiça verdadeiramente cidadã (ANAMATRA, 2011, p. 7); (iii) um ativismo social que pretenda "sempre defender o caráter político do Direito do Trabalho, estabelecido a partir de históricas lutas envolvendo a sociedade" (ANAMATRA, 2013, p. 7) e (iv) o trabalho incessante "em prol de um projeto constitucional para o país, atuando sob as premissas da valorização e proteção ao trabalho e direitos humanos, bem como pela defesa da liberdade e do interesse público" (ANAMATRA 2015, p. 9).

Em 2016, num cenário de crescente crise econômica e política, o tom de alerta ganha maior potência e a Anamatra evidencia a necessidade de apresentar uma voz ativa frente às dificuldades na luta pela conservação dos direitos humanos:

> O país vive uma quadra de dificuldades econômicas e políticas e o momento exige de todos nós a conduta que a Anamatra sempre manteve – voz ativa nas questões que dizem respeito às garantias da Magistratura, mas também nos temas afetos à moralidade pública e à centralidade dos direitos humanos, notadamente os sociais, como valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa. (ANAMATRA, 2016, p. 15).

Na agenda de 2017, lançada um pouco antes da Reforma Trabalhista, consta, expressamente, o compromisso de: (i) manter a luta contra graves questões debatidas no cenário político nacional e (ii) buscar apresentar proteção contra possível retrocesso que viesse a ameaçar direitos sociais (ANAMATRA, 2017c):

> A Anamatra inicia o ano de 2017 com o compromisso de manter sua luta contra as graves questões que têm sido debatidas no cenário político nacional. Desde 1988, ano de promulgação da Constituição Cidadã, não vemos um número tão expressivo de proposições tramitando no Congresso Nacional – muitas delas de autoria do governo federal – que representassem retrocesso e ameaça aos direitos sociais. (ANAMATRA, 2017c, p. 17).

Nessa mesma agenda de 2017, a Anamatra apresenta o Poder Judiciário como garantidor dos direitos fundamentais e das conquistas sociais, além de defensor da dignidade da pessoa humana, dos valores democráticos, da moralidade pública e da independência dos Poderes, salientando que é justamente "em um país tão desigual, com sérias perspectivas de agravamento desse quadro, que o Poder Judiciário assume maior importância" (ANAMATRA, 2017c, p. 17).

Ao apresentar as prioridades para 2018, a instituição inicia seu relato mencionando o necessário embate contra a precarização do direito do trabalho, pela valorização do trabalho humano e em defesa dos direitos e prerrogativas da magistratura. E, novamente, destaca a existência de um ambiente político desfavorável, "que instilou agudo retrocesso social e ameaçou a independência técnica da Magistratura, a integridade do Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho e a própria existência da Justiça do Trabalho" (ANAMATRA, 2018, p. 15).

Fica bastante evidente o posicionamento da instituição com relação à necessidade de manutenção do estado democrático de direito e com relação à indispensabilidade de uma postura ativa, que busque de fato lutar contra a erosão de direitos trabalhistas:

> A Anamatra não tolera a sonegação de direitos trabalhistas, nem tampouco a elisão legislativa das proteções sociais constitucionais, porque compreende que essas e aqueles configuram, na essência, direitos humanos fundamentais de segunda dimensão — quando não de primeira, terceira ou quarta —, que não podem ser liquefeitos nas equações político-econômicas ou nas estratégias corporativas de competividade. Para além disso, a Anamatra afirma diuturnamente a estatura social do Estado de Direito — porque, no campo do trabalho, só há Estado de Direito com o Estado Social respaldado por uma Justiça independente e valorizada —, como afirma a concretização das liberdades (de patrões e empregados) e a densificação dos espaços essenciais para o exercício da cidadania, sobretudo quando atinem à reclamação formal de direitos sociais sonegados, individual ou coletivamente (ANAMATRA, 2018, p. 17).

A agenda de 2019, por sua vez, tampouco esconde sua preocupação com o cenário político, com a necessidade de defesa da própria Justiça do Trabalho e com a preservação do Direito do Trabalho como um direito social, em especial após as transformações ocorridas, pontuando que "se há alguns anos a Anamatra lutava pela ampliação da competência da Justiça do Trabalho, atualmente essa luta está agregada pela defesa de sua permanência como instância judiciária" (ANAMATRA, 2019, p. 25).

Há, assim, um acompanhar institucional acerca das mudanças que acontecem no país e são apresentadas, em cada agenda, de modo bastante expresso, os posicionamentos da justiça do trabalho para cada novo embate ou questionamento apresentado.

Além disso, esse caráter de alerta e de maior combatividade permeia o conteúdo geral das agendas que imediatamente antecederam e sucederam a Reforma Trabalhista de 2017, demonstrando, assim, não apenas um compromisso com a manutenção de princípios protetivos mas também uma preocupação em manter viva a própria instituição diante de ataques orquestrados pelo governo.

Nas agendas anteriores é possível perceber, confirmando muitas proposições teóricas formuladas pela doutrina, que, embora de modo menos acentuado que o momento atual, a justiça do trabalho brasileira sempre precisou reunir esforços para combater as constantes investidas contrárias à sua existência. E, em todas as agendas, sempre houve a confirmação e a ratificação de seu papel na defesa do trabalhador e em prol de um bem comum protetivo e preocupado com a preservação de direitos e garantias sociais.

Na agenda de 2009 constava a busca pela "afirmação de uma concepção de direitos humanos que pressuponha, sobretudo, o igual direito ao trabalho, com oportunidades idênticas em suas intrínsecas relações" (ANAMATRA, 2009, p. 52), sendo lançada, à época, a Campanha pela Efetivação do Direito do Trabalho, em defesa do direito do trabalho e contra todas as tentativas de flexibilização e redução dos direitos dos trabalhadores brasileiros (ANAMATRA, 2009, p. 58). A ação tinha, como foco, resistir às mudanças legislativas sinalizadas nos últimos anos, o reconhecimento do trabalho humano como valor fundamental para a consolidação da cidadania e o combate a fraudes nas relações de trabalho (ANAMATRA, 2009, p. 59).

Além disso, diversas propostas presentes sinalizavam pela confirmação da compreensão de desigualdade de "forças processuais" no embate judicial entre empregado e empregador: assim, por exemplo, a proposta de inversão do ônus probatório em discussões envolvendo insalubridade ou periculosidade, atribuindo ao empregador o dever de demonstrar que propicia aos seus trabalhadores um meio ambiente de seguro e salubre (ANAMATRA, 2009, p. 21); o repúdio ao cooperativismo fraudulento (ANAMATRA, 2009, p. 23) e o combate à terceirização e à precarização das relações trabalhistas (ANAMATRA, 2009, p. 25). E, ao mencionar as possibilidades de aperfeiçoamento da justiça do trabalho, ficou claro o comprometimento institucional com a democracia e com o esforço em se apresentar um judiciário estruturado, dinâmico e capaz de responder de modo célere às demandas submetidas (ANAMATRA, 2009, p. 69).

Ampliar a disciplina de novas tutelas de proteção das relações de trabalho (ANAMATRA, 2010, p. 20); combater "quaisquer dispositivos legais que representem perda de direitos garantidos e vigentes, resultado de lutas históricas" (ANAMATRA, 2010, p. 32) e defender as novas competências da justiça do trabalho, "ampliando-a para abranger todas as relações de trabalho humano" (p. 68), foram alguns dos pontos abordados na Agenda de 2010 e repetidos na Agenda 2011 (ANAMATRA, 2011, p. 35-39) e 2012 (ANAMATRA, 2012, p. 7-44), que também propunha uma luta permanente pela proteção e reafirmação das garantias e prerrogativas do direito do trabalho, um dos pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito no Brasil (ANAMATRA, 2012, p. 7).

Em 2013 são lançadas as ações: Campanha Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado e Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável, pretendendo uma maior aproximação da Justiça do trabalho com a sociedade (ANAMATRA 2013, p. 97-101). Distintos momentos em agendas de diversos anos procuram fomentar a construção de um diálogo social e fortalecer a crença na atuação legítima da instituição na defesa dos direitos trabalhistas.

"É preciso ter em mente que desacreditar o Poder Judiciário e os juízes de uma Nação é o caminho mais curto para o arbítrio de qualquer natureza, seja ele político, social ou econômico, resultando em sérios prejuízos para a cidadania" é o alerta que consta na Agenda de 2014 (ANAMATRA, 2014, p. 14; 2015, p. 11), revelando o contínuo embate travado na preservação da Justiça do Trabalho e de seus agentes.

A pretensão de se proporcionar o amplo acesso ao Poder Judiciário trabalhista permeia praticamente todas as agendas: na agenda de 2009, já se mencionava a preocupação em se atender as demandas judiciais de modo célere e eficaz (ANAMATRA, 2009, p. 41); e, ainda preocupada com os efeitos da Emenda Constitucional 45/2004, pontuou-se que "o próximo passo da Reforma do Judiciário deve estar pautado pelo respeito à democracia interna e externa, prevendo o acesso efetivo à Justiça e a duração razoável do processo" (p. 68); na agenda de 2010, o acesso à Justiça, assim como a duração razoável do processo, são colocados como "pontos sempre atuais na pauta fundamental de discussão para a Magistratura e a Justiça do Trabalho" (ANAMATRA, 2010, p. 12); em 2011, a Associação compromete-se a lutar pela "consolidação de um Judiciário transparente e ético, dotado de mecanismos ágeis e eficientes, capazes de democratizar o acesso à Justiça e garantir a integridade da prestação jurisdicional" (ANAMATRA, 2011, p. 78); a agilidade e efetividade da prestação jurisdicional e o acesso universal à Justiça também estão presentes como temas centrais na Agenda de 2012 (ANAMATRA, 2011, p. 15).

Na agenda de 2012, consta, ainda, a preocupação em se coibir qualquer projeto que tenha a intenção de reduzir o amplo acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, considerando ser esse "a parte menos esclarecida a respeito das suas reais obrigações e garantias estabelecidas pela CLT, ele fica em posição desfavorável quando se celebram acordos entre empregados e empregadores fora do âmbito judicial" (ANAMATRA, 2012, p. 41); apreensão também repetida na agenda 2013 (ANAMATRA, 2013, p. 58) que novamente vem reafirmar o compromisso institucional com a busca pela democratização do acesso à Justiça e a garantia de integridade da prestação jurisdicional (ANAMATRA, 2013, p.11-14; 2014, p. 13-38). Na agenda 2015, ao tratar de democracia associativa e Poder Judiciário, consta a menção a se propiciar o debate acerca dos "modos de acesso ao Poder Judiciário, defendendo valores da

ética, do tratamento paritário e da democracia" (ANAMATRA 2015, p. 11); em 2016 a instituição destaca o seu papel como "garantidor dos direitos fundamentais", declarando a não admissão de quaisquer retrocessos em face de conquistas sociais (ANAMATRA 2016, p. 15); nas agendas de 2017 e 2018 também consta essa busca em preservar o amplo acesso (ANAMATRA 2017, p. 40; 2018, p. 36).

E assim, sucessivamente, até a última agenda, de 2019, na qual consta que "a defesa da Justiça e do Direito do Trabalho será, portanto, e de forma mais ampla, o pilar das ações da Anamatra" (ANAMATRA, 2019, p. 21).

Na mesma linha protetiva, há o compilado de posicionamentos previstos nos Cadernos do Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho,[187] que, desde sua primeira edição, em 1990, já estabelecia a indispensabilidade de uma visão constitucional de todo o regramento legal, ao apontar que "uma nova constituição estabelece novo fundamento para a ordem jurídica. Assim, a leitura das leis anteriores e das supervenientes deve ser feita sob a óptica da nova Constituição" (ANAMATRA, 2015, p. 10); que, em 1991, estipulava, como primeiro princípio geral do direito processual do trabalho, o princípio tutelar, restando expressamente rejeitada a proposta que pretendia aplicar às normativas trabalhistas o princípio da igualdade formal das partes (ANAMATRA, 2015, p. 16); apregoando, em 1993, a luta pela efetivação dos direitos sociais e a defesa da carta constitucional (ANAMATRA, 2015, p. 32) bem como o combate a qualquer tipo de flexibilização:

> Num país como o Brasil, com imensas desigualdades sociais, é inadequado falar-se na flexibilização do Direito do Trabalho. O Estado deve estar presente nas relações de trabalho, considerando o princípio tutelar que informa tal ramo do Direito, postulado este que não foi abandonado mesmo em países onde já se atingiu um significativo bem-estar social da população, onde as desigualdades sociais não são tão profundas (ANAMATRA, 2015, p. 32)

No mesmo Conamat de 1993 constava, ainda, como imposição, a "reafirmação dos princípios gerais do Direito e dos princípios constitucionais como norteadores do ato de julgar" (ANAMATRA, 2015, p. 37) e a intenção sempre presente de se facilitar o acesso ao judiciário como algo fundamental ao processo democrático, estipulando "procedimentos tais como inexigibilidade de pagamento prévio de custas e emolumentos para a prática de qualquer ato processual, sem prejuízo da sucumbência" (ANAMATRA, 2015, p. 38); outra forma de

[187] As atas das edições do Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho, de 1990 a 2014, foram publicadas juntas, em 2015, pela Anamatra. Em razão disto, nas referências a seguir, apesar de nos referirmos a anos diferentes, a menção será a esse compilado, designado como "Anamatra (2015)". Eventuais diferenciações dos anos serão explicitadas no texto, quando necessário.

assegurar o alcance do jurisdicionado foi a utilização dos meios de comunicação como meio de informar a população acerca da atividade jurisdicional, objetivando, também, o cumprimento espontâneo da legislação, como observado no Conamat 1994 (ANAMATRA, 2015, p. 44). No Conamat de 1994 foram estipuladas, ainda, relevantes diretrizes acerca da forma de atuação do judiciário e sua relação com a sociedade, constando a imposição de uma participação dialógica, ativa, prestativa e participativa, voltada a solucionar os problemas sociais apresentados de modo eficaz e célere, condenando-se, ainda, silêncios e falsas neutralidades:

> Tese 1) O juiz, membro da coletividade, há de estar em constante envolvimento com a sociedade, pronto a perceber suas angústias e propostas, participando ativamente de seu debate e colaborando em sua transformação.
> Tese 2) O Poder Judiciário deve participar, enquanto instituição, do debate social, de forma transparente, posicionando-se, inclusive, quanto às suas próprias mazelas em face à sociedade, ocupando os espaços necessários nos meios de comunicação de massa.
> Tese 3) O Poder Judiciário não pode se omitir na resposta às questões postas pela sociedade, enquanto poder que é, e, para tanto, impõe-se, assuma atitudes pertinentes a um efetivo exercício do poder, utilizando-se do mesmo instrumental praticado pelos demais Poderes.
> Tese 4) Todo cidadão tem direito à prestação jurisdicional, com direito ao contraditório, ao devido processo legal, ao juiz natural e sem dilações probatórias indevidas, respondendo o Estado pela demora, quando injustificada.
> Tese 5) O Poder Judiciário manterá constante diálogo com a população, tendo-se os pronunciamentos jurisdicionais, e os demais atos processuais, como instrumentos deste diálogo, impondo-se o abandono do hermetismo pseudo-técnico e acientífico. A sentença será tomada como ato pedagógico e, por isto mesmo, pronunciada de forma a, mantida a técnica própria da ciência jurídica, servir como meio de comunicação.
> Tese 6) Cumpre ao Poder Judiciário abandonar a hipocrisia do silêncio e a aparente neutralidade das leis para que possa a sociedade posicionar-se em face à sua atividade.
> Tese 7) Patrocinará o Poder Judiciário o estabelecimento de fórmulas alternativas de composição dos conflitos (ANAMATRA, 2015, p. 50).

Nas teses estabelecidas em 1995 constaram os primeiros relatos de apreensão acerca da globalização e da desregulamentação (ANAMATRA, 2015, p. 57) bem como novas ações no sentido de se trazer maior efetividade à atuação jurisdicional, para o fortalecimento de uma Justiça do Trabalho "respeitada e considerada por toda a sociedade como um fator decisivo na relação trabalho e capital (e não, como infelizmente é hoje encarada, ou seja, um incômodo menor, para as empresas, ou fonte de pequeno ganho em futuro incerto, pelos desempregados)" (ANAMATRA, 2015, p. 59); em 1996 (VIII Conamat) surge a primeira menção ao pensamento neoliberal, justamente na forma de alerta direcionado aos magistrados: "os juízes devem assumir uma postura crítica em relação ao ideário neoliberal, denunciando suas falhas e contradições" (ANAMATRA, 2015, p. 67), sendo mencionada a defesa do direito do trabalho como único modo de proteção dos empregados "frente aos novos rumos da economia, em face

da teoria da 'globalização', marcadamente como fator de valorização do trabalho humano" (ANAMATRA, 2015, p. 68).

O enaltecimento do trabalho humano e a desconfiança com relação aos anseios flexibilizantes característicos no pensamento neoliberal estiveram presente em diversos outros debates, assim como o esforço em se garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário trabalhista circundou o discurso institucional nas décadas e congressos que se seguiram, nos seguintes termos: (i) reafirmação de repúdio à chamada política neoliberal que, afastando o Estado de questões relevantes, só faz aumentar a exclusão social, conforme VIII Conamat (ANAMATRA, 2015, p. 94); (ii) preocupação com a criação de meios de comunicação alternativos que possibilitem aos agentes sociais marginalizados o amplo acesso ao Poder Judiciário, conforme IX Conamat (ANAMATRA, 2015, p. 99); (iii) alerta acerca das características gerais de desenvolvimento do capitalismo no contexto da mundialização e da tendência hegemônica de matriz conservadora (denominada neoliberalismo) de acentuarem e até radicalizarem o poder do capital sobre o trabalho, conforme IX Conamat, (ANAMATRA, 2015, p. 102); (vi) apreensão com relação às forças da ordem neoliberal que buscariam aviltar o Poder Judiciário, que resiste na defesa da soberania e dos direitos e garantias fundamentais do cidadão. Neste cenário, insere-se a malograda tentativa de extinção de Justiça do Trabalho que atenderia ao objetivo de despir o trabalho dos direitos sociais, e o trabalhador da garantia de sua efetivação, conforme X Conamat, (ANAMATRA, 2015, p. 110); (v) busca pelo amplo acesso à Justiça e formas de assegurar instrumentos que tomem mais célere e eficaz a prestação jurisdicional, conforme X Conamat, (ANAMATRA, 2015, p. 111); (vi) a reafirmação da necessidade de democratização plena do Poder Judiciário e do acesso à Justiça como condição indispensável à realização do Estado de Direito, conforme XI Conamat (ANAMATRA, 2015, p. 122); (vii) busca por garantir melhor acesso ao jurisdicionado por meio da proposição da criação de turmas, câmaras regionais ou centros itinerantes, conforme XVI Conamat (ANAMATRA, 2015, p. 211); (viii) criação do programa TJC – Trabalho, Justiça e Cidadania – aproximando o magistrado da sociedade, ampliando o acesso à Justiça e estimulando o trabalho decente, conforme XVII Conamat, (ANAMATRA, 2015, p. 243) e (ix) atenção com relação aos instrumentos de cunho neoliberal vilipendiam garantias judiciais, conforme XVI Conamat (ANAMATRA, 2015, p. 250).

No encerramento do XI Conamat, ainda, em 13 de junho de 2016, 20 dos 27 ministros do TST assinaram um manifesto buscando uma atuação mais ativa do Poder Judiciário Trabalhista na luta pela preservação dos direitos sociais trabalhistas, destacando o momento de crise política, econômica e ética vivenciado (DOCUMENTO EM DEFESA..., 2016).

Destacaram, ainda, que o Direito do Trabalho seria um importante instrumento de inclusão social e de valorização do trabalho humano, e que não seria tolerável omissão ao observarmos medidas que visam desconstruir sua essência, atacando, de diversos modos, a instituição que teria como papel resguardar esses direitos fundamentais:

> (...) muitos aproveitam a fragilidade em que são jogados os trabalhadores em tempos de crise para desconstruir direitos, desregulamentar a legislação trabalhista, possibilitar a dispensa em massa, reduzir benefícios sociais, terceirizar e mitigar a responsabilidade social das empresas. Por desconhecimento ou outros interesses, a negociação entre sindicatos, empresas e empregados é utilizada com o objetivo de precarizar o trabalho, deturpando seu sentido primordial e internacionalmente reconhecido, consagrado no caput do artigo 7º da Constituição da República, que é o de ampliar e melhorar as condições de trabalho (...) o papel da Justiça do Trabalho, por sua vez, ganha relevância nos momentos de crise em que a efetivação dos direitos de caráter alimentar é premente e inadiável. Uma coisa é falar de trabalho decente, outra coisa é garanti-lo em cada município e região de nosso País. " (DOCUMENTO EM DEFESA..., 2016, p. 2).

É perceptível, nos cadernos e no documento de defesa apresentado, uma preocupação crescente da instituição com os rumos das políticas públicas que estão sendo tomadas e impactam, diretamente, na desconstrução de direitos e na violação de garantias constitucionais.

No Caderno de Direitos Humanos há a consolidação dos principais instrumentos internacionais que tratam dos direitos humanos, em especial aqueles que abordam relações inerentes ao universo do trabalho, em específico as normas jurídicas da OIT e os instrumentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do Tribunal Penal Internacional e a Declaração Sociolaboral do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (ANAMATRA, 2016b, p. 8).

São destacadas as questões relativas ao trabalho escravo, trabalho infantil, igualdade no trabalho, saúde e meio ambiente de trabalho e relações coletivas, indicando a busca da entidade por uma união internacional de esforços acerca dessas questões mais delicadas que envolvem a relação de trabalho.

Por fim, com relação aos enunciados estipulados diretamente em razão da Reforma Trabalhista, a Associação dos Magistrados publicou um caderno específico, com os enunciados discutidos no congresso imediatamente posterior à vigência da lei (ANAMATRA, 2018). Ali constou o posicionamento expresso da entidade no sentido de que a lei federal 13.467/2017 teria trazido aguda insegurança "notadamente pelas dúvidas de constitucionalidade e de convencionalidade de vários de seus preceitos" (ANAMATRA, 2018, p. 7). Em diversos pontos houve novo lembrete acerca da imprescindível interpretação constitucional dos regramentos, restando amplamente censurada qualquer imposição em sentido contrário: "reputa-se autoritária e antirrepublicana toda ação política, midiática, administrativa ou correicional que pretender

imputar ao juiz do Trabalho o "dever" de interpretar a lei federal 13.467/2017 de modo exclusivamente literal/gramatical" (ANAMATRA, 2018, p. 14).

Esse contínuo alerta à observância dos princípios e diretrizes constitucionais, que permeia o discurso institucional, vem para reforçar que a livre iniciativa e o mercado concorrencial não podem ser utilizados como argumento único tanto no momento de criação dos planos governamentais e legislação, como no momento de aplicação da lei. E, especificamente com relação ao segundo momento, a Anamatra ressalva que é função primordial do judiciário trabalhista julgar as relações de trabalho e dizer o direito no caso concreto, "observando o objetivo da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade mais justa e igualitária" (ANAMATRA, 2018, p. 14).

A preocupação com a garantia de amplo acesso do jurisdicionado também se mostra presente, tanto como diretriz no momento de interpretação da lei, ao tecer orientações acerca da análise das alterações legislativas promovidas com a lei 13.467 (ANAMATRA, 2018, p. 14, 36 e 37), como também de modo direto, separando-se comissões de estudos específicas para abordar o acesso à Justiça – "Acesso à justiça e justiça gratuita. Honorários advocatícios. Honorários periciais. Litigância de má-fé e dano processual" (ANAMATRA, 2018, p. 49) e "Reforma Trabalhista: acesso, garantias processuais e efetividade" (ANAMATRA, 2018, p. 73).

O 20º CONAMAT, que abordará o tema "Justiça do Trabalho e proteção social: contemporaneidade e futuro", será realizado no fim de abril de 2022, e também manifesta a contínua preocupação em analisar o trabalho da magistratura e o futuro do papel da Justiça do Trabalho. Elencou, assim, as seguintes comissões e eixos temáticos: (i) Desafios do Direito e do Trabalho Contemporâneo – trabalho em plataformas virtuais; formas de proteção ao trabalho; o futuro do trabalho e o trabalho do futuro e emergências sanitárias e os direitos fundamentais do trabalho; (ii) O Trabalho da Magistratura – gênero e diversidade na magistratura trabalhista; estrutura da Justiça do Trabalho; magistratura e liberdade de expressão e Poder judiciário e jurimetria e (iii) Justiçado Trabalho de hoje e de amanhã – acesso à justiça; valorização da Justiça do Trabalho; a Justiça do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal e meio ambiente do trabalho e sustentabilidade (20º CONAMAT..., 2022, CONAMAT, 2022).[188]

Dessa análise podemos extrair que os conceitos doutrinários acerca de qual seria o papel a ser exercido pela justiça do trabalho convergem com a visão institucional que o próprio Poder

[188] Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/31958-20-conamat-garanta-sua-vaga-no-hotel-oficial-do-evento-ate-esta-sexta-25-2> e ainda: <https://www.anamatra.org.br/conamat>. Acesso em 13 jan. 2022.

Judiciário trabalhista apresenta de si; mesmo com o passar dos anos e com as mudanças político, sociais e econômicas que modificaram significativamente vários discursos e racionalidades, subsiste, na declaração institucional, a intenção não apenas de se garantir o amplo acesso do trabalhador ao judiciário mas, também, de protegê-lo enquanto parte mais frágil na complexa relação entre capital e trabalho, revelando, desde sempre, a preocupação com possíveis retrocessos sociais em face de garantias historicamente conquistadas e com a manutenção de uma visão constitucional na interpretação da lei a ser aplicada, em detrimento de uma visão meramente econômica e mercadológica.

A Associação demonstra, em suas agendas e cadernos, estar acompanhando as alterações de cenário, de modo atento e ativo, inclusive relembrando seus membros associados acerca da necessidade de se proteger o trabalho humano enquanto valor com alto potencial emancipatório frente a interesses de cunho neoliberal. E suas orientações acerca das modificações implementadas com a Reforma Trabalhista também apontam para um necessário cuidado com a aplicação dos novos regramentos, tendo em vista a visão protetiva que circunda a justiça do trabalho.

Temos, entretanto, que essa visão institucional essencialmente protetiva não tem sido compartilhada com os últimos governos, que têm apresentado diretrizes e elaborado estratégias de ação que destoam desse papel que a Justiça do Trabalho tem colocado para si. E essa contraposição acaba ganhando destaque em diversos discursos na sociedade.

De 2016 até a véspera da aprovação da lei 13.467/2017 não eram incomuns publicações que viam a Justiça do Trabalho e as leis trabalhistas como um dos obstáculos ao crescimento econômico do país, como já vimos em pontos anteriores. Apenas para ilustrar o ambiente no período anterior à aprovação da Reforma Trabalhista, destacam-se alguns títulos de artigos publicados na imprensa nacional: "Como acabar com a Justiça do Trabalho antes que ela acabe com o que sobrou do Brasil – se tivermos juízo, desmontaremos logo essa máquina de destruição" (PACHECO, 2017); "Leis trabalhistas e o atraso da nação" (SAUCEDO, 2016); "Acreditar que a CLT garante direitos trabalhistas é ilusionismo" (NARLOCH, 2017).

Em maio de 2017, o então presidente Michel Temer defendia que a Reforma Trabalhista a ser aprovada representaria um marco histórico como medida para modernizar a legislação e "trazer mais harmonia na relação de trabalho, reduzindo o número de ações na Justiça" (PONTES, 2017).

Subsistia, portanto, o discurso no sentido de que reduzir o número de ações ajuizadas pelos trabalhadores implicaria em trazer mais harmonia à relação de trabalho, argumento bastante ilógico ao simplesmente ignorar as infrações e violações aos regramentos trabalhistas

que simplesmente continuavam acontecendo, independentemente da queda no ajuizamento das reclamatórias. Todavia tal argumento permanecia e era repetido em todas as oportunidades possíveis, tanto que, na posse do novo ministro do Trabalho, em 2018, Temer novamente defendeu a Reforma Trabalhista levada adiante durante sua gestão e disse que "a modernização das leis trabalhistas trouxe o Brasil para o século 21, reduziu litígios trabalhistas e estimulou contratações" (AQUINO; CAMPOS, 2018, não paginado).

Essa reação desfavorável à atuação do Poder Judiciário trabalhista foi inclusive observada pela Anamatra que, em seu caderno tratando dos enunciados aprovados na XIX Congresso Conamat (2018), relativos à Reforma Trabalhista, teceu a seguinte consideração:

> Após a publicação dos respectivos enunciados, porém, houve uma inesperada reação de certos segmentos sociais. Veículos da grande imprensa chegaram a utilizar as mais descabidas expressões para qualificar o colóquio, equiparando-o a "boicotes", "sabotagens" ou "guerrilhas", como se os operadores do Direito e do Processo do Trabalho não pudessem discutir criticamente as novas dimensões do seu principal instrumento. Aleivosias, enfim, não faltaram. Como tampouco faltou altivez à Magistratura do Trabalho. Bem se soube lutar pela independência técnica dos juízes trabalhistas e pela sua liberdade de expressão — ambas, afinal, pilares do próprio Estado Democrático de Direito (ANAMATRA, 2018, p. 8).

Desde o início de seu governo, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro não poupou palavras contra a atuação da justiça trabalhista brasileira. Em sua primeira entrevista concedida, como já apontamos, falou em "excesso de proteção" e no estudo de uma proposta que buscaria extinguir esse ramo especializado do Poder Judiciário (JAIR..., 2018).

A extinção da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho passou a ser o objetivo de uma proposta de emenda à constituição organizada por Paulo Eduardo Martins, deputado federal pelo PSC/PR (SAKAMOTOb, 2019).

A pandemia foi ainda utilizada como argumento para que novas medidas flexibilizatórias fossem implementadas e novos ataques à legislação trabalhista fossem reforçados (RESENDE, 2021) e, mesmo nesse momento de crise pandêmica, não cessou o discurso governista pela necessidade de se implementar uma nova Reforma Trabalhista e sindical (RESENDE; CASTANHO, 2020).

Novamente, em junho de 2021, Bolsonaro voltou a se manifestar, exaltando as dificuldades em "ser patrão" no Brasil, e criticando direitos trabalhistas, que "infelizmente estariam protegidos pela Constituição" (OTTA, 2021, não paginado).

Temos, desse modo, a promoção continuada de um processo que busca o esvaziamento da tutela protetiva trabalhista como projeto político declarado, que, por meio de argumentos neoliberais falaciosos – que desconsideram a realidade da relação contratual de labor –

pretendem inclusive trazer obstáculos para o exercício do amplo acesso ao Poder Judiciário, como se tal fator pudesse produzir algum tipo de harmonia ou de estabilização social.

Ganha destaque, em especial, quando a narrativa de "excesso de proteção" é promovida por quem, em tese, deveria buscar encampar justamente o fortalecimento desse papel de tutela.

O então presidente do TST, Ministro Ives Gandra Filho, em entrevista realizada em 2016, por exemplo, declarou que a Justiça do Trabalho continuava sendo muito paternalista e que tal forma de atuação seria pouco interessante, em especial em momentos de crise econômica: "quanto mais paternalista, principalmente em época de crise econômica, menos você contribui para superá-la. A nossa Constituição prevê a flexibilização de direitos em crise econômica" (JUSTIÇA..., 2016, não paginado),[189] consolidando, desse modo, as críticas apresentadas pela agenda neoliberal que possibilitaram a reforma precarizadora de direitos de 2017.[190]

Revelou-se crescente o discurso no sentido de que o Judiciário Trabalhista seria excessivamente protetivo ou, ainda, que haveria excesso de judicialização, em especial dentro desse contexto de profundas mudanças nas relações de trabalho decorrentes da racionalidade neoliberal que se impõe, em especial a partir da crise de 2008.

Justamente esse ambiente é que aquece o debate que, posteriormente, permite a concretização da Reforma Trabalhista de 2017: com a intenção de se desregular as relações de labor, precarizando-as e flexibilizando-as ainda mais, é que são desenvolvidos obstáculos que buscam (i) inviabilizar o acesso à Justiça e (ii) restringir a atuação do Poder Judiciário (MACHADO, 2019).

Tais alterações promoveriam "uma inflexão profunda no modelo de base de amplo acesso à jurisdição do trabalho no Brasil, com o potencial para reconfigurar a judicialização do conflito do trabalho pelos tribunais do trabalho e deformar o sentido da Justiça do Trabalho" (MACHADO, 2019, p. 256). E são justamente essas modificações que analisaremos com mais detalhes no próximo ponto, buscando refletir sobre a forma de construção do direito do trabalho nesse momento precarizante de ataques e de intensas tentativas de descrédito e de deslegitimação do Poder Judiciário trabalhista.

---

[189] E continua: "é como se quisesse revogar a lei da gravidade por decreto, revogar a lei do mercado. Você vai quebrar a cara. Se você pegar algumas ações, não tem condição, a gente dá de mão beijada R$ 1 milhão para um trabalhador, que se trabalhasse a vida toda não ia ganhar aquilo" (JUSTIÇA..., 2016, não paginado).

[190] Alguns autores apontam tamanha desregulamentação e precarização nas alterações implementadas com a Reforma Trabalhista de 2017 que optam por chamá-la de "contrarreforma", para "expressar o retrocesso na regulação social do trabalho provocado pelas mudanças institucionais aprovadas pelo governo" (KREIN, 2017, p. 78).

3.3 SOCIEDADE DE AUSTERIDADE E DIREITO DE EXCEÇÃO

Traçado um cenário geral acerca da dimensão alcançada pelas modificações impostas pelo processo de globalização financeira dos mercados; observado como as pressões externas sobre os estados exigiram o desenvolvimento de uma agenda de medidas de desestruturação e precarização do mercado de trabalho que culminou com o surgimento da assim chamada sociedade de austeridade; investigado como o processo de "austerização" da sociedade, e de modo mais específico, das relações trabalhistas, envolveu uma política nacional governamental que optou por difundir uma mensagem de temor, de urgência e de inexistência de outras soluções e, por fim, uma vez constatado que a Reforma Trabalhista brasileira ocorreu dentro desse cenário e trazendo em seu bojo diversas das características típicas desse contexto neoliberal austerizador, passa-se a investigar alguns dos efeitos dessas opções no momento brasileiro pós-reforma.

Buscamos analisar, agora, quais os possíveis efeitos desse panorama na atuação do Poder Judiciário Trabalhista brasileiro, em especial após constatarmos que existe uma preocupação institucional em se preservar a base principiológica protetiva, definidora do papel histórico que até agora vinha sendo desempenhado pela Justiça do Trabalho. Nesse momento estabeleceremos as bases teóricas dessas possíveis respostas do Poder Judiciário para, nos capítulos vindouros, aplicarmos esses conceitos na análise dos acórdãos do TRT/PR.

Vimos, inicialmente, que há uma certa ameaça no sentido de que seria necessária uma modificação de entendimento no Poder Judiciário Trabalhista, ao mesmo tempo em que cresce o discurso que prega a extinção da Justiça do Trabalho e das regras trabalhistas. Essa narrativa, também permeada de elementos de austeridade, apresenta duas previsões possíveis: (i) os Juízes do Trabalho estariam reconhecendo muitas lesões a direitos trabalhistas e, por aplicarem a legislação de proteção social, determinarão seu próprio fim ou (ii) os Juízes do Trabalho, ao resistirem à aplicação da lei, provocarão a extinção da Justiça do Trabalho (SEVERO, 2017).

Esse discurso, segundo Valdete Souto Severo (2017), estaria crescendo inclusive entre certa parcela de magistrados da Justiça do Trabalho que estaria reproduzindo a ideia de que seriam, enquanto instituição, seus próprios algozes. A autora enxerga ainda, nessa narrativa, muitas afirmações sem base empírica e nos convida a refletir sobre o "não dito", contido nessas falas.

> A afirmação de que os Juízes e Juízas do Trabalho deferem direitos demais (que, aliás, também aparece na exposição de motivos da Lei que promove grave corte orçamentário em desfavor da Justiça do Trabalho em 2016) não tem base empírica. E nos leva a refletir sobre o "não dito" contido nessa afirmação. Ou os Juízes e Juízas estão prevaricando, deferindo direitos sem qualquer fundamentação, e aí o

> pressuposto é o de que em todos os graus de jurisdição existe um verdadeiro conluio para que direitos inexistentes sejam deferidos aos trabalhadores e trabalhadoras, e nada confirma isso. Aliás, trata-se de afirmação de extrema gravidade, que compromete a idoneidade de todos aqueles que atuam na Justiça do Trabalho e que por isso mesmo deve ser seriamente rechaçada, não apenas pelas associações de classe, mas sobretudo pela própria instituição. Ou os Juízes e Juízas estão deferindo direitos porque existe realmente uma sistemática inobservância das normas trabalhistas na prática das relações sociais de trabalho. (SEVERO, 2017, sem paginação).

Haveria a intenção, na racionalidade neoliberal, de se propagar para além das medidas políticas e econômicas, infiltrando-se inclusive na forma como pensamos a aplicação do direito, contaminando, de tal modo, o conteúdo decisório jurídico, a ponto de desvirtuar o direito e o processo do trabalho, desconfigurando-os por completo.

Como pontuado por António Casimiro Ferreira (2012), a sociedade de austeridade acaba por estipular uma forma de produção do poder e do direito que tem por fonte "a combinação estratégica entre atores governamentais e atores não-governamentais com o objetivo de implementar, ou mesmo institucionalizar, o modelo de austeridade utilitarista"[191].

E, alimentando-se da vulnerabilidade, do medo e da descrença nas instituições políticas e, ao mesmo tempo, acentuando essas vulnerabilidades, a sociedade de austeridade cria um sistema de retroalimentação baseado na falta de amparo e na suposta inexistência de alternativas possíveis, de modo a inviabilizar a concretização de políticas de proteção social coletivas (DUTRA, 2020).

A crise econômica – apoiada na "suposta neutralidade desse tecnicismo econômico" - serviria para produzir e estimular narrativas, transportar emoções e "impingir medos e sentimentos, entre eles a pressão e a urgência de reverter a recessão econômica", de modo a viabilizar o discurso de que a confiança do mercado só seria retomada através de sacrifícios no campo dos direitos sociais (GUERRA, 2021, p. 1159).

---

[191]Continua o autor: "nas democracias modernas, os organismos não eleitos tomam muitas das decisões que afetam a vida das pessoas, solucionando conflitos de interesses fraturantes da sociedade, resolvendo disputas sobre a alocação de recursos, efetuando julgamentos éticos relativos a áreas política e culturalmente sensíveis da sociedade. O exemplo da Grécia e da Itália, onde os governos foram forçados a demitir-se para dar lugar a novos governos de caráter tecnocrático à margem de qualquer processo eleitoral, é muito demonstrativo da força dos não eleitos: um mundo constituído por variadas expressões que incluem mercados, organizações financeiras internacionais, bancos centrais, agências de regulação, agências de rating, etc." (FERREIRA, 2011, p.118).

Absorvida pela racionalidade neoliberal, a narrativa de austeridade pode produzir distintos efeitos, como também já observamos: pode impor cortes de custos, prejudicando benefícios sociais, estimular privatizações, incentivar a falácia da meritocracia e da competitividade, além de criar subjetividades alinhadas ao capital. Dentre tantos efeitos interessa-nos, em especial, sua capacidade de infiltrar-se nos mais diversos mecanismos institucionais, desvirtuando papéis e alterando funções. Nessa linha, o processo de austerização desenvolve um instrumento que, ao mesmo tempo em que o fortalece, é por ele fortalecido: o direito de exceção.

Ou ainda, como observa Rodrigo Carelli, haveria, nesse novo panorama, a busca por "criar um novo juiz do trabalho, sob a ameaça da extinção do ramo especial, com a introjeção a fórceps da razão neoliberal, tornando-o uma espécie de automóvel "crossover" em que se tenta dar outro fim a uma estrutura pensada com objetivo definido" (CARELLI, 2021, p. 388), de modo que, para o autor, teríamos, como opção ofertada pela racionalidade neoliberal, duas soluções bastante assustadoras: ou a Justiça do Trabalho se adapta às novas exigências mercadológicas, produzindo um direito que assegure os interesses do capital e a estruturação da competição, sob a ótica da a argumentação jurídica neoliberal, ou a Justiça do Trabalho caminha para sua extinção, caso insista no acolhimento das demandas dos trabalhadores.

O direito passa a ser orientado por regras próprias que possuem como intenção especial garantir os padrões do capitalismo financeiro como gestor geral das relações humanas, naturalizando a ideia de que a disputa entre direitos trabalhistas ocorre entre iguais ou entre pessoas que tenham um mesmo acesso aos meios; passa a se apresentar como uma fórmula para eliminar o conflito das relações laborais, ignorando, todavia, que a própria dinâmica histórica do direito do trabalho traz em seu bojo a proteção do trabalhador justamente para autorizar e proporcionar o embate. É por meio do embate que se torna possível a conquista de novos patamares de direitos mínimos.

Passa-se a ignorar que a possibilidade de se permitir a discussão de direitos por meio de regras que consideram a peculiaridade da desigual relação capital e trabalho é que tornam essas regras tão especiais.

> Considere-se que no atual momento as reformas da legislação pretendem inscrever no direito do trabalho algo de essencialmente exterior a ele, ou seja, nada menos que a eliminação de sua identidade político-jurídica, em troca de financiamento externo. O direito do trabalho tornou-se, assim, num produto de mercado utilizado como caução do apoio externo. (FERREIRA, 2012, p. 43).

A excecionalidade deste direito reside justamente no processo de "austerização" suportado por uma racionalidade instrumental e de cálculo custo-benefício, a qual "liquidifica e fragiliza os obstáculos colocados pelo direito até então vigente" (FERREIRA, 2012, p. 130).

Dentro desse processo temos uma verdadeira inversão de valores: o Poder Judiciário que deveria buscar preservar e proteger direitos e garantias fundamentais, impactado pelos efeitos do discurso neoliberal, acaba por alterar sua racionalidade e, em sua esfera de atuação trabalhista, passa a ignorar sua essência protetiva, passando a considerar o contrato de trabalho apenas mais um tipo comum de contrato, desconsiderando suas características específicas.

Ou, como bem explicita Roberta Freitas Guerra (2021), ao analisar a reforma trabalhista de 2017, há uma verdadeira aposta no cooptação do Poder Judiciário para dentro dessa nova narrativa, ao supostamente endossar, por meio de suas decisões judiciais, um direito do trabalho que tem como intuito retirar direitos do trabalhador:

> É por isso que, além de alinhada à crise e à austeridade, a reforma trabalhista de 2017 também pode ser compreendida como uma espécie de normatividade de exceção, sendo ela fruto de um excepcionalismo que, por mais paradoxal que possa parecer, aposta na juridificação, positivação e mobilização do direito para desestabilizar o próprio direito e, assim, às custas do enfraquecimento dos direitos fundamentais sociais, transformar em poder político os interesses especulativos dos mercados financeiros. Dito de outro modo, perante a tensão entre os direitos fundamentais sociais e os mercados financeiros, o direito de exceção austeritário deliberadamente opta pelos últimos (GUERRA, 2021, p. 1.160).

Renata Dutra (2020) destaca, nessa linha, 3 elementos caracterizadores do fenômeno do Direito do Trabalho de Exceção: (i) a afirmação do direito do trabalho como mercadoria, de modo que o conjunto jurídico de normas de cada Estado passa a ser tratado como artigo a ser oferecido no mercado internacional, como forma de se concorrer a investimentos. O direito se sujeita à concorrência como se estivéssemos num mercado jurídico; (ii) o fortalecimento da ideia de neo-contratualismo, que prevê a extinção da proteção ao contrato de trabalho "regular" e o fim do binômio trabalho subordinado x trabalho autônomo. São disponibilizadas formas híbridas de trabalho, com a intenção de burlar sua fiscalização e regulamentação: cria-se uma "balcanização das formas de emprego", no sentido de uma promoção que prevê a supremacia do contrato sobre um estatuto maior que poderia proteger os trabalhadores e (iii) a naturalização de práticas até então consideradas ilegais, numa mudança de cenário neoliberal para o avanço de uma sociedade de austeridade. Se o neoliberalismo é pautado no descumprimento em massa do cumprimento de direitos, a sociedade de austeridade, por meio do Direito do Trabalho de Exceção, faz o ilegal se tornar prática, padrão normal, promovendo a naturalização do

descumprimento da lei inclusive em decorrência da ausência de uma reação, o que origina essa direito do trabalho subversivo (a falta de efetividade dos direito do trabalho como um padrão de dominação e a combinação da aplicação e não aplicação das regras de modo seletivo). (DUTRA, 2020).

O direito de exceção nasce, assim, da institucionalização desse direito subversivo e da redução da dissonância desse conflito de expectativas – a violação se torna regra, a ilegalidade se torna a normalidade; é um precipitado retórico e jurídico da crise como estratégia política de transformação liberal da sociedade (FERREIRA; PUREZA, 2014).

A Reforma Trabalhista de 2017 acaba representando, desse modo, um exemplo muito próximo de institucionalização dessa prática do direito subversivo, que prevê a redução da função protetiva do direito do trabalho, pela afirmação de uma função conservadora do direito, em especial pela reorganização do poder na esfera laboral, promovendo um processo de individualização e descoletivização das relações trabalhistas que contribui com a desfiguração do direito do trabalho e a ampliação da vulnerabilidade social (DUTRA, 2020).

O intuito dessa reestruturação funcional do direito do trabalho – e, por consequência, da Justiça do Trabalho – seria, justamente, questionar o "primado da lei protetora". Isso porque o enaltecimento desse caráter tutelar implica em reconhecer que ele existiria especialmente para dificultar a ação das flutuações conjunturais ou particularismos setoriais sobre as condições de trabalho (FERNANDES, 2018). Os regramentos trabalhistas funcionariam como entrave para modificações de realidades econômicas, tecnológicas, sociais e políticas, protegendo direitos sociais das instabilidades em distintos planos.

Nessa linha original, o Direito do Trabalho teria um papel de equilibrar os sujeitos da relação de trabalho, apesar das flutuações conjunturais, mas, apropriado pela racionalidade neoliberal, o Direito do Trabalho passa a atuar como conformador, compatibilizando a relação de trabalho de acordo com os interesses das articulações econômicas internacionais (FERNANDES, 2018).

Para além da esfera da criação de uma legislação conivente com políticas de austeridade, há também a aplicação dessa legislação de forma cúmplice, tornando o Poder Judiciário um agente participante na concretização dessa agenda neoliberal, estendendo os efeitos dessa prática e, desse modo, prejudicando ainda mais as partes mais vulneráveis.

Se, usualmente, o direito deve atuar de modo a operar com uma seleção de identidades que reputa devam ser protegidas em razão de suas características singulares, o projeto neoliberal de anular algumas dessas identidades demonstra uma eleição de interesses dentro de um cenário de disputas de poder e os questionamentos que surgem, dentro desse projeto de anulação de

identidades, são (i) como manter a proteção sobre essas identidades mais frágeis, dentro desse cenário de austeridade e (ii) como resgatar a confiança dos trabalhadores no direito do trabalho e no próprio Poder Judiciário? (GUALBERTO, 2020).

O Direito do Trabalho de Exceção viria para reconfigurar o poder nas relações de trabalho de modo que não mais subsistiria a preocupação, a partir desse pensamento, em se assegurar condições de reação para os trabalhadores. Interesses democráticos passam a ser revistos sob uma nova ótica, processos contraditórios de legislação são apresentados e interpretados com base nesse novo paradigma reestruturador e a base de proteção, que permeia o direito laboral, acaba sendo apagada.

Um paralelo possível, ainda, seria pensar o Direito de Exceção a partir do conceito de Estado de Exceção, de Giorgio Agamben (2004). O autor constata, em sua pesquisa, que um dispositivo antes utilizado provisoriamente para, em situações de extremo perigo, suspender o ordenamento jurídico vigente, abolindo certas garantias e direitos individuais em prol de uma solução mais rápida para esse específico momento de crise, passa cada vez mais a ser utilizado, pelos governos modernos, como ferramenta política e técnica governamental; dentro desse quadro prevalece, no estado de exceção, um estado vazio de direitos, uma zona de anomia que desorganiza princípios democráticos e reorganiza estruturas – inclusive judiciais – de acordo com interesses próprios, transmutando-se de acordo com essas circunstâncias. A exceção torna-se ferramenta e técnica de controle de movimentos e grupos sociais, excluindo-lhes o direito a ter direitos.

Para Estrela (2020), seria na fissura entre a ordem democrática e o neoliberalismo que irromperia o estado de exceção, não somente na sua acepção clássica, compreendida como o momento no qual as regras jurídicas são suspensas para o enfrentamento de uma situação de perigo, mas também na profunda modificação de sistemas jurídicos diante de perigos supostamente duráveis. Assim, se no estudo de Agamben (2004) o perigo do terrorismo serviria para justificar medidas de violação de direitos aplicadas pelo governo norte-americano contra certos grupos, para Estrela o perigo do desemprego e da crise econômica serviriam para justificar, no Brasil, a implementação de medidas de austeridade, restringindo garantias sociais e excluindo direitos e proteções, especialmente de trabalhadores e das classes mais vulneráveis.

Teríamos, desse modo, grupos de pessoas "dentro da lei" e protegidas, mesmo no estado de exceção, e pessoas à margem da lei, destituídas de direitos, em condição de "matabilidade" (AGAMBEM, 2004). Essa leitura é de rápida identificação e constatação ao pensarmos nas distintas condições da sociedade em países de extrema desigualdade social, nos quais a morte frequente de pessoas das classes mais vulneráveis – seja em razão da violência, muitas vezes

estatal, seja em razão do descaso, em contextos pandêmicos, por exemplo – é simplesmente normalizada. Para esse grupo de pessoas, a luta pela concretização dos direitos e garantias fundamentais atrela-se à luta pela própria sobrevivência, em um estado que pouco se importa e, muitas vezes, inclusive promove o seu genocídio.

E, indo ainda mais além dessa concepção de exceção, Achille Mbembe (2016) vai relacionar necropolítica, soberania e exceção como lógica de administração da morte.

Para o autor, os instrumentos e mecanismos modernos de subjugação da vida reestruturam agudamente as relações entre resistência, sacrifício e terror, promovendo a universalização do estado de exceção, que aparece como imperativo da política contemporânea, por meio da transformação e generalização de tecnologias de dominação, controle e exploração que, historicamente utilizadas contra as populações negras e minorias periféricas, hoje, são utilizadas em escala global.

O poder soberano do Estado é quem decide sobre a condição de exclusão ou inclusão de determinados indivíduos ou grupos sociais, ampliando ou restringindo seus direitos, decidindo inclusive quem é "descartável" e quem não é (MBEMBE, 2016), agora, independentemente da existência da situação excepcional que autorizaria alguma medida de suspensão temporária, tornando permanentes as deliberações típicas do estado de exceção.

O poder social e político é utilizado para ditar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer, quais são os grupos sociais que importam ou não importam, e, embora seja mais fácil de compreender esse fenômeno, ao relacioná-lo a aspectos do direito constitucional e do direito penal, por tratarem diretamente da vida humana em sua mais completa definição, outros tipos de "promoção da morte" são desenvolvidos nesse cenário.

Não é apenas por meio da aplicação direta de uma pena capital que o estado pode provocar a morte; basta direcionar verbas, alocar recursos, reestruturar ou extinguir programas sociais para a promoção de um massacre direcionado. A política de restrição de garantias e a exclusão de direitos fundamentais, ou, ainda, a aprovação de legislações que preveem a ruptura paradigmática de princípios protetivos também podem ser poderosos instrumentos para definir melhores ou piores formas de sobrevivência.

Pode o Estado, ainda, valer-se das situações de risco, aproveitando-as para aprovação de medidas desejadas por certos grupos políticos, promovendo um "capitalismo de desastre" (KLEIN, 2008) ou, simplesmente por meio da criação de um risco fantasioso – como a suposta ameaça de comunismo, no Brasil – fazer valer interesses específicos, em geral, ligados aos anseios do mercado financeiro internacional.

Diante do agravamento da crise do capitalismo, a exceção torna-se um novo paradigma de governo; quem decide sobre o Estado de exceção é o mercado, que é soberano no neoliberalismo (ESTRELA, 2020).

Dardot e Laval (2019) enxergam esses interesses específicos e essas motivações e diretrizes governamentais, como parte de uma racionalidade política global que vai muito além das políticas econômicas monetaristas ou de medidas de austeridade, pois pretende impor a governos, pessoas e instituições, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a conversão de todas as subjetividades e normas de existências à lógica do capital.

Para além de Agamben (2004), que vê no estado de exceção a suspensão do estado de direito, Dardot e Laval (2016) observam, no novo governo neoliberal, a tentativa de cooptação do estado de direito, infiltrando, nele, a racionalidade reestruturadora de normas e regramentos. Busca-se legalizar, dentro das bases do que se entende por direito, aquilo que antes era ilegal: pela promulgação de medidas de guerra econômica e, muitas vezes policial, a racionalidade neoliberal se implanta e cristaliza. E, considerando a permanência das infindáveis crises econômicas, sociais e políticas, cada vez mais esses governos encontram subterfúgios argumentativos para a manutenção de suas medidas.

Os autores entendem que essa alteração das bases e diretrizes do estado de direito sequer exige, atualmente, um golpe de Estado violento, como ocorreu antigamente, por exemplo, no Chile de Pinochet. Ao refletirem acerca da situação atual do governo brasileiro identificam, com clareza, que é possível colocar um "cadeado jurídico no sistema político" utilizando-se do próprio sistema político que autoriza o uso de dispositivos antidemocráticos de uma forma supostamente legítima – como, exemplificam, por meio do impeachment de 2016 (DARDOT; LAVAL, 2019).

E para conseguir atingir seus objetivos, diversos mecanismos são empregados, desde aqueles mais elaborados, que incluem a cooptação dos meios de comunicação, sequestrando discursos e narrativas ou falsas legitimações de resultados, por meio da ciência econômica, além da corrupção sistêmica de elites, até os mais banais, como chantagem, mentira, descumprimento de promessas ou emprego direto de violência, num esforço coordenado de reestruturação dos sentidos da vida.

Não há mais a necessidade de um ataque aberto à coletividade; agora, a agressão ocorre por meio da "hermenêutica da interpretação constitucional" (BROWN, 2018, p. 28).

Ao analisar os cenários interpretativos constitucionais em Portugal e na Europa, Casimiro Ferreira observou o surgimento de um movimento que buscava capturar a Constituição, reinterpretando-a à luz de mecanismos de "exceção austeritária" de modo a

promover um apagamento de sua memória social, desqualificando objetivos democráticos e priorizando racionalidades favoráveis à economia e ao mercado financeiro (FERREIRA, 2016).

A Constituição Federal representa um pacto ou compromisso político-social estruturador do sistema social e é associada à dinâmica do momento constituinte, consolidando valores, princípios e padrões sociológicos de relacionamento caros a esse momento. A ela, ligam-se teorias normativas que implicam em escolhas políticas que pretendem traçar os rumos e diretrizes que nortearão a organização e os planos futuros da sociedade, organizando e definindo instituições, relações e práticas sociais, expectativas e formas de sociabilidade (FERREIRA, 2016).

Assim, uma das ferramentas mais eficazes, nessa remodelação, é a apropriação, por vias legais, supostamente democráticas, da própria Constituição, alterando, de forma irreversível, as bases de atuação de todos os envolvidos, com o intuito de favorecer ainda mais os interesses de grupos muito específicos e restritos (DARDOT; LAVAL, 2019).

Estaríamos passando, portanto, por um processo de "desconstitucionalização", ou, ainda, por uma "reconstitucionalização em sentido contrário", que teria como objetivo deformar a estrutura dos direitos trabalhistas constitucionalmente reconhecidos e sua função político-democrática. As decisões do poder público seriam redirecionadas a neutralizar o sistema de limites, controles e obrigações que estabelecem a base da democracia constitucional (BAYLOS, 2016).

Para Sayonara Grillo (2016) estaríamos vivenciando um momento de "retrocesso hermenêutico em matéria de garantias jurisdicionais em prol dos direitos sociais, com indicadores de estreitamento dos valores constitucionais" (SILVA, 2016, p. 78); e essa reinterpretação constitucional, especialmente num momento de crise, traria uma reorientação do direito de acordo com as vontades do poder econômico, negligenciando os interesses dos mais vulneráveis.

Mecanismos político-jurídicos decorrentes de uma compulsão modificativa potenciada pelas crises seriam responsáveis por enfraquecer a força vinculativa da Constituição ao buscarem uma nova leitura marcada pela urgência e pela relativização do princípio de proibição do retrocesso social.

Há que se destacar, todavia, que mesmo antes dessa infiltração ou reinterpretação neoliberal nas bases constitucionais, já existia alguma crítica, bastante ponderada, acerca da dificuldade de efetivação dos direitos e garantias previstos em nossa carta magna.

Muito embora a Constituição Federal Brasileira de 1988 apresente ideais e valores democráticos, preocupados com a valorização do trabalhador como ser humano, as dificuldades em se transpor essas intenções para a realidade, concretizando promessas de bem-estar social, permitem o surgimento de "bolsões de estado de exceção dentro do estado de direito" (GUALBERTO, 2020), possibilitado, por exemplo, o desenvolvimento de um sistema penal que acentua discriminações e desigualdades bem como a formação de milícias e outras formas de controle para além do estado: se a esfera pública deixa de participar do processo político, deixa de fornecer serviços sociais básicos e não mais ampara aqueles que dela necessitam, abre-se espaço para a entrada de outros agentes que não tenham, necessariamente, o mesmo compromisso com a manutenção do estado democrático de direito.

De qualquer modo, mesmo aqueles que criticam essa falta de concretização dos anseios e promessas constitucionais, ainda assim reconhecem a importância dessa narrativa na busca por manter vivos os ideais de proteção aos direitos e garantias sociais.

Toda essa discussão que buscamos retomar serve para trazer reflexões acerca da trajetória do neoliberalismo e das novas razões que despontam a partir dele e que impactam programas de governo, modificam legislações e questionam o papel das instituições, produzindo um direito que, como essência, retira direitos.

O direito de exceção, no âmbito laboral, simboliza uma ruptura paradigmática com os pressupostos e princípios básicos do direito do trabalho, questionando as funções protetoras típicas desse tipo de processo e alterando, de modo profundo, não apenas narrativas clássicas que realçavam a desigualdade da relação empregado e empregador (detentor dos meios de produção), mas também, e especialmente, procedimentos indispensáveis para equilibrar essa desigualdade.[192]

Assim, o desejo de que o direito passe a representar um papel ativo no combate às medidas de precarização acaba sendo invertido: o Direito do Trabalho de Exceção passa a legitimar essas medidas, aliando-se a interesses extrajurídicos justamente porque é retroalimentado pelas mesmas medidas que fomentaram as condições de austeridade.

---

[192] Como pontuado por Ferreira (2012): "a fronteira entre o constitucional e o inconstitucional tornar-se-á inevitavelmente um campo de disputa política. Em particular, se as decisões dos tribunais valorizarem a singularidade do atual momento. Desse modo, alterações das circunstâncias que determinem a invocação de excepcionalidade para a legitimação da austeridade colocam sob pressão as interpretações das legislações feitas pelos tribunais. É no âmbito dessa tensão que podem convocar-se as discussões sobre o novo constitucionalismo, nomeadamente quando se sublinha a ideia de que o ativismo judicial surge quando se está perante situações em que o estado intervém, seletivamente, na prossecução de políticas públicas" (FERREIRA, 2012, p. 143).

No Brasil, o Direito do Trabalho de Exceção se consolida como uma "contrarreforma permanente", principalmente contra o padrão de regulação estabelecido na Constituição Federal de 1988. Apesar da existência de um mercado de trabalho estruturalmente flexível, a demanda por reformas se manteve sempre presente; e, em meados da década de 90, como já vimos, ressurge com mais vigor o discurso de ampliação da regulação privada do trabalho e de alargamento dos espaços para o empregador estabelecer as condições de trabalho; essa lógica aparece como uma reação aos pactos sociais forjados pelo novo sindicalismo da década de 80, e conquista maior poder com a ascensão de um governo neoliberal e conservador, nas eleições de 2018 (ESTRELA, 2020).

Na história brasileira, outro traço marcante é a existência de um processo de continuidade, mas também de resistência, de rupturas e permanências da nossa trajetória democrática que acompanham a atuação mais ou menos protetiva do Poder Judiciário trabalhista (DUTRA, 2020).

Por esse motivo, não podemos afirmar que há uma crescente e uniforme escalada de proteção de direitos, tampouco que há uma constante desfragmentação das garantias, pois há, em distintos momentos históricos, luta e resistência de categorias e instituições que se colocaram contra a violação de direitos. O Poder Judiciário tem buscado, em diversas situações, se colocar como protetor dos direitos e garantias constitucionais, todavia até mesmo esses protagonismos têm sido alvo de críticas e questionamentos.

Mesmo porque muitos autores já constatam que temos atualmente, no Brasil, dois tipos de Poder Judiciário trabalhando em frentes contrárias, ao menos no que se refere à tutela de direitos trabalhistas. Há uma frente buscando frear os impactos da Reforma Trabalhista, por entendê-la não apenas nociva, mas também, e fundamentalmente, inconstitucional e outra, bastante divergente, com o objetivo de não apenas legitimar as medidas de austeridade tomadas, mas também de acelerar esse processo de mercantilização do trabalho, nos moldes propostos pela agenda financeira internacional.

Em fala de julho de 2020, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes Rocha, destacou que, especialmente após a Constituição Federal, o Poder Judiciário recebera um reconhecimento e uma autonomia específicos dos regimes democráticos que exigem força e independência no julgamento de demandas trazidas, promovendo a proteção das garantias sociais arduamente conquistadas. Para a ministra, o STF teria um papel fundamental nessa busca por fazer valer os direitos e em defender a própria Constituição, observando com atenção as demandas da sociedade (ROCHA, 2020).

Todavia o papel desempenhado pelo STF, especialmente no que se refere a questões relacionadas à Reforma Trabalhista de 2017, tem sido bastante criticado. Ricardo Antunes (2020) vê um verdadeiro embate nas decisões proferidas pelo TST e pelo STF: enquanto as decisões tomadas no TST buscariam minimizar os impactos da racionalidade neoliberal, implementada com a reforma de 2017, o STF seguiria em uma linha bastante diferente, seguindo o tom dominante de liberalização, legitimando, de certo modo, o desmonte dos direitos trabalhistas.

Grijalbo Fernandes Coutinho (2020) também aborda, em sua pesquisa, a forma como a atuação do STF, especialmente a partir de 2007, estaria alinhada ao discurso neoliberal, fazendo prevalecer a lógica da desregulação nas relações de trabalho a partir de um "redimensionamento jurisprudencial de caráter neoconservador e pró-mercado" que, por meio de uma "interpretação constitucional invertida dos princípios orientadores do Direito do Trabalho" condensaria em suas decisões a preservação de interesses muito específicos de uma minoria burguesa, em detrimento das demandas da classe trabalhadora.

Coutinho (2020) relembra que a base constitucional de 1988 afastava, de modo expresso, o funcionamento da livre iniciativa e do mercado sem respeitar os direitos do trabalho, todavia tal essência parece estar sendo ignorada em razão da apropriação de uma forma bastante peculiar de justiça política que, valendo-se de uma suposta interpretação constitucional neoliberal, inverteria metodicamente as regras específicas de aplicação do Direito do Trabalho de modo a, praticamente, inviabilizar qualquer traço protetivo até então existente.

De qualquer modo, não é demais ressaltar, que possíveis e necessárias críticas que sejam efetuadas em razão da atuação do Poder Judiciário precisam ser feitas de modo bastante cuidadoso, em especial nos tempos atuais.

Como ressalva Deborah Duprat (2020), no período que vivemos de crise democrática, há que se ter uma maior atenção com o discurso anti-institucional, sob pena de validarmos argumentos simplistas e populistas que buscam tão somente desacreditar as instituições sem maiores reflexões ou apontamentos críticos. E, numa linha bastante distinta da apresentada pela Ministra Carmen Lúcia, Duprat (2020) enxerga que, muito embora a Constituição de 1988 tenha sido, de fato, transformadora e emancipatória em muitos aspectos, pecou ao deixar de aproximar o Poder Judiciário da realidade social; para a autora, mesmo após a CF, ainda teríamos a manutenção de um Poder Judiciário operando na mesma "tradição de corte oligárquica, com arquiteturas assimétricas, sem mediação antropológica e autocentrado" (DUPRAT, 2020, sem paginação).

A manutenção dessa tradição oligárquica seria uma das razões pelas quais poderíamos justificar a infiltração da razão neoliberal de modo tão arraigado no bojo das decisões proferidas pelo STF.

Magda Biavaschi (2021) foi outra autora que, embora tenha tecido críticas severas à atuação do STF em decisões envolvendo questões trabalhistas, também alertou pela necessidade de ponderação na efetivação desses posicionamentos. Reconheceu, num primeiro momento, o importantíssimo papel do STF em assegurar os direitos republicanos da democracia, mas ao mesmo tempo e, contraditoriamente, atuar em favor do neoliberalismo ao avaliar direitos trabalhistas. Todavia o fato de existirem críticas bastante árduas à atuação do STF, em alguns pontos, não justificaria quaisquer discursos antidemocráticos no sentido de se buscar a extinção da instituição. A preocupação ao apontar essas contradições residiria, basicamente, na vontade de se trazer reflexões acerca do que acontece quando interesses privados subjugam o sentido do interesse público, ocasionando a redução e supressão de direitos pela via da interpretação, retirando a força normativa da constituição.

Ressaltou que as decisões geradas pelo STF revelavam uma tendência desconstitutiva de qualquer possibilidade de coesão ou de integração com os posicionamentos até então formulados pelo TST, retirando a força dos entendimentos jurisprudenciais que concretizavam, na forma das suas decisões, até então, direitos profundamente sociais principiologicamente irrenunciáveis e inafastáveis. Assim, os temas trabalhistas apreciados pelo STF, em sede de repercussão geral, podem ser vistos como uma antessala da Reforma Trabalhista de 2017, um espaço que importou em verdadeiro regresso aos tempos de um capitalismo mais primitivo que retiraria a condição protetiva das normas de direito do trabalho, substituindo-a para um encontro livre de vontades individuais supostamente iguais, racionais e equilibradas. Esse livre encontro geraria a norma apta a regulamentar a vontade das partes, sem quaisquer obstáculos: teríamos uma verdadeira compra e venda da força de trabalho, desprezando toda a luta histórica que buscou justamente reconhecer a assimetria nessa específica relação contratual (BIAVASCHI, 2021).

Teríamos, desse modo, no Brasil, dois momentos muito singulares de esfacelamento dos direitos sociais trabalhistas em razão da infiltração de um modelo de razão neoliberal na agenda político-governamental atual: um primeiro momento na esfera legislativa, com a criação de um regramento típico de uma sociedade de austeridade, prevendo corte de direitos e exigindo sacrifícios individuais e, num segundo momento, no âmbito do judiciário, por via interpretativa,

legitimando o regramento inconstitucional com base em argumentos que invertem as diretrizes até então utilizadas como fundamentação.

Outra característica da austeridade seria a aceleração do tempo jurídico de produção da norma em prejuízo do debate democrático e a aceleração do tempo jurídico de apresentação da decisão judicial em prejuízo da formação de uma jurisprudência mais madura; haveria a eliminação de etapas do processo reflexivo, o que implicaria no empobrecimento da resposta judicial e do tempo de maturação do conflito, que são abreviados e simplificados de modo a se negar a própria dimensão produtiva dos embates. Isso dialogaria diretamente com o fascismo (que exige consensos e imperativos) porque extingue a possibilidade de reconhecimento da importância e do significado desses conflitos, em especial quando pensamos na natureza das relações de trabalho (DUTRA, 2020).

E, aparentemente, estamos diante de um cenário de disputas discursivas, pelo menos no que diz respeito aos posicionamentos das cortes superiores brasileiras, como tem constatado a Remir, por meio de suas pesquisas de monitoramento da construção jurisprudencial em torno das medidas da reforma de 2017. [193]

Renata Dutra e Sidnei Machado (2021) destacam que, dentro desse cenário de crise econômica e política, o forte protagonismo do STF tem trazido incertezas e conflitos institucionais, justamente por trazer posicionamentos tão conflitantes com os apresentados pelo TST, tensionando os discursos (DUTRA; MACHADO, 2021).

Capturado pela racionalidade neoliberal, o STF atuaria no sentido de legitimar um direito de exceção, cumprindo o papel de relativização dos pressupostos, regras e princípios dos fundamentos do direito do trabalho. Essa forma de atuação também se confirmaria, por exemplo, no julgamento de constitucionalidade das MPs 927 e 936, demonstrando essa perspectiva flexibilizante e o esforço de formalizar práticas extracontratuais ilegais e socialmente ilegítimas; há um esgarçamento das funções sociais dos estados constitucionais no contexto de avanço do neoliberalismo, de modo que o direito do trabalho encontra-se numa encruzilhada (seja para adequar-se enquanto direito de exceção, promovendo uma ruptura paradigmática com seus pressupostos constitutivos, ou radicalizar os seus institutos protetivos, num contexto de combate à reprodução de novas desigualdades). Cabe questionar, dentro desse cenário, quais seriam os possíveis horizontes do direito do trabalho e de que formas seria possível mobilizar trabalhadores, instituições, sindicatos, ampliando a base protetiva dos direitos trabalhistas (ESTRELA, 2020).

---

[193] De Dutra, ver o livro "O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal", publicado em 2021.

Cabe investigar, por fim, se a justiça trabalhista brasileira estaria preparada para combater essa possibilidade de esvaziamento principiológico ou se sucumbiria aos apelos da austeridade, especialmente se considerarmos que subsiste, ainda, uma visão protetiva da instituição, como verificamos da análise das agendas institucionais da Anamatra.

Um embate narrativo se mostra a partir da quebra produzida pela reforma: ou o Estado (no caso específico ora analisado, representado pela Justiça Trabalhista) restringirá sua atuação regular satisfazendo-se na mera aplicação do direito (mesmo proveniente dessa situação atípica e antidemocrática) ou desenvolverá um papel mais interventivo, impedindo os efeitos nefastos decorrentes das políticas de austeridade (FERREIRA, 2012).

E, para examinar essas possibilidades, selecionou-se aferir se essa nova realidade permeada de sinais de austeridade, de simbolismos e discursos de temeridade e de ausência de soluções produzirá entendimentos jurisprudenciais coniventes com o direito de exceção, originando uma leitura que reduz e até mesmo inviabiliza o direito de amplo acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho ou tomará caminho diverso, de resistência.

Essas dúvidas fomentadas também repercutiriam nas decisões judiciais que viriam a ser tomadas, influenciando na escolha do viés interpretativo a ser selecionado.

Casimiro Ferreira (2005) fala da jurisprudência da austeridade como uma jurisprudência que deixa de se fundamentar no discurso constitucional e vai tentar dialogar com o argumento econômico, conversando com uma corrente de pensamento muito específica da economia (neoclássica), de modo a repercutir também em certas decisões sobre acesso à Justiça e sobre o funcionamento do próprio processo.

Felipe Estrela (2020) visualiza a possibilidade de um importante braço processual da dimensão de exceção do direito do trabalho. As regras processuais – que deveriam garantir o adequado desenrolar do processo – acabam, nesse panorama, assumindo posicionamento oposto e passam a obstar o acesso à Justiça, coroando a postura de precarização e de restrição de direitos, ao estabelecer modificações que descaracterizam o processo do trabalho, dificultando o exercício democrático de ajuizamento judicial.

Essa linha do direito de exceção, ligada ao processo do trabalho, é a que pretendemos explorar, buscando identificar recortes dessa narrativa nas decisões proferida no TRT/PR.

Além disso, questionamos se seria possível aferir, dentro desse ambiente de incertezas e de temor, se haveria espaço para consolidação de procedimentos e entendimentos que, de alguma forma, minimizariam os potenciais efeitos nocivos de tamanha instabilidade, representando um campo jurisprudencial de resistência. Traçaremos, no próximo ponto, quais características definiriam cada uma dessas possibilidades jurisprudenciais.

3.4 DESENVOLVENDO UMA JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA

O processo de subjetivação que produz o discurso neoliberal tem uma dupla faceta bastante perversa: no plano da governamentalidade, é o resultado de condutas repetidas, coerções e imposições que redesenham práticas e escolhas, definindo lógicas que se pretendem reconhecer como inerentes às situações (mesmo que não sejam); naturalizam representações sociais não necessariamente naturais e fixam normas e regras como se fosse possível extrair uma única lógica da realidade. A nova razão se revela, sob esse ângulo, como uma forma de poder que se pretende neutra, técnica e pragmática, quando, em sua essência, está impregnada de objetivos parciais, de motivações ideológicas e de intenções não declaradas (LAVAL, 2020).

No plano do imaginário, a subjetivação opera pela "adoção de representações que satisfazem a necessidade de sentido dos seres humanos" (LAVAL, 2020, p. 279), recriando imaginários de performance supostamente universais e generalizados. Dentro desse imaginário, naturaliza-se a ideia de que todo trabalhador deve buscar, pela competitividade, seu crescimento individual, e qualquer tentativa de proteção por parte do Estado será uma indesejada intromissão; argumentos em sentido contrário a essa racionalidade seriam automaticamente não naturais e, portanto, destituídos de técnica e de lógica.

Extraindo argumentos dessa falsa neutralidade é que observamos a consolidação de um direito de exceção, em especial porque esse imaginário de performance se impõe a todos, indivíduos e instituições, estabelecendo o apoio a técnicas de gestão, de comando e de interpretação supostamente neutras.

E nessa sociedade de austeridade, decorrente de um momento de descontinuidade histórico-sociológico introduzido pela crise de 2008, é que vemos a institucionalização de um novo sistema de medidas e de pesos éticos, políticos, jurídicos e sociológicos, que pretende reestruturar processos de produção e de reprodução social que modificam o referente social de justiça (FERREIRA, 2016).

O "excepcionalismo" (FERREIRA, 2016) assume uma forma paradoxal de juridificação, positivação e mobilização do direito e da política deslocando os limites do nosso mundo institucional e normativo; questiona o sentido e as funções do direito, as expectativas e práticas sociais e os bens e valores de justiça que protege. A categoria da exceção – enquanto fonte normativa – provoca um enfraquecimento do direito democrático assente na soberania estatal, desestabilizando princípios e direitos fundamentais. Além disso, a retórica da austeridade é originada como mecanismo constitutivo de uma nova ordem e de uma rede de práticas sociais que busca ressignificar o imaginário. Sua característica de indeterminação e de

incerteza é sentida por todos aqueles que participam da sociedade, atingindo profissões e profissionais, transportando esse alto grau de insegurança para o desempenho das atribuições (FERREIRA, 2013; 2016).

Essa nova rede social, que passa a influenciar atribuições, possibilita a consolidação do Direito do Trabalho de Exceção e de uma Jurisprudência de Austeridade.

Nesse cenário promovido pela razão neoliberal, a Jurisprudência de Austeridade, ao aplicar o Direito de Exceção, simplesmente desconsidera todo o arcabouço histórico envolvendo a desigual relação entre trabalhador e patrão, ignorando o balizamento jurídico específico responsável por estabilizar a ordem social. Ao defender uma suposta emancipação do trabalhador por meio do individualismo e da meritocracia, esse discurso prega a existência de uma simetria na relação que, em sua esfera processual, repassa ao trabalhador diversos ônus processuais que ele, como parte, simplesmente não tem condições de arcar.

A questão ideológica subjacente às relações e ao direito do trabalho é camuflada sob a capa de fórmulas reformadoras, com a finalidade de aumentar a competitividade e o desenvolvimento econômico, "quando o que verdadeiramente está em causa é uma transferência de poder na sociedade, entre trabalho e capital, acompanhada por efeitos colaterais sobre as desigualdades, afetando os mais vulneráveis" (FERREIRA, 2019b, p. 24).

Nega-se o contexto das tutelas protetivas, o motivo pelo qual havia maior simplicidade na prática processual trabalhista. Negam-se os conflitos e disputas políticas que estão presentes até mesmo no teor de cada decisão judicial a ser proferida. Ao contrário do que a razão neoliberal quer propagar, nunca há apenas a aplicação estrita da interpretação técnica de uma norma jurídica, pois todo conteúdo decisório, em momentos de crise, carrega uma validação ou invalidação dos princípios constitucionais democráticos. O momento de se decidir pela aplicação ou não de determinados regramentos, é também o momento de se validar ou não uma interpretação mais ou menos protetiva, que confirma ou afasta a essência da Justiça do Trabalho, dentro desse embate de narrativas.

O Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho seriam, nesse sentido, resultado dessa luta democrática, como um conjunto de garantias que subsistem por meio da pressão social, agindo como combustível permanente da democracia enquanto referência ideal de um sistema igualitário, político e econômico consolidado historicamente. A defesa do Direito do Trabalho seria a defesa da própria democracia (FREITAS, C., 2020).

Sem esse necessário enquadramento histórico-social a permear a relação laboral, a condição econômica mais favorável se transmuta em opressão e sua condição inversa, em

indesejada submissão, de modo que o resultado é a produção da desvalorização e da mercadorização do trabalho humano.

O debate sobre o que é constitucional ou inconstitucional torna-se campo de forte disputa política, ganhando uma centralidade renovada nesse contexto de crise democrática (FERREIRA; PUREZA, 2014), de modo que a interpretação de dispositivos legais não escapa, imune, ao momento de conflito político-ideológico de polarização de extremos. É quase como se, de um modo bastante simplista, aplicar de modo inquestionável as alterações promovidas com a lei federal 13.467/2017 fosse um sinal favorável às medidas políticas adotadas pelo governo e, ao contrário, questionar a aplicação cega de tais modificações, fosse uma manifestação política de resistência.

Dentro de todo esse contexto, a assimilação cega e sem qualquer tipo de contestação de regras que desvirtuam o sentido do Direito do Trabalho comprometeria a própria existência da Justiça do Trabalho, tornando-a instrumento de manutenção do capital:

> A pretensão de que todos se curvem diante da Lei 13.467/17, agindo como se estivéssemos diante de uma Super Lei, capaz de autorizar interpretação que ignore o sistema jurídico-constitucional trabalhista, tem a exata finalidade de legitimar o fim da Justiça do trabalho. Eis o toque sádico desse argumento perverso: se aplicarmos a "reforma", desconfiguraremos de tal modo o Direito e o Processo do Trabalho, que em pouco tempo talvez não tenhamos mais como argumentar a existência de uma estrutura própria para cuidar dessas relações sociais. Se não a aplicarmos, seguiremos sendo acusados de responsáveis pela nova investida ultra liberal em favor da extinção da Justiça do Trabalho. Ora, os intérpretes do Direito do Trabalho não podem ser culpados pela incompetência alheia, nem pelas intenções daqueles que, desde a década de 1930, não se conformam com a existência de uma Justiça Social em um país de feições escravistas como o Brasil. Não é possível aceitar a acusação de que aplicar o Direito do Trabalho à luz da ordem constitucional vigente o destruirá, pois se essa afirmação se revelar verdadeira, teremos de admitir o fato de que o Direito do Trabalho já é inexistente na prática e de que a Justiça do Trabalho serve apenas para manter os privilégios do capital. Se assim for, melhor mesmo que não exista. Ao menos, acabará o engodo. (SEVERO, 2020, sem paginação).

Por estarmos em um momento de embate de narrativas e de crescente fortalecimento de uma razão neoliberal, seria necessário a ampliação do espaço democrático de confrontação e de luta que possibilitasse ampliar a discussão de modo a se promover uma forma jurisprudencial de oposição ao direito de exceção.

O grande desafio seria, justamente, tentar encontrar mecanismos de sedução para reverter essa situação de absoluto desmantelamento de uma estrutura historicamente construída, alterando não apenas a regra jurídica que tem sido colocada em favor do capital mas,

principalmente, modificar as "cabeças pensantes" que interpretam essas normas jurídicas (COUTINHO, 2020).

A resistência viria, portanto, de um Poder Judiciário Trabalhista comprometido com sua função histórica, produtor de condutas de proteção aos direitos. Além disso, haveria a necessidade paralela de buscamos reverter esse complexo processo de subjetivação que torna trabalhadores, empreendedores de si mesmos, numa armadilha meritocrática (COUTINHO, 2020).

Cabe esclarecer, ainda, que a Jurisprudência de Austeridade seria, simplesmente, a confirmação da utilização e aplicação desse Direito do Trabalho de Exceção, pelo Poder Judiciário. De modo bastante resumido, no sistema tripartite brasileiro,[194] é função do Poder Legislativo produzir as leis que irão orientar a sociedade e regular a vida em comum, enquanto ao Poder Judiciário compete a resolução dos conflitos por meio da aplicação das leis ao caso concreto.

Por esse motivo, entendemos que a proposta de enfrentamento a esse Direito do Trabalho de Exceção se daria por meio de uma Jurisprudência de Resistência, que buscaria resgatar a base de um direito que traz características específicas que, se ignoradas, desvirtuam a própria essência do direito do trabalho.

Seria possível questionar se, dentro do próprio Poder Legislativo, não poderíamos encontrar focos de resistência que buscassem atenuar os efeitos da racionalidade neoliberal na elaboração das normas e regramentos. Todavia tal questionamento ultrapassa os limites do objeto de pesquisa que propomos explorar, mas, certamente deve fazer parte das agendas de pesquisa futuras.

Outra possível forma de abordagem de uma resistência seria, ainda, a inclusão da solidariedade como fundamento jurídico de análise. O reconhecimento da solidariedade como princípio previsto constitucionalmente implicaria em colocar o direito atuando em prol da vida humana digna, tendo como finalidade a preservação de valores da pessoa humana acima de quaisquer outros fatores. A interpretação da legislação infraconstitucional à luz da CF/88 possibilitaria, assim, extrair diretrizes éticas e valores protetivos, conduzindo a uma visão mais humanizada do sistema jurídico e das relações de labor nele inseridas (SUGUIMATSU, 2011).

---

[194] Conforme disposto no artigo 2º, da CF/88 "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

Teríamos uma construção, interpretação e modos de aplicação específicos do regramento legal que considerariam o caráter teleológico e finalístico do direito do trabalho – que existiria por um motivo bastante claro e específico: proteger o trabalhador. Assim, justificaríamos a existência de uma normatividade singular que propunha uma linha hermenêutica aberta, expansiva e emancipável: "com função nitidamente tutelar e com foco na noção de (in)justiça social, surgia uma normatividade distinta, fruto das contradições modernas e da consciência social, de que emanavam novos conceitos de justiça" (SUGUIMATSU, 2011, p. 227).

A constitucionalização do processo – no sentido de se priorizar princípios jurídicos constitucionais – garantiria, de certo modo, não apenas efetividade e uma tutela jurisdicional comprometida com a dignidade da pessoa humana, mas também a leitura do processo como "direito constitucional aplicado" (LEITE, 2018, p. 277), como um instrumento de facilitação do acesso à Justiça.

Seria fundamental, também, dar voz e reconhecer os distintos destinatários dessas demandas de modo a possibilitar a transformação do sofrimento em produção de narrativas – caso contrário o processo poderia tornar-se alienante. Como vivenciamos nossos afetos, dar voz a minorias, aos marginalizados, às formas de sofrimento silenciadas, disruptivas porque foram negadas historicamente, todos esses fatores influenciam nas possibilidades de vivenciarmos algum tipo de resistência ao quadro neoliberal presente (DUNKER, 2020).

Diante desse quadro, como responder a esse conjunto histórico de ataques aos direitos daqueles que vivem da sua força de trabalho? É importante destacar que em todos esses momentos e processos históricos houve conflito e resistência. E as normas que foram produzidas, ao longo dos tempos, levaram em consideração essa sistemática litigiosa, "como síntese desses conflitos, mas não síntese como fim, mas continuidade dentro desse processo de luta constante" (FREITAS, C., 2020, sem paginação).

Caberia ao jurista um posicionamento mais crítico, não bastando, na ordem atual, a mera conformação com a aplicação das decisões políticas e econômicas; seria necessário superar o desânimo que emergiria de um "pessimismo doutrinário" decorrente de uma "consciência da inutilidade do esforço teórico" frente às pressões impostas pela razão neoliberal (BAYLOS, 2016, p. 34).[195]

---

[195] O autor prossegue: "(...) el jurista crítico tiene que superar el desánimo que razonablemente le produce la conciencia de la inutilidad del esfuerzo teórico y doctrinal frente al desapego del mismo por el poder político legitimado electoralmente, y la sensación de que las construcciones de sentido que efectúa se consideran

Os tribunais desempenham um forte papel de racionalização da legislação, tanto maior quanto mais controvertido o caráter político que se apresenta. Do ponto de vista político, a sua capacidade de ponderação sobre a atividade dos poderes Executivo e Legislativo torna o Poder Judiciário um sujeito ativo e bastante relevante na atual fase de transformação e de embate de narrativas (FERREIRA, 2014).

Necessário também refletir acerca do papel de destaque desempenhado pela Anamatra, ao buscar consolidar os rumos e objetivos da magistratura do trabalho brasileira. Como vimos anteriormente, em diversos momentos a instituição se manifestou a favor da proteção dos trabalhadores, criticando a mercadorização das relações de trabalho e a fragmentação de direitos imposta pelo neoliberalismo, situando, desse modo, a Justiça do Trabalho como guardiã de conquistas sociais históricas. Assim, muito embora parcela expressiva dos magistrados tenha entendimentos e posicionamentos conservadores e, muitas vezes, coniventes com certo discurso neoliberal – como visto na análise do perfil da magistratura brasileira de 2008 – o direcionamento progressista que é dado pela entidade acaba minimizado extremismos, ao traçar caminhos que prezam pelo fortalecimento de posicionamentos que percebem, na relação entre capital e trabalho, um desequilíbrio em favor do capital que não pode simplesmente ser ignorado.

Essa atuação foi mais uma vez evidenciada quando a entidade, em Nota Técnica elaborada em razão da tentativa de aprovação da MP 1045[196], de 2021, deixou claro seu posicionamento em sentido contrário às modificações que a Medida buscava implementar e que, de acordo com a Anamatra, representariam novas tentativas de precarização do contrato de trabalho, destacando:

> Ao cabo, o conteúdo dos enxertos insiste em rumo já comprovadamente ineficaz de associar redução de direitos trabalhistas com diminuição de desemprego e crescimento econômico. Os quase quatro anos de vigência da Reforma Trabalhista,

---

prescindibles o confrontadas a los valores del "crecimiento económico" o la "eficiencia productiva", como si el sistema de derechos y sus regla fueran un obstáculo para la recuperación económica. Ese pesimismo doctrinal no impide desde luego la capacidad de argumentación crítica y el juicio de valor negativo sobre los aspectos técnicos y la significación autoritaria y antidemocrática de las reformas en acto que se dicen urgidas por la crisis. Pero debe ir más allá. Ese caudal crítico que acumula la opinión de los juristas del trabajo – europeos en general, pero fundamentalmente los que corresponden a las culturas jurídicas de los países más castigados por las "políticas de la austeridad" – debe tener visibilidad en los discursos que se confrontan en el espacio público" (BAYLOS, 2016, p. 34).

[196] A MP mencionada buscava instituir o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispunha sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho, mas trazia, em seu bojo, a tentativa de implementar os Programas PRIORE, REQUIP e Prestação de Serviço Nacional Voluntário. A medida foi derrubada em votação no Senado Federal, em 1º de setembro de 2021.

> com suas consequências de manutenção do desemprego alto, achatamento da renda, acompanhado de ampliação da subocupação e do desalento, já demonstraram à exaustão que essa fórmula está muito longe do sucesso pretendido. (NOTA TÉCNICA, 2021). [197]

Torna-se, desse modo, cada vez mais imprescindível abrir campos de debates e de confrontação pública e cidadã para discutir as formas de se compreender as relações de trabalho e direitos derivados, de modo a estabelecer as diretrizes do que a sociedade realmente almeja nesse plano, pois a narrativa vencedora, dentro desse embate, traçará os próximos rumos do que poderemos esperar, para trabalhadores e, também, para a própria Justiça do Trabalho.

Souto Maior e Severo (2017), embora, como já mencionamos, tenham pregado a indispensabilidade de integral rejeição da Reforma Trabalhista de 2017, pois ilegítima, antidemocrática e fragmentadora de direitos fundamentais, também concluíram pela necessidade de, concomitante a renúncia às alterações promovidas, partirmos para o desenvolvimento de metodologias interpretativas que viessem a garantir, como alternativa, a manutenção dos princípios protetivos trabalhistas básicos, apesar da lei federal 13.467/2017.

Os autores identificam a existência de uma profusão de fundamentos meramente retóricos no parecer que levou à aprovação da Reforma Trabalhista, dado que eram trazidos argumentos de proteção ao trabalhador que, na aplicação prática das regras alteradas, simplesmente acabavam sendo descartados, pois o real interesse das modificações sempre fora a concretização de antigos anseios patronais de flexibilização e de desregulamentação das regras trabalhistas. Todavia, a presença desses argumentos retóricos possibilita uma espécie de alternativa de interpretação que, valendo-se da aplicação da lei em consonância com tais argumentos, viabiliza uma tentativa de retorno da proteção extirpada, "e aí o que se terá como resultado é um não aplicar dos objetivos reais pretendidos pela reforma, aplicando a lei com suporte em seus fundamentos retóricos" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 60).

Desse modo, o esforço em descaracterizar o direito do trabalho por meio da integração à CLT de uma série de regras que a contradizem, acaba por esbarrar no próprio procedimento que buscou sua desintegração, à medida que, em suas justificativas, valeu-se de argumentos retóricos que, agora, servirão para manter as bases protetivas que representam o direito laboral.

---

[197] Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/images/DOCUMENTOS/2021/Nota_T%C3%A9cnica_MP_1045-2021_-_Senado_Federal.pdf>

Teríamos, assim, o uso das justificativas da aprovação da Reforma Trabalhista "contra ela mesma, construindo racionalidade que preserve as peculiaridades do processo do trabalho e a proteção que o justifica" (SOUTO MAIOR; SEVERO, 2017, p. 65).

A retórica de proteção prevista na justificativa do parecer seria utilizada, agora, como instrumento de combate às interpretações retrocessivas que porventura brotariam dessa posição neoliberal assumida pelo governo.

Além dessa possibilidade, tampouco se mostra possível desconsiderar todo um aparato constitucional que busca valorizar a preservação de direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores. Existindo, é esse conjunto de normas, ou, ainda, o bloco de constitucionalidade (BARBAGELATA, 2012)[198] que deve ser priorizado na aplicação de quaisquer regramentos, o que inclui a aplicação das regras modificadas com a lei federal 13.467/2017.

Todo regramento que surge para propor uma reestruturação normativa que traga significativos impactos a direitos sociais deveria, portanto, observar alguns critérios de conformidade, no momento de sua interpretação: (i) assegurar o bem-estar geral através da adequada distribuição de recursos econômicos, sociais e culturais, objetivando proporcionar concreta igualdade de expectativas aos indivíduos (critério fundado nas condições do Estado Social de Direito); (ii) o vértice da pirâmide hierárquica das regras trabalhistas deve ser ocupado pela norma mais benéfica ao trabalhador dentre as diferentes regras vigentes (primazia da disposição mais favorável à pessoa humana); (iii) deve-se atentar para uma aplicação expansiva e evolutiva das regras que tratam de direitos sociais (princípio de progressividade); e (iv) por fim, subsiste a impossibilidade jurídica de que se reduzam proteções já conferidas aos trabalhadores por normas anteriores (princípio de irreversibilidade ou de vedação do retrocesso social). (BARBAGELATA, 2012).

Para a aplicação do direito do trabalho seria fundamental ter em mente, desse modo, não apenas a assimilação dos princípios específicos de tal ramo, mas também a percepção de uma necessária "busca do direito mais benéfico ou a persecução do direito razoável", reconhecendo, nessa tarefa, as dificuldades e complexidades de cada caso concreto (CARVALHO, 2011a, p. 48).

---

[198] Como explicita o autor: "do ângulo constitucional, todas as normas e princípios que consagram direitos humanos fundamentais e, desde logo, as específicas sobre direitos humanos laborais integram o que se designa como bloco de constitucionalidade" (BARBAGELATA, 2012, p. 194).

E, para além da diferenciação entre princípios e normas, tão utilizada na doutrina jurídica, é necessário relembrar que uma Jurisprudência de Resistência, ao voltar sua análise para a aplicação de princípios, volta-se para a compreensão de valores básicos que inspiraram o poder constituinte a assim elencá-los. Porque, muito embora os princípios expressem ideias, e não condutas, enunciam valores "que encerram compromissos legitimamente assumidos, na seara política, com vistas à harmonização do tecido social" (CARVALHO, 2018a, p. 11).

Assim, quando o constituinte buscou elencar a livre iniciativa e o valor social do trabalho como fundamentos constitucionais, conjuntamente, não se mostra possível, simplesmente em razão de alterações conjunturais, desconsiderar tal equação.

A ênfase constitucional que buscou unir liberdade empresarial e valorização do trabalho humano trazia uma intenção, um projeto social que contemplava valores que deveriam ser protegidos de modo balanceado. A partir dessa compreensão é que podemos moldar mais um relevante elemento na formação da Jurisprudência de Resistência.

Também cabe ressaltar que, ao refletirmos acerca da fundamentalidade dos princípios como forma de preservação do valor social do trabalho, múltiplas são as conceitualizações, definições e estipulações formuladas pela doutrina.[199] Interessa-nos destacar, aqui, para a definição da Jurisprudência de Resistência, dois dos cinco princípios regentes do Direito do Trabalho como elencados por Augusto Cesar Leite de Carvalho (2018a): os princípios da Igualdade e da Operabilidade da Norma Trabalhista.[200]

E, das distintas facetas do Princípio da Igualdade[201], mais especificamente sua abordagem da igualdade substancial como direito social e imperativo de tutela e tendência à progressividade.

Para além da compreensão de que a busca pela igualdade substancial deve prever a compensação de desigualdades constatadas no plano da realidade fática, pensarmos em igualdade no campo do Direito do Trabalho passa, necessariamente e como já repetimos diversas vezes, por compreender que há um desequilíbrio histórico que pesa negativamente sobre um dos sujeitos na relação trabalhista.

---

[199] Como já mencionamos anteriormente, temos as definições propostas por Reale (2002), Coutinho (2007), Alexy (2017) e Delgado (2017)

[200] O autor reputa, como relevantes para a sistematização do Direito do Trabalho, os princípios da Dignidade da Pessoa Humana, Igualdade, Sustentatibilidade, Autonomia Coletiva e Operabilidade da Norma Trabalhista (CARVALHO, 2018a). Não desmerecendo a importância dos demais princípios arrolados, interessa-nos, para a definição da Jurisprudência de Resistência, observar, com mais profundidade, os princípios da Igualdade e Operabilidade.

[201] A igualdade formal é analisada, pelo autor, sob os aspectos da exigência da lei genérica, exigência de equiparação, exigência de diferenciação e direito a igual procedimento. Já a igualdade substancial como direito social (ponto que nos interessa), como igualdade salarial e sob a ótica das ações afirmativas (CARVALHO, 2018a).

Assim, caberia ao Direito do Trabalho ajustar essa realidade, considerando não apenas os poderes ostentados pelo empregador dentro da lógica contratual, mas também todo o cenário de crise econômica e de redução de empregos que sujeitam, cada vez mais, os trabalhadores, buscando dissolver, de certo modo, os efeitos negativos do retrocesso neoliberal, numa prática de "empoderamento do operariado" (CARVALHO, 2018a, p. 65). Haveria, assim, um aspecto de proteção (de tutela), impedindo violações de direitos mínimos, aliado a um aspecto de incentivo, estimulando o progresso (econômico e humano) enquanto projeto social.

No que se refere ao Princípio da Operabilidade (ou Efetividade), Carvalho (2018a) esclarece que: (i) visto em conjunto com preceitos de Socialidade e Eticidade[202], a Operabilidade, como técnica interpretativa, deve considerar a busca pela inteligibilidade da norma e a possibilidade de utilização dos referenciais éticos na análise da questão fática; (ii) as dimensões existencial e coexistencial da experiência humana são fundamentais no momento de observância e interpretação do ordenamento jurídico, pois permitem que o Poder Judiciário busque corresponder às expectativas sociais; (iii) a função legislativa, quando destituída de juízos deônticos, fragiliza o projeto democrático, comportando, desse modo, necessária adaptação para que sua aplicação ao caso concreto não vá contra princípios éticos e fundamentos básicos constitucionais e (iv) para garantir a ampla operacionalidade do Poder Judiciário, em sua tarefa de pacificação de conflitos, mostra-se imprescindível garantir que as demandas que desejam ser a ele submetidas tenham um caminho livre de obstáculos (CARVALHO, 2018a).

A Jurisprudência de Resistência viria justamente nesse sentido de "empoderamento do operariado", confrontando retrocessos e mantendo o compromisso constitucional de buscarmos promover a progressiva tutela de direitos sociais e, também, no sentido de responder às expectativas sociais considerando os postulados éticos originariamente consagrados, observando, na aplicação da lei ao caso concreto, a normalização de interesses para além de seus aspectos patrimoniais.

Nesse sentido, o Poder Judiciário teria o relevante papel democrático de complementar a tarefa do poder Legislativo, na formação do direito, preenchendo vazios normativos, ou, ainda, atuando ativamente para inibir normas que, a depender da interpretação que lhes seja dada, confrontem a própria finalidade do direito, impedindo, por exemplo, o amplo acesso que

[202] Socialidade como a mensuração de direitos individuais a partir dos interesses da coletividade sem, todavia, desconsiderarmos a importância da pessoa humana e eticidade como o acatamento de postulados éticos, ambos, na aplicação da norma ao caso concreto (CARVALHO, 2018a).

deve ser garantido a todo jurisdicionado. E essa percepção ganha especial contorno quando pensamos no trabalhador como jurisdicionado possivelmente afetado.

A esses critérios ou princípios interpretativos, podemos somar, ainda, o critério da Justiça Social, que surge como um elemento positivo de melhoria das condições de labor e de preservação da dignidade do trabalhador, em oposição a medidas que possam promover a injustiça social. Há também o princípio da irradiação constitucional, que condiciona a interpretação das regras inferiores à Constituição, impondo àqueles que elaboram e também aos que interpretam a lei, a inspiração nos direitos humanos que compõem o bloco de constitucionalidade (BABACE, 2016).

Assim, numa eventual colisão de interesses entre a liberdade empresarial e os direitos laborais, o conflito deve se resolver pela ponderação, partindo de fundamentos filosóficos essenciais que levem em conta, principalmente, a dignidade humana e a justiça social (BABACE, 2016).

O trabalho humano, enquanto atividade fundamental de construção de identidade e fator de consolidação das relações sociais precisa, desse modo, ser reconhecido como objeto de especial tutela. E a forma de se proteger tal relação deve observar suas singulares características, com o intuito de se promover a dignidade da pessoa humana, como pondera Marlene Fuverki Suguimatsu (2011):

> O trabalho humano como realidade social e jurídica e enquanto objeto de proteção do Direito não pode prescindir desta visão integral, que reflete as posturas existencialista, personalista e humanista em todos os seus aspectos. É a visão que deve conduzir, necessariamente, todas as formulações sociais, políticas e jurídicas que envolvam as relações entre capital e trabalho. Se o trabalho é uma realidade primordial, o reconhecimento dessa essencialidade à condição humana deve conduzir todas as instâncias, públicas e privadas, a absorver os preceitos que afirmam os seus valores sociais e o seu projeto de promover existência digna a todos, conforme os ditames da justiça social. (SUGUIMATSU, 2011, p. 222-223).

E, como também vimos, subsistindo um interesse institucional em se preservar seu papel de equilibrar uma relação originariamente desequilibrada e em se garantir não apenas o amplo acesso do jurisdicionado mas, também, a aplicação protetiva das regras de direito do trabalho e de direito processual do trabalho, podemos começar a traçar as bases de uma jurisprudência que se colocaria contra esse direito de exceção.

Cabe ressaltar, novamente, que para além de termos uma forma de interpretação diferenciada para a aplicação da legislação, há toda a discussão que envolve uma profunda

reflexão acerca da concepção e da razão de ser da Justiça do Trabalho, que nos faz questionar seus propósitos e os motivos de sua existência.

E, pensar uma Jurisprudência de Resistência a partir desse cenário de enfrentamentos e de embates discursivos, é também ponderar acerca do processo de construção que levou o Poder Judiciário Trabalhista a eleger determinados princípios como fundamentais para a compreensão da essência do Direito do Trabalho e, por consequência, optar por proteger o trabalhador ao analisar eventuais divergências na relação de trabalho judicializada.

Destacamos, mais uma vez, que, quando falamos em resistência, não almejamos a simples paralisação de toda e qualquer proposta no sentido de se buscar adaptar a legislação e as interpretações judiciais às novidades que surgem no contexto das relações de labor. A resistência à qual nos referimos, como já alertamos no início desta tese, não é mera implicância a novidades ou resistência imotivada a alterações, muito pelo contrário: é a objeção à destruição, ao esvaziamento do conteúdo essencial que permeia o trabalho enquanto valor humano com alto potencial emancipatório.

É a resistência que surge do exercício reflexivo, da ponderação de valores, do aprofundamento de debates e de questionamentos que se apresentam e que passam a exigir uma resposta que não seja simplesmente automática, mas que tenha passado por um tempo de maturação suficiente para que possa reconhecer paradoxos, contradições e fragilidades que, muitas vezes, estão inseridas em narrativas pouco aprofundadas.

Repassadas essas características que nos auxiliaram a identificar o Direito do Trabalho de Exceção, estipulamos um quadro comparativo para permitir uma melhor visualização dessas características, contrapondo-as com uma possível Jurisprudência de Resistência para que possamos, no próximo capítulo, extrair dos conteúdos decisórios dos acórdãos prolatados no TRT/PR, essas diferentes narrativas.

Quadro 8: Direito do Trabalho de Exceção x Jurisprudência de Resistência.

Característica	**Direito de Exceção**	**Jurisprudência de Resistência**
Essência	Movimento de ruptura com o projeto constitucional de 1988	Confirmação do projeto constitucional de 1988
Efeito	Violação do acesso à Justiça	Garantia de amplo acesso à Justiça
Lógica	Justiça com métrica empresarial	Justiça com métrica humana
Manifestação	Substituição das questões de direito por questões de efetividade	Preocupação em se avaliar os efeitos das decisões judiciais
Mecanismo	Substituição da legalidade pela eficácia	Eficácia aliada à legalidade
Mentalidade	Interpretação constitucional	Interpretação conforme a

	invertida	Constituição
Força motriz	Redimensionamento jurisprudencial de caráter neoconservador e pró-mercado	Jurisprudência com preservação do caráter tutelar do Direito do Trabalho
Subjetividade	Aceleração do tempo jurídico	Devida maturação do tempo jurídico
Valores	Valores econômicos e livre iniciativa	Valores sociais e livre iniciativa
Aspecto visível	Justiça do Trabalho confirmando a agenda de austeridade	Justiça do Trabalho como freio às medidas de austeridade
Discurso	Discurso de fortalecimento da meritocracia e do individualismo	Discurso constitucional de reconhecimento do trabalho humano
Relação com o neoliberalismo	Imposições mercadológicas permeiam argumentos discursivos	Persiste narrativa de proteção do trabalhador x superexploração econômica
Responsabilidade	Gestão da força de trabalho considerando relações macroeconômicas de poder	Reconhecimento da desigualdade na relação de labor
Consequência	Redefinição do modo de produção conforme interesses globais	Proteção do modo de produção em face dos interesses meramente mercadológicos
Racionalidade	Estímulo da disputa e da competitividade	Estímulo da coletividade e solidariedade de classe
Relação com a democracia	Cooptação pela via da moralidade como estratégia de obtenção de consenso	Há espaço para o distinto, para o diverso, sem a necessidade de consenso
Epistemologia	Direito como conformação	Direito como transformação
Principiologia	Esvaziamento principiológico	Fortalecimento principiológico
Argumentação	Falsa utilização de argumentos técnicos e ataque a argumentos contextuais	Consideração do contexto também como argumento, sem desconsiderar a técnica
Decisões	Critério fundado na concepção liberal do Estado	Critério fundado nas condições do Estado Social de Direito
Direitos Humanos	Minimiza a importância dos direitos humanos	Princípio da complementaridade de todas as normas sobre direitos humanos
Preponderância	Primazia da disposição mais favorável ao capital financeiro	Primazia da disposição mais favorável à pessoa humana
Expectativa	Busca por resultados e eficiência, mesmo em detrimento de direitos sociais	Proibição do retrocesso social
Base da Igualdade	Preocupação com a igualdade formal	Preocupação com a igualdade material
Visão Processual	Processo como obstáculo	Processo como instrumento de acesso
Planejamento	Soluções de inspiração imediatista, precárias, pontuais e instáveis	Soluções de longo prazo, organizadas e planejadas em prol da coletividade

Visão do Trabalho	Trabalho como mercadoria	Trabalho como potencial de emancipação
Fundamento jurídico	Gestão econômica como fundamento jurídico de análise	Solidariedade como fundamento jurídico de análise
Linha de uniformização	Uniformidade decisória despreocupada com o conteúdo	Segurança jurídica aliada a conteúdo decisório protetivo
Leitura	Direito do Trabalho conformador	Direito do Trabalho equilibrador
Atos processuais	Burocratização excessiva dos atos processuais	Preocupação com a utilidade prática dos atos processuais

Fonte: Diversos autores. Elaborado pela autora.

Feito esse apanhado geral dos preceitos e fundamentos utilizados por teóricos e estudiosos na investigação do Direito do Trabalho de Exceção e repassado o contexto histórico, econômico e social no qual a racionalidade neoliberal se fortaleceu, pensamos ser possível, finalmente, conceituar aquilo que chamamos de Jurisprudência de Resistência, num esforço de pesquisa que apenas se inicia e que, certamente, demandará novos estudos e reflexões.

Partindo, assim, da premissa de que ainda subsiste um papel essencial a ser cumprido pela Justiça do Trabalho, no sentido de promover inclusão, cidadania e valorização do trabalho humano, contrabalanceando o desequilíbrio próprio que permeia a relação de labor, a Jurisprudência de Resistência seria a consolidação de orientações judicias direcionadas para a preservação do caráter tutelar do Direito do Trabalho, agindo como freio às medidas de austeridade e de superexploração econômica, em conformidade com princípios e projetos constitucionais que combatem a mercantilização do trabalho humano e sua desconsideração enquanto elemento potencialmente emancipatório.

Em seu aspecto processual, a Jurisprudência de Resistência teria como finalidade promover a pacificação de conflitos, reconhecendo, a partir de uma análise principiológica, que o processo deve ser utilizado como um instrumento que possibilite a ampla fruição dos direitos almejados pela parte interessada, facilitando e promovendo o exercício da garantia constitucional de amplo acesso ao Poder Judiciário, com especial atenção para a proteção de grupos mais vulneráveis.

Desse esforço de conceituação, e considerando as características estabelecidas tanto para o Direito do Trabalho de Exceção quanto para a Jurisprudência de Resistência, passamos para a convergência com a pesquisa de campo, iniciando essa aproximação por meio de uma retrospectiva histórica da Justiça do Trabalho no Brasil e, posteriormente, no Paraná.

IV – ANÁLISE DAS DECISÕES DO TRT/PR

Partindo de uma revisão da trajetória do neoliberalismo e de seus efeitos no Brasil, considerando, ainda, o ambiente de temor e de austeridade que se desenvolveu, pudemos situar a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 bem como traçar algumas ponderações acerca de suas motivações e objetivos, identificando, dentre eles, o interesse em aprofundar a flexibilização de direitos trabalhistas e em fragilizar as instituições que poderiam, de certo modo, atenuar tal desgaste de direitos; e, com base na análise das agendas político-institucionais da Anamatra, foi possível confirmar as expectativas e entendimentos da instituição acerca do papel que desempenha, estabelecendo, também a partir desse entendimento, a base teórica que nos permitiu contrapor ao Direito Processual do Trabalho de Exceção e sua Jurisprudência de Austeridade, uma Jurisprudência de Resistência, combativa e garantidora do Estado Democrático de Direito.

Pudemos observar, desse modo, o embate de narrativas que decorreu desse processo de reestruturação das relações de produção e refletir acerca da racionalidade neoliberal que, por meio da subjetivação, naturalizou representações e fixou normas e regras, modificando condutas de indivíduos e atribuições institucionais.

Agora, pretendemos analisar empiricamente quais os impactos dessa nova razão no poder judiciário trabalhista brasileiro, para verificar se está ocorrendo a produção de decisões coniventes com essa racionalidade fragmentadora de direitos e garantias ou se, ao contrário, a Justiça do Trabalho tem se mantido firme em seu propósito histórico de proteger o trabalho enquanto instrumento de emancipação e de cidadania humana.

Para tal, apresentamos uma retrospectiva histórica acerca da organização do sistema judiciário trabalhista brasileiro, e, em seguida, repassamos o surgimento do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região (TRT/PR), explicando seu funcionamento, divisões, e alguns aspectos relevantes de seu Regimento Interno.

Esclarecemos, ainda, os cuidados metodológicos que foram adotados na coleta e análise dos acórdãos bem como a forma de desenvolvimento dos indicadores que permitiram avaliar as decisões judiciais proferidas, confrontando-as com os marcos conceituais anteriormente estipulados; por fim, descrevemos como foi suscitado o instrumento processual que viria para uniformizar o entendimento deste Tribunal Regional acerca do novo requisito estipulado na apresentação das petições iniciais trabalhistas (Incidente de Assunção de Competência 0001088-38.2019.5.09.0000), relatando o inteiro teor de seu andamento processual, a audiência pública realizada e os debates que ocorreram durante as diversas sessões de julgamento que se

seguiram, expondo as falas de desembargadores, advogados, representantes sindicais, membros do Ministério Público e demais membros interessados da sociedade.

Ao final, apresentamos o teor do julgamento e a ementa que firmou o entendimento majoritário, repassando as divergências e apontamentos realizados pelos desembargadores participantes da votação, confirmando, desse modo, que um embate discursivo que buscava definir a adequada interpretação de uma norma processual modificada com a lei federal 13.467/2017, implicou em reconhecer a amplitude das discussões decorrentes, que abrangeram reflexões acerca do amplo acesso ao poder judiciário, análise de princípios constitucionais, questionamentos acerca da natureza da relação de trabalho e suas características, além de questionamentos acerca de qual seria o próprio papel da Justiça do Trabalho dentro desse panorama de racionalidade neoliberal.

4.1 ESTRUTURA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Até chegarmos à atual estrutura da Justiça do Trabalho, diversas foram as alterações legislativas implementadas, que modificaram os órgãos julgadores, a composição, as competências e marcos jurisdicionais, bem como as atividades e objetivos a serem desenvolvidos.

Pretendemos, aqui, e considerando os objetivos traçados na pesquisa desenvolvida, refazer certas nuances do percurso histórico que culminou com a atual estrutura judiciária trabalhista,[203] dando especial relevo à formação dos Tribunais Regionais, uma vez que pretendemos analisar mais detalhadamente a atuação do Tribunal Regional do Paraná como possível agente no desenvolvimento de uma jurisprudência de resistência ou de um Direito do Trabalho de Exceção. Para tal, mostra-se relevante uma retrospectiva histórica que nos possibilite refletir acerca das principais mudanças implementadas, acompanhando essas modificações e o papel que vem sendo desempenhado por esses órgãos ao longo do tempo.

---

[203] A partir do estudo das relações de trabalho durante a década de 1930, Souza (2007) apresenta uma historiografia da judicialização dos conflitos trabalhistas. Sobre o assunto, Biavaschi (2011) vai mais além, investigando o processo de formação histórica da Justiça antes mesmo do chamado "trabalho livre", relacionando os acontecimentos econômicos e políticos às principais modificações legislativas. Já por outra linha, Avritzer, Marona e Gomes (2014) investigaram o processo histórico de formação da Justiça brasileira dando especial enfoque à análise do acesso ao Poder Judiciário a partir dos seus atores e territórios. E, também, Marona e Del Rio (2018) trouxeram um novo olhar acerca dos desafios da Justiça em face dos avanços de uma agenda conservadora no Brasil. Para este estudo, todavia, optamos, neste capítulo, em apontar especialmente as alterações estruturais da instituição com o objetivo de melhor compreender o atual funcionamento dos Tribunais Regionais, mas levando em conta, evidentemente, alguns aspectos e questões históricas, políticas e econômicas que perpassam algumas dessas alterações.

Isso porque, se, atualmente, o Poder Judiciário Trabalhista é formado por três instâncias decisórias – os Juízes do Trabalho, atuando nas Varas do Trabalho, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho, conforme previsto no artigo 111, da Constituição Federal de 1988 – tal estrutura e composição não surgiu de modo direto, uniforme e imediato. O processo de formação institucional da Justiça do Trabalho foi marcado por avanços e retrocessos, por discussões políticas e também questões econômicas e sociais de cada época, que levaram a modificações e novos debates, até a implementação do sistema atual (CABRAL; PEREIRA; CHAVES, 2019).

As primeiras normas jurídicas que pretendiam algum tipo de regulamentação das relações de trabalho livre, no Brasil, remontam a 1870 (estipulação das ligas operárias); o Decreto 979, de 1903 e o Decreto Legislativo 1.637, de 1907 trouxeram alguns regramentos relativos a sindicatos rurais e urbanos (NASCIMENTO, 2007).

E, embora algumas legislações anteriores tenham buscado propiciar certa tutela a algumas categorias de trabalhadores, para o Tribunal Superior do Trabalho,[204] o ponto embrionário para a definição e estruturação da Justiça do Trabalho foi a criação, em 1923, do Conselho Nacional do Trabalho,[205] por meio do decreto federal 16.027/1923, assinado pelo então presidente Arthur da Silva Bernardes.

O Conselho Nacional do Trabalho foi, inicialmente, um órgão consultivo, criado para analisar "assuntos referentes à organização do trabalho e da previdência social", como consta no art. 1º do decreto 16.027/1923, e tinha como atribuições, diz o art. 2º, acompanhar questões relacionadas a sistemas de remuneração do trabalho, sistemas de conciliação e arbitragem, contratos coletivos, trabalho de menores, de mulheres e de aprendizes, ensino técnico, acidentes do trabalho, seguros sociais, caixas de aposentadorias e pensões de ferroviários, instituições de crédito popular e caixas de crédito agrícola (BRASIL, 1923).

Foi uma das primeiras tentativas de se unificar questões tão diversificadas referentes a relações de trabalho em um mesmo órgão (embora, ainda consultivo e ligado ao Poder Executivo). Atuava como Presidente honorário do Conselho, o Ministro da Agricultura,

---

[204] Conforme consta no site do TST: "a história da Justiça do Trabalho no Brasil tem sua origem definida a partir da criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1923, atendendo aos anseios de uma classe trabalhadora que se consolidava. Nos 20 anos seguintes, o direito do trabalho passou por diversas transformações ao ser ampliado, organizado e regulamentado. Esse processo culminou com a instalação da Justiça do Trabalho em 1941 e surgimento da Consolidação das leis do Trabalho (CLT) em 1943" (HISTÓRIA..., 2020).

[205] Diversos estudos buscaram analisar o papel do Conselho Nacional do Trabalho, como, por exemplo, Untura Neto (2013), que abordou o papel do CNT na construção dos direitos sociais no Brasil, Gomes (2018), que analisou o papel do CNT e sua relação com o movimento operário, e, mais recentemente, Cabral, Pereira e Chaves (2019) que investigaram, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, a evolução da legislação trabalhista e previdenciária no Brasil da década de 1930 até a estruturação do TST.

Indústria e Comércio, justamente por inexistir, à época, Ministério do Trabalho (criado apenas em 26 de novembro de 1930, por meio do decreto federal 19.433/1930) e as atividades de competência da Secretaria do Conselho eram tão variáveis quanto variáveis eram as atribuições do Conselho. Competia à Secretaria, por exemplo, "sistematizar a documentação sobre os diversos problemas de nossa economia social", além de "realizar inquéritos sociais, ouvindo os profissionais e interessados" (art. 8º), revelando a amplitude das questões que poderiam ser tratadas pelo Conselho.

Antes dessa mudança, havia apenas uma comissão, também consultiva, criada pelo decreto federal 14.786/1921, e que era destinada exclusivamente a apreciar assuntos concernentes a seguros contra acidentes de trabalho (art. 1º). Com a criação do Conselho Nacional do Trabalho, as atribuições da Comissão foram por ele incorporadas e outras questões foram acrescidas. E, em 1928, por meio do decreto federal 18.074/1928, o Conselho teve novo regulamento, passando a ser identificado como a "corporação destinada ao estudo dos problemas da economia social e de todos os assuntos que possam interessar à organização do trabalho e da previdência social" (art. 1º). Continuava atuando como órgão consultivo, devendo responder aos questionamentos formulados pelos poderes Executivo e Legislativo, mas passou a ter a possibilidade de "propor ao Governo as medidas que julgar convenientes no tocante à previdência social e à normalização do trabalho" (art. 10), adquirindo, assim, uma postura mais ativa.

Outra significativa alteração na regulamentação da Justiça do Trabalho se dá a partir da década de 30, com o crescimento do processo de industrialização, o aumento na complexidade das relações trabalhistas e o crescente interesse pela apreciação de demandas relativas ao mundo do trabalho, provenientes dos novos conflitos que surgiam. As novas demandas passaram a exigir um órgão atuante e especializado que dirimisse os conflitos sob um viés e um caráter menos administrativo e mais jurídico. (CABRAL; PEREIRA; CHAVES, 2019).

Diante desse quadro, em 1932, o Decreto 21.396 cria as Comissões Mistas de Conciliação, que tinham composição paritária e funcionavam nos municípios ou localidades nos quais existissem sindicatos ou associações profissionais de empregadores ou empregados, organizados e a elas incumbia "dirimir os dissídios entre empregadores e empregados" (art. 1º), voltadas, assim, para causas coletivas. Eram vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, na ausência de conciliação, havia a possibilidade de se submeter o litígio a juízo arbitral (art. 14). No caso de eventual recusa de conciliação, recusa de encaminhamento da avença ao juízo arbitral ou recurso acerca das penalidades aplicadas, a decisão caberia ao Ministério.

No mesmo ano surgem, ainda que de modo precário, as Juntas de Conciliação e Julgamento (decreto federal 22.132/1932), que previam um sistema de solução judicial de conflitos trabalhistas individuais destinados exclusivamente a sindicalizados[206] e vinculadas, ainda, ao Poder Executivo, como uma espécie de justiça administrativa (OLIVEIRA, 2018).

Existiam, assim, essas iniciativas visando dirimir conflitos trabalhistas, entretanto não havia, de fato, um órgão autônomo e estruturado que fosse especializado em apreciar litígios entre trabalhadores e seus respectivos patrões.

E embora a Constituição de 1934, promulgada por Getúlio Vargas, seja por muitos considerada o marco inicial responsável pela instituição, no Brasil, da Justiça do Trabalho "para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social"[207] sua estrutura apenas foi efetivamente organizada por meio do Decreto-lei 1.237, de 02 de maio de 1939.

Com 110 artigos, o Decreto-lei previa o exercício da administração da Justiça do Trabalho pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, Conselhos Regionais do Trabalho e Conselho Nacional do Trabalho, reconhecendo, em seu artigo 3º, sua relevância e obrigatoriedade. Nesse momento, o Paraná integrava a 2ª região dos Conselhos Regionais, de um total de oito regiões, junto com São Paulo e Mato Grosso, com sede na cidade de São Paulo.

Mas apenas em 1941 é que ocorre, de fato, a instalação oficial, pelo então Presidente Getúlio Vargas, da Justiça do Trabalho, por meio do Decreto-lei 3.229/1941 (que estabelecia a competência para o julgamento de processos referentes a dissídio de trabalho e a questões de previdência social, pendentes de decisão ou de recurso, a data da instalação da Justiça do Trabalho, e dava outras providências), embora ainda fortemente vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

---

[206] Constava, no artigo 1º: "os litígios oriundos de questões de trabalho, em que sejam partes empregados sindicalizados, e que não afetem a coletividade a que pertencerem os litigantes, serão-dirimidos pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, estabelecidas na presente lei, e na forma nela estatuída" (BRASIL, 1932).

[207] Assim constava no artigo 122 e seguintes, da Constituição de 1934: "Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho, à qual não se aplica o disposto no Capítulo IV do Título I. Parágrafo único – A constituição dos Tribunais do Trabalho e das Comissões de Conciliação obedecerá sempre ao princípio da eleição de membros, metade pelas associações representativas dos empregados, e metade pelas dos empregadores, sendo o presidente de livre nomeação do Governo, escolhido entre pessoas de experiência e notória capacidade moral e intelectual. Art. 123 – São equiparados aos trabalhadores, para todos os efeitos das garantias e dos benefícios da legislação social, os que exerçam profissões liberais" (BRASIL, 1934).

A redação do artigo 122 foi parcialmente mantida na Constituição posterior, de novembro de 1937, que passou a prever, em seu artigo 139: "Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum. "

Assim, passaram a ser julgados os processos de reclamação, de inquérito administrativo e os dissídios do trabalho, pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Câmara de Justiça do Trabalho do Conselho Nacional do Trabalho e também pelos Conselhos Regionais do Trabalho (art. 1º).

A partir de então, muitas leis e normas esparsas trataram de profissões de modo fragmentado, sem unidade ou sistematização, até que, em 1943, foram reunidas as regras que tratavam do direito processual do trabalho, do direito individual e coletivo do trabalho, no Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, gerando o que hoje conhecemos como a Consolidação das leis do Trabalho (NASCIMENTO, 2007, p. 75-76).

E por meio do Decreto-lei 9.797, de 1946, que alterou diversas disposições da Consolidação das leis do Trabalho, é que passaram a ser órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e, posteriormente, as Varas do Trabalho (denominadas juntas de Conciliação e Julgamento até a alteração pela Emenda Constitucional 24/1999, que, além disso, extinguiu a representação classista até então existente). Apenas neste momento a Justiça do Trabalho passou a integrar a órbita do Poder Judiciário, desvinculando-se, finalmente, do Poder Executivo.

Como resume Biavaschi, a formação da Justiça do Trabalho percorreu um longo caminho, sofrendo, desde o início, oposição de setores empresariais e conservadores da sociedade brasileira, traço característico esse que, infelizmente, acompanharia a Justiça Trabalhista até os dias atuais: "prevista em 1934; criada em 1939; regulamentada em 1940; instalada oficialmente em 1941, foi, em 1946, integrada ao Poder Judiciário (...) Aos poucos, ela se foi solidificando, mas sempre, aqui e ali, ameaçada em sua existência" (BIAVASCHI, 2011, p. 100).

As Constituições de 1946 e 1967 modificaram alguns pontos da estrutura da Justiça Trabalhista, preservando, basicamente, a forma de primeiro e segundo graus e Tribunal Superior atualmente conhecidas (sistema de três instâncias); a Emenda Constitucional 1/69 manteve a mesma estrutura de organização (tratando do Poder Judiciário no artigo 112 e seguintes e dos "Tribunais e Juízes do Trabalho" nos artigos 141 e 143)[208], nos termos após confirmados pela Constituição Federal de 1988 (LEITE, 2007, p. 130).

Havia, assim, uma certa ideia básica formalizada acerca da estrutura organizacional da Justiça do Trabalho, e embora nessas Constituições não existisse uma definição expressa do

[208] A composição dos Tribunais Regionais, prevista no § 5º, estipulava dois terços de juízes togados vitalícios e um terço de juízes classistas temporários, assegurada, entre os juízes togados, a participação de advogados e membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, nas proporções estabelecidas para o TST.

papel social a ser desempenhado por esta Justiça Especializada, restou evidenciado que ela tinha como objetivo principal tutelar o trabalhador, parte economicamente mais frágil na relação laboral. Tal conclusão se extraía da análise da própria forma como foi estipulado o procedimento processual simplificado que possibilitava o amplo acesso judicial: oralidade, informalidade, gratuidade de custos e não obrigatoriedade da assistência de advogados, por exemplo (MOREL; PESSANHA, 2007).

Insta destacar que, apesar de sua forte marca original antiliberal (com características protetivas e intervencionistas, a favor de uma tutela efetiva do trabalhador) a Justiça do Trabalho foi capaz de sobreviver a diversas mudanças político-institucionais, representando, em diferentes momentos históricos caracterizados como repressivos e autoritário, um dos poucos espaços de preservação e de defesa dos direitos sociais (MOREL; PESSANHA, 2007). Cumpria, assim, um certo papel de resistência democrática, inclusive em períodos não democráticos.

A Constituição de 1988, ao tratar do Poder Judiciário, separou os artigos 111 a 117 para falar do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho. As Emendas Constitucionais 24/1999, 45/2004 e 92/2016 foram responsáveis por uma série de modificações com relação à estrutura e composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Até a Emenda 24/1999, os Tribunais Regionais do Trabalho eram compostos por juízes togados vitalícios e juízes classistas temporários, ambos nomeados pelo Presidente da República. Posteriormente à emenda, os Tribunais Regionais passaram a ser compostos por, no mínimo, sete juízes, também nomeados pelo Presidente da República, mas observando, a partir de então, o quinto constitucional reservado a advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, ou seja, um quinto dos juízes recrutado entre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira e os demais membros originados da promoção alternada (por antiguidade e por merecimento) de juízes do Trabalho com mais de cinco anos de exercício (art. 115).[209]

A Emenda Constitucional 45/2004 (responsável por uma significativa ampliação na competência da Justiça do Trabalho, que passou a abranger, além das relações de emprego,

[209] "Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo: I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; II os demais, mediante promoção de juízes do Trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente" (BRASIL, 1988).

também as relações de trabalho), também autorizou a instalação da justiça itinerante e a constituição de câmaras regionais descentralizadas "a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo" – art. 115, § 1º, da CF (BRASIL, 1988).

E, além disso, desde a Emenda Constitucional 45/2004, passaram a funcionar junto ao TST: a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Diversas outras alterações legislativas trouxeram modificações significativas tanto em aspectos do direito material quanto do direito processual do trabalho, como, por exemplo, as leis 9.957/2000 (que acrescentou dispositivos à CLT, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista) e 9.958/2000 (que estabeleceu as Comissões de Conciliação Prévia, permitindo, ainda, a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho.), mas tais alterações, embora extremamente relevantes, não trouxeram maiores impactos na estrutura do Poder Judiciário Trabalhista, à exceção da Emenda Constitucional 92/2016, que explicitou o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterando, ainda, os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros e sua competência.[210]

Além disso, como muito já discutido nesta pesquisa, a lei federal 13.467/2017 acarretou mudanças significativas em diversos aspectos das relações de trabalho, entretanto praticamente manteve a mesma estrutura judiciária estabelecida pela Constituição de 1988.

Cabe ressaltar, ainda, que até a lei 5.442/1968, os Tribunais Regionais eram classificados em Tribunais de 1ª e de 2ª categorias, o que implicava em procedimentos distintos para o ingresso na magistratura e existência ou não de suplentes de juízes.

E embora diversas alterações legislativas tenham acarretado inúmeras outras modificações na estrutura da Justiça do Trabalho, muitos dispositivos legais ainda permanecem sem a necessária alteração, como, por exemplo, o artigo 674, da CLT, que trata da Jurisdição e competência dos Tribunais Regionais.[211]

Em 1972, por meio da lei 5.939/1972, houve a alteração de nomenclatura dos Conselhos Regionais para Tribunais Regionais, subsistindo, todavia, a antiga divisão em oito regiões: 1ª Região – Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo; 2ª Região – Estados de São

---

[210] Atualmente o TST é composto por "vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; II os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior" (art. 111-A, da CF). (BRASIL, 1988).

[211] Ainda consta, no mencionado artigo, a antiga divisão em apenas 8 Tribunais Regionais.

Paulo, Paraná e Mato Grosso; 3ª Região – Estados de Minas Gerais e Goiás e Distrito Federal; 4ª Região – Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;5ª Região – Estados da Bahia e Sergipe; 6ª Região – Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; 7ª Região – Estados do Ceará, Piauí e Maranhão e 8ª Região – Estados do Amazonas, Pará, Acre e Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima.

Atualmente existem 24 Tribunais Regionais do Trabalho, distribuídos por todos os estados brasileiros, sendo que o estado de São Paulo possui dois: o da 2ª Região, sediado na capital do estado e o da 15ª Região, com sede em Campinas.[212]

Os Tribunais Regionais funcionam como órgãos revisores na solução dos conflitos trabalhistas, constituindo a segunda instância e têm competência para o julgamento dos recursos provenientes das Varas do Trabalho (na fase de conhecimento ou na fase de execução). Também possuem competência originária para apreciação de mandados de segurança, ações rescisórias e dissídios coletivos, entre outros. A decisão proferida por uma das Turmas do Tribunal Regional é, em geral, uma decisão colegiada (tomada em conjunto pelos membros do colegiado) e se denomina acórdão.

Mas, antes disso, as controvérsias trabalhistas (sejam elas individuais ou coletivas) iniciam, em geral, com o ajuizamento de uma reclamatória trabalhista em uma das Varas do Trabalho (primeira instância). Caso uma das partes (reclamante ou reclamada), sucumbente parcial ou integralmente, esteja insatisfeita com o resultado obtido em sentença poderá – uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade recursal específicos – recorrer ao segundo grau, demonstrando as razões e fundamentos de seu inconformismo. Desse modo, o conjunto probatório será reanalisado, desta vez, pelos Desembargadores do Tribunal Regional.

Já, o Tribunal Superior do Trabalho é órgão de cúpula da Justiça do Trabalho (terceira instância) atuando também no julgamento de dissídios individuais e coletivos específicos. Segundo explicação do próprio TST: "do acórdão regional, cabe recurso para o TST. Trata-se de recurso técnico que depende de uma análise prévia, pela Presidência do TRT, para ser encaminhado ao TST".[213]

Após essa breve explanação acerca da formação da estrutura dos Tribunais Regionais, passaremos a analisar com maior profundidade o Tribunal Regional objeto da presente pesquisa.

---

[212] Dados obtidos no site do TST: <https://www.tst.jus.br/web/acesso-a-informacao/trts>

[213] Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/acesso-a-informacao/justica-do-trabalho>.

4.2 FORMAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

A primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba foi instalada em 1º de maio de 1941, quando o estado do Paraná ainda fazia parte da 2ª Região, juntamente aos estados de São Paulo e Mato Grosso.[214]

Nesse momento, a economia paranaense estava ligada essencialmente à produção e exportação de mate e de madeira e a estrutura industrial se concentrava basicamente nos arredores da capital e de Paranaguá, mas ainda de modo bastante tímido. Com a ocupação do chamado "Norte Pioneiro", o segmento industrial ganha um novo ritmo, entre 1939 e 1949, principalmente nos setores de produtos alimentícios, madeira, indústria têxtil, produtos minerais, papel/papelão e indústria química (BRAGUETO, 1999, p. 149-151).

O paulatino crescimento econômico, industrial e populacional demandou a ampliação da estrutura judiciária até então existente. Assim, em 1961, por meio da lei 3.873/1961, 20 novas juntas de conciliação e julgamento foram criadas na 2ª região, sendo três delas no Paraná: uma segunda Junta em Curitiba, uma em Londrina e uma em Ponta Grossa. A partir de então, foram criadas novas Juntas em 1966 (em União da Vitória e em Paranaguá, mediante a lei 5.082), em 1972 (3ª Junta em Curitiba, pela lei 5.643 de 1970) e em 1974 (4ª Junta de Curitiba, pela lei 5.892 de 1971).[215]

E finalmente, em 22 de setembro de 1975, depois de intensos debates políticos e de uma tumultuada tramitação, o então Presidente Ernesto Geisel assinou a lei 6.241/1975, que criou a 9ª Região da Justiça do Trabalho, compreendendo, à época, os estados do Paraná e de Santa Catarina. O Tribunal era então composto por 6 Juízes togados, vitalícios, e dois representantes classistas, temporários (art. 2º).

O registro histórico em comemoração aos 39 anos do TRT da 9ª região, publicado em 2015, narra o turbulento percurso da tramitação até a aprovação: em 1950 houve a primeira tratativa, mas a busca pela criação de dois tribunais com distintas jurisdições para os estados do Paraná e de Santa Catarina culminou com o veto presidencial ao substitutivo posto; em 1961 o mesmo projeto foi novamente apresentado, mas foi barrado pela Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados, que o considerou inconstitucional, mesmo com o forte apoio da bancada paranaense; nova mensagem ao Congresso Nacional foi encaminhada já no ano

---

[214] Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/5250179>. A primeira Junta de Conciliação de Curitiba estava na rua Doutor Muricy, 706, 2º andar. Em 1943 passou a funcionar na rua Monsenhor Celso, nº 234, 1º andar.

[215] Dados obtidos no: <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/5250179 > p. 28-29.

seguinte, com forte pressão por parte dos Sindicatos do estado, sem, todavia, resultados satisfatórios, resultando no arquivamento precoce do projeto; em 1973 uma comissão formada por advogados, parlamentares e juristas, apoiada pelo então Governador do Paraná, Emilio Gomes, reviveu a campanha pelo tribunal paranaense "demonstrando em números que a sobrecarga de processos em andamento perante a 2ª Região prejudicava o andamento das causas trabalhistas oriundas do Paraná" (REGISTRO..., 2015, p. 32); finalmente, após muitas tratativas entre o então Presidente da República Ernesto Geisel, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Luiz Roberto Rezende Puech, e o governador do Paraná, Jaime Canet Junior, além da forte pressão dos sindicatos, houve a criação, em 1975, do Tribunal Regional da 9ª região.

Cabe destacar que este foi o primeiro Tribunal Regional criado após a instalação da Justiça do Trabalho em 1941, revelando o esforço da bancada paranaense na tentativa de ampliar a estrutura judiciária trabalhista até então existente.

Quase um ano depois – após as negociações relativas às instalações físicas, a realização de concurso público, o desenvolvimento do primeiro Regimento Interno, indicação e nomeação de juízes, contratação de servidores e demais solenidades – no dia 17 de setembro de 1976 houve, finalmente, a oficialização solene do Tribunal, situado, então, na Rua 24 de Maio, nº 118, em Curitiba (REGISTRO..., 2015, p. 37).

Novas juntas de conciliação e julgamento foram criadas, tanto em Santa Catarina quanto no Paraná, até que, com a sanção da lei 6.928, em 1981, pelo presidente João Baptista Figueiredo, os dois estados se desvincularam, originando-se a 12ª região, com sede em Florianópolis.[216] Cessava, a partir de então, a competência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região para julgar insurgências recursais além das fronteiras paranaenses.

Esse breve histórico do TRT/PR cumpriu a finalidade de apresentar a formação do regional, situando-o dentro do contexto de construção da Justiça Trabalhista brasileira. Feito isso, passamos a trazer a estruturação do TRT/PR no presente, em razão do nosso foco e problema de pesquisa.

---

[216] "Art. 1º – Ficam criados por esta lei a 12ª Região da Justiça do Trabalho, que abrangerá o Estado de Santa Catarina, e, com jurisdição sobre ela, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que terá sede em Florianópolis. Art. 2º – O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região será composto de 8 (oito) Juízes, com vencimentos e vantagens previstos na legislação em vigor, sendo 6 (seis) togados, de investidura vitalícia, e 2 (dois) classistas, de investidura temporária, representantes, respectivamente, dos empregados e empregadores" (BRASIL, 1981).

No momento de elaboração desta parte da tese (janeiro de 2022), o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná tem sede em Curitiba, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, no Centro, e sua jurisdição compreende todo o estado do Paraná.

É formado por 31 desembargadores, sendo que 24 são de carreira, nomeados por promoção, dentre juízes titulares de Varas do Trabalho da Região, observado o critério alternado de antiguidade e merecimento, 3 são membros do Ministério Público do Trabalho e 3 são advogados, indicados pelos órgãos de representação das respectivas classes, e mais 1, alternado e sucessivamente entre as duas classes, de acordo com Regimento Interno (REGIMENTO..., 2020), 92 juízes titulares e 82 juízes substitutos – que atuam nas 97 Varas do Trabalho espalhadas por todo o estado. [217]

São órgãos do Tribunal o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Seção Especializada, as Turmas, a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional – conforme estipulado no art. 2º do Regimento Interno. A direção do Tribunal (Presidência, Vice-presidência e Corregedoria Regional) é escolhida pela maioria dos membros eletivos do Tribunal, dentre seus desembargadores mais antigos, por meio de eleição secreta para mandato de dois anos, proibida a reeleição – art. 11 (REGIMENTO..., 2020).

O Tribunal Pleno compõe-se de todos os seus desembargadores efetivos em exercício, exigindo, todavia, quórum mínimo de 17 desembargadores – art. 15 (REGIMENTO..., 2020). Ao Tribunal Pleno compete, além das atividades decisórias de cunho administrativo (dar posse a membros, eleger seus cargos diretivos, votar o Regimento Interno, elaborar listas tríplices, indicar juízes substitutos, aplicar advertências a seus membros ou juízes, deliberar sobre aposentadoria compulsória, etc.), a responsabilidade pela uniformização da jurisprudência a ser observada no Regional, ao "julgar os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e os Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, aprovando a respectiva súmula ou precedente e deliberar sobre a alteração e cancelamento de súmulas ou precedentes", bem como "processar e julgar o Incidente de Assunção de Competência – IAC", no art. 16 (REGIMENTO..., 2020).

O Órgão Especial é composto por 21 desembargadores e exige quórum mínimo de 11, para funcionamento, e tem sua competência fixada no artigo 18 do Regimento Interno. Também é o órgão responsável por decisões de cunho administrativo e organizacional (concede férias e licenças a seus membros, fixa diárias de desembargadores e juízes, delibera acerca da realização

---

[217] Dados obtidos no site do TRT/PR em 10 de dezembro de 2020: <https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=5&pagina=DESEMBARGADORES>; <https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=5&pagina=JU%C3%8DZES%20VARA>; <https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=5&pagina=JUIZES%20SUBS>.

de concursos para magistrados, etc.), além de apreciar mandados de segurança impetrados contra atos de seus próprios membros, da Presidência do Tribunal e da Corregedoria Regional, as arguições de suspeição e de impedimento de seus desembargadores, nos feitos de sua competência, conflitos de competência entre relatores ou entre órgãos do Tribunal, bem como os suscitados entre as Varas do Trabalho, entre outras atribuições (REGIMENTO..., 2020).

A Seção Especializada é composta por 13 desembargadores, além da participação do Presidente e do Vice-Presidente nos julgamentos de dissídios coletivos (quórum mínimo de funcionamento de 7 desembargadores). É especializada por julgar, especialmente, processos da fase de execução, além de dissídios coletivos, revisões de sentenças normativas, ações anulatórias de cláusulas de instrumento normativo, os mandados de segurança contra decisão jurisdicional proferida pelo Presidente do Tribunal em dissídio coletivo, bem como dos próprios atos da Seção Especializada, assim como em relação aos atos de seu presidente, os atos de quaisquer de seus membros, bem como das Turmas e de seus desembargadores, de juízes e funcionários sob a jurisdição da Justiça do Trabalho da 9ª Região, ações rescisórias, entre outros – art. 20 (REGIMENTO..., 2020).

Desde o ato 231/2011, o Tribunal conta com 7 Turmas de Julgamento, cada uma composta por 4 desembargadores. Como o Tribunal do Paraná optou por instituir uma Seção Especializada para julgamento de recursos dos processos na fase de execução, às Turmas compete o julgamento, em geral, das insurgências recursais relativas à fase de conhecimento, ou seja, apreciam recursos ordinários, recursos ordinários em procedimento sumaríssimo, e demais recursos vinculados (agravos de instrumento, embargos de declaração, medidas cautelares, agravos de regimento, etc.) – art. 23 (REGIMENTO..., 2020).

O Tribunal Regional da 9ª Região apresenta, como sua missão, "solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional" e elenca, entre seus valores "acessibilidade, comprometimento, credibilidade, duração razoável do processo, efetividade, ética, inovação, justiça social, respeito, responsabilidade socioambiental e transparência".[218]

Assim, além de buscar a justiça social e a efetividade, há, de imediato, a preocupação em garantir a todos a necessária acessibilidade. E é justamente essa preocupação com o amplo acesso ao poder judiciário que pretendemos analisar, buscando verificar, tanto no exame dos fundamentos dos acórdãos que julgam os recursos interpostos, questionando as alterações na apresentação das petições iniciais, quanto na investigação dos mecanismos jurídicos que podem

[218] Texto que consta no sítio eletrônico do TRT/PR, na seção Institucional, identificada como "Quem somos". Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=45&pagina=INICIAL>.

ser utilizados pelo Tribunal na tentativa de garantir não apenas uma interpretação adequada à alteração imposta pela Reforma Trabalhista, mas também a uniformização de uma possível jurisprudência de resistência.

Isso porque, como já pontuado, com a alteração do disposto no artigo 840, da CLT, que previa os requisitos para recebimento da petição inicial trabalhista, passando a exigir a indicação dos valores dos pedidos formulados, diversos novos questionamentos passaram a ser apresentados.

A modificação imposta, embora pequena, trouxe grandes e novos problemas. Inicialmente implicou num aumento no ajuizamento de recursos em procedimento sumaríssimo.[219] Além disso, trouxe questionamentos referentes à: impossibilidade de se apresentar os valores correspondentes a cada um dos pedidos, uma vez que a quase totalidade da documentação referente ao contrato de trabalho permanece com o empregador, dificultando a adequada liquidação; incerteza com relação à possibilidade de se mandar emendar ou não a petição inicial que não atenda a todos os requisitos; dúvidas com relação aos valores apontados representarem mera estimativa de cálculo ou se seriam considerados valor limite para pautar a condenação no momento da liquidação de sentença; necessidade ou não de apresentação de planilhas detalhadas dos cálculos e, por fim, medidas necessárias para obtenção de documentos em poder do empregador.

Considerando essas dificuldades é que se pretende investigar a jurisprudência mais recente. Tal opção se deu uma vez que, com a análise das discussões decorrentes, torna-se possível traçar os primeiros argumentos elaborados que poderiam ou não reproduzir fundamentos coniventes com um possível fortalecimento do discurso característico do Direito do Trabalho de Exceção por restringir ou mesmo impedir o amplo acesso à Justiça Trabalhista.

---

[219] O Procedimento Sumaríssimo possui regramento próprio e requisitos de peticionamento também específicos, que não foram afetados com a Reforma Trabalhista. Criado com a lei 9.957/ 2000, consta nos artigos 852-A a 852-I, da CLT, e é específico para demandas individuais "cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação" (art. 852-A), ou seja, para reclamatórias que não busquem condenação em valor superior a R$ 41.800,00 (quarenta e um mil e oitocentos reais), valor do salário-mínimo em 2020, a R$1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais), conforme Medida Provisória 919, de 30 de janeiro de 2020 (BRASIL, 2020). Estão também excluídos do procedimento dissídios em face da Administração Pública direta, autárquica e fundacional – parágrafo único, do art. 852-A, da CLT (BRASIL, 1943). Como tal procedimento é específico para demandas de menor potencial econômico e prevê tramitação processual mais acelerada, com unificação e simplificação de procedimentos, ele já previa a necessidade de apresentação, em inicial, de o pedido certo ou determinado com a indicação do valor correspondente – art. 852-B, I, da CLT (BRASIL, 1943).

4.3 CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES DE PESQUISA

Para esta pesquisa interessa, mais especificamente, e de início, a análise dos entendimentos apresentados pelos desembargadores das 7 Turmas, justamente porque será na instância recursal que surgem os questionamentos das partes em face de possível rejeição da petição inicial no primeiro grau. Mas alguns questionamentos trazidos na fase de execução e julgados pela Seção Especializada também serão apontados e analisados com o objetivo de aclarar algumas situações distintas que surgiram durante a pesquisa. Apreciaremos, desse modo, os acórdãos julgados prioritariamente pelas Turmas do TRT/PR que analisaram as insurgências recursais relativas às possíveis interpretações dos novos requisitos da petição inicial após a Reforma Trabalhista.

A escolha pela análise a partir dos julgados do segundo grau se deu justamente pela maior facilidade em condensar os entendimentos apresentados por toda a região do Paraná, em suas 92 Varas do Trabalho[220], a partir das insurgências recursais direcionadas ao Tribunal, sendo possível apreciar não apenas as motivações trazidas na origem (primeiro grau), mas os principais argumentos utilizados por ambas as partes (empregadores e empregados) nas suas tentativas de reforma do decidido, bem como as conclusões que formariam, no segundo grau, pouco a pouco, a jurisprudência paranaense.

Para a análise documental há uma ampla diversidade de metodologias e de procedimentos que podem ser aplicados com o objetivo de se extrair significados e interpretar os dados analisados. Como pretendemos analisar, no presente estudo, como o Poder Judiciário Trabalhista está atuando frente a questões complexas trazidas com a Reforma Trabalhista – pensando no recorte temático e territorial previamente estabelecidos[221] – por meio da análise inicial de acórdãos publicados e, posteriormente, por meio da análise do Incidente de Assunção de Competência instaurado, e seus respectivos desdobramentos, parece-nos relevante estabelecer uma análise qualitativa dos dados coletados, considerando, ainda e especialmente, toda a conjuntura anteriormente traçada e relatada.

---

[220] Em agosto de 2021.

[221] Como recorte temático, considerando a grande quantidade de alterações decorrentes da Reforma Trabalhista, optamos por analisar a alteração processual que se deu no parágrafo 1º, do artigo 840, da CLT, conforme motivos já expostos. Como recorte territorial, analisaremos os julgados proferidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná – também consoante motivos já apresentados. Faremos, ainda, a exposição acerca do recorte temporal selecionado e os motivos para tal.

Há algumas discussões teóricas acerca das diferenças e semelhanças entre a análise de discurso, a análise de conteúdo e, ainda, a análise de conversação.[222] Para o presente estudo, todavia, interessa-nos buscar as metodologias e instrumentos que possibilitem investigar em que medida as decisões judiciais de segunda instância, no TRT/PR, representariam a confirmação de um direito processual do trabalho de exceção, inserido dentro de um discurso e de uma agenda neoliberal ou, de outro lado, implicariam em uma jurisprudência de resistência que, por meio de técnicas de interpretação e de reflexão acerca do papel a ser desempenhado pelo próprio poder judiciário trabalhista, garantiria o amplo acesso, a proteção do trabalhador, bem como a segurança e uniformização da jurisprudência.

A análise discursiva tem o objetivo, desse modo, e na presente pesquisa, de interrogar os sentidos estabelecidos, de proporcionar uma releitura, considerando não apenas o que está dito, escrito, declarado, mas todo o contexto histórico e ideológico que é trazido com as decisões colegiadas que são proferidas. É buscar entender o conjunto de discursos, de posicionamentos possíveis, a partir do contexto dado. Como esclarecem Caregnato e Mutti, na análise do discurso "a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer" (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681).

E embora Gonçalves (2016), separe as principais perspectivas de análise dos discursos em quatro principais vertentes (estruturalismo, análise foucaultiana do discurso, análise semiótica do discurso e análise crítica do discurso), analisando tais vertentes e confrontando-as com as intenções da presente pesquisa, concluímos pela melhor aplicabilidade da análise crítica do discurso, eis que: (i) os fatos e as narrativas deles decorrentes devem ser considerados em conjunto com os domínios de valores e inscrições ideológicas; (ii) a análise do discurso deve contemplar linguagem, estrutura social e a circunstância ideológica na qual foi produzida a narrativa e (iii) o produto final da análise será a construção de uma consciência crítica (GONÇALVES, p.286, 2016).

E é nessa linha que buscaremos verificar até que ponto a racionalidade neoliberal – que abarcou e se apoderou de tantos projetos individuais e planos políticos – poderia influenciar no posicionamento do Poder Judiciário, ao apreciar as questões que lhe são apresentadas.

Cabe lembrar, como já pontuamos anteriormente, que muito embora todo pesquisador, ao analisar e interpretar as narrativas, traga consigo suas experiências e sentimentos pessoais, numa tentativa de trazer maior objetividade ainda a uma pesquisa que traz tantos laços de afeto, utilizaremos algumas etapas da análise de conteúdo, justamente porque nos interessa tanto a

[222] Para mais detalhes, os artigos de Caregnato e Mutti (2006), Silva e Fossa (2015), Carlomagno e Rocha (2016), Gonçalves (2016) e Moreira (2018).

análise dos sentidos, a posição discursiva do sujeito (que são típicas da análise de discurso), quanto o conteúdo, a materialidade linguística, o pensamento através do conteúdo expresso no texto – no caso, nas decisões judiciais (procedimento específico da análise de conteúdo), por meio das etapas de pré-análise documental, exploração do material e análise de indicadores e tratamento dos resultados e interpretação (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683-684).

Utilizando a sistemática proposta por Silva e Fossá (2015), que resumiram e sistematizaram a técnica de Bardin, efetuamos a leitura geral do material coletado, após a definição do recorte, formulamos as hipóteses e objetivos a partir da leitura inicial dos acórdãos e, considerando o contexto anteriormente explicitado, elaboramos alguns indicadores que permitiram a interpretação do material coletado, possibilitando algumas conclusões com base na análise dos acórdãos e respaldadas no referencial teórico antes apresentado (SILVA; FOSSÁ, 2015).

O recorte do *corpus* de análise levou em consideração os seguintes pontos: (i) a partir da compreensão do contexto de racionalidade neoliberal que, no Brasil, culminou com uma crise econômica, política e institucional acentuada com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, analisamos o cenário no qual se estabeleceu a Reforma Trabalhista de 2017, identificando um panorama de austeridade e de mercantilização das mais diversas esferas das relações sociais; (ii) além de observarmos que a maior parte das pesquisas acadêmicas que se propuseram a analisar a Reforma Trabalhista de 2017 optou por dar ênfase a questões ligadas a direitos materiais e direitos coletivos, por perceber maior potencial de lesividade nas modificações processuais – pois, como instrumento, o processo do trabalho pode até mesmo inviabilizar eventual discussão acerca dos demais direitos materiais porventura violados durante a relação laboral – optamos por analisar uma das modificações processuais impostas com a Reforma Trabalhista, no caso, a alteração de um dos requisitos para ajuizamento da reclamatória trabalhista (artigo 480, § 1º, da CLT); (iii) justamente por atuar, desde 25/04/2005, como servidora pública concursada junto ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, e mais especificamente, desde 01/03/2007 em gabinete de desembargadores, no segundo grau, optamos, para fins de buscar um recorte jurisprudencial atualizado, por investigar os acórdãos deste Tribunal, pela facilidade de acesso aos dados e documentos necessários, além das vantagens de uma análise considerando a perspectiva de uma *insider* e (iv) o marco temporal observado para a coleta dos acórdãos levou em consideração aqueles publicados no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná a partir da vigência da lei federal 13.467/2011 até a data de

instauração do Incidente de Assunção de Competência 0001088-38.2019.5.09.0000,[223] que buscou uniformizar o entendimento jurisprudencial regional acerca da questão. Assim, foram pesquisados os acórdãos que analisaram insurgências recursais relativas à exigência de indicação dos valores dos pedidos na petição inicial publicados entre 11 de novembro de 2017 e 26 de agosto de 2019.

A seleção dos acórdãos se deu por meio de pesquisa pelo sistema interno "intranet", do Tribunal, acessado por meio de *login* e senha de servidor.[224]

O sistema intranet possibilita ao servidor diversas modalidades de pesquisa: fichas de autos, bases jurídicas, atos e portarias, Memórias, Histórico Pleno e Órgão Especial, Jurisprudência e Sistema Banco Regional de Jurisprudência.

Cabe relembrar, neste momento, minha dupla condição, tanto como pesquisadora que busca compreender o papel do Poder Judiciário Trabalhista dentro do cenário traçado como, também, servidora pública federal efetiva da instituição que busca estudar, o que, como bem ressaltado por Cunha Filho, "impõe uma série de desafios éticos" (CUNHA FILHO, p. 41, 2019).

O autor, durante a elaboração de sua tese de doutorado, atuou como auditor federal da Controladoria Geral da União (CGU) e, à época em que esteve lotado na Ouvidoria Geral, fez sua pesquisa analisando a Lei de Acesso à Informação (lei federal 12.527/2012), o que implicava em analisar justamente o órgão no qual trabalhava (inclusive realizando entrevistas com colegas de trabalho). Para garantir o rigor científico necessário e a adequada prestação do serviço público, utilizou diversas medidas e precauções que, conforme necessário, replicaremos na presente pesquisa, diante da similitude das condições desenvolvidas.

Mesmo tendo acesso, desse modo, como servidora pública, a acórdãos ainda não publicados, ou a documentos considerados sigilosos, bem como conversas informais que porventura revelam certos entendimentos de desembargadores sobre o tema estudado, tais

---

[223] Durante a leitura dos acórdãos encontrados dentro do processo de recorte do material, constatamos a instauração do incidente mencionado, o que trouxe novos rumos para a pesquisa. Se, inicialmente, o objetivo do presente estudo se restringia a buscar analisar o entendimento jurisprudencial por meio dos acórdãos das turmas, tentando localizar indícios de jurisprudência de resistência em contrapartida a um possível direito processual do trabalho de exceção decorrente dos efeitos da racionalidade neoliberal, com esse novo procedimento instaurado surgiu a necessidade de acompanharmos os desdobramentos da possível uniformização de jurisprudência sobre o tema. Buscamos dessa forma, confirmar, de certo modo, como o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná decidiria sobre a temática e, indiretamente, qual a visão que o Tribunal teria acerca do seu papel dentro do contexto posto pela Reforma Trabalhista.

[224] Disponível em: < www.intranet.trt9.jus.br>.

dados, em razão do dever legal de obediência à lei federal 8.112/90,[225] não serão revelados. Desse modo, apenas acórdãos já publicados e que não se encontrem em segredo de justiça [226] serão objeto de análise. Do mesmo modo, a menção aos entendimentos e fundamentos de desembargadores, partes e advogados levará em consideração apenas os acórdãos publicados ou as falas e discursos apresentados nas sessões e na audiência pública realizadas.

Como os acórdãos analisados encontram-se todos públicos e disponíveis para consulta, e, considerando a quantidade expressiva de acórdãos todos do mesmo regional, para facilitar a leitura indicaremos, quando mencionado em texto, o nome do desembargador relator e o ano da publicação. Na respectiva nota de rodapé constarão os demais dados e referências de identificação.[227] Em anexo, ao final, disponibilizamos uma listagem com todos os números de acórdãos coletados e analisados, durante a pesquisa, para consulta.

Quando os fundamentos apresentados em divergência, pelo desembargador ou desembargadora que realizou a revisão, forem relevantes para a análise, também serão apontados e identificados. Como não trataremos da análise de nenhum caso individual específico (à exceção do incidente de assunção de competência), suprimiremos o nome das partes envolvidas (reclamantes e reclamados), exceto se, para a exata compreensão do argumento trazido, tal informação for indispensável.

Assim, o levantamento dos acórdãos foi feito por meio do sistema interno "intranet", pela página de "pesquisas processuais", aba "jurisprudência", seleção de "acórdãos na íntegra. Esse sistema de pesquisa possibilita selecionar o lapso temporal desejado, o órgão julgador que proferiu a decisão (quaisquer uma das 7 Turmas, Órgão Especial, Seção Especializada, Tribunal Pleno ou OE – Uniformização de Jurisprudência) a classe processual (atualmente constam 30

---

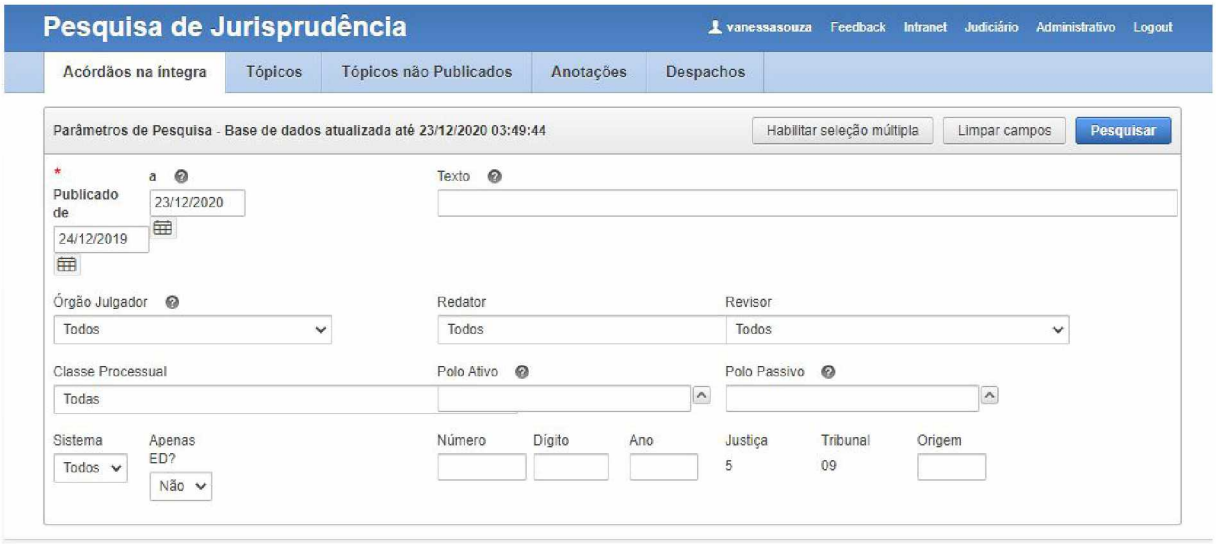
[225] De acordo com o artigo 116, da lei 8.112/90 (que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), são deveres do servidor: "(...) VIII – guardar sigilo sobre assunto da repartição; IX –manter conduta compatível com a moralidade administrativa. " (BRASIL, 1990).

[226] De acordo com o artigo 198, do Código de Processo Civil de 2015 (lei federal 13.105): "Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: I – em que o exija o interesse público ou social; II – que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; III – em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; IV – que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo. § 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores. § 2º O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação. " (BRASIL, 2015).

[227] Exemplo: no corpo do texto constará: (Desembargador Arnor Lima Neto, 2018); e, em nota de rodapé: 0000044-27.2018.5.09.0094, 6ª Turma, Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, acórdão publicado em 03.12.2018.

classes processuais),[228] o sistema (SUAP ou PJE),[229] o desembargador redator do acórdão e/ou seu revisor (dentre os desembargadores integrantes das turmas ou dos respectivos órgãos julgadores, e, também, juízes eventualmente convocados que participaram de alguma das sessões de julgamento). Também é possível pesquisar pelo polo ativo (nome dos reclamantes), polo passivo (nome dos reclamados) ou pelo número do processo, selecionando ou não os embargos de declaração, conforme tela a seguir:[230]

Figura 12: Pesquisa de Jurisprudência.



Fonte: intranet TRT/PR. Elaborado pela autora a partir do recorte do site.

Selecionamos, assim, acórdãos publicados entre 11 de novembro de 2017 e 26 de agosto de 2019 e, para a primeira aferição, deixamos em aberto o órgão julgador, a classe processual,

[228] Na conferência de tópicos realizada em 23 de dezembro de 2020 constavam as seguintes classes processuais: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), agravo de instrumento em agravo de petição (AIAP), agravo de instrumento em recurso ordinário (AIRO), agravo de petição (AP), ação rescisória (AR), arguição de inconstitucionalidade (ArgInc), CCCiv, conflito de competência (CC), cautelar inominada (CauInom), correição parcial ou reclamação correicional (Corpar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de suspeição (ExcSusp), habeas corpus (HB), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), InsResDEmRept, mandado de segurança (MS), mandado de segurança coletivo (MSCol), petição (Pet), precatório (Precat), recurso ordinário (RO), recurso ordinário em procedimento sumaríssimo (ROPS), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RclDisc), reexame necessário (Reenec), reexame necessário/recurso ordinário (Reenec/RO), TutAntAnt e tutela cautelar antecedente. Cabe ressaltar que nem todas as classes processuais que estão descritas no artigo 44, do Regimento Interno deste regional, aparecem na aba de classe processual do sistema de pesquisas.

[229] Durante anos o SUAP – Sistema Unificado de Administração de Processos – foi utilizado no TRT/PR, até que em 2017 instituiu-se, no âmbito nacional, o Sistema Processual Judicial Eletrônico (PJE), por meio da resolução CSJT 185/2017. Mas como o TRT/PR já utilizava ambos os sistemas de modo concomitante desde 2012 (conforme Portaria Pres/Correg 24/2012), optamos por pesquisar os acórdãos proferidos em ambos os sistemas.

[230] Disponível em: <https://intranet.trt9.jus.br/intranet2/f?p=164:4:108227834746429::::>.

sistema, redator e revisor, com a finalidade de alcançar todos os acórdãos de todos os órgãos julgadores do Tribunal, independente de relator, revisor ou classe processual.

O processo para seleção das "palavras-chave" a serem colocadas no campo "texto", levou em consideração o objetivo de analisar os questionamentos que chegaram ao segundo grau com relação ao novo requisito estipulado no artigo 840, § 1º, da CLT e os fundamentos e narrativas adotados na conclusão proferida no julgado.

Existem inúmeras formas tanto da parte apresentar sua insurgência recursal (a forma de nominação das matérias recursais é livre, cabendo ao recorrente colocar o título que entender mais adequado), quanto do desembargador relator apreciar a matéria (podendo mencionar o artigo da lei, a instrução normativa que trata do tema, o dispositivo legal, jurisprudências e doutrinas variadas). Rápida pesquisa nos acórdãos julgados, pela busca dos títulos nomeados pelos recorrentes, resultou numa ampla variedade de expressões que praticamente inviabilizariam uma busca mais criteriosa. Selecionamos, de modo exemplificativo, os primeiros 40 (quarenta) títulos nomeados, tal qual apresentados nos recursos:

- Acesso à justiça – inviabilidade de liquidação prévia;
- Ausência de liquidação dos pedidos;
- Cerceamento do direito de defesa – extinção precipitada dos pedidos;
- Cumprimento do requisito do artigo 840, § 1º, da CLT – liquidação dos pedidos ou indicação dos valores;
- Da inépcia da inicial;
- Da não aplicação da Reforma Trabalhista;
- Delimitação de valores;
- Do artigo 840, § 1º, da CLT – requisitos;
- Emenda à inicial. Arquivamento;
- Extinção do feito – art. 840 da CLT;
- Extinção do feito sem resolução do mérito – liquidação dos pedidos iniciais;
- Extinção do processo;
- Extinção do processo sem resolução do mérito – liquidação dos pedidos;
- Extinção processual;
- Impossibilidade de apresentar valores líquidos e da extinção do processo sem julgamento do mérito;
- Impossibilidade de limitação dos créditos do autor;
- Indeferimento da exordial;

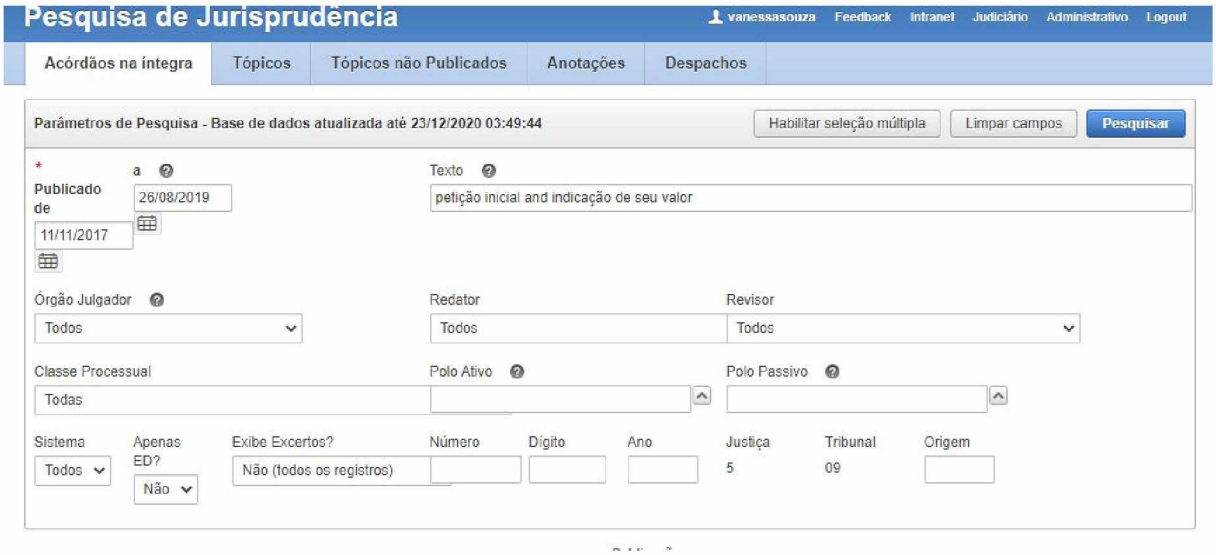
- Indeferimento da Petição Inicial;
- Inépcia da petição inicial - indicação de valores;
- Limitação aos cálculos de liquidação;
- Limitação aos valores indicado na petição inicial;
- Limitação dos valores dos pedidos constantes na inicial em fase de liquidação;
- Limites da condenação;
- Limites da condenação x valores da petição inicial;
- Liquidação da sentença – limitação aos valores da exordial;
- Liquidação de sentença – limitação da condenação aos valores declinados na exordial;
- Liquidação de valores;
- Não indicação de valor ao pedido;
- Não limitação dos valores elencados pela inicial;
- Necessidade de apresentação de documentação mínima para liquidação dos pedidos e possibilidade de emenda à petição inicial;
- Necessidade de liquidação prévia – extinção do feito sem julgamento do mérito;
- Negativa de prestação jurisdicional – nulidade da decisão – extinção do feito;
- Nova legislação – extinção sem julgamento;
- Nulidade da r. sentença;
- Nulidade da sentença – pedidos líquidos – art. 840, §1º, CLT;
- Possibilidade de atribuição de valor estimado aos pedidos;
- Requisitos da inicial – reforma trabalhista;
- Requisitos do art. 840, § 1º, da CLT e
- Valor do pedido e prazo para emenda.

Em razão dessa ampla variedade é que optamos por utilizar a expressão própria prevista em lei para fins de investigação**,** com o objetivo de localizar os acórdãos que enfrentaram o tema dentro do lapso temporal estipulado.

Assim, como a nova redação do § 1º, do artigo 840, da CLT, estipula "sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante" (BRASIL, 1943), a

opção de pesquisa levou em conta os seguintes termos: petição inicial" *and* "indicação de seu valor", o que resultou na seguinte tela de pesquisa: [231]

Figura 13: Parâmetros de pesquisa utilizados.



Fonte: intranet TRT/PR. Elaborado pela autora a partir do recorte do site.

E o resultado da seleção foi um total de 697 acórdãos publicados, assim distribuídos por órgão julgador e por classe processual:

Tabela 1: Resultado de acórdãos TRT/PR. Período de 11.11.2017 a 26.09.2019.

Órgão	Classe	Quantidade
1A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	5
	RO – recurso ordinário	45
	ROPS – recurso ordinário procedimento sumaríssimo	23
1A. TURMA Total		73
2A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	6
	RO – recurso ordinário	65
	ROPS – recurso ordinário procedimento sumaríssimo	22
	TutAntAnt – tutela cautelar antecedente	1
2A. TURMA Total		94
3A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	1
	RO – recurso ordinário	42

[231] A tabela com a listagem de todos os processos encontrados com a filtragem de dados está em anexo, ao final da pesquisa.

	ROPS – recurso ordinário procedimento sumaríssimo	2
3A. TURMA Total		45
4A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	6
	RO – recurso ordinário	47
	ROPS – recurso ordinário procedimento sumaríssimo	8
4A. TURMA Total		61
5A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	5
	RO – recurso ordinário	54
	ROPS – recurso ordinário procedimento sumaríssimo	10
5A. TURMA Total		69
6A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	8
	RO – recurso ordinário	173
	ROPS – recurso ordinário procedimento sumaríssimo	24
6A. TURMA Total		205
7A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	7
	RO – recurso ordinário	66
	ROPS – recurso ordinário procedimento sumaríssimo	41
7A. TURMA Total		114
ÓRGÃO ESPECIAL	CorPar – correição parcial	1
ÓRGÃO ESPECIAL Total		1
SEÇÃO ESPECIALIZADA	AP – agravo de petição	6
	AR – ação rescisória	1
	MS – mandado de segurança	28
SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		35
Total geral		**697**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

Dessa primeira triagem inicial, foram excluídos os ROPS (recursos ordinários em procedimento sumaríssimo), porque tais medidas recursais possuem regramento específico, conforme artigo 852-A, da CLT, desde a lei 9.957/2000, e não foram afetados, neste ponto, pelas alterações trazidas com a Reforma Trabalhista.[232] Assim, não interessavam para a análise pretendida no presente estudo.

[232] O Procedimento Sumaríssimo está previsto no artigo 852-A, da CLT: "Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam

Com a exclusão dos ROPS, o novo resultado obtido foi um total de 567 acórdãos.

E, após essa segunda triagem, ainda assim obtivemos alguns processos que, embora possuíssem as expressões-chave em seu corpo de texto, diziam respeito a matéria totalmente diversa da que pretendíamos abordar.

Dos 567 processos separados (já excluídos os ROPS), 35 não tratavam do tema objeto da presente pesquisa, o que representa 6,17% do total,[233] possibilitando, assim, a análise final de 532 acórdãos publicados entre 11 de novembro de 2017 e 26 de agosto de 2019 e que apreciavam os novos requisitos impostos para ajuizamento da petição inicial de reclamatória após a Reforma Trabalhista, assim divididos, por órgão de julgamento e por classe processual:

Tabela 2: Seleção de acórdãos TRT/PR. Período de 11.11.2017 a 26.09.2019.

Órgão	*Classe*	*Quantidade*
		0
Total		0
1A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	5
	RO – recurso ordinário	43
1A. TURMA Total		48
2A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	6
	RO – recurso ordinário	63
	TutAntAnt – tutela cautelar antecedente	1
2A. TURMA Total		70
3A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	1
	RO – recurso ordinário	36
3A. TURMA Total		37

submetidos ao procedimento sumaríssimo. Parágrafo único. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional. Art. 852-B. Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo: I – o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente" (BRASIL, 1943).

[233] Listamos, aqui, os processos excluídos da análise: 0000181-06.2019.5.09.0892, 0000073-43.2018.5.09.0073, 0000183-65.2018.5.09.0130, 0000581-47.2018.5.09.0668, 0000105-26-2018-5-09-0242, 0001558-98.2017.5.09.0013, 0001522-11.2017.5.09.0513, 0000213-68.2019.5.09.0000, 000351-50-2018-5-9-007, 0000269-36.2016.5.09.0670, 0000802-79.2017.5.09.0663, 0000011-03.2018.5.09.0073, 0000258-49.2018.5.09.0892, 0000133-30.2018.5.09.0133, 0000806-86.2017.5.09.0673, 0000842-14.2017.5.09.0129, 0000018-53.2018.5.09.0668, 0001046-55.2015.5.09.0088, 001940-68.2015.5.09.0011, 0000516-10.2017.5.09.0661, 0011025-07.2016.5.09.0088, 0001674-05.2016.5.09.0122, 0000192-79.2018.5.09.0242, 0000149-23.2018.5.09.0411, 0000788-82.2015.5.09.0011, 0001119-67.2016.5.09.0322, 0000932-86.2016.5.09.0022, 0000666-96.2016.5.09.0411, 0000135-42.2017.5.09.0001, 0000629-60.2015.5.09.0005, 0011982-72.2016.5.09.0002, 0000185-26.2015.5.09.0652, 0001040-82.2016.5.09.0130, 0000021-39.2017.5.09.0863 e 0001413-78.2010.5.09.0242.

4A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	6
	RO – recurso ordinário	46
4A. TURMA Total		52
5A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	5
	RO – recurso ordinário	50
5A. TURMA Total		55
6A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	7
	RO – recurso ordinário	163
6A. TURMA Total		170
7A. TURMA	AIRO – agravo de instrumento em recurso ordinário	7
	RO – recurso ordinário	64
7A. TURMA Total		71
ÓRGÃO ESPECIAL	CorPar – correição parcial	1
ÓRGÃO ESPECIAL Total		1
SEÇÃO ESPECIALIZADA	AR – ação rescisória	1
	MS – mandado de segurança	27
SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		28
Total geral		**532**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

Tanto na primeira, quanto na segunda tabela, é possível perceber que há uma grande variação do número de processos julgados, abordando a temática que selecionamos, por órgão julgador, com turmas julgando quantidades bastante diferentes de classes processuais.

Tal ocorre porque, embora a forma de distribuição dos processos seja equitativa e busque observar a paridade na divisão (ocorrendo diariamente e de modo informatizado)[234], há uma série de regramentos estabelecidos no Regimento Interno que precisam ser observados e influenciam no total geral de processos recebidos: remessa ao Ministério Público do Trabalho, nos feitos de intervenção obrigatória (art. 45); distribuição de processos na fase de execução para os desembargadores membros da Seção Especializada e observância dos processos de competência originária do Tribunal Pleno e Órgão Especial (parágrafo único do art. 45); distribuição de medidas urgentes, como mandados de segurança ou medidas cautelares;

[234] Nos termos do artigo 46, do Regimento Interno do TRT/PR: "o Presidente do Tribunal fará realizar, no Serviço de Distribuição dos Feitos de 2ª Instância, em ato franqueado ao público, a distribuição informatizada para relator, todos os dias, às 11 horas" (REGIMENTO…, 2020).

situações nas quais não há distribuição de processos para determinado desembargador (art. 49);[235] situações de prevenção (art. 48), entre outros (REGIMENTO..., 2020).

Além disso, as turmas recursais possuem certa margem de liberdade para programar a quantidade de processos a serem julgados, de acordo com o determinado pelo Presidente de cada turma (art. 61), o que permite explicar porque, dentro do mesmo lapso temporal delimitado, a 3ª Turma julgou 37 processos sobre o tema e a 6ª Turma julgou 170, por exemplo.

Também é possível perceber que, dentre as classes processuais que trataram do tema, há uma quantidade maior de recursos ordinários (465, representando 87% do total de 532 acórdãos analisados), o que é natural considerando a finalidade da medida recursal que busca, justamente, a reforma da decisão de primeiro grau na fase de conhecimento, momento adequado para discutir eventuais interpretações acerca dos requisitos que são exigidos no ajuizamento da petição inicial da reclamatória trabalhista – artigo 895, da CLT (BRASIL, 1943)[236].

Outro ponto que chamou a atenção foi que, embora tenhamos, para esta tese, selecionado acórdãos publicados a partir de 11 de novembro de 2017, tal busca não resultou em qualquer acórdão publicado no ano de 2017 tratando da temática pesquisada. Como a lei teve sua vigência a partir de 11 de novembro de 2017 e o recesso judiciário se deu entre 20 de dezembro de 2017 e 06 de janeiro de 2018 (com suspensão dos prazos para as partes até 20 de janeiro de 2018),[237] concluímos que não houve, em 2017, tempo hábil para a tramitação com julgamento em primeiro grau, apresentação de recurso, elaboração do voto relator, revisão, sessão de julgamento e publicação do acórdão ainda em 2017. Por esse motivo, embora conste no lapso temporal selecionado, não efetuamos a análise de nenhum acórdão publicado no ano de 2017.

Após a finalização da triagem e a seleção dos acórdãos para análise, foi possível estabelecermos alguns indicadores que possibilitaram refletir acerca das hipóteses traçadas que, em síntese, permitem analisar possíveis influências da racionalidade neoliberal na tomada de decisões do Poder Judiciário Trabalhista, que tanto pode desenvolver uma Jurisprudência de

---

[235] De acordo com o Regimento Interno, o desembargador não receberá distribuição conforme motivos listados no artigo 49: "Art. 49. O desembargador não estará sujeito à distribuição nas seguintes hipóteses: I – licença médica com duração superior a 30 dias, observado o disposto no art. 33, licenças legais como nojo, casamento, paternidade, maternidade e outras que sejam deferidas ou referendadas pelo Órgão Especial; II – impedimentos devidamente registrados perante a presidência, bem como as compensações de processos retornados do TST e casos semelhantes; III – casos de afastamento da jurisdição requeridos e deferidos ou referendados pelo Órgão Especial ou Tribunal Pleno, que impliquem na suspensão da distribuição de processos desde que não atribuam representação de Órgãos do Tribunal; IV – no trintídio que antecede a data limite para aposentadoria compulsória" (REGIMENTO..., 2020).

[236] "Art. 895 – Cabe recurso ordinário para a instância superior: I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias; e II – das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos" (BRASIL, 1943).

[237] Artigo 262 do RI do TRT/PR.

Austeridade, levando em conto um direito de exceção conivente com princípios típicos de políticas e fundamentos de austeridade e de racionalidade neoliberal, quanto também pode formular entendimentos de resistência, em conformidade com a interpretação constitucional, principiológica e humanista que possa ser dada da alteração legislativa.

Cada indicador trará um questionamento e, de acordo com a resposta dada, classificaremos o conteúdo decisório do acórdão como Jurisprudência de Austeridade (considerando o Direito de Exceção) ou Jurisprudência de Resistência. Tais conclusões serão extraídas considerando as características que observamos durante o desenvolvimento do quadro comparativo criado no item 3.4 A partir dessas características analisaremos cada um dos acórdãos separados, buscando aferir qual a ênfase dada em cada julgado para, ao final de cada indicador, extrair os resultados possíveis. Se o acórdão tratar de mais de um indicador, todos serão considerados para fins de identificação, separadamente. Os indicadores buscarão responder às seguintes questões, para avaliação:

1 – Houve aplicação imediata da alteração legislativa ou observância da data de ajuizamento da petição inicial?

Como já mencionado anteriormente, até a implementação da Reforma Trabalhista pela lei federal 13.467/2017, para o trabalhador ou trabalhadora ingressar com uma ação na Justiça do Trabalho, bastava apresentar, em sua petição inicial, uma breve exposição dos fatos a serem discutidos, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante (antiga redação do artigo 840). Com a lei, além dos requisitos anteriores, passou-se a exigir que o pedido a ser efetuado fosse também certo, determinado e com indicação de seu valor. Com esse indicador procuramos verificar se os desembargadores do TRT/PR, em suas decisões colegiadas, estão aplicando imediatamente a regra, independentemente da data de ajuizamento da demanda, ou entendem que os novos requisitos legalmente estipulados devem ser observados apenas para as ações ajuizadas a partir da vigência da nova lei. A consideração do adequado tempo de aplicação da modificação legal representará indícios de uma Jurisprudência de Resistência (devida maturação do tempo jurídico), constatando-se, ainda, preocupação em se avaliar os efeitos das decisões judiciais e observação do processo como instrumento de acesso. Lado outro, a aplicação imediata da modificação processual, sem considerar elementos de "surpresa jurídica" e desconsiderando os nocivos efeitos dessa imediaticidade para o trabalhador, configurará aplicação de um direito do trabalho processual de exceção (aceleração do tempo jurídico, substituição das questões de direito por questões de efetividade e processo como obstáculo), por meio de uma Jurisprudência de Austeridade.

2 – Entende-se pela necessidade de oportunizar à parte a possibilidade de emendar a petição inicial, observando a alteração legislativa ou o processo é automaticamente extinto, sem julgamento do mérito, independente de intimação anterior para regularização?

Embora a alteração legislativa não traga expressamente a possibilidade de se emendar a petição inicial que, porventura, não atenda aos requisitos estipulados, estabelecendo, no parágrafo 3º, do artigo 840, da CLT, que tal inobservância implicará em extinção do processo, sem resolução do mérito, discute-se se haveria ou não a possibilidade de aplicar, de modo subsidiário, o previsto no artigo 321, do CPC[238], que dá oportunidade à parte, após intimação, para complementar a peça, antes de se julgar extinto o processo, sem o julgamento do mérito.

Em outras palavras, será possível disponibilizar à parte reclamante a oportunidade de efetuar determinada correção ou, ao contrário, sua inobservância levará ao encerramento da disputa judicial, antes mesmo da análise de suas reinvindicações?

Verificaremos os fundamentos utilizados nos acórdãos, as argumentações e raciocínios desenvolvidos na defesa de cada uma das possibilidades, bem como os desdobramentos decorrentes de cada uma das conclusões.

Tratando-se de regramento que trouxe novidade processual bastante significativa, alterando requisito para apresentação da peça de ingresso junto à Justiça do Trabalho, e considerando, como mencionamos em outros pontos da pesquisa, que não houve o necessário diálogo junto à sociedade, antes de sua implementação, parece-nos bastante razoável concluir que muitas dúvidas surgiram na forma e extensão de aplicação do dispositivo legal.

Por esse motivo, a falta de preocupação com a utilidade prática e eficaz, com as possibilidades instrumentais do processo de modo a facilitar o bom andamento processual; a burocratização excessiva dos atos processuais e a desconsideração dos princípios da simplicidade e da eficiência representarão indícios de decisão de austeridade baseada em direito de exceção. Já a busca por dar maior celeridade e eficiência ao processo, simplificando etapas e corrigindo possíveis erros ou equívocos de modo a tornar o sistema processual um mecanismo eficaz, trabalhando em prol das partes revelará interpretação jurisprudencial de resistência.

---

[238] Assim consta, no mencionado artigo: "Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado". (BRASIL, 2015).

3 – Para atender ao requisito legal, basta a apresentação de mera estimativa de valores dos pedidos ou há a necessidade de exibição detalhada dos valores, com demonstrativo de planilha de cálculos e liquidação dos valores?

Diversas são as interpretações doutrinárias e jurisprudenciais para o que significaria a expressão legal "pedido certo, determinado e com indicação de seu valor". Analisamos como os desembargadores estão interpretando tal expressão e quais são os efeitos possíveis das conclusões tecidas, em especial, para o jurisdicionado. Buscamos aferir, também, se essas diversas possibilidades de interpretação podem representar uma maior dificuldade de acesso ao Poder Judiciário trabalhista ou, talvez, uma maior onerosidade ao trabalhador, para ajuizamento de sua demanda e quais as implicações e repercussões.

Como ponderamos anteriormente, a modificação decorrente da lei federal 13.467/2017 veio trazer um ônus para o trabalhador, desequilibrando um procedimento historicamente já delicado, e sem qualquer tentativa de oferecer alguma contrapartida, ignorando, ainda, a realidade contratual: para que o trabalhador pudesse, de modo satisfatório, indicar a expressão monetária correspondente aos valores de seus pedidos, seria necessário que ele tivesse acessos aos documentos da relação de labor. Todavia a obrigação legal é do empregador de guardar os documentos decorrentes do contrato de trabalho, tais como demonstrativos de pagamento, de férias, relatórios de jornada, relatórios de entrega de equipamentos de proteção, exames médicos, guias de recolhimento de FGTS, comprovantes de entrega da comunicação de dispensa e do requerimento do seguro-desemprego, documentos previdenciários e sindicais etc., sendo que, na maioria das vezes, o empregado sequer tem acesso à maior parte dos documentos necessários para verificar qual seria o valor dos pedidos que estão sendo formulados.

As interpretações que criarem obstáculos desnecessários, incompatíveis com a sistemática trabalhista ou, ainda, onerosas em demasia, tornando mais dificultosa a atividade do trabalhador ao ajuizar sua ação trabalhista, serão consideradas de exceção/austeridade (gestão da força de trabalho considerando relações macroeconômicas de poder e esvaziamento principiológico). Interpretações judiciais que levem em consideração a realidade do contrato laboral (reconhecimento da desigualdade na relação de labor e fortalecimento principiológico) e as características distintas das partes litigantes revelarão características de resistência.

4 – Os valores apresentados na petição inicial configuram um limite para a condenação?

Muito embora a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), durante a realização do XIX Conamat tenha aprovado, durante a comissão de análise da Reforma Trabalhista (acesso, garantias processuais e efetividade) o enunciado nº 4,

prevendo que "indicação de valor do pedido na inicial não é liquidação e não limita o valor da condenação" (ANAMATRA, 2015) e, na mesma linha, o Tribunal Superior do Trabalho tenha editado a Instrução Normativa 41, de 2018 (buscando dispor sobre a aplicação das normas processuais da CLT, alteradas pela lei federal 13.467/2017), e, nessa, tenha estipulado que os valores dados aos pedidos configurariam mera estimativa,[239] ainda assim subsistiram muitas dúvidas e entendimentos sobre: (i) qual teria sido a finalidade da alteração legislativa aplicada e (ii) se considerássemos como "limite" ou "teto para a condenação", o valor indicado pelo trabalhador na peça exordial, como ele faria para ter acessos aos documentos – que, em geral, ficam em poder do empregador – para poder realizar o correto apontamento de valores?

Essas e outras questões relacionadas, discutidas e analisadas em acórdãos, possibilitaram algumas ponderações acerca das percepções do poder judiciário trabalhista sobre seu papel e também sobre como a Justiça do Trabalho – em especial o TRT/PR – enxerga, atualmente, a relação entre trabalhador e empregador e como essas concepções podem não apenas sofrer influências externas, mas também exercer influências, pautando, por exemplo, políticas públicas, diretrizes e procedimentos.

Na mesma linha do indicador 4, os acórdãos que, em seus fundamentos, trouxerem ponderações acerca da realidade do contrato de trabalho, considerando dificuldades relacionadas a dados contratuais, guarda de documentos, observando a desequilibrada e conflituosa relação entre trabalhador e empregador e todo o histórico de lutas para a conquista de direitos (reconhecimento da desigualdade na relação de labor), demonstrarão requisitos de jurisprudência de resistência, pois revelarão preocupação com a Garantia de amplo acesso à Justiça e com uma Justiça com métrica humana. Também observaremos julgados que tragam a observância do contexto como argumento, sem desconsiderar a técnica. Já a mera interpretação literal e técnica da normal, sem qualquer preocupação contextual, histórica ou realística será considerada jurisprudência de exceção/austeridade (falsa utilização de argumentos técnicos e ataque a argumentos contextuais). Do mesmo modo, a ausência de preocupação com o amplo acesso à justiça e a utilização da Justiça com métrica empresarial confirmarão o direito processual de exceção, por desconsiderarem a igualdade material e o Direito do Trabalho como equilibrador.

---

[239] "§ 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil" (BRASIL, 1943).

5 – Houve a utilização de doutrina para justificar o entendimento apresentado?

Verificamos se os acórdãos analisados, ao pronunciarem suas decisões, valem-se, por vezes, de conceitos, argumentos e fundamentos elaborados por teóricos, estudiosos, juristas e doutrinadores, analisando de que modo tais argumentos são utilizados e com quais propósitos, uma vez que a utilização da doutrina, como fonte jurídica do direito, é questão bastante controversa, ainda hoje[240]. Isso porque, enquanto alguns defendem a relevância da atividade científica e de pesquisa como fonte jurídica, em razão do fenômeno da positivação do direito e a centralização organizada da legislação, que passou a exigir uma série de conceitos doutrinários que foram fundamentais na sistematização das próprias normas jurídicas, outros ressaltam a completa inadequação de se possibilitar a construção de fontes jurídicas "por quem não possui poder normativo conferido pelo Estado (DINIZ, 2017, p. 14), de modo que o entendimento doutrinário deveria significar, quando muito, uma fonte indireta, sem poder para, de fato, criar ou alterar o direito.

Diniz esclarece que embora subsista tal controvérsia, é inegável que o conhecimento doutrinário pode perfeitamente servir de inspiração, tanto para o legislador, ao elaborar a lei, quanto para o juiz ou desembargador, ao interpretá-la, pois propõe soluções, inova, possibilita interpretações e sana omissões e lacunas, destacando, ainda, que a doutrina acaba, muitas vezes, "por proporcionar os fundamentos do julgado e por, ante os comentários, as críticas e definições jurídicas apresentadas pelos jurisconsultos, modificando a orientação dos juízes e tribunais" (DINIZ, 2017, p. 16).

E, a partir do paradigma do Estado Democrático de Direito, Braga e Ribeiro pregam a necessidade de um sistema jurídico dinâmico, receptivo, plural e participativo, salientando que novas diretrizes epistemológicas preveem uma verdadeira reformulação das fontes do direito, observando, na teoria discursiva do direito e na hermenêutica filosófica, novas abordagens possíveis. (BRAGA; RIBEIRO, 2008). Dentro dessa visão, é possível observar a importante colaboração da doutrina e da jurisprudência como elementos que, na prática, possuem grande influência nas decisões proferidas por juízes ou órgãos colegiados, por proporcionarem reflexões no subjetivo processo de construir, racionalmente, as motivações do julgado.

É com base nessas percepções que avaliamos a forma de utilização da doutrina pelos desembargadores, sopesando, ainda, os efeitos da racionalidade neoliberal em mais esse essencial aspecto.

---

[240] Para aprofundar as diversas teorias sobre o tema, ver Freire (1977), Diniz (1982) e Braga e Ribeiro (2008).

Ao contrário dos demais indicadores, a utilização ou não da doutrina, por si só, não se revela suficiente para caracterizar determinado julgado como de Austeridade ou de Resistência. Mas procuraremos observar de que modo esses conceitos e fundamentos teóricos serão utilizados na formação das Jurisprudências e, a partir daí, traçar reflexões sobre tal utilização.

6 – Houve a utilização de jurisprudência para justificar o entendimento apresentado?

Também analisamos de que modo a jurisprudência – como conjunto das decisões e interpretações realizadas pelos tribunais superiores, ao adaptarem as normas aos litígios apresentados – foi utilizada para abordar a problemática dos novos requisitos da petição inicial.

Fernandes acredita que a jurisprudência possui importante papel como condicionante das decisões judiciais, tanto nos casos envolvendo precedentes de natureza vinculante, quanto em casos não vinculantes, salientando que "cada dia mais, os magistrados devem respeito à posição dos tribunais, seja na obrigatoriedade dos precedentes de natureza vinculante, seja na deferência hierárquica à jurisprudência não vinculante consolidada" (FERNANDES, 2013, p. 314).

Assim, nos casos de observância obrigatória, há a imposição hierárquica de se utilizar os parâmetros interpretativos formulados para casos análogos. Mas também é possível constatar que a jurisprudência não vinculante exerce certas influências, especialmente em casos novos, que ainda estão sendo discutidos e não encontraram, por ora, um entendimento majoritário prevalente ou a uniformização de jurisprudência: nesse momento, torna-se muito comum o uso da jurisprudência como forma de fortalecer os argumentos de convicção, como verificaremos na análise dos indicadores. E também nos permite refletir acerca de como a uniformização dos entendimentos se torna necessária, sob pena de, num viés de insegurança jurídica, tornarmos o processo do trabalho um instrumento de negação de direitos, contrariando sua histórica natureza de buscar, justamente, a garantia da discussão acerca de supostos direitos violados.

E, da mesma forma que a análise do indicador 5, a utilização ou não de jurisprudência como fundamento, por si só, não se revela suficiente para caracterizar determinado julgado como de Austeridade ou de Resistência. Mas procuraremos observar de que modo se dará essa aplicação.

Tanto nos indicadores 5 e 6, verificaremos se as decisões amparadas nos indicadores 1, 2, 3 e 4, trazem doutrina ou jurisprudência buscando fortalecer os argumentos que são utilizados para cada um dos aspectos tratados no julgado.

Almejamos, desse modo, com a análise dos acórdãos selecionados e tendo em vista: (i) o arcabouço contextual anteriormente explanado e (ii) os indicadores acima explicitados e

apresentados, observarmos como o processo do trabalho, de acordo com a interpretação que lhe é dada, pode se tornar um instrumento de defesa de direitos, preservando não apenas o amplo acesso ao poder judiciário, mas, também, garantindo o adequado andamento processual e a efetiva paridade entre partes historicamente desiguais ou, de modo oposto, pode ser utilizado como mecanismo "kafkiano", ao criar exigências ou interpretações que praticamente inviabilizam a discussão judicial ao criar obstáculos para que o trabalhador ou trabalhadora ingressem com uma ação trabalhista.

Selecionamos, ainda, algumas questões distintas e significativas que foram localizadas e que podem trazer algumas reflexões sobre como as possíveis interpretações do direito processual do trabalho podem, de fato, ocasionar impactos diretos na forma do trabalhador litigar judicialmente. Dentro dessas situações de destaque, que abordamos ao final, é que se situa a análise mais detalhada do Incidente de Assunção de Competência que buscou tratar do tema ora em estudo, o que acabou por ampliar, de certo modo, o objeto dessa pesquisa.

Se, inicialmente, nosso campo de estudo se restringiria a analisar os acórdãos julgados após a Reforma Trabalhista, com o objetivo de tentar compreender como o Poder Judiciário enfrentaria algumas complexas questões processuais, considerando o contexto de racionalidade neoliberal e as agendas públicas de austeridade implementadas, com a instauração do incidente por um dos desembargadores do TRT/PR – que viu a necessidade de se discutir e detalhar relevante questão de direito – houve a necessidade de redirecionar os rumos da pesquisa, incorporando, também, a análise do incidente e suas repercussões.

Tal redirecionamento, longe de trazer qualquer prejuízo, veio a confirmar a atualidade e a relevância da discussão, o que poderemos conferir ao apreciar os debates decorrentes tanto das sessões de julgamento quanto nas falas produzidas durante a audiência pública realizada, falas estas que, em diversos momentos, reproduziram questionamentos, reflexões e apontaram inquietações também trazidas na pesquisa.

Por fim, é necessário esclarecer, ainda, que o mesmo acórdão pode tratar de mais de uma das temáticas selecionadas nos indicadores. Assim, quando isso ocorrer, será computado quantitativamente em ambos ou mais indicadores que tiverem ligação.

E, no caso de existirem divergências de entendimentos no mesmo acórdão (com fundamentos a favor e contra determinado ponto), consideramos, para fins quantitativos, o entendimento que prevaleceu ao fim da votação, sem deixar de mencionar, quando relevante, todavia, o fundamento minoritário, nos casos em que se constate tal necessidade de esclarecimento. Feitos os iniciais e necessários esclarecimentos metodológicos, passaremos à análise dos indicadores.

4.4 ANÁLISE DOS INDICADORES E CONSIDERAÇÕES INICIAIS: VISLUMBRES DE UMA JURISPRUDÊNCIA DE RESISTÊNCIA

Para cada um dos indicadores exibimos, inicialmente, os dados quantitativos; a seguir apresentamos um resumo dos principais fundamentos que foram utilizados no julgamento de cada item, apontando, exemplificativamente, acórdãos publicados, dos diversos órgãos julgadores, que trataram do tema. Por fim, buscamos pontos de conexão entre as argumentações e conclusões tecidas nos acórdãos analisados e os conceitos teóricos desenvolvidos anteriormente, em especial contrapondo a jurisprudência de austeridade e a jurisprudência de resistência em seus aspectos ligados ao processo do trabalho com o objetivo de buscar analisar a atuação do poder judiciário trabalhista paranaense frente a essas questões postas.

Caso haja a necessidade, para tornar mais concreto algum indicador, apresentaremos mais detalhadamente um acórdão que traga maiores reflexões ou aprofunde alguns dos muitos questionamentos formulados na pesquisa.

Indicador 1: Houve aplicação imediata da alteração legislativa ou observância da data de ajuizamento da petição inicial?

Com relação a tal ponto, o entendimento de todos os órgãos julgadores do TRT/PR (em suas turmas e seção especializada) foi unânime. Dos 383 acórdãos que tratavam do tema, todos concluíram que os novos requisitos com relação à apresentação da petição inicial só poderiam ser exigidos para ações ajuizadas após a vigência da nova lei, ou seja, só seria possível determinar que a parte indicasse os valores dos pedidos naquelas ações evidentemente ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017. [241]

Tabela 3: Indicador 1 – Data de aplicação da alteração legislativa.

Indicador 1	Quantidade
Ausente	149
Data ajuizamento	383
Total geral	**532**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

[241] Sobre a tabela: dos 532 acórdãos selecionados, 149 não tratavam, expressamente, acerca do indicador 1 (ausente discussão). Do restante – 383 – todos decidiram no mesmo sentido, consoante exposto.

Os principais argumentos utilizados nos fundamentos dos acórdãos, com relação ao indicador 1 foram: (i) a exigência de liquidação dos pedidos, desde a petição inicial, não se aplica às ações ajuizadas antes da entrada em vigor da lei 13.467/2017, que introduziu este novo sistema à CLT; (ii) a valoração econômica dos pedidos não era requisito essencial da petição inicial no rito ordinário quando do ajuizamento da ação; (iii) como o valor da causa no rito ordinário é fixado por verdadeiro arbitramento, não há como limitar a liquidação de sentença nos moldes determinados pelo julgado, antes da alteração legal; (iv) para ações ajuizadas após a vigência da lei federal 13.467/2017, seus dispositivos são plenamente aplicáveis à presente ação, nos termos do artigo 6º da lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e artigo 14, do Código Civil; (v) a aplicabilidade imediata das regras processuais não pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada e (vi) há a necessidade de se observar os princípios constitucionais da segurança jurídica e do direito adquirido quando da determinação de observância dos novos requisitos por lei estipulados.

O ponto inicialmente ressaltado pelos desembargadores e desembargadoras foi de ordem técnica-processual, considerando, assim, a data do ajuizamento da ação como marco temporal para a aplicação do novo regramento, como, por exemplo: "a ação foi ajuizada no dia 30/7/2018, ou seja, após a vigência da lei nº 13.467/2017, motivo pelo qual são aplicáveis as normas contidas na referida lei" (Desembargadora Relatora: Claudia Cristina Pereira, 2019);[242] "Com o advento da lei nº 13.467/2017, passou-se a exigir que os pedidos formulados na reclamação trabalhista sejam certos, determinados e com indicação de seu valor, sob pena de extinção sem resolução do mérito" (Desembargador Relator: Benedito Xavier da Silva, [20]19);[243] "Assim, nos termos do art. 840, §1º da CLT, após o início da vigência da lei 13.467/17, é necessária a indicação dos valores do pedido formulado na petição inicial." (Desembargador Relator: Francisco Roberto Ermel, acórdão publicado em 07.08.2019).[244]

A aplicação imediata de inovações nas regras processuais levou em consideração, desse modo, a data do ajuizamento da ação trabalhista: "(...) a ação foi proposta em 16/1/2018, ou seja, rege-se, em observância ao princípio da aplicabilidade imediata de inovações nas regras processuais, conforme as novas regras veiculadas pela lei nº 13.467/2017" (Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, 2018)[245] de modo que, para tal aferição, não existiria necessidade de se observar a data de duração da relação contratual discutida: "(...) a regra imposta no art.

---

[242] 0000779-15.2018.5.09.0594, 2ª Turma, acórdão publicado em 19.08.2019.
[243] 0000625-11.2018.5.09.0654, 7ª Turma, acórdão publicado em 08.08.2019.
[244] 0000991-36.2018.5.09.0594, 6ª Turma, acórdão publicado em 07.08.2019.
[245] 0000044-27.2018.5.09.0094, 6ª Turma, acórdão publicado em 03.12.2018.

840, § 1º, da CLT (com a redação atribuída pela lei 13.467/17) constitui norma de caráter processual, motivo porque sua aplicação não está condicionada ao período de vigência dos contratos de trabalhos dos empregados (...)." (Desembargador Relator: Paulo Ricardo Pozzolo, 2018).[246]

A lei de Introdução ao Código Civil, em especial o disposto em seu artigo 6º, também foi frequentemente utilizada como fundamentação legal para a observância do marco temporal a ser observado: "Nos termos do disposto no art. 5º, XXXVI, da CF, art. 6º, da lei de Introdução ao Código Civil, e art. 14, do novo, incide à hipótese a nova exigência legal, uma vez que a presente ação foi ajuizada em 05/03/2018, sob a vigência da lei federal 13.467/2017" (Desembargador Relator: Archimedes Castro Campos Junior, 2019)[247] e, no mesmo sentido e com o mesmo argumento: "(...) a presente ação foi ajuizada após a vigência da lei nº. 13.467/2017. Portanto, seus dispositivos são plenamente aplicáveis à presente ação, nos termos do art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro" (Relator: Marco Antônio Vianna Mansur, 2019).[248]

Das decisões selecionadas para a análise, chama a atenção, ainda, como argumento utilizado para a reforma, a busca pela preservação de princípios previstos constitucionalmente: "tal entendimento visa a preservar os princípios constitucionais da segurança jurídica e do direito adquirido, insculpidos no art. 5º, XXXVI, da CF (A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada)" (Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, 2019) [249] numa abordagem da regra processual modificada em conjunto com os dispositivos e regramentos estabelecidos constitucionalmente, e, também, em harmonia com outros dispositivos legais protetivos, o que se enquadra na categoria de jurisprudência de resistência antes conceituada.

E, muito embora o TST, em sua Instrução Normativa 41/2018, tenha indicado expressamente, em seu artigo 1º, que a aplicação das normas processuais previstas na CLT e alteradas pela lei nº 13.467, seria imediata, sem atingir, no entanto, situações pretéritas iniciadas ou consolidadas sob a égide da lei revogada, estipulando ainda, em seu artigo 12, que a disposição prevista acerca dos novos requisitos da petição inicial seria aplicada "exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017,"[250] ainda assim

---

[246] 0000229-34.2018.5.09.0654, 6ª Turma, acórdão publicado em 04.08.2018.
[247] 0000292-53.2018.5.09.0656 (AIRO), 5ª Turma, acórdão publicado em 11.07.2019.
[248] 0000739-56.2018.5.09.0651, 5ª Turma, acórdão publicado em 09.07.2019.
[249] 0000382-27.2017.5.09.0129, 7ª Turma, acórdão publicado em 23.08.2019.
[250] "Art. 12. Os artigos 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017".

pudemos observar que houve, no primeiro grau, em diversos momentos, a aplicação imediata da alteração legal independente da data de ajuizamento da petição inicial – o que acabou por gerar, como constatado, a apresentação de recursos com o intuito de alterar o decidido, originariamente.

E, até a Instrução Normativa (de 21 de junho de 2018), de fato, pairava certa dúvida, não existindo um único entendimento sobre o tema, o que restou reconhecido inclusive pela Anamatra em entrevista concedida ao G1 (e divulgada em diversos veículos) na semana seguinte à mudança,[251] o que explicaria algumas das decisões apresentadas pelo primeiro grau.

Destacamos, por fim, na análise do indicador 1, o acórdão 0002229-97.2017.5.09.0021, 7ª Turma, Desembargador Relator: Marcus Aurélio Lopes, publicado em 21 de março de 2019 que, de modo bastante aprofundado, trouxe algumas pertinentes reflexões acerca do lapso temporal a ser observado para exigibilidade do requisito processual alterado.

No processo em questão, houve o ajuizamento da reclamatória trabalhista e a apresentação da petição inicial um dia antes da entrada em vigor da lei federal 13.467/2017. Tal prática foi muito comum à época e os Tribunais tiveram um significativo aumento no número de reclamatórias trabalhistas no mês de novembro de 2017. [252]

O MM. Juízo da Origem, mesmo com o ajuizamento da ação em 10 de novembro de 2017 (antes, portanto, da vigência da lei), logo após a apresentação da petição inicial, extinguiu o processo, sem resolução do mérito, por entender que a parte autora deveria ter indicado os valores de seus pedidos. Como não teria atendido tal requisito, não haveria, assim, a apreciação meritória das formulações trazidas.

A reclamante apresentou recurso ordinário buscando a reforma da decisão. Mencionou a existência de intenso debate a respeito de regras de direito intertemporal bem como a necessidade de se buscar manter o equilíbrio da marcha processual, ressaltando que a segurança jurídica das relações deveria ser preservada, sendo incabível aplicação imediata de regra processual prejudicial ou ofensiva aos princípios constitucionais.

O Desembargador Relator, para proferir sua decisão, apresentou fundamentos baseados em dispositivos legais e constitucionais (Código de Processo Civil, artigos 14 e 1.046, CLT, artigo 912, artigo 6º da lei de Introdução ao Direito Brasileiro, artigos 9º e 10 do Código de

---

[251] Como constou em entrevista concedida pelo então Presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano: "a Justiça do Trabalho não tem um único entendimento sobre a nova lei trabalhista. Não está claro, por exemplo, se a nova legislação vai valer também para os processos ingressados antes do dia 11 de novembro" (NÚMERO..., 2017).

[252] De acordo com notícia veiculada no site do TST, "Em novembro de 2017, mês de início da vigência das mudanças, houve um pico de casos novos recebidos no primeiro grau (Varas do Trabalho): foram 26.215 processos (9,9%) a mais em relação a março de 2017, segundo mês com maior recebimento no período" (PRIMEIRO..., 2018).

Processo Civil de 2015 e artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal de 1988), mencionou diversos entendimentos doutrinários[253] e jurisprudência sobre o tema (de outros Tribunais Regionais[254] e também do mesmo regional), além do entendimento do TST na mencionada Instrução Normativa 41/2018, concluindo que não se poderia exigir da reclamante, por ocasião da distribuição da petição inicial, a indicação dos valores dos pedidos, em obediência à regra modificada pela lei nº 13.467/2017, pois esta sequer estava vigente à data do protocolo da exordial. E destacou: "Não se pode desconhecer, neste ponto, que entendimento em sentido contrário implicaria na surpresa do jurisdicionado que, no momento do ajuizamento da ação, agiu com base na sistemática até então vigente no âmbito da Justiça do Trabalho" (Desembargador Relator: Marcus Aurélio Lopes, 2019).[255]

Para além dos aspectos técnico processuais utilizados como fundamentação (no sentido de se impedir a aplicação retroativa de uma norma processual potencialmente lesiva), houve uma interpretação sistemática do regramento, levando em consideração não apenas o conjunto de normas existentes, suas finalidades e sua apreciação conexa, mas também todo o arcabouço constitucional que permeia – ou, que ao menos deveria permear – todo o direito processual. Se o direito processual deve ser usado como instrumento de acesso ao poder judiciário, trazendo paridade e equilíbrio entre os litigantes, a apreciação de suas normas deve, portanto, levar sempre em consideração os princípios constitucionalmente estabelecidos, sem criar entraves ou obstáculos ao bom andamento processual.

Como jurisprudência de resistência, tal julgado levou em consideração: (i) a busca por uma interpretação razoável da regra processual; (ii) a análise sistêmica e conjunta dos dispositivos legais; (iii) preocupação com uma abordagem constitucional das regras processuais, levando em conta seus princípios e valores; (iv) fundamentação clara e precisa, rebatendo argumentos contrários; (v) há um efetivo esforço em apresentar os argumentos e motivações, não apenas com o desenvolvimento de conceitos e esclarecimentos teóricos, mas também apontando-se a formação de um início de uniformização de jurisprudência entre diversos tribunais regionais e (vi) houve o reconhecimento de que a Justiça do Trabalho, em razão de sua natureza histórica, é orientada pelo princípio da informalidade, de modo que suas

---

[253] No acórdão há menção às seguintes obras: DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. A Reforma Trabalhista no Brasil: com os comentários à lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2018; LUDWIG, Guilherme Guimarães. A eficácia temporal da lei nº 13.467/2017 e o princípio constitucional da segurança jurídica. Revista LTr, Vol. 82, nº 03, mar.2018 e DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Interpretação e Aplicação da Reforma Trabalhista no Direito Brasileiro. São Paulo: LTr, 2018.

[254] No acórdão proferido constam ementas dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª, 3ª, 4ª, 18ª, 19ª, 24ª Regiões, além de menção a julgado anterior também da 7ª Turma.

[255] 0002229-97.2017.5.09.0021, 7ª Turma, acórdão publicado em 21.03.2019.

regras e normas devem se pautar também nesse sentido, constando: "É por isso que se entende que as regras do direito processual do trabalho são mais simples que as do direito processual civil, porque a Justiça do Trabalho é orientada pelo princípio da informalidade".

Também houve respeito ao estipulado pela lei e observância dos preceitos de ordem técnica.

Chamam a atenção as repercussões de tal entendimento – destaque-se, no primeiro grau – na realidade processual vivenciada pelas partes: se fosse mantida a determinação primeira, o trabalhador ou trabalhadora seriam obrigados a cumprir um requisito que sequer existia na data em que foi apresentada a reclamatória trabalhista, uma vez que houve alteração na redação do dispositivo legal que discorria sobre a forma de apresentação da reclamação trabalhista.

A manutenção da "estranha" exigência, contrariando inclusive instrução clareadora do TST, representaria, sem dúvida, um obstáculo ao amplo acesso ao poder judiciário trabalhista, trazendo uma interpretação obscura e temerária à regra processual.

Pudemos observar, desse modo, que muito embora as decisões de 1º grau tenham manifestado certa tendência a desconsiderar uma limitação temporal para a aplicação do requisito processual inédito, em grau recursal houve a reforma de tal entendimento de modo unânime.

Todos os órgãos julgadores do TRT/PR, no período pesquisado, quando questionados acerca desse indicador, reconheceram a necessidade de se aplicar a exigência legal apenas a partir da vigência da lei, não prejudicando, assim, situações pretéritas já iniciadas ou consolidadas. **Nesse aspecto inicial (indicador 1) reputamos que se consolidou uma jurisprudência de resistência acerca da aplicação temporal da lei processual que alterou os requisitos da petição inicial trabalhista.**

Indicador 2: Entende-se pela necessidade de oportunizar à parte a possibilidade de emendar a petição inicial, observando a alteração legislativa ou o processo é automaticamente extinto, sem julgamento do mérito, independente de intimação anterior para regularização?

Do total de acórdãos analisados que enfrentaram essa matéria, 244 entenderam pela possibilidade de se oferecer à parte a oportunidade de emendar a petição inicial, após a devida intimação para tal. Apenas 11 acórdãos, do total de 255, entenderam que o processo deveria ser extinto automaticamente, sem apreciação do mérito.[256]

[256] Dos 532 acórdãos selecionados, 277 não trataram dessa questão (ausente).

Tabela 4: Indicador 2 – Possibilidade de emendar a inicial.

Indicador 2	Quantidade
Ausente	277
Não	11
Sim	244
Total geral	**532**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

Os principais argumentos utilizados no sentido de não se possibilitar a correção da inicial, foram: (i) o dispositivo legal utiliza o verbo no imperativo, tratando-se, pois, de uma regra não condicionada à concessão de prazo para emendar a inicial (Desembargador Relator: Altino Pedrozo dos Santos, 2018);[257] (ii) o procedimento seria incabível, por incompatível com a extinção do processo, determinação de emenda da petição inicial (Desembargador Relator: Altino Pedrozo dos Santos, 2018)[258] e (iii) não há omissão na CLT, não existindo, portanto, motivo para se aplicar o regramento previsto no CPC. Há, em tais fundamentos, uma apreciação estritamente técnica, literal e isolada do dispositivo legal, desconsiderando não apenas a apreciação sistêmica das regras processuais, mas a própria necessidade de observância da celeridade na análise do processo trabalhista – sabidamente de natureza alimentar. Ao reputar inaplicável o procedimento previsto no processo civil (procedimento este simples e capaz de resolver, de modo ágil e sem complicações, eventual falta de adequação da peça apresentada, bastando, para tal, a intimação da parte para a devida correção), aplicando-se, de modo imediatista, o teor da previsão legal,[259] cria-se etapa desnecessária, morosa e prejudicial ao trabalhador, que se vê obrigado a apresentar nova reclamatória trabalhista em vez de apenas proceder à adequação da peça já protocolada.

Ademais, a aplicação subsidiária do procedimento civil, em tal situação, não representa qualquer prejuízo à parte oposta, que poderá oferecer sua contestação após a emenda, exercendo seu direito à ampla defesa e ao contraditório.

Já os argumentos favoráveis[260] foram apresentados nos seguintes termos: (i) há possibilidade e compatibilidade, conforme previsto no CPC, de se determinar a emenda da

[257] 0000166-70.2018.5.09.0666, 7ª Turma, acórdão publicado em 30.10.2018.
[258] 0000036-69.2018.5.09.0411 (AIRO), 7ª Turma, acórdão publicado em 24.10.2018.
[259] Consta, no § 3º do artigo 840, que: "Os pedidos que não atendam ao disposto no § 1º deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito". (BRASIL, 1943).
[260] A título exemplificativo, mencionamos alguns acórdãos que trataram do tema: 0000158-26.2018.5.09.0656, 7ª Turma, Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, acórdão publicado em 23.08.2019; 0000286-

inicial, antes da extinção do processo; (ii) cabe, por analogia, a aplicação do entendimento previsto na Súmula 263, do TST, que já previa a possibilidade de emenda da inicial em situação semelhante;[261] (iii) é possível a interpretação conjunta da regra trabalhista e da regra processual civil e interpretação contrária representaria desrespeito ao direito de acesso ao poder judiciário; (iv) conferir prazo para a parte emendar ou completar a petição inicial evita movimentação desnecessária do judiciário com o ajuizamento de nova demanda (Desembargadora Relatora: Ilse Marcelina Bernardi Lora, 2019)[262] e (v) a falta de indicação dos valores de alguns pedidos, após a adequada intimação, acarreta a extinção do feito, sem julgamento do mérito, apenas dos pedidos não valorados, não implicando em extinção do total do processo.

Chama a atenção, ainda, a fundamentação apresentada no acórdão 0000162-18.2018.5.09.0089, 5ª Turma, Desembargador Relator: Archimedes Castro Campos Junior, acórdão publicado em 17.06.2019, que, além de entender pela necessidade de intimação da parte antes da imediata extinção do processo "sob pena de ofensa ao direito constitucional de ação" também teceu algumas considerações acerca das possíveis dificuldades encontradas pelas partes e seus advogados na liquidação dos pedidos:

> "Deve-se levar em consideração que as partes e seus advogados podem enfrentar dificuldades na liquidação dos pedidos por falta de meios apropriados, especialmente porque a definição dos valores pode depender de elementos que necessitem de provas técnicas (como valor de comissões, grau de insalubridade etc.) ou de informações concretas das quais as partes podem não dispor (tais como registros de jornada). Assim, a falta de exatidão nos cálculos formulados pela parte não pode ensejar diretamente a extinção do processo sem resolução de mérito, sob pena de ofensa ao direito constitucional de ação. (Desembargador Relator: Archimedes Castro Campos Junior, 2019).[263]

A regra processual, assim interpretada, passa a agir em favor do processo, trazendo celeridade, agilidade e segurança, sem que isso implique em dano a quaisquer das partes envolvidas, que poderão discutir judicialmente as questões relativas ao contrato de trabalho.

04.2019.5.09.0594, 3ª Turma, Desembargadora Relatora: Thereza Cristina Gosdal, acórdão publicado em 20.08.2019; 0000769-68.2018.5.09.0594, 3ª Turma, Desembargador Relator: Aramis de Souza Silveira, acórdão publicado em 20.08.2019; 0000787-68.2018.5.09.0892, 4ª Turma, Desembargador Relator: Adilson Luiz Funez, acórdão publicado em 29.07.2019 e 0000025-40.2018.5.09.0411, 3ª Turma, Desembargador Relator: Arion Mazurkevic, acórdão publicado em 18.12.2018.

[261] Consta, na Súmula 263, do TST: "PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO. INSTRUÇÃO OBRIGATÓRIA DEFICIENTE. O indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação ou não preencher outro requisito legal, somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em 15 (quinze) dias, mediante indicação precisa do que deve ser corrigido ou completado, a parte não o fizer – art. 321 do CPC (BRASIL, 2015) ".

[262] 0000396-37.2018.5.09.0594, 3ª Turma, acórdão publicado em 21.05.2019.

[263] 0000162-18.2018.5.09.0089, 5ª Turma, acórdão publicado em 17.06.2019.

Há a preocupação, como constatamos, em se buscar preservar não apenas o direito fundamental de acesso à justiça, (Desembargador Relator: Luiz Eduardo Gunther, 2019),[264] mas, também, o "direito da parte autora à integral análise da causa, haja vista que, na omissão da CLT, são aplicáveis ao processo do trabalho as disposições da legislação processual comum relativas à matéria discutida" (Desembargador Relator: Sergio Guimarães Sampaio, 2019).[265]

Cabe destacar que apenas 2 turmas possuíam entendimentos conflitantes acerca do indicador 2. Abaixo o quadro separado por órgão julgador:

Tabela 5: Indicador 2 – Possibilidade de emenda da inicial por Turma.

Órgão	Indicador 2	Quantidade
1A. TURMA	Não	0
	Sim	31
1A. TURMA Total		31
2A. TURMA	Não	0
	Sim	35
2A. TURMA Total		35
3A. TURMA	Não	0
	Sim	17
3A. TURMA Total		17
4A. TURMA	Não	0
	Sim	21
4A. TURMA Total		21
5A. TURMA	Não	0
	Sim	42
5A. TURMA Total		42
6A. TURMA		
	Não	2
	Sim	67
6A. TURMA Total		69
7A. TURMA		
	Não	9
	Sim	27
7A. TURMA Total		36
ÓRGÃO ESPECIAL		0

[264] 0000486-39.2018.5.09.0014, 4ª Turma, acórdão publicado em 28.07.2019.
[265] 0000686-41.2018.5.09.0242, 5ª Turma, acórdão publicado em 08.08.2019.

ÓRGÃO ESPECIAL Total		0
SEÇÃO ESPECIALIZADA	Não	0
	Sim	4
SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		4
Total geral		**255**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

A 6ª e a 7ª turmas apresentaram acórdãos tanto no sentido de se possibilitar a emenda da petição inicial, para que a parte atendesse ao requisito de indicação dos valores dos pedidos (67 e 27 acórdãos, respectivamente), quanto para extinguir diretamente o processo, sem intimação para ajuste (2 e 9, respectivamente). E, analisando os acórdãos em linha temporal, é possível verificar a mudança de entendimento que aos poucos vai se firmando em cada colegiado, conforme as discussões e debates foram acontecendo durante as sessões de julgamento.

Por exemplo, no acórdão 0000036-13.2018.5.09.0656, 6ª Turma, Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, publicado em 03.07.2018, constou expressamente que "os pleitos que não atendam às determinações legais devem ser indeferidos de plano, não sendo possível oportunizar à parte a correção dos vícios existentes em sua petição inicial," todavia, em sessão posterior, é possível observar que houve revisão de posicionamento, conforme acórdão 0000972-15.2017.5.09.0093, de mesma turma e relatoria, publicado em 03.08.2018:

> Diante do exposto, e revendo posicionamento anteriormente adotado, este Colegiado entende que o magistrado somente indeferirá a exordial após oportunizar à parte autora prazo de 15 dias para sanar a irregularidade, a fim de que emende a inicial antes de extinguir o processo por violação do art. 840, §1º, da CLT. Por tudo isso, reformo a r. sentença para determinar o retorno dos autos à origem para que o Juízo *a quo* intime a parte autora para que emende a petição inicial (Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, 2018).[266]

E esse passa a ser o entendimento prevalecente da 6ª Turma, conforme constou, por exemplo, no acórdão 0000034-34.2018.5.09.0562, publicado no ano seguinte, em 03.06.2019: "Este Colegiado, revendo posicionamento anterior, entende que a aplicação do CPC ao caso em análise decorre da ausência de norma processual na CLT que disponha sobre a possibilidade de emenda da inicial, autorizando-se aplicar subsidiariamente o CPC, conforme art. 769, da CLT," também de relatoria do Desembargador Arnor Lima Neto. O mesmo ocorreu com o entendimento que acabou por se consolidar na 7ª Turma.

[266] 0000972-15.2017.5.09.0093, 6ª Turma, acórdão publicado em 03.08.2018.

Concluímos, com relação ao segundo indicativo, que embora inicialmente houvesse divergência entre os membros de algumas turmas sobre a possibilidade de se determinar a emenda da petição inicial, posteriormente, após debates e reflexões, este posicionamento também se tornou unânime no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

De todo modo, no caso presente, a interpretação do regramento processual que prevaleceu levou em consideração a utilização de um procedimento simples da esfera processual civil (interpretação conjunta das normas), que evita movimentações processuais desnecessárias, além de não oferecer prejuízo a quaisquer das partes, possibilitando à norma trabalhar em favor do adequado e célere andamento processual, desfazendo os nós ou possíveis obstáculos.

Os fundamentos inicialmente apresentados que se restringiam à apreciação isolada do artigo de lei, desconsiderando o papel instrumental da regra processual, foram, aos poucos, superados por uma postura de resistência, que considerou aspectos utilitários, simplificadores e finalísticos do processo, relembrando que o principal objetivo do direito processual trabalhista é possibilitar a justa apreciação das demandas existentes na conflituosa e desequilibrada relação entre capital e trabalho.

Assim, com relação ao indicador 2, também podemos afirmar que, após debates e reflexões que levaram inclusive a modificações de posicionamentos em algumas turmas, consolidou-se, no TRT/PR, uma jurisprudência de resistência.

Indicador 3: Para atender ao requisito legal, basta a apresentação de mera estimativa de valores dos pedidos ou há a necessidade de exibição detalhada dos valores, com demonstrativo de planilha de cálculos e liquidação dos valores?

Embora alguns juízes, no primeiro grau, tenham exigido da parte a apresentação de planilhas de cálculos com demonstração detalhada dos valores para cada pedido formulado, nenhum dos acórdãos analisados manteve tal exigência, por entender que extrapolaria o requisito previsto em lei, que estipula apenas a "indicação de valor" dos pedidos apresentados (art. 840, § 1, da CLT).

A maioria dos acórdãos apreciados, que tratou do indicador 3, concluiu que, para preencher o requisito estabelecido na lei 13.467, bastaria que a parte apresentasse os valores por mera estimativa, sem a necessidade de efetiva liquidação ou apresentação de tabelas e planilhas detalhadamente. Dos 359 acórdãos que apreciaram e julgaram a temática, 346 concluíram pela possibilidade de indicação por mera estimativa, enquanto 13, embora não

exigissem planilhas, argumentaram pela necessidade de maiores explicações e esclarecimentos sobre a forma como a parte chegou em determinado valor para a formulação de seu pedido.

A seguir, a tabela com os dados numéricos:

Tabela 6: Indicador 3 – Necessidade de apresentação detalhada de cálculos.

Indicador 3	**Quantidade**
Ausente	173
Não	13
Sim	346
Total geral	**532**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

Verificamos, na análise do indicador 4, todavia, que havia grande divergência, entre órgãos julgadores ou desembargadores da mesma turma recursal, acerca do que significava essa indicação de valores "por mera estimativa" e quais os efeitos dessa indicação para as partes, o que levou, como também analisamos, à instauração de incidente de assunção de competência com a finalidade de pacificar a situação, harmonizando os distintos fundamentos.

Os argumentos utilizados nos acórdãos para exigir algum tipo de maior esclarecimento com relação aos valores apontados para os pedidos foram os seguintes: (i) a nova regra estabelecida a partir da reforma de 2017 não admite pedido genérico, exigindo-se, ao menos, a exposição dos critérios e parâmetros utilizados para a indicação dos valores; (ii) não é possível apresentar valores aleatórios, sem qualquer correspondência lógica com a narrativa fática apresentada na petição inicial; (iii) não subsiste o argumento de impossibilidade de liquidação, pois a parte pode se valer de outras técnicas para atender aos fins da norma do artigo 840, § 1º, CLT; (iv) o procedimento sumaríssimo já trazia tal exigência, o que revela sua ampla possibilidade de cumprimento, independentemente da necessidade de juntada de documentos e (v) exige-se que a parte ao menos tangencie os parâmetros utilizados na petição inicial para o atingimento dos resultados apresentados, sob pena de se deferir, pela via indireta, a aleatória e arbitrária atribuição de quaisquer valores, à mercê da conveniência do autor e em detrimento da ampla defesa do réu. [267]

[267] A título exemplificativo: 0000158-26.2018.5.09.0656, 7ª Turma, Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, acórdão publicado em 23.08.2019; 0000738-87.2018.5.09.0678, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 01.03.2019; 0001475-64.2017.5.09.0892, 7ª Turma, Juiz Convocado Luiz Alves, acórdão publicado em 14.11.2018.

Há uma preocupação que se sobressai, em alguns julgados, para que se evite suposta aleatoriedade na indicação de valores pelo trabalhador, como, por exemplo, constou no acórdão 0001475-64.2017.5.09.0892, 7ª Turma, Juiz Convocado Luiz Alves, acórdão publicado em 14.11.2018: "não há exigência de que sejam apresentadas planilhas e memórias de cálculo complexas para se atender à mencionada exigência, mas apenas que a parte esclareça o porquê de ter sido atribuído determinado valor a cada um dos pedidos," ou, ainda, no acórdão 0000251-86.2018.5.09.0656, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 06.11.2018, que esclareceu que embora inexista a obrigatoriedade de exibição de planilhas de cálculos pelo trabalhador, ao formular seus pedidos, ele pode disponibilizá-las "caso assim entenda conveniente", ou, ainda, deverá, ao menos, apresentar exposição textual que permita ao Juiz e à parte adversa "uma identificação do objeto do litígio, e, de forma eficaz, demonstre a correlação lógica entre os fatos narrados na petição inicial e o valor que se atribuiu aos pedidos."

Embora pareçam bastante razoáveis e plausíveis as argumentações no sentido de que a indicação de valores dos pedidos deva encontrar certa lógica dentro da realidade laboral vivenciada pelo trabalhador – mesmo porque eventual indicação aleatória ou desarrazoada de valores representaria efetiva deslealdade processual, passível não apenas de impugnação pela parte contrária, mas também de penalização – pudemos encontrar alguns argumentos aparentemente contraditórios nos julgados que trataram do tema.

Isso porque, muito embora os julgados deixem expresso, em diversos momentos, que "não se trata de exigir que a indicação dos valores seja feita de forma líquida, o que de fato não se revela possível quando a liquidação do pedido depende da apresentação de documentos que se encontram em posse do empregador" (Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, 2019)[268] também estabelecem que os pedidos apresentados devem ser "determinados, claros quanto à quantidade pretendida, inclusive porque, ao contrário do pretendido pelo autor na petição inicial, tais valores são vinculantes para fins de eventual sucumbência parcial e limitação da condenação".

Ou, ainda, menção no sentido de que a indicação não é mera estimativa, 'ou seja, não basta um valor estimado, mas deve ser um valor preciso", uma vez que implicaria em "limitação da condenação aos valores indicados na petição inicial" (Desembargador Relator: Paulo Ricardo Pozzolo, 2018). [269]

---

[268] 0000158-26.2018.5.09.0656, 7ª Turma, acórdão publicado em 23.08.2019.
[269] 003426-16.2017.5.09.0562, 6ª Turma, acórdão publicado em 03.12.2018.

Tais entendimentos se mostram conflituosos, pois deixam claro, num primeiro momento, que o trabalhador não precisa apresentar a antecipada liquidação de valores, justamente porque depende da apresentação de documentos pela parte contrária, que tem a obrigação legal de manter a documentação do contrato laboral e preservá-la, entretanto, num segundo momento, estipulam que o valor apontado pelo reclamante irá restringir eventual condenação, implicando em efetivo prejuízo ao trabalhador que, sem acesso à documentação necessária, e sem a obrigação de apresentar planilhas de cálculos, corre o risco de ter seus direitos já sonegados, ainda subtraídos. Tal questionamento será melhor explorado na análise do indicador 4.

Abaixo, ainda, tabela indicando os posicionamentos por órgão julgador:[270]

Tabela 7: Indicador 3 por Turma – Necessidade de apresentação detalhada de cálculos.

Indicador 3	Órgão	Quantidade
Não	3A. TURMA	1
	6A. TURMA	8
	7A. TURMA	4
Não Total		13
Sim	1A. TURMA	16
	2A. TURMA	50
	3A. TURMA	30
	4A. TURMA	39
	5A. TURMA	46
	6A. TURMA	105
	7A. TURMA	40
	SEÇÃO ESPECIALIZADA	20
Sim Total		346
Total geral		**359**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

Apresentados os argumentos minoritários, passamos agora a analisar os argumentos da maioria dos julgados, no sentido de que, para cumprir o requisito imposto com a lei federal 13.467, basta mera indicação de valores por estimativa. Os principais fundamentos adotados foram: (i) a lei exige apresentação de pedido certo e determinado, com indicação de valores, o

[270] Não = os valores apresentados pelo reclamante não podem ser mera estimativa, precisam trazer detalhes, explicações sobre sua conclusão, embora não seja obrigatória a apresentação de planilhas de cálculos; Sim = os valores a serem indicados dos pedidos judicialmente discutidos são mera estimativa, bastando indicação razoável.

que admite a demonstração de valores aproximados, sem que seja necessário o pedido líquido; (ii) é incabível liquidação de valores na fase de conhecimento, subsistindo capítulo específico da CLT sobre liquidação de valores; (iii) a ideia de pedido "certo e determinado" não se traduz na liquidação de pedidos, notadamente quando preservada a fase de liquidação e a prolação de sentença ilíquida no próprio texto celetário; (iv) o artigo 840, da CLT deve ser interpretado sistematicamente: não se podem transpor as mesmas exigências da fase de liquidação e execução à fase de conhecimento, pois não é essa a determinação que se extrai do artigo; (v) há o dever de observância aos preceitos constitucionais, em especial de se garantir o acesso à justiça; (vi) é do empregador o dever de documentar o contrato de trabalho, de manter e exibir a documentação pertinente, assim, não se pode exigir do trabalhador a precisão na indicação de valores; (vii) o único efeito do valor da causa consiste na definição do rito procedimental a ser observado; (viii) o princípio da simplicidade, que informa o processo do trabalho, mais do que afastar os formalismos exacerbados que vigoraram no Processo Civil Comum, busca dar efetividade ao processo, enaltecendo sua natureza de instrumento para a persecução e efetivação do bem da vida deduzido em Juízo e (ix) diante da complexidade que envolve a realização de cálculos trabalhistas, além das inúmeras discussões doutrinárias e jurídicas acerca da incidência de reflexos, seria desarrazoado atribuir, ao valor do pedido lançado na petição inicial, a certeza absoluta de um mesmo valor que se fixa, por exemplo, no caso de uma execução de um título extrajudicial.[271]

Mesmo a interpretação gramatical da norma legal apontou pela inviabilidade de se exigir uma liquidação antecipada dos pedidos formulados, ainda na apresentação da petição inicial: "o significado do verbo 'indicar' no contexto do processo do trabalho é o de dar (a alguém) sugestão acerca de alguma coisa ou fato; aconselhar, recomendar algo, logo não é o mesmo sentido de 'liquidar', ou seja, apurar e acertar uma conta ou fixar um montante em dinheiro" (Desembargador Relator: Marcus Aurélio Lopes, 2019).[272]

Em diversos julgados levou-se em consideração, além da avaliação técnica do regramento, a realidade vivenciada na prática das relações de labor, para fins de interpretação da norma. Como o trabalhador ou a trabalhadora não possuem acesso a todos os documentos do contrato – documentos de férias, controles de jornada, planilhas de pagamento de comissões,

---

[271] 0000286-04.2019.5.09.0594, 3ª Turma, Desembargadora Relatora: Thereza Cristina Gosdal, acórdão publicado em 20.08.2019; 0001239-02.2018.5.09.0594, 7ª Turma, Desembargador Relator: Ubirajara Carlos Mendes, acórdão publicado em 20.08.2019; 0000513-45.2018.5.09.0459, 7ª Turma, Desembargador Relator: Marcus Aurélio Lopes, acórdão publicado em 19.08.2019; 0000797-75.2018.5.09.0678, 4ª Turma, Desembargadora Relatora: Rosemarie Diedrichs Pimpão, acórdão publicado em 31.07.2019 e 0000074-25.2018.5.09.0656, 1ª Turma, Desembargadora Relatora: Neide Alves dos Santos, acórdão publicado em 27.05.2019.

[272] 0000654-62.2018.5.09.0007, 7ª Turma, acórdão publicado em 19.08.2019.

fichas de entrega de equipamentos de segurança, fichas de treinamento, etc. – "não se pode exigir a precisão na indicação de valores, porque precisará dos documentos juntados com a defesa para que possa ter mais precisão do montante que entende devido". (Desembargador Relator: Aramis de Souza Silveira, 2019).[273]

E, novamente, a preocupação em se viabilizar o acesso do trabalhador ao Poder Judiciário se fez presente. Há o cuidado em se possibilitar que os litígios trabalhistas possam ser judicialmente analisados e, ao mesmo tempo, estabelecer deveres às partes em sua atuação, para que procedam de modo leal, assegurando um harmônico transcorrer processual, apesar do natural conflito da relação e das posições antagônicas que se encontram. Nesse sentido, destacamos o seguinte julgado 0000504-29.2018.5.09.0671, 5ª Turma, Desembargador Relator: Sergio Guimarães Sampaio, acórdão publicado em 08.08.2019, que assim concluiu**:** "(...) a indicação do valor estimado de cada um dos pedidos, desde que não seja aleatório ou evidentemente desproporcional, cumpre a exigência legal, notadamente quando considerados os princípios da simplicidade e informalidade, que orientam o Processo do Trabalho" e também o julgado 0000074-25.2018.5.09.0656, 1ª Turma, Desembargadora Relatora: Neide Alves dos Santos, acórdão publicado em 27.05.2019, no qual constou alerta no sentido de que:

> (...) a indicação de valores extravagantes e dissociados da realidade somente prejudica a própria reclamante, que passa a arcar com o ônus da sucumbência, que se calcula justamente sobre o que foi pedido" demonstrando, assim, que não é do interesse do trabalhador, ao contrário do que foi defendido por alguns, lançar valores arbitrários ou destituídos de sentido para os pedidos que pretende ver analisados judicialmente, pois "eventuais descompassos com a realidade, decorrentes de estimativas exageradas prejudicam a própria parte.[274]

Também no julgado 0000379-13.2018.5.09.0008, 2ª Turma, Desembargadora Relatora: Ana Carolina Zaina, acórdão publicado em 04.12.2018, realizou-se uma análise bastante profunda, que discorreu sobre aspectos técnicos e conceituais acerca do tema, e, igualmente, sobre as possíveis dificuldades que seriam enfrentadas pelo trabalhador caso se exigisse, de fato, um apontamento detalhado de valores.

Destacou-se, no acórdão, que "a diversidade de circunstâncias que envolvem as relações de trabalho impede, em inúmeros casos, que a liquidação do pedido seja efetivada de plano na petição inicial" (Ana Carolina Zaina, 2018)[275] justamente por depender, como reconhecido em inúmeros outros julgados, da juntada de documentos que estão em posse do empregador.

---

[273] 0000769-68.2018.5.09.0594, 3ª Turma, acórdão publicado em 20.08.2019.
[274] 0000074-25.2018.5.09.0656, 1ª Turma, acórdão publicado em 27.05.2019.
[275] 0000379-13.2018.5.09.0008, 2ª Turma, acórdão publicado em 04.12.2018.

Além disso, diversas situações decorrentes da relação de trabalho dependerão do conjunto probatório produzido, mesmo nas situações aparentemente mais simples e comuns do cotidiano de labor.

Embora alguns pedidos sejam, de fato, passíveis de mensuração imediata, de modo simples e direto – como, por exemplo, o pedido de pagamento das verbas rescisórias que estão descritas no termo de rescisão do contrato de trabalho e que não foram pagas pelo empregador, pois basta indicar o valor que consta no documento – a maior parte dos outros pedidos que podem ser formulados dependem não apenas das provas que serão produzidas (documentos, testemunhas, perícias, gravações, regramentos internos), mas também da extensão interpretativa que o julgador dará a cada direito e a cada parcela: como o juiz ou desembargador entende acerca de determinada base de cálculo, a extensão dos reflexos, a interpretação de determinada cláusula de um instrumento coletivo.

Temos, ainda, que o contrato de trabalho é, em geral, uma relação que, além de se prolongar no tempo, traz um extenso rol de direitos e deveres que devem ser observados pelas partes, o que possibilita o descumprimento e a violação de distintos direitos, em diversos momentos. Diversas podem ser as jornadas pactuadas, a forma de pagamento de salário pode sofrer alterações, os instrumentos coletivos podem definir novos critérios e benefícios e, nem sempre, o trabalhador terá condições de identificar todos esses detalhes.

Assim, exigir uma apresentação pormenorizada de valores devidos é simplesmente desconhecer a realidade complexa do contrato de trabalho, em especial a realidade do trabalhador brasileiro que, em muitas situações, efetivamente desconhece seus direitos básicos.

Rápida leitura de jornais e periódicos do ano de 2020 revela que, infelizmente, ainda são muito comuns resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão.[276] Como exigir,

---

[276] Para ilustrar, mencionamos notícias publicadas pela imprensa: "Cadê os cinco que eu comprei?": pandemia acentua retomada da escravidão no país – Desde 1995, mais de 50 mil pessoas foram resgatados no Brasil" de 22 de agosto de 2020, disponível em: < https://www.brasildefato.com.br/2020/08/22/cade-os-cinco-que-eu-comprei-pandemia-acentua-retomada-da-escravidao-no-pais#:~:text=No%20primeiro%20semestre%20de%202020,do%20extinto%20Minist%C3%A9rio%20do%20Trabalho.>.; "Onze trabalhadores são resgatados de situação análoga à escravidão no Pará – Operação ocorreu em duas carvoarias na zona rural do município de Dom Eliseu", de 09 de setembro de 2020, disponível em: < https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/trabalho/setembro/onze-trabalhadores-sao-resgatados-de-situacao-analoga-a-escravidao-no-para>; "Em SC, mais de 40 trabalhadores são resgatados de situação análoga à escravidão e suspeito é preso – Grupo de nordestinos era vítima de esquema de tráfico de pessoas, diz MPT. Eles eram obrigados a trabalhar nas plantações de cebola de Ituporanga," de 26 de novembro de 2020, disponível em: < https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/26/em-sc-mais-de-40-trabalhadores-sao-resgatados-de-situacao-analoga-a-escravidao-e-suspeito-e-preso.ghtml> e "Grupo de 18 trabalhadores é resgatado de trabalho escravo em fazenda de laranja que fornece para a Citrosuco – Colhedores estavam em situação degradante e contaram que, mesmo antes de receberem o pagamento, já deviam ao patrão por terem de pagar pela comida", de 18 de dezembro de 2020, disponível em: < https://reporterbrasil.org.br/2020/12/grupo-de-18-trabalhadores-e-resgatado-de-trabalho-escravo-em-fazenda-de-laranja-que-fornece-para-a-citrosuco/>.

desses trabalhadores, que saibam precisar a forma de pagamento, as horas extras e adicionais laborados, os benefícios não usufruídos, se nem mesmo as garantias mínimas lhe foram preservadas?

Como bem constou no julgado mencionado, "tem-se que, por vezes, a demanda é ajuizada postulando diferenças genéricas porque, não raro, o trabalhador sequer sabe como elas são calculadas, os critérios, índices, alíquotas, condições de pagamento, entre outros" (Desembargadora Relatora: Ana Carolina Zaina, 2018).[277]

Mas, mesmo analisando situações menos extremas, ainda assim é possível questionar a exigência de fixação efetiva dos limites da demanda e do objeto controvertido. Mesmo um dos pedidos mais frequentes na Justiça Trabalhista – horas extras –[278] além de depender da análise dos controles de jornada e dos recibos de pagamento (que se encontram com o empregador), sujeita-se a uma série de interpretações e posicionamentos jurídicos que não estão consolidados: o abatimento dos valores será pelo total ou de modo mensal? Os reflexos repercutirão em quais parcelas? Se houver a equiparação salarial pretendida em outro tópico, teremos alteração da base de cálculo? Qual a interpretação dessa turma acerca da forma de pagamento dos domingos e feriados laborados? Todos esses questionamentos impactam no total que será devido e, mesmo o mais diligente e cuidadoso advogado, ainda assim terá dificuldades para conseguir, ainda na apresentação da petição inicial de seu cliente, desvendar todos esses possíveis desdobramentos sem que isso implique em algum tipo de prejuízo ao trabalhador: se postular "a menos", estará abrindo mão de um direito trabalhista sonegado; se postular "a mais", corre o risco de ter que pagar honorários advocatícios sucumbenciais, ou, ainda, as custas processuais.

Além disso, há situações nas quais não se revela possível delimitar as consequências do ato ou fato, o que torna impossível a mensuração de qualquer valor, como, por exemplo, os casos envolvendo pedido de indenizações por danos materiais relacionados a acidente de trabalho ou doença ocupacional. Tal pedido depende de avaliação pericial para que se possa aferir o grau de incapacidade, a extensão da lesão ou das sequelas, a possibilidade ou não de recuperação. No mesmo sentido os pedidos de adicional de insalubridade e de periculosidade, que também necessitam de parecer técnico.[279]

---

[277] 0000379-13.2018.5.09.0008, 2ª Turma, acórdão publicado em 04.12.2018.

[278] De acordo com ranking de assuntos mais recorrentes do TST, no ano de 2020 o pedido de horas extras foi o segundo mais realizado, estando apenas atrás do pedido relativo à condenação de tomadores de serviços e entes públicos. Disponível em: < https://www.tst.jus.br/web/estatistica/tst/assuntos-mais-recorrentes>.

[279] Ainda conforme ranking de assuntos mais recorrentes do TST, do ano de 2020, pedidos de indenização por dano moral ocuparam o 7º lugar na lista, adicional de insalubridade, o 11º e periculosidade, o 12º. Disponível em: < https://www.tst.jus.br/web/estatistica/tst/assuntos-mais-recorrentes>.

Assim, há a necessidade de efetiva cautela no momento de interpretação do requisito estabelecido com a reforma, cabendo o alerta de que determinadas conclusões, ainda que juridicamente plausíveis e tecnicamente adequadas podem "negar efetividade ao princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, insculpida no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal, obstruindo-se de forma definitiva o amplo acesso à Justiça" (Desembargadora Relatora: Ana Carolina Zaina, 2018).[280]

Cabe-nos destacar, ainda, que em alguns casos houve a constatação de conflitos de posicionamentos dentro da mesma Turma. Na 7ª turma, por exemplo, encontramos entendimentos contraditórios em acórdãos publicados no mesmo mês.

No acórdão 0001239-02.2018.5.09.0594, Desembargador Relator: Ubirajara Carlos Mendes, publicado em 20.08.2019, concluiu-se que a apresentação dos valores se daria por mero apontamento e por estimativa, sendo que no julgado 0000158-26.2018.5.09.0656, Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, acórdão publicado em 23.08.2019, decidiu-se que, embora não seja possível exigir da parte a apresentação de contas detalhadas, o valor indicado na peça inicial será considerado teto para a condenação.

Em conclusão, embora a maioria dos julgados entenda pela possibilidade de apresentação dos valores por mera estimativa, não havia consenso entre os órgãos julgadores e tal situação se agrava ainda mais quando o indicador 3 é analisado em conjunto com o indicador 4, como veremos a seguir. Tal indicador não fornecia uma base segura para confirmarmos uma jurisprudência de resistência, dependendo, assim, da análise de outros indicadores e fatores para firmarmos uma conclusão.

Indicador 4: Os valores apresentados na petição inicial configuram um limite para a condenação?

Dos 532 acórdãos pesquisados, 126 abordaram a temática proposta no indicador 4. Desses, 47 julgados concluíram que o valor apontado para cada pedido, ainda na peça inicial, quando do ajuizamento da reclamatória trabalhista, constitui limite ou teto para definição do total devido pela parte reclamada.

Já nos demais 79 acórdãos, os desembargadores definiram que, sendo mera estimativa a ser apresentada, tal valor não deveria restringir a condenação, cabendo à liquidação apurar o *quantum* devido (que pode resultar em valor maior ou menor ao indicado).

---

[280] 0000379-13.2018.5.09.0008, 2ª Turma, acórdão publicado em 04.12.2018.

Verifica-se, desse modo, que subsistia, no TRT/PR, evidente indefinição acerca da interpretação dos efeitos do artigo 840, § 1º, da CLT, com sua nova redação:

Tabela 8: Indicador 4 – Valores iniciais estabelecem limite na condenação.

Indicador 4	Quantidade
Sim	47
Não	79
Total geral	**126**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

Abaixo, a tabela com os resultados por órgão julgador:

Tabela 9: Indicador 4 por turma – Valores iniciais estabelecem limite na condenação.

Indicador 4	Órgão	Quantidade
Sim	1A. TURMA	8
	2A. TURMA	1
	3A. TURMA	1
	4A. TURMA	1
	5A. TURMA	1
	6A. TURMA	31
	7A. TURMA	4
Sim Total		47
Não	1A. TURMA	1
	2A. TURMA	21
	3A. TURMA	12
	4A. TURMA	12
	5A. TURMA	2
	6A. TURMA	20
	7A. TURMA	11
Não Total		79
Total geral		**126**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

A tabela acima permite concluir que inexistia uniformidade de entendimento em quaisquer umas das Turmas, gerando evidente insegurança jurídica às partes em razão da

ausência de definição quanto aos efeitos da valoração dos pedidos na peça introdutória. Todas as turmas possuíam julgados em sentidos diversos (ao menos um julgado sendo discrepante dos demais publicados no lapso temporal selecionado).

Os principais argumentos no sentido de se reputar que os valores indicados são vinculantes e limitam a condenação foram os seguintes: (i) o apontamento, na petição inicial, de valor inferior à correta expressão monetária da parcela postulada acarreta a limitação da condenação à importância apresentada; (ii) a lei determina que aponte o valor do pleito, isto é, a importância que pretende receber pelo deferimento do pedido formulado; (iii) se o autor prefere estimar uma quantia (em vez de diligenciar para apontar a exata – ou a mais aproximada possível – expressão monetária de sua pretensão), então deve assumir as consequências desse proceder: a importância apontada será considerada o valor do pedido; (vi) nos termos dos artigos 141 e 492, do CPC[281], tais valores são vinculantes para fins de eventual sucumbência parcial e limitação da condenação sob pena de incidir em julgamento "*ultra*", "*extra*" ou "*infra petita*"; (v) os pedidos formulados na inicial que estabelecem os limites da lide que, estável após a notificação inicial, não autoriza a modificação ou ajuste daqueles por iniciativa unilateral da parte, sob pena de subverter a ordem processual e prejudicar a regular aplicação dos princípios do contraditório e ampla defesa; (vi) pode a parte utilizar-se de ação cautelar de exibição de documentos ou medida semelhante com o objetivo de conseguir os documentos que entende necessários (vii) o princípio da adstrição impõe ao julgador que se mantenha dentro dos limites dos pedidos (com suas especificações) elencados na petição inicial.[282]

Como, em muitos julgados,[283] houve o reconhecimento de que os valores a serem apresentados constituem mera estimativa e, também, houve a conclusão no sentido de que tais "estimativas" vinculariam a condenação final, configurando um teto para o crédito trabalhista a ser pago, houve, por diversas partes, a apresentação de embargos de declaração,[284] alegando

---

[281] Estabelece o artigo 141, do CPC que "o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte" e o artigo 492, do mesmo código, que "é vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado" (BRASIL, 2015).

[282] Exemplo: 0000158-26.2018.5.09.0656, 7ª Turma, Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, acórdão publicado em 23.08.2019; 0000933-47.2018.5.09.0654 (ED), 6ª Turma, Desembargador Relator: Paulo Ricardo Pozzolo, acórdão publicado em 02.08.2019; 0000192-69.2018.5.09.0019, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 02.08.2019; 0001003-90.2018.5.09.0128, 6ª Turma, Desembargador Relator: Paulo Ricardo Pozzolo, acórdão publicado em 02.08.2019; 0000443-41.2018.5.09.0002, 1ª Turma, Desembargador Relator: Edmilson Antônio de Lima, acórdão publicado em publicado em 26.07.2019; 0000209-43.2018.5.09.0654 , 1ª Turma, Desembargadora Relatora: Neide Alves dos Santos, acórdão publicado em 20.03.2019;

[283] Por exemplo: 0000684-96.2018.5.09.0654 (EDRO) e 0000677-07.2018.5.09.0654 (EDRO), ambos da 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdãos publicados em publicado em 02.07.2019.

[284] Os embargos de declaração são uma medida a ser utilizada quando a parte busca a correção de algum "defeito" constatado na decisão (singular ou colegiada). Consta, no artigo 897-A, da CLT que "Caberão embargos de

contradição entre os fundamentos apresentados pelo órgão julgador. Afinal, tratando-se de mera estimativa, tal valor indicado não poderia substituir a futura liquidação, a ser realizada em momento posterior, como reconhecido em inúmeros outros acórdãos. Todavia, mesmo com os questionamentos trazidos pelas partes, muitas turmas mantiveram o entendimento no sentido de que as estimativas trazidas não poderiam representar condenação além do valor indicado na petição inicial. Nesse sentido, o acórdão proferido em sede de embargos de declaração 0000906-50.2018.5.09.0594 (ED), 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 02.08.2019:

> Como se observa, não há a contradição cogitada pelo embargante, pois consta do acórdão que ambas as situações (indicação estimativa do valor do pedido) e limitação da condenação ao valor indicado ao pedido conciliáveis, o que fica muito evidente pelo uso da conjunção "por outro lado". Ou seja, apesar de admitir a indicação estimativa do valor dos pedidos, o acórdão deixa claro que a condenação deve ficar limitada ao valor atribuído aos pedidos, assim como, por decorrência, ficará limitada sua eventual sucumbência. (Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, 2019)

No julgado 0000134-65.2018.5.09.0666, 7ª Turma, Juiz Convocado Luiz Alves, acórdão publicado em 24.10.2018, constou expressamente que a indicação de valor que o trabalhador entende ser devido para cada pedido "pode ser feito de forma estimada, situação que não dispensa a liquidação das verbas deferidas em sentença, nos termos do artigo 879, caput, da CLT", mas, a seguir, destacou que esses mesmos valores estimados "servirão de base para a fixação de custas processuais e de honorários sucumbenciais, vinculando, assim, o órgão julgador que deverá se ater aos limites da lide."

Na mesma linha, o acórdão 0000933-47.2018.5.09.0654 (ED), 6ª Turma, Desembargador Relator: Paulo Ricardo Pozzolo, publicado em 02.08.2019, no qual o desembargador esclareceu, em decisão resolutória de embargos, que o valor apresentado pela parte na petição inicial – seja qual tenha sido a forma adotada pelo trabalhador para chegar a tal importância, isto é, se decorreu de cálculo ou de estimativa; se está correto ou incorreto; se abrange a integralidade ou apenas parte do período imprescrito – constituirá limite da condenação.

E, no acórdão 0000345-14.2018.5.09.0016, 7ª Turma, Desembargador Relator: Benedito Xavier da Silva, publicado em 03.07.2019, além de expressar seu entendimento no sentido de que os valores apontados em inicial deverão limitar a condenação, ressaltou, ao

---

declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso". (BRASIL, 1943).

analisar o pedido de diferenças salariais pretendido pelo trabalhador, que "se o autor pugna por diferenças salariais é porque conhece que entre o que lhe era pago e a realidade salarial postulada não há similitude, sob pena de se estar diante de alegação aventureira".

Ora, tais argumentos chamam a atenção justamente por destoarem de outros entendimentos no sentido de que o efetivo detentor da documentação referente ao contrato de trabalho é o empregador e não o empregado. Alterar essa noção básica seria onerar desproporcionalmente o trabalhador, que, segundo alguns posicionamentos, teria que manter não apenas a documentação de seu próprio contrato de trabalho, mas também a de seus colegas, caso buscasse equiparação salarial, exigência bastante incomum.

Já os argumentos em sentido oposto aos acima retratados, foram os seguintes: (i) a menção a "pedido certo, determinado e com a indicação de seu valor", modificação acrescida ao art. 840, § 1º da CLT pela lei federal 13.467/2017, refere-se a uma mera indicação, já que o valor efetivamente devido somente será obtido com a liquidação da sentença; (ii) o valor da causa pode ser estimado, já que o trabalhador não tem acesso a todos os documentos necessários para calcular o valor do pedido; (iii) o TST definiu, no art. 12, § 2°, da IN 41/2018 do TST, que os valores apontados na inicial tratam de mera estimativa, logo, não podem restringir a condenação; (iv) a indicação do valor dos pedidos na petição inicial trabalhista não vincula o montante da condenação (art. 492 do CPC), tratando-se de mero pressuposto para a fixação do valor da causa (por aproximação) e, por decorrência lógica, fixação do rito a ser observado; (v) a lei estabeleceu apenas a indicação aproximada dos valores de cada pedido, bem como ante o princípio da simplicidade que rege o Processo do Trabalho, entendo que os valores indicados na petição inicial não limitam os cálculos de liquidação, (vi) manteve-se a possibilidade de liquidação da sentença (art. 879, § 2º, da CLT), sendo exigível do demandante, exclusivamente, o apontamento genérico do importe correspondente à pretensão deduzida em Juízo; (vii) por se tratar de valor estimado e não preciso das verbas postuladas na peça de ingresso, eventual apuração de valor superior na fase de efetiva liquidação do julgado não importa violação ao princípio da congruência (arts. 141 e 492 do CPC); (viii) a petição inicial, ao apresentar a indicação, por estimativa, do valor dos pedidos, atendeu ao disposto no art. 840, § 1º, da CLT, e o demonstrativo apresentado, por simples amostragem, serve apenas como prova do fato constitutivo alegado, na forma do art. 818, inciso I, da CLT, não restringido, temporalmente, a condenação pretendida; (ix) o magistrado julga o pedido deduzido, aplicando a lei ao caso concreto, e não o valor pleiteado, razão pela qual deve-se considerar o valor efetivamente devido, a ser apurado em liquidação de sentença; (x) necessária a interpretação lógica, sistemática e teleológica do preceito normativo – simples exercício de sensatez, de bom senso

– de indicação de uma estimativa preliminar razoável do valor dos pedidos exordiais e (xi) a imposição de exigência de liquidação do pedido, no ajuizamento, quando o advogado e a parte não tem a dimensão concreta da violação do direito, apenas em tese, extrapola o razoável, causando embaraços indevidos ao exercício do direito humano de acesso à Justiça e exigindo do trabalhador, no processo especializado para tutela de seus direitos, mais formalidades do que as existentes no processo comum.[285]

Considera-se, assim, de uma análise conjunta do sistema processual legal, que a finalidade da norma prescrita no parágrafo 1°, do artigo 840 da CLT, seria a definição do valor aproximado da causa e, por conseguinte, do rito processual, inexistindo limitação da condenação aos importes delineados na peça de ingresso para os pedidos que se sujeitarão a regular liquidação.[286] Assim, apenas em regular liquidação é que será apurado o efetivamente devido, que poderá ser em patamar maior ou menor que o estimado na petição inicial.

De acordo com o julgado 0000513-45.2018.5.09.0459, 7ª Turma, Desembargador Relator: Marcus Aurélio Lopes, acórdão publicado em 19.08.2019, a indicação do pedido deve ser genérica, "sem exagerado rigor quanto a indicação precisa do valor das parcelas, mormente em se considerando que tal tarefa envolveria o manuseio de inúmeros documentos que, por obrigação legal, se encontram em poder do empregador, e não do reclamante".

Diversos julgados ressaltam os princípios que permeiam o processo do trabalho, justamente por reconhecerem as peculiaridades da relação laboral e as características específicas do contrato de trabalho.

Nesse sentido, destacamos a divergência formulada no processo 0000608-58.2018.5.09.0594, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 02.07.2019, na qual se pontuou a necessidade pela interpretação sistemática da norma, os deveres do empregador com relação à guarda de documentos, e os interesses constitucionalmente previstos: "o art. 840 da CLT deve ser interpretado sistematicamente, não se podendo deixar de atender o garantido acesso à justiça, contemplado na Constituição Federal, art. 5°, XXXV. Ademais, é do empregador o dever de documentar o contrato de trabalho".

---

[285] 0000747-10.2018.5.09.0594, 2ª Turma, Desembargador Relator: Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, acórdão publicado em 22.08.2019; 0001239-02.2018.5.09.0594, 7ª Turma, Desembargador Relator: Ubirajara Carlos Mendes, acórdão publicado em 20.08.2019; 0001040-49.2018.5.09.0668, 2ª Turma, Desembargador Relator: Cássio Colombo Filho, acórdão publicado em 20.08.2019; 0000574-31.2018.5.09.0094, 2ª Turma, Desembargador Relator: Cássio Colombo Filho, acórdão publicado em 20.08.2019; Processo 0000142-72.2018.5.09.0656 (AIRO), 4ª Turma, Desembargador Relator: Célio Horst Waldraff, acórdão publicado em 8.11.2018 e 0000228-34.2018.5.09.0562, 2ª Turma, Desembargadora Relatora: Ana Carolina Zaina, acórdão publicado em 1.11.2018.

[286] 0000747-10.2018.5.09.0594, 2ª Turma, Desembargador Relator: Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, acórdão publicado em 22.08.2019.

Cabe destacar, ainda, o argumento histórico trazido no acórdão 0000791-43.2018.5.09.0654, 4ª Turma, Desembargador Relator: Célio Horst Waldraff, publicado em 12.07.2019, no qual o desembargador-relator relembra que certa singeleza, ou ausência de complexidade, para o ajuizamento de uma ação laboral, sempre foram justificadas pela aplicação do princípio da simplicidade, que permeia todo o processo trabalhista. Por esse motivo, a alteração legal decorrente da Reforma Trabalhista não poderia ser interpretada de modo diverso, sob pena de se ignorar a realidade dessa peculiar relação:

> Historicamente, às pretensões entabuladas perante a Justiça do Trabalho eram exigidas, apenas, a designação do juízo, uma simples qualificação das partes, a breve exposição dos fatos, o pedido, data e assinatura. Essa frugalidade nos requisitos para a propositura da reclamação trabalhista sempre foi justificada pela aplicação do princípio da simplicidade, norteador do processo na seara trabalhista.
> Não obstante, com o advento da lei nº. 13.467/2017, popularmente conhecida como "Reforma Trabalhista", houve sensível alteração no art. 840 da CLT. Diante das inovações advindas com a novel legislação, passou-se a exigir do pedido, além da certeza e determinação (que já eram implicitamente impostos, registre-se), a indicação de seu valor. (…)
> Apesar da novidade legislativa quanto à necessidade de se expressar monetariamente o valor da pretensão deduzida pela parte, entende-se que tal exigência não visa à liquidação precisa e rigorosa do bem jurídico a que se pretende tutela, mas apenas atende a um clamor, escorado pelo bom senso, de se lançar uma estimativa razoável do *quantum* relativo aos pedidos exordiais.
> Justo por isso, admite-se que a indicação do valor seja dada por estimativa.
> (...) Os valores indicados pelo autor não esgotam o conteúdo econômico dos direitos pleiteados, tendo em vista que os cálculos só poderiam ser feitos a partir da documentação apresentada pela ré e por meio da definição dos respectivos parâmetros de condenação pelo juízo. Desse modo, não serve como limite ao valor efetivamente auferido, após regular procedimento de liquidação de sentença. Sendo assim, entende-se merecer reparos a r. decisão proferida em sede de primeiro grau de jurisdição.
> (Célio Horst Waldraff, 2019).[287]

Há, desse modo, preocupação com aspectos técnicos da norma, mas verifica-se, na análise de sua finalidade, um objetivo distinto: persiste o interesse em se garantir o acesso do jurisdicionado ao Poder Judiciário. Além disso, aspectos principiológicos e históricos também são considerados para formação da conclusão, numa reflexão acerca do caráter simples e objetivo do processo do trabalho. A realidade da relação de labor e o desequilíbrio natural entre as partes também são levados em consideração no momento de se mensurar os efeitos da regra alterada.

Afinal, a exigência antecipada de liquidação de valores, como constou no julgado 0000791-40.2018.5.09.0655, 2ª Turma, Desembargador Relator: Cassio Colombo Filho, acórdão publicado em 20.08.2019, pode representar não apenas a violação do direito de acesso

[287] 0000791-43.2018.5.09.0654, 4ª Turma, acórdão publicado em 12.07.2019.

à Justiça, mas também "a dupla violação do acesso à Justiça, com a subvaloração da lesão do direito". Isso porque, caso o requisito processual torne-se um obstáculo que dificulte ou até mesmo inviabilize a discussão judicial, a questão processual se tornará mais relevante que a própria busca pela justiça e pelo julgamento dos fatos. O processo, de certo modo, se sobreporá ao direito.

E, na análise desse indicador foi onde constatamos a maior quantidade de discussão e de divergências acerca dos entendimentos a serem aplicados em cada um dos órgãos julgadores.

Na leitura dos acórdãos foi possível encontrar situações nas quais havia divergência de entendimento entre os membros da turma, como no processo 0000608-58.2018.5.09.0594, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 02.07.2019, no qual a relatora apresenta sua argumentação defendendo a limitação da condenação aos valores indicados na inicial, mas se curvou ao entendimento divergente, que, na ocasião, prevaleceu: "Todavia, fico vencida pelo entendimento prevalecente na composição turmária, conforme divergência do Exmo. Des. Arnor Lima Neto e do voto do Exmo. Des. Francisco Roberto. "

E, ainda, o acórdão 0002167-75.2017.5.09.0015, da mesma 6ª Turma, Desembargador Relator: Francisco Roberto Ermel, publicado em 07.08.2019, no qual o relator apresenta sua argumentação no sentido de entender incabível a limitação da condenação ao valor numérico assinalado nos pedidos iniciais, mas se curvou ao entendimento divergente, predominante na turma "para determinar que a condenação seja limitada aos valores dos pedidos indicados na petição inicial".

No julgado 0000607-73.2018.5.09.0594 (ED), 6ª Turma, Desembargador Relator: Paulo Ricardo Pozzolo, acórdão publicado em 26.06.2019, houve a apresentação de esclarecimentos, à parte, explicando por qual motivo o posicionamento da 6ª Turma estava divergindo em julgados da mesma sessão. O relator elucidou à parte que "a matéria discutida (limitação da condenação ao valor apontado na petição inicial) é controversa e, infelizmente, ainda não houve pacificação dos entendimentos a esse respeito no âmbito desta Turma. " Salientou que, em razão da existência de divisão de posicionamento do colegiado, a solução a ser aplicada em cada caso dependia da composição formada no momento do julgamento, esclarecendo que embora tenham sido distintas as soluções apresentadas às demandas similares, os julgamentos obedeceram ao que foi decidido na ocasião pelo Colegiado e que "a discrepância decorre lamentavelmente da falta de uniformização de entendimentos na própria Turma".

O desembargador relator também reconheceu que a existência de divergência nas decisões, em especial envolvendo a análise de casos idênticos "foge dos ideais de Justiça", mas que, em razão das diferenças de entendimentos defendidos pelos membros da mesma turma, a

solução definitiva para a questão passaria pela confirmação de uniformização de jurisprudência sobre o tema (pelo TST ou pelo Pleno do próprio TRT/PR).

Há nesse caso, expressa incompatibilidade de entendimentos entre os membros da mesma turma, que julgam conforme a composição, num sentido ou no outro, o que gera verdadeira insegurança jurídica para as partes que não possuem condições de prever os efeitos da aplicação da nova lei processual ao seu caso, o que inclusive foi reconhecido pelo relator do acórdão.

Mas, como verificamos, não foi apenas com relação a 6ª Turma que se constatou a existência de posicionamentos conflitantes. Todas as turmas do TRT/PR, num momento inicial, apresentaram conclusões distintas sobre a interpretação da mesma regra processual.[288]

E, justamente por constatar essa necessidade de uniformização de entendimentos, é que no processo 0000791-40.2018.5.09.0655, 2ª Turma, Desembargador Relator: Cassio Colombo Filho, acórdão publicado em 20.08.2019, foi instaurado incidente de assunção de competência, "nos termos do art. 947 do CPC e art. 55, inciso X, do Regimento Interno deste E. Tribunal, quanto à indicação de valores dos pedidos apresentados na petição inicial, prevista no art. 840, § 1º, da CLT, e a possibilidade ou não de limitação da condenação a estes valores".

O julgamento do incidente será o ponto conclusivo do presente estudo e, nele, buscaremos os fundamentos e motivações trazidos pelos defensores de ambas as teorias, buscando comparar tais entendimentos com as indagações e reflexões que já realizamos acerca do papel do direito processual como instrumento de exceção ou de resistência.

Mas, antes dessa aferição, buscaremos analisar, por meio dos indicadores 5 e 6, se houve a utilização de doutrina e de jurisprudência como reforço argumentativo nos acórdãos publicados e de que modo tais contribuições foram utilizadas.

Indicador 5: Houve a utilização de doutrina para justificar o entendimento apresentado?

Indicador 6: Houve a utilização de jurisprudência para justificar o entendimento apresentado? E essa utilização (da doutrina ou da jurisprudência) se deu como reforço na interpretação de exceção ou de resistência?

---

[288] Nesse sentido, mencionamos, ainda: 0000992-21.2018.5.09.0594 e 0000581-21.2018.5.09.0127 6ª Turma, Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, acórdãos publicados em 04.07.2019 (não limita, Desembargadora Revisora Sueli Gil El Hafihi) e 0000417-46.2018.5.09.0195 e 0000611-13.2018.5.09.0594, 6ª Turma, Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, acórdãos publicados em 04.07.2019 (nestes, prevaleceu a divergência formulada pelo Desembargador Revisor: Paulo Ricardo Pozzolo, determinando a limitação da condenação). E também ED 0000683-14.2018.5.09.0654, mesma situação. 6ª Turma, Desembargador Relator: Paulo Ricardo Pozzolo, acórdãos publicados em 26.06.2019.

Efetuamos esta análise de indicadores de modo conjunto por perceber similitudes nas exposições que, agrupadas, possibilitam uma melhor compreensão da exceção ou da resistência nos fundamentos retratados.

Inicialmente, cabe definir que consideramos exemplo de doutrina ou de jurisprudência de resistência todo aquele que foi utilizado para reforçar o conteúdo decisório que levou em conta, além dos aspectos técnico e processuais na interpretação da regra, os princípios específicos do direito e do processo do trabalho, a preocupação com a garantia constitucional do amplo acesso ao poder judiciário, os aspectos peculiares da relação de trabalho (considerando, inclusive, o histórico desequilíbrio existente entre empregador e empregado), a interpretação sistemática e conjunta da regra com o restante do ordenamento jurídico, a simplicidade e objetividade do processo do trabalho e seu papel como instrumento para possibilitar a justa discussão judicial de direitos.

É necessário não perder de vista que um dos princípios basilares para a compreensão do processo do trabalho – o princípio da simplicidade – vai muito além de restringir excessivas e, muitas vezes, desnecessárias formalidades típicas do processo civil. O processo do trabalho, desse modo, não pode ser compreendido como um fim em si mesmo, mas apenas como instrumento para a proteção de direitos sociais e fundamentais mínimos, consagrados na CLT e na Constituição.

Há a preocupação efetiva em se exaltar a natureza instrumental do processo, garantindo um transcorrer processual eficaz, equilibrado e harmônico para as partes. Ao reconhecermos a natureza instrumental do processo é que garantimos a busca e proteção dos bens da vida discutidos em Juízo. Desse modo, o processo não pode ser encarado como política pública que tenha como motivação interesses econômicos que extrapolam os direitos que estão sendo discutidos em cada caso. Tampouco é possível se presumir que o processo possa ser utilizado como forma de se obstaculizar o acesso ao poder judiciário, sob pena de macularmos sua natureza instrumental.

Por outro lado, a doutrina ou jurisprudência que forem utilizadas para reforçar conteúdos decisórios que se preocupem exclusivamente com aspectos técnicos, relativizando a realidade peculiar da relação de trabalho e desconsiderando a assimetria de poderes existentes no contrato laboral, que não busque uma interpretação conjunta do regramento nem manifeste preocupação com princípios e garantias constitucionais será considerada de exceção e assim computada, para fins quantitativos, na presente pesquisa.

Como bem pontua Ferreira, o processo de austerização (também vivenciado no Brasil), desenvolveu um Direito do Trabalho de Exceção (e, no caso do nosso estudo, um direito

processual do trabalho de exceção) que é suportado "por uma racionalidade instrumental e de cálculo custo-benefício, a qual liquidifica e fragiliza os obstáculos colocados pelo direito até então vigente" (FERREIRA, 2011, p. 130). Há, nesse processo, uma tendência não apenas em legalizar práticas que negam as funções antropológicas e sociológicas do direito do trabalho e do processo do trabalho, mas também um abrandamento do reconhecimento de que são desiguais as forças de patrões e empregados em um litígio judicial. Acaba-se por impor verdadeiro "reordenamento do sistema de deveres e obrigações" (FERREIRA, 2011, p. 131), repassando ao trabalhador – mesmo que indiretamente – deveres contratuais típicos do empregador, como, por exemplo, o dever de guarda dos documentos contratuais.

Como constou no julgado 0000791-40.2018.5.09.0655, 2ª Turma, Desembargador Relator: Cassio Colombo Filho, acórdão publicado em 20.08.2019, é necessário um alerta para que não ocorra a indesejada "precificação do Direito" e também para que não haja a "a injusta e ilícita transferência de obrigação essencial do empregador (quantificar e pagar o direito na constância da relação de trabalho) para o trabalhador".

E, pensando na possibilidade de afetação e no poder de convencimento que a racionalidade neoliberal possui, formulando uma produção discursiva que, segundo Brown, transforma pessoas, empresas, instituições em capital, em práticas de investimento, envolvendo e vinculando os indivíduos numa corrente de meritocracia e sacrifício individual (BROWN, 2018), cabe-nos pensar acerca dos reflexos desse discurso na formação do material doutrinário e jurisprudencial que servirá de base para o convencimento de novas jurisprudências.

Sob essa perspectiva de cidadania sacrificial e políticas de austeridade decorrentes do neoliberalismo, cabe-nos questionar os possíveis reflexos desses enunciados sobre as possibilidades interpretativas do, até então, papel de instrumentalidade desempenhado pelo processo do trabalho.

Cabe esclarecer, ainda, que as obras e autores citados nos acórdãos analisados (e mencionados como exemplos durante a análise do indicador 5) serão apontados nas notas de rodapé, mas não constarão, necessariamente, nas referências ao final da pesquisa, exceto se também foram utilizadas como fundamento para a presente pesquisa. Optamos por utilizar essa forma de identificação justamente para evitar equívocos na identificação das obras que foram utilizadas como aporte teórico na tese e quais apenas foram mencionadas por constarem na fundamentação dos acórdãos estudados.

Feitas tais considerações, temos que, dos 303 acórdãos que mencionaram entendimentos doutrinários, 274 (90%) utilizaram a doutrina como reforço em conteúdo decisório de resistência enquanto 29 (10%), como reforço em conteúdo decisório de exceção. E dos 257

julgados que mencionaram jurisprudência, 237 (92%) a utilizaram como argumento em conteúdo decisório de resistência enquanto 20 (8%), como reforço em conteúdo decisório de exceção. Abaixo, os dados totais:

Tabela 10: Indicador 5 – Utilização de doutrina.

Indicador 5	Quantidade
Ausente	229
Exceção	29
Resistência	274
Total geral	**532**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

Tabela 11: Indicador 6 – Utilização de Jurisprudência.

Indicador 6	Quantidade
	0
Ausente	275
Exceção	20
Resistência	237
Total geral	**532**

Fonte: Intranet TRT/PR. Elaborado pela autora.

Os principais autores mencionados são, em geral, autores de direito do trabalho ou de direito processual do trabalho, já consagrados, e, em geral, juristas, juízes, desembargadores ou advogados ligados à área (aposentados ou não). Os autores mais mencionados como aporte teórico na decisão de conteúdo de resistência foram: Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado, Carlos Henrique Bezerra Leite, José Affonso Dallegrave Neto, Mauro Schiavi, Manoel Antônio Teixeira Filho, Jorge Souto Maior, Antônio Umberto de Souza Júnior, Felipe Bernardes, Luciano Augusto de Toledo Coelho, Roberto Dala Barba Filho, Sérgio Pinto Martins e Armando Casimiro Costa Filho.[289] Os autores mais mencionados como reforço

[289] Mencionamos a título exemplificativo: 0000747-10.2018.5.09.0594, 2ª Turma, Desembargador Relator: Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, acórdão publicado em 22.08.2019, 0001239-02.2018.5.09.0594, 7ª Turma, Desembargador Relator: Ubirajara Carlos Mendes, acórdão publicado em 20.08.2019; 0000505-14.2018.5.09.0671, 2ª Turma, Desembargadora Relatora: Claudia Cristina Pereira, acórdão publicado em 06.08.2019; 0000806-74.2018.5.09.0892, 7ª Turma, Desembargador Relator: Benedito Xavier da Silva, acórdão publicado em 08.08.2019; 0000695-28.2018.5.09.0072, 6ª Turma, Desembargador Relator: Francisco Roberto Ermel, acórdão publicado em 07.08.2019; 0001264-15.2018.5.09.0594, 2ª Turma, Desembargadora Relatora: Ana Carolina Zaina, acórdão publicado em 07.08.2019; 0001731-30.2018.5.09.0000 (AgR-MS), SE, Desembargador

argumentativo nos acórdãos de conteúdo decisório de exceção foram: Enoque Ribeiro dos Santos, Manoel Antônio Teixeira Filho, Elpídio Donizetti, Francisco Ferreira Jorge Neto, Mauro Schiavi, Carlos Henrique Bezerra Leite e Valentin Carrion.[290]

Destaca-se o fato de que alguns autores são utilizados para posicionamentos distintos e, muitas vezes, conflitantes. Mas uma análise mais aprofundada dos trechos selecionados permite algumas reflexões: no acórdão 0000677-07.2018.5.09.0654, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, publicado em 02.04.2019, menciona-se obra de 2017, do autor Carlos Henrique Bezerra leite,[291] para concluir que "a condenação deve ser limitada até o valor máximo dos pedidos indicados na inicial, excetuando-se apenas os juros e a correção monetária." No trecho selecionado para fundamentar o decidido, consta análise acerca da necessidade de se observar os limites da lide, sendo proibido ao julgador decidir além do que foi solicitado: "o princípio da adstrição impõe ao julgador que se mantenha dentro dos limites dos pedidos (com suas especificações) elencados na petição inicial, sob pena de incidir em julgamento '*ultra*', '*extra*' ou '*infra petita*'".

Já no acórdão 0000747-10.2018.5.09.0594, 2ª Turma, Desembargador Relator: Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, publicado em 22.08.2019, por exemplo, utiliza-se a obra de 2019 (posterior à Reforma Trabalhista, portanto), do mesmo autor,[292] para se defender a tese de que os pedidos apresentados na inicial são mera estimativa e que a indicação final do valor devido se obterá com os limites fixados no julgamento e após a necessária liquidação.

No trecho da obra que foi mencionado no acórdão, o autor argumenta pela necessidade de interpretação da regra em conformidade com a Constituição Federal, menciona a Instrução Normativa 41/2018, do TST, analisa especificamente o § 3º, do artigo 840, da CLT, e deixa clara sua posição no sentido de que a expressão 'com indicação de seu valor', deve ser interpretada não por meio do método literal ou gramatical, e sim com base no método teleológico, ou seja, trata-se de mera estimativa e não de liquidação de valores. Esclarece, ainda,

---

Relator: Luiz Eduardo Gunther, acórdão publicado em 08.06.2019; 0000287-90.2018.5.09.0022, 4ª Turma, Desembargador Relator: Adilson Luiz Funez, acórdão publicado em 10.12.2018 e 0000287-90.2018.5.09.0022, 4ª Turma, Desembargadora Relatora: Rosemarie Diedrichs Pimpão, acórdão publicado em 26.06.2018.

[290] A título exemplificativo: 0000158-26.2018.5.09.0656, 7ª Turma, Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, acórdão publicado em 23.08.2019; Exemplo: 0000023-82.2018.5.09.0892, 6ª Turma, Desembargador Relator: Francisco Roberto Ermel, acórdão publicado em 07.08.2019; 0000192-69.2018.5.09.0019, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 02.08.2019; 0000677-07.2018.5.09.0654, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 02.04.2019 e 0000349-78.2018.5.09.0007, 6ª Turma, Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, acórdão publicado em 05.11.2018.

[291] LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. Saraiva Jur, 2017, p. 897.

[292] LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de processo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2019, p 255/257.

que a interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação, o que engloba não apenas o valor do pedido, mas a causa de pedir e o que consta na contestação.

No acórdão 0001239-02.2018.5.09.0594, 7ª Turma, Desembargador Relator: Ubirajara Carlos Mendes, publicado em 20.08.2019, obra do autor Mauro Schiavi, de 2018,[293] também é utilizada para embasar o argumento de que o apontamento de valor na inicial será mera estimativa. No trecho selecionado como reforço argumentativo, consta lembrete acerca da inexistência de exigência legal estipulando a liquidação dos valores ou de cálculos detalhados, sob a justificativa que "o reclamante, dificilmente, tem documentos para o cálculo de horas extras, diferenças salariais, etc. Além disso, muitos cálculos demandam análise de documentação a ser apresentada pela própria reclamada".

Todavia no acórdão 0000023-82.2018.5.09.0892, 6ª Turma, Desembargador Relator: Francisco Roberto Ermel, publicado em 07.08.2019, outra obra,[294] do mesmo autor, é utilizada para se concluir que "a inobservância dos limites impostos pelos valores apontados na petição inicial implica em decisão ultra petita", constando, ainda, que o pedido formulado deveria ser líquido e restringir a condenação, o que revela uma aparente indefinição inclusive por parte daqueles que estudam e publicam sobre o tema e, de certo modo, influenciam na formação da convicção. Cabe refletir, ainda, acerca das ponderações formuladas por Krein (2018) ao alertar sobre a aprovação urgente da Reforma Trabalhista, sem o necessário diálogo com a sociedade, sem discussões e sem debates acerca dos interesses dos envolvidos, e dos nocivos efeitos das alterações trazidas com a Reforma Trabalhista. Cabe-nos indagar se essa ausência de debates não seria uma das possíveis justificativas para tantas interpretações contraditórias acerca dos efeitos decorrentes das alterações legislativas implementadas a partir de novembro de 2017.

Interessante destacar que Mauro Schiavi foi um dos convidados para apresentar seus argumentos, durante a audiência pública que foi realizada com o intuito de debater os requisitos da petição inicial. Na oportunidade, o autor esclareceu que "o valor dos pedidos não necessita de cálculo, pode ser por estimado e também não há limitação do valor da condenação" destacando que "admitir essa limitação afetaria não só princípios do acesso à justiça como também um dos princípios mais caros do direito do trabalho, que é a irrenunciabilidade de direitos" (AUDIÊNCIA..., 2020).[295]

---

[293] SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 13ª ed. São Paulo: LTr, 2018. p. 570.
[294] SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho:** de acordo com o novo CPC, reforma trabalhista – lei n. 13.467/2017 e a IN. n. 41/2018 do TST. 14. ed., São Paulo: LTr, 2018.
[295] O registro das intervenções, e o conteúdo integral desta audiência pública pode ser acessado no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/74CtFHKMs3U>.

A mesma instabilidade se verifica nas menções a textos do autor Manoel Antônio Teixeira Filho. No mesmo julgado 0000023-82.2018.5.09.0892, acima mencionado, a obra de 2017 do autor[296] foi utilizada para embasar argumentação no sentido de que "a norma citada exige que este seja exato, e não meramente estimado pelo autor da ação", enquanto no julgado 0001264-15.2018.5.09.0594, 2ª Turma, Desembargadora Relatora: Ana Carolina Zaina, acórdão publicado em 07.08.2019, a mesma obra é utilizada, em conjunto com textos de outros autores, para concluir que "se a liquidação do pedido depende necessariamente da juntada aos autos de documentos que se encontram na posse da parte adversa, como cartões de ponto e recibos de pagamento, a aplicação da exceção contida no art. 324, III, do CPC é manifesta".

Muitos dos mesmos trechos dos textos mencionados, em ambos os casos, são utilizados por membros de turmas diferentes, e são acrescidos, em geral, como reforço para esclarecer algum conceito, expressão ou ideia, na tese jurídica que está sendo defendida.

E as mesmas divergências (e respectivos fundamentos) que encontramos ao analisar os entendimentos turmários na apreciação dos indicadores, acabam por se reproduzir ao investigarmos os argumentos tecidos nas doutrinas utilizadas.

De qualquer modo, cabe conjecturar os motivos da discrepância no percentual de acórdãos que utilizam tanto doutrina como jurisprudência como reforço argumentativo nos acórdãos de resistência em comparação com o reduzido número de acórdãos com conteúdo decisório de exceção.

No que se refere ao uso da jurisprudência, pudemos aferir que há menção à jurisprudência de outros regionais, de outros desembargadores da mesma turma de julgamento, desembargadores de outra turma e menção a ementas de turmas do TST. Muitos dos julgados que trazem jurisprudência também acrescentam doutrina para embasar sua conclusão e é muito comum que sejam adotados, como razões de decidir, os argumentos de outro acórdão já julgado, transcrevendo-se parcialmente o que foi decidido, como, por exemplo, no julgado 0001239-02.2018.5.09.0594, 7ª Turma, Desembargador Relator: Ubirajara Carlos Mendes, acórdão publicado em 20.08.2019, no qual o Relator explica, inicialmente, que os valores apontados por estimativa na peça inicial não restringem a condenação e, a seguir, apresenta os argumentos de acórdão já julgado: "Com as devidas licenças, adotam-se como razões de decidir os fundamentos lançados a respeito da matéria pela Exma. Des. Rosalie Michaele Bacila Batista no julgamento do RO 0000148-70.2018.5.09.0562 (DEJT 11.05.2019), a saber (...) ".

---

[296] TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **O processo do trabalho e a reforma trabalhista**: as alterações introduzidas no processo do trabalho pela lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017. p. 133.

Nas jurisprudências que reforçam conteúdos decisórios de resistência encontramos, em geral, argumentos que mencionam: (i) os princípios que regem o processo e o direito do trabalho; (ii) os objetivos e finalidades instrumentais e operacionais do processo do trabalho; (iii) a preocupação em se interpretar as exigências processuais com razoabilidade e proporcionalidade, considerando-se as peculiaridades do contrato de trabalho e da relação laboral; (iv) a preocupação teórica em analisar os conceitos a partir da história e também da realidade vivenciadas (preocupação contextual) e (v) análise conjunta e finalística dos regramentos.[297]

Há, de certo modo, a confirmação do projeto constitucional de 1988 que busca aliar o valor social do trabalho à livre iniciativa; assim, a análise que circunda quaisquer das modificações impostas com a reforma trabalhista de 2017 acaba sendo efetuado sob um viés humanista, ultrapassando conceituações meramente técnicas ou burocráticas. Cabe destacar que não está se menosprezando a necessidade de uma interpretação técnica da legislação mas, sim, a necessidade de se aliar a visão técnica a uma visão humanista.

Nas jurisprudências que reforçam conteúdos decisórios de exceção encontramos, em geral, argumentos que mencionam: (i) análises técnicas e formais dos dispositivos legais; (ii) preocupação em se observar os limites do pedido, evitando decisões extra ou ultra petita; (iii) argumentos que buscam convencer acerca da existência de possibilidades, procedimentos e alternativas que tornam possível ao trabalhador liquidar os pedidos formulados na inicial e (vi) repasse de riscos processuais ao trabalhador.[298]

---

[297] 0000158-26.2018.5.09.0656, 7ª Turma, Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, acórdão publicado em publicado em 23.08.2019; 0001239-02.2018.5.09.0594, 7ª Turma, Desembargador Relator: Ubirajara Carlos Mendes, acórdão publicado em 20.08.2019; 0001040-49.2018.5.09.0668, 2ª Turma, Desembargador Relator: Cassio Colombo Filho, acórdão publicado em 20.08.2019; 0000791-40.2018.5.09.0655, 2ª Turma, Desembargador Relator: Cassio Colombo Filho, acórdão publicado em 20.08.2019; 0000397-06.2018.5.09.0567, 3ª Turma, Desembargador Relator: Aramis De Souza Silveira, acórdão publicado em 31.07.2019; 0000992-21.2018.5.09.0594, 6ª Turma, Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, acórdão publicado em 04.07.2019; 0000210-80.2018.5.09.0669, 1ª Turma, Desembargador Relator: Eliázer Antônio Medeiros, acórdão publicado em 28.06.2019; 0000173-98.2018.5.09.0654, 1ª Turma, Desembargador Relator: Eliázer Antônio Medeiros, acórdão publicado em 10.06.2019 e 0000714-96.2018.5.09.0892, 6ª Turma, Desembargador Relator: Francisco Roberto Ermel, acórdão publicado em 03.12.2018.

[298] 0000158-26.2018.5.09.0656, 7ª Turma, Desembargadora Relatora: Rosalie Michaele Bacila Batista, acórdão publicado em publicado em 23.08.2019; 0000417-46.2018.5.09.0195, 6ª Turma, Desembargador Relator: Arnor Lima Neto, acórdão publicado em 04.07.2019; 0000851-71.2018.5.09.0668, 1ª Turma, Desembargador Relator: Edmilson Antônio De Lima, acórdão publicado em 04.07.2019 e 0000507-29.2018.5.09.0656, 6ª Turma, Desembargadora Relatora: Sueli Gil El Rafihi, acórdão publicado em 07.03.2019.

Considerações Iniciais acerca dos Indicadores: disputa permanente

A análise dos indicadores, na apreciação dos acórdãos selecionados, já possibilita algumas considerações acerca da forma de atuação do TRT/PR frente a complexas questões processuais trazidas com as alterações decorrentes da Reforma Trabalhista de 2017: (i) há preocupação de ordem técnico-processual na prolação das decisões colegiadas, mas, em geral, essa não se mostra a única preocupação, pois também se constata atenção com relação à finalidade da norma em confronto com a realidade da relação laboral; (ii) a leitura do regramento legal é realizada considerando o conjunto de regras existentes, bem como princípios e valores protegidos constitucionalmente – a leitura individual do artigo, em desconsideração ao conjunto processual, mostra-se exceção; (iii) mesmo nos casos nos quais há diferença de posicionamento entre membros do mesmo órgão julgador, verifica-se a existência de amplos debates e o cultivo de ambiente de constante reflexão; (iv) há um reconhecimento geral no sentido de que o trabalhador e seu advogado encontrariam dificuldades de ordem prática para efetuar a "liquidação" dos valores dos pedidos, na apresentação da petição inicial, justamente por não possuírem o dever de guarda dos documentos relativos ao contrato de trabalho – obrigação do empregador e (v) também se percebe a preocupação em não tornar o processo uma ferramenta que crie obstáculos ao amplo acesso do trabalhador ao poder judiciário.

Cabe destacar, por fim, que apesar de não localizarmos, nos acórdãos selecionados, menções diretas a argumentos típicos das políticas de austeridade ou relacionados à racionalidade neoliberal, já é possível constatar, embora em percentual menor, argumentos de "desconfiança" em face do trabalhador. Sob esse enfoque, o maior rigor processual buscaria evitar ajuizamentos "aventureiros" ou "oportunistas" (expressões essas também utilizadas no parecer do projeto que originou a lei 13.467 – da Reforma Trabalhista de 2017) de trabalhadores que, supostamente, utilizariam regras trabalhistas em seu benefício, mesmo sem possuírem direitos legítimos para pleitear.

Nessa linha, o trabalhador – mesmo sem ter motivos ou direitos trabalhistas sonegados – ajuizaria determinada reclamatória trabalhista na expectativa de se ver vencedor, aproveitando-se de um regramento processual "excessivamente protetivo" e supostamente defasado.[299] Tal posicionamento traz, de imediato, duas negativas consequências: primeiramente, há uma desconsideração do papel histórico desenvolvido pelo direito trabalhista

[299] Lembrando que tais argumentos – de excesso de proteção e de inadequação da legislação trabalhista aos "novos tempos" – também foram utilizados tanto no parecer do projeto de lei que originou a Reforma Trabalhista quanto por apoiadores da Reforma Trabalhista em diversos momentos, como já pontuado anteriormente.

e direito processual trabalhista, e assimilado pelo poder judiciário trabalhista, no sentido de se buscar amenizar o desequilíbrio de forças existente entre empregado e empregador, desequilíbrio esse típico da relação capital e trabalho. Assim, o regramento processual supostamente mais favorável ao trabalhador nada mais é do que a forma encontrada para balancear uma disputa historicamente desigual. Ademais, o "sentimento de desconfiança", por si só, destituído de maiores evidências, não pode servir como base de justificativa ou de fundamentação para impedir o acesso do trabalhador ao poder judiciário, principalmente se considerarmos a realidade do típico contrato de trabalho brasileiro no qual há, sim, histórico de precarização estrutural do trabalho como projeto político (ANTUNES, 2009).[300]

E, num segundo momento, tal posicionamento revela descrença no próprio poder judiciário trabalhista que, em tese, não conseguiria identificar pedidos destituídos de razoabilidade ou eventuais litigâncias de má-fé apresentadas. Sob tal prisma, magistrados não teriam a capacidade de realizar bons julgamentos, sendo iludidos por essas reclamatórias trabalhistas aventureiras. Ora, tal entendimento simplesmente não se sustenta quando refletimos acerca das etapas necessárias para o deferimento de determinado pedido formulado judicialmente: quando o trabalhador pleiteia determinada verba, cabe a ele, em regra, demonstrar o fato constitutivo de seu direito,[301] ou seja, deve ele comprovar, por meio de documento, testemunha ou qualquer prova em direito admitida, que de fato é sujeito detentor daquele direito pretendido. E subsiste à empresa, ainda, o amplo direito de comprovar que o trabalhador já recebeu a parcela que discute, ou não tem direito a determinado benefício. Se esse conjunto probatório não é suficientemente produzido, mesmo considerando os regramentos processuais mais favoráveis ao trabalhador, o pedido é rejeitado.

Outrossim, inúmeras são as alternativas legalmente previstas que buscam desestimular a deslealdade processual ou a litigância de má-fé, de quaisquer das partes. No artigo 793-A e seguintes, da CLT (Incluídos pela lei nº 13.467, de 2017), há todo um regramento legal que trata da responsabilidade por dano processual, constando expressamente que "responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente" (art. 793-A). Consta como litigante de má-fé, todo aquele que "deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso", "alterar a verdade dos fatos", "usar do processo

[300] Mesmo antes da Reforma Trabalhista de 2017, Ricardo Antunes já fazia um alerta acerca do processo de precarização estrutural do trabalho, prevendo desmonte da legislação social protetora do trabalho (ANTUNES, 2007, p. 17).

[301] Conforme artigo 818, da CLT: "O ônus da prova incumbe: I – ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II – ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante. " (BRASIL, 1943).

para conseguir objetivo ilegal", "provocar incidente manifestamente infundado" (art. 793-B), hipóteses essas perfeitamente aplicáveis numa eventual apresentação de ação trabalhista infundada ou aventureira, cabendo, em tais situações, condenação no pagamento de multa, "que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa", além de indenização à parte contrária pelos prejuízos sofridos, honorários advocatícios e despesas efetuadas (art. 793-C).

Mesmo antes da reforma de 2017 já era possível aplicar, subsidiariamente, regras análogas previstas no Código de Processo Civil (artigos 79 a 91), condenando a parte que buscasse litigar de modo desleal.

Ao juiz cabe, ainda, a direção do processo, podendo determinar as diligências que julgar necessárias para o esclarecimento das questões postas (art. 765, da CLT). Desse modo, ao suspeitar de eventual interesse escuso por parte do reclamante, nada impede que o juízo busque alcançar a verdade por meio da produção das provas que entender pertinentes.

De todo modo, parece-nos, por fim, que, para aquele que pretende atuar de modo inadequado, burlando a legislação e buscando, de fato, a apresentação de uma reclamatória "aventureira", lançar mão de valores aleatórios em sua petição inicial, desenvolvendo planilhas de cálculos "fraudadas" não parece um grande empecilho, considerando todo o risco processual que a parte supostamente parece estar disposta a correr. Assim, aparentemente, o maior rigor na análise dos requisitos para apresentação da petição inicial com a finalidade de se evitar o ajuizamento de ações trabalhistas desarrazoadas praticamente não se sustenta – existindo, como relatamos, medidas processuais específicas para tal – e ao contrário, parece justamente afetar aquele litigante "sério", que, de fato, se preocupa em agir em conformidade com os regramentos legais e dentro da boa-fé processual.

Como visto, todavia, esse posicionamento se revelou minoritário. Tais reflexões, embora retratem indícios no sentido de que se está em construção uma jurisprudência de resistência acerca da forma de se compreender o processo do trabalho, não se mostram suficientes para possibilitar tal afirmação.

Pudemos verificar, neste primeiro momento, que a maior parte dos acórdãos proferidos, considerando os indicadores entabulados, manifestaram preocupação com a confirmação do projeto constitucional de 1988, efetuando uma interpretação dos regramentos conforme a Constituição. Houve a preocupação em se avaliar os efeitos das decisões proferidas, além de diversas menções à necessidade de se garantir o amplo acesso do trabalhador ao Poder Judiciário e o caráter tutelar do Direito do Trabalho. Em diversos acórdãos ficou perceptível a preocupação em se promover o reconhecimento do trabalho humano, também se destacando o

reconhecimento da desigualdade entre as partes nessa relação processual (preocupação com a igualdade material).

Tivemos, portanto, relevantes indícios de que, com relação a esse tema, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná tem desenvolvido uma Jurisprudência de Resistência, que tem encontrado, por meio da interpretação normativa com base em princípios constitucionais, uma forma de frear o caráter neoconservador e pró-mercado estabelecido com a lei federal 13.467/2017.

Todavia ainda subsistem vozes dissonantes, como pudemos constatar, que não verificam, na modificação imposta, qualquer tipo de obstáculo ao trabalhador, para o cumprimento do novo requisito processual estipulado. E, embora minoritário, tal posicionamento busca se consolidar, por meio de argumentos técnicos, no sentido de defender uma análise imediatista da questão, independente do contexto político, econômico ou social, desconsiderando, ainda, as especificidades presentes na relação de trabalho.

Tais observações nos permitem concluir, ainda, que a formação de entendimentos jurisprudenciais retratará uma disputa permanente de atores sociais, inexistindo conclusões definitivas: em determinados momentos, o diálogo levará à formação de consensos e, em outros, o debate irá se ampliar e revelar rupturas e dissensos, num processo contínuo de avanços e de recuos. E, mesmo na presente análise, na qual abordaremos uma uniformização de jurisprudência, ainda assim não podemos considerar como encerrado o debate. A construção de posicionamentos é tarefa que se desenrola ao longo do tempo e a formação de resistências contempla um necessário estado de constante alerta frente a desconstruções que se apresentem.

Embora não haja uma menção direta à redefinição do modo de produção conforme interesses globais, é possível extrair dos argumentos utilizados nos acórdãos proferidos que muitos desembargadores não enxergam mais a existência de uma hipossuficiência do trabalhador, concluindo, atualmente, que existiria de fato um novo equilíbrio entre os sujeitos litigantes na Justiça do Trabalho.

E esse discurso ficará ainda mais claro quando, nos próximos pontos, repassarmos algumas das falas obtidas durante os debates realizados nas sessões de julgamento e na audiência pública que ocorreu.

V – DISPUTA PERMANENTE DE NARRATIVAS E A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA: EXCEÇÃO OU RESISTÊNCIA?

Após traçarmos reflexões acerca do contexto de racionalidade neoliberal atualmente vigente e de estipularmos a base teórica do que definimos como Jurisprudência de Resistência, em contrapartida a um Direito do Trabalho de Exceção – que produziria uma Jurisprudência de Austeridade desconsiderando a assimetria que subsiste entre os sujeitos na relação capital e trabalho –, desenvolvemos indicadores com o objetivo de verificar, na prática, como o Poder Judiciário Trabalhista estaria se posicionando.

Analisamos, a partir dos conceitos definidos e dos indicadores estipulados, os acórdãos produzidos no TRT/PR que decidiram acerca da interpretação do § 1°, do artigo 840, da CLT, ou seja, apresentaram seus posicionamentos no sentido de esclarecer a abrangência de significados e o alcance do novo requisito, que passou a ser exigido para que trabalhadores pudessem ingressar com uma ação trabalhista, após a Reforma de 2017.

A partir da compreensão de que uma Jurisprudência de Resistência, em seu aspecto processual, compreenderia o conjunto de práticas processuais como ferramenta de amplitude da fruição dos direitos almejados pela parte interessada, facilitando e promovendo o exercício da garantia constitucional de amplo acesso de modo a conferir concretude aos direitos, acompanhamos o desenrolar de posicionamentos em cada um dos órgãos julgadores paranaenses, analisando os argumentos utilizados e os debates em torno da questão.

E, como mencionamos, a ausência de uniformidade de posicionamentos no TRT/PR acabou ocasionando a instauração de um incidente, justamente com o objetivo de pacificar o entendimento no ponto em que é mais divergente e gera mais insegurança jurídica.

Acompanharemos, nos próximos capítulos, do que se trata o instrumento processual invocado, quais os fundamentos apresentados na sua instauração, os debates decorrentes, os argumentos apresentados nas sessões e na audiência pública e, por fim, qual entendimento prevaleceu, analisando, desse modo, se podemos concluir pela consolidação de uma Jurisprudência de Exceção/Austeridade ou de Resistência, ao menos no TRT/PR.

Apresentaremos os aspectos gerais desse procedimento, o relato descritivo da instauração do IAC, passando pelos debates que ocorreram nas sessões de julgamento e na audiência pública, até o julgamento final, com a formação de uma tese jurídica prevalecente.

5.1 ASPECTOS GERAIS DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

O Incidente de Assunção de competência (IAC) está previsto no artigo 947, do CPC e é admissível nas hipóteses que envolvem o julgamento de "relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos".

Sua procedimentalização está descrita nos parágrafos 1° a 4° do mencionado artigo.[302] O IAC pode ser proposto de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e, por força do disposto no artigo 769, da CLT, é possível de aplicação também no trâmite processual trabalhista.

A medida será julgada pelo órgão colegiado, conforme previsão em Regimento Interno e o acórdão proferido possuirá caráter vinculante, devendo ser observado por todos os juízes e órgãos fracionários do respectivo tribunal. Produzirá, portanto, formação de precedente de observância obrigatória.

É uma medida de iniciativa legislativa, desdobramento do antigo incidente de uniformização de jurisprudência então previsto no Código de processo Civil de 1973[303], que tem como intenção "municiar os tribunais de instrumentos destinados a prevenir e a eliminar a divergência jurisprudencial" (CUNHA; DIDIER Jr., 2015, p. 163).

No Tribunal Regional do Paraná (TRT/PR) é competência do Tribunal Pleno "processar e julgar o Incidente de Assunção de Competência – IAC" (artigo 16, XIV, do Regimento Interno) e, de eventual inobservância do teor do IAC, caberá reclamação (artigo 101-X, IV do Regimento Interno e 988, do CPC).

A forma de processamento da medida incidental, no TRT/PR, está prevista no artigo 101-Y, do Regimento Interno e exige: (i) certidão que identificará com precisão a questão a ser

---

[302] "Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos. § 1º Ocorrendo a hipótese de assunção de competência, o relator proporá, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, que seja o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar. § 2º O órgão colegiado julgará o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária se reconhecer interesse público na assunção de competência. § 3º O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese. § 4º Aplica-se o disposto neste artigo quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal" (BRASIL, 2015).

[303] Além do incidente de assunção de competência, há, ainda, outro instrumento processual previsto no Código de Processo Civil que também é utilizado para a uniformização de jurisprudência: o incidente de resolução de demandas repetitivas, previsto no artigo 976: "é cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I – efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II – risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica." (BRASIL, 2015). Todavia, como tal medida não é objeto da presente pesquisa, não será analisada. Para mais sobre o assunto, ver Cavalcanti (2016), Suguimatsu e Hayashi (2017) e Leite e Sichieri (2018).

submetida a julgamento pelo Plenário; (ii) juízo prévio de admissibilidade do incidente, delimitando a questão de direito a ser disciplinada; (iii) somente será admitido pelo voto da maioria absoluta dos cargos preenchidos, cabendo alteração de voto até o final do julgamento; (iv) caso admitido, será promovida a ampla divulgação e publicidade acerca do incidente, interna e externamente, com a possibilidade de participação de pessoas, órgãos ou entidades da sociedade civil interessados; (v) caberá designação de audiência pública para ouvir pessoas com experiência e conhecimento na matéria, quando tal providência mostrar-se conveniente ao deslinde da controvérsia; (vi) o julgamento da questão afeta ao Tribunal Pleno se fará pelo voto da maioria absoluta dos cargos preenchidos do Tribunal Pleno e a tese vencedora será objeto de precedente de jurisprudência em Incidente de Assunção de Competência-IAC e (vii) a tese jurídica fixada no IAC constituirá precedente obrigatório da jurisprudência, e será aplicada a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitam na área de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, salvo com interposição de recurso de revista pendente de exame de admissibilidade e aos casos futuros, ressalvadas as hipóteses de revisão da tese.

Há, portanto, o deslocamento processual de competência de um órgão colegiado menor para um maior, com a finalidade principal de se estabelecer a uniformização da jurisprudência, com a formação de precedente de observância obrigatória, em atendimento à determinação prevista no artigo 926, do CPC, que estabelece que "os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente" (DIDIER JR., 2016).

Esse deslocamento de competência para um órgão maior, possibilitando um debate mais amplo e aprofundado, é o que garante não apenas a autoridade do precedente criado, mas também sua vinculatividade (LEMOS, 2018, p. 202).

Cabe destacar que foi a partir da edição da lei 13.015/2014 que a uniformização de jurisprudência ganhou impulso, e desde então "os incidentes de uniformização passaram a ocupar as pautas dos Tribunais Regionais e as súmulas e/ou teses prevalecentes aprovadas passaram a balizar os julgamentos nas Turmas e Seções quanto às matérias uniformizadas" (SUGUIMATSU; HAYASHI, 2017, p. 8).

Tal regramento, posteriormente complementado pela Instrução Normativa 37/2015, do TST 37/2015, foi revogado pela lei federal 13.467/2017, de modo que, para a uniformização, passaram a ser adotados os procedimentos previstos no Código de Processo Civil, aplicados subsidiariamente ao Processo do Trabalho.

E embora persista certa discussão doutrinária acerca da permanência do incidente de uniformização de jurisprudência no sistema judicial trabalhista e de suas vantagens em

comparação aos procedimentos previstos no CPC[304], baseamos nosso estudo a partir do incidente de assunção de competência por ter sido o instrumento processual escolhido para uniformização da questão relativa ao novo requisito estipulado para apresentação das petições iniciais trabalhistas no TRT/PR.

Por meio desse instrumento processual há, de certo modo, a orientação tanto dos julgadores quantos dos jurisdicionados acerca dos entendimentos que deverão ser observados sobre determinada questão de direito, assegurando às partes isonomia de tratamento nas decisões judiciais, além de propiciar maior segurança jurídica, prevenindo ou compondo divergências bem como instrumentalizando a otimização da atividade jurisdicional, por meio de um microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios (DIDIER JR., 2016).

O desenvolvimento de um precedente estabelece diretrizes para julgamentos posteriores, apresentando razões generalizáveis que auxiliam na determinação e previsibilidade das disputas jurídicas, sendo essencial para a concretização da justiça, pois garante conclusões idênticas para casos similares (LEMOS, 2020, p. 425).

O incidente de assunção de competência é uma medida que tem como finalidade: (i) concretizar a tutela da segurança jurídica; (ii) oportunizar aos tribunais a uniformização, estabilização, integridade e coerência de suas jurisprudências; (iii) atender à exigência de isonomia no julgamento de casos idênticos, garantindo a previsibilidade dos julgados; (iv) aplacar conflitos ao pautar as ações das partes em conformidade com as orientações jurisprudências já consolidadas e (v) conferir credibilidade ao Poder Judiciário (CUNHA; DIDIER JR, 2015, p. 165-166).

O procedimento destina-se a "evitar disparidade de entendimento sobre relevante questão de direito que venha a ser julgada", além de projetar-se para o futuro (SUGUIMATSU, HAYASHI, 2017, p. 31).

Como destacam Cunha e Didier Jr, ao analisarem os efeitos do instrumento processual: "o respeito aos precedentes estratifica a confiança legítima: os jurisdicionados passam a confiar nas decisões proferidas pelo Judiciário, acreditando que os casos similares terão o mesmo tratamento e as soluções serão idênticas para situações iguais" (CUNHA; DIDIER JR, p. 166).

---

[304] Para Suguimatsu e Hayashi "embora os Tribunais Regionais do Trabalho possam se valer de IRDR e de IAC, previstos no novo CPC, esses mecanismos oferecem efetividade apenas relativa: não abrangem todas as possibilidades de promover uniformização e dispõem de procedimentos mais lentos e complexos; " (SUGUIMATSU; HAYASHI, 2017, p. 28). Para as autoras, o antigo incidente de uniformização de jurisprudência, então previsto na CLT seria o meio processual mais adequado para atingir a desejada uniformização jurisprudencial.

A esses objetivos, soma-se, ainda, a "garantia da cognoscibilidade do direito" descrita por Vasconcelos e Gulim (2017). Os autores explicam que, muito além de proporcionar a desejada segurança jurídica na prolação de decisões que analisam casos semelhantes, a uniformização de entendimentos judiciais harmoniza as relações jurídica, conferindo racionalidade ao direito, em especial em momentos de crise interpretativa (VASCONCELOS; GULIM, 2017, p. 96).

Destacam, também, o relevante papel interpretativo do Poder Judiciário que, diante do caso concreto, e considerando as alterações de valores e de demandas da sociedade, aplicam o regramento abstrato, "estabelecendo contornos sofisticados e adequados a determinada questão, atribuindo a ela uma interpretação normativa coerente e condizente com a conjuntura social, econômica, política e jurídica do país" (VASCONCELOS; GULIM, 2017, p. 98).

Temos, desse modo, um instrumento processual hábil para permitir a apreciação de relevante questão de direito, seja essa questão de direito material ou processual, com grande repercussão social com a finalidade de se estipular precedente a ser observado nas interpretações judiciais de casos análogos.

Muito embora a busca pela segurança jurídica seja uma das caraterísticas da jurisprudência de resistência, tal, por si só, não garante conteúdo decisório nesse sentido: como o exaurimento do significado da norma depende de atividade interpretativa de um julgador que se encontra inserido nesse cenário de racionalidade neoliberal, cabe-nos questionar até que ponto poderá ele ser ou não influenciado por esse contexto. Subsiste, nesse panorama, e como pudemos acompanhar nas decisões proferidas pelo STF, o risco sempre presente de que a uniformização de jurisprudência ocorra no sentido de confirmar o compromisso com as práticas mercadológicas, flexibilizadoras de direitos.

Como vimos, a formação da norma se inicia na esfera legislativa e, no caso da Reforma Trabalhista de 2017, tal regramento encontrou forte base nas políticas de austeridade e no discurso neoliberal. Todavia a norma se "finaliza" na sua aplicação, após a interpretação que lhe é dada pelo julgador e essa interpretação "se renova a cada dia, a cada lei criada, a cada decisão proferida, devendo essas fontes do direito direcionarem o conteúdo da norma aos reais vetores axiológicos tutelados pelo Estado Democrático de Direito" (VASCONCELOS; GULIM, 2017, p. 99).

E é justamente esse caráter de análise da norma em conformidade com valores democráticos que buscaremos aferir, com a apreciação: (i) dos procedimentos escolhidos para o julgamento do IAC e (ii) dos argumentos e da conclusão final do acórdão que será apresentado.

5.2 RELATO DESCRITIVO: FORMAÇÃO E JULGAMENTO DO IAC

Em 16 de agosto de 2019, analisando os recursos ordinários interpostos no processo 0000791-40.2018.5.09.0655, em que eram recorrentes JURACY ANTÔNIO FANTE e ITAÚ UNIBANCO S.A, o Exmo. Desembargador Cássio Colombo Filho, integrante da 2ª Turma do TRT/PR, com base nos artigos 947, do CPC e 55, inciso X, do Regimento Interno deste, e. Tribunal, suscitou incidente de assunção de competência "quanto à indicação de valores dos pedidos apresentados na petição inicial, prevista no art. 840, § 1º, da CLT, e a possibilidade ou não de limitação da condenação a estes valores".

No recurso apresentado pelo Banco havia a alegação de que a petição inicial apresentada pelo reclamante se encontrava inepta, dificultando o exercício do contraditório por não apresentar os respectivos cálculos dos valores apontados na inicial de modo detalhado. Buscava, também, a limitação do valor da condenação aos valores indicados "nos termos do art. 292 do CPC, aplicado subsidiariamente à espécie por força do art. 769 da CLT e em consonância com o art. 840, § 1º da CLT, já que o valor apresentado na inicial corresponde ao preciso conteúdo econômico dos pleitos, limitando a expectativa financeira da postulação formulada, o que deverá ser observado pelo Juízo, em obediência à proibição de condenação do réu em quantidade superior ao que lhe foi demandado (art. 492 do CPC)."

Como argumentos para suscitar o incidente processual, o Exmo. Desembargador Relator destacou: (i) a evidente polêmica em torno da controvérsia; (ii) a necessidade de se garantir ao trabalhador o acesso ao poder judiciário, sem a imposição de maiores barreiras técnicas; (iii) a injusta e ilícita transferência de obrigação essencial do empregador (quantificar e pagar o direito na constância da relação de trabalho) para o trabalhador e (iv) uma certa subvaloração da lesão do direito e sua consequente precificação.

Reconheceu, ainda, que a exigência de liquidação antecipada de valores nos processos trabalhistas acarretaria graves consequências, representando efetiva violação do direito ao amplo acesso ao Poder Judiciário e que a mera indicação de valores por estimativa já garantiria o cumprimento da exigência legal, conforme inclusive a recomendação constante no § 2º, do artigo 12, da Instrução Normativa nº 41 do TST, que veio regular as alterações da lei 13.467/2017 e sua aplicação ao processo do trabalho,[305] esclarecendo:

---

[305] "Art. 12. Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017. [...] § 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil".

> Por certo que, em se tratando de uma estimativa, o valor da causa indicado na petição inicial corresponde a um cálculo aproximado do que a parte autora considera como devido em seu favor, sendo improvável que este corresponderá ao crédito eventualmente deferido, até mesmo porque tal definição pode depender da necessidade de se provar fato novo (caso da liquidação por artigos) e também pela variação no tempo em função, por exemplo, do processo inflacionário ou, ainda, quanto aos juros de mora incidentes. O que se constata, via de regra, é que o valor efetivamente devido só será conhecido por ocasião da liquidação do julgado, quando os parâmetros de apuração fixados no título executivo se traduzirão em cálculos aritméticos, dos quais resultará, ao final, o valor ou quantum debeatur. Nesse contexto, também não há falar em limitação do valor da condenação aos montantes apontados na inicial, os quais foram apenas estimados, repisa-se. A fixação do valor da causa e da condenação no processo do trabalho só são relevantes na fase de conhecimento do processo, na medida em que servem apenas para fixar rito e admissibilidade recursal, sem interferir em questões de competência funcional. Na fase de cumprimento (execução), o valor do pedido é totalmente irrelevante e se desvincula de sua origem na medida em que se apura mediante realização de operações aritméticas o valor devido, com no mínimo, acréscimo de juros e correção monetária, sem prejuízo de multas, o que certamente vai elevar o valor do quantum debeatur, e isto não pode significar prejuízo ou decréscimo patrimonial à parte exequente. (0000791-40.2018.5.09.0655, Desembargador Relator Cássio Colombo Filho).

E, embora tenha apresentado, de modo detalhado, os fundamentos pelos quais rejeitaria o pedido formulado pelo Banco recorrente, optou, em razão da relevância da matéria e do interesse público envolvido no tema abordado, pela instauração do IAC, a fim de que situações semelhantes à dos presentes autos sejam decididas de maneira uniforme, assegurando, desse modo, tratamento isonômico aos jurisdicionados titulares da mesma situação jurídica.

A partir de então o processo seguiu o ritual procedimental estipulado em Regimento Interno: as partes foram intimadas; em 26 de agosto de 2019 houve a autuação dos autos como IAC 0001088-38.2019.5.09.0000 e, em 04 de outubro de 2019, houve sua admissão em Sessão realizada no Tribunal Pleno, delimitando-se, como questão de direito a ser disciplinada: "indicação de valores dos pedidos apresentados na petição inicial, nos termos do art. 840, § 1º, da CLT, e a possibilidade ou não de limitação da condenação a estes valores".

Muito embora essa primeira sessão[306] tenha sido realizada apenas com o objetivo de admitir o incidente instaurado (sem a apreciação efetiva dos questionamentos nele trazidos), antes da conclusão apresentada, diversas considerações e questionamentos foram levantados pelo desembargador-relator, Cássio Colombo Filho, e também pelos advogados que se inscreveram para a sustentação oral.

---

[306] Sessão pública realizada em 04 de outubro de 2019, então presidida pela Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu e gravada.

O desembargador-relator Cássio Colombo Filho ressaltou, inicialmente, que, em conversa com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – já havia se destacado o sério problema existente, com relação à diversidade muito grande de interpretações sobre a Reforma Trabalhista em diversos itens, em especial com relação aos novos requisitos da petição inicial, além de outras questões (honorários, homologação de acordo extrajudicial, etc.). E que, pela Escola Judicial, houve o convite para que se formasse uma comissão de estudos sobre esses temas, para analisar as questões mais polêmicas junto aos interessados, sendo que a OAB também havia realizado audiência pública para debater algumas matérias que traziam questões mais controvertidas para que fossem discutidas entre os advogados trabalhistas.

O relator alertou, ainda, que a maioria das turmas do tribunal já havia anunciado posicionamento no sentido de que não haveria a necessidade de apresentação de um cálculo detalhado no momento de indicação dos valores na petição inicial, e que a mera estimativa de valores bastaria, mas, ainda assim, subsistiam posições diferentes que mereciam debate: primeiro, com relação à necessidade ou não de lançamento de cálculos (não precisa de nada, basta estimativa ou precisa trazer cálculo detalhado) e, num segundo momento, se o valor apontado representaria ou não um limite à condenação, na fase de liquidação de valores e execução.

Em razão desses distintos posicionamentos, salientou que buscar a uniformização da jurisprudência seria a solução mais adequada e que, por meio do julgamento do incidente instaurado, a ser julgado pelo Órgão Pleno, seria extraída uma solução que poderá balizar a magistratura do TRT da 9ª região.

Chamou a atenção, na fala do desembargador relator, além da busca pela uniformização de entendimentos, a preocupação em se garantir "à sociedade o exercício do contraditório substancial", eis que "há possibilidade de que interessados pronunciem-se antes da decisão, participando ativamente e trazendo argumentos. O foco é uniformizar a jurisprudência e isso será uma grande vitória, revelando a tese do tribunal sobre a matéria".

E, após o pronunciamento do relator, diversos advogados e advogadas inscritos para a sustentação oral apresentaram seus argumentos trazendo, em resumo, os seguintes pontos de debate: (i) trata-se de relevante questão de direito processual e de significativa repercussão social porque afeta todo e qualquer processo demandado na Justiça do Trabalho; (ii) discute-se também, além da esfera processual, o próprio acesso à Justiça; (iii) há significativa insegurança jurídica, atualmente, pois a mesma petição oposta com o mesmo pedido em um juízo pode ou não ser admitida, dependendo da interpretação que é dada ao requisito processual estipulado com a reforma; iv) há assim a necessidade de se ter uma decisão uniforme, com força de

precedente, que obrigue órgãos fracionários e os juízes nessa matéria, garantindo segurança jurídica e maior e melhor compreensão do alcance do dispositivo legal.

Como a sessão inicial buscava apenas aprovar formalmente a instauração do incidente, embora tais questões tenham sido levantadas pelos advogados presentes, não foram, nesse momento, enfrentadas, mas já demonstravam alguns dos questionamentos que viriam a seguir e, em especial, no debate que se deu na audiência pública realizada posteriormente.

Em Sessão restou esclarecido, ainda, o motivo pela opção de utilização do Incidente de Assunção de Competência e não do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), previsto no artigo 947, do CPC:

> Conforme preconiza o artigo 947, § 4º do CPC é cabível a instauração de Incidente de Assunção de Competência quando "ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.". Da análise conjunta dos artigos 947 e 976 do CPC que preveem os instrumentos que se destinam à formação de precedentes, verifica-se que o incidente de assunção de competência visa definir soluções sobre questões que poderão ser aplicadas em outras ações, sem que haja identidade da causa petendi. Já o incidente de resolução de demandas repetitivas tem por finalidade a resolução do processo, de modo que a decisão proferida será aplicada em outras demandas com idêntica causa de pedir. Desta forma, conclui-se que a distinção entres estes institutos encontra-se no fato de a questão de direito ser uma DEMANDA comum (IRDR) ou só uma QUESTÃO de direito comum (IAC). Desta forma, não seria possível suscitar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, porquanto a indicação dos valores dos pedidos na inicial, nos termos do artigo 840, § 1º da CLT e a consequente possibilidade de limitação da execução a estes valores, trata-se de questão processual tratadas em ações com causas de pedir distintas, decorrentes de fatos com origem diversas, porém com um ponto processual em comum. Ademais, diante da disparidade de decisões entre as Turmas deste Regional sobre a matéria, é conveniente que seja admitido o presente incidente de assunção de competência para composição de divergência, nos termos do artigo 947, § 4º do CPC, a fim de evitar que sejam proferidas novas decisões divergentes, garantindo o respeito aos princípios constitucionais da isonomia e da segurança jurídica, de forma a proporcionar o tratamento isonômico aos jurisdicionados titulares da mesma situação jurídica.

Restou claro, assim, que por se tratar de divergência acerca de questão de direito processual comum de grande interesse social, que permearia diferentes processos com distintas situações, o remédio processual adequado para a uniformização de jurisprudência seria, de fato, o incidente de assunção de competência, conforme instaurado.

Após a publicação do decidido, e da expedição do Ofício 6/2019/NUGEP dando ampla divulgação no sítio do Tribunal e no âmbito interno, terceiros interessados peticionaram pretendendo o ingresso no incidente e apresentando seus fundamentos: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financiários de Curitiba e Região; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações,

Pesquisas e em Empresas Prestadoras de Serviços do Estado do Paraná – SINDASPP; Ordem dos Advogados do Brasil – seccional do Paraná; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção do Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina – SINDIPETRO PR/SC; Pullmantur Cruises Ship Management Ltda. e outros; Banco Do Brasil S.A e Associação Dos Advogados Trabalhistas do Paraná – AATPR.

O Ministério Público do Trabalho apresentou parecer em 11 de novembro de 2019, concluindo pelo cabimento do Incidente, eis que "demonstrada a relevância da matéria e interesse público, assim como a necessidade de prevenir formação de divergências jurisprudenciais" e sugerindo que os dispositivos legais analisados "não autorizam a declaração de inépcia da petição inicial por ausência de liquidação do pedido, nem limitam a condenação ao valor dado à causa na petição inicial".

A Exma. Procuradora-Chefe da PRT da 9ª região ponderou que: (i) o dispositivo deve ser interpretado como sendo necessária na petição inicial a existência de um pedido determinável, não necessariamente determinado, de modo que a petição inicial não deve ser indeferida por apresentar valores estimados, uma vez que vários pedidos podem apresentar cálculos que têm como base documentos em posse do empregador; (ii) a inovação trazida quanto à precisão e a determinação do pedido dizem respeito à sua própria essência e a indicação do valor, como está expresso, não passa de mera "indicação", não se tratando de liquidação, pois essa decorre unicamente da condenação, nos termos do artigo 791-A da CLT; (iii) a definição do valor efetivamente devido será feita com a liquidação da sentença, conforme o teor do artigo 791-A, da CLT; (iv) no Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (XIX Conamat – 2 a 5/05/2018), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, houve a aprovação de tese afirmando que a expressão "pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor" (§ 1º do art. 840 da CLT), não corresponde a pedido líquido e (v) a indicação do valor não pode se transformar em requisito que impeça o acesso à justiça, sob pena de incorrer em violação à Constituição Federal. E, por fim, destacou que:

> (...) a liquidação do pedido, em seu valor exato, pode ser impossível, ou muito complexo de se alcançar, já que depende, inúmeras vezes, de documentos que só a empresa detém, como também depende de cálculos trabalhistas complexos que invariavelmente não são passíveis de serem realizados no momento do ajuizamento da ação. Antecipar tal momento, sem que haja previsão expressa na legislação, significa violar acesso à justiça, apresentando obstáculos e sanções indissociáveis de seu ajuizamento. Ficam violados também o princípio da instrumentalidade das formas e o princípio da simplicidade, inerentes ao processo do trabalho. Por tais razões, o valor atribuído aos pedidos na petição inicial não pode ser limitador da condenação, mas, sim, mera indicação que servirá para cálculo do valor da causa e de alçada.

> Vincular o juízo a este parâmetro seria vinculá-lo a valor irreal, que depende de uma multiplicidade de fatores para que se obtenha, de fato, o valor definitivo da condenação/ação.

Empresas e entidades apresentaram documentos e manifestaram interesse em apresentar sustentação oral. O processo foi incluído na pauta de 25 de novembro de 2019, mas retirado em razão de ausência justificada do desembargador relator; novamente incluído nas pautas de 29 de julho e 04 de agosto de 2020, mas retirado em razão dos pedidos de sustentação oral formulados por advogados. Reincluído na sessão de 31 de agosto de 2020, mas dessa vez retirado para designação de audiência pública "para colheita de manifestação de todas as ordens."

Nesta sessão,[307] houve interessante debate acerca da relevância do tema analisado, sendo levantado, pelo desembargador Luiz Eduardo Gunther, questionamento acerca da possibilidade de realização de audiência pública.

O desembargador destacou que a decisão decorrente iria "delimitar os rumos dos processos no primeiro e segundo graus", e salientou que a importância do caso em discussão se confirmava em razão do grande número de advogados, representantes de trabalhadores, de empresas e de diversas instituições que se manifestavam e ainda tinham interesse em se manifestar no incidente instaurado; ponderou, assim, pela possibilidade de realização de audiência pública – experiência já adotada pelo STF[308] e com bons resultados – o que garantiria, segundo ele, maior transparência e participação, possibilitando que advogados, representantes do MPT, professores de direito e todo um conjunto de profissionais que serão afetados por essa decisão pudessem fazer parte desse momento de formação de entendimento, em uma audiência específica para tratar apenas desse tema, com maior profundidade. Ressaltou, por fim, que essa

---

[307] Sessão pública e virtual realizada em 31 de agosto de 2020 e presidida pelo desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, então presidente do TRT/PR.

[308] O objetivo das audiências públicas realizadas no STF é "esclarecer questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante, debatidas no âmbito do Tribunal (arts. 13, XVII, e 21, XVII, do RISTF) ". São ouvidos, na audiência pública, "especialistas em questões técnicas, científicas, administrativas, políticas, econômicas e jurídicas. Pessoas com experiência e autoridade na matéria submetida ao Tribunal (arts. 13, XVII, e 21, XVII, do RISTF) ". Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=audienciaFaq&pagina=faq>. Consta, ainda, que "a primeira audiência pública realizada pelo Tribunal foi convocada pelo Min. Ayres Britto, Relator da ADI 3510, que impugnava dispositivos da Lei de Biossegurança (lei 11.105/2005), e ocorreu no dia 20 de abril de 2007". Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/audienciaPublica/audienciaPublicaPrincipal.asp>. E, desde então, diversos temas de repercussão geral e de relevante interesse público já foram debatidos em audiências públicas, no STF, como, por exemplo: proibição do uso de amianto (ADIn 3937), interrupção de gravidez – feto anencéfalo (ADPF 54), pesquisa com célula-tronco embrionárias (ADIn 3510), financiamento de campanhas eleitorais (ADIn 4650), etc. Para mais sobre o assunto, ver Leal, Herdy e Massadas (2018).

experiência – uma novidade, nesse sentido, no TRT/PR – poderia ser a primeira de muitas a debater aspectos relacionados às alterações decorrentes da Reforma Trabalhista de 2017.

O então presidente, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos concordou com a manifestação, esclarecendo que muito embora estudos já tenham sido realizados no âmbito da escola judicial e da OAB, tais debates ocorreram "fora dos autos" e que seria interessante, para trazer transparência e legitimidade ao debate, que essas reflexões fossem realizadas nesse processo que está sendo apreciado, no que foi acompanhado pela desembargadora Marlene Terezinha Fuverki Suguimatsu que também manifestou seu entendimento no sentido de que a matéria apreciada é de grande repercussão de modo que a audiência pública poderia "trazer luzes ao tema e aperfeiçoar o debate".

Colocada a questão em votação, a maioria dos desembargadores concordou com a designação de audiência pública.[309] Assim, foi designada a primeira audiência pública do TRT/PR, para debater proposta apresentada em incidente de assunção de competência instaurado.

Designou-se, a partir de então, "reunião por videoconferência, agendada para o dia 10 de setembro de 2020 às 17 horas, a fim de colher as expectativas externas referentes à audiência pública a ser designada nestes autos", sendo expedidos convites à Procuradora-Chefe da PRT 9ª Região, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná e ao Presidente da AMATRA IX.

E, conforme, ata da reunião realizada no dia 10 de setembro de 2020,[310] restou reconhecido, pelas partes presentes: (i) a pertinência na realização da audiência pública para discutir assunto de relevante interesse público; (ii) que audiência pública será uma oportunidade democrática e legítima de se ampliar ainda mais o debate e consolidar o entendimento a ser firmado no TRT/PR; (iii) a necessidade da presença de autoridades acadêmicas, magistrados e estudiosos com posicionamentos antagônicos a respeito da matéria para intermediar um debate

---

[309] Constou: "RESOLVEU O Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos Desembargadores Benedito Xavier da Silva e Neide Alves dos Santos, acolhendo a proposta do excelentíssimo Desembargador Luiz Eduardo Gunther, RETIRAR DE PAUTA o incidente para designação de audiência pública, com a condução pelo excelentíssimo Desembargador Relator, para colheita de manifestação de todas as ordens, nos termos da legislação".

[310] Constou: "às dezessete horas do dia dez de setembro de dois mil e vinte, reuniram-se por meio de videoconferência no sistema Cisco Webex os excelentíssimos desembargadores Sergio Murilo Rodrigues Lemos, Presidente do TRT9, Nair Maria Lunardelli Ramos, Corregedora, Cássio Colombo Filho, relator nos autos de IAC 0001088-38.2019.5.09.0000, a excelentíssima Procuradora-Chefe Margaret Matos de Carvalho, representante do Ministério Público do Trabalho, o excelentíssimo Juiz Roberto Dala Barba Filho, presidente da AMATRA IX, os ilustríssimos advogados Cássio Lisandro Telles, presidente da OAB-PR, e Alberto de Poli, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, e a Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada do TRT9, Sarita Giovanini".

que proporcione reflexões bem como a participação de entidades representativas (OAB, AMATRA ou ANAMATRA); (iv) que a sistemática a ser adotada observará os procedimentos do Supremo Tribunal Federal e que a audiência será transmitida virtualmente, sendo observados procedimentos para garantir participação com segurança e transparência e (v) será realizada em data que possibilite ampla participação dos interessados, com publicação de edital no DEJT e observância dos atos preparatórios necessários

Em 18 de setembro de 2020, houve a publicação do edital de convocação para audiência pública nº 1 de 2020, nos seguintes termos:

> Considerando a relevância e repercussão social da matéria debatida no IAC 0001088-38.2019.5.09.0000, o Tribunal Pleno deste Regional, na sessão de julgamento realizada no dia 31 de agosto de 2020, decidiu pela convocação de audiência pública, a fim de que sejam ouvidos autoridades, instituições oficiais, organizações da sociedade civil, entidades de classe e outros atores que possam prestar contribuição relevante para a solução da controvérsia, nos termos dos artigos 983, §1º do CPC e 101-Y, inciso VIII, alínea d do Regimento Interno deste Regional. A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de debater os seguintes temas: limitação de ingresso de *Amicus Curiae*; necessidade de liquidação dos pedidos ou indicação de valor por estimativa na petição inicial trabalhista (interpretação do § 1º, do art. 840, da CLT); limitação do valor da condenação atribuído na inicial por liquidação ou estimativa. A audiência será realizada por meio virtual, no dia 16 de outubro de 2020, das 14h às 18h. Para a realização da audiência, comporão a mesa o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Exmo. Desembargador SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS; o Relator do IAC 0001088-38.2019.5.09.0000, Exmo. Desembargador CASSIO COLOMBO FILHO; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Subseção Paraná, Ex.mo Advogado CASSIO LISANDRO TELLES; o Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, Ex.mo Advogado ALBERTO AUGUSTO DE POLI; a Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho, Ex.ma Procuradora Regional MARGARET MATOS DE CARVALHO e o Presidente da AMATRA IX, Ex.mo Juiz ROBERTO DALA BARBA FILHO. Além das autoridades acima nominadas e outras que, após deliberação da mesa, serão convidadas, poderão participar qualquer cidadão ou cidadã, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão, conforme dispuser o Regimento da Audiência. Cada interessado terá tempo fixado para sustentar seu ponto de vista, sendo permitida a juntada de memoriais. Os interessados deverão manifestar intenção de participar da audiência pelo endereço eletrônico audienciapublica@trt9.jus.br até o dia 06 de outubro de 2020. A solicitação de participação deverá conter: (i) a qualificação do órgão, entidade ou especialista, conforme o caso; (ii) a indicação do expositor, acompanhada de breve currículo de até uma página; e (iii) o sumário da posição que será defendida na audiência e o respectivo argumento preponderante da sustentação. Os participantes serão selecionados, pelos seguintes critérios, entre outros: (i) representatividade; (ii) especialização técnica e expertise do expositor; e (iii) garantia da pluralidade da composição da audiência e dos pontos de vista a serem defendidos. No dia 14 de outubro de 2020 será disponibilizada no site www.trt9.jus.br a relação dos participantes previamente aprovados e também, por e-mail, serão informados da ordem dos trabalhos e procedimentos de manifestação no dia da audiência, de acordo com o Regimento da Audiência Pública a ser divulgado. O acesso dos que foram habilitados à Audiência Pública será pelo sistema de videoconferência, com a utilização da Plataforma Emergencial de Videoconferência para Atos Processuais (Cisco Webex Meetings) disponibilizada pelo CNJ, bem como será transmitida pelo canal do Youtube do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Por fim, em 1° de outubro de 2020, houve a apresentação do regimento da audiência pública, especificando os procedimentos que seriam utilizados. Constou que a audiência pública teria como objetivo discutir "a) necessidade de liquidação dos pedidos ou indicação de valor por estimativa na petição inicial trabalhista (interpretação do §1°, do art. 840, da CLT) e b) limitação do valor da condenação atribuído na inicial por liquidação".

No regimento constaram quais as prerrogativas do presidente da audiência (relator do IAC), as atribuições do secretário que auxiliaria na condução e organização, a forma de inscrição para manifestação, restando fixado que a audiência ocorreria no dia 16.10.2020, no horário das 14h00 às 18h00, com a utilização da Plataforma Emergencial de Videoconferência para Atos Processuais (Cisco Webex Meetings), e transmissão pelo Youtube, no canal do TRT9, com autorização de transmissão da atividade nas redes sociais das entidades participantes.

Importante ressaltar que o debate ocorreu em meio à pandemia de COVID-19. Por esse motivo, as reuniões se deram de modo virtual, em observância aos protocolos de segurança e saúde estipulados pelo Ministério da Saúde. Diversas portarias e atos foram editados pelo TRT[311] buscando, ainda, regulamentar o funcionamento das atividades do tribunal durante a pandemia. Desse modo, as sessões de julgamento antecedentes e posteriores também foram realizadas virtualmente.

Foram considerados participantes, ainda, além das autoridades convidadas para compor a mesa dos trabalhos "qualquer cidadão ou cidadã, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão mencionado no Edital de Convocação" (artigo 4°). Os participantes poderiam manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas na audiência pública, bem como formular questões pertinentes ao tema (artigo 5°), observando as regras do regimento, o tempo estabelecido, com respeito e civilidade (artigo 6°).

---

[311] Foram editadas, no âmbito do TRT/PR: a portaria SGP n. 7 (16 de março de 2020), que criou o Grupo de Trabalho Transitório de Gestão Interna para análise da situação de disseminação do coronavírus; a portaria SGJ 15/2020 (2 de abril de 2020), que instituiu a "Plataforma Emergencial de Videoconferência para Atos Processuais"; a Portaria SGJ 17/2020 (22 de abril de 2020), que dispôs sobre a adequação das pautas, realização de audiências por videoconferência e retorno da contagem dos prazos processuais no âmbito do TRT da 9ª Região; a portaria SGJ n. 18 (11 de maio de 2020) que dispôs sobre a criação do Observatório Covid-19 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e o Ato Conjunto Presidência-Corregedoria n. 3 (22 de setembro de 2020). Por fim, no TST, editou-se o Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT Nº 173/2020, que consolidou e uniformizou, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, a regulamentação do trabalho remoto temporário, do funcionamento dos serviços judiciários não presenciais e da realização de sessões de julgamento tele presenciais, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, bem como garantir o acesso à justiça. Disponível em:< https://www.trt9.jus.br/portal/noticias.xhtml?tag=covid19>.

Manifestaram interesse em participar da audiência pública, diversos advogados e representantes de entidades, tais como a Fecomércio-PR, Federação do Comércio de bens, serviços e turismo do Paraná, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e em Empresas Prestadoras de Serviços do Estado do Paraná – SINDASPP, a OAB, Sociedade Hospitalar Angelina Caron, Hospital Paranaense de Otorrinolaringologia Ltda., Rimatur Transportes Ltda., Fundação da Universidade Federal do Paraná – Funpar, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financiários de Curitiba e Região, Associação Comercial do Paraná – ACP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP e MPT.

Em 08 de outubro de 2020, com o decurso do prazo previsto no edital de convocação, organizou-se a ordem na condução dos trabalhos, considerando os inscritos e os participantes convidados pelo relator do IAC (especialistas sobre o tema), da seguinte forma:

> 14h15 Dr. Manoel Antônio Teixeira Filho – Professor Universitário
> 14h30 Dr. Bruno Freire – UERJ
> 14h45 Dr. Fernando Leal – FGV RIO
> 15h00 Dr. Homero Batista – USP
> 15h15 Dra. Maria Cristina Mattioli – FIESP
> 15h30 Dra. Luciana Yeung – INSPER-SP
> 15h45 Dr. Ricardo Silva – UFPR
> 16h00 Dr. Sandro Antonio dos Santos – AMATRA IX
> 16h15 intervalo
> 16h30 Dra. Mariane Josviak – MPT/PR
> 16h45 Dr. José Affonso Dallegrave Neto e DR. Alberto de Paula Machado – OAB/PR
> 17h00 Dr. Christian Schramm Jorge – FIEP
> 17h10 Dr. Nasser Ahmad Allan – CUT
> 17h20 Dr. João Carlos Requião – FECOMÉRCIO
> 17h30 Dr. Ricardo Nunes Mendonça – BANCÁRIOS
> 17h40 Dr. João Carlos Régis – ACP
> 17h50 Dr. Nuredin Ahmad Allan – SINDASPP
> 18h00 Dr. Luiz Antonio Abbage – FUNPAR, RIMATUR TRANSPORTES
> 18h10 plateia inscrita
> 18h15 plateia inscrita
> 18h20 plateia inscrita
> 18h25 plateia inscrita

Na data estipulada, ocorreram algumas substituições de participantes e na ordem das inscrições, sendo lavrada a seguinte ata da audiência pública:

> "Às quatorze horas do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte, no evento de audiência pública do CiscoWebex Mettings, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com transmissão pelo canal youtube do TRT9, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador Relator do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, CASSIO

COLOMBO FILHO, presentes os componentes da mesa o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Exmo. Desembargador SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS; a Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Exma. Desembargadora NAIR MARIA RAMOS LUNARDELLI; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Subseção Paraná, Ilustríssimo Advogado CASSIO LISANDRO TELLES; o Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, Ilustríssimo Advogado ALBERTO AUGUSTO DE POLI; a Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Exma. Procuradora Regional MARIANE JOSVIAK e o Presidente da AMATRA IX, Exmo Juiz ROBERTO DALA BARBA FILHO.

Presentes os palestrantes convidados:
- Exmo. Juiz Professor Dr. MAURO SCHIAVI;
- Professor Dr. BRUNO FREIRE;
- Professor Dr. RICARDO ALEXANDRE DA SILVA;
- Exmo. Juiz Professor Dr. HOMERO BATISTA MATEUS DA SILVA;
- Professora Dra. MARIA CRISTINA MATTIOLI;
- Professor Dra. LUCIANA YEUNG;
- Exmo. Juiz Professor Dr. SANDRO ANTONIO DOS SANTOS;
- Exma. Procuradora Regional MARIANE JOSVIAK;
- Professores Dr. JOSÉ AFFONSO DALLEGRAVE NETO e DR. ALBERTO DE PAULA MACHADO.

Presentes os inscritos e selecionados por atenderam as condições previstas no Edital, demonstrando, especialmente, a representatividade necessária:
-Dr. NASSER AHMAD ALLAN (OAB/PR 28.820) – CUT
-Dr. JOÃO CARLOS REQUIÃO (OAB/PR 10.399) – FECOMÉRCIO
-Dr. RICARDO NUNES MENDONÇA (OAB/PR 35.460) – BANCÁRIOS
-Dr. JOÃO CARLOS RÉGIS (OAB/PR nº 5.035) – Associação Comercial do Paraná, FECOMÉRCIO e FIEP,
-Dr. NUREDIN AHMAD ALLAN (OAB/PR 37.148) – SINDASPP
-Dr. LUIZ ANTONIO ABBAGE (OAB/ PR 12.613) – FUNPAR, RIMATUR TRANSPORTES

Audiência pública iniciada às 14h00.
O Exmo Desembargador Presidente do TRT 9ª Região, SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS fez seu pronunciamento, instalou a audiência pública e passou a palavra e a condução do ato ao Exmo. Desembargador CÁSSIO COLOMBO FILHO.
O Exmo. Desembargador CÁSSIO COLOMBO FILHO destacou a realização da primeira audiência pública telepresencial pelo Tribunal, e a ideia de contraditório substancial que ela representa. Agradeceu a Administração pelo apoio à realização do evento. Mencionou que a seleção de debatedores buscou a diversidade de posições e opiniões, e fez uma breve apresentação do currículo dos palestrantes. Explanou a sequência da ordem dos trabalhos do dia, e, a seguir, passou a palavra ao primeiro palestrante convidado, Dr. MAURO SCHIAVI.

O Exmo. Juiz Professor Dr. MAURO SCHIAVI fez sua explanação das 14h15 às 14h30.
O Professor Dr. BRUNO FREIRE fez sua explanação das 14h32 às 14h42.
O Professor Dr. RICARDO ALEXANDRE DA SILVA fez sua explanação das 14h45 às 15h00.
O Exmo. Juiz Professor Dr. HOMERO BATISTA MATEUS DA SILVA fez sua explanação das 15h02 às 15h16.
A Professora Dra. MARIA CRISTINA MATTIOLI fez sua explanação das 15h19 às 15h26.

A Professora Dra. LUCIANA YEUNG fez sua explanação das 15h30 às 15h43.
O Exmo. Juiz Professor Dr. SANDRO ANTONIO DOS SANTOS fez sua explanação das 15h47 às16h03.
Às 16h04 iniciou-se o intervalo, com retorno às 16h15.
A Exma. Procuradora Regional MARIANE JOSVIAK fez sua explanação das 16h18 às 16h25.
O Dr. ALBERTO AUGUSTO DE POLI fez sua explanação das 16h26 às 16h30.
O Dr. ALBERTO DE PAULA MACHADO fez sua explanação das 16h35 às 16h42.
O Dr. JOSÉ AFFONSO DALLEGRAVE NETO fez sua explanação das 16h43 às 16h49.
A seguir, foi concedida a palavra dos advogados inscritos previamente e que foram selecionados por atenderem as condições previstas no Edital, demonstrando, especialmente, a representatividade necessária.
O Dr. JOÃO CARLOS RÉGIS (OAB/PR nº 5.035), pela Associação Comercial do Paraná, FECOMÉRCIO e FIEP, fez sua explanação das 16h56 às 17h11.
O Dr. NASSER AHMAD ALLAN (OAB/PR 28.820), pela CUT e pelo SINDICATO DOS BANCÁRIOS, fez sua explanação das 17h13 às 17h26.
O Dr. LUIZ ANTONIO ABBAGE (OAB/ PR 12.613), pela FUNPAR, e RIMATUR TRANSPORTES, fez sua explanação das 17h28 às 17h36.
O Dr. NUREDIN AHMAD ALLAN (OAB/PR 37.148), pelo SINDASPP, fez sua explanação das 17h36 às 17h47.
Na sequência, foi concedida a palavra à advogada inscrita pela plateia, DRA. LUANA PÂNCARO FABER, que fez sua explanação das 17h49 às 17h52.
A seguir, concedeu-se a palavra à servidora do TRT da 9ª Região, VANESSA ROBERTA DO ROCIO SOUZA, que fez sua explanação das 17h55 às 18h02.

Não foram registradas perguntas por meio do e-mail audienciapublica@trt9.jus.br, informado em edital.
Encerradas as falas da plateia, o Exmo Desembargador CASSIO COLOMBO FILHO encerrou os trabalhos, destacando a evolução do Direito na sua abertura à sociedade. Agradeceu o apoio da Administração ao evento, e passou a palavra ao Exmo Desembargador Presidente, para considerações finais.
O Exmo Desembargador SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS fez considerações finais, destacando a profundidade das discussões realizadas. Enalteceu a pluralidade conferida à audiência, agradeceu a presença dos membros da mesa, dos advogados e demais participantes. Mencionou a responsabilidade do Tribunal no julgamento do processo, ante a profundidade dos argumentos apresentados. Desejou saúde a todos e declarou encerrada a audiência pública.
Nada mais. Concluídas as exposições e intervenções, a audiência pública foi encerrada às 18h09.
O registro das intervenções, e o conteúdo integral desta audiência pública pode ser acessado no Youtube, pelo link: https://youtu.be/74CtFHKMs3U.[312]

Após, a audiência pública, na sessão de julgamento telepresencial de 14 de dezembro de 2020,[313] novos debates foram realizados, iniciando-se a contagem dos votos. A tese

[312] Audiência pública gravada e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=74CtFHKMs3U>.
[313] Conforme certidão de julgamento: estiveram presentes: "sob a presidência do excelentíssimo Desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, com a participação da excelentíssima Procuradora-Chefe Margaret Matos de Carvalho, representante do Ministério Público do Trabalho e dos excelentíssimos Desembargadores Luiz Eduardo Gunther, Rosemarie Diedrichs Pimpão, Arnor Lima Neto, Ana Carolina Zaina, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, Nair Maria Lunardelli Ramos, Marco Antônio Vianna Mansur, Arion Mazurkevic, Benedito Xavier da Silva, Archimedes Castro Campos Júnior, Edmilson Antonio de Lima (em férias), Neide Alves dos Santos (em férias), Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (em férias), Francisco Roberto Ermel, Cássio Colombo Filho, Cláudia Cristina Pereira, Aramis de Souza Silveira, Ney Fernando Olivé Malhadas,

apresentada pelo relator foi no sentido de se reconhecer a possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840, §1° da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial," no que foi acompanhado pelos excelentíssimos Desembargadores Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Cláudia Cristina Pereira e Aramis de Souza Silveira.

O desembargador Benedito Xavier da Silva, acompanhados pelos excelentíssimos Desembargadores Archimedes Castro Campos Júnior, Edmilson Antônio de Lima, Neide Alves dos Santos e Francisco Roberto Ermel, apresentou divergência no reconhecer que "em regra o valor atribuído ao pedido (art. 840, § 1° da CLT) vincula a condenação, salvo se houver justificada necessidade de atribuição de valor por estimativa (art. 324, § 1° do CPC).

E, antes de proferir seu voto, o Desembargador Ney Fernando Olivé Malhadas pediu vista regimental para melhor analisar a matéria.

Todavia, em razão da aposentadoria dos Desembargadores Cássio Colombo Filho (relator original do IAC) e Ney Fernando Olivé Malhadas, os autos permaneceram conclusos, na Presidência do Tribunal, até a sessão realizada em 28 de junho de 2021 quando, após a definição de quem seria o novo relator do processo, finalmente foi concluída a votação, sendo lavrada a seguinte certidão de julgamento:

> Por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos Desembargadores Benedito Xavier da Silva, Archimedes Castro Campos Júnior, Edmilson Antônio de Lima, Neide Alves dos Santos, Francisco Roberto Ermel, Morgana de Almeida Richa, Marcus Aurélio Lopes, Sueli Gil El Rafihi, Sérgio Murilo Rodrigues Lemos e Nair Maria Lunardelli Ramos, em JULGAR O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA suscitado pela 2ª Turma do Regional para reconhecer a "possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840,§1° da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial", definindo para o Tema nº 09 a seguinte Tese Jurídica: INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO ESTIMADA DOS VALORES DOS PEDIDOS APRESENTADOS NA PETIÇÃO INICIAL (ART.840, § 1º, DA CLT). AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES APRESENTADOS. Diante da interpretação sistemática e gramatical dos artigos 840, §1° da CLT e 12, § 2º, da Instrução Normativa n° 41 do TST, conclui-se, de forma insofismável, que é possível aceitar cálculos simplificados, notadamente considerando que a mera indicação de valores é suficiente para fazer prosseguir a ação, sendo desnecessária a liquidação

---

Adilson Luiz Funez, Sergio Guimarães Sampaio, Eliázer Antonio Medeiros, Ilse Marcelina Bernardi Lora, Morgana de Almeida Richa, Carlos Henrique de Oliveira Mendonça e Ricardo Bruel da Silveira" e participaram da sustentação oral: "advogado Nuredin Ahmad Allan, pelo terceiro interessado, Sind Trab Emp Serv Cont Ass Per Inf Pesq Emp Prest Serv.; o advogado Ricardo Nunes De Mendonca, pelo terceiro interessado, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financiários de Curitiba e Região; o advogado Cássio Lisandro Telles, pelos terceiros interessados Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Paraná e Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná; o advogado Luiz Antonio Abagge, pelo terceiro interessado, FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E DA CULTURA; acompanhou o julgamento a advogada LUANA PANCARO FABER, pelos terceiros interessados, Royal Caribbean Cruzeiros (Brasil) LTDA. – ME, Pullmantur Cruzeiros Do Brasil LTDA., Royal Caribbean Holdings De Espana, S.L. e Pullmantur Cruises Ship Management LTDA".

> antecipada dos pedidos. A fixação do valor da causa e da condenação no processo do trabalho só são relevantes na fase de conhecimento do processo, na medida em que servem apenas para fixar rito e admissibilidade recursal, sem interferir em questões de competência funcional. Na fase de cumprimento (execução), o valor do pedido é totalmente irrelevante e se desvincula de sua origem na medida em que se apura mediante realização de operações aritméticas o valor devido, com no mínimo, acréscimo de juros e correção monetária, sem prejuízo de multas, o que certamente vai elevar o valor *do quantum debeatur*, e isto não pode significar prejuízo ou decréscimo patrimonial à parte exequente. Portanto, reconhece-se neste incidente a possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840, §1º da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial. Na sequência, remetam-se os Autos à E. 2ª Turma para análise e julgamento dos recursos ordinários interpostos pelas partes. Tudo nos termos da fundamentação. Sem custas. Ainda, DEFERIR juntada de justificativa de voto vencido ao excelentíssimo Desembargador Benedito Xavier da Silva. OBS: Ausentes, justificadamente, os excelentíssimos Desembargadores Arnor Lima Neto, Ana Carolina Zaina (em licença médica), Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (em férias), Paulo Ricardo Pozzolo (em licença médica), Sergio Guimarães Sampaio (em licença médica); aposentados os excelentíssimos Desembargadores Cássio Colombo Filho (conforme Decreto do excelentíssimo Presidente da República, publicado em 15 de janeiro de 2021 – DOU, seção 2, p. 1) e Ney Fernando Olivé Malhadas (conforme Decreto do excelentíssimo Presidente da República, publicado em 16 de abril de 2021 – DOU, seção 2, p. 1); acompanharam a sessão os excelentíssimos juízes Edilaine Stinglin Caetano, Auxiliar da Corregedoria e Roberto Dala Barba Filho, Presidente da Amatra IX.CURITIBA/PR, 01 de julho de 2021.

Publicado o acórdão em 06 de julho de 2021, foram apresentados embargos de declaração pelos terceiros interessados Banco do Brasil, Luiz Antônio Abagge e outros, Pullmantur Cruises Ship Management Ltda., Pullmantur Cruzeiros do Brasil Ltda., Royal Caribbean Cruises Ltda. e Royal Caribbean Cruzeiros do Brasil Ltda., sendo acolhidos em parte para prestar esclarecimentos, nos seguintes termos:

> Em outras palavras, os valores indicados na petição inicial para os pedidos, nos termos do art. 840, § 1º, da CLT, apresentam-se como meramente indicativos (estimativos) da pretensão, mesmo que a parte não se valha na petição inicial da locução "meramente estimativa" ou algo semelhante, de sorte que é possível a apuração de montante superior na fase de liquidação/execução. A tese acolhida pelo Tribunal Pleno, definida em estrita observância à Instrução Normativa 41 do TST, observa o respeito à congruência na atuação pelo juízo, porquanto esta tem como diretriz o pedido como posto pela parte reclamante, que, em situação fática similar a este precedente, não registra limite ao que se apurar em liquidação (cumprimento) de sentença, dada a sua natureza meramente estimativa. Conforme consignado na sessão plenária, "*Por certo que, em se tratando de uma estimativa, o valor da causa indicado na petição inicial corresponde a um cálculo aproximado do que a parte autora considera como devido em seu favor, sendo improvável que este corresponderá ao crédito eventualmente deferido, até mesmo porque tal definição pode depender da necessidade de se provar fato novo (caso da liquidação por artigos) e também pela variação no tempo em função, por exemplo, do processo inflacionário ou, ainda, quanto aos juros de mora incidentes.*"
> Lado outro, a existência de eventual pedido líquido consignado na petição inicial, em que há restrição da sua expressão monetária pela parte, trata-se de hipótese distinta da tese firmada no acórdão embargado (*distinguishing*), de sorte que não está abarcada pelo seu resultado. A tese firmada no acórdão embargado não invade a esfera de atuação do direito subjetivo da parte, só interpreta o direito em questão. (...)

> Não cabe a este Tribunal Pleno manifestar-se, portanto, sobre a base de cálculo dos honorários de sucumbência eventualmente devidos pela parte reclamante ou interpretar títulos executivos concernentes às verbas de sucumbência, tendo em vista que o tema submetido a julgamento no acórdão embargado refere-se à "*possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (art. 840, § 1º, da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial*", afastando eventual efeito de *ultra* ou *extra* petição contra a parte reclamante. Embora a manifestação dos embargantes possa provocar inquietação, não se pode olvidar que subsiste procedimento para correção do valor da causa, a denominada impugnação ao valor da causa, a ser apresentada em preliminar de contestação, nos termos do art. 293 do CPC, dispositivo compatível com o processo do trabalho, até porque o § 1º do art. 840 da CLT prevê que a petição inicial na seara trabalhista deverá conter o valor da causa, mesmo que não limite a condenação da pretensão material, conforme tese firmada no presente IAC. No que concerne ao desrespeito ao princípio da congruência, a matéria já se encontra apreciada na presente decisão. Posto isso, **acolho em parte** os embargos de declaração para prestar esclarecimentos. (Embargos de declaração julgados na sessão de 27 de setembro de 2021, Desembargador Relator Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, acórdão publicado em 04 de outubro de 2021).

Intimadas as partes acerca do decidido nos embargos de declaração apresentados, houve a apresentação de Recursos de Revista por Itaú Unibanco e Banco do Brasil, encontrando-se conclusos os autos para decisão de admissibilidade desde 08 de dezembro de 2021.[314]

Feita a apresentação dos aspectos gerais do incidente de assunção de competência, bem como efetuado o relato descritivo da instauração do incidente, passaremos a tecer algumas considerações acerca dos procedimentos realizados durante a busca pela uniformização de jurisprudência.

Apresentaremos algumas reflexões acerca dessa busca por uma uniformização de jurisprudência bem como os argumentos trazidos por advogados, representantes do Ministério Público do Trabalho e desembargadores durante as sessões de julgamento que foram realizadas, acompanhando os desdobramentos das falas até a conclusão pela realização de uma audiência pública com o objetivo de aprofundar os estudos sobre o tema.

Traremos, assim, os posicionamentos e falas durante e após a audiência pública com o objetivo de tentar extrair, dos argumentos e fundamentos utilizados, quais racionalidades deram subsídio a cada fala e quais reflexões podemos extrair do resultado final.

---

[314] Até a data da consulta aos autos, por meio do sistema intranet, em 17 de fevereiro de 2022.

5.3 TESE JURÍDICA PREVALECENTE: O RESULTADO DO EMBATE DE NARRATIVAS E A CONSOLIDAÇÃO DE UM ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DE RESISTÊNCIA

Como anteriormente pontuado, embora a instauração de incidente de assunção de competência não possa, por si só, ser considerada estratégia para o desenvolvimento de uma Jurisprudência de Resistência – pois a conclusão traçada no precedente de observância obrigatória pode trazer aspectos de exceção, ou, ainda, culminar numa conclusão que tenha como base princípios neoliberais e de austeridade – vários procedimentos utilizados podem fornecer significativos indicadores para reflexão.

Para começar, a busca pela uniformização de jurisprudência, a preocupação em se manter a igualdade no julgamento de casos idênticos já revela um aspecto bastante positivo na utilização do instrumento. Além disso, a partir da instauração do procedimento, o conteúdo de direito que será apreciado – e firmado como precedente vinculante – passa por um novo "contraditório majorado e qualificado", que permite a "ampliação da discussão material para a inserção de manifestações da sociedade, com a possibilidade de diversas manifestações que transcendem a própria causa, processo ou recurso representativo da controvérsia" (LEMOS, 2018, p. 192).

Assim, se, num primeiro momento, pudemos concluir que as alterações decorrentes da Reforma Trabalhista não tiveram o necessário e suficiente debate com a sociedade (KREIN; GIMENEZ; SANTOS, 2018), o que acarretou multiplicidade de interpretações e insegurança jurídica decorrente dessa ausência de diálogo, a apresentação das teses processuais possíveis, por meio de um instrumento que permite uma amplitude de manifestações, pode ser um meio de mitigar esse grave problema, tornando mais legítimo o posicionamento decorrente desse novo debate, ao menos no ponto em que se propõe analisar.

No caso ora em análise, o relator apresentou seus argumentos justificando a necessidade de instauração do incidente, em razão da relevância da matéria e do interesse público envolvido no tema abordado, reconhecendo a existência de posicionamentos conflitantes que poderiam implicar em imposição de maiores dificuldades no acesso do trabalhador ao poder judiciário.

As diversas sessões que se seguiram (com inclusões e retiradas do processo de pauta) foram palco de amplos debates, tanto por parte dos desembargadores, quanto por representantes do MPT, advogados, representantes de entidades e instituições, que se manifestaram por petição ou oralmente.

E, muito além do debate técnico acerca dos efeitos da alteração processual que modificou a forma de apresentação das petições iniciais na justiça do trabalho, pudemos perceber a ocorrência de questionamentos acerca do próprio interesse que existiria em tal modificação legal. A legitimidade da Reforma Trabalhista também foi contestada, em diversos momentos, bem como indagações acerca do papel do poder judiciário trabalhista em garantir o amplo acesso das partes litigantes.

Na sessão de 04 de outubro de 2019, destacamos, entre os apontamentos realizados, o pronunciamento do advogado Nuredin Ahmad Allan, que, em sua fala, exteriorizou muitas das reflexões que foram trazidas na presente pesquisa. Muitos dos questionamentos teóricos que levantamos – como, por exemplo, as indagações acerca dos projetos políticos que estariam ligados à aprovação da Reforma Trabalhista dentro de um contexto de racionalidade neoliberal e de austeridade – acabaram sendo observados na prática e colocados como ponto de indagação.

O advogado ressaltou que a lei 13.467/2017, da Reforma Trabalhista, além de não ter sido suficientemente debatida com a sociedade, com segmentos do setor judiciário, entidades sindicais e movimentos sociais, tinha, como um de seus objetivos, efetivamente impossibilitar o acesso à justiça, por meio da "complexização" de instrumentos processuais. E, nesse sentido, a interpretação de que haveria a necessidade de se liquidar os valores dos pedidos ainda na petição inicial teria esse objetivo estratégico de dificultar ou até mesmo inviabilizar o acesso constitucional do trabalhador à justiça, criando exigências que sequer existem no âmbito do processo civil, desconsiderando-se as características específicas do processo trabalhista. Assim, segundo Allan, mecanismos processuais seriam utilizados para retirar do trabalhador a possibilidade de discutir judicialmente a violação de seus direitos, estimulando, indiretamente, a violação de obrigações contratuais por parte do empregador, protegido em razão das armadilhas processuais engatilhadas contra o trabalhador.

O advogado Ricardo Nunes de Mendonça, também em sustentação oral, corroborou tais afirmações, destacando, ainda, que essas alterações legislativas e outras em curso teriam também como propósito estabelecer um novo paradigma no direito do trabalho brasileiro, mais nocivo ao trabalhador e violadora de preceitos constitucionais.

A grande quantidade de manifestações em sustentação oral demonstrou, também, a preocupação da sociedade em participar ativamente da formação dessa tese jurídica. Em todas as sessões houve participação de interessados defendendo distintos pontos de vista.

Chamou a atenção, também, o rumo que a discussão, que ocorreu na sessão de 14 de dezembro de 2019, acabou tomando, pois houve um acirrado debate acerca de quais seriam as efetivas questões a serem apreciadas. Questionou-se se existiria, na conclusão a ser tomada,

mera divergência processual ou se haveria um embate mais amplo e estrutural, envolvendo a discussão entre capital e trabalho.

Logo após a leitura do dispositivo pelo desembargador-relator, que definiu a tese jurídica no sentido de que os valores indicados na peça inicial são apenas estimados, por meio de cálculos simplificados, sendo desnecessária a liquidação antecipada, concluindo, ainda, que a condenação final não está adstrita aos valores indicados na inicial, houve a abertura da sustentação oral, sendo ouvidos os advogados inscritos.[315]

Houve consenso no sentido de que as regras do direito processual, por excelência, precisam trazer segurança e dar certeza e tranquilidade com relação aos procedimentos que serão adotados.

Argumentos processuais foram apresentados, nos dois sentidos. Contrariamente à tese proposta pelo relator, defendeu-se que: (i) o legislador estabeleceu que o pedido formulado deve ser certo, determinado e com indicação do seu valor, o que não autoriza estimativa; (ii) a norma, ao contrário do que se aduz, torna o acesso à justiça mais efetivo, não trazendo qualquer prejuízo ao trabalhador, que pode se valer de inúmeras medidas para obter os documentos necessários para efetivar a indicação dos valores dos pedidos; (iii) o congestionamento do poder judiciário incentiva demandas oportunistas e prejudica a credibilidade da instituição e a necessária celeridade na resolução dos conflitos e (iv) há que se pensar em proteger o pequeno empregador das demandas e pedidos aventureiros.

Por outro lado, ponderou-se que : (i) a redação do dispositivo legal alterado, assim como outros pontos modificados com a Reforma Trabalhista, é bastante confusa, autorizando a indesejável multiplicidade de interpretações acerca de qual seria a forma correta de se entender o requisito estipulado para protocolo da petição inicial; (ii) a regra processual introduzida pela lei 13.467 tinha origem em procedimento já existente, previsto no código de processo civil e precisa ser lida e interpretada de maneira sistêmica, a partir de todo o processo trabalhista; (iii) que a demanda apresentada pela parte precisa ser certa e determinada com relação aos pedidos, mas não com relação a valores; (vi) indicação de valores não é liquidação, é justamente estimativa (vi) a análise processual não poder ser desapegada de sua origem e da realidade processual na qual está inserida; (vii) a estimativa não pode ser elemento para liquidação, não pode criar uma liquidação antecipada, aplicada por via transversa e (viii) a liquidação ainda na inicial acaba por inverter o dever de prova, que passa a recair inteiramente sobre o trabalhador,

---

[315] Audiência pública e gravada. Inscreveram-se para sustentação oral os advogados Nuredin Ahmad Allan, Ricardo Nunes de Mendonça, Cássio Telles e Luiz Antônio Abbage.

que precisa apresentar pedido rígido e detalhado que, justamente em razão das condições do contrato de trabalho, não tem condições de realizar.

O advogado Luiz Antônio Abagge, em contraposição, argumentou que a "sobreutilização" do judiciário congestiona o serviço, compromete a celeridade e a qualidade da prestação da tutela jurisdicional, incentivando demandas oportunista e prejudicando a efetividade e a credibilidade das instituições jurisdicionais. Afetaria, assim, o próprio acesso ao poder judiciário. Mas apresentou exemplo que destoava da discussão, ao mencionar fundamentos que autorizavam a exigência de depósito prévio em ação rescisória, situação bastante distinta da discutida no IAC. De qualquer modo, insistiu na necessidade de liquidação de valores na petição inicial, mencionando sua preocupação em face do pequeno empregador.

O advogado Cássio Telles argumentou que as peculiaridades da Justiça do trabalho, que sempre privilegiou a facilidade de acesso, a simplicidade das formas e ainda mantém o "*jus postulandi*" do trabalhador, não podem ser ignoradas; o direito material não pode ser sacrificado em razão do direito processual.

Informou aos presentes que, em votação realizada com advogados da OAB-PR, após debates e reflexões de ambos os lados (com advogados de escritórios que defendem a causa do trabalhador e advogados que defendem a causa patronal) foi definido o seguinte enunciado, construído coletivamente, também em audiência pública, e aprovado:

> O artigo 840, §1º da CLT não determina a liquidação de pedidos, mas tão somente exige a indicação de valor. Tal posição está em consonância com a instrução normativa 41, do TST, que menciona a respeito ser necessária apenas uma estimativa. Nesse conceito, de mera estimativa, não se admite que os valores indicados representem limitação na fase de execução.

Também se destacou que a questão analisada teria tamanha relevância social que o "pano de fundo" do debate seria tão importante quanto aspectos técnico-jurídicos que gravitam no entorno da apreciação do artigo legal. Na sua fala, o advogado Ricardo Nunes de Mendonça ressaltou que o direito processual não seria imune ao contexto de crise de democracia e ao cenário de "capitalismo de cassino", de "hiper competição" e de individualismo exacerbado atualmente vivenciado.

Mencionou, ainda, a racionalidade neoliberal como proposta de organização econômica e maneira de existir capitalista a influenciar diretamente decisões políticas, econômicas e também jurídicas. Tal contexto, segundo o advogado, sustentaria uma visão que considera os direitos sociais algo a ser combatido e que vê, nas regras trabalhistas e processuais trabalhistas, "perversões" que atentam contra a liberdade, restringindo o exercício de livre iniciativa e o uso

da propriedade privada. Nessa visão, a própria Justiça do Trabalho representaria um entrave ao desenvolvimento econômico nacional de modo que reduzir o acesso a essa justiça – por meio de uma rígida interpretação de dispositivo legal, por exemplo – seria um objetivo a ser almejado em prol de interesses capitalistas.

E destacou: "na maneira como se organiza o capital financeiro, nos momentos de expansão as riquezas são fortemente concentradas; nos momentos de contração, os prejuízos são socializados, sobretudo por meio de políticas de desregulamentação do trabalho" (MENDONÇA, 2020).

Também ressaltou que, durante toda a década de 1990 e notadamente desde 2016, o direito do trabalho, manifestação histórica de espécie de direito social, tem sofrido fortes ataques em seus fundamentos; enquanto limite histórico ao poder do capital, sofre com a crise do trabalho. E, nessa perspectiva, o direito processual do trabalho, enquanto ferramenta de tutela jurisdicional do direito do trabalho, também corre o risco de sucumbir à ação da técnica jurídica neoliberal e de desregulamentação.

Avanços foram experimentados na esfera processual, como a possibilidade de se defender coletivamente os grupos menos favorecidos, ou a redução legislativa da desigualdade material, característica das relações assimétricas (como a de trabalho e a de consumo); tais avanços significam, ainda que insuficientemente, limites ao poder do capital. Acesso à ordem jurídica justa, assim, é direito humano inalienável.

Pudemos verificar, assim, que muitos dos conceitos teóricos estudados na presente pesquisa, foram utilizados como fundamentos pelos advogados, tanto em sustentação oral quanto por meio de memoriais, revelando uma preocupação prática das influências da racionalidade sob uma possível interpretação técnica jurídica neoliberal.

Aberta a votação para os desembargadores, houve caloroso debate acerca de qual seria o alcance dos efeitos da alteração processual.

Alguns dos desembargadores presentes insistiram no argumento de que o debate acerca dos requisitos da petição inicial a partir da alteração proposta pela Reforma Trabalhista de 2017 comportava tão somente uma discussão processual, inexistindo qualquer necessidade de se avaliar a conjuntura política ou econômica. Argumentos técnicos foram repetindo muitas questões que já pontuamos anteriormente sobre: (i) a necessidade de se observar a alteração legal imposta, que exigiria pedido certo e determinado, com indicação de valor, sendo necessário dar eficácia a esse requisito; (ii) a aplicação do regramento deveria observar sua "literalidade"; (iii) inexistiriam maiores dificuldades na realização de simples cálculos apontando os valores devidos, entre outros pontos; (iv) a apresentação de valores não aleatórios

evitaria surpresas pela parte contrária, possibilitado o contraditório e a ampla defesa, (vii) caso seja de fato inviável a indicação de valores, por tratar de fato que dependa de manifestação do réu, poderá a parte autora deixar tal impossibilidade expressa em sua inicial, mas por exceção.

Chamou a atenção, entre os votos proferidos, que em divergência formulada, ponderou-se que a representação sindical teria, de modo equivocado, "explorado o lado da ideologia, até mesmo marxista, como se fosse uma questão de capital e trabalho" e que "não seria uma questão socialista, mesmo para aqueles que pregam a doutrina socialista". O equívoco subsistiria justamente porque o debate permeia questões processuais e não questões de "produção".

Segundo a divergência, haveria, de fato, uma "alteração de paradigma" e estaria ocorrendo resistências a essa mudança, o que seria natural e esperado. E que a verdadeira questão a ser discutida seria "econômica", mas não haveria necessidade de se debater aspectos relacionados ao "capital e trabalho".

Também se pontuou que "pouco importa se gostamos ou não da lei", sendo ela constitucional, deverá ser observada, cabendo observar seu alcance.

Em resposta, invocou-se o caráter instrumental do processo, em relação ao direito material cuja aplicação se busca. Enfatizou-se que o direito do trabalho nasceu no sistema capitalista, portanto atuaria, sim, como um instrumento de equilíbrio da relação capital x trabalho, historicamente, como "antídoto à ameaça socialista". O direito do trabalho atuaria, ainda, como instrumento da democracia, uma forma de administração democrática do conflito capital x trabalho que inegavelmente existe. E essa seria a missão da Justiça do Trabalho, administrar esse conflito de forma democrática.

O direito do trabalho consagrou a institucionalização do princípio da igualdade material no plano das relações interpessoais, superando a falsa percepção da igualdade formal. O direito processual do trabalho, instrumento que funciona a favor do direito do trabalho, não pode anular essa evidente condição de desigualdade entre as partes; deve, desse modo, propiciar condição justa de combate, no sentido da administração democrática do conflito. O princípio da proteção deve, assim, ser observado. E, nesse sentido, não se mostra possível repassar ao trabalhador condição que não lhe é possível atender: como ele não tem os documentos necessários, não se mostra razoável exigir a liquidação antecipada de valores.

De toda sorte, não podemos perder de vista o motivo pelo qual existe o direito do trabalho e, consequentemente, o processo do trabalho: para romper o mito da igualdade formal, pois estamos diante de sujeitos que historicamente não possuem igualdade de poderes. Mesmo o pequeno empregador tem o dever legal de guarda dos documentos, diferentemente do empregado, que não possui essa obrigação.

O processo deve, portanto, se dar de modo a garantir um "páreo justo" e é no cumprimento da sentença que se deve liquidar os valores dos pedidos.

A estimativa prevista na instrução normativa do TST vem nesse sentido, não sendo razoável exigir, como sugerido em algumas falas, que todos os trabalhadores ingressassem com medidas cautelares objetivando a apresentação de documentos pelos empregadores, como medida preparatória ao processo principal. Tal procedimento não apenas sobrecarregaria a jurisdição, como também oneraria ainda mais o empregador, que pagaria honorários advocatícios sucumbenciais em duas distintas ações.

Uma interpretação do procedimento que dificulte o acesso ao poder judiciário não seria consentânea com o regramento constitucional. É preciso destacar a preocupação com a missão primeira da justiça do trabalho que é justamente aplicar o direito do trabalho.

Antes do fim do debate, todavia, houve pedido de vista regimental, sendo novamente retirado de pauta o processo do IAC.

Tivemos, desse modo, a utilização do incidente; (i) em conformidade com os procedimentos processuais previstos em lei; (ii) com ampla publicidade, transparência e equilíbrio; (iii) possibilitando a ampliação do debate entre a sociedade, por meio de um contraditório majorado e qualificado; (iv) com a exposição de múltiplos pontos de vista, permeados de debates, questionamentos e reflexões e (v) que considerou aspectos técnicos e processuais da norma, mas também ponderou a pertinência das reflexões histórico-sociológicas que foram levantadas pelos manifestantes.

Temos, assim, indícios de que o incidente instaurado já contemplava aspectos de conteúdo decisório de resistência, em especial ao proporcionar debates e discussões que trouxeram à tona questionamentos acerca do contexto atual vivenciado, repleto de contradições e de novas racionalidades.

O fato, ainda, de se ter optado pela realização de audiência pública, ampliando ainda mais o debate, também revela a preocupação em se garantir transparência e legitimidade ao procedimento instaurado. E é sobre a audiência pública, suas características, objetivos e críticas que nos debruçaremos a seguir, analisando, também, os principais argumentos apresentados pelos participantes, com o intuito de extrair, desses discursos, seus componentes de exceção ou de resistência.

5.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA: A EXPOSIÇÃO DE NARRATIVAS CONFIRMA UMA ARENA DE DISPUTAS

A audiência pública consta no artigo 983, § 1º, do CPC[316] e, embora esteja presente no capítulo que trata do incidente de resolução de demandas repetitivas, também é cabível nas situações em que o relator do incidente de assunção de competência julgar pertinentes.

Lemos explica que tanto no IRDR quanto nos recursos excepcionais repetitivos (previstos no artigo 1.038, II, CPC) há expressa previsão para convocação de audiência pública pelo relator, "o que importa que o IAC também pode importar esse mesmo ato para que possa assessorar no exaurimento material e na melhor elucidação da controvérsia ali disposta" (LEMOS, 2018, p. 198).

O Regimento Interno do TRT/PR, ao tratar do IAC, prevê a possibilidade de se designar audiência pública "para ouvir pessoas com experiência e conhecimento na matéria, quando tal providência mostrar-se conveniente ao deslinde da controvérsia" – artigo 101-Y (REGIMENTO..., 2020).

De acordo com informações contidas no site do STF, o objetivo das audiências públicas lá realizadas é "esclarecer questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante, debatidas no âmbito do Tribunal". São ouvidos, na audiência pública, "especialistas em questões técnicas, científicas, administrativas, políticas, econômicas e jurídicas. Pessoas com experiência e autoridade na matéria submetida ao Tribunal (arts. 13, XVII, e 21, XVII, do RISTF) ".[317]

A audiência pública seria um procedimento de fácil acesso, que possibilitaria ampla discussão e a pluralidade de saberes, permitindo ao julgador, ainda, verificar os possíveis impactos sociais que sua decisão teria sobre as partes, ao ouvir não apenas especialistas sobre o tema, mas interessados e pessoas que seriam afetadas pelo julgamento (LEMOS, 2018, p. 199-200).

---

[316] "§ 1º Para instruir o incidente, o relator poderá designar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria" (BRASIL, 2015).

[317] Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=audienciaFaq&pagina=faq>.

Embora as audiências públicas realizadas no STF tenham sido utilizadas, inicialmente, como instrumento complementar para apreciação do controle abstrato de constitucionalidade (LEAL; HERDY; MASSADAS, 2018),[318] os seus objetivos são muito semelhantes aos da audiência pública realizada no âmbito do segundo grau: fornecer um instrumento de diálogo com a sociedade na busca pela solução conjunta de demandas sociais.[319]

Além dessa dimensão, que reconhece ao instituto um papel de acesso e de participação social democrática, também se destaca o viés de municiar os julgadores de conhecimentos e dados científicos nas ocasiões nas quais o debate foge dos seus contornos estritamente jurídicos, compensando, assim, possíveis "déficits epistêmicos de tomadores de decisão que precisam determinar como o direito deve lidar com problemas que não são propriamente jurídicos" (LEAL, HERDY; MASSADAS, 2018, p. 334).

Na abertura da audiência pública realizada no TRT/PR, o então presidente, Desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, salientou que a audiência pública, além de possibilitar o diálogo com a sociedade, também seria um "um espaço de conversação aberta, para construção de soluções diante das questões apresentadas ao judiciário pela comunidade", propiciando troca de informações, exercício de cidadania e respeito ao princípio do devido processo legal. Também representaria um reforço na democratização das relações do estado com o cidadão, pela possibilidade de ampla participação de todos na discussão que se apresenta.[320]

Destacou, ainda, que: (i) o fundamento prático da realização das audiências públicas consiste no interesse público em produzir atos legítimos dos interesses dos particulares; (ii) também consiste na convocação de pessoas com experiência e autoridade na matéria, levada a conhecimento da corte, numa função de auxiliar técnico científico; (iii) a audiência pública tem importância material, pois é ela que dá sustentação fática à decisão que será tomada, (iv) é uma

---

[318] De acordo com explicações de Leal, Herdy e Massadas (2018): "O instituto da audiência pública está previsto na lei 9.868 de 1999 – que dispõe sobre o processo e julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) e da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) perante o STF – e na lei 9.882 de 1999, que trata do processo e julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), nos termos do §1o do art. 102 da Constituição Federal. Dez anos após a promulgação das referidas leis, a Emenda Regimental 29/2009 acrescentou dispositivos sobre a matéria ao Regimento Interno do STF. Foram introduzidos os incisos XVII e XVIII, no art. 13, e o inciso III e o parágrafo único, no art. 154, permitindo assim a sua convocação para todo tipo de ação julgada neste tribunal" (LEAL; HERDY; MASSADAS, 2018, p. 337).

[319] Embora não seja o objetivo da presente pesquisa investigar de modo mais profundo o instituto da audiência pública, para maiores análises, ver: Silva (2010), Espíndola (2011), Moreira (2011), Duarte (2017) e Maia (2018) que estudaram e debateram o tema das audiências públicas, em especial realizadas no STF, sob diversos enfoques e narrativas.

[320] O registro das intervenções, e o conteúdo integral desta audiência pública pode ser acessado no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/74CtFHKMs3U>.

prática justa, razoável e mais transparente, decorrente da discussão e amplo debate da opinião pública; (v) é instrumento jurisdicional que alarga a democracia representativa e, ao mesmo tempo, onera os julgadores com uma imensa responsabilidade de ouvir atentamente cada um dos argumentos a serem apresentados, refletir sobre eles e enfrentá-los no momento do julgamento e (vi) busca suscitar reflexões acerca da repercussão produzida na sociedade, por efeito indireto, tanto na comunidade científica – que se mobiliza para apresentar suas teses diante dos julgadores – quanto na sociedade civil – que passa a posicionar-se perante os temas em julgamento.

Teria, desse modo, o duplo objetivo de tanto esclarecer questões técnicas, administrativas, políticas, econômicas e jurídicas, como também promover uma jurisdição mais democrática, permitindo um acervo de informações necessárias ao julgamento (AUDIÊNCIA..., 2020).

O Desembargador Relator, Cássio Colombo Filho, também destacou o momento histórico vivenciado, com a realização da primeira audiência pública realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e, ainda, num momento de isolamento social e trabalho telepresencial decorrentes da pandemia. Ressaltou a ideia de contraditório substancial e a relevância de termos a possibilidade democrática de múltiplos intérpretes da constituição como auxiliares na formação de convencimento dos julgadores.

E, muito embora alguns estudos questionem as funções de suporte epistemológico e legitimidade democrática da audiência pública, em razão de incoerências e inconsistências na sua operacionalização, muitos outros reconhecem que essa maior proximidade da sociedade com a instituição traz nuances democráticos que não podem ser desconsiderados.

Leal, Herdy e Massadas (2018), analisando dez anos de audiências públicas no STF, concluíram que embora houvesse um forte simbolismo na possibilidade de oitiva de diversas vozes, tal possibilidade perdeu-se num foro "em que convivem, em pé de igualdade e sem critérios claros de diferenciação, opiniões desinformadas com posições de especialistas" o que contribuiria para uma fragilidade no debate (LEAL; HERDY; MASSADAS, 2018, p. 367). Já Silva (2010) viu na realização das audiências públicas um instrumento de democratização, apesar dos seus muitos defeitos.

Isso porque não são apenas as manifestações de "especialistas" sobre o assunto que trazem nuances que precisam ser consideradas. É fato que não podemos confundir opiniões técnicas com manifestações pessoais, sob pena de, realmente, fragilizarmos debates que precisam ter certo suporte e respaldo científico para a formação de convicções e posicionamentos que influenciarão irremediavelmente na tomada de decisão em determinado

julgamento. Assim, reconhecemos que é fundamental reconhecer a relevância da pesquisa e do conteúdo acadêmico, sem perder de vista, todavia, a importância da pluralidade de saberes (SANTOS, 2004).

No presente caso houve, em geral, reconhecimento acerca da importância da realização da audiência pública, como instrumento para uma jurisdição moderna, além da sua amplitude na difusão de saberes e o cuidado em se garantir a defesa de teses divergentes por especialistas. Destacou-se o momento histórico vivenciado na apreciação de tema tão relevante para os trabalhadores e empregadores paranaenses bem como a realização de audiência pública, apesar dos desafios impostos pela pandemia, para definir tema que influenciará nos julgamentos futuros.

Também se ressaltou que a fixação de precedente, justamente por afetar toda a sociedade, traz a imprescindibilidade de um contraditório pleno e efetivo que irá apaziguar divergências jurídicas trazendo isonomia processual e segurança.

Foram ouvidos professores, magistrados, advogados e pesquisadores convidados para apresentar seus argumentos (conhecimento técnico-científico), além de outros interessados que se inscreveram para expor sua manifestação acerca do tema (saberes plurais), garantindo-se, desse modo, um ambiente plural e democrático de debate e de reflexão. Em diversos momentos o relator ressalvou a necessidade de apresentação de entendimentos diversos, inclusive divergentes daquele proposto na conclusão do IAC relatado, justamente com o objetivo de se garantir um contraditório e uma diversidade de posicionamentos.[321]

No que se refere ao debate, os argumentos em sentido contrário à proposta do relator foram, em resumo: (i) a indicação precisa de valores pode trazer algumas dificuldades iniciais, mas não representa, de modo algum, obstáculo de acesso ao poder judiciário; (ii) nas situações excepcionais nas quais não for possível liquidar o valor do pedido, aí sim, de modo justificado, será possível estimá-lo; (iii) é possível, ainda, por meio da produção antecipada de provas, buscar documentos que permitam a exata quantificação dos pleitos pretendidos; (iv) a necessidade da vinculação do valor ao pedido decorre exclusivamente do custo transacional que existe em uma relação jurídica processual de modo que todo processo, dentro de uma análise

---

[321] Foram ouvidos: o juiz professor dr. Mauro Schiavi, o professor dr. Bruno Freire, o professor dr. Ricardo Alexandre da Silva, o juiz professor dr. Homero Batista Mateus da Silva, a professora dra. Maria Cristina Mattioli, a professora dra. Luciana Yeung, o juiz professor dr. Sandro Antônio dos Santos, a procuradora regional, Mariane Josviak, dr. Alberto Augusto de Poli, dr. Alberto de Paula Machado, dr. José Affonso Dallegrave Neto, dr João Carlos Régis (OAB/PR Nº 5.035), pela Associação Comercial do Paraná, FECOMÉRCIO E FIEP, o dr. Nasser Ahmad Allan (OAB/PR 28.820), pela CUT e pelo sindicato dos bancários, o dr juiz Antonio Abbage (OAB/ PR 12.613), pela FUNPAR, e Rimatur Transportes, o DR. Nuredin Ahmad Allan (OAB/PR 37.148), pelo SINDASPP, DRA. Luana Pâncaro Faber e a servidora do TRT da 9ª Região, Vanessa Roberta do Rocio Souza.

econômica do direito, deve ser analisado à luz do custo transacional desta operação; (v) houve, evidentemente, uma alteração de requisitos, um aprofundamento dos requisitos da petição inicial trabalhista, não sendo possível ignorar que há uma alteração; (vi) o valor do pedido é uma expressão econômica mensurável e o valor não é simplesmente algo acidental; (vii) o limite de atuação do Judiciário tem a ver com aquilo que foi demandado, romper este limite implica prequestionar a própria doutrina da inércia da jurisdição, a própria doutrina decorrente do princípio da demanda; (viii) o processo do trabalho nunca foi simples, essa suposta simplicidade reside no fato de que ele não possui tantos ritos, como ocorre em outras jurisdições, mas é um sistema complexo e, nem por isso, inviabiliza-se o acesso ao poder judiciário; (ix) existe razoabilidade para que o valor atribuído a cada pedido formulado na peça inicial nos processos, tanto no rito ordinário quanto no sumaríssimo, seja certo, determinado, exposto com clareza e indicação de seu valor, na medida em que todo contencioso judicial exige certeza e liquidez de sorte a provar a equidade daquilo que está sendo colocado para que as partes possam saber qual é o tamanho da demanda; (x) a intenção do legislador quando redigiu o § 1º do art. 840 foi coibir os excessos lançados na petição inicial de sorte a evitar julgamentos que, sob o manto invisível da iliquidez, possa suscitar decisões ultrapetita e valores exorbitantes que não são sequer imaginados por aquele que era o demandado; (xi) tal interpretação é fundamental para o saneamento, o equilíbrio, a equidade, a higidez das ações interpostas perante a justiça do trabalho, de sorte a evitar-se os excessos provenientes da indefinição da demanda inicial que invariavelmente resulta na insegurança do demandando, parte passiva que vai ter que arcar com o resultado da ação; (xii) entende-se como totalmente impróprio e mesmo inadmissível de ser acatada por se tratar de concepção de natureza meramente aleatória, fortuita e inconsequente, que não tem como ser mensurada para os efeitos de prover a liquidez legalmente exigida nos processos judiciais; (xiii) seria contrária à boa hermenêutica a interpretação de que a indicação do valor do pedido seria uma expressão inútil, uma mera formalidade, desprovida de qualquer consequência jurídica processual e (xiv) os pedidos quanto a créditos resultantes do contrato de trabalho são verdadeiros pedidos de cobrança de dívida e na maioria dos casos facilmente apurados por simples cálculos matemáticos ou por utilização de inúmeras ferramentas que estão disponíveis no mercado;

Já os argumentos favoráveis foram assim apresentados: (i) o tema acerca dos requisitos da petição inicial ultrapassa a esfera processual e está atrelado à discussão mais ampla que envolve o acesso à Justiça do Trabalho; (ii) a Justiça do Trabalho deve sempre ser encarada como uma justiça acessível, próxima do cidadão, materializando e garantindo direitos sociais, em especial para os mais vulneráveis; (iii) a leitura dos requisitos deve ser efetuada em

compasso com a Constituição Federal, com a função social da Justiça do Trabalho e com os princípios que norteiam o processo do trabalho; (iv) uma breve exposição do fato, que justifica um pedido certo e determinado não se traduz em liquidação antecipada de valores; (v) a análise da sistemática prevista no Código de Processo Civil – que originou o requisito na esfera trabalhista – permite concluir pela possibilidade de apresentação de pedido genérico bem como assenta a tese de que a concessão do pedido não necessariamente está adstrita ao valor da causa; (vi) pedido certo refere-se à existência do pedido e líquido é quanto a seus contornos ou parâmetros, inexistindo portanto, necessidade de liquidação; (vii) pedidos trabalhistas, por serem genéricos, não ensejam julgamento ultra petita, precisamente porque são pedidos estimativos, nos quais não há possibilidade de delimitação plena no momento em que são exercidos; (viii) mesmo numa análise econômica do direito é preciso ter em mente que não existe qualquer justificativa razoável para que o ônus da assimetria de informação caia exclusivamente sobre o trabalhador – não é porque o trabalhador sofreu o dano que ele possui condições de precificar esse valor; (ix) tratando-se de uma estimativa, o valor da causa da petição inicial corresponde a um valor aproximado do que considera devido a seu favor; (x) a liquidação do pedido em seu valor exato pode ser impossível ou muito complexo de se alcançar já na exordial, e deve ser submetido à fase posterior processual; (xi) o valor atribuído ao pedido na petição inicial não pode ser limitador da condenação, mas sim mera indicação que servirá para cálculo do valor da causa e de alçada e vincular o Juiz a este parâmetro seria vinculá-lo a um valor irreal que depende de uma multiplicidade de fatores para que se obtenha de fato o valor definitivo da condenação; (xii) a liquidação de sentença continua vigente no processo do trabalho e é neste momento processual, com o nível maior de atenção e especialização, que nós vamos discutir os temas próprios da execução trabalhista; (xiii) a liquidação ainda na fase de conhecimento pode inclusive prejudicar o empregador, que terá que, em momento processual inadequado, contestar cálculos, sob pena de preclusão e (xiv) a relação privatista originária no processo civil não pode ser absoluta e integralmente contemplada no âmbito do processo do trabalho, sendo necessário que a assimetria que instrui a relação pré-processual, a relação contratual assentada na subordinação jurídica, dependência financeira e econômica do trabalhador seja um vetor necessário à análise das questões decorrentes do processo do trabalho.

Cabe ressaltar que mesmo aqueles defensores da interpretação menos restritiva apresentada pelo relator do IAC, se mostraram apoiadores de um aparato que favoreça a boa-fé processual e a litigância responsável no processo do trabalho. Há um senso comum no sentido de que se deve postular de modo adequado, que as pretensões devem ser justas e honestas e que quanto mais próximo da realidade o valor for apresentado, melhor. Nessa linha, a indicação de

valores refletiria uma maior seriedade à pretensão, facilitando o trâmite processual, a contestação e uma possível conciliação. Todavia essa indicação não pode desconsiderar a realidade do contrato laboral, como já repetido inúmeras vezes.

Chamou a atenção, ainda, a fala dos representantes da OAB, Alberto de Paula Machado, na qual se externou a preocupação com uma Reforma Trabalhista que, segundo ele, representou retrocesso social com a supressão de direitos materiais, existindo, ainda movimento temerário e mais perigoso permeando o direito processual do trabalho.

Uma retrospectiva histórica acerca da postura de resistência do empresariado brasileiro frente a regramentos protetivos também foi apresentada, concluindo-se que a Justiça do trabalho foi criada "com a perspectiva de promover a pacificação social, promover a harmonia social a partir da ideia de que sua função social seria a solução dos conflitos coletivos e individuais no âmbito das relações sociais de produção, no âmbito das relações de trabalho" (fala de Nasser Allan, representantes da CUT, durante a audiência pública).

Destacou-se também que, a partir da década de 90, a postura empresarial daria indícios de uma certa ruptura, passando a classificar o direito do trabalho e, consequentemente, a justiça do trabalho, como entraves ao crescimento econômico e ao progresso econômico do país, o que culminaria, décadas após um longo processo de implementação de medidas de índole neoliberal, com a aprovação da Reforma Trabalhista, logo após o impeachment em 2016. E, nessa linha, no âmbito do processo do trabalho as modificações viriam no sentido de restringir o acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho, ocasionando sensível redução no número de processos ajuizados após a reforma.[322]

Concluiu, desse modo, que restringir o acesso à justiça do trabalho é agir contra a sua função primordial de pacificação social. Assim, restringir o acesso à justiça implica em restringir uma válvula de escape aos conflitos sociais, possibilitando a emergência deles na sociedade, tornando-a ainda mais conflituosa e beligerante.

E, dentre as falas e reflexões, novamente se buscou relembrar qual seriam as raízes do processo do trabalho, qual seria sua identidade, tendo em mente que o anteparo de um direito material do trabalho é marcado pela assimetria.

---

[322] O participante Nasser Allan apresentou os seguintes dados: "os números de processos ajuizados nos últimos anos, desde a Reforma Trabalhista indicam uma redução significativa do volume de ações trazidas à justiça do trabalho, uma redução de 12% se considerados os números ajuizados em 2019 aos ajuizados de 2016; de 22,42% se considerado 2019 aos números de 2017; e de 19,9% se considerados os números de 2018 em relação a 2017; portanto houve uma redução no acesso à justiça, redução que não resulta, a nosso ver, de uma observância maior da legislação trabalhista porque, na nossa forma de entender, se aculturou no Brasil o descumprimento da legislação trabalhista de uma forma geral, portanto essa cultura torna o descumprimento uma decisão gerencial, uma decisão administrativa do empregador".

Assim, a razão de ser do processo do trabalho seria necessariamente calcada no reconhecimento dessa assimetria existente e as estruturas do processo do trabalho deveriam pretender o reequilíbrio.

Como destacado pelo participante, se o papel básico dos tribunais é garantir que as leis elaboradas pelo parlamento sejam aplicadas e cumpridas, para que essa função se concretize é fundamental que as pessoas, em princípio, tenham livre acesso a eles: "sem esse acesso, as leis podem tornar-se letra morta, o trabalho realizado pelo parlamento pode tornar-se inútil e a eleição democrática dos membros do parlamento pode tornar-se uma charada sem sentido" (Nasser Allan, em audiência pública, 2020).

Nesse sentido, os tribunais não prestam apenas um serviço público como outro qualquer, uma vez que, para a sociedade, o valor do direito de acesso não se restringe à apreciação de casos nos quais se decidem questões de importância geral. Esse valor se consolida a partir do momento em que trabalhadores e empresas têm conhecimento sobre seus direitos e deveres e também sabem que, nos casos de descumprimento das obrigações, é provável que sofram sanções. É justamente esse conhecimento que balanceia as relações econômicas e sociais cotidianas.

Pudemos acompanhar, dessa forma, a apresentação de múltiplos argumentos pelas partes interessadas e observar, de modo prático, a utilização de fundamentos e conceitos que investigamos, inicialmente no campo doutrinário, agora aplicados no caso concreto, na aferição direta de um diagnóstico que definirá alguns dos muitos rumos interpretativos possíveis nas alterações legislativas decorrentes da Reforma Trabalhista.

Também ficou muito nítida a divisão de razões em cada um desses campos de defesa na aprovação de uma tese jurídica prevalecente, refletindo, de certo modo, a inegável cizânia ideológica vivenciada atualmente no Brasil.

Essa divisão de posicionamento ficará ainda mais nítida nas falas finais apresentadas pelos desembargadores participantes da sessão de julgamento final.

No próximo ponto pretendemos aprofundar a nossa análise acerca dos argumentos utilizados, apresentando os destaques e divergências formulados ao voto original proposto, com o intuito de identificar possíveis aspectos de exceção ou de resistência na decisão final apresentada.

5.5 CONTEÚDO DESCISÓRIO DE RESISTÊNCIA: JURISPRUDÊNCIA PROTETIVA, CONTRADIÇÕES E NOVOS EMBATES

Instaurado o incidente de assunção de competência de número 0001088-38.2019.5.09.0000 em 16 de agosto de 2019, realizada a audiência pública em 16 de outubro de 2020 e, quase após dois anos de intensos debates, divergências e ponderações, em 28 de junho de 2021 finalmente foi finalizado o julgamento do incidente que pretendia uniformizar o posicionamento do TRT/PR acerca da interpretação a ser dada ao § 1º, do artigo 840, da CLT, que passou a estabelecer um novo requisito para a apresentação das petições iniciais, nas reclamatórias trabalhistas.

Muito além de um mero requisito processual, a ser analisado de modo estritamente técnico, a alteração implementada com a reforma de 2017 levantou questionamentos acerca do contexto político e econômico que vivenciamos, discussões relativas à garantia de amplo acesso ao poder judiciário, às formas e interpretação da legislação e, também, relativas à própria função a ser desempenhada pela justiça do trabalho, enquanto ramo especializado do direito.

Nas sessões de votação e na audiência pública realizada os debates trazidos revelaram pontos argumentativos bastante dissonantes e conclusões díspares sobre a forma mais adequada de se elucidar a condição processual acrescida.

Ao voto proposto pelo relator, que defendia a tese de que os valores indicados na inicial tratam de mera estimativa, não restringindo a condenação final, foram apresentadas diversas ponderações e divergências que expressavam os entendimentos contrários dos desembargadores componentes do Tribunal Pleno.

A primeira divergência formulada,[323] pelo Desembargador Benedito Xavier da Silva, em 21 de novembro de 2019, se propunha a "apresentar mais alguns enfoques para reflexão sobre a matéria, dada a sua complexidade e possíveis desdobramentos" e buscava, por meio de argumentos técnicos, defender a tese de que, existindo determinação legal no sentido de se exigir pedido certo, determinado e quantificável de imediato quanto à sua extensão, o valor deve ser preciso e exato, não se admitindo a indicação de valores aleatórios.

---

[323] Todas as divergências, destaques e anotações públicas apresentadas pelos desembargadores constam no processo digital e são acessíveis por meio do sistema pje. Todavia, após a publicação do acórdão, essas anotações deixam de constar expressamente e não fazem, necessariamente, parte dos fundamentos que são juntados ao voto prevalecente, subsistindo apenas eventual requerimento de juntada de voto vencido. Todavia, mesmo assim entendemos pertinente retratá-las antes da apresentação dos fundamentos do voto final, para acompanharmos a evolução dos debates que ocorreram até o final do julgamento da questão.

Na divergência, ponderava-se, ainda, que: (i) ressalvada a hipótese de pedido genérico, os valores indicados limitam a condenação, sob pena de se esvaziar o conteúdo da norma; (ii) a interpretação defendida não representaria ofensa à garantia de acesso ao judiciário, tendo em vista que a norma objetiva discipliná-lo, em harmonia com outros princípios, tais como o do tempo razoável do processo (art. 5º, LXXVIII da CF), da racionalidade da atividade jurisdicional (art. 39, § 7º da CF) e da boa-fé (arts. 5º e 322, § 2º do CPC); (iii) estaríamos diante de uma nova visão paradigmática do processo do trabalho, que, além de possui um caráter moralizador e uma nova racionalidade prática, colocaria fim às "aventuras jurídicas" dos reclamantes que não poderiam mais "pedir tudo para ver o que conseguem"; (iv) a lei vigente tem imperatividade e se impõe a todos, não sendo possível retirar a certeza de seu comando; (v) há a necessidade de se estabelecer novos métodos e procedimentos processuais, com o objetivo de racionalizar a atividade jurisdicional, pondo fim à era do processo discursivo e (vi) estaríamos observando, no poder judiciário, "insights de rebeldia" em razão da dificuldade de se ajustar a esse novo comportamento e a essa nova atitude processual.

Chamam a atenção, em especial, os seguintes trechos da justificativa formulada:

> Uma das características mais claras desse novo sistema, a meu ver, é o fim das chamadas "aventuras jurídicas". O reclamante é visto como detentor não só de direitos, mas de deveres e responsabilidades. Não pode mais "pedir tudo para ver o que consegue". Precisa expor claramente quais são suas pretensões, inclusive quanto aos valores que reputa terem lhe sido sonegados. A improcedência de suas pretensões gera consequências financeiras, como honorários advocatícios e periciais. E ainda, não mais basta alegar, mas precisa demonstrar que necessita justiça gratuita.
> (...) A mentalidade processual precisa mudar para abrigar a inovação legislativa de caráter moralizador. É tarefa hercúlea, mas a lei exige um novo comportamento e uma nova atitude processual, eticamente falando. O padrão mudou, adaptar é preciso.
> Não se cuida de queda-de-braço interpretativa, mas da necessidade de se estabelecer novos métodos e procedimentos processuais, com o fim de racionalizar a atividade jurisdicional em face do princípio constitucional do tempo razoável do processo (aspecto da produtividade).
> A era do processo discursivo vem sendo substituída pela era da racionalidade prática, sem prejuízo, por óbvio, da dialeticidade (o CPC de 1973 foi extremamente rigoroso como método).

Em complemento à divergência formulada, a Desembargadora Neide Alves dos Santos apresentou anotação pública, em 25 de novembro de 2019, acrescentando que o novo requisito estipulado, por se assemelhar à condição já existente nos processos de rito sumaríssimo, deveria seguir o mesmo procedimento, conforme decisões já proferidas nesse sentido pelo TST, salientando que "se pacífico o entendimento de que para o procedimento sumaríssimo o valor

ou os valores indicados aos pedidos limitam o deferimento, não vislumbro qualquer justificativa à interpretar-se de modo contrário o disposto no parágrafo 1o., do artigo 840/CLT".

Respondendo a divergência, a desembargadora Sueli Gil El Rafihi, em 12 de maio de 2020, argumentou que diversos pedidos decorrentes da relação de labor não seriam facilmente quantificáveis, mencionando pedido de pensão decorrente de acidente de trabalho, indenização por dano moral, diferença de comissões, questionando, por fim, como se gerenciaria o risco do processo do trabalho com essa nova alteração legislativa.

Também ponderou que a proposta de voto apresentada não teria a finalidade de negar vigência ao artigo 840, §1°, da CLT, mas sim interpretá-lo conforme a Constituição Federal, de acordo com a atual concepção de um devido processo legal, "justo e equitativo" (art. 5°, inciso XXXV, da CF), especialmente na esfera da tutela jurisdicional dos direitos sociais dos trabalhadores, consagrado no artigo 7° da Carta Maior; que existiria relevante diferença entre indicação de valores e liquidação, não parecendo razoável "considerar como devido processo legal exigências desnecessárias, intransponíveis ou custosas para o jurisdicionado, de forma a dificultar a apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito, desvalorizando-as."

Relembrou que, além das peculiaridades das pretensões trabalhistas, que muitas vezes exigem documentos que estão em posse do empregador, ainda vige no Processo do Trabalho o *jus postulandi*, o que evidenciaria o equívoco do entendimento de que a indicação econômica do pedido deve ser exata, pois muitas vezes falta conhecimento técnico ao jurisdicionado para indicar os pedidos de forma certa e determinada; que a apresentação por estimativa não permite a perpetuação de "aventuras jurídicas", pois os valores a serem apresentados não deverão ser meramente aleatórios, devendo guardar congruência com as pretensões apresentadas e que, ao contrário do que constou na divergência, a interpretação do requisito à luz da Constituição Federal não implicaria, de modo algum, em "insight de rebeldia", mas sim representaria verdadeiro "ato de coragem para atribuir ao referido dispositivo legal a eficácia normativa de direito fundamental de acesso à justiça, compreendendo-o como um processo justo, adequado e equitativo a todos jurisdicionados".

Em resposta ao critério já utilizado para apresentação das petições iniciais no procedimento sumaríssimo, esclareceu que a razão para não aplicar o mesmo entendimento adotado seria "justamente porque este rito processual, na maioria das vezes, envolve questões de baixa complexidade, que não demandam cálculos substanciais, até mesmo porque há limitação do valor da causa, conforme previsão do artigo 852-A da CLT".

Por fim, alertou pela impossibilidade de se aplicar a literalidade de novos termos legislativos, "descuidando da realidade social e ainda violando os princípios do acesso à Justiça,

da instrumentalidade de formas e da simplicidade, sendo estes preponderantes na seara laboral", recordando, ainda, o papel a ser desempenhado pela justiça do trabalho:

> Se prevalecer entendimento quanto à necessidade de liquidação dos pedidos e limitação em valores estimativos, o processo deixa de ser uma forma de forçar o cumprimento de um direito sonegado ao trabalhador, e vai virar privilégio de advogados bem assessorados, fugindo completamente da finalidade da Justiça do Trabalho.

Diversos desembargadores, durantes as sessões que se seguiram, manifestaram-se a favor ou contra a sugestão de voto apresentada pelo Relator, e, em 30 de agosto de 2020, o Desembargador relator apresentou mais alguns precedentes do TST quanto à desnecessidade de liquidação na petição inicial, bem como a não limitação da pretensão ao valor da inicial nos pedidos valorados por estimativa.

O desembargador Arion Mazurkevic também apresentou um destaque, em 25 de junho de 2021, trazendo os seguintes questionamentos: (i) os precedentes do TST invocados, que limitam a execução ao valor indicado na inicial, dizem respeito ao procedimento sumaríssimo e se justificam porque neste procedimento há efetiva vinculação ao limite do pedido, sob pena de desvirtuar o procedimento especial e (ii) e o valor indicado para os pedidos realmente limitasse a condenação, não haveria qualquer sentido para possibilitar que o réu impugne o valor da causa, como prevê o art. 293 do CPC, aplicável ao processo do trabalho conforme Instrução Normativa do E. TST.

A base da argumentação trazida em divergência levava em consideração o fato de que, se a lei federal 13.467/2017 estabeleceu o pedido certo, determinado e com indicação de seu valor como requisito processual de validade do processo, tal condição necessariamente deverá ser observada. A exceção (pedido genérico – art. 324, § 1º do CPC) deveria estar devidamente justificada.

E, para tal, inclusive entendia a necessidade de se afastar eventual questionamento acerca de possíveis críticas que pudessem ser formuladas em face da Reforma Trabalhista de 2017, assim posicionando-se: "deixando de lado qualquer juízo de valor quanto à Reforma Trabalhista, penso que, até que se declare a sua inconstitucionalidade, a lei vigente deve ser cumprida".

Nessa linha argumentativa apresentada, a divergência defende a imediata aplicação de uma regra, sendo descabidos, assim, possíveis "juízos de valor", questionamentos sobre a legitimidade da norma, seu contexto de aprovação e os possíveis impactos que essa obediência

irrestrita e absoluta possam causar. Haveria uma necessidade absoluta de obediência à letra da lei e, se porventura, no futuro, tal regramento fosse considerado não mais aplicável (por inconstitucional, por exemplo), apenas a partir desse marco temporal é que existiria a possibilidade de não aplicá-la, no seu entender.

Todavia tal argumento deixa de considerar que subsiste, ainda hoje, a possibilidade de magistrados reconhecerem, incidentalmente, antes da tomada de posição formal por parte do STF, a inconstitucionalidade de determinados artigos legais, por meio do controle difuso de constitucionalidade.[324]

Ademais, essa postura passiva frente a contextos problemáticos não encontra mais respaldo, cabendo ao poder judiciário manifestar seu posicionamento frente a possíveis injustiças, sem que tal orientação interpretativa venha, necessariamente, a configurar uma eventual declaração de inconstitucionalidade.

A discussão, entre os magistrados componentes do Tribunal Pleno, ao buscar a interpretação mais adequada ao artigo legal, primando pela observância de preceitos constitucionais inclusive após ouvir relatos da sociedade, por meio da audiência pública, não deve ser considerada um ato de rebeldia, mas sim um resgate da própria função histórica do poder judiciário trabalhista, de se colocar como instrumento de consolidação da ordem democrática na complexa e conturbada relação entre capital e trabalho, atuando a favor de um "pacto de convívio social" que, embora ambíguo, pois limitado em suas funções ao existir num contexto capitalista, busca, ao mesmo tempo, restringir essa atuação da racionalidade neoliberal sobre a força de trabalho (SOUTO MAIOR, SEVERO, 2020).

Assim, não há como afastar o caráter comprometido e ideológico da justiça do trabalho, em especial porque, se adequadamente realizada, "a atividade judicial transforma a realidade social" (SOUTO MAIOR, SEVERO, 2020).

A divergência formulada, embora reconheça que as inovações processuais implementadas não são pontuais e que representam "uma verdadeira mudança no sistema, ou seja, uma nova visão do processo do trabalho, com novos paradigmas", não chega a questionar se os impactos dessa reestruturação processual não afetariam o próprio "modo de ser" da justiça do trabalho, sua essência, sua razão de existir.

E, novamente, a culpa no ajuizamento das ações trabalhistas é repassada ao trabalhador que, de modo aventureiro, agiria sem prudência. Essa linha discursiva, utilizada inclusive para

---

[324] Conforme previsto no artigo 97, da CF: "somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público" (BRASIL, 1988).

justificar inúmeras alterações introduzidas com a Reforma Trabalhista, já foi rebatida em outros momentos da presente tese: a fala no sentido de que haveria certa irresponsabilidade por parte dos trabalhadores na apresentação de suas demandas judiciais simplesmente desconsidera o histórico de infrações à legislação trabalhista tão presente nas relações de labor brasileiras que, de início escravocrata e servil, sempre tiveram como característica uma forte oposição ao cumprimento espontâneo das obrigações, o que pudemos constatar na análise dos termos de infração lavrados pelos agentes de fiscalização do trabalho ao longo dos anos.

Outro argumento bastante utilizado e que também foi explorado na divergência trazida, foi a busca pela celeridade processual. Na divergência, todavia, admitiu-se que embora exista sinalização do TST no sentido de caminharmos para a apresentação de condenações líquidas (sentenças e acórdãos já apontando os valores devidos para cada um dos pedidos), "no momento a nossa estrutura ainda não permite proferir decisões líquidas em todos os casos", revelando, como também já pontuamos, uma maior oneração ao trabalhador sem a necessária retribuição processual.

Também já reproduzimos, anteriormente, as falas de alguns desembargadores durante a apresentação de seus votos, nas sessões dos dias 16 de agosto e 4 de outubro de 2019 e também os argumentos utilizados pelos participantes da audiência pública realizada em 16 de outubro de 2020. Na votação final, que aconteceu em 28 de junho de 2021, além das discussões procedimentais acerca da definição do novo relator do voto, em razão da aposentadoria do relator original, desembargador Cássio Colombo Filho, tivemos as falas da desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu e dos desembargadores Célio Horst Waldraff, Marco Antônio Vianna Mansur e Benedito Xavier da Silva.

Do teor dessas falas pudemos identificar um ambiente que, muito embora aberto ao diálogo e à reflexão, demonstrava de modo bastante claro o embate entre as narrativas e a disputa de racionalidades que se concretizava.

Como já relatamos, a divergência apresentada pelo Desembargador Benedito Xavier da Silva gerou uma série de indagações acerca de qual a extensão do debate que se seguiria, questionando-se se teríamos uma discussão basicamente processual e técnica – como sugerido na divergência – ou se haveria necessidade de aprofundamento das reflexões, partindo da análise do contexto no qual inseridas as mudanças implementadas com a reforma e as perspectivas em relação ao papel do direito e da Justiça do Trabalho.

Em resposta, ao pronunciar seu voto, a desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu destacou a complexidade do tema exposto, ressaltando a importância da audiência pública realizada, que teria possibilitado o exercício do pleno contraditório e a troca de ideias

entre desembargadores, especialistas e interessados da sociedade, proporcionando, ainda, a maturação de argumentos e o aperfeiçoamento dos julgados.

Salientou, ainda, que para além de discutir o alcance do dispositivo legal, subsistiria uma grande preocupação com os rumos do direito e com os rumos da própria Justiça do Trabalho, combalidos e atacados por um poder político responsável por afastar direitos e garantias; por tais motivos, a interpretação do novo requisito processual deveria considerar as peculiaridades das ações trabalhistas (como, por exemplo, a ausência de acesso do trabalhador à totalidade dos documentos da relação de trabalho). Para a desembargadora, interpretação diversa criaria uma determinação impossível de se cumprir, nesse primeiro momento, tornando ainda mais desequilibrada a já desigual relação processual entre trabalhador e empregador.

Na mesma linha, a fala do Desembargador Marco Antônio Vianna Mansur que também discorreu acerca das dificuldades práticas de se exigir uma apresentação de cálculos detalhados por parte do trabalhador, complementando que tais operações, além de complexas e de exigirem conhecimento específico, onerariam demasiadamente apenas o trabalhador, indo contra os princípios do processo trabalhista, cada vez mais desfigurado. Argumentou, por fim, que nem mesmo os juízes, com apoio institucional e com todos os elementos presentes nos autos, eram capazes de apresentar, em sentença, condenação com a demonstração de todos os valores devidos.

O desembargador Célio Horst Waldraff também reconheceu a importância do ponto tratado pela Corte, ponderando que, se inicialmente inclinou-se a votar com a divergência, sinalização em sentido contrário por parte de recentes julgados do TST teria sido fundamental para a modificação de seu voto.

Apresentados os argumentos, analisados os destaques e divergências formulados, após a apuração de todos os votos dos desembargadores atuantes no Tribunal Pleno, por 16 votos a 10, prevaleceu a proposta efetuada originariamente pelo desembargador Cássio Colombo Filho (sendo designado, como novo relator, o desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca), com a seguinte ementa:

> **INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. ARTIGOS 947, § 4º DO CPC E 55, INCISO X DO REGIMENTO INTERNO DO TRT DA 9ª REGIÃO. POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO ESTIMADA DOS VALORES DOS PEDIDOS APRESENTADOS NA PETIÇÃO INICIAL (ART. 840, § 1º, DA CLT). AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES APRESENTADOS.** Diante da interpretação sistemática e gramatical dos artigos 840, §1º da CLT e 12, § 2º, da Instrução Normativa nº 41 do TST, conclui-se de forma insofismável que é possível aceitar cálculos simplificados, notadamente considerando que a mera indicação de valores é suficiente para fazer prosseguir a ação, sendo desnecessária – aliás, altamente contraproducente, além de irremediavelmente

> prejudicial ao amplo acesso ao Judiciário – a liquidação antecipada dos pedidos. Por certo que, em se tratando de uma estimativa, o valor da causa indicado na petição inicial corresponde a um cálculo aproximado do que a parte autora considera como devido em seu favor, sendo improvável que este corresponderá ao crédito eventualmente deferido, até mesmo porque tal definição pode depender da necessidade de se provar fato novo (caso da liquidação por artigos) e também pela variação no tempo em função. Regra geral, o valor efetivamente devido só será conhecido por ocasião da liquidação do julgado, quando os parâmetros de apuração fixados no título executivo se traduzirão em cálculos aritméticos, dos quais resultará, ao final, o valor ou *quantum debeatur*. Nesse contexto, também não há falar em limitação do valor da condenação aos montantes apontados na inicial, os quais foram apenas estimados. Por fim, é imperioso destacar que a fixação do valor da causa e da condenação no processo do trabalho só são relevantes na fase de conhecimento do processo, na medida em que servem apenas para fixar rito e admissibilidade recursal, sem interferir em questões de competência funcional. Na fase de cumprimento (execução), o valor do pedido é totalmente irrelevante e se desvincula de sua origem na medida em que se apura mediante realização de operações aritméticas o valor devido com acréscimo de juros e correção monetária, sem prejuízo de multas, o que certamente vai elevar o valor do *quantum debeatur*, e isto não pode significar prejuízo ou decréscimo patrimonial à parte exequente. Desta forma, impõe-se **reconhecer a possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840, §1º da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial.**

Após a contagem dos votos e leitura do posicionamento majoritário, o desembargador Benedito Xavier da Silva, relator da divergência, voltou a manifestar-se no sentido de que não haveria, no posicionamento firmado, uma "conclusão de julgado", mas sim "fundamentos outros, ideológicos colocados aí dentro". Pretendeu, por fim, a apresentação de justificativa de voto vencido.

É perceptível, de tal fala, que subsiste um certo discurso no sentido de que seria possível extrair algum tipo de interpretação jurídica "pura", restrita à análise de conceitos, terminologias e questões técnicas, independentemente do contexto no qual estamos inseridos e das "ideologias" que nos circundam. Todavia, cabe-nos refletir e questionar se, ao negarmos a contextualidade que cerca as especificidades do Direito do Trabalho e do Processo do Trabalho não estaríamos, assim, trabalhando em favor de outra ideologia? Uma vez inseridos todos nós, dentro de um determinado cenário, como seria possível simplesmente ignorá-lo em nome de uma suposta decisão livre de ideologias? Parece-nos que entender esse contexto e trabalhar a partir dele seria a resposta mais adequada para buscarmos uma justiça concreta, que se posiciona e compreende seu relevante papel dentro de uma realidade posta.

Cabe destacar que não estamos aqui defendendo uma Justiça do Trabalho parcial, que desconsidere a aplicação dos regramentos e dispositivos legais, mas sim uma Justiça do Trabalho que, para a aplicação da lei, compreenda a dinâmica na qual está inserida e quais são suas atribuições, atuando em prol dos direitos e garantias previstos constitucionalmente.

Apesar das manifestações em sentido oposto, firmou-se, ao final, a tese jurídica de nº 9, constituindo precedente de observância obrigatória, nos termos previstos no artigo 130, XIV, do Regimento Interno do TRT/PR, aplicando-se o posicionamento definido pela maioria dos desembargadores a todos os processos individuais ou coletivos "que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitam na área de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, salvo com interposição de recurso de revista pendente de exame de admissibilidade".[325]

Com essa votação, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná colocou fim às decisões divergentes (que mencionamos na análise dos indicadores, em especial os de número 3 e 4), direcionando as demais decisões, em primeiro e segundo grau, à linha interpretativa vencedora. Além de uniformizar a jurisprudência regional, tornando homogêneas as sentenças e acórdãos que enfrentem a questão, tal procedimento garante maior segurança jurídica às partes que, a partir de tais definições, passam a ter certeza sobre qual procedimento devem adotar, tanto na apresentação de suas petições iniciais, no ajuizamento da ação trabalhista, quanto em seus recursos, eis que inexistente a "surpresa" diante de distintas possibilidades decisórias.

A interpretação estipulada encontra seus limites dentro da atuação do Tribunal Regional; assim, se a parte interessada apresentar recurso para o Tribunal Superior do Trabalho, tal entendimento poderá ser revisto, uma vez que o TST, embora tenha apresentado algumas decisões em sentido análogo à tese jurídica ora firmada, ainda não editou Súmula a esse respeito.[326]

De qualquer modo, no âmbito do regional paranaense definiu-se por uma interpretação não apenas gramatical, mas também sistemática do dispositivo legal, permitindo-se que o trabalhador, ao buscar ajuizar uma ação trabalhista pleiteando a reparação de supostas violações a direitos em face de seu empregador, apresente estimativas dos valores que entende devidos, sem a necessidade de cálculos complexo ou planilhas detalhadas.

Ademais, o valor indicado não representará empecilho para que, na fase adequada, de liquidação, seja apurado o montante total devido, não constituindo, assim, limite ou teto para a condenação final. Entendeu-se que interpretação distinta poderia dificultar o acesso do

---

[325] Redação do artigo: "XIV – a tese jurídica fixada no IAC constituirá precedente obrigatório da jurisprudência, e será aplicada: (inciso acrescido pela Resolução Administrativa 31/2019, de 29/4/19, divulgada no DEJT em 3/5/19) a) a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitam na área de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, salvo com interposição de recurso de revista pendente de exame de admissibilidade; (letra acrescida pela Resolução Administrativa 31/2019, de 29/4/19, divulgada no DEJT em 3/5/19) b) aos casos futuros, ressalvadas as hipóteses de revisão da tese. (letra acrescida pela Resolução Administrativa 31/2019, de 29/4/19, divulgada no DEJT em 3/5/19)". (REGIMENTO…, 2020)

[326] E, como também já mencionamos anteriormente, encontra-se pendente de julgamento a ADI 6002, proposta pelo Conselho Federal da OAB (CFOAB), que busca questionar a constitucionalidade do § 1º, do artigo 840, da CLT, junto ao STF.

trabalhador ao poder judiciário, ou, ainda, representar desnecessário e desarrazoado prejuízo patrimonial, sem qualquer razoabilidade ou motivação. Tivemos, portanto, uma interpretação alinhada com um discurso constitucional de reconhecimento do trabalho humano e de fortalecimento principiológico, especialmente nas falas que defenderam, durante as sessões realizadas, o voto proposto originalmente

No acórdão final, além de constar menção a muitos dos fundamentos trazidos nos destaques e anotações públicas efetuados por outros desembargadores, ao parecer exarado pelo Ministério Público do Trabalho, ao recente entendimento da SBDI-II e da 6ª Turma do c. TST[327] e à fala de participantes da audiência pública realizada, destacou-se que a discussão realizada ultrapassava questões meramente processuais, abordando questões concernentes ao acesso ao Judiciário, e ainda: (i) a violação do direito humano de acesso à Justiça, uma das garantias fundamentais do cidadão, que passa a depender de um contador para reivindicar seu direito; (ii) a dupla violação do acesso à Justiça, com a subvaloração da lesão do direito; (iii) a injusta e ilícita transferência de obrigação essencial do empregador (quantificar e pagar o direito na constância da relação de trabalho) para o trabalhador e (iv) a precificação do Direito

Aludiu-se ao posicionamento que havia sido tomado pelo TST, ao editar a Instrução Normativa 41, que orientava, em seu artigo 12, §2º, a interpretação do requisito estipulado no sentido de se considerar a estimativa na valoração dos pedidos: "Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil"; entendimento idêntico ao

---

[327] "RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC DE 1973. ARTIGO 485, V, DO CPC DE 1973. LIMITAÇÃO DOS VALORES A SEREM APURADOS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA ÀS QUANTIAS INDICADAS POR ESTIMATIVA NA PETIÇÃO INICIAL DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 5o, LIV, E 7o, XVI, DA CF, 125, III, 258, 261, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, 840, § 1o, DA CLT, 884 E 886 DO CCB. IMPERTINÊNCIA E AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO. ÓBICE DA SÚMULA 298 DO TST. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 128 E 460 DO CPC DE 1973. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. (...) Quanto ao artigo 840, § 1o, da CLT, em que pese o entendimento adotado no acórdão regional, também não se mostra pertinente com a alegação exposta pelo Autor na petição inicial, uma vez que trata dos requisitos da petição inicial da reclamação trabalhista quando escrita (designação do juízo, qualificação das partes, uma breve exposição dos fatos, o pedido, a data e assinatura do reclamante ou de seu representante). O dispositivo não trata especificamente de pedido líquido e respectiva consequência nos limites da condenação. 6. É bem verdade que se o demandante limitar o pedido inicial a determinado valor, deve o juiz decidir nos exatos limites em que proposta a lide, sendo-lhe defeso condenar o demandado em quantidade superior à pleiteada, nos termos dos artigos 128 e 460 do CPC. Ocorre, porém, que a situação verificada no caso concreto é diversa, pois o Autor indicou valores para o pedido de pagamento de horas extras por mera estimativa, requerendo expressamente que o valor efetivamente devido fosse apurado posteriormente, em liquidação de sentença. Nesse passo, sujeita a ação matriz ao rito ordinário, é evidente que não se objetivava a limitação do pedido aos valores informados. Desse modo, o Juízo rescindendo, ao limitar o crédito do Autor aos valores indicados na exordial, violou as normas dos artigos 128 e 460 da CLT. 7. Pleito rescisório julgado procedente, com base no artigo 485, V, do CPC de 1973, porque evidenciada a violação dos artigos 128 e 460 do CPC de 1973" (RO-7765-94.2010.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 14/06/2019).

apresentado no XIX Conamat, realizado em 2018, mencionado expressamente no parecer apresentado pela Exma. Procuradora-Chefe Margaret Matos de Carvalho e reproduzido no voto vencedor. Ponderou-se, também, acerca da dificuldade de elaboração de cálculo, muitas vezes complexos, por parte que não possui a documentação necessária para tal, concluindo-se que a antecipação de tal momento implicaria em violação os princípios de acesso à justiça, de instrumentalidade das formas e da simplicidade, inerentes ao processo do trabalho, questionando-se, ainda, a impossibilidade de gerenciamento de riscos a partir de informações imperfeitas, ressaltando a necessidade de uma abordagem constitucional e protetiva do regramento jurídico, sob pena de desconsideramos as raízes do processo do trabalho.

Tivemos, desse modo, após um longo caminho percorrido, permeado de debates e de divergências, uma uniformização de posicionamento no sentido de se prestigiar o amplo acesso do trabalhador ao poder judiciário, por meio de uma interpretação sistemática e constitucional da regra em conformidade com a totalidade dos princípios previstos no ordenamento jurídico.

Houve, de certo modo, a manutenção da visão de uma justiça do trabalho com métrica humana e a confirmação de uma jurisprudência protetiva que visa preservar o caráter tutelar do Direito do Trabalho e o caráter instrumental e facilitador do Direito Processual do Trabalho, observando-se não apenas um cuidado em se evitar o retrocesso social que poderia vir de um posicionamento menos humanista, mas também, e especialmente, a prevalência de um entendimento de fato preocupado com os possíveis efeitos que uma determinada modificação processual poderia acarretar sobre as ações futuras de todos os trabalhadores.

Apesar dos muitos argumentos e votos em sentido oposto, prevaleceu, ao fim, a visão que levou em consideração a utilização do processo como instrumento de fortalecimento do direito e não como obstáculo a esse exercício. Se durante a análise dos indicadores já conseguimos extrair indícios de que a Justiça do Trabalho – considerando o recorte no TRT/PR que estipulamos – pode vir a ter uma relevante atuação como agente de resistência frente às imposições na nova razão neoliberal, a uniformização de jurisprudência em sentido favorável ao trabalhador nos possibilita vislumbrar pequenos traços de esperança dentro de um cenário de tantas desolações para aqueles que lutam pela preservação de direitos e garantias sociais.

E, quase um ano após a publicação do acordão que analisou o IAC 0001088-38.2019.5.09.0000, pudemos verificar a adaptação de entendimentos nas 7 Turmas do TRT/PR[328]:

---

[328] Aqui, fazemos apenas a apresentação de um rol exemplificativo de decisões de cada uma das Turma do TRT/PR, sem, todavia, analisar a totalidade dos acórdãos proferidos após a uniformização de jurisprudência, apenas para demonstrar que houve a adequação de posicionamentos à jurisprudência que prevaleceu na votação do IAC. Uma

(...) No meu particular entendimento, a partir da vigência da Lei 13.467/2017, que alterou a redação do §1º, do artigo 840, da CLT, os valores indicados às pretensões formuladas limitam a condenação, não podendo dele se afastar o julgador, em atenção ao disposto nos artigos 141 e 492, do CPC. A meu ver, a norma legal tem por escopo evitar a indicação de valores aleatórios e/ou desfundamentados, visando a evitar ônus decorrentes de eventual sucumbência, por exemplo. Não se exige "liquidação", como muitos dizem, mas, tão somente, a indicação do valor que se pretende ver adimplido pela parte contrária, aos quais acresce-se a atualização monetária. Assim, aliás, já ocorre nos processos de rito sumaríssimo, desde o ano de 2000, por força do disposto no inciso I, do artigo 852-B/CLT, incluído pela Lei 9957.
Nada obstante, em sessão de 28/06/2021, apreciando o IAC 0001088-38.2019.5.09.0000, o Pleno deste e. Regional decidiu, por maioria, que os valores informados pelo reclamante na peça de ingresso podem consistir em mera estimativa, "não estando a liquidação adstrita aos valores indicados", valendo dizer, não limitam a condenação, o que deve ser observado, por disciplina judiciária. (...) (Desembargadora Relatora Neide Alves dos Santos, 1ª Turma).[329]

(...) Além disso, cediço que no Processo do Trabalho impera o princípio da simplicidade, inclusive quando o litigante está assistido por procurador, razão pela qual se mostra suficiente a indicação aproximada do conteúdo pecuniário considerado devido para cada pretensão veiculada. Nada impede que, após eventual condenação em sentença ilíquida, seja feita a apuração das parcelas deferidas para encontrar o valor realmente devido, até porque esse procedimento não foi extinto do rito ordinário com a entrada em vigor da nova lei (art. 879 da CLT). O TST editou a Instrução Normativa nº 41 em 21 de junho de 2018 e, no art. 12, § 2º, considerando que a estimativa é forma suficiente pela qual podem ser indicados os valores na inicial. Vale lembrar que esse requisito da petição inicial já existia no rito sumaríssimo (art. 852-B, I, da CLT), no qual é plenamente possível a indicação estimativa dos valores para fins de fixação de alçada. Por fim consigna-se que impor a limitação da condenação ao montante estimado da inicial, extrapola a própria "vontade da lei" ("mens legis") e dificulta o acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da CF). Acrescente-se que este Tribunal proferiu tese jurídica no Tema 9 em Incidente de Assunção de Competência (IAC nº 0001088-38.2019.5.09.0000, julgado em 28/6/2021), pela possibilidade de apresentação de valores estimados na petição inicial: (...) (Desembargador Relator Luiz Alves, 2ª Turma). [330]

(...) O art. 840 da CLT deve ser interpretado sistematicamente, assegurando-se o acesso à justiça, na forma prevista no art. 5º, inc. XXXV da Constituição Federal, especialmente ao se considerar que é do empregador o dever de guarda dos documentos relativos ao contrato de trabalho (controles de jornada, recibos de pagamento, comprovantes de concessão e pagamento de férias e outros), de maneira que não se pode exigir do trabalhador a precisão na indicação de valores, pois somente quando puder se manifestar sobre os documentos juntados com a defesa é que poderá ter mais precisão do montante que entende devido. Na mesma linha, estabelece o art. 12, §2º, da Instrução Normativa 41/2018 do TST: (...) Tal conclusão se compatibiliza com a nova previsão de honorários de sucumbência, porque a indicação de um único valor à causa, como ocorria na sistemática anterior, não permitiria calcular eventual sucumbência recíproca. (...) Desse modo, apesar de a previsão contida no artigo 840, § 1º, da CLT não padecer de inconstitucionalidade, entende-se que os valores dos pedidos apontados pela parte reclamante na inicial representam apenas uma mera estimativa da pretensão, não havendo falar em limitação da condenação aos respectivos montantes. Por fim, o Tribunal Pleno deste Regional julgou o Incidente de Assunção de Competência 0001088-38.2019.5.09.0000 (IAC), em Sessão Plenária

---

análise com maior profundidade das decisões proferidas exige um novo estudo e a apresentação de novos indicadores que extrapolam o limite da pesquisa atual.

[329] 0001798-54.2020.5.09.0669, acórdão publicado em 16.02.2022.

[330] 0000333-25.2020.5.09.0567, acórdão publicado em 09.02.2022.

Telepresencial de 28/06/2021, no seguinte sentido (...) (Desembargadora Relatora Thereza Cristina Gosdal, 3ª Turma). [331]

(...) Observe-se que a indicação do valor de que trata o art. 840, § 1º, da CLT se trata efetivamente de mera indicação, ainda que por estimativa, e não de liquidação de todos os valores devidos, incabível nessa fase cognitiva. O Colendo TST, igualmente, compartilha desse entendimento, conforme se observa da orientação do § 2º do art. 12 da Resolução 221/2018, que editou a Instrução Normativa 41/2018 (...) Destaque-se que no IAC 0001088-38.2019.5.09.0000, julgado no dia 28/06/2021, esse Regional reconheceu a possibilidade de apresentação por estimativa de valores de cada pedido (artigo 840, §1º da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial, definindo para o Tema nº 09 a seguinte Tese Jurídica (...) Portanto, reconhece-se neste incidente a possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840, §1º da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial. (Desembargador Relator Luiz Eduardo Gunther, 4ª Turma). [332]

(...) Em relação à necessidade de liquidação antecipada dos pedidos na petição inicial, esta C. 5ª Turma entende que **não há que se exigir que a parte indique o valor que julga devido de maneira rigorosa e acurada** (Precedente nos autos 0000068-76.2018.5.09.0863, publicado em: 06/03/2018, de minha relatoria). O cumprimento da exigência legal de indicação do valor dos pedidos na petição inicial não significa, necessariamente, a elaboração de uma liquidação detalhada, completa e exauriente, mas apenas que haja **uma estimativa do valor das pretensões que envolvem obrigação pecuniária.** Nesse sentido, o **art. 12, § 2º, da IN 41/2018 do TST** estabelece que, para fins de preenchimento dos requisitos do art. 840, §1º, da CLT, é suficiente a estimativa de valores, sem que haja obrigação de indicar valores exatos: *"Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil"*. No mesmo sentido, o **Tema 09 deste TRT9**: (...) (Desembargador Relator Sérgio Guimarães Sampaio, 5ª Turma). [333]

(...)Além disso, é cediço que no Processo do Trabalho impera o princípio da simplicidade, inclusive quando a parte está assistida por procurador, razão pela qual é suficiente a indicação aproximativa do conteúdo pecuniário considerado devido para cada pretensão veiculada. Nada impede que, após eventual condenação em sentença ilíquida, seja feita a liquidação das parcelas deferidas para apuração detalhada do valor realmente devido, até porque esse procedimento não foi extinto do rito ordinário com a entrada em vigor da nova lei (art. 879 da CLT). (...) Vale lembrar que esse requisito da petição inicial já existia no rito sumaríssimo (art. 852-B, I, da CLT), no qual é plenamente possível a indicação estimativa dos valores para fins de fixação de alçada. Se a indicação por estimativa é aceita no rito sumaríssimo, adotado para dar maior celeridade a processos de menor complexidade, não há razão para não a admitir nos processos submetidos ao rito ordinário após a Reforma Trabalhista, dando, assim, maior efetividade ao processo, como "*instrumento para a persecução e efetivação do bem da vida deduzido em Juízo*", e valorizando o princípio da primazia da resolução de mérito. Não se mostra razoável a exigência de liquidação dos pedidos formulados na petição inicial, porquanto, a meu ver, extrapola a própria "vontade da lei" ("mens legis") e dificulta o acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da CF). Admissível, portanto, a indicação estimativa dos valores, desde que não seja aleatória ou arbitrariamente realizada de modo a apenas contornar a ordem legal inserida pela Lei 13.467/2017. Com efeito, preenchidos os requisitos legais da petição inicial (art. 840, § 1º, da CLT), particularmente considero indevida a extinção do feito sem resolução de mérito e a limitação dos valores condenatórios aos montantes indicados na petição inicial. Registro em reforço ao entendimento acima que, embora este Colegiado, vencido este Relator, entendesse que os valores indicados na petição inicial deveriam limitar os

[331] 0000042-71.2021.5.09.0411, acórdão publicado em 11.2.2022.
[332] 0000406-67.2020.5.09.0673, acórdão publicado em 10.02.2022.
[333] 0000897-69.2019.5.09.0007, acórdão publicado em 01.02.2022.

> valores condenatórios a serem obtidos em sede de liquidação de sentença, tem-se que sobreveio, na sessão de julgamento de 28/06/2021, do e. Tribunal Pleno deste Regional, a seguinte decisão nos autos de Incidente de Assunção de Competência 0001088-38.2019.5.09.0000 (...) (Desembargador Relator Arnor Lima Neto, 6ª Turma). [334]

> (...)**Todavia,** prevaleceu entendimento em sentido diverso no julgamento proferido no IAC 0001088-38.2019.5.09.0000, na sessão do dia 28/06/2021, em que o Pleno deste Tribunal, por maioria, emprestou interpretação flexível à norma contida no §1º do art. 840 da CLT (procedimento ordinário), no sentido de se permitir ao autor, por estimativa, atribuir valores razoáveis a cada um dos pedidos, aos quais a condenação não fica vinculada. (...)Entendeu a maioria dos integrantes deste Egrégio Tribunal, em síntese, que o valor indicado na petição inicial seria mera estimativa, correspondente a um cálculo aproximado do que o reclamante entende que lhe é devido, cuja definição se dará na fase de liquidação, segundo os critérios definidos no título, de modo que não deve limitar o valor da condenação. A meu ver, como decorrência lógica, a regra deverá valer para ambas as partes, ou seja, em tese, não só o crédito do reclamante, mas também, por evidente, os honorários relativos aos pedidos julgados improcedentes poderão ser apurados na fase de liquidação. Prevaleceu, portanto, que o § 1º do art. 840 da CLT, acrescentado pela Lei 13.467/2017, deve ser interpretado no sentido de não dificultar o acesso ao Judiciário, tendo em vista que o autor nem sempre reúne os elementos necessários para justificar a indicação de valores, ou ainda, não dispõe de meios técnicos para a elaboração de cálculos detalhados com valores líquidos e vinculantes quando da condenação. Além disso, a Lei 13.467/2017 não revogou a fase da liquidação do julgado a que se refere o art. 879 da CLT, donde se extrai que o § 1º do art. 840, também da CLT, se contenta com a indicação de valores aos pedidos por estimativa. Ante o exposto, ressalvado o entendimento do relator, **reforma-se** para afastar a limitação da condenação aos valores atribuídos aos pedidos. (Desembargador Relator Benedito Xavier da Silva, 7ª Turma). [335]

Cada uma das Turmas – e cada um dos desembargadores participantes dessas turmas – adaptou seus posicionamentos ao entendimento que prevaleceu com o julgamento do IAC. Aquelas turmas que já apresentavam opinião convergente mantiveram as mesmas fundamentações, acrescentando, em algumas oportunidades, apenas menção ao julgamento do IAC. E, nesses acórdãos proferidos, novamente verificamos menção a diversos aspectos que, ao longo da presente pesquisa, identificamos como características de uma jurisprudência de resistência: (i) observância do princípio da simplicidade processual; (ii) preocupação com a garantia de amplo acesso ao poder judiciário; (iii) interpretação sistemática do artigo legal, e em conjunto com a Constituição e (iv) observação da realidade do contrato de trabalho, em especial no que se refere ao dever de guarda dos documentos laborais. [336]

Para aquelas Turmas que tinham um posicionamento divergente, foi possível observar a existência, em algumas oportunidades, de ressalvas com relação ao posicionamento que prevaleceu – como, por exemplo, por meio do uso da expressão "No meu particular

---

[334] 0000301-57.2020.5.09.0684, acórdão publicado em 07.02.2022.
[335] 0000059-25.2021.5.09.0018, acórdão publicado em 15.12.2021.
[336] Analise obtida por meio da amostragem meramente exemplificativa e não exaustiva, como já mencionamos.

entendimento". Realizada a explicação acerca do entendimento pessoal do desembargador votante, a seguir passa-se a mencionar o entendimento jurisprudencial que prevaleceu, "por disciplina judiciária"[337] revelando, assim, a observância do estipulado em IAC, mesmo com ressalvas.

E, como indicamos em outros momentos da presente pesquisa, a formação de jurisprudência acerca da reforma trabalhista tem sido, de fato, palco de um embate discursivo e ideológico que está muito longe de se encerrar. Enquanto o TRT/PR, para esse ponto que nos propusemos a analisar, uniformizou uma jurisprudência de resistência, buscando garantir o pleno acesso dos trabalhadores ao poder judiciário, neutralizando possíveis obstáculos criados com a Lei 13.467/2017, o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT/SC) apresentou conclusão em sentido diametralmente oposto, ao apreciar idêntica questão.

Analisando incidente suscitado pelos membros da 5ª Turma do regional catarinense, decidiu-se, em sessão realizada no Pleno em 24 de maio de 2021, que "os valores indicados aos pedidos constantes da petição inicial limitam o montante a ser auferido em eventual condenação."[338]

Nem mesmo a divergência apresentada, no sentido de se modular os efeitos da decisão para a aplicação da tese apenas para ações ajuizadas após a publicação do acórdão que uniformizou a jurisprudência, foi acolhida, impactando-se, imediatamente, processos que estavam em discussão antes da conclusão do incidente.

O Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso do Sul (TRT/MS), na mesma linha do decidido pelo TRT/SC, fixou tese jurídica uniformizando sua jurisprudência, no seguinte sentido: "O valor indicado na dedução do pedido mediato quantificável (CLT, 840, § 1º) é líquido e limita o montante da condenação (CPC, 492), salvo se houver expressa ressalva, na petição inicial de que foi arbitrado por estimativa".[339]

E, mesmo no TRT/PR, no qual tivemos a prevalência de uma Jurisprudência de Resistência, no sentido de buscar privilegiar o papel protetivo historicamente conferido à Justiça do Trabalho, reequilibrando a desigualdade existente entre capital e trabalho de modo a garantir o amplo acesso de todos os trabalhadores ao Judiciário, encontramos, ainda, vozes dissonantes que, muito embora curvem seu entendimento pessoal ao posicionamento que

---

[337] 0001798-54.2020.5.09.0669, Desembargadora Relatora Neide Alves dos Santos, 1ª Turma acórdão publicado em 16.02.2022.

[338] Julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) 323/2020, Desembargador Relator Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, TRT/SC. Editada a Tese Jurídica de n. 6 em IRDR.

[339] Julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência 0024122-54.2021.5.24.0000, Desembargador Relator João Marcelo Balsanelli, TRT/MS, sessão de 18/11/2021.

prevaleceu na uniformização de jurisprudência, interpretam a resistência como uma afronta ao Estado de Direito, como um instrumento de desestabilização da ordem jurídica e uma intromissão indesejada nos demais poderes:

> (...) Penso que há uma cultura de resistência ao novo, por questões de cunho econômico, pelo que se pode deduzir. No entanto, não é dado às partes e ao Judiciário Trabalhista desconsiderar os novos requisitos estabelecidos pela norma de natureza cogente. O parâmetro a ser observado é aquele previsto na lei, sob pena de insegurança jurídica. A metodologia legal tem por finalidade evitar subjetividades que gerem instabilidades no sistema. Os novos paradigmas trazidos pela Lei nº 13.467/2017 permitem imprimir maior racionalidade e eficiência ao processo na busca de uma solução mais célere do conflito. É bem verdade que o processo de mudança nem sempre é fácil, por exigir novas técnicas e habilidades dos operadores do direito. É muito importante estar aberto à inovação, que tem como proposta a reformulação de modelos que melhor atendam a racionalidade e a dinâmica procedimental. A resistência à lei desestabiliza a ordem jurídica e, consequentemente, afronta o Estado de Direito, cujo conceito não se compatibiliza com um Judiciário que invade a competência do Poder Legislativo, por questões ideológicas. É extremamente preocupante quando um dos poderes do Estado subverte a ordem jurídica constituída e chama para si competência que não detém. Sob a ética jurídica, não fica bem para o Judiciário Trabalhista, sob o manto interpretativo, reescrever o texto de lei com total desvirtuamento do seu comando, apenas porque com ele não concorda. Reza o art. 2º da Constituição Federal: "*São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*". O processo legislativo é atribuição do Poder Legislativo (CF, artigo 59), eleito pelo povo para tal fim. Não é função do Poder Judiciário reescrever a norma, emprestando-lhe comando totalmente diverso. É dever do Judiciário respeitar a Constituição da República Federativa do Brasil. Ou seja, não lhe é dado praticar o chamado ativismo judicial. Quando assim o faz, se enfraquece e dá espaço a duras críticas, as quais comprometem a sua idoneidade e credibilidade. (0000179-03.2021.5.09.0654, 7ª Turma, acórdão publicado em 15.12.2021).

Há, portanto, toda uma agenda de pesquisas futuras que podem ser empreendidas, ainda, com o objetivo de acompanhar as interpretações judiciais que estão sendo dadas, nos mais diversos tribunais regionais trabalhistas, a respeito de diversos dos dispositivos legais alterados em 2017, de modo a observarmos maiores ou menores impactos da racionalidade neoliberal sobre o Poder Judiciário.

Certo é que, cada vez fica mais perceptível que o conteúdo decisório que é abarcado pelo manto interpretativo do Poder Judiciário perpassa a mera análise de técnicas de interpretação para aplicação da norma à realidade posta. E, muitas vezes, a suposta busca por uma utilização puramente técnica também traz, em suas entrelinhas, intenções e discursos que ultrapassam racionalidades individuais, mesclando-se a novas razões, também de cunho econômico, político e ideológico. Pois, como defendemos em nossa pesquisa, o grande trunfo da racionalidade neoliberal consiste, justamente, em subjugar subjetividades individuais, fazendo com que seu interlocutor, muitas vezes, deixe de perceber as suas próprias contradições

discursivas, pois atua de modo tão conectado à nova racionalidade, que quaisquer posicionamentos divergentes à sua interpretação parecem, simplesmente, inadmissíveis e desfundados de razão.

Assim, conclusões no sentido de que apenas "o outro lado" estaria agindo em prol de uma determinada "ideologia" ou, ainda, que haveria uma resistência injustificada às novidades, tornam-se argumentos concretizados que desconsideram que, no cenário que vivemos, de arenas de embates, toda decisão transmite uma intensa carga de escolhas, de caminhos e de projetos que, explícita ou implicitamente, transcendem interesses individuais.

De qualquer modo, subsistindo, nesse sentido, divergência jurisprudencial entre entendimentos de distintos regionais,[340] teremos provavelmente, num futuro bastante próximo, uma uniformização de jurisprudência a ser efetuada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que exercerá um papel fundamental não apenas na análise dessa questão, mas de tantas outras que serão apresentadas decorrentes das diversas e significativas alterações provenientes da implementação da Lei 13.467/2017.

Cabe-nos acompanhar, ainda, como se dará a atuação das Cortes Superiores, em especial o Supremo Tribunal Federal (STF) que, como também relatamos, tem representado, por meio de suas decisões, muitas das controvérsias e dos embates narrativos que confirmam vivenciarmos um momento de disputa de racionalidades.

Temos, de um lado, um STF decidindo pela constitucionalidade de todo e qualquer tipo de terceirização, reconhecendo ser "lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho em pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, revelando-se inconstitucionais os incisos I, III, IV e VI da Súmula 331 do TST",[341] conivente, portanto, com os interesses da razão neoliberal e do capital, atuando, assim, em prol de um Direito do Trabalho de Exceção e de uma Jurisprudência de Austeridade.

Mas também temos o STF decidindo pela inconstitucionalidade da cobrança de honorários (periciais e advocatícios) de trabalhadores beneficiários da justiça gratuita em ações trabalhistas, decidindo, assim, com base em princípios constitucionais de proteção e de assistência e indo contra uma das muitas modificações trazidas com a Reforma Trabalhista.[342]

---

[340] Nesse sentido o disposto no artigo 896, da CLT: "Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal; (...)"

[341] Julgamento referente à ADPF 324 e ao RE 958.252, realizado em 30/08/2018.

[342] Julgamento referente à ADIn 5766, que declarou inconstitucionais os artigos 790-B, caput e seu § 4º, da CLT e 791-A, § 4º, da CLT, realizado em 20/10/2021.

E, para além das possíveis medidas de resistência que podem ser efetivadas por meio dos julgados, na interpretação e aplicação do direito, pelo Poder Judiciário, também teremos, em outubro de 2022, eleições que poderão afetar significativamente os rumos que estão sendo definidos para nossa sociedade, eis que temos a chance de renovar os Poderes Executivo e Legislativo, de acordo com o que almejamos como projeto social.

Mesmo diante desses obstáculos, arriscamo-nos a tecer, a partir de reflexões já apresentadas por outros teóricos, sete pontos, contemplando possibilidades e sugestões a serem balanceadas para projetos futuros de análise: (i) ao pensar criticamente as resistências no que tange a trabalhadores em áreas tecnológicas, Lima e Bridi enxergam, nas redes virtuais, um instrumento que potencializa a divulgação de informações e a organização de movimentos e manifestações, pois: "têm a potencialidade de virem a se constituir numa arma poderosa para resistir à exploração sem fim vislumbrada pelos novos rumos de uma sociedade informatizada, na qual a tecnologia, por um lado, facilita a vida e, por outro, a precariza" (LIMA; BRIDI, 2019, p. 339).

O segundo ponto, considera que (ii) pesquisadores devam agir para que, além das suas atividades de investigação acerca do tema, passem a pensar e desenvolver uma estratégia que busque, de fato, combater ativamente a agenda de precarização que se instaura: "é impensável que a esquerda possa desenvolver uma estratégia viável para o futuro sem dar um lugar central à questão vital do desemprego e da precarização" (MÉSZÁROS, 2006, sem paginação).

Mas, como esse é um quadro que se agrava de modo globalizado, (iii) as soluções precisam ir além das fronteiras: há muito já se discute propostas de um sindicalismo transnacional, que se proponha a enfrentar problemas trabalhistas também transnacionais. Logo, é preciso (iv) tentar aproximar-se dos novos interesses dessa classe trabalhadora pós-Reforma Trabalhista que, muitas vezes, de fato não vislumbra identidade nas reivindicações de uma categoria que tampouco o acolhe ou o compreende. Como menciona Boaventura de Sousa Santos, às vezes é necessário mudar o nosso próprio ponto de vista para que possamos visualizar o entendimento do outro: "só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso hoje" (SANTOS, 2002, p. 03).

O quinto ponto trata de que, se ao mesmo tempo em que é necessário dialogar e entender, também (v) é necessário expandir a informação e levar o conhecimento para fora das salas das universidades e dos auditórios de congressos, trazendo dados, estatísticas, resultados

de pesquisa que permitam a esses trabalhadores que não mais acreditam nos ideais de uma categoria, repensar posicionamentos a partir de outras fontes.

Finalizando, que (vi) essa tarefa de convencimento precisa ir além da esfera do trabalhador e dos sindicatos profissionalizantes, buscando sensibilizar o "outro lado" – empresários, instituições e parlamentares – para que seja possível reorganizar a agenda de políticas públicas precarizantes e (vii) que há uma agenda, também internacional e organizada, de se promover formas "decentes" de trabalho.[343] A OIT busca realizar programas e atividades em conjunto com países, instituições e organizações internacionais, com o intuito de combater o trabalho forçado, o trabalho infantil e o tráfico de pessoas, assim como estimular o trabalho decente para jovens e migrantes e a igualdade de oportunidades e tratamento, entre outros. Há, portanto, uma posição de enfrentamento que possui organização e estratégia e precisa ser aproveitada.

Muitas são, portanto, as possibilidades de desenvolvimento de pesquisas objetivando aferir, não apenas junto ao Poder Judiciário Trabalhista, mas nas diversas áreas, poderes e instituições da sociedade, de que modo podemos acompanhar e fortalecer resistências em prol de uma agenda de solidariedade, equilíbrio e democracia.

Manter, assim, a chama pela busca do conhecimento acesa, com o incremento de produções acadêmicas, com o aumento das pesquisas e publicações, disseminando estudos e levando a toda a sociedade o resultado de investigações e debates, todas essas ações típicas, aliadas a uma verdadeira aproximação com a comunidade, extrapolando salas de universidades e auditórios e efetivamente integrando o saber científico ao debate social, todas essas medidas, assim somadas, talvez sejam o passo inicial para nossa forma de resistência e de enfrentamento.

---

[343] "Formalizado pela OIT em 1999, o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um conceito central para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas, em especial o ODS 8, que busca 'promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos' Os principais aspectos de trabalho decente também foram amplamente incluídos nas metas de muitos dos outros ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta tese buscamos investigar, e expor, como, por meio de uma articulação estratégica, de dimensão heterogênea e totalizadora, a racionalidade neoliberal vem produzindo intensos efeitos sobre a dinâmica da estrutura ocupacional, impondo a indivíduos, governos e instituições formas de atuação e de conduta que buscam ressaltar aspectos concorrenciais e mercadológicos. Tal imposição, todavia, ocorre de forma sutil e estruturada, através de narrativas e discursos que se revelam de modo sedutor aos seus ouvintes; assim, o individualismo, a concorrência e a adoção de indicadores econômicos na gestão do espaço público, e também na gestão do espaço privado, são apresentados e, muitas vezes, apreciados e promovidos, convertendo-se numa forma de espírito da época que se infiltra nas mais distintas dimensões das relações sociais.

Essa nova razão também introduziu formas sem precedentes de sujeição, modificando a concepção de bens públicos, alterando seus princípios distributivos e enfraquecendo instituições democráticas e, não satisfeita em criar outro regime de regulação da economia, buscou instituir outro modelo de sociedade, desenvolvendo um novo conjunto de regras jurídico-políticas a serem observadas.

Dentro, ainda, de um contexto de crise econômica, política e social, a narrativa de austeridade consegue produzir distintos efeitos, como pudemos observar: pode impor cortes de custos, prejudicando benefícios sociais, estimular privatizações, incentivar a falácia da meritocracia e da competitividade, além de criar subjetividades alinhadas ao capital.

Dentre tantos efeitos, interessou-nos observar nesta tese, em especial, sua capacidade de, por meio de um discurso de temor e de medo, desenvolver um ambiente social propício a modificações legislativas com inclinações bastante específicas e alinhadas aos interesses do capital. Assim, dentro de um panorama no qual se pregava a inexistência de quaisquer outras soluções possíveis no combate à crise econômica e ao desemprego, acompanhamos a apressada aprovação da lei federal 13.467/2017, que precarizou ainda mais os já frágeis direitos dos trabalhadores brasileiros.

Outro efeito que nos interessou observar foi a capacidade de infiltração desse discurso da racionalidade neoliberal em variadas esferas da vida, modificando a relação que pessoas e instituições têm acerca de direitos e garantias fundamentais. Partindo dessa característica de infiltração, observada na nova racionalidade, acompanhamos o desenvolvimento de debates jurisprudenciais que, ao buscar a aplicação dessa nova lei trabalhista ao caso concreto, ora se

submetiam ao discurso de austeridade, ora procuravam se orientar a partir de diretrizes constitucionais protetivas, num processo de resistência.

Mas, para chegarmos até esses resultados, percorremos um longo caminho. Separamos, nessas nossas considerações finais, os achados incidentais que foram encontrados ao longo da pesquisa, em cada um de seus pontos principais, até a análise final efetuada por meio dos indicadores na filtragem de acórdãos do TRT/PR, na qual buscamos trabalhar as hipóteses traçadas na introdução e aqui brevemente retomadas.

As lacunas existentes na pesquisa de campo

Na busca inicial por delimitar nosso estudo voltado à análise dos efeitos da racionalidade neoliberal na Reforma Trabalhista, inicialmente pudemos observar que a maior parte das pesquisas acadêmicas existentes nos bancos de dados da Capes e da BDTD, além de estarem relacionadas a programas de pesquisa na área do Direito (87%), centralizavam seus esforços em acompanhar as principais modificações que ocorreram violando ou restringindo direitos materiais dos trabalhadores (terceirização, jornada de trabalho, dano existencial, trabalho intermitente, trabalho doméstico); outro ponto bastante abordado em teses e dissertações foram as modificações envolvendo os diversos aspectos do Direito Coletivo (representação sindical, fontes de custeio, negociações coletivas, dispensa coletiva, movimento sindical). Das 143 teses e dissertações analisadas, 61 tinham como ênfase temática abordar questões ligadas a direitos materiais (42%); 30 tratavam de Direito Coletivo (20%) e 24 de aspectos relativos a Direito Processual do Trabalho (16%).

Além da baixíssima atenção ao Direito Processual do Trabalho, constatamos, também, que as poucas pesquisas que se propuseram a analisar pontos desse direito processual modificados com a lei federal 13.467/2017 priorizavam, em geral, discutir questões envolvendo honorários advocatícios sucumbenciais e custas processuais, sendo raras as que se debruçaram sobre o novo requisito implementado para o ajuizamento de reclamatórias trabalhistas. Ademais, tampouco tais pesquisas buscaram investigar a atuação do Poder Judiciário Trabalhista na interpretação desse novo arcabouço legislativo a partir de uma análise qualitativa e crítica do discurso contido nos acórdãos proferidos pelos Tribunais. Essa percepção inaugurou, no decurso desta tese, toda uma nova abordagem dessa problemática, agora orientada pelo pensamento sociológico.

Considerando, desse modo, a possibilidade de desenvolver um tema relacionado à Reforma Trabalhista de 2017 pouco aprofundado pela academia e, ainda, o alto impacto prático que uma modificação aparentemente tão simplória ocasionava no cotidiano de trabalhadores,

advogados e magistrados da Justiça do Trabalho, é que delimitamos nosso ponto de partida para este estudo.

Avançamos com o pressuposto que o processo deve ser utilizado como um instrumento que possibilite a ampla fruição dos direitos almejados pela parte interessada, facilitando e promovendo o exercício da garantia constitucional de amplo acesso ao Poder Judiciário, de modo a conferir concretude aos direitos; a função, o sentido do processo deve ser definido em prol da realização eficaz dos direitos materiais; lado outro, o processo erroneamente utilizado pode até mesmo inviabilizar eventual discussão acerca dos demais direitos materiais porventura violados, ocasionando verdadeiro esvaziamento de sua principal incumbência.

Sob a ótica dos direitos trabalhistas, essa garantia de amplo acesso ganha uma relevância ainda maior, especialmente num país como o Brasil, de tamanha desigualdade social e alto índice de desemprego. Dentro desse complicado quadro, o ajuizamento de uma ação trabalhista se revela, muitas vezes, a única chance que um trabalhador possui de ser ouvido e de pleitear justiça pois, durante a vigência de seu contrato de trabalho, quaisquer reivindicações por melhorias, ou reclamações em face de alguma discordância ou abuso, podem ser motivos para uma rescisão contratual "sem justa causa".

E, embora nosso ordenamento jurídico não enxergue tal modalidade de extinção do contrato como uma penalidade – pois ao empregador brasileiro é facultada a possibilidade de, mesmo sem qualquer justificativa e, desde que efetuados os pagamentos rescisórios correspondentes, colocar fim ao pacto laboral – a realidade de crise econômica, desigualdade social e desemprego tornam tal situação extremamente penosa, desgastante e até mesmo cruel para o trabalhador. Por esse motivo, a garantia de amplo acesso do trabalhador ao Poder Judiciário possui um apelo tão significativo e uma marca de proteção e de reequilíbrio tão específicas dessa historicamente desigual e conturbada relação. De certa forma obstaculizar ou impedir o acesso do trabalhador à Justiça seria equivalente a obstaculizar ou impedir o próprio exercício dos direitos laborais.

A leitura das teses e dissertações também nos permitiu observar que existiria a necessidade, em nossa pesquisa, de efetivarmos uma abordagem contextual situando a modificação legislativa dentro desse panorama de racionalidade mercadológica em expansão, não apenas para apresentar os cenários de mudança que se revelavam, mas também como forma de compreendermos as decisões judiciais tomadas a partir desse panorama.

Percebemos que buscar entender distintos aspectos da racionalidade neoliberal, observando o cenário brasileiro, nos auxiliaria a tentar buscar percepções não apenas sobre as motivações possíveis e as intenções nas aprovações das medidas de austeridade - nelas, inserida

a aprovação da lei federal 13.467/2017 - como também averiguar se tais posicionamentos refletiriam nas formas de interpretação judicial das demandas apresentadas ao Judiciário Trabalhista.

Uma vez definido o ponto de ataque da pesquisa, por meio da leitura da produção acadêmica que buscou abordar a Reforma Trabalhista de 2017, passamos a analisar o diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil, registrados no CNPq, para aferir qual o destaque dado a esse cenário de modificações, investigando tanto a interdisciplinaridade que perpassa diversas áreas que buscam estudar relações de trabalho sob um viés sociológico quanto a abordagem mais direta do tema "reforma trabalhista" dentro desse contexto.

Tal análise foi fundamental para que, diante da complexidade do tema, adotássemos uma abordagem sociojurídica na presente pesquisa, utilizando, desse modo, ferramentas de análise e marcos teóricos da sociologia para desbravar algumas questões tradicionalmente analisadas no direito, de modo a ultrapassar a percepção meramente judicial de desdobramentos processuais. E, muito embora tenhamos examinado a legislação e a jurisprudência que tratam do tema e do objeto escolhido, fizemos tal estudo a partir de indicadores sociológicos preestabelecidos, considerando todo o cenário e todo o panorama de racionalidade neoliberal que nos propusemos investigar, aproximando o fato social da teoria e, assim, aprofundando a compreensão sobre o papel do Poder Judiciário Trabalhista dentro desse contexto.

Também foi relevante, para o deslinde da presente pesquisa, ter compreendido e desempenhado o meu papel enquanto pesquisadora *insider*, vivenciando, no dia a dia profissional dentro do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, significativos aspectos que me conduziram a muitos questionamentos e reflexões sobre quais as expectativas que a sociedade possui acerca do papel a ser desempenhado pelo Poder Judiciário Trabalhista em momentos como o presente e como a própria instituição tem visualizado suas atribuições e sua atuação dentro de um contexto de crise e, muitas vezes, de ameaças à própria existência da Justiça do Trabalho.

E, em especial, observar as dificuldades iniciais, tanto de advogados, na tentativa de atenderem ao novo requisito implementado com a lei 13.467/2017 para ajuizamento das reclamatórias trabalhistas a partir da alteração legislativa, como também de magistrados, membros do Ministério Público do Trabalho e servidores, na busca por aplicar a lei conforme diferentes posicionamentos e interpretações.

Do mesmo modo, foi possível presenciar todo o debate – e a polêmica – que o tema gerou, o que inclusive levou a um acréscimo nas intenções originais da pesquisa: num primeiro momento, havia o objetivo de se analisar os acórdãos publicados que tratavam do tema, a partir

de indicadores previamente estabelecidos, com o intuito de aferir a existência de narrativas alinhadas a uma racionalidade neoliberal ou de linhas discursivas alternativas; num segundo momento, com a instauração de um procedimento processual que tinha como finalidade padronizar as diferentes posições e entendimentos que existiam sobre a adequada interpretação do §1°, do artigo 840, da CLT, tornou-se necessário acompanhar o desenrolar desse julgamento para traçarmos nossas considerações acerca do tipo de jurisprudência que estaria se formando junto ao Tribunal.

Assim, aliando a praticidade e a possibilidade de vivenciar uma uniformização de jurisprudência dentro do período previsto para o desenvolvimento de uma tese, é que optamos por delimitar nosso campo de pesquisa, territorialmente, ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, nessas circunstâncias de reflexão institucional sobre justo objeto de pesquisa da tese.

Somadas todas essas questões, pudemos acompanhar, ainda, uma dupla tentativa de apagamento no contexto mais amplo da pesquisa: vivenciamos o fortalecimento de falas governistas no sentido não apenas de desmerecer estudos voltados à Sociologia como, também, narrativas visando enfraquecer a Justiça do Trabalho e quaisquer outros órgãos ou entidades voltadas à defesa de direitos sociais fundamentais. Nos planos orquestrados pela nova razão, pouco espaço sobrava para o debate democrático de proteção dos mais vulneráveis e, assim, não apenas trabalhadores, mas também mulheres, quilombolas, indígenas, comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores, entre tantos outros marginalizados, viram suas lutas minimizadas e seus direitos cada vez mais fragmentados.

Mostrou-se de modo cada vez mais evidente a necessidade de prosseguirmos numa pesquisa ativa e combativa, tentando elucidar alguns desses impactos da racionalidade neoliberal e, ainda, traçar algumas respostas às possibilidades futuras de enfrentamento.

Sintetizamos, desse modo o que nossa abordagem realizou: (i) trouxe reflexões sociojurídicas acerca dos possíveis impactos da racionalidade neoliberal e das políticas de austeridade nas decisões proferidas pelo Poder Judiciário trabalhista (abordagem contextual com enfoque institucional); (ii) deu visibilidade a aspectos processuais alterados com a Reforma Trabalhista que poderiam, de certo modo, criar obstáculos para o amplo acesso do trabalhador à justiça laboral (abordagem processual); e (iii) aplicou as percepções em um caso concreto, com o estudo de uma alteração legislativa ainda pouco aprofundada nas pesquisas acadêmicas – a criação de nova exigência para o ajuizamento de uma reclamatória trabalhista (artigo 840, §1º, da CLT).

A necessidade de adensamento do neoliberalismo como marco teórico

Procurando aprofundar nossas ponderações acerca do neoliberalismo - com o intuito de informar nossa abordagem contextual - partimos para uma análise comparativa de suas manifestações e dos distintos olhares possíveis desse complexo e heterogêneo fenômeno. Foi assim que encontramos, em Dardot e Laval, o marco teórico mais conectado aos nossos questionamentos. Buscamos entender de que forma um aspecto essencialmente ligado ao mercado e à economia conseguia se infiltrar nas mais diversas dimensões da vida humana, ressignificando condutas, reestruturando atribuições e mecanismos institucionais, alterando formas de se relacionar, moldando formas de pensar e agir.

E, dentro da perspectiva apresentada pelos autores franceses, a melhor forma de se compreender o fenômeno neoliberal seria encará-lo como uma estratégia geral que não tem apenas o objetivo de modificar o regime de regulação da economia, mas, também, objetiva estabelecer uma outra sociedade, mercantilizadora das instituições e das interações sociais.

Para além de buscar o alinhamento do Estado que, participativo, passa a atuar em prol desses interesses do mercado financeiro de capitais e de reestruturar Executivo, Legislativo e Judiciário para que busquem cumprir, conjuntamente, esse mesmo objetivo, a racionalidade neoliberal procura cooptar indivíduos para que não apenas aceitem as modificações impostas, como acreditem que tais alterações são benéficas e desejadas.

Essa cooptação se dá por meio de discursos de individualismo, de concorrência e de meritocracia que, naturalizados, alteram a compreensão que cada indivíduo tem de si mesmo; e, na esfera laboral, tal narrativa fomenta a ideia de austeridade e de sacrifício como única resposta para os problemas ocasionados pela crise econômica, precarizando contratos de trabalho e excluindo direitos e garantias sociais.

A racionalidade neoliberal teria, portanto, como característica essencial a ascensão de uma lógica que: (i) por meio de uma articulação estratégica, de dimensão heterogênea e totalizadora intitula a governança como modo de conduzir empresas, Estados e o mundo, produzindo intensos efeitos sobre a dinâmica da estrutura ocupacional; (ii) propõe a indivíduos, governos e instituições a intensificação da eficácia e a compreensão das atividades sociais como investimentos a serem gerenciados, observando-se cálculos de risco e de custos e sufocando a construção de subjetividades alternativas; (iii) além de promover o individualismo, a concorrência e a adoção de indicadores econômicos na gestão pública e privada, causando o enfraquecimento de instituições públicas do trabalho e acentuando a desorganização do mercado de trabalho, também se converte no espírito da época, impactando distintas dimensões;

(iv) se dá como narrativa, produzindo maior concentração de riquezas na mão de poucos e consequente maior desigualdade social; (v) introduz formas sem precedentes de sujeição, alterando a concepção de bens públicos, modificando seus princípios distributivos e enfraquecendo instituições democráticas e (vi) não satisfeita em criar outro regime de regulação da economia, pretende estabelecer outro modelo de sociedade com distintos regramentos alinhados a interesses mercadológicos.

Muitas dessas características foram encontradas nas motivações e argumentos utilizados para a aprovação da reforma de 2017. Em nossa análise do parecer ao projeto de lei 6.787/2016 encontramos menção: (i) à urgência das medidas que precisariam ser tomadas; (ii) à uma suposta necessidade de modernização das relações trabalhistas e de todo o aparato judiciário, para que se adequassem aos "novos tempos"; (iii) à culpabilização, ainda que indireta, dos direitos e garantias trabalhistas como responsáveis por um engessamento contratual e pela crise econômica e altos índices de desemprego e informalidade; (iv) à legislação trabalhista como "geradora de injustiças", com regras rígidas e inadequadas e (v) a um discurso de medo e de desesperança, apresentado as modificações como solução única para o enfrentamento de tais problemas.

No que se refere especificamente à alteração para apresentação da petição inicial trabalhista, o legislador deixou expressa, ainda, sua vontade de reduzir o ajuizamento das ações, argumentando que o excesso de regramentos protetivos estimulava ações oportunistas de trabalhadores aventureiros, revelando, desse modo, um efetivo projeto político buscando dificultar o acesso dos trabalhadores ao Poder Judiciário e acentuando o discurso de desconfiança em face da atuação da Justiça Trabalhista brasileira.

Tais afirmações foram efetuadas sem o respaldo de dados e sem considerar a realidade das relações de trabalho no Brasil. Em nossa pesquisa pudemos demonstrar que a maior parte dos assuntos trazidos para discussão judicial, conforme Relatórios Gerais da Justiça do Trabalho de diversos anos, dizia respeito a verbas e multas devidas em razão da não observância de pagamentos no final da relação contratual, inexistindo, portanto, qualquer prova no sentido de termos um Poder Judiciário incentivando medidas judiciais descabidas.

Do mesmo modo, pudemos constatar que muitos dos discursos apresentados contra a Justiça do Trabalho se mostraram falaciosos: além de não existir, novamente, provas de que haveria um excesso de judicialização, a Reforma Trabalhista de 2017 tampouco auxiliou no aceleramento do tempo médio de tramitação processual, como se prometia. A principal causa na demora processual – dificuldades para localizar bens do devedor, na fase de execução – não sofreu qualquer alteração, de modo que pudemos observar, com a modificação do artigo 840,

§1º, da CLT, apenas a implementação de um ônus processual ao trabalhador, sem qualquer contrapartida.

Logicamente, muitos ainda são os desafios que precisam ser encarados pelo Poder Judiciário Trabalhista e diversas são as melhorias que precisam ser implementadas para garantir o amplo acesso do trabalhador ao Judiciário e para desenvolver medidas que tornem a Justiça do Trabalho mais célere, eficaz e eficiente. Há a necessidade de constante aprimoramento, tanto de pessoas quanto de mecanismos e de sistemas, de modo a providenciar uma análise célere e também dedicada de todos os pleitos apresentados, de todas as discussões e litígios que são trazidos à apreciação judicial. Todavia, todas essas medidas que buscam a eficiência não podem perder de vista o indispensável olhar humanista que é fundamental para a compreensão dessas relações em conflito.

Porque muito além de dados e estatísticas em formulários e relatórios de eficiência previstos em portais de Tribunais, estamos falando de conflitos humanos que precisam ser analisados com toda a seriedade e compaixão: pedidos de reconhecimento de vínculo de emprego, alegações de assédio, machismo, racismo e homofobia nas relações de trabalho, jornadas exaustivas, condições de trabalho insalubres, periculosas ou análogas à escravidão, combate ao trabalho infantil e a proteção do adolescente trabalhador, proteção de trabalhadoras gestantes, acidentes graves, doenças relacionadas ao trabalho e, muitas vezes, mortes de trabalhadores. Todos esses são relatos reais que, infelizmente, fazem parte do cotidiano de petições apresentadas e que revelam o descaso histórico ao qual o trabalhador brasileiro tem sido submetido.

É impensável que muitos desses conflitos possam simplesmente não merecer a tutela judicial simplesmente em razão da interpretação que é possível ser dada a uma alteração processual legislativa. E essa preocupante constatação se reforça ao refletirmos acerca do processo de austerização que desenvolve um instrumento que, ao mesmo tempo em que o fortalece, é por ele fortalecido: o Direito de Exceção.

O direito passa a ser orientado por regras próprias que possuem como intenção especial garantir os padrões do capitalismo como gestor geral das relações humanas, naturalizando a ideia de que a disputa entre direitos trabalhistas ocorre entre iguais ou entre pessoas que tenham um mesmo acesso aos meios; passa a se apresentar como uma fórmula para eliminar o conflito das relações laborais, ignorando, todavia, que a própria dinâmica histórica do direito do trabalho traz em seu bojo a proteção do trabalhador justamente para autorizar e proporcionar o embate. É por meio do embate que se torna possível a conquista de novos patamares de direitos mínimos.

É assim, nessa visão adensada do neoliberalismo, que delimitamos as linhas possíveis de interpretação que o Poder Judiciário Trabalhista poderia manejar, considerando a visão que a instituição tem de si mesma e de seu papel ao longo de tantas mudanças e contextos. Foi contra essas balizas, forjadas na pesquisa de campo, que perguntamos à pesquisa de campo se (i) existiria ou não uma ideia de necessária tutela e proteção ao trabalhador, considerando o desequilíbrio existente na relação capital e trabalho; (ii) se subsistia a preocupação com a garantia de amplo acesso ao judiciário; e (iii) se essa percepção teria sofrido alterações em razão das modificações implementadas com o neoliberalismo.

Repensando o Judiciário Trabalhista à luz da Jurisprudência de Resistência

Da análise das agendas político-institucionais e dos Cadernos Especiais da Anamatra extraímos que os questionamentos e debates que são apresentados acabam por refletir as principais inquietações de cada época. Há a presença constante de um discurso que busca promover o Estado Democrático de Direito e assegurar a preservação de direitos e garantias fundamentais. Observamos um olhar institucional preocupado com as mudanças que acontecem no país e pudemos notar, também, um caráter de alerta e de maior combatividade que permeia o conteúdo geral das agendas que imediatamente antecederam e sucederam a Reforma Trabalhista de 2017, demonstrando, assim, não apenas um compromisso com a manutenção de princípios protetivos, mas também uma preocupação em manter viva a própria instituição diante de ataques orquestrados pelo governo. Menções à garantia de amplo acesso e ao papel protetivo da Justiça do Trabalho também acompanhavam as diversas agendas e cadernos analisados.

Foram traçadas, ainda, relevantes diretrizes acerca da forma de atuação do judiciário e sua relação com a sociedade, constando a imposição de uma participação dialógica, ativa, prestativa e participativa, voltada a solucionar os problemas sociais apresentados de modo eficaz e célere, condenando-se, ainda, silêncios e falsas neutralidades. Orientou-se, ainda, por um cuidado interpretativo com relação às modificações implementadas com a Reforma de 2017, tendo em vista a visão protetiva que circunda a justiça do trabalho.

A partir da confirmação de uma postura protetiva e ativa do Poder Judiciário Trabalhista, pudemos propor uma alternativa ao Direito do Trabalho de Exceção e sua Jurisprudência de Austeridade. Observando as características da Jurisprudência de Austeridade, traçamos as características de uma Jurisprudência de Resistência que viria para confirmar o projeto constitucional de 1988, promovendo a garantia de amplo acesso à Justiça por meio de uma lógica baseada na métrica humana e na preservação do caráter tutelar do Direito do

Trabalho. Esse viés alternativo, além de representar um freio às medidas de austeridade promovidas, traria fortalecimento principiológico e um reforço valorativo às relações de trabalho como algo humano, para além da mercadorização e individualização das relações.

Da forma como construímos e propomos nesta tese, a Jurisprudência de Resistência, para além de representar uma técnica de interpretação dos conteúdos decisórios judiciais em conformidade com valores previstos constitucionalmente, significaria o fortalecimento de uma contranarrativa baseada no reconhecimento da importância do trabalho humano e da desigualdade e assimetria existentes na relação entre capital e trabalho. Nessa linha, o processo passa a ser visto como instrumento a serviço do Direito, proporcionando igualdade material aos sujeitos litigantes e há a confirmação da necessidade de uma tutela específica e de um procedimento de fato protetivo, validando, assim, o papel histórico de proteção que deve ser continuamente desempenhado pela Justiça do Trabalho.

Realizadas as necessárias reflexões teórico-conceituais, bem como as definições de Direito do Trabalho de Exceção e Jurisprudência de Resistência, partimos para a aplicação das hipóteses buscando responder de que modo o Tribunal Regional do Trabalho paranaense estaria respondendo, quando provocado acerca do novo requisito exigido, após a reforma trabalhista de 2017, para apresentação das petições iniciais. Como sabido, nossa abordagem considerou dois movimentos principais: a análise de indicadores estabelecidos anteriormente, aplicados a 697 acórdãos e, a seguir, o acompanhamento do incidente de assunção de competência 0001088-38.2019.5.09.0000, instaurado justamente com o objetivo de uniformizar o entendimento regional acerca da questão.

Um olhar renovado – e crítico - sobre o comportamento do Judiciário trabalhista

A maior parte dos acórdãos proferidos no TRT/PR – considerando os indicadores entabulados – manifestaram preocupação com a confirmação do projeto constitucional de 1988, efetuando uma interpretação da legislação em consonância com a Constituição. Houve a preocupação em se mensurar os efeitos das decisões proferidas, além de diversas menções à necessidade de se garantir o amplo acesso do trabalhador ao Poder Judiciário e o caráter tutelar do Direito do Trabalho. Em diversos acórdãos restou constatada a preocupação em se promover o reconhecimento do trabalho humano, também se destacando o reconhecimento da desigualdade entre as partes nessa relação processual (preocupação com a igualdade material).

Tivemos, portanto, relevantes indícios de que, com relação ao novo requisito para apresentação da petição inicial pelo trabalhador, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná tem desenvolvido uma Jurisprudência de Resistência, que tem encontrado, por meio da interpretação normativa com base em princípios constitucionais, uma forma de frear o caráter neoliberal estabelecido com a lei federal 13.467/2017.

Todavia ainda subsistem vozes dissonantes, e, embora minoritário, tal posicionamento busca se fortalecer, por meio de argumentos técnicos, no sentido de defender uma análise imediatista da questão, independente do contexto político, econômico ou social, desconsiderando, ainda, as especificidades presentes na relação de trabalho.

Do que extraímos, da análise dos indicadores, temos que o TRT/PR: (i) firmou entendimento uniforme (100%) no sentido de que o novo requisito de indicação de valores para os pedidos, no ajuizamento das reclamatórias trabalhistas, será exigido apenas a partir da vigência da nova lei, de modo a não surpreender a parte que protocolou sua petição inicial antes da alteração legislativa, considerando, portanto, a devida maturação do tempo jurídico e levando em conta, ainda, o princípio da eficácia aliado à legalidade (ii) depois de certos debates, também fixou entendimento no sentido de que o juiz deverá conceder à parte a possibilidade de emendar a inicial, corrigindo eventual equívoco, antes de extinguir o processo, sem julgamento do mérito, atendendo aos princípios da celeridade e simplicidade processuais, além de observar a instrumentalidade do processo trabalhando em prol das partes; (iii) 96% dos julgados que trataram do tema concluíram que a parte não precisa apresentar planilhas ou tabelas complexas de cálculos para preencher o requisito legal, bastando simples indicação de valores, que podem ser mera estimativa da expressão econômica devida, eis que o trabalhador não possui os documentos necessários para apontamento exato de valores, partindo, portanto, de uma visão que reconhece o desequilíbrio processual entre litigantes no processo trabalhista; (iv) acórdãos que possuem conteúdo decisório de resistência costumam, com maior frequência, utilizar, como reforço argumentativo, doutrina (90%) e jurisprudência, (92%) existindo evidente discrepância quando confrontados os percentuais nos acórdãos com conteúdo decisório de exceção; (v) todavia subsiste certa divisão de entendimento em face dos efeitos da indicação dos valores dos pedidos: 63% dos julgados entendem que o valor indicado na inicial não restringe a condenação, enquanto em 37% dos acórdãos que abordavam o tema entendeu-se que o montante apresentado para cada pedido na petição inicial restringirá a condenação, constituindo teto limitativo e (vi) mesmo nessa divisão de entendimentos acerca dos limites dos valores indicados, percebe-se uma preocupação dos relatores, na apresentação de seus votos, em justificar essa aparente ausência de uniformidade, ressaltando a complexidade da matéria.

Nos pontos em que permaneciam maiores discrepâncias de posicionamento é que tivemos, após intensos debates nas sessões de julgamento e na audiência pública realizada, a uniformização de jurisprudência favorável ao trabalhador.

Há uma tentativa de preservação desse papel historicamente construído da Justiça do Trabalho e nos caberá continuar avaliando de que modo será possível garantir aos trabalhadores, dentro dessa agenda flexibilizatória, o direito constitucional de amplo acesso à jurisdição. Assim, embora, a racionalidade neoliberal possua instrumentos poderosos de infiltração, as evidências indicam que haverá embate e enfrentamento nessa arena de disputas.

Acompanhando os debates realizados nas sessões de julgamento, as petições protocoladas por advogados, os pareceres do Ministério Público do Trabalho, as falas de colegas servidores, foi possível perceber a diversidade de opiniões e de visões acerca dos impactos da Reforma de 2017 no cotidiano da Justiça do Trabalho e nas relações de trabalho de modo geral, além de ser perceptível que diversas eram as dúvidas acerca das implicações práticas das possíveis interpretações aos mais diversos dispositivos legais modificados. E, mesmo passados quase cinco anos da vigência da lei federal 13.467/2017, permanecem, ainda, muitas incertezas relativas a tantos outros pontos que não encontraram uma uniformização de posicionamento. Assim, muita insegurança e incerteza ainda permeiam as possibilidades interpretativas dos conteúdos decisórios na Justiça do Trabalho.

A partir da análise das falas dos desembargadores nas sessões de votação, e das manifestações das partes e interessados na audiência pública realizada, somados aos fundamentos trazidos em destaques e divergências, pudemos confirmar a existência de um embate de narrativas que ultrapassa a mera técnica de interpretação judicial na apreciação da aplicação de novos dispositivos legais. Argumentações baseadas em racionalidades contrapostas permitiram-nos observar como a nova razão neoliberal desenvolveu, de fato, arenas de disputas em todos os locais, setores e instituições, buscando modificar condutas e subjetividades em nome de interesses mercadológicos.

A Justiça do Trabalho, inserida nesse contexto, não escapou imune: pudemos constatar a defesa, com convicção, de posicionamentos díspares, dissonantes, muitas vezes, das funções originárias e essenciais atribuídas à instituição. Essa infiltração da lógica da concorrência e da competição buscou submeter, por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana a uma suposta celeridade ou eficácia de duvidosa confirmação prática. Buscou-se submeter a um "apagamento" todo um contexto histórico de lutas por conquistas de direitos e garantias trabalhistas, arguindo-se, mais de uma vez, que o debate que se apresentava seria resolvido por

uma interpretação direta e literal da lei, inexistindo necessidade de se refletir acerca das desigualdades existentes na relação entre capital e trabalho.

Tais observações nos permitem concluir, ainda, que a formação de entendimentos jurisprudenciais retratará uma disputa permanente de atores sociais, inexistindo conclusões definitivas: em determinados momentos, o diálogo levará à formação de consensos e, em outros, o debate irá se ampliar e revelar rupturas e dissensos, num processo contínuo de avanços e de recuos. E, mesmo na presente análise, na qual abordaremos uma uniformização de jurisprudência, ainda assim não podemos considerar como encerrado o debate. A construção de posicionamentos é tarefa que se desenrola ao longo do tempo e a formação de resistências contempla um necessário estado de constante alerta frente a desconstruções que se apresentem.

Também fica perceptível que o conteúdo decisório que é abarcado pelo manto interpretativo do Poder Judiciário perpassa a mera análise de técnicas de interpretação para aplicação da norma à realidade posta. E, muitas vezes, a suposta busca por uma utilização puramente técnica também traz, em suas entrelinhas, intenções e discursos que ultrapassam racionalidades individuais, mesclando-se a novas razões, também de cunho econômico, político e ideológico. Pois, como defendemos em nossa pesquisa, o grande trunfo da racionalidade neoliberal consiste, justamente, em subjugar subjetividades individuais, fazendo com que seu interlocutor, muitas vezes, deixe de perceber as suas próprias contradições discursivas, pois atua de modo tão conectado à nova racionalidade, que quaisquer posicionamentos divergentes à sua interpretação parecem, simplesmente, inadmissíveis e desfundados de razão.

E muito embora o TST esteja sinalizando no sentido de confirmar posicionamento semelhante ao do TRT/PR, no sentido de preservar o direito constitucional de amplo acesso ao Poder Judiciário, não há como termos certezas acerca dos entendimentos que serão firmados no STF, com a apreciação da ADI 6002. E, como já mencionamos, novos ataques aos direitos trabalhistas estão em pleno vigor, como vimos com a tentativa de aprovação da MP 1045/2021, (apelidada de "minirreforma trabalhista"). Embora referida MP tenha sido rejeitada, em votação no Senado Federal, subsistem suas ideias nos planos e diretrizes orientadas pelo Governo de Bolsonaro.

Parece-me, de certa forma, que sempre consideramos extremamente complexo e desafiador o momento em que estamos vivendo, como se fosse típico de cada pesquisador, como ser humano que vive, sofre, ama e luta enquanto desenvolve seu objeto de pesquisa, perceber e receber com mais sentimentos as reflexões que surgem e que permeiam o seu momento presente.

Arriscaria dizer, entretanto, que para aqueles que buscaram alinhar seus interesses e objetivos à luta pela preservação dos direitos humanos, essa percepção de intensidade de sentimentos efetivamente parece concretizar-se no cenário atual, especialmente para pesquisadores, sociólogos e estudiosos do Direito do Trabalho. No Brasil, diariamente, estamos lidando com novas e assustadoras notícias que revelam retrocessos antes inimagináveis.

Se de um lado as perspectivas soam um tanto quanto desanimadoras para aqueles que lutam pela preservação de conquistas e direitos trabalhistas, dados os repetidos ataques a instituições e a garantias básicas, como a criação de empecilhos ao amplo acesso judicial, como destacamos ao longo da presente pesquisa, de outro lado é possível verificar que subsiste resistência, tanto por parte da própria Justiça do Trabalho, quanto por parte de instituições da sociedade civil e categorias de trabalhadores organizados coletivamente. Muitas são as vozes somadas que reverberam na busca por conter a agenda de retrocesso e precarização que se instala.

Sindicatos dos trabalhadores, partidos políticos e a própria OAB têm conseguido, muito embora ainda de modo tímido, derrubar judicialmente algumas alterações trazidas com a reforma. E muitas discussões e questionamentos têm sido levantados em simpósios e conferências no intuito de se ampliar a frente de combate à agenda neoliberal precarizante. Do mesmo modo, **a magistratura trabalhista tem não apenas se posicionado publicamente, mas também buscado, por meio de técnicas de interpretação judicial e de uniformização de jurisprudência, minimizar esses impactos negativos que recaem, sobretudo, no trabalhador**.

Parece-nos, ainda, que estamos em uma disputa contínua entre atores sociais que defendem interesses muito distintos. Tal impermanência de conclusões definitivas, que ora se traduz em avanço, ora em recuo, exigirá, de todos aqueles que almejam a preservação dos direitos humanos, uma posição de constante alerta.

Agendas de pesquisa para a Resistência

Como ressaltamos em diversos momentos de nossa pesquisa, vivemos tempos de embates, de disputas narrativas que buscam defender visões de mundo bastante distintas. Essa arena de disputas exige um acompanhamento bastante responsável para que possamos compreender as novas mudanças que se apresentam e traçar os planos e projetos que entendemos como de interesse para a sociedade; em outras palavras, acompanhar as modificações que se apresentam, os desdobramentos dessa racionalidade neoliberal e os

enfrentamentos possíveis da infiltração neoliberal nas instituições e agendas políticas é apenas o primeiro de muitos passos.

Há, portanto, toda uma agenda de pesquisas futuras que podem ser empreendidas, ainda, com o objetivo de acompanhar as interpretações judiciais que estão sendo dadas, de modo a observarmos maiores ou menores impactos da racionalidade neoliberal sobre o Poder Judiciário.

A iniciar pelo próprio TRT/PR, cabe a continuidade da pesquisa no sentido de observar os desdobramentos da uniformização e seus possíveis efeitos e impactos no ajuizamento de novas ações trabalhistas. Prosseguir na observação de outras uniformizações de jurisprudência também é algo desejável, para que possamos analisar os debates e narrativas que surgem dessas sessões de julgamento. Outra possibilidade é analisar as modificações a partir da perspectiva dos Juízes de Primeiro Grau, não apenas no que se refere ao tema objeto de uniformização de jurisprudência, mas também com relação a outros pontos também alterados pela lei federal 13.467/2017.

Buscamos demonstrar, por meio dessa pesquisa, que a análise de decisões judiciais, por meio de indicadores previamente estabelecidos e contextualizados, possibilita uma ampla gama de debates e reflexões, que podem ser reproduzidos na análise de outros Tribunais e instâncias.

Analisar o entendimento que vem se consolidando nos demais tribunais regionais trabalhistas, a respeito de diversos dos dispositivos legais alterados em 2017, numa análise comparativa, também se mostra um outro direcionamento de pesquisas a serem desenvolvidas.

Por fim, cabe-nos acompanhar, ainda, como se dará a atuação das Cortes Superiores, tanto o TST quanto o STF, ao apreciarem diversos temas a elas submetidos e como pretendem orientar a interpretação dos demais tribunais e varas do trabalho em tantos e tão relevantes pontos.

Essa reflexão mostra-se cada vez mais necessária ao pensarmos nas contradições que temos observado nos posicionamentos adotados, especialmente pelo STF que, como já mencionamos, tem representado, por meio de suas decisões, muitas das controvérsias e dos embates narrativos que confirmam vivenciarmos um momento de disputa de racionalidades, ora atuando em favor do Direito de Exceção, ora efetivando Jurisprudências de Resistência.

Para além da abordagem considerando as contingências de enfrentamento decorrentes da atuação do Poder Judiciário, seria possível questionar ainda, se, dentro do próprio Poder Legislativo não poderíamos encontrar focos de resistência que buscassem atenuar os efeitos da racionalidade neoliberal na elaboração das normas e regramentos.

Do mesmo modo que observamos a infiltração da razão neoliberal – e a resistência a essa infiltração – nos julgados analisados, caberia indagar quais seriam as possibilidades de resistência na elaboração das normas e regras que definirão os rumos da sociedade.

E, para além das possíveis medidas de resistência efetivadas por meio dos julgados, na interpretação e aplicação do direito, importa relembrar que também teremos, em outubro de 2022, eleições que poderão afetar significativamente as diretrizes definidoras da nossa sociedade, eis que temos a chance de renovar os Poderes Executivo e Legislativo, de acordo com o que almejamos como projeto de interesse comum.

Nessa linha de renovação, vozes surgem e ganham força no sentido inclusive de prever a necessidade de se discutir, nas próximas eleições, um projeto de revogação da Lei 13.467/2017, como proposta de enfrentamento e de retomada de um patamar civilizatório mínimo de proteção de direitos trabalhistas que teria sido rompido.

Fica claro, desse modo, que serão exigidas respostas reais e concretas para problemas reais e concretos: desemprego, diminuição de renda, desigualdade social, aumento da informalidade, todas essas questões precisarão ser respondidas nas próximas eleições. E, certamente, semearão novos campos de estudo e de pesquisa na Sociologia, no Direito e em muitas outras áreas de estudo.

Partindo ainda dessa premissa, também se evidencia a importância dos atores sociais como protagonistas desse processo que pode se firmar como um projeto de enfrentamento ou de conformação com a razão neoliberal. Para além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a participação de movimentos sociais, entidades sindicais e classe trabalhadora será fundamental para a definição das pautas que irão mapear as próximas mudanças que serão implementadas.

Na esteira do que mencionamos, sobre a indispensável postura combativa do pesquisador, entendemos que cada pesquisa deve buscar trazer, em seu bojo, a semente da reflexão, da ponderação e, quando necessário, da mudança e do enfrentamento. Como membros colaboradores da sociedade, iremos partilhar das suas transformações, cabendo, a cada um, escolhas que vão além de questionar e traçar reflexões: participaremos todos, afinal, da forma de viver que elegemos como ideal, e nossos atos ou omissões refletirão sobre todos e sobre cada um.

REFERÊNCIAS

20º CONAMAT: INSCRIÇÕES. **Anamatra** - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, 2022. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/31958-20-conamat-garanta-sua-vaga-no-hotel-oficial-do-evento-ate-esta-sexta-25-2>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ACCARINI, André. Bolsonaro reduz verbas para fiscalização e combate ao trabalho escravo. CUT, **Notícias. São Paulo** (SP), 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-reduz-verbas-para-fiscalizacao-e-combate-a-trabalho-escravo-3b45>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ADI 6002. **Supremo Tribunal Federal**, Consulta de Processos. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5537399>. Acesso em: 31 jul. 2020.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

AMORIM, Érica Ribeiro Guimarães. **As alterações processuais implementadas pela Lei nº 13.467/17 à Consolidação das Leis do Trabalho e o acesso à justiça**. 2019, 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), 2019.

ANAMATRA. **Estatuto Social**, 1976. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/anamatra/estatuto>. Acesso em 22 ago. 2020.

_____. **Trabalho, Justiça e Sociedade: o olhar da Magistratura do Trabalho sobre o Brasil do Século XXI**. Brasília: Cesit/IE/Unicamp, 2008. 108 págs. Perfil dos magistrados. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/54/00000990.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

_____. **Agenda Político-Institucional Anamatra 2009**. Brasília: Anamatra, 2009. 96 págs. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24332/00000976.pdf>. Acesso em 22 ago. 2020.

_____. **Agenda Político-Institucional Anamatra 2010**. Brasília: Anamatra, 2010. 116 págs. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24331/00002168.pdf>. Acesso em 22 ago. 2020.

_____. **Agenda Político-Institucional Anamatra 2011**. Brasília: Anamatra, 2011. 124 págs. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24330/00002867_1.pdf>. Acesso em 22 ago. 2020.

_____. **Congressos Nacionais dos Magistrados da Justiça do Trabalho: a história dos Conemats de 1990 a 2014**. Brasília: Anamatra, 2015. 258 págs. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24315/cadernos_anamatra_conamats_site.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

_____. **Nota pública**, 2016a. Disponível em: https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/22438-anamatra-divulga-nota-sobre-a-entrevista -do-presidente-do-tst-ao-o-globo. Acesso em 22 ago. 2020.

_____. **Caderno de Direitos Humanos**. Brasília: Anamatra, 2016b. 132 págs. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24314/caderno-completo-com-links-site.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

_____. **História**, 2017a. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/anamatra/historia>. Acesso em 22 ago. 2020.

_____. **Perfil**, 2017b. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/anamatra/perfil>. Acesso em 22 ago. 2020.

_____. **Agenda Político-Institucional Anamatra 2017**. Brasília: Anamatra, 2017c. 184 págs. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/25128/Agenda_Politico_Institucional_2017_site.pdf>. Acesso em 22 ago. 2020.

_____. **Reforma Trabalhista: enunciados aprovados**. Brasília: Anamatra, 2018. 84 págs. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/27175/livreto_RT_Jornada_19_Conamat_site.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

_____. **Agenda Político-Institucional Anamatra 2019**. Brasília: Anamatra, 2019. 182 págs. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/28113/Agenda%20Pol%C3%ADtico-Institucional%202019.pdf>. Acesso em 22 ago. 2020.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, jan. /abr. 2019.

ANTUNES, Evelise Dias; FISCHER, Frida Marina. A Justiça não pode parar? Os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do judiciário federal. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, p. 1-12, out. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. *In*: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org). **A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O privilégio da servidão**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018.

_____. *In:* WEBINAR UNICAMP: Futuro do Trabalho – Agenda Direitos Humanos. Transmitido ao vivo em 23 de julho de 2020. 1 vídeo (1h 21min). Publicado pelo **Grupo de Direitos Humanos da Unicamp**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a-i4A7h4jcY. Acesso em 23 de julho de 2020.

AQUINO, Yara; CAMPOS, Ana Cristina. Temer diz que novo ministro assume no momento que emprego é prioridade. **Agência Brasil**, Política. Brasília, 10 jul. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-07/temer-diz-que-novo-ministro-assume-no-momento-que-emprego-e-prioridade>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ARAÚJO, Valdemar. *In*: WEBINAR UFBA: Democracia na América Latina: descolonização, território e horizonte. Transmitido ao vivo em 28 de maio de 2020. 1 vídeo (1h20min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gxh7riDYahU&feature=youtu.be. Acesso em: 30 de julho de 2020.

ARESE, Cesar. La invención de los derechos laborales constitucionalizados. **Revista Eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 6, n. 58, p. 126-129, mar. /abr. 2017.

_____. Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur. Organização Internacional do Trabalho, **Documento de Trabalho da OIT 10**. Genebra, out. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---dialogue/documents/publication/wcms_757104.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

AROUCA, José Carlos. **O Sindicato em um mundo globalizado**. São Paulo: LTr, 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – LIQUIDAÇÃO DOS PEDIDOS E LIMITAÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO ATRIBUÍDO NA PETIÇÃO INICIAL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=74CtFHKMs3U>. Acesso em: 05 ago. 2021.

ÁVILA, Humberto Bergmann. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie Corrêa; GOMES, Lilian. **Cartografia da Justiça no Brasil – uma análise a partir de atores e territórios**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BABACE, Héctor. Cambios y Permanencias en el derecho del trabajo. *In:* EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane e SEVERO, Valdete Souto. (Org.). **Direito do trabalho e pensamento crítico**. Porto Alegre: HS Editora, 2016. Págs 35-55.

BALESTRIN, Edson Luiz. A Justiça do Trabalho como instrumento de justiça social e do desenvolvimento econômico. **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**, In Vigilando. Florianópolis (SC), 05 ago. 2016. Disponível em: <http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/invigilando/2016/artigo0508.jsp>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BARBA FILHO, Roberto Dala. Pedidos na petição inicial trabalhista após a reforma. **Revista Eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 6, n. 61, p. 98-104, jul./ago. 2017.

BARBAGELATA, Hector Hugo. Os atores e as normas das relações individuais de trabalho. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 2, n. 14, p. 185-197, dez. 2012.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. As reformas trabalhistas neoliberais da América Latina: o caso do México. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória: UFES, dez. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **(Syn)thesis**, Rio de Janeiro. v.5, n. 1, p. 23-32, 2012.

BATISTA, Homero. **Legislação Trabalhista em tempos de pandemia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

BATISTA, Vera. Tecnologia vai tirar 7 milhões de empregos até 2021, afirma estudo. **Correio Braziliense**, Brasília (DF), 12 fev. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/02/12/internas_economia, 659340/tecnologia-vai-tirar-7-milhoes-de-empregos-ate-2021-afirma-estudo.shtml>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAYLOS, Antonio. Crisis y derecho del trabajo ¿Derecho del trabajo en crisis? Una aproximación desde Europa. *In:* EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane; SEVERO, Valdete Souto (Org.). **Direito do trabalho e pensamento crítico**. Porto Alegre: HS Editora, 2016. BELTRAMELLI NETO, Sílvio. Apresentação. *In*: KREIN, Dari et. al (org.) **O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. São Paulo: Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

BEGA, Maria Tarcisa. 10 anos de Seminário nacional de Sociologia e Política: um balanço crítico. Entrevista concedida à Sabrina Cesar Freitas e Kamille Mattar**. Revista Sociologias Plurais,** v. 4, número especial 3, p.10-23, nov. 2018. Disponível em:< https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/62818/36856>. Acesso em 21 fev. 2022.

BELLO, Ney. *In*: WEBINAR IREE: Poder Judiciário e a pandemia. Transmitido ao vivo em 27 de abril de 2020. 1 vídeo (2h 54 min). Publicado pelo **Canal IREE** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QFx3kDjm0xY. Acesso em 02 de julho de 2020.

BENITES, Afonso; MENDONÇA, Heloísa. Reforma trabalhista: um Governo contra as cordas celebra a aprovação. **El País**, Política. São Paulo, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/12/politica/1499812913_071957.html>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BERNARDES, Felipe. **Petição Inicial**, arts. 840, §§ 1°, 2° e 3°. *In*: Arruda, Kátia Magalhães**. A centralidade do trabalho e os rumos da legislação trabalhista**: homenagem ao ministro João Oreste Dalazen. São Paulo: LTr, 2018.

BIALAKOWSKY, Alberto et al. Uma sociologia do trabalho contrastada. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 241-263, jun. 2006.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil, 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas**. 2005, 652 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2005.

_____. Direito e Justiça do Trabalho no Brasil: Notas sobre uma trajetória com bem mais de 70 anos. **Revista TST**, Brasília, v. 77, n. 2, p.83-102, abr./jun. 2011.

_____. *In:* Debates REMIR-ABET: Lançamento do Livro "O Supremo e a Reforma Trabalhista". Transmitido ao vivo em 07 de junho de 2021. 1 vídeo (2h 16 min). Publicado pelo

Canal Remir Trabalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7gqyTQHyvD0&t=1730s>. Acesso em: 04 jul. 2021.

BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA; Marilane Oliveira. A reforma trabalhista brasileira na dinâmica da economia e seus impactos na regulação pública do trabalho: em diálogo comparado com a reforma em andamento na Argentina. **Revista de Ciências Sociais**, v.8, n. 2, p.477-518, jul./dez. 2018.

BICHAFF, Regina. **O trabalho nos centros de atenção psicossocial: uma reflexão crítica das práticas e suas contribuições para a consolidação da reforma psiquiátrica**. 2006, f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2006.

BITTAR, Bernardo. Bolsonaro critica faculdades de humanas e apoia redução de investimentos. **Correio Braziliense**, Brasília (DF), 26 abr. 2019, Ensino Superior. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/04/26/ensino_ensinosuperior_interna,751722/bolsonaro-critica-faculdades-de-humanas-apoia-reducao-de-investimentos.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

BONELLI, Maria da Glória. Condicionantes da competição profissional no campo da justiça: a morfologia da magistratura. *In:* SADEK, Maria Tereza (org.). **Uma introdução ao estudo da Justiça**. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1995, p. 17-23.

_____. **Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de Justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos: EdFSCar/Fapesp/Idesp, 2002.

BORGES, Adilor Antonio. **Impactos jurídico-políticos e efeitos econômico-sociais das contrarreformas no governo Michel Temer**. 2017, 109 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí (SC), 2017.

BOUDENS, Luís Antônio. Reforma administrativa e ataques ao servidor desviam foco da frágil performance econômica. **Correio Braziliense**, 22 mai. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2021/05/4926164-reforma-administrativa-e-ataques-ao-servidor-desviam-foco-da-fragil-performance-economica.html>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRAGA, Barbara; RIBEIRO, Fernando Armando. **A teoria das fontes do direito revisitada**. Del Rey Jurídica, Belo Horizonte, p. 22 – 23, 10 dez. 2008.

BRAGUETO, Claudio Roberto. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999.

BRASIL. **Decreto nº 16.027, de 30 de abril de 1923**. Cria o Conselho Nacional do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16027.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932**. Institui Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta as suas funções. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d22132.htm>. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Decreto-Lei nº 1.237, de 2 de maio de 1939**. Organiza a Justiça do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1237.htm>. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 29 jul. 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25. Jul. 2021.

_____. **Tribunal Superior do Trabalho**. Súmula nº 263. Salvo nas hipóteses do art. 330 do CPC de 2015 (art. 295 do CPC de 1973), o indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação ou não preencher outro requisito legal, somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em 15 (quinze) dias, mediante indicação precisa do que deve ser corrigido ou completado, a parte não o fizer (art. 321 do CPC de 2015). Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho: Brasília, DF, n. 1.964, 26 abr. 2016.

_____. **Câmara dos Deputados**. Comissão Especial. Parecer ao Projeto de Lei no 6.787, de 2016, do Poder Executivo. Relator: Deputado Rogério Marinho. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017a.

_____. **Senado Federal**. Comissão de Assuntos Sociais. Parecer ao Projeto de Lei da Câmara no 38, de 2017. Relator: Senador Ricardo Ferraço. Brasília: Senado Federal, 2017b.

_____. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. 2017c. Brasília, DF: Presidência da República. 2017c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. Medida provisória nº 919, de 30 janeiro de 2020. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jan. 2020. Seção 1, p. 1.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Modernidade neoliberal**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 84, p. 87-102, fev. 2014.

_____. Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista? **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 1, p. 137-151, mar. 2017.

_____. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018.

_____. A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou. **Lua Nova**, São Paulo, n. 111, p. 51-79, 2020.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco. **Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana Bettega; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. A inserção da precariedade do trabalho no setor público como resultado das políticas neoliberais. *In:* MELLO, Lawrence Estivalet; CALDAS, Josiane; GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Políticas de austeridade e direitos sociais**. Curitiba: Kaygangue, 2019.

BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob (Org.). **Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologia da informação**. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

_____. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CABRAL, Rafael Lamera Giesta; PEREIRA, Eddla Karina Gomes; CHAVES, Vitória Virna Girão. Processo Histórico de Formação da Justiça do Trabalho no Brasil: do Conselho Nacional Do Trabalho Ao Tribunal Superior Do Trabalho. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 1, n. 54, p. 266 – 291, mar. 2019.

CABRAL, Rafael Lamera Giesta. Da resistência ao ajuste: o trabalhador na década de 1930. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, p. 1-32, 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Princípios e direitos fundamentais do trabalho na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**. v. 16, n. 2, p. 67-75, 2002.

CÂMARA, Rayanne Aversari. **Iconografia do trabalho: a desconstrução do neoliberalismo no Brasil a partir da obra de Sebastião Salgado**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2019.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CANUTTO, Wanessa. Sindicato do Comércio de Fortalezas participa de ato contra cortes na Justiça do Trabalho. **Contracs**, Notícias. Brasília (DF), 03 jun. 2016. Disponível em: <http://www.contracs.org.br/noticias/13904/sindicato-do-comercio-de-fortalezas-participa-de-ato-contra-cortes-na-justica-do-trabalho>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Direito do trabalho e relações de classe no Brasil contemporâneo, em VIANNA, Luiz Werneck (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Rio de Janeiro, Iuperi/Faperj; Belo Horizonte, EdUFMG, 2002

_____. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira; PERES, Thiago Brandão. Modernização da legislação trabalhista em meio a uma pandemia: neoliberalismo como projeto e má-fé como método. *In:* KREIN, José Darin; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane Oliveira e LEMOS, Patrícia

Rocha (Org.). **O trabalho pós reforma trabalhista (2017)**. São Paulo: CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto**. Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. A razão neoliberal e a Justiça do Trabalho: uma comparação entre o Chile de Pinochet e o Brasil de Temer-Bolsonaro. **Revista da ABET.** v. 20, n. 2, p. 380-392, jul. a dez. 2021.

CARLEIAL, Liana. Subdesenvolvimento, políticas de austeridade e a economia brasileira. *In*: MELLO, Lawrence Estivalet; CALDAS, Josiane; GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Políticas de austeridade e direitos sociais**. Curitiba: Kaygangue, 2019.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer uma análise de conteúdo; uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016.

CARNE, Martin. *In*: WEBINAR UFBA: Reforma Trabalhista na América Latina: Brasil e Argentina No Enfrentamento à Covid-19. Transmitido ao vivo em 20 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 09min). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HTIiNrdSBuM. Acesso em 27 de julho de 2020.

CARVALHO, Augusto César Leite de. Proteção ao trabalhador e ao seu direito de ação: o fundamento de valor na Espanha e (por que não) no Brasil. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 22. Região.** Teresina, Pi, v.4, n.1, p.153-171, jan./dez.2007.

_____. **Direito do trabalho**: curso e discurso. São Paulo: LTr, 2011a.

_____. Direito fundamental de ação trabalhista. **Revista trabalhista: direito e processo**. São Paulo, v. 10, n. 39, p. 43-67, jul./set. 2011b.

_____. O Direito do Trabalho e a crise ética: Um tempo de resiliência. **Revista LTr**: legislação do trabalho. São Paulo, v. 80, n. 10, p. 1175-1178, out. 2016.

_____. História da Justiça do trabalho sob a minha perspectiva. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 83, n. 1, p. 82-88, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/106393>. Acesso em 11 nov. 2021.

_____**. Princípios do direito do trabalho sob a perspectiva dos direitos humanos**. São Paulo: LTr, 2018a.

_____. O princípio da igualdade na reforma trabalhista: tema tormentoso e atormentador. In: Arruda, Kátia Magalhães**. A centralidade do trabalho e os rumos da legislação trabalhista**: homenagem ao ministro João Oreste Dalazen. São Paulo : LTr, 2018b.

_____. **Direito do Trabalho**: curso e discurso. 3. ed. São Paulo: LTr, 2019.

CARVALHO, Augusto César Leite de; ARRUDA, Kátia Magalhães. Os honorários de sucumbência na reforma trabalhista e sua repercussão no acesso à Justiça do hipossuficiente. **Revista Magister de Direito do Trabalho**. Porto Alegre, v. 16, n. 92, p. 5-19, set./out. 2019.

CARVALHO, Priscila Almeida. Da convenção 158 da OIT: um amparo jurídico contra a dispensa arbitrária. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 23, n. 5.519, 11 ago. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61598>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista**. São Paulo: Repositório IPEA, 2018.

CARVALHO JÚNIOR, João Severo de. **A reforma trabalhista de 2017: modernização ou retrocesso na justiça do trabalho?** 2019, 99 f. Dissertação. (Mestrado em Direito), Universidade de Marília, Marília (SP), 2019.

CASAGRANDE, Cássio. Brasil, "campeão de ações trabalhistas": como se constrói uma falácia. *In:* CASAGRANDE, Cássio; CARELLI, Rodrigo. **Reforma trabalhista: reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CASTANHO, William. "Juízes estão em paz com reforma trabalhista, mas volume de ações vai subir", diz Batista Brito Pereira. **Folha de São Paulo**, Mercado. São Paulo (SP), 3 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/juizes-estao-em-paz-com-reforma-trabalhista-mas-volume-de-acoes-vai-subir-diz-batista-brito-pereira.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO GOMES, Ângela Maria de; PESSANHA, Elina da Fonte; MOREL, Regina de Moraes. Perfil da magistratura do trabalho no Brasil. *In:* CASTRO GOMES, Ângela Maria de (org.). **Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Xamã: São Paulo, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista**, v. 5, fev. 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CONAMAT. **Anamatra** - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, 2022. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/conamat>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CORDEIRO, Tiago. Presidente quer reduzir investimentos em faculdades de filosofia e de sociologia. Faz sentido? **Gazeta do Povo**, Curitiba (PR), 26 abr. 2019, Educação, não paginado. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/presidente-quer-reduzir-investimentos-em-faculdades-de-filosofia-e-sociologia-faz-sentido/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CORSI, Francisco Luiz. A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 19, p. 11-29, nov. 2002.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Efetividade do direito do trabalho: uma mirada no "homem sem gravidade", **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v.45, n.75, p.93-105, jan./jun.2007.

_____. Discursividade e retórica: uma mirada na austeridade à brasileira. *In*: MELLO, Lawrence Estivalet; CALDAS, Josiane; GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Políticas de austeridade e direitos sociais**. Curitiba: Kaygangue, 2019.

_____. *In:* WEBINAR Resenha Trabalhista: A precarização do trabalho como projeto político baseado no sofrimento. Transmitido ao vivo em 10 de outubro de 2020. 1 vídeo (1h02min). Publicado pelo **Resenha Trabalhista XXXVIII** – História Contemporânea do Trabalho no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O9vqXoNWdo4>. Acesso em 10 out. 2020.

_____. Terceirização no setor público vista pela ADC 16, ADI 1923 e tema 246 em repercussão geral: em pauta o STF. *In*: DUTRA, Renata; MACHADO, Sidnei. (Org.) **O Supremo e a reforma trabalhista: a construção jurisprudencial da reforma trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **O STF como justiça política do capital: A desconstrução do Direito do Trabalho por intermédio de decisões judiciais sintonizadas com os ímpetos do mercado neoliberal (2007-2020)**. 2020, 643 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2020.

COZERO, Paula Talita. Estado Gerencial e reforma trabalhista: a racionalidade neoliberal no discurso da câmara dos deputados. *In*: MELLO, Lawrence Estivalet; CALDAS, Josiane; GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Políticas de austeridade e direitos sociais**. Curitiba: Kaygangue, 2019.

CUNHA, Juliana. **Acidentes de trabalho com adolescentes: compreendendo as consequências aos jovens trabalhadores**. 2018, 121f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu (SP), 2018.

CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JR., Fredie. Incidente de assunção de competência e o processo do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 60, n. 91, p. 163-178, jan./jun. 2015.

CUNHA, Sérgio Sérvulo. **Princípios constitucionais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA FILHO, Marcio Camargo. **A Construção da Transparência Pública no Brasil: análise da elaboração e implementação da Lei de Acesso à Informação no Executivo Federal (2003-2019)**. 2019, 240 f. Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília (DF). 2019.

DADALTO, Rafael Gaburro. **Desjudicialização por meio das serventias extrajudiciais e acesso à justiça: análise acerca da (im)possibilidade de tornar obrigatória a via administrativa**. 2019, 134f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES), 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. [Entrevista concedida a Daniel Pereira Andrade e Nilton Ken Ota]. **Tempo Social**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 275-315, jan.-jun. 2015.

_____. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Anatomia do novo neoliberalismo**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2019a.

_____. La institución de lo común: un principio revolucionário para el siglo XXI? Entrevista a Pierre Dardot y Christian Laval. [Entrevista concedida a Patrick Cingolani e Andres Fjeld]. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 70, p. 65-77, jan. 2019b.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. **Unicef Brasil,** documento. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 13 dez. 2021.

DELGADO, Maurício Godinho. **Princípios constitucionais do trabalho e princípios de direito individual e coletivo do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil – com os comentários à Lei 13467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 13ª ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2016, v. 3.

DINIZ, Maria Helena. **A ciência jurídica**. São Paulo: Revista Universitária, 1982.

_____. Fontes do direito. *In:* CAMPILONGO,. Celso Fernandes; GONZAGA, Álvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (coords.). **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

DOCUMENTO EM DEFESA do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil. **Consultor Jurídico**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/manifesto-ministros-tst-defesa-direito.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

DUARTE, Gabriela Miranda. **Audiência pública no Supremo Tribunal Federal: uma arena de dissenso em construção**? 2017. 160 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

DUARTE, Vinícius Franco. **O direito material do trabalho e a reforma trabalhista: estudo analítico da Lei nº 13.467/17 – positivação de institutos já consagrados**. 2019, 249 f. Tese (Doutorado em Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007.

DUNKER, Ingo lenz. *In:* WEBINAR Resenha Trabalhista: A precarização do trabalho como projeto político baseado no sofrimento. Transmitido ao vivo em 10 de outubro de 2020. 1 vídeo (1h02min). Publicado pelo **Resenha Trabalhista XXXVIII** – História Contemporânea do Trabalho no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O9vqXoNWdo4>. Acesso em 10 out. 2020.

DUPRAT, Débora. *In*: o webinar IREE: Papel do Estado nas políticas públicas: crise, desmonte e perspectivas atuais. Transmitido ao vivo em 15 de julho de 2020. 1 vídeo (1h 32 min). Publicado pelo **Canal Iree** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). Disponível em: <https://iree.org.br/desmonte-do-estado-foi-tema-de-debate-em-iree-webinar/>. Acesso em 21 jul. 2020.

DUTRA, Renata. *In*: webinar UFBA: Austeridade e Direito do Trabalho de exceção. Transmitido ao vivo em 29 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 33min). Publicado pelo **Congresso**

Virtual da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=68ftfIH5LyQ>. Acesso em 29 mai. 2020.

DUTRA, Renata; MACHADO, Sidnei. (Org.). **O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da reforma trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

DWYER, Tom. A Sociologia e a concepção interdisciplinar do Trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 9, p. 173-184, 1997.

ESPINDULA, Vanessa Machado. **A audiência pública como instrumento processual de efetivação do princípio do contraditório: uma análise das audiências públicas realizadas pelo Supremo Tribunal Federal**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais), Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2010.

ESTATÍSTICAS DAS JUSTIÇA DO TRABALHO, **Tribunal Superior do Trabalho**, Corregedoria. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/corregedoria/estatisticas-da-justica-do-trabalho>. Acesso em: 31 jul. 2021.

ESTRELA, Felipe. *In*: WEBINAR UFBA: Austeridade e Direito do Trabalho de exceção. Transmitido ao vivo em 29 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 33min). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=68ftfIH5LyQ>. Acesso em 29 mai. 2020.

FAVA, Marcos Neves. A reforma trabalhista e a limitação do acesso à justiça. *In*: Arruda, Kátia Magalhães. **A centralidade do trabalho e os rumos da legislação trabalhista**: homenagem ao ministro João Oreste Dalazen. São Paulo: LTr, 2018.

FELIX. Jorgemar Soares. **Batalhadores depois dos 60: uma crítica aos tipos de integração do idoso no mercado urbano de trabalho**. 2018, 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP), 2018.

FERNANDES, António Monteiro. A crise do Direito do Trabalho e o Direito do Trabalho "da crise". **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**. Edição Comemorativa. v. 51, n. 100, jan./jun. 2018. Belém, 2018.

FERNANDES, João Renda Leal. **O mito EUA – um país sem direitos trabalhistas?** Salvador: Editora Jus Podium, 2021.

FERNANDES, Marilia Costa Barbosa. **O acesso à justiça do trabalhador diante das mudanças introduzidas pela reforma trabalhista a partir de 2017**. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho. **Influências extrajurídicas sobre a decisão judicial: determinação, previsibilidade e objetividade do direito brasileiro**. 2013, 352 f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2013.

FERRAJOLI, Luigi. **Poderes Salvajes: la crisis de la democracia constitucional**. Madrid: Minima Trotta, 2011.

FERREIRA, António Casimiro. Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (Re) pensar o direito das relações laborais. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.

_____. **Trabalho procura justiça. Os tribunais de trabalho na sociedade portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2005.

_____. A sociedade de austeridade: Poder, medo e Direito do Trabalho de Exceção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 1 dez. 2011, n. 95, p. 119-136.

_____. **Sociedade da Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção**. Porto: Vida Económica, 2012.

_____ (coord.). **Contextos e desafios de transformação das magistraturas: o contributo dos estudos sociojurídicos**. Porto: Vida Económica, 2013.

_____ (coord.) **Quem são os nossos magistrados? Caracterização profissional dos juízes e magistrados do Ministério Público em Portugal**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2014a.

_____. Política do direito como política de austeridade. *In:* VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA 40 ANOS DE DEMOCRACIAS: PROGRESSOS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS. **Anais...** Évora, 2014. Disponível em: <https://associacaoportuguesasociologia.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0390.pdf >. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. A Constituição ainda é uma escolha política? *In:* HESPANHA, António; VEIGA, Ivo e REZOLA, Maria Inácia (coord.). **A prova do tempo: 40 anos de Constituição**. Lisboa: Assembleia da República, 2016.

_____. **Sociologia das Constituições: desafio crítico ao constitucionalismo de exceção**. Porto: Vida Económica, 2019a.

_____. **Sociologia do Direito: uma abordagem sociopolítica**. Porto: Vida Económica, 2019b.

FERREIRA, António Casimiro et al (org.). **Direitos, Justiça, Cidadania: O Direito na Constituição da Política Atas do Primeiro Encontro da Secção "Sociologia do Direito e da Justiça" da APS**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2017.

FERREIRA; António Casimiro; PUREZA; José Manuel. Estado de Direito ou Estado de Exceção: a justiça constitucional face ao questionamento do Estado Social. *In:* REIS, José (coord.) **A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos**. Coimbra: Almedina, 2014.

FIGUEIRÓ, Asdrúbal. Proposta extingue Justiça Trabalhista e cria conselho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jun. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01069916.htm>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; LIMA, Uallace Moreira e SOUZA, Illan Fonseca. Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, pp. 231-251, jul. 2019.

FIORI, José Luís. Estado e desenvolvimento na América Latina. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-23, abr. 2020.

FISCHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A governamentalidade. *In:* FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2016, p. 407-431.

FRAGOSO, Rui Celso Reali. *In*: WEBINAR IREE: Poder Judiciário e a pandemia. Transmitido ao vivo em 27 de abril de 2020. 1 vídeo (2h 54 min). Publicado pelo **Canal IREE** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QFx3kDjm0xY. Acesso em 02 de julho de 2020

FRANCISQUINI, Renato. **Democracia, liberdade de expressão e o valor equitativo das liberdades comunicativas**. 2014, 296 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FREITAS, Paula. *In*: WEBINAR UFBA: Reforma Trabalhista na América Latina: Brasil e Argentina No Enfrentamento à Covid-19. Transmitido ao vivo em 20 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 09min). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HTIiNrdSBuM>. Acesso em 27 jul. 2020.

FREITAS, Carlos. *In:* WEBINAR UFBA: Austeridade e Direito do Trabalho de exceção. Transmitido ao vivo em 29 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 33min). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=68ftfIH5LyQ>. Acesso em 29 mai. 2020.

FREIRE, Carlos Coelho M. **Influência da doutrina jurídica nas decisões judiciárias**. João Pessoa: União, 1977.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. 2003, 384 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____; *et al*. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Dossiê.** Cad. CRH 32, n. 86, ago. p. 253-269, 2019.

GARCIA, Gustavo; FALCÃO, Márcio. Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. **G1 Notícias**, Política. Brasília (DF), 31 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/manifestantes-fazem-ato-em-brasilia-em-apoio-a-bolsonaro-e-em-defesa-de-medidas-inconstitucionais.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2021.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GOMES, Erik Chiconelli. **O Conselho Nacional do Trabalho: uma análise de sua relação com o movimento operário da época e a imprensa**. 2018, 256 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2018.

GONÇALVES, Anderson Tiago Peixoto. Análise de conteúdo, análise de discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. **Administração: Ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 375-300, mai.-ago. 2016.

GONZÁLEZ, Maria Victoria Espiñera. *In*: WEBINAR UFBA: Democracia na América &: descolonização, território e horizonte. Transmitido ao vivo em 28 de maio de 2020. 1 vídeo (1h20min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxh7riDYahU&feature=youtu.be>. Acesso em 30 jul. 2020.

GOVERNO Bolsonaro anuncia novo corte e cancela 5,8 mil bolsas de pesquisa. **Rede Brasil Atual**, São Paulo (SP), 03 nov. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/governo-bolsonaro-anuncia-novo-corte-e-cancela-58-mil-bolsas-de-pesquisa/>. Acesso em 25 jul. 2021.

GOVERNO BOLSONARO PREPARA UMA NOVA RODADA DE REFORMAS TRABALHISTA E SINDICAL NO PAÍS. **Andes** - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-bolsonaro-prepara-uma-nova-rodada-de-reformas-trabalhista-e-sindical-no-pais1>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GUALBERTO, Ana. *In*: WEBINAR IREE: Papel do Estado nas políticas públicas: crise, desmonte e perspectivas atuais. Transmitido ao vivo em 15 de julho de 2020. 1 vídeo (1h 32 min). Publicado pelo **Canal Iree** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). Disponível em: <https://iree.org.br/desmonte-do-estado-foi-tema-de-debate-em-iree-webinar/>. Acesso em 21 jul. 2020.

GUERRA, Roberta Freitas. Análise sociojurídica do novo direito do trabalho brasileiro. **Revista Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 2, p. 1.141-1.168, 2021.

GUIBENTIF, Pierre. Direitos, Justiça, Cidadania: O direito na constituição da política. *In:* FERREIRA, António Casimiro et al (org.). **Direitos, Justiça, Cidadania: O Direito na Constituição da Política Atas do Primeiro Encontro da Secção "Sociologia do Direito e da Justiça" da APS**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2017.

GUIMARÃES, Denise De Almeida. **Políticas de Austeridade e as Reformas Trabalhistas Transatlânticas: Os Casos Brasil e Espanha**. 2018, 181 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2018.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 85, p. 151-170, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

HENZ, Janete Teresinha Sulzbach; BROD, Fernanda Pinheiro. O procedimento sumaríssimo na Justiça do trabalho: análise a partir da Vara do Trabalho de Lajeado/RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, n. 2, p. 79-91, 2009.

HISTÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Tribunal Superior do Trabalho**, História. Brasília, 20??. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho>. Acesso em: 04 ago. 2021.

IAMAMOTO, Sue. *In*: WEBINAR UFBA: Democracia na América Latina: descolonização, território e horizonte. Transmitido ao vivo em 28 de maio de 2020. 1 vídeo (1h20min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxh7riDYahU&feature=youtu.be>. Acesso em 30 jul. 2020.

IMPACTO de cortes de bolsas da Capes por Bolsonaro foi maior no Nordeste. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (RJ), 17 fev. 2020. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/educacao/2020/02/1022277-impacto-de-cortes-de-bolsas-da-capes-por-bolsonaro-foi-maior-no-nordeste.html>. Acesso em 25 jul. 2021.

IRDR´s – INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. **TRT da 12ª Região**, Santa Catarina (SC), 06 ago. 2021. Disponível em: https://portal.trt12.jus.br/sites/default/files/2022-02/IRDR%20NOVO%20PORTAL%20-%2022-2-11.pdf>. Acesso em 17 fev. 2022.

JAIR BOLSONARO CONCEDE AO SBT A PRIMEIRA ENTREVISTA APÓS POSSE. **SBT Notícias**, São Paulo (SP), 03 jan. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pp03FiQtz0k>. Acesso em 31 jul. 2021.

JANON, Renato da Fonseca. Justiça do Trabalho é primeiro alvo de falácias em tempos de crise econômica. **Justificando**. São Paulo (SP), 20 jun. 2016. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/06/20/justica-do-trabalho-e-primeiro-alvo-de-falacias-em-tempos-de-crise-economica/>. Acesso em 01 ago. 2021.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo. **Revista Estudos Históricos FGV**, **Justiça e Cidadania**, v. 9, n. 18, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2025/1164>. Acesso em 12 dez. 2021.

JUSTIÇA DO TRABALHO É MUITO PATERNALISTA, DIZ NOVO PRESIDENTE DO TST. **Consultor Jurídico**. São Paulo (SP), 29 fev. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-fev-29/justica-trabalho-paternalista-presidente-tst>. Acesso em 02 ago. 2021.

JUSTIÇA DO TRABALHO PROMOVERÁ PAUTAS ESPECIAIS E MUTIRÕES NO MÊS NACIONAL DA CONCILIAÇÃO TRABALHISTA. **Conselho Superior da Justiça Trabalhista**. Brasília (DF), 28 nov. 2020. Disponível em: <http://www.csjt.jus.br/web/csjt/-/justi%C3%A7a-do-trabalho-promover%C3%A1-pautas-especiais-e-mutir%C3%B5es-no-m%C3%AAs-da-concilia%C3%A7%C3%A3o-trabalhista>. Acesso em 01 ago. 2021.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. Londres: Palgrave Macmillan, 1936.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KREIN, José Darin. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018.

_____. **Radiografia da crise do trabalho**: as consequências da "Reforma" Trabalhista. Transmitido ao vivo em setembro de 2020. 1 vídeo (26min). Publicado pelo canal Outras Palavras: Ciclo de Diálogos o Futuro do Trabalho no Brasil. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Z4JMRLbFagI> Acesso em 14 de fev. de 2022.

KREIN, José Darin; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos (Org.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

KREIN, José Darin; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane Oliveira e LEMOS, Patrícia Rocha (Org.). **O trabalho pós Reforma Trabalhista (2017)**. São Paulo: Cesit, 2021.

KREIN, José Darin; OLIVEIRA, Roberto Veras; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Org.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LA SOCIOLOGIE est un sport de combat. França: C. P. Productions; V. F. Films Producions, 2001. (146 min.). Disponível em: <https://youtu.be/PFejoCxHA0w>. Acesso em 25 jul. 2021.

LAGUNA, Eduardo; RINALDI, Caio. Ações Trabalhistas caem mais de 50% após reforma. **O Estado de São Paulo**, Economia. São Paulo, 03 fev. 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acoes-trabalhistas-caem-mais-de-50-apos-reforma,70002176586>. Acesso em 03 ago. 2021.

LAVAL, Christian. Precariedade como estilo de vida na era neoliberal. **Parágrafo**, v.5, n. 1, jan./jun. 2017.

_____. Para uma cosmopolítica dos comuns. [Entrevista cedida a Felipe Ziotti Narita e Natália Rozalia Avlona]. **Cadernos Cimeac**, v. 9, n. 2, p. 7-15, 2019.

_____. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, mai./ago. 2020.

LEAL, Fernando; HERDY, Rachel; MASSADAS, Júlia. Uma década de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (2007-2017). **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 331-372, abr. 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 5 ed. São Paulo: LTr, 2007.

_____. O acesso à justiça como direito humano e fundamental. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**. Edição Comemorativa. v. 51, n. 100, jan./jun. 2018. Belém, 2018.

LEITE, Fernanda Menezes; SICHIERI, Luisa Lovato. Cabimento e Aplicação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Processo do Trabalho. **Anais**..., VI Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania. Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, n. 6, p. 831-851, out. 2018.

LEITE, Márcia. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. *In:* LEITE, Márcia; ARAÚJO, Angela M. C. **O trabalho reconfigurado: Ensaios sobre o Brasil e México**. São Paulo: Annablume, 2009.

LEMOS, Vinícius Silva. O incidente de assunção de competência e sua importância na nova realidade de precedentes judiciais. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 179-205, jan.-jun. 2018.

_____; A decisão do incidente de assunção de competência formada nos tribunais superiores e o impacto na admissibilidade dos recursos excepcionais. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 422-461, mai./ago. 2020.

LIMA, Erick Alan de. **O enigma do trabalho a partir da reforma trabalhista: os reflexos da teoria econômica nas vertentes do contrato de trabalho**. 2019, f. Dissertação (Mestrado em Direito), Centro Universitário Curitiba, Curitiba (PR), 2019.

LIMA, Flávia Danielle Santiago. **Ativismo e Autocontenção no Supremo Tribunal Federal: uma proposta de delimitação do debate**. 2013, 301 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

LIMA, Francisco Melton Marques de. **Reforma trabalhista – entenda ponto por ponto**. São Paulo: LTr, 2017.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho Digital e Emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 325-342, ago. 2019.

LIMA, Lucas. **O mercado de trabalho dos motoristas de caminhão no Brasil: caracterização e avaliação dos efeitos das leis trabalhistas**. 2018, 101 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2018.

LINO, Amanda Cristina. **Memória social de mulheres de assentamentos da Reforma Agrária: a relação entre trabalho, política, educação e participação**. 2014, 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

LOBATO, Lenaura de Vasconcellos Costa. **Corporação médica e reforma sanitária**. 1994, 278 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.

_____. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 87-97, dez. 2016.

MACHADO, Igor Suzano; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro. A virtude soberana e o Poder Judiciário no Brasil contemporâneo. **Revista Sequência**, Florianópolis, n. 68, p. 189-211, jun. 2014.

MACHADO, Luiz Claudio Campos. **Aspectos constitucionais da reforma trabalhista e o direito fundamental de acesso à justiça**. 2020, 133 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, mai. 2005.

MACHADO, Sidnei. **A subordinação jurídica na relação de trabalho: uma perspectiva reconstrutiva**. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

_____. (org.) **Direito do Trabalho e Democracia: reflexões a partir da reforma trabalhista no Brasil de 2017**. Porto Alegre; Editora Fi, 2019.

_____. A judicialização do conflito do trabalho na reforma trabalhista brasileira de 2017. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 2, n. 1, 3 jul. 2019.

MACHADO, Sidnei; KREIN, José Dari e GIMENEZ, Denis Maracci. Relações de trabalho no Brasil: a crise e a reforma trabalhista de 2017. *In*: **Direito do Trabalho e Democracia: Reflexões a partir da Reforma Trabalhista no Brasil de 2017**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

MADEIRA, Lígia Mori; ENGELMANN, Fabiano. Estudos sociojurídicos: apontamentos sobre teorias e temáticas de pesquisa em sociologia jurídica no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 182-209, abr. 2013.

MAIA, Selmar José. Direito. **Sociedade e representação: uma análise sistêmica acerca das audiências públicas sobre meio ambiente e a complexidade de participação social na suprema corte brasileira**. 2018, 122 f. Dissertação. (Mestrado em Direito), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

MALTA, Maria de Mello. Políticas de austeridade e ataque aos direitos sociais: agenda liberal conservadora para novos espaços de sobreacumulação. *In*: MELLO, Lawrence Estivalet; CALDAS, Josiane; GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Políticas de austeridade e direitos sociais**. Curitiba: Kaygangue, 2019.

MARCHESAN, Ricardo. Brasil é campeão de ações trabalhistas no mundo? Dados são inconclusivos. **UOL Notícias**, UOL Confere. São Paulo (SP), 27 jun. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2017/06/27/brasil-e-campeao-de-acoes-trabalhistas-no-mundo-dados-sao-inconclusivos.htm>. Acesso em 01 ago. 2021.

MARKMAN, Débora. **A sucumbência como denegação da prestação jurisdicional e o esvaecimento do direito fundamental do acesso à Justiça na seara trabalhista**. 2019, 177 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2019.

MARANHÃO, Ney. **O mundo do trabalho no contexto das reformas: análise crítica**. São Paulo: LTr, 2017.

MARONA, Marjorie Corrêa; DEL RIO, Andrés. **Justiça no Brasil – às margens da democracia**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.

MARTIGNAGO, André Zanis. **Reforma trabalhista no âmbito do direito brasileiro: como os atores do processo do trabalho recepcionam as alterações promovidas pela lei 13.467/2017**. 2019, 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. *In:* MARX, K; ENGELS, F. **Obras escogidas de Marx y Engels**. Madrid: Fundamentos, 1975.

MATSUURA, Sérgio. Tecnologia cria mais empregos do que destrói, aponta estudo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 out. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia-cria-mais-empregos-do-que-destroi-aponta-estudo-17228160>. Acesso em 28 jul. 2021.

MATTOSO, Jorge. Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 115-123, jul./set. 2000.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MELO, Francisco Matheus Alves. **A crise econômica e a reforma trabalhista brasileira: as modalidades empregatícias estratificadas**. 2018, 259 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília (DF), 2018.

MEDIDAS PROVISÓRIAS POSTERIORES À EMENDA CONSTITUCIONAL 32. **Brasil**, Portal da Legislação. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/medidas-provisorias/2019-a-2022>. Acesso em 01 ago. 2021.

MELLO, Gabriel de Oliveira de. **Neoliberalismo(s) e o marco regulatório do trabalho terceirizado no Brasil (Leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017): uma análise jurídico-sociológica acerca do fim da distinção entre atividade-meio e atividade-fim**. 2020, 170 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MELLO, Lawrence Estivalet; CALDAS, Josiane; GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Políticas de austeridade e direitos sociais**. Curitiba: Kaygangue, 2019.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira. *In*: WEBINAR ESCOLA JUDICIAL: O Direito do Trabalho e a Concepção Ampliada de Acesso à Justiça. Transmitido ao vivo em 21 de agosto de 2020. 1 vídeo (1h 32 min). Publicado pelo canal **Escola Judicial TRT/PR**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IIMGDZdLZvI>. Acesso em 21 ago. 2020.

MENDES, Fernando. *In*: WEBINAR IREE: Poder Judiciário e a pandemia. Transmitido ao vivo em 27 de abril de 2020. 1 vídeo (2h 54 min). Publicado pelo **Canal Iree** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFx3kDjm0xY>. Acesso em 02 jul. 2020.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. *In:* ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLINA, André Araújo. Petição inicial trabalhista. *In:* CAMPILONGO, Celso FernandeS; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (coords.). **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

MOLINA, Federico Rivas. Na esteira da reforma trabalhista no Brasil, Macri ataca "indústria de ações". **El País**, Política. Buenos Aires, 18 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/18/politica/1500329470_001787.html>. Acesso em 01 ago. 2021.

MORAES JUNIOR, Ariel Salete de. **Regulação trabalhista e sociedade informacional**. 2018, 195 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

MOREIRA, Diogo Rais Rodrigues. **Audiência pública no Supremo Tribunal Federal**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOREIRA, Herivelto. Critérios e estratégias para garantir o rigor na pesquisa qualitativa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, pp. 405-424, jan./abr. 2018.

MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. Magistrados no Brasil: entre a tradição e a mudança. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 29-53, jan./jun. 2006.

MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. A justiça do trabalho. **Tempo social**, São Paulo, v. 19, n. 2, pp. 87-109, nov. 2007.

MOTA, Camilla Veras. Após 2008, flexibilização do trabalho vira regra em vários países. **Valor Econômico**, São Paulo, 5 mai. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/4958276/apos-2008-flexibilizacao-do-trabalho-vira-regra-em-varios-paises>. Acesso em 5 nov. 2018.

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira; RUEDIGER, Marco Aurélio e RICCIO, Vicente. O acesso à Justiça como objeto de política pública: o caso da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. **Cadernos Ebape/FGV**, Rio de Janeiro, v.4, n. 2, p. 01-13, jun. 2006.

MPV 1045/2021. **Portal da Câmara dos Deputados**, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2279513>. Acesso em: 20 fev. 2022.

NAMORATO, Daniele Simões Sólon Soares e Silva. **A linguagem jurídica da sentença judicial trabalhista**. 2019, 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NARLOCH, Leandro. Acreditar que a CLT garante direitos trabalhistas é ilusionismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/2017/02/1854785-acreditar-que-a-clt-garante-direitos-trabalhistas-e-ilusionismo.shtml>. Acesso em 7 nov. 2018.

NORTE, Diego Braga. Cortes e mais cortes: o que será da ciência e da pesquisa no Brasil? **Você S/A**, São Paulo (SP), 9 mar. 2020. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/carreira/cortes-bolsas-pesquisa-ciencia/>. Acesso em 25 jul. 2021.

NOTA TÉCNICA. **Anamatra** - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, 2021. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/images/DOCUMENTOS/2021/Nota_T%C3%A9cnica_MP_1045-2021_-_Senado_Federal.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

O FIM dos empregos. **Superinteressante**, São Paulo (SP), 12 jan. 2014. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/o-fim-dos-empregos/>. Acesso em 28 jul. 2021.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

OLIVEIRA, Eduardo Matos. Aonde chega o Judiciário? Uma avaliação da expansão da Justiça do Trabalho no Brasil (2003-2010). Opinião Pública. Campinas, v.24, n.2, p. 456-485, mai./ago. 2018.

OLIVEIRA, Mariana; KOMETANI, Pâmela. Empresas 'somem', e terceirizados não recebem direitos, diz sindicato. **G1 Notícias**, Concursos e Empregos. São Paulo (SP), 26 mar. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/03/empresas-somem-e-terceirizados-nao-recebem-direitos-diz-sindicato.html>. Acesso em 01 ago. 2021.

OLIVEIRA, Roberto Véras; RAMALHO, José Ricardo e ROSENFIELD, Cinara. A Sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetórias e tendências atuais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 90, set. 2019, p. 1-28.

OLIVEIRA, Thaís Miranda de. **Acesso à Justiça no Sistema Judiciário Laboral: uma pesquisa empírica em Assistência Jurídica Integral e Gratuita, Gratuidade de Justiça e Jus Postulandi**. 2019, 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito), Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente**. 2020, não paginado. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em 25 jul. 2021.

_____. **C 168. Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego.** 2022, não paginado. Disponível em: < https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236246/lang--pt/index.htm>. Acesso em 18 fev. 2022.

OTTA, Lu Aiko. Bolsonaro critica direitos trabalhistas e pede a Deus para não ser patrão. **Valor Econômico**, Mercados. Brasília, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/06/03/bolsonaro-critica-direitos-trabalhistas-e-pede-a-deus-para-nao-ser-patrao.ghtml>. Acesso em 02 ago. 2021.

OYAMA, Érico. Pandemia e restrição de viagens dificultam fiscalização do trabalho em áreas rurais. **Jota**, Webminar do Jota. São Paulo (SP), 05 ago. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/casa-jota/pandemia-e-restricao-de-viagens-dificultam-fiscalizacao-do-trabalho-em-areas-rurais-05082020>. Acesso em 01 ago. 2021.

PACHECO, Alexandre. Como acabar com a Justiça do Trabalho antes que ela acabe com o que sobrou do Brasil. **Infomoney**, São Paulo, 23 out. 2017. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/blogs/economia-e-politica/jogo-das-regras/post/7031877/como-acabar-com-a-justica-do-trabalho-antes-que-ela-acabe-com-o-que-sobrou-do-brasil>. Acesso em 1 nov. 2018.

PALESTRANTES DISCUTEM E CRITICAM REFORMA TRABALHISTA. **OAB**, Notícias. Brasília (DF), 28 nov. 2017. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/55920/painel-17--palestrantes-discutem-e-criticam-reforma-trabalhista>. Acesso em 01 ago. 2021.

PARA BOLSONARO, É MELHOR MENOS DIREITOS TRABALHISTAS QUE PERDER O EMPREGO. **Veja.** Caderno de Política. Estadão Conteúdo. 21 mai. 2018. Disponível em:< https://veja.abril.com.br/politica/para-bolsonaro-e-melhor-menos-direitos-trabalhistas-que-perder-o-emprego/>. Acesso em 18 fev. 2022.

PAUGAN, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PIMENTA, Clara Mota. *In*: WEBINAR IREE: Poder Judiciário e a pandemia. Transmitido ao vivo em 27 de abril de 2020. 1 vídeo (2h 54 min). Publicado pelo **Canal IREE** (Instituto para

Reforma das Relações entre Estado e Empresa). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QFx3kDjm0xY. Acesso em 02 de julho de 2020

PIRES, Fernando. Apresentação. *In*: MELLO, Lawrence Estivalet; CALDAS, Josiane; GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Políticas de austeridade e direitos sociais**. Curitiba: Kaygangue, 2019.

PNAD CONTÍNUA: taxa de sindicalização cai a 11,2% em 2019, influenciada pelo setor público. **Agência IBGE Notícias**. Editoria Estatísticas. 26 ago. 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28667-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-11-2-em-2019-influenciada-pelo-setor-publico>. Acesso em 18 fev. 2022.

PNAD CONTÍNUA: taxa de desocupação é de 11,6% e taxa de subutilização, de 25% no trimestre encerrado em novembro. **Agência IBGE Notícias**. Editoria Estatísticas. 28 jan. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32823-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-6-e-taxa-de-subutilizacao-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro> Acesso em: 16 fev. 2022.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o mundo escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PONTES, Felipe. Temer: reforma trabalhista trará inúmeras vantagens a quem não tinha direitos. **Agência Brasil**, Política. Brasília (DF), 01 mai. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-05/temer-reforma-trabalhista-trara-inumeras-vantagens-quem-nao-tinha-direitos> Acesso em: 02 ago. 2021.

_____. O fim do trabalho como se conhece no Brasil. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, SP, v. 83, n. 4, p. 272-286, out./dez. 2017.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de janeiro: Contraponto, 2021.

POLÍTICAS DE AUSTERIDADE PENALIZAM AS CRIANÇAS, AFIRMA UNICEF. **G1 Notícias**, Mundo. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/politicas-de-austeridade-penalizam-as-criancas-afirma-unicef.html>. Acesso em 01 ago. 2021.

PRADO, Eleutério F. S. A formação do ser neoliberal. **Outras Palavras**, Mercado x Democracia. São Paulo (SP), 22 nov. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-formacao-do-ser-neoliberal/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL. **Conselho Nacional de Justiça**, Programas e Ações. Brasília (DF), 2010. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/premio-conciliar-e-legal/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

PRESIDENTE DO TST DEFENDE JUSTIÇA DO TRABALHO EM RESPOSTA AO PRESIDENTE DO PTB, **Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Notícias. Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/noticias.xhtml?id=6574393>. Acesso em: 31 jul. 2021.

PRIEB, Sérgio Alfredo Massen. A tese do fim da centralidade do trabalho: mitos e realidades. **Economia e Desenvolvimento**, n.12, p. 48-76, dez. 2000.

PRIMEIRO ANO DA REFORMA TRABALHISTA: EFEITOS. **Tribunal Superior do Trabalho**, Notícias. Brasília, 2018. Disponível em:<http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/primeiro-ano-da-reforma-trabalhista-efeitos>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PROTEÇÃO AO TRABALHO: A CONVENÇÃO 158 DA OIT. **Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Notícias. Curitiba, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/noticias.xhtml?id=3726519>. Acesso em: 01 ago. 2021.

PUREZA, José Manuel; FERREIRA; António Casimiro. Neoliberalismo e resistência Constitucional: o impacto da crise europeia na garantia dos direitos sociais em Portugal. **Cronos**, Natal, v. 16, n.2, jul./dez. 2015.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, dez. 2018.

RAMOS FILHO, Wilson; ALLAN, Nasser Ahmad. Direito do trabalho, neoliberalismo e austeridade: a reforma trabalhista no Brasil. **Democracia e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre, 16 jun. 2020. Disponível em: < https://direitosfundamentais.org.br/direito-do-trabalho-neoliberalismo-e-austeridade-a-reforma-trabalhista-no-brasil/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.

RECOMENDAÇÃO 4/GCGJT, **Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/145111>. Acesso em: 31 jul. 2021.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO. Curitiba: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 2020. Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/364102>. Acesso em: 04 ago. 2021.
REGISTRO HISTÓRICO DOS 39 ANOS DO TRT DA 9ª REGIÃO. Curitiba: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 2015. Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/5250179>. Acesso em: 04 ago. 2021.
RELATÓRIO GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2016. **Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/18640430/5a3b42d9-8dde-7d80-22dd-d0729b5de250>. Acesso em: 31 jul. 2021.

RELATÓRIO GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2017. **Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/143709>. Acesso em: 31 jul. 2021.

REMIR-ABET: Lançamento do Livro "O Supremo e a Reforma Trabalhista". Transmitido ao vivo em 07 de junho de 2021. 1 vídeo (2h 16 min). Publicado pelo **Canal Remir Trabalho**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7gqyTQHyvD0&t=1730s> Acesso em 04 jul. 2021.

RESENDE, Thiago. Bolsonaro assina medidas para corte de jornada e salários e flexibilização trabalhista. **Folha de São Paulo**, Mercado. Brasília (DF), 27 abr. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/bolsonaro-assina-medidas-para-corte-de-jornada-e-salarios-e-flexibilizacao-trabalhista.shtml>. Acesso em 02 ago. 2021.

RESENDE, Thiago; CASTANHO, William. Governo retoma reforma trabalhista em meio a crise do coronavírus. **Folha de São Paulo**, Mercado. Brasília (DF), 08 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/governo-retoma-reforma-trabalhista-em-meio-a-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 02 ago 2021.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *In*: WEBINAR IMED: O Poder Judiciário após a Pandemia: perspectivas e transformações. Transmitido ao vivo 16 de julho de 2020. 1 vídeo (2h 33 min). Publicado pelo **Canal Imed**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7tpctVJzCfI. Acesso em 17 de julho de 2020. Acesso em 17 de julho de 2020.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTR, 2002.

ROMBALDI, Maurício; TOMIZAKI, Kimi. Ultrapassando fronteiras: trajetórias de ascensão de militantes brasileiros no sindicalismo transnacional. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 19, n. 45, mai/ago 2017, p. 24-50. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/soc/v19n45/1517-4522-soc-19-45-00024.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. Fim da Justiça do Trabalho faz sentido num páis onde se cultua o pelourinho. **UOL Notícias**, Blog do Sakamoto. São Paulo (SP), 04 jan. 2019a. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/01/04/fim-da-justica-do-trabalho-faz-sentido-num-pais-onde-se-cultua-o-pelourinho/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

_____. Deputado propõe fim da Justiça do Trabalho, pauta defendida por Bolsonaro. **UOL Notícias**, Blog do Sakamoto. São Paulo (SP), 10 nov. 2019b. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/10/10/deputado-pede-fim-de-justica-do-trabalho-e-ministerio-publico-do-trabalho/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SALDAÑA, Paulo. Bolsonaro congela mais 2.724 bolsas de pesquisa; corte atinge 6,9% dos benefícios. **Folha de São Paulo**, São Paulo (SP), 4 jun. 2019, Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/bolsonaro-congela-mais-27-mil-bolsas-de-pesquisa-corte-atinge-69-dos-beneficios.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. Em meio a pandemia, governo Bolsonaro investe contra pesquisa em ciências humanas. **Folha de São Paulo**, São Paulo (SP), 26 mar. 2020, Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/em-meio-a-pandemia-governo-bolsonaro-investe-contra-pesquisa-em-ciencias-humanas.shtml>. Acesso em: 25 jul. 221.

SANTOS, Anselmo Luiz dos; GIMENEZ, Denis Maracci. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. *In:* KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci e SANTOS, Anselmo Luis dos. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Seis razões para pensar. **Lua Nova**, São Paulo, n. 54, p. 13-42, 2001. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Porque%20pensar_Lua%20Nova_2001.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Os Processos da Globalização. *In:*_____ (Org.). **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Porto: Afrontamento, 2002. Disponível em <https://www.eurozine.com/os-processos-da-globalizacao>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In:* **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, p.777- 813, 2004.

_____. **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Entrevista com Boaventura Sousa Santos: O intelectual de retaguarda. [Entrevistadores: JERONIMO, Helena Mateus; NEVES, José]. **Análise Social**, Lisboa, v. 47, n. 204, 2012.

_____. Do Pós Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro. Conferência de abertura no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra em setembro de 2004. **Anais...** Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. Os tribunais nas sociedades contemporâneas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 30, p. 29-62, fev. 1996.

SANTOS, Bruna Stephanie Miranda dos. **Atores políticos e direitos sociais**: as relações de poder sob a ótica da aprovação da reforma trabalhista no Brasil. 2018, 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2020.

SANTOS, Igor Ferreira dos. **O acesso à Justiça e a condenação em honorários sucumbenciais na Justiça do Trabalho**. 2019, 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Marília, Marília (SP), 2019.

SANTOS, Maria Roseniura de Oliveira. **A reforma trabalhista brasileira e o projeto doing business: a regulação do contrato de trabalho sob os influxos dos organismos internacionais**. 2019, 180f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais), Universidade Católica de Salvador, Salvador (BA), 2019.

SASSE, Cíntia. Luta dos trabalhadores e duração da jornada. **Senado Federal**, Senado Notícias. Brasília (DF), 25 fev. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/02/25/luta-dos-trabalhadores-resultou-em-menor-duracao-da-jornada>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SAUCEDO, Lhuba. Leis trabalhistas e o atraso da Nação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 set. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/colunistas/giro-de-opiniao/leis-trabalhistas-e-o-atraso-da-nacao-8di8nenbt1wb8467bpn8bymcg/>. Acesso em: 7 nov. 2018.

SCHEIFER, Camila Escorsin**. A reforma trabalhista e a (des)construção do Direito do Trabalho no Brasil:** uma análise da conjuntura da aprovação da Lei 13.467/2017. 2019, 210 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SEM CONCURSO MINISTÉRIO DO TRABALHO PERDEU MAIS DE MIL SERVIDORES. **Folha Dirigida**, Concursos, Notícias. Rio de Janeiro (RJ), 05 nov. 2018. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/mt/sem-concurso-ministerio-do-trabalho-perdeu-mais-de-mil-servidores>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SEM CONCURSO AFT, DÉFICIT FAVORECE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL.**Folha Dirigida**, Concursos, Notícias. Rio de Janeiro (RJ), 28 jan. 2020. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/mte-mig/sem-concurso-aft-deficit-favorece-trabalho-escravo-no-brasil>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SENADO REJEITA MEDIDA PROVISÓRIA 1045/2021 E PROPOSTA É ARQUIVADA. **Anamatra** - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, 2021. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/31341-senado-rejeita-medida-provisoria-1045-2021-minirreforma-trabalhista-e-proposta-e-arquivada>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SHREIBER, Simone. *In*: WEBINAR IREE: Poder Judiciário e a pandemia. Transmitido ao vivo em 27 de abril de 2020. 1 vídeo (2h 54 min). Publicado pelo **Canal Iree** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QFx3kDjm0xY. Acesso em 02 de julho de 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 11-16, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí: Estudos Sociais, 2001.

SENA, Jaqueline Santa Brígida. **O dogma da neutralidade na prestação jurisdicional: uma abordagem filosófica a partir do pensamento de Luis Alberto Warat**. 2010, 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SEVERO, Valdete Souto. Os ataques à justiça do trabalho e a (im)possibilidade de aplicação da reforma trabalhista. **Justificando**. São Paulo (SP), 31 out. 2017. Disponível em: < http://www.justificando.com/2017/10/31/os-ataques-justica-do-trabalho-e-impossibilidade-de-aplicacao-da-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 9 jul. 2021

SILVA, Alice Reis Pereira e. **As audiências públicas como instrumento de democratização do Supremo Tribunal Federal**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Paraíba, v. 17, n. 1, p 01-14, 2015.

SILVA, Antônio Donizetti da. **Reforma trabalhista no Brasil: análise crítica e possíveis impactos**. 2020, 87 f. – Dissertação. (Mestrado em Administração), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à reforma trabalhista**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, Jair Batista. *In:* Webinar UFBA: Neoliberalismo e trabalho em tempos de pandemia. Transmitido ao vivo em 29 de maio de 2020. 1 vídeo (1h02min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <youtube.com/watch?v=G3VyPV1Erto>. Acesso em 30 jul. 2020.

SILVA, Sandro Pereira. A estratégia argumentativa da reforma trabalhista no Brasil à luz de dados Internacionais. **Política em foco**, Rio de Janeiro, n. 64, p 99-110, abr. 2018.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. **A introdução das políticas ultraliberais no Brasil e as reformas trabalhistas: uma ponte para a exceção?** *In:* EINLOFT, Denis; TOSS, Luciane e SEVERO, Valdete Souto. (Org.). Direito do trabalho e pensamento crítico. Porto Alegre: HS Editora, 2016.

SILVA NETO, Benedito Augusto da. **Assédio moral no trabalho: proposta de políticas regulatórias para a proteção do trabalhador**. 2018, 258 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de Fortaleza, 2018.

SKODOWSKI, Thais. Número de ações trabalhistas cai quase pela metade após reforma. **R7 Notícias**, Brasil. São Paulo (SP), 01 mai. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/numero-de-acoes-trabalhistas-cai-quase-pela-metade-apos-reforma-01052018>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SOARES, Ingrid. Salles sugere aproveitar foco da imprensa na covid-19 para "passar boiada". **Correio Braziliense**, Política. Brasília (DF), 22 mai. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/22/interna_politica,857521/salles-sugere-aproveitar-foco-da-imprensa-na-covid-para-passar-boiada.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SOARES, Wagner de Jesus. **Reforma Trabalhista: avanço ou retrocesso?**. 2018, 113 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2018.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Petição Inicial Trabalhista. Araraquara, 28 nov. 1996. **Palestra** proferida na OAB-SP. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/peti%C3%87%C3%83o_inicial_trabalhista.pdf>. Acesso em: 24.mai. 2021.

_____. Petição inicial trabalhista: desnecessidade de liquidação dos pedidos.**Blog Jorge Luiz Souto Maior.** São Paulo, 15 abr.. 2018. Disponível em < https://www.jorgesoutomaior.com/blog/peticao-inicial-trabalhista-desnecessidade-de-liquidacao-dos-pedidos>. Acesso em 12 out. 2018.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto. O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia**, Salvador, v. 6, n. 9, p. 145-177, out. 2017.

_____. A justiça do Trabalho como instrumento de democracia. **Revista Direito e Práxis,** v. 11, n. 04, p. 2.773-2.801, out./dez. 2020.
SOUZA, Cláudio André. *In*: WEBINAR UFBA: Democracia na América e descolonização, território e horizonte. Transmitido ao vivo em 28 de maio de 2020. 1 vídeo (1h20min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gxh7riDYahU&feature=youtu.be. Acesso em 30 de julho de 2020.

SOUZA, Samuel Fernando. **Coagidos ou Subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e leis do trabalho nos anos de 1930**. 2007, 228 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

SOUZA, Vanessa Roberta do Rocio. **O papel da negociação coletiva na flexibilização dos direitos trabalhistas e a cláusula de proibição do retrocesso social: uma abordagem constitucional em tempos de mundialização do capital**. 2010, 310 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Centro Universitário Curitiba, Curitiba, 2010.

_____. **Flexibilização dos direitos trabalhistas e o princípio da proibição do retrocesso social**. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. As políticas de austeridade e o acesso à justiça após a reforma trabalhista. *In:* MACHADO, Sidnei. **Direito do Trabalho e Democracia: Reflexões a partir da Reforma Trabalhista no Brasil de 2017**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

_____. Garantia de Acesso à Justiça no Período Pós-Reforma Trabalhista: O Papel do Poder Judiciário. **Anais...** *In:* XI Seminário Nacional Sociologia e Política: Intermitências da Democracia e Desigualdades Sociais, GT 02 – Trabalho e ação coletiva no século XXI. Curitiba, out. 2020.

STRECK, Lênio Luiz. **Jurisdição Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Forense, 2019.

SUGUIMATSU, Marlene T. Fuverki. **Solidariedade, trabalho e norma**: do reconhecimento jurídico à concretização de garantias fundamentais na sociedade contemporânea. 2011, 2 Tese (Doutorado em Direito), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

_____. A polêmica acerca dos chamados trabalhadores hipersuficientes. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 9, n. 84, p. 21-39, dez. 2019/jan. 2020.

SUGUIMATSU, Marlene T. Fuverki; HAYASHI, Thais. Uniformização da jurisprudência dos tribunais e as modificações introduzidas pela Lei 13.467/201: Lei da reforma trabalhista. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 6, n. 61, p. 7-33, jul./ago. 2017.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TEIXEIRA, Danilo Oliveira Lima. A falta de proteção ao empregado litigante como barreira ao acesso à justiça. **Jus Navigandi**, Artigos. [Sem local], dez. 2019. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/62976/a-falta-de-protecao-ao-empregado-litigante-como-barreira-ao-acesso-a-justica>. Acesso em 19 ago. 2020.

TEMER DIZ QUE REFORMA TRABALHISTA DIMINUIRÁ NÚMERO DE AÇÕES. **UOL Notícias**, São Paulo, 22 jun. 2017. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/temer-diz-que-reforma-trabalhista-diminuira-numero-de-acoes-na-justica-0402CC1B3560D4916326?types=A&>. Acesso em: 31 jul. 2021.

TERCEIRIZADA DA UNICAMP NÃO PAGA EX-FUNCIONÁRIOS. **CBN Campinas**. Campinas (SP), 03 abr. 2020. Disponível em: <https://portalcbncampinas.com.br/2020/04/terceirizada-da-unicamp-nao-paga-ex-funcionarios/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

TRABALHO DECENTE. **OIT**. Disponível em: < https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em 16 fev. 2022.

TRINDADE, Rodrigo. Por que tantas ações trabalhistas? **Anamatra**, Artigos. Brasília (DF), 17 mai. 2017. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/25327-por-que-tantas-acoes-trabalhistas>. Acesso em: 01 ago. 2021.

UNIVERSIDADE Aberta do SUS. Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo coronavírus. 2020, não paginado. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 25/07/2021.

UNTURA NETO, Marcos. **O Conselho Nacional do Trabalho e a construção dos direitos sociais no Brasil**. 2013. 190 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2013.

UZÊDA, Danilo. *In*: WEBINAR UFBA: Democracia na América e descolonização, território e horizonte. Transmitido ao vivo em 28 de maio de 2020. 1 vídeo (1h20min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxh7riDYahU&feature=youtu.be.> Acesso em 30 jul. 2020.

VASCONCELOS, Ronaldo; GULLIM, Marcelo de Oliveira. Assunção de competência e processo do Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte**, v. 63, n. 95, p. 93-106, jan./jun. 2017.

VOCÊ JÁ DEVE TER OUVIDO MUITA COISA A RESPEITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL. **Coleprecor**, Fake News. Brasília (DF), [sem data]. Disponível em: <https://www.justicanossotrabalho.com.br/8-fake-news/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

VOGEL, Luiz Henrique. **Negociar Direitos? Legislação trabalhista e reforma neoliberal no governo FHC (1995-2002)**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2010.

VOJVODIC, Adriana de Moraes. **Precedentes e argumentação no Supremo Tribunal Federal: entre a vinculação ao passado e a sinalização para o futuro**. 2012, 269 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2012.

WANDELLI, Leonardo Vieira. Flexibilização, legislação do trabalho e a inversão ideológica dos direitos humanos. *In:* Machado, Sidnei; Gunther, Luiz Eduardo. **Reforma trabalhista e sindical: o direito do trabalho em perspectivas**. São Paulo: Ltr, 2005.

WARDE, Walfrido. *In*: webinar IREE: Papel do Estado nas políticas públicas: crise, desmonte e perspectivas atuais. Transmitido ao vivo em 15 de julho de 2020. 1 vídeo (1h 32 min). Publicado pelo **Canal IREE (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa)**. Disponível em: https://iree.org.br/desmonte-do-estado-foi-tema-de-debate-em-iree-webinar/. Acesso em 21 de julho de 2020.

WERNECK VIANNA, Luiz; CARVALHO; Maria Alice Rezende; MELO, Manuel Palácios; BURGOS, Marcelo Baumann. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBINAR ESCOLA JUDICIAL: O Direito do Trabalho e a Concepção Ampliada deAcesso à Justiça. Palestrante: Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. Transmitido ao vivo em 21 de agosto de 2020. 1 vídeo (1h 32 min). Publicado pelo canal **Escola Judicial TRT/PR**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IIMGDZdLZvI>. Acesso em 21 ago. 2020.

WEBINAR IMED: O Poder Judiciário após a Pandemia: perspectivas e transformações. Webinar apresentado por Cármen Lúcia, Antunes Rocha, Voltaire de Lima Moraes, André Luiz Planella Vilarinho e Fábio Duarte Fernandes. Transmitido ao vivo 16 de julho de 2020. 1 vídeo (2h 33 min). Publicado pelo **Canal Imed**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7tpctVJzCfI>. Acesso em 17 jul. 2020.

WEBINAR IREE: O mundo por Boaventura de Sousa Santos. Webinar apresentado por Walfrido Warde. Palestrante: Boaventura de Sousa Santos. Transmitido ao vivo em 05 de junho de 2020. 1 vídeo (1h 4 min). Publicado pelo **Canal IREE** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). 2020a Disponível em: <https://iree.org.br/iree-webinar-o-mundo-por-boaventura-de-sousa-santos/>. Acesso em 20 jul. 2020.

WEBINAR IREE: Papel do Estado nas políticas públicas: crise, desmonte e perspectivas atuais. Webinar apresentado por Walfrido Warde e Clara Mota. Palestrantes: Deborah Duprat, Guilherme Boulos, Ana Gualberto e Daniel Sarmento. Transmitido ao vivo em 15 de julho de 2020. 1 vídeo (1h 32 min). Publicado pelo **Canal IREE** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). 2020b. Disponível em: <https://iree.org.br/desmonte-do-estado-foi-tema-de-debate-em-iree-webinar/>. Acesso em 20 jul. 2020.

WEBINAR IREE: Poder Judiciário e a pandemia. Webinar apresentado por Walfrido Warde. Palestrantes: Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Fernando Mendes, Ney Bello, Clara Mota, Simone Schreiber, Nino Toldo e Rui Celso Reali Fragoso. Transmitido ao vivo em 27 de abril de 2020. 1 vídeo (2h 54 min). Publicado pelo **Canal IREE** (Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa). 2020c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFx3kDjm0xY>. Acesso em 02 jul. 2020.

WEBINAR Palestras de História do Direito do Trabalho: A História da Justiça do Trabalho na Argentina e no Brasil. Palestrantes: Dante Guimaraens Guazzelli, Magda Barros Biavaschi, Andres Stagnaro e Alisson Droppa. Transmitido ao vivo em 22 de setembro de 2020. 1 vídeo (01h53min). Publicado pelo **Grupo de História e Direto ANPUHRS**. Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=d_xI1MfsoqU&feature=youtu.be>. Acesso em 12 out. 2020.

WEBINAR REMIR: Segunda Oficina da REMIR Trabalho – O debate sobre a revogação trabalhista e o futuro do trabalho. Palestrantes: Clemente Ganz, Marilane Teixeira, Thiago Barison e Renata Dutra. Transmitido ao vivo em 15 de março de 2022. 1 vídeo (h min). Publicado pela **REMIR Trabalho.** Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=2qsA0_LIem8>. Acesso em 15 mar. 2022.

WEBINAR Resenha Trabalhista: A precarização do trabalho como projeto político baseado no sofrimento. Palestrantes: Jorge Luiz Souto Maior, Aldacy Rachid Coutinho e Christian Ingo Lenz Dunker. Transmitido ao vivo em 10 de outubro de 2020. 1 vídeo (1h02min). Publicado pelo **Resenha Trabalhista** XXXVIII – História Contemporânea do Trabalho no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O9vqXoNWdo4>. Acesso em 10 out. 2020.

WEBINAR UFBA: Austeridade e Direito do Trabalho de exceção. Palestrantes: Felipe Santos Estrela de Carvalho, Isabela Fadul de Oliveira, Renata Queiroz Dutra e Carlos Freitas. Transmitido ao vivo em 29 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 33min). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=68ftfIH5LyQ>. Acesso em 29 mai. 2020.

WEBINAR UFBA: Democracia na América Latina: descolonização, território e horizonte. Palestrantes: Maria Victoria Espiñeira González, Danilo Uzêda, Sue Iamamoto, Valdemar Araújo, Renato Francisquini e Cláudio André De Souza. Transmitido ao vivo em 28 de maio de 2020. 1 vídeo (1h20min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxh7riDYahU&feature=youtu.be>. Acesso em 30 jul. 2020.

WEBINAR UFBA: Neoliberalismo e trabalho em tempos de pandemia. Palestrantes: Jair Batista Da Silva, Renata Queiroz Dutra e Luiz Paulo Oliveira. Transmitido ao vivo em 29 de maio de 2020. 1 vídeo (1h02min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). 2020b. Disponível em: <youtube.com/watch?v=G3VyPV1Erto>. Acesso em 30 jul. 2020.

WEBINAR UFBA: Reforma Trabalhista na América Latina: Brasil e Argentina No Enfrentamento à Covid-19. Palestrantes: Martín Carné, Paula Freitas e Isabela Fadul De Oliveira. Transmitido ao vivo em 20 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 09min). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). 2020c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HTIiNrdSBuM>. Acesso em 27 jul. 2020.

WEBINAR UFBA: Crise e Democracia I. Palestrantes: Graça Druck (Moderadora), Ricardo Musse, Ricardo Antunes e Luis Nassif. Transmitido ao vivo em 22 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 47min). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). 2020d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gZF8z9bMZwc>. Acesso em 27 jul. 2020.

WEBINAR UFBA: Crise e Democracia II. Palestrantes: Reinaldo Centoducatte (Moderador), André Singer, Marcio Pochmann e Vladimir Safatle. Transmitido ao vivo em 25 de maio de 2020. 1 vídeo (1h 39 min). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal

da Bahia). 2020e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=378iLgwwhMA>. Acesso em 28 jul. 2020.

WEBINAR UFBA: Crise e Democracia IV. Palestrantes: Ricardo Marcelo Fonseca (Moderador), Ângela Alonso, Jessé Souza e Bob Fernandes. Transmitido ao vivo em 28 de maio de 2020. 1 vídeo (1h39min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). 2020f. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vcuhcx_HMok>. Acesso em 29 jul. 2020.

WEBINAR UFBA: A contradição capital-trabalho em tempos de acirramento da crise capitalista: análises críticas e formas de enfrentamento coletivo. Palestrantes: Maíra Neves Lomanto, Lucas Santos De Castro, Sandro Emanuel Cruz Dos Santos, Sandra Marinho Siqueira, Luzia Mota e Leonardo Péricles. Transmitido ao vivo em 22 de maio de 2020. 1 vídeo (1h40min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). 2020g. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=azQQ-BbX1YI>. Acesso em 29 jul. 2020.

WEBINAR UFBA: Fascismo, Neofascismo e Neoliberalismo em Tempos de Pandemia. Palestrantes: Luiz Filgueiras, Graça Druck e Carlos Zacarias. Transmitido ao vivo em 27 de maio de 2020. 1 vídeo (1h07min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). 2020h. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zn8s--_DmB8>. Acesso em 30 jul. 2020.

WEBINAR UNICAMP: Futuro do Trabalho – Agenda Direitos Humanos. Palestrantes: Ricardo Antunes, José Dari Krein e Márcia Bandini. Transmitido ao vivo em 23 de julho de 2020. 1 vídeo (1h 21min). Publicado pelo **Grupo de Direitos Humanos da Unicamp**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a-i4A7h4jcY>. Acesso em 23 jul. 2020.

WEIMANN, Guilherme. Empresa terceirizada de vigilância desaparece sem pagar direitos trabalhistas. **Sindipetro**. São Paulo (SP), 19 mai. 2021. Disponível em: <https://sindipetrosp.org.br/empresa-terceirizada-de-vigilancia-desaparece-sem-pagar-direitos-trabalhistas/>. Acesso em 01 ago. 2021.

WORLD ECONOMIC SITUATION AND PROSPECTS 2011. **United Nations**, Department of Economic and Social Analysis. Nova Iorque, 2011. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2011/>. Acesso em 01 ago. 2021.

XIMENES, Julia Maurmann. Levantamento de dados na pesquisa em direito — a técnica da análise de conteúdo. **Anais**..., XX Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011, v. 1, p. 7.608-7.622.

XIMENES-FYVIE, Laurie Ann. **Um Daño irreparable**: la criminal gestión de la pandemia em México. Ciudad de México: Planeta, 2021.

YOMURA, Helton. Brasil que se moderniza e combate o desemprego. **O Globo**, Opinião. Rio de Janeiro, 31 mai. 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/brasil-que-se-moderniza-combate-desemprego-22733072>. Acesso em 01 ago. 2018.

ZACARIAS, Carlos. *In:* WEBINAR UFBA: Fascismo, Neofascismo e Neoliberalismo em Tempos de Pandemia. Transmitido ao vivo em 27 de maio de 2020. 1 vídeo (1h07min.). Publicado pelo **Congresso Virtual da UFBA** (Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zn8s--_DmB8>. Acesso em 30 jul. 2020.

ANEXOS

Anexo 1: Quadro de teses e dissertações BDTD e CAPES – total

TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	ÊNFASE	ASSUNTO
Financiamento sindical e seus novos desafios pós-reforma trabalhista	ALECRIM, Luis Carlos Rodrigues	2019	PUCSP	direito coletivo	financiamento sindical
Da jornada de trabalho justa como instrumento de efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana	AMARAL, Antonio Carlos Ferreira do	2017	UNIVEM	direito material	jornada
Precarização do trabalho e da vida: quando o retrocesso de direitos atinge a saúde mental dos trabalhadores	ANDRETTA, Bruno dos Santos	2019	UFSM	direito material	saúde do trabalhador
Grupo Econômico: Releitura pragmática a partir das alterações introduzidas pela lei n 13.467, de 13 de julho de 2017	ARRUDA, Pablo Gonçalves e	2018	UVA	direito processual	grupo econômico
Indústria 4.0 e meio ambiente de trabalho: o direito à saúde no contexto das inovações disruptivas e da economia compartilhada	ARRUDA, Monique de Souza	2019	UEA	constitucional	saúde do trabalhador
A jornada de trabalho dos bancários: análise crítica à luz da evolução histórica e jurisprudencial do tema no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	ASSALIN, Fernanda Pellegrino Gianotti	2019	PUCSP	direito material	jornada bancário
A proibição de retrocesso social em matéria de direitos sociais dos trabalhadores: análise da (in)constitucionalidade da reforma trabalhista	ASSIS, Vinícius de	2018	PUCPR	constitucional	proibição do retrocesso social
Os limites para a não pejotização das relações de trabalho no Brasil: a terceirização aplicada com restrição às MEIs	BERGONSO, Luciano Soares	2019	UNIMAR	direito material	terceirização
Arbitragem nos dissídios individuais trabalhistas: a nova condição do trabalhador hipersuficiente	BERNARDES FILHO, Paulo César	2020	UNINOVE	direito processual	arbitragem
Impactos jurídico-políticos e efeitos econômico-sociais das contrarreformas no Governo Michel Temer	BORGES, Adilor Antonio	2017	Univali	contextual	impactos jurídico políticos reforma

Comparação de custos entre cargos extintos na Administração Pública e terceirização de mão de obra: um estudo de caso com motoristas na Universidade Federal do Triângulo Mineiro- UFTM	CALDEIRA, Luiza Barbosa	2018	UFTM	direito material	terceirização motoristas
Iconografia do trabalho: a desconstrução do neoliberalismo no Brasil a partir da obra de Sebastião Salgado	CÂMARA, Rayanne Aversari	2019	UFPB	contextual	neoliberalismo
A reforma trabalhista de 2017: modernização ou retrocesso na Justiça do Trabalho?	CARVALHO JÚNIOR, João Severo	2019	Unimar	contextual	proibição do retrocesso social
A dimensão da saúde no direito fundamental ao trabalho digno: uma análise justrabalhista do trabalho na limpeza urbana do Distrito Federal	CARVALHO, Helena Martins de	2020	UNB	constitucional	saúde dos trabalhadores
A reforma trabalhista e o contrato de trabalho intermitente: uma visão a partir do direito estrangeiro (Itália, Portugal E Espanha)	CASTIGLIONI, Tamires	2019	UNIMEP	direito material	trabalho intermitente
Dimensionamento constitucional do contrato para prestação de trabalho intermitente	CASTRO, Lucas Silva de	2020	UNIFOR	direito material	trabalho intermitente
Saúde e segurança do teletrabalhador	CEZARIO, Priscila Freire da Silva	2019	USP	direito material	teletrabalho
A crise de representatividade sindical e o destino do sindicalismo com a alteração das fontes de custeio	CHARÃO, Anderson Pereira	2018	PUCPR	direito coletivo	sindicalismo
Responsabilidade da Administração Pública pelo meio ambiente de trabalho do terceirizado	CHIAPPIM, Lusiana da Silva Pinto	2018	UNICAP	direito material	terceirização
Terceirização de serviços: política pública de emprego?	COELHO, Humberto Alves	2018	UNIRIO	direito material	terceirização
A boa-fé objetiva como princípio de garantia de existência e validade da negociação coletiva: amplitude e limites da norma coletiva	COMAR, Rodrigo Thomazinho	2019	UniCuritiba	direito coletivo	normas coletivas
Inovação da Comunicação de Interesse Público entre o Sindicato dos Professores do ABC e seus associados	CÔRREA, Sérgio	2019	USCS	direito coletivo	comunicação sindical

Principais aspectos da Lei nº 13.467/2017 que sinalizam retrocesso aos direitos sociais e fundamentais nas relações de trabalho	COSTA, Marcos Roberto	2019	UNIMEP	constitucional	proibição do retrocesso social
Flexibilização dos Direitos Trabalhistas (CLT): consequências para o trabalho de professores da iniciativa privada do Mato Grosso do Sul	COSTA, Wander Medeiros Arena da	2019	UFGD	direito material	flexibilização trabalhista professores
Desjudicialização por meio das serventias extrajudiciais e acesso à justiça: análise acerca da (im)possibilidade de tornar obrigatória a via administrativa	DADALTO, Rafael Gaburro	2019	UFES	direito processual	acesso à justiça
Custos e insegurança jurídica relacionados ao instituto da terceirização: uma análise da percepção das empresas prestadoras de serviços à Caixa Econômica Federal	DIAS, Glauco Braga	2018	IDP	direito material	terceirização
Teletrabalho e reforma trabalhista: mudanças e perspectivas	DIER, Bruna	2019	UFRGS	direito material	teletrabalho
A negociação coletiva trabalhista e a intervenção mínima do estado	DUARTE, Luiz Filipe	2019	PUCRS	direito coletivo	negociação coletiva
O princípio da segurança jurídica no direito do trabalho e direito processual do trabalho: enfoque sob a Lei nº 13.467/2017	DUARTE, Radson Rangel Ferreira	2019	USP RIO PRETO	direito material	segurança jurídica
O direito material do trabalho e a reforma trabalhista: estudo analítico da Lei nº 13.467/17 – positivação de institutos já consagrados	DUARTE, Vinicius Franco	2019	PUCSP	contexto	historia e política
Danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho	FARIA, Carolina Tupinambá	2018	USP	direito material	danos extrapatrimoniais
A terceirização irrestrita e as consequências nos direitos de personalidade dos trabalhadores	FAVARIN, Poliany Crevelaro	2018	UniCesumar	direito material	terceirização
A Necessidade da Interveniência Sindical na Dispensa Coletiva	FÉ, Priscila Mousinho de Moura	2018	UDF	direito coletivo	dispensa coletiva
A internet e as novas tecnologias na relação de trabalho: teletrabalho / home office	FELIPPE, Gabriela de Carvalho	2019	PUC-SP	direito material	jornada teletrabalho home office

Controles de constitucionalidade e convencionalidade da reforma trabalhista – Lei 13.467/2017	FERRAZ, Miriam Olivia Knopik	2018	PUCPR	constitucional	controle de constitucionalidade
A efetividade da tutela de urgência de natureza antecipatória no processo do trabalho	FERREIRA, Carla de Campos	2019	PUCSP	direito processual	tutela de urgência
Sequência didática com noções de direito da cidadania: contribuição para uma formação integral no ensino médio integrado	FERREIRA, Gislany Gomes	2019	IFSP	direito material	educação
Efeitos da Terceirização nos Direitos Fundamentais ao Trabalho e à Previdência no âmbito das Relações de Trabalho	FERREIRA, Irenilza Rebelo	2018	UNAMA	direito material	terceirização
A função social do vínculo de emprego na Constituição Federal	FONTES, José Eduardo Trevisano	2017	FADISP	constitucional	vínculo de emprego e direitos fundamentais
Sindicato em tempo da Reforma Trabalhista de 2017: o fim da contribuição sindical obrigatória e a eficácia "erga omnes" da negociação coletiva	FREITAS, Claudio Victor de Castro	2017	UFF	direito coletivo	sindicalismo
A dispensa coletiva no plano nacional e internacional frente à efetividade do direito fundamental ao trabalho	FUKUOKA, Nelma Karla Waideman	2018	UNESP	direito coletivo	dispensas coletivas
A arbitragem nas relações individuais de trabalho	GALVÃO, Gustavo Oliveira	2019	PUCSP	direito processual	arbitragem
A configuração de grupo econômico na justiça do trabalho	GARCIA, Gabriella Cociolito	2018	PUCSP	direito material	grupo econômico
O acesso à justiça do trabalhador diante das mudanças introduzidas pela reforma trabalhista a partir de 2017	GOMES, Ana Virgínia Moreira	2019	UFC	direito processual	acesso à justiça
O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho: aspectos teóricos e práticos a partir das previsões da Lei n. 13.105/2015 e da Lei n. 13.467/2017	GOMIDE, Renata Rechden	2019	PUCSP	direito processual	desconsideração da personalidade jurídica
Políticas de austeridade e as reformas trabalhistas transatlânticas: os casos Brasil e Espanha	GUIMARÃES, Denise	2018	UFF	constitucional	austeridade

A terceirização na atividade-fim da empresa como agravo social	GUIMARÃES, Valdilene Ângela de Carvalho	2018	UDF	direito material	terceirização
Eficácia da norma coletiva à luz do princípio da autonomia da vontade	HASEGAWA, Jamille Ribeiro Pires	2019	PUCSP	direito coletivo	negociação coletiva
Direito fundamental ao trabalho digno e o contrato de trabalho intermitente	LARAIA, Maria Ivone Fortunato	2018	PUCSP	direito material	trabalho intermitente
A reforma trabalhista e o princípio da proteção: uma análise à luz do direito à igualdade e à não discriminação	LAZZARIN, Helena Kugel	2020	UNISINOS	direito material	abordagem generalista
Aplicação dos honorários advocatícios sucumbenciais na justiça do trabalho: efetividade jurisdicional e acesso à justiça	LEITE, Flávia Piva Almeida	2020	UNINOVE	direito processual	honorários advocatícios
O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes : reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno	LEMOS, Maria Cecilia de Almeida Monteiro	2018	UNB	direito material	trabalho intermitente
O conteúdo jurídico do princípio da intervenção mínima na autonomia privada coletiva	LIMA, Cyntia Maria de Possídio Oliveira	2019	UFBA	direito coletivo	direito coletivo
O enigma do trabalho a partir da reforma trabalhista: os reflexos da teoria econômica nas vertentes do contrato de trabalho	LIMA, Erick Alam de	2019	UniCuritiba	contextual	teoria econômica do direito
Aspectos constitucionais da reforma trabalhista e o direito fundamental de acesso à justiça	MACHADO, Luiz Cláudio Campos	2020	UNINOVE	direito processual	acesso à justiça justiça gratuita e honorários
A ultratividade da norma coletiva: histórico brasileiro e a vedação ao instituto pela lei nº13.467/17	MANCUSO, Gisele Cristina	2019	USP	direito coletivo	normas coletivas
Da participação do sindicato obreiro na dispensa em massa ou coletiva: uma necessidade democrática	MARINHO, Rodrigo Fonseca	2018	FUMEC	direito coletivo	dispensa coletiva
A sucumbência como denegação da prestação jurisdicional e o esvaecimento do direito fundamental de acesso à justiça na seara trabalhista	MARKMAN, Débora	2019	UNIMEP	direito processual	acesso à justiça princípio da sucumbência
Reforma trabalhista no âmbito do direito brasileiro: como os atores do processo do trabalho recepcionam as alterações promovidas pela lei n. 13.467/2017	MARTIGNAGO, André Zanis	2019	UNISINOS	direito material	abordagem generalista

Princípio da intervenção mínima: modelo de análise cartesiana aplicada ao direito do trabalho	MARTINS, Gustavo Afonso	2019	UniCuritiba	constitucional	princípio intervenção mínima
Negociação coletiva, teleatendimento e gênero : um estudo das convenções coletivas de trabalho do Sinttel-DF de 2009 a 2018	MARTINS, Milena Pinheiro	2019	UNB	direito coletivo	conVenções coletivas e teleatendimento
Enquadramento sindical no Teletrabalho	MARTINS, Rafael Lara	2019	UniDF	direito coletivo	teletrabalho e enquadramento sindical
Teletrabalho: desafio ao Direito do Trabalho e as modificações trazidas com a reforma trabalhista	MASSARO, Rubens Luiz Schmidt Rodrigues	2020	PUCSP	direito material	teletrabalho
A insuficiente proteção do direito brasileiro ao trabalho decente	MATOS, Monique Fernandes Santos	2019	UniCEUB	direito material	direito internacional oit
A terceirização de serviços no brasil sob a ótica do trabalho descente	MAXIMILIANO, Ana Maria	2018	PUCPR	direito material	terceirização
Neoliberalismo(s) e o marco regulatório do trabalho terceirizado no Brasil (Leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017): uma análise jurídico-sociológica acerca do fim da distinção entre atividade-meio e atividade-fim	MELLO, Gabriel de Oliveira de	2020	UFPR	direito material	terceirização
Da crise econômica e a reforma trabalhista brasileira: as modalidades empregatícias estratificadas	MELO, Francisco Matheus Alves	2018	UniDF	contextual	crise econômica neoliberalismo
Regulação trabalhista e sociedade informacional	MORAES JÚNIOR, Ariel Salete de	2018	Mackenzie	contextual	sociedade informacional e neoliberalismo
Lei geral de terceirização e reestruturação sindical: uma reflexão necessária	MORAIS, Juliana Ferreira de	2018	PUCSP	direito material	terceirização
O procedimento jurisdição voluntária para homologação judicial de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho	MORAIS, Rafaela Rodrigues de	2020	PUCSP	direito processual	acordo extrajudicial
O desvirtuamento da negociação coletiva como instrumento de melhoria da condição social do trabalhador.	MOURA, Felipe da Costa Lima	2018	UNICAP	direito coletivo	negociação coletiva
Terceirização e o Trabalho Temporário: a precarização nas relações de trabalho em face das	MOUTINHO, Marcelo Rezende	2018	FDSM	direito material	terceirização

mudanças promovidas pelas Leis nº 13.429/17 e 13.467/17					
A linguagem jurídica da sentença judicial trabalhista	NAMORATO, Daniele Simões Solon Soares e Silva	2019	PUCSP	direito processual	acesso à justiça linguagem sentenças
Saúde do trabalhador na Constituição brasileira: uma análise enquanto regra, princípio e política	NICHELE, Cíntia da Silva Telles	2019	FIOCRUZ	constitucional	saúde do trabalhador
O assédio moral e a precarização do trabalho: repercussões sobre a saúde do trabalhador de telemarketing	NORAT, Rafael Câmara	2018	UFPB	direito material	assédio moral telemarketing
Uma análise constitucional sobre a reforma trabalhista, seus impactos no processo do trabalho e sua importância para a ordem econômica	OLIVEIRA JUNIOR, Etinon Ramos de	2018	UNIMAR	constitucional	flexibilização de direitos
O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicabilidade ao processo do trabalho	OLIVEIRA, André Araújo de	2018	PUCSP	direito processual	desconsideração da personalidade jurídica
As convenções da OIT como parâmetro de controle de convencionalidade em um contexto de reforma trabalhista	OLIVEIRA, Felipe Duarte Ribeiro de	2019	UDF	constitucional	controle de constitucionalidade
Lesões extrapatrimoniais na reforma trabalhista: uma análise interseccional	OLIVEIRA, Marcos Aragão Couto de	2019	PUCRIO	direito material	terceirização
Autonomia e paridade de armas na relação de trabalho do empregado hipersuficiente : uma análise conforme os princípios do direito do trabalho	OLIVEIRA, Ricardo de Jesus Colares de	2020	UNIFOR	direito material	negociação individual
Acesso à justiça no sistema jurídico laboral: uma pesquisa empírica em assistência jurídica integral gratuita, gratuidade de justiça e jus postulandi	OLIVEIRA, Thais Miranda de	2019	UFF	direito processual	acesso à justiça
O Movimento sindical e os desafios na formação de normas coletivas com a reforma trabalhista de 2017	PAIVA, Alexandre Lopes Batista de	2020	UFGD	direito coletivo	movimento sindical
O Dano Existencial nas relações de emprego e o meio ambiente de trabalho	PASSOS, Fábio Silva Ferraz dos	2018	UDF	direito material	dano existencial
O direito à desconexão: um panorama dos reflexos sociais contemporâneos do trabalho sem fim	PATTERSON, Pablo Fernandez	2018	UCSAL	direito material	tempo à disposição e

					trabalho intermitente
O impacto da reforma trabalhista no equilíbrio labor-ambiental dos trabalhadores terceirizados: perspectivas e projeções à luz da experiência portuguesa	PAULA, Giovanna Gomes de	2020	UNESP	direito material	terceirização
O princípio da autonomia da vontade coletiva diante da Lei n.13.467/2017 na busca da efetivação dos direitos sociais	PEREIRA, Flavia Alejandra Fernández	2018	UNISC	direito coletivo	autonomia da vontade coletiva
Representação não sindical e negociação coletiva atípica	PERESSIN, , Paulo Antonio	2019	PUCSP	direito coletivo	representação sindical negociações coletivas
Análise crítica da terceirização nas relações de trabalho no Brasil segundo os princípios da ordem econômica	PEREZ, Daisy Doro	2019	UNIMAR	direito material	terceirização
Ultratividade das cláusulas coletivas: aplicabilidade dos princípios da proibição do retrocesso social, da norma mais favorável e do conglobamento	PESCAROLO, Carina	2019	UniCuritiba	direito coletivo	negociação coletiva
A desconsideração da personalidade jurídica como mecanismo de efetividade dos direitos fundamentais do trabalhador: a incompatibilidade da prévia instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica do processo civil c/ o proc. do trabalho	PETRI, Marcia Coser	2017	UNOESC	direito processual	desconsideração da personalidade jurídica
Fim da compulsoriedade da contribuição sindical e eficácia subjetiva da negociação coletiva de trabalho no Brasil	PIRES, Fernanda Zabian	2019	USP	direito coletivo	contribuição sindical
Flexibilização do Direito do Trabalho por meio da negociação coletiva: Limites constitucionais	PITOMBO, Cristiane Rosa	2019	UniDF	direito coletivo	negociação coletiva
Proteção jurídica e políticas de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho	POMBO, Carolina Garcia Luchi da Rocha	2018	UFPR	direito material	pessoas com deficiência
Direito do trabalho do não-assalariado: nova informalidade e as	PORTELLA, Gabriela Cardoso	2020	UFPR	dieito material	relações de trabalho

zonas cinzentas do assalariamento do Brasil					
A (des)construção do direito do trabalho: impasses e desafios no Brasil contemporâneo	PRESOT, Regiane Sousa de Carvalho	2019	UNIDF	direito material	reforma trabalhista
A contrarreforma trabalhista brasileira e a (des)padronização da jornada de trabalho: expressões da flexibilização irrestrita	RAO, Eduardo Martins	2020	UEPB	direito material	jornada de trabalho
A reforma trabalhista e o contrato laboral: impactos da lei nº 13.467/2017 nas novas modalidades de contrato de trabalho e o dano extrapatrimonial	RENZETTI FILHO, Rogério Nascimento	2019	UNIVEM	direito material	dano extrapatrimonial
Dignidade do Trabalhador: como o direito do trabalho regulamenta o meio ambiente sadio	ROBERTI, Eduardo Torres	2018	UniT	constitucional	saúde do trabalhador
Direito, linguagem e mediação: traços Waratianos para um "descortinar" da Reforma Trabalhista (A reforma trabalhista no divã)	ROCCO, Thais Bressiani Vieira de	2020	UFPR	direito processual	mediação
A prova no processo judicial eletrônico	RODRIGUES FILHO, Carlos Abner de Oliveira	2018	USP	direito processual	provas pje
Terceirização: passado, presente e futuro	RODRIGUES, Dalton Emmanuel Leal	2018	UNAMA	direito material	terceirização
Impactos da reforma trabalhista no trabalho da mulher gestante e lactante	RODRIGUES, Eduarda Celino	2018	UNIPê	direito material	gestante
Controle de convencionalidade: uma análise da convenção 158 da OIT	RODRIGUES, Marcelo	2019	UniBrasil	constitucional	dispensa coletiva
Formas de controle do passivo trabalhista por meios extrajudiciais de solução de conflitos.	SALDANHA, Luciana Rodrigues	2019	EPD	direito processual	acordos extrajudiciais
Teoria dos contratos coletivos: repercussões do direito civil no direito do trabalho	SANTIAGO, Rafael da Silva	2018	UNB	direito coletivo	direito coletivo
O meio ambiente do trabalho e a atuação sindical	SANTOS, Angélica Maria Lins dos	2018	UNAMA	direito coletivo	sindicalismo
Atores políticos e direitos sociais: as relações de poder sob a ótica da aprovação da reforma trabalhista no Brasil	SANTOS, Bruna Stephanie Miranda dos	2020	UFRGS	contexto	neoliberalismo

O exame de convenção coletiva ou acordo coletivo pela Justiça do Trabalho após a Lei nº13.467/17.	SANTOS, Cássia Barata de Moraes	2019	UNICAP	direito coletivo	negociação coletiva
Supremacia do negociado sobre o legislado à luz do princípio da proteção do trabalhador	SANTOS, Cássio Henrique Pacheco dos	2018	UPF	direito coletivo	negociação coletiva
A teoria dinâmica do onus da prova e sua aplicabilidade no processo do trabalho	SANTOS, Cyntia Cordeiro	2018	UniFG	direito processual	ônus da prova
Direitos fundamentais nas relações de trabalho no contexto da sociedade de risco: uma análise da lei 13.467/2017 e seus influxos	SANTOS, Danilo Lucas de Oliveira	2019	UFAL	constitucional	direitos fundamentais
O acesso à justiça e a condenação em honorários sucumbenciais na justiça do trabalho	SANTOS, Igor Pereira dos	2019	UNIMAR	direito processual	acesso à justiça honorários
Multa por má-fé aplicada à testemunha no processo do trabalho	SANTOS, marcos Antonio dos	2019	PUCSP	direito processual	multa por litigância de má-fé
A reforma trabalhista brasileira e o projeto doing business: a regulação do contrato de trabalho sob os influxos dos organismos internacionais	SANTOS, Maria Roseniura de Oliveira	2019	UcSal	contextual	reforma trabalhista e neoliberalismo
A Terceirização e o Trabalho Escravo: Coincidência?	SANTOS, Suely Rosa dos	2018	UDF	direito material	terceirização
A proteção do mercado de trabalho da mulher e a reforma trabalhista: realidade e perspectivas	SANTOS, Verônica Fleury Pavan Roriz dos	2020	PUCSP	direito material	proteção à mulher
Flexibilização e reforma trabalhista : histórias de vida de trabalhadores da enfermagem	SASTRE, Cristiane Fraga da Silveira	2019	UFRGS	direito material	flexibilização trabalhista enfermagem
A arbitragem como instrumento de resolução de conflitos individuais trabalhistas	SCARIOT, Marcelo José	2019	EPD	direito procesual	arbitragem
A reforma trabalhista e a (des)construção do Direito do Trabalho no Brasil: uma análise da conjuntura da aprovação da Lei 13.467/2017	SCHEIFER, Camila Escorsin	2019	UEPG	contexto	análise de conjuntura
A reforma trabalhista e a ética do absurdo de Albert Camus	SCORPIÃO, Raphael Varga	2020	PUCSP	filosofia	
Meio ambiente do aquaviário e o direito à desconexão	SEGNINI, Carolina Cammarosano	2019	UNISANTOS	direito material	meio ambiente de trabalho aquaviário

O teletrabalho e a responsabilidade civil do empregador quanto ao acidente, a saúde e a segurança	SERRALVO, Letícia Lisboa Souza	2020	PUCSP	direito material	teletrabalho
Reforma trabalhista no Brasil: análise crítica e possíveis impactos	SILVA, Antonio Donizetti da	2019	UFSCAR	contexto	neoliberalismo
O direito fundamental à desconexão nas relações de teletrabalho	SILVA, Filipe Ferreira da	2019	Unifieo	direito material	teletrabalho
Relações de trabalho e sua precarização: uma crítica à terceirização	SILVA, Gabriela Mendes	2018	UCB	direito material	terceirização
Reforma Trabalhista: avanço ou retrocesso?	SOARES, Wagner de Jesus	2018	UVA	contextual	reforma trabalhista
A negociação coletiva sob a luz do constitucionalismo contemporâneo : como as alterações previstas na Lei nº 13.467/17 podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico.	SORDI, Guilherme Prestes de	2018	UNISC	direito coletivo	negociações coletivas
Tempo de reforma e tempo perdido uma análise acerca do tempo de trabalho contemporâneo à luz da lei 13.467-2017	SORGI, Juliana Machado	2018	UEL	direito material	jornada de trabalho e neoliberalismo
Direito ambiental do trabalho: o direito fundamental ao meio ambiente laboral sustentável e o teletrabalho no Brasil como meio de escravidão moderna.	SOUSA, Antonio César Teixeira de	2019	UNISANTOS	direito material	meio ambiente de trabalho – teletrabalho
As fronteiras da negociação coletiva	SOUZA, Joeline Araujo	2019	UFBA	direito coletivo	negociação coletiva
A moral das senzalas e o trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo: luta coletiva e [sub]representação do conflito nos tribunais da justiça do trabalho	SOUZA, Juliana	2019	UNICAMP	direito material	trabalho doméstico
A arbitragem nos conflitos individuais de trabalho à luz da Lei nº 13.467/2017	SOUZA, Raquel Fernandes de Oliveira Bertholdo de	2019	PUCSP	direito processual	arbitragem
As alterações processuais implementadas pela Lei nº 13.467/17 à Consolidação das Leis do Trabalho e o acesso à justiça	SOUZA, Wilson Alves	2019	UFBA	direito processual	acesso à justiça
O direito do trabalho como sistema imunológico da sociedade	SUPIONI, Adriana Jardim	2019	PUCSP	direito material	relações de trabalho

A Saúde do trabalhador e a duração do trabalho: os desafios do teletrabalho	TEIXEIRA, Fernanda da Rocha	2017	UDF	direito material	teletrabalho
Trabalhadoras domésticas no Brasil: uma análise sobre a evolução legislativa e os avanços promovidos pela emenda constitucional nº 72/2013	TOLOMEI JUNIOR, Hosannah Micheli	2018	UCSAL	direito material	trabalho doméstico
Lei geral da terceirização: entre a precarização e o desenvolvimento econômico	VIANA, Maria Zilda Vasconcelos Fernandes	2019	Uni7	direito material	terceirização
Negociado ou Legislado? Análise Teórica e Jurisprudencial sobre a Prevalência do Negociado nas Relações de Trabalho	VIEIRA, Andre Issa Gandara	2018	ITE	direito coletivo	negociação coletiva
A normatividade do direito do trabalho no Brasil entre o negociado e o legislado: rumo a uma nova configuração	WEIDMAN JÚNIOR, Daniel Rodney	2019	UFPR	direito coletivo	negociação coletiva
Dano existencial no direito do trabalho: uma análise comparada entre Brasil e Itália	XAVIER, Eduardo de Souza	2019	PUCRS	direito material	dano existencial
Os efeitos e a aplicação do parágrafo único do Artigo 444 da CLT nas relações individuais de trabalho	XAVIER, Saulo Rodrigues	2019	PUCSP	direito material	negociação individual
Dispensa coletiva: a busca da solução adequada para efetivação dos direitos humanos dos trabalhadores	ZACARIAS, Fabiana	2018	UNAERP	direito coletivo	dispensa coletiva
A Reforma trabalhista de 2017: Um passo atrás dos direitos garantidos pela CLT	ZAMBL, Andréa Araujo Diniz Matos	2019	UMC	constitucional	flexibilização de direitos

Anexo 2: Resumo das tese e dissertações excluídas no ponto 1.2

(...) As teses e dissertações que exploraram aspectos das alterações processuais, em geral, não abordaram o acesso à Justiça, à exceção de quatro pesquisas (todas dissertações), mas com enfoques bastante distintos do que aqui se busca propor. Na dissertação de Rafael Dadalto (2019), da Ufes, muito embora ele tenha tratado de acesso à Justiça, o fez sob enfoque completamente diverso do aqui pretendido, analisando a desjudicialização de procedimentos, considerando os métodos administrativos de solução de conflitos (DADALTO, 2019).

Na dissertação de Luiz Cláudio Machado (2020), intitulada "Aspectos constitucionais da Reforma Trabalhista e o direito fundamental de acesso à Justiça", o pesquisador da Uninove priorizou na análise o estudo da justiça gratuita e dos honorários de sucumbência (MACHADO, 2020). Já Érica Amorim (2019), da Universidade Federal da Bahia, ao abordar as alterações trazidas pela lei federal 13.467/2017 no processo do trabalho, tratou de questões relacionadas à garantia do acesso à Justiça e suas repercussões, priorizando, todavia, a análise de pontos relacionados às custas processuais e à gratuidade da justiça. Também analisou honorários periciais, honorários advocatícios, sucumbência recíproca e litigância de má-fé, mas não direcionou seus estudos para os novos requisitos da petição inicial e suas consequências para o acesso do trabalhador à justiça (AMORIM, 2019).

E, ao investigar a atuação do Poder Judiciário trabalhista em pontos modificados com a reforma, a autora voltou sua análise para questões relacionadas a aspectos que envolvem jurisdição constitucional e a atuação específica do Supremo Tribunal Federal, abordando controle difuso, controle concentrado e o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade (AMORIM, 2019, p. 101-114).

Em dissertação bastante completa sobre a temática relacionada ao acesso à Justiça, Marília Fernandes (2019), da Universidade Federal do Ceará, abordou diversos aspectos da garantia fundamental do trabalhador, efetuando não apenas uma abordagem principiológica do tema, mas apresentando, também, formas de interpretação jurídica como meio de se buscar preservar essa garantia de acesso, mesmo após a reforma (FERNANDES, 2019).

A pesquisadora analisou, como obstáculos construídos pela Reforma Trabalhista ao acesso à Justiça do trabalhador, além da questão relacionada à petição inicial: a limitação da interpretação da lei pelos tribunais trabalhistas e o exame das normas coletivas pela Justiça do Trabalho, a arbitragem em dissídios individuais, o termo de quitação anual, prescrição intercorrente, gratuidade da justiça e despesas processuais, o novo rito da exceção de

incompetência territorial, a condição do preposto do reclamado, aplicação de multa à testemunha, o sistema recursal e aspectos relativos à execução trabalhista, apresentando, assim, um amplo aspecto das possíveis obstruções implementadas com a lei federal 13.467/2017 (FERNANDES, 2019, p. 57-91).

E, embora a pesquisadora analise os requisitos da petição inicial como um dos seus pontos nas "implicações da Reforma Trabalhista sobre o acesso à Justiça do trabalho" (FERNANDES, 2019), o faz sem levar em consideração, de modo mais aprofundado, o papel do Poder Judiciário nessa frente, direcionando sua pesquisa de modo a catalogar todas as possíveis alterações processuais que poderiam impactar na garantia de amplo acesso do trabalhador à Justiça Trabalhista.

Ao buscar uma premissa interpretativa que possibilitasse, apesar da reforma, a preservação do direito fundamental de acesso à Justiça, direcionou essa hipótese como um desafio geral a todos os operadores do direito, apresentando uma abordagem da interpretação jurídica como meio de preservação desse acesso (FERNANDES, 2019, p. 98-119).

Essa tentativa de buscar, por meio de métodos de interpretação, preservar direitos trabalhistas de certo modo violados com a reforma de 2017, também será retomada na pesquisa que aqui estamos propondo, por meio do que chamamos de desenvolvimento de uma jurisprudência de resistência em contraposição a um direito de exceção. Mas, na abordagem que apresentaremos, buscaremos demonstrar, na prática, por meio da análise de acórdãos proferidos, quais os possíveis impactos dessa racionalidade neoliberal nas decisões judiciais e como técnicas de interpretação aliadas à uma retomada histórica do papel protetivo da Justiça do Trabalho podem promover Jurisprudências de Resistência.

(...)

E, como já havíamos constatado quando da análise da filtragem pela BDTD, a maior parte das pesquisas da Capes que tratavam de aspectos processuais da reforma de 2017, ao identificarem possíveis obstáculos processuais de acesso do trabalhador ao Poder Judiciário, direcionaram sua abordagem no sentido de tecer considerações acerca das alterações com relação aos honorários advocatícios sucumbenciais e, ainda, com relação aos requisitos para concessão do benefício da justiça gratuita, o que também se repetiu nas pesquisas filtradas no banco de dados da Capes (SANTOS, I. F., 2019; OLIVEIRA, T. M., 2019; MARKMAN, 2019, por exemplo).

Um enfoque um pouco distinto acerca do acesso do trabalhador ao Poder Judiciário foi dado pela pesquisadora Daniele Namorato (2019), da PUC-SP que tinha como objeto de análise a "linguagem das sentenças judiciais trabalhistas, com base nos estudos de referenciais legais, teóricos, doutrinários, jurisprudenciais e de dados estatísticos acerca do percentual de litigiosidade e de sentenças proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho" (NAMORATO, 2019).

A pesquisadora, a partir dessa premissa, procurou investigar as possíveis dificuldades existentes na interpretação das sentenças proferidas pelo Poder Judiciário Trabalhista e que poderiam representar "entraves a serem enfrentados pelos destinatários dos provimentos jurisdicionais" (NAMORATO, 2019).

(...) Para demonstrar isso, e também ponderar o tratamento dado pelos trabalhos de ênfase contextual quanto ao neoliberalismo, passamos a uma breve exposição dos mesmos. A revisão deles tem uma razão epistemológica na estruturação desta pesquisa: delimitar como a ideia de neoliberalismo foi apreendida por quem nos precedeu na análise da Reforma Trabalhista de 2017, dentro desse restrito campo de estudo. Buscamos avaliar como esses estudos mobilizaram essa perspectiva analítica, situando-a na linha temporal e, mais adiante, se as pesquisas dialogam, e de que forma, com as balizas elaboradas por Dardot e Laval (2016) do que seria "a nova razão do mundo".

Avançando em ordem cronológica, a dissertação de Adilor Antônio Borges, defendida em dezembro de 2017, cinco meses após a promulgação da Reforma Trabalhista, é a primeira a tratar da mudança legislativa enfatizando o contexto da sua aprovação. Para Borges (2017), a mudança legislativa é parte de um "receituário" sugestionado ao Brasil por organismos internacionais, exportadores e financistas, interessados na desregulamentação das relações de trabalho e no desmonte das políticas de bem-estar social. Segundo ele, a Reforma Trabalhista de 2017 resultou em: reconversão conservadora de matiz neoliberal, precarização de direitos, desmantelamento sindical, desmonte da seguridade social e crise fiscal (BORGES, 2017).

O autor vê uma prevalência do Mercado sobre o Estado, sendo que este adere à austeridade fiscal e às medidas flexibilizadoras sem resistência evidente, nem compensação aparente. O marco temporal do neoliberalismo destacado por ele, e que é visto como um retorno ao ideário do liberalismo, é o ano de 1990, em razão do Consenso de Washington. Sobre as relações laborais, projeta que serão "novo espaço de conflitos que serão mediados por uma Justiça do Trabalho que tenderá ao desaparecimento, à fragmentação e à debilidade institucional na defesa dos interesses dos trabalhadores" (BORGES, 2017, p. 100-101).

No ano de 2018, Ariel Salete de Moraes Junior irá embasar-se em Manuel Castells, David Harvey e Ulrich Beck para discutir o neoliberalismo como contexto para a Reforma Trabalhista. Ainda que cite Dardot e Laval, e se aproprie da ideia da concorrência como nova medida para as relações pessoais e governamentais, a sua visão é pautada pelo entendimento que o neoliberalismo cria um outro regime de regulação da economia, em vez de questioná-lo como motor de uma nova sociedade. "A economia sujeitou o jurídico e a política", diz Moraes Júnior (2018, p. 183), dando sequência a uma visão assim orientada.

Ao abordar o Direito, Moraes Júnior (2018) verá na precarização das relações de trabalho uma manifestação do neoliberalismo, que chega então ao Direito, ao afetar as regulações socialmente mais justas anteriormente estipuladas. Moraes Júnior vê nisso um engodo, pois se a Justiça Trabalhista é criada no reconhecimento que a "paridade de armas" era injusta para o assalariado, tornar a instituí-la pela supressão de direitos não deve ser vista como modernização do aparato legal – muito pelo contrário. Contudo, sua análise restringe-se à indicação do fenômeno.

Também em 2018, Francisco Matheus Alves de Melo, relacionando economia e direito, argumenta que se as crises do mercado são presumidamente cíclicas, não haveria motivo substancial para a aprovação emergencial de uma Reforma Trabalhista – uma vez que as circunstâncias causadoras acabariam se repetindo em decorrência da própria dinâmica do capitalismo. Ele situa o neoliberalismo na década de 1970, tomando como referenciais Hayek e Friedman, com o cuidado de diferenciar brevemente suas correntes de pensamento dentro do neoliberalismo. Na sua caracterização, dá destaque à globalização e à partição dos negócios em redes de empresas organizadas transnacionalmente, de forma a atribuir a isso, em grande parte, a precarização do trabalho.

Na visão apresentada por Melo (2018) a ideologia neoliberal de interferência reduzida do Estado na economia aparece nas políticas de austeridade, que, por sua vez, reduzem o Direito do Trabalho "a mais um fator de troca para atrair investidores" (MELO, 2018, p. 19). A crítica é ao monetarismo incentivar mais a especulação financeira, ao torná-la mais rentável que a atividade produtiva, já que "o elevado patamar de juros reduz o investimento público ao provocar o crescimento da dívida pública, o que reduz as chances de crescimento econômico e, por fim, potencializa o aumento das taxas de desemprego" (MELO, 2018, p. 49). Na dissertação, o autor compara brevemente a adoção de políticas públicas neoliberais no Chile, França, Itália e Argentina. Ao olhar para o Brasil, destaca como ápice do neoliberalismo o que ocorreu após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. No Direito, questionou o

conceito de subordinação jurídica como meio de preenchimento dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego.

Buscando avaliar a Reforma Trabalhista sob a ótica das políticas de austeridade, Denise Guimarães, da UFF, propôs analisar as alterações legislativas promovidas com a lei 13.467/2017 "enquanto fenômeno ligado às políticas de austeridade e o seu impacto em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores previstos no texto constitucional e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho" (GUIMARÃES, 2018). A pesquisadora iniciou sua investigação partindo do estudo das relações de trabalho no cenário de globalização da economia para, a seguir, traçar reflexões acerca do Direito do Trabalho como proteção x direito de exceção, comparando, ainda, as reformas trabalhistas aprovadas na Espanha e no Brasil (GUIMARÃES, 2018).

Passando a 2019, André Zanis Martignago realizou uma abordagem generalista da Reforma Trabalhista, ao buscar analisar "como os atores do processo do trabalho recepcionam as alterações promovidas pela lei 13.467/2017" (MARTIGNAGO, 2019). O pesquisador apresentou um panorama pré-Reforma Trabalhista (apreciando aspectos político e econômicos), trazendo algumas das mudanças relacionadas ao direito material efetivadas com a reforma ("negociado sobre o legislado", flexibilização da jornada de trabalho, cláusula compromissória de arbitragem e exposição da gestante lactante a agente insalubre), mas, ao apreciar aspectos processuais, abordou apenas as modificações relacionadas ao instituto da justiça gratuita, nada mencionando acerca do novo requisito para apresentação da petição inicial (MARTIGNAGO, 2019, p. 51-55).

E, ao tratar da "posição dos atores do campo jurídico", mencionou posicionamentos do TST, "Tribunais da Região Sul" e São Paulo, de magistrados, membros do Ministério Público, advogados e acadêmicos acerca de algumas matérias (direitos coletivos, honorários advocatícios, prescrição intercorrente, homologação de acordos extrajudiciais, posicionamentos gerais acerca da Reforma Trabalhista), mas não efetuou uma análise mais aprofundada do papel dessas pessoas ou instituições nas análises das demandas pós-reforma (MARTIGNAGO, 2019, p. 70-99).

O pesquisador João Severo de Carvalho Júnior, em 2019, ao se propor responder a pergunta de se a Reforma Trabalhista de 2017 significou modernização ou retrocesso para a Justiça do Trabalho, usa a expressão neoliberalismo apenas três vezes. Quando o faz, é na perspectiva do Estado, passivamente, ter que se adaptar ao mundo internacionalizado do trabalho. Neste trabalho, o autor usa muito mais vezes a ideia da flexibilização dos direitos trabalhistas, sem estabelecer vinculação entre isso e o neoliberalismo – como se aquela fosse a

circunstância primária, e não um derivativo do neoliberalismo – apesar de defender que a lei federal 13.467/2017 privilegiou a "tutela do capital" em detrimento da "tutela do trabalhador" (CARVALHO JUNIOR, 2019).

Na tese de Vinícius Franco Duarte, defendida em 2019, é quase inexistente a discussão sobre o neoliberalismo como contexto às mudanças aprovadas pela Reforma Trabalhista. Reduzindo essa discussão ao máximo, centrou esforços para caracterizar a situação de momento no Brasil como politicamente conturbada, em razão da Operação Lava Jato. Na conclusão, pontua que a Reforma Trabalhista "poderia estar sendo vítima de uma injustiça jurídica" (DUARTE, 2019, p. 119), consequência de críticas *a priori* político-ideológicas – ainda que não as tenha delineado academicamente.

Nessa estratégia argumentativa, preocupou-se em realizar "o estudo da reforma em si e não daquilo que foi reformado", que foi apresentado na PUC-SP (DUARTE, 2019). O pesquisador, em sua tese, procurou responder se "valores referenciais para o Direito do Trabalho e suas relações, como a dignidade do trabalhador e a boa-fé, foram, de fato, mitigados ou desprezados pelo texto reformista" priorizando, assim, aspectos do direito material em sua abordagem (DUARTE, 2019, p. 16). E, a partir dessa definição, o pesquisador abordou distintas questões: grupo econômico, tempo à disposição do empregador, prescrição, questões relacionadas à jornada de trabalho, férias, dano extrapatrimonial, trabalhadora lactante e ambiente insalubre (DUARTE, 2019, p. 42-72).

Ao analisar aspectos selecionados por ele da Reforma Trabalhista, Duarte conclui que não houve inovação legislativa na Reforma Trabalhista, sendo ela, grosso modo, "a ratificação pelo plano legislativo daquilo que já vinha sendo aceito e praticado pelos sujeitos das relações trabalhistas e pelos que as moldam" (DUARTE, 2019, p. 127). Nessa apertada síntese, a questão é que, na falta de uma crítica contextual – implícita no trabalho, mas velada na redação final – o autor propõe um abrandamento das críticas às políticas de austeridade.

Já na dissertação de Camila Escorsin Scheifer, defendida em 2019, não vemos essa obliteração tática do contexto. Pelo contrário, o recuo temporal para falar do neoliberalismo é um dos maiores da amostra, indo até 1970, quando uma crise do capitalismo, segundo a autora, força uma reconfiguração do sistema econômico, após um "longo ciclo de expansão da economia global" (SCHEIFER, 2019, p. 45-46). Ela vincula o neoliberalismo aos postulados do economista austríaco Friedrich Hayek, aceitando a abordagem recorrente de que se trata de um retorno ao ideal do liberalismo clássico no qual o Estado não deve intervir na regulação dos mercados – e que uma feição evidente deste litígio é a desregulamentação das conquistas sociais, entre elas os direitos trabalhistas.

Para a pesquisadora, o avanço neoliberal no Brasil se deu em três tempos, começando na presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), com a abertura comercial do país a competidores internacionais. Depois, com Fernando Henrique Cardoso à frente do país (1995-2002), teria havido privatizações, redução dos gastos sociais e desregulamentação da economia. Por fim, no governo Michel Temer (2016-2018), quando a Reforma Trabalhista alterou as garantias da CLT (SCHEIFER, 2019, p. 60-66). Em geral, predomina nesta dissertação a interpretação que o Estado é uma arena de disputa política, que os interesses neoliberais buscam conquistar, enfrentando só pontualmente resistências de ordem prática. Aqui o protagonismo não é dado às organizações internacionais, indo para os gestores do Executivo, a quem se atribui mentalidade de ajuste fiscal e de controle da inflação. Ela, portanto, não priorizou o Poder Judiciário em sua análise.

Maria Roseniura de Oliveira Santos, em sua tese, analisou diretamente as formas como o neoliberalismo teria potencializado "uma interdependência dos mercados para submeter as economias nacionais aos ditames do capital globalizado, permitindo uma atuação verticalizada de grupos econômicos transnacionais, afastando as barreiras regionais para a expansão do capital" (SANTOS, M. R. O., 2019). A partir desse viés, a pesquisadora buscou apresentar as assimetrias existentes na Lei 13.467/2017, analisando como o projeto Doing Business, do Banco Mundial, pode ter pautado as políticas públicas que culminaram com a aprovação da reforma, de cunho neoliberal (SANTOS, M. R. O., 2019).

Também analisando o neoliberalismo, mas dessa vez sob um enfoque iconográfico interdisciplinar, Rayanne Aversari Câmara, da UFPB analisou as medidas neoliberais implementadas pelo mundo – e, nelas, a autora inclui a Reforma Trabalhista de 2017 – por meio da investigação das fotografias de Sebastião Salgado (CÂMARA, 2019). Ela se propõe "denunciar que a real finalidade da ideologia neoliberal implementada no contexto socioeconômico brasileiro é a maximização do lucro através da exploração do trabalhador e da sua redução à força de trabalho", em especial no contexto pós lei federal 13.467/2017 (CÂMARA, 2019).

Na dissertação de Antônio Donizetti Silva, defendida em 2020, o autor muda o perfil atribuído até aqui à ação institucional dos presidentes da República, ao dizer que Michel Temer, por exemplo, adotou medidas neoliberais "sob o pretexto do equilíbrio das contas públicas" (SILVA, 2020, p. 8) – portanto, como alguém que planeja executá-las por vontade própria, mas que para isso utilizou o ajuste fiscal como desculpa pública para ocultar seu interesse velado, ignorando outras opções fora do receituário neoliberal, que poderiam levar ao mesmo fim. Na

sua análise, o pesquisador traça o neoliberalismo a partir da obra de Milton Friedman, da Escola de Chicago, e de seus comentadores. Na linha temporal, também recua aos anos 1970.

Ao analisar o caso brasileiro, mobiliza uma distinção elaborada por Filgueiras (2006), que entende haver: (i) o neoliberalismo em si, como doutrina político-econômica, (ii) o projeto neoliberal, que é a expressão do autor para a configuração que essas medidas tomam no Brasil, e (iii) o modelo econômico decorrente da implementação do projeto neoliberal, cujos resultados, então, poderiam ser medida de comparação entre os países (SILVA, 2019, p. 40). Ele colocará a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva no rol de quem adotou medidas neoliberais no Brasil, ao lado de Collor, FHC e Temer, ao vê-lo reformando a previdência social dos servidores públicos e dando continuidade ao suporte do Estado ao capital financeiro. No âmbito do Direito, analisou mudanças nas formas de contratação, de remuneração e nas formas de uso do trabalho (SILVA, 2020, p. 52-72), também direcionando a pesquisa às modificações no âmbito do direito material.

Na dissertação de Erick Alan de Lima, concluída em 2019, o pesquisador se propôs a aplicar a Análise Econômica do Direito na interpretação da Reforma Trabalhista. Ao abordar o pensamento econômico, ele recua às origens da economia política, tratando do liberalismo clássico, onde se demora em Adam Smith e David Ricardo, para, depois, em Marx, aprofundar a discussão sobre as relações entre trabalho e valor. O neoliberalismo aparece rapidamente no final desse debate, que ele julgou ser mais necessário que as facetas contemporâneas do problema para questionar o papel "modernizador" das mudanças na CLT.

O autor afirma, em tom crítico, que "a modernização da Reforma Trabalhista é a implementação dessas condições neoliberais; na verdade, a modernização traz a precarização dos direitos do trabalhador" (LIMA, 2019, p. 124). Em outro trecho, anterior, explicita mais como vê essa relação entre a economia e a Justiça Trabalhista: "o Direito deixa de cumprir a sua função de defesa do ser humano e passa a legitimar os meios pelos quais serão efetivadas as diretrizes ordenadas pelas ditas racionais justificativas econômicas" (LIMA, 2019, p. 120).

Com foco no Legislativo, a dissertação de Bruna Stephanie Miranda dos Santos, defendida em 2020, relaciona a votação da Reforma Trabalhista no Congresso Nacional, de forma bastante acelerada, após o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, ao lobby de grupos empresariais, interessados na desregulamentação das relações de trabalho, que teriam obtido o apoio dos congressistas com doações para campanhas eleitorais.

Na contextualização, a pesquisadora mobiliza, por exemplo, Boito Jr. (1999), para ressaltar a importância da burguesia industrial na implantação de um projeto neoliberal no Brasil, e também Dardot e Laval (2016), geralmente combinados com Harvey (2014), utilizando, portanto, mais a ideia de globalização das medidas de desarticulação dos trabalhadores como grupo social identitário – ainda que a autora cite textualmente a ideia-forte da competição generalizada como tônica do neoliberalismo atual. Em Santos (2020), contudo, o Estado ainda é visto como um mantenedor de contratos, colocado em oposição aos agentes privados, que buscam tutelá-lo em vez de serem tutelados.

Gabriel de Oliveira de Mello (2020), da UFPR, é o autor da única pesquisa, nesse rol, que se propôs a efetuar um estudo "jurídico sociológico" da Reforma Trabalhista considerando os impactos do neoliberalismo – com 188 usos da expressão e referências a Dardot e Laval, apesar de o autor se propor a fazer uma análise de matriz marxista. Na análise, priorizou a apreciação da terceirização e os problemas decorrentes do fim da distinção entre atividade-fim e atividade-meio (MELLO, 2020). Ao detalhar o neoliberalismo, recuou aos anos 1970, já na adoção de medidas de austeridade pelo governo de Margareth Thatcher no Reino Unido, prendendo-se mais na análise do advento da terceirização no Brasil.

(...)

Anexo 3: Consulta Jurisprudencial TRT9 (acórdãos em ordem numérica)

Processo	Redator	Orgão	Publicação
0000002-24-2018-5-09-0014	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000002-73-2018-5-09-0127	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	19/04/2019
0000004-43-2018-5-09-0127	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	08/04/2019
0000008-07-2018-5-09-0022	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0000010-95-2018-5-09-0015	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	10/04/2019
0000011-03-2018-5-09-0073	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	31/05/2019
0000013-05-2018-5-09-0127	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	11/12/2018
0000016-78-2018-5-09-0411	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/05/2018
0000018-53-2018-5-09-0668	CÉLIO HORST WALDRAFF	SEÇÃO ESPECIALIZADA	26/02/2019
0000019-35-2018-5-09-0863	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	11/10/2018
0000021-03-2018-5-09-0023	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	27/06/2018
0000021-39-2017-5-09-0863	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	15/03/2018
0000021-89-2019-5-09-0662	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000023-82-2018-5-09-0892	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000024-64-2018-5-09-0020	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	12/07/2018
0000025-40-2018-5-09-0411	ARION MAZURKEVIC	3A. TURMA	18/12/2018
0000030-22-2018-5-09-0004	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/04/2019
0000030-53-2018-5-09-0026	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	29/11/2018
0000031-24-2019-5-09-0666	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	15/07/2019
0000032-13-2018-5-09-0094	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	30/05/2019
0000034-34-2018-5-09-0562	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000035-19-2018-5-09-0562	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000035-40-2018-5-09-0652	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	30/11/2018
0000035-91-2019-5-09-0656	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	12/07/2019
0000036-13-2018-5-09-0656	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/07/2018
0000036-69-2018-5-09-0411	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	24/10/2018
0000037-32-2019-5-09-0892	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	31/07/2019
0000037-50-2018-5-09-0089	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	14/06/2019
0000038-74-2019-5-09-0000	ARION MAZURKEVIC	SEÇÃO ESPECIALIZADA	09/04/2019
0000039-65-2018-5-09-0656	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	07/01/2019
0000043-05-2018-5-09-0656	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	13/07/2018

0000044-27-2018-5-09-0094	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/12/2018
0000046-15-2019-5-09-0303	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	12/04/2019
0000048-98-2018-5-09-0018	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/08/2019
0000054-20-2018-5-09-0014	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	18/12/2018
0000054-68-2019-5-09-0892	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	30/07/2019
0000055-07-2018-5-09-0660	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	05/04/2019
0000055-23-2018-5-09-0008	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	30/04/2019
0000058-11-2018-5-09-0094	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	03/10/2018
0000060-63-2019-5-09-0023	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	07/05/2019
0000061-61-2018-5-09-0127	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	15/02/2019
0000062-44-2019-5-09-0666	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	05/07/2019
0000064-16-2018-5-09-0127	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	12/03/2019
0000069-94-2019-5-09-0000	ARION MAZURKEVIC	SEÇÃO ESPECIALIZADA	09/04/2019
0000070-07-2017-5-09-0661	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/10/2018
0000071-46-2018-5-09-0567	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	04/02/2019
0000071-93-2018-5-09-0325	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/08/2018
0000072-88-2019-5-09-0666	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	20/08/2019
0000073-06-2019-5-09-0656	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	07/05/2019
0000073-43-2018-5-09-0073	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	19/08/2019
0000073-69-2018-5-09-0129	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	04/08/2018
0000074-25-2018-5-09-0656	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	27/05/2019
0000077-15-2018-5-09-0127	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	12/03/2019
0000081-18-2019-5-09-0127	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000086-33-2019-5-09-0000	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	SEÇÃO ESPECIALIZADA	04/07/2019
0000087-61-2018-5-09-0094	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	01/11/2018
0000088-82-2018-5-09-0567	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	04/07/2019
0000089-31-2018-5-09-0094	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	30/05/2019
0000090-41-2018-5-09-0021	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	30/05/2019
0000092-11-2018-5-09-0021	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	17/06/2019
0000093-93-2018-5-09-0021	LUIZ ALVES	7A. TURMA	18/07/2018
0000094-69-2018-5-09-0024	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	27/06/2018
0000097-24-2018-5-09-0024	LUIZ ALVES	7A. TURMA	14/11/2018
0000097-62-2019-5-09-0000	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	24/05/2019

0000099-64-2018-5-09-0130	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	04/04/2019
0000103-58-2018-5-09-0015	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	15/03/2019
0000105-26-2018-5-09-0242	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000108-22-2018-5-09-0002	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/04/2019
0000113-08-2018-5-09-0014	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	18/12/2018
0000113-37-2018-5-09-0651	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	2A. TURMA	19/09/2018
0000115-59-2018-5-09-0666	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	04/09/2018
0000116-20-2018-5-09-0965	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	24/07/2018
0000118-03-2018-5-09-0411	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	23/06/2018
0000119-05-2018-5-09-0567	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	23/07/2019
0000121-34-2018-5-09-0127	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	23/05/2019
0000122-21-2018-5-09-0094	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	23/07/2019
0000124-90-2018-5-09-0643	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	11/10/2018
0000127-44-2018-5-09-0029	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	04/04/2019
0000128-77-2018-5-09-0013	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	08/02/2019
0000131-02-2018-5-09-0411	LUIZ EDUARDO GUNTHER	4A. TURMA	08/05/2019
0000131-98-2018-5-09-0088	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	13/06/2019
0000133-30-2018-5-09-0133	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	02/05/2019
0000134-38-2018-5-09-0093	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	28/11/2018
0000134-65-2018-5-09-0666	LUIZ ALVES	7A. TURMA	24/10/2018
0000135-23-2018-5-09-0093	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	04/04/2019
0000135-42-2017-5-09-0001	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	29/06/2018
0000135-82-2018-5-09-0041	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	05/12/2018
0000137-56-2018-5-09-0654	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	04/02/2019
0000139-54-2018-5-09-0095	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	02/10/2018
0000140-40-2018-5-09-0127	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	14/06/2019
0000140-55-2018-5-09-0025	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	13/06/2019
0000142-72-2018-5-09-0656	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	08/11/2018
0000142-78-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	04/08/2018
0000143-37-2018-5-09-0016	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	28/02/2019
0000144-80-2018-5-09-0126	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/04/2019
0000145-03-2018-5-09-0567	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	07/03/2019
0000145-31-2018-5-09-0008	ILSE MARCELINA BERNARDI LORA	3A. TURMA	25/04/2019
0000145-33-2018-5-09-0654	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	14/09/2018

0000146-55-2018-5-09-0965	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	25/04/2019
0000146-68-2018-5-09-0411	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	19/10/2018
0000147-03-2018-5-09-0654	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0000147-76-2018-5-09-0662	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	25/06/2018
0000147-76-2019-5-09-0004	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/08/2019
0000148-85-2018-5-09-0654	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	30/04/2019
0000149-23-2018-5-09-0411	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	06/11/2018
0000149-23-2018-5-09-0411	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	04/08/2018
0000152-02-2018-5-09-0015	ARION MAZURKEVIC	3A. TURMA	17/05/2019
0000153-10-2018-5-09-0654	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	04/02/2019
0000155-42-2018-5-09-0892	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	22/11/2018
0000156-47-2018-5-09-0562	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	19/06/2019
0000157-32-2018-5-09-0562	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	18/07/2019
0000157-32-2018-5-09-0562	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	23/04/2019
0000158-17-2018-5-09-0562	LUIZ ALVES	7A. TURMA	07/03/2019
0000158-26-2018-5-09-0656	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	23/08/2019
0000158-32-2018-5-09-0654	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	07/01/2019
0000159-17-2018-5-09-0654	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	07/08/2018
0000159-20-2018-5-09-0071	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	31/05/2019
0000160-02-2018-5-09-0654	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	09/08/2018
0000160-93-2018-5-09-0656	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	06/09/2018
0000161-16-2018-5-09-0127	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	12/04/2019
0000161-58-2018-5-09-0016	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	28/02/2019
0000161-85-2019-5-09-0513	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	04/07/2019
0000162-18-2018-5-09-0089	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	17/06/2019
0000162-69-2018-5-09-0654	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	27/03/2019
0000163-73-2018-5-09-0001	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	17/06/2019
0000164-24-2018-5-09-0659	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	08/04/2019
0000164-39-2018-5-09-0654	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0000165-49-2017-5-09-0657	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	30/04/2019
0000166-09-2018-5-09-0654	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	04/09/2018
0000166-09-2018-5-09-0654	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	27/06/2018
0000166-70-2018-5-09-0666	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	30/10/2018

0000167-55-2018-5-09-0666	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	16/10/2018
0000170-46-2018-5-09-0654	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0000170-71-2018-5-09-0678	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	08/07/2019
0000171-25-2018-5-09-0656	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	02/10/2018
0000171-31-2018-5-09-0654	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	09/08/2018
0000171-32-2018-5-09-0007	LUIZ ALVES	7A. TURMA	14/11/2018
0000172-16-2018-5-09-0654	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	04/09/2018
0000172-16-2018-5-09-0654	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	27/06/2018
0000173-29-2019-5-09-0892	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/08/2019
0000173-98-2018-5-09-0654	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	10/06/2019
0000175-83-2016-5-09-0025	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0000176-53-2018-5-09-0654	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	04/02/2019
0000177-38-2018-5-09-0654	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	11/04/2019
0000178-03-2018-5-09-0014	LUIZ ALVES	7A. TURMA	23/08/2018
0000178-23-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	04/08/2018
0000179-06-2018-5-09-0008	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	15/05/2019
0000180-90-2018-5-09-0654	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0000180-94-2018-5-09-0006	FÁTIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO	1A. TURMA	27/03/2019
0000181-06-2019-5-09-0892	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	20/08/2019
0000181-09-2018-5-09-0094	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	23/07/2019
0000181-91-2018-5-09-0002	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	02/05/2019
0000182-60-2018-5-09-0654	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	04/04/2019
0000183-65-2018-5-09-0130	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	13/08/2019
0000184-30-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	04/08/2018
0000185-26-2015-5-09-0652	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	17/04/2018
0000185-54-2019-5-09-0662	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	29/05/2019
0000187-16-2018-5-09-0094	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	23/07/2019
0000187-67-2018-5-09-0562	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	17/06/2019
0000189-52-2018-5-09-0654	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	26/04/2019
0000190-37-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	04/08/2018
0000191-22-2018-5-09-0654	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	26/04/2019
0000191-53-2018-5-09-0094	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	23/07/2019
0000191-93-2018-5-09-0016	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	17/05/2019
0000192-26-2018-5-09-0195	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	31/05/2019

0000192-69-2018-5-09-0019	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/08/2019
0000192-79-2018-5-09-0242	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	15/08/2018
0000195-85-2018-5-09-0128	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	30/05/2019
0000196-29-2018-5-09-0562	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000196-44-2018-5-09-0654	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0000196-75-2018-5-09-0094	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	23/07/2019
0000198-14-2018-5-09-0654	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	27/03/2019
0000199-69-2018-5-09-0663	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	10/12/2018
0000199-96-2018-5-09-0654	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	14/03/2019
0000201-51-2018-5-09-0562	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/05/2019
0000203-02-2018-5-09-0245	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	28/09/2018
0000204-52-2018-5-09-0094	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	22/05/2019
0000205-79-2018-5-09-0662	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	02/10/2018
0000207-09-2018-5-09-0643	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	25/04/2019
0000208-58-2018-5-09-0654	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	05/02/2019
0000209-19-2018-5-09-0662	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	22/04/2019
0000209-43-2018-5-09-0654	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	20/03/2019
0000209-56-2018-5-09-0003	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	15/02/2019
0000209-97-2016-5-09-0594	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	31/05/2019
0000210-80-2018-5-09-0669	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	28/06/2019
0000212-47-2019-5-09-0303	ILSE MARCELINA BERNARDI LORA	3A. TURMA	12/07/2019
0000213-68-2019-5-09-0000	CÉLIO HORST WALDRAFF	SEÇÃO ESPECIALIZADA	18/07/2019
0000213-80-2018-5-09-0654	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	14/03/2019
0000215-50-2018-5-09-0654	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	26/04/2019
0000216-35-2018-5-09-0654	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	27/03/2019
0000216-57-2018-5-09-0000	SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS	ORGÃO ESPECIAL	07/08/2019
0000217-20-2018-5-09-0654	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	09/08/2018
0000218-21-2018-5-09-0002	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	02/04/2019
0000221-57-2018-5-09-0654	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	27/05/2019
0000221-88-2018-5-09-0094	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	10/12/2018
0000222-53-2018-5-09-0133	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	22/04/2019
0000222-59-2018-5-09-0325	LUIZ ALVES	7A. TURMA	23/08/2018
0000224-95-2018-5-09-0012	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	08/08/2019
0000228-34-2018-5-09-0562	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	01/11/2018

0000229-34-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	04/08/2018
0000232-38-2019-5-09-0303	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	08/08/2019
0000233-21-2018-5-09-0024	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	02/10/2018
0000233-71-2018-5-09-0654	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	30/04/2019
0000233-80-2018-5-09-0651	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	18/02/2019
0000235-35-2018-5-09-0656	LUIZ ALVES	7A. TURMA	03/10/2018
0000235-41-2018-5-09-0654	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	27/03/2019
0000235-63-2018-5-09-0000	ENEIDA CORNEL	SEÇÃO ESPECIALIZADA	13/11/2018
0000236-58-2018-5-09-0029	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	03/12/2018
0000237-11-2018-5-09-0654	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	14/03/2019
0000238-25-2018-5-09-0127	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	16/05/2019
0000239-94-2018-5-09-0002	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	04/12/2018
0000240-63-2018-5-09-0654	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	14/03/2019
0000241-48-2018-5-09-0654	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	05/07/2019
0000242-18-2018-5-09-0659	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	13/05/2019
0000242-95-2018-5-09-0019	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000243-03-2018-5-09-0659	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	07/02/2019
0000243-12-2018-5-09-0656	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	03/12/2018
0000243-18-2018-5-09-0654	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	05/07/2019
0000245-76-2019-5-09-0096	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/08/2019
0000246-34-2018-5-09-0084	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000246-83-2017-5-09-0661	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	04/08/2018
0000247-87-2018-5-09-0029	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	27/06/2019
0000248-53-2017-5-09-0661	LUIZ ALVES	7A. TURMA	21/06/2018
0000250-60-2018-5-09-0411	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	27/06/2018
0000251-24-2018-5-09-0127	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	2A. TURMA	02/08/2019
0000251-62-2018-5-09-0567	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	19/03/2019
0000251-68-2018-5-09-0662	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	02/10/2018
0000251-86-2018-5-09-0656	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	06/11/2018
0000253-21-2018-5-09-0021	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	30/04/2019
0000253-44-2018-5-09-0660	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	31/07/2019
0000256-67-2018-5-09-0411	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	16/10/2018
0000258-49-2018-5-09-0892	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	03/05/2019
0000263-07-2018-5-09-0008	LUIZ ALVES	7A. TURMA	12/09/2018

0000264-56-2018-5-09-0892	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	17/06/2019
0000265-13-2018-5-09-0093	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	10/04/2019
0000266-10-2018-5-09-0089	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	02/10/2018
0000269-36-2016-5-09-0670	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	05/07/2019
0000269-50-2018-5-09-0093	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	20/03/2019
0000271-69-2018-5-09-0594	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	04/08/2018
0000275-58-2018-5-09-0028	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	07/08/2018
0000277-71-2015-5-09-0662	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	10/07/2018
0000282-44-2018-5-09-0127	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	2A. TURMA	01/07/2019
0000284-64-2018-5-09-0660	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	30/07/2019
0000285-73-2018-5-09-0652	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	13/09/2018
0000286-04-2019-5-09-0594	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	20/08/2019
0000286-32-2018-5-09-0014	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	19/12/2018
0000287-76-2019-5-09-0662	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	29/05/2019
0000287-90-2018-5-09-0022	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	10/12/2018
0000288-35-2018-5-09-0585	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	03/05/2019
0000290-24-2018-5-09-0029	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/10/2018
0000290-42-2018-5-09-0411	LUIZ ALVES	7A. TURMA	21/06/2018
0000292-53-2018-5-09-0656	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	11/07/2019
0000300-22-2018-5-09-0012	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	25/07/2019
0000304-71-2018-5-09-0008	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	31/07/2019
0000308-63-2018-5-09-0023	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/08/2019
0000309-32-2018-5-09-0093	ARION MAZURKEVIC	3A. TURMA	12/03/2019
0000309-33-2018-5-09-0125	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	05/07/2019
0000310-08-2018-5-09-0678	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	19/07/2019
0000310-17-2018-5-09-0093	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	30/04/2019
0000310-75-2018-5-09-0009	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	12/12/2018
0000311-02-2018-5-09-0093	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	02/10/2018
0000312-04-2017-5-09-0325	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	16/05/2019
0000312-44-2018-5-09-0656	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	02/10/2018
0000314-54-2018-5-09-0093	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	01/11/2018
0000315-78-2018-5-09-0662	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	27/06/2018
0000315-90-2018-5-09-0658	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	26/07/2019

0000316-87-2018-5-09-0654	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	13/06/2019
0000318-06-2018-5-09-0089	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	09/03/2019
0000319-07-2018-5-09-0892	LUIZ EDUARDO GUNTHER	4A. TURMA	07/05/2019
0000321-94-2018-5-09-0562	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	30/04/2019
0000322-34-2018-5-09-0092	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	14/03/2019
0000328-38-2018-5-09-0093	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	19/07/2019
0000332-75-2018-5-09-0093	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	11/02/2019
0000335-05-2018-5-09-0069	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	02/07/2019
0000338-13-2017-5-09-0095	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	30/06/2018
0000338-13-2017-5-09-0095	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	28/04/2018
0000343-07-2018-5-09-0093	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	20/05/2019
0000344-68-2017-5-09-0661	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	30/11/2018
0000345-14-2018-5-09-0016	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	03/07/2019
0000345-34-2018-5-09-0656	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	07/03/2019
0000348-42-2018-5-09-0024	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	03/10/2018
0000349-02-2018-5-09-0000	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	16/08/2018
0000349-18-2018-5-09-0124	LUIZ ALVES	7A. TURMA	23/08/2018
0000349-39-2018-5-09-0020	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	11/05/2019
0000349-78-2018-5-09-0007	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	05/11/2018
0000351-50-2018-5-09-0071	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	11/07/2019
0000351-70-2018-5-09-0129	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	27/03/2019
0000354-48-2018-5-09-0089	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	14/03/2019
0000354-64-2018-5-09-0892	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	17/05/2019
0000357-58-2018-5-09-0006	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	30/04/2019
0000360-21-2018-5-09-0068	NEIDE ALVES DOS SANTOS	1A. TURMA	13/12/2018
0000361-32-2018-5-09-0124	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/10/2018
0000364-47-2018-5-09-0007	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	19/12/2018
0000364-85-2019-5-09-0662	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000367-83-2018-5-09-0562	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	03/07/2019
0000376-58-2018-5-09-0008	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	30/04/2019
0000377-71-2018-5-09-0128	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	08/04/2019
0000378-64-2018-5-09-0093	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	27/03/2019
0000379-13-2018-5-09-0008	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	04/12/2018

0000381-32-2018-5-09-0024	LUIZ ALVES	7A. TURMA	24/10/2018
0000382-27-2017-5-09-0129	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	23/08/2019
0000382-53-2018-5-09-0594	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	11/04/2019
0000384-60-2018-5-09-0129	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/08/2019
0000385-68-2018-5-09-0671	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	01/08/2019
0000387-42-2018-5-09-0411	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	28/02/2019
0000389-19-2018-5-09-0053	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0000391-15-2018-5-09-0594	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000392-87-2018-5-09-0662	LUIZ ALVES	7A. TURMA	18/07/2018
0000395-21-2018-5-09-0863	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	09/04/2019
0000395-64-2018-5-09-0008	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	18/12/2018
0000396-06-2018-5-09-0863	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	11/12/2018
0000396-37-2018-5-09-0594	ILSE MARCELINA BERNARDI LORA	3A. TURMA	21/05/2019
0000396-74-2018-5-09-0129	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	11/03/2019
0000397-06-2018-5-09-0567	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	31/07/2019
0000397-77-2018-5-09-0026	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	19/07/2019
0000401-56-2018-5-09-0013	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	28/03/2019
0000405-42-2018-5-09-0127	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000407-02-2018-5-09-0001	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	15/02/2019
0000410-41-2018-5-09-0652	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	19/08/2019
0000410-72-2018-5-09-0965	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	19/12/2018
0000410-98-2018-5-09-0245	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	28/09/2018
0000411-59-2019-5-09-0662	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	30/07/2019
0000414-10-2018-5-09-0513	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	15/08/2019
0000414-72-2018-5-09-0654	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	01/09/2018
0000415-22-2018-5-09-0892	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	18/12/2018
0000416-26-2015-5-09-0661	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	13/08/2019
0000416-58-2018-5-09-0002	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	30/07/2019
0000417-46-2018-5-09-0195	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	04/07/2019
0000418-29-2018-5-09-0325	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	19/12/2018
0000419-54-2018-5-09-0053	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0000419-88-2018-5-09-0656	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	15/02/2019
0000421-56-2018-5-09-0010	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	09/07/2019

0000430-11-2018-5-09-0562	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	02/05/2019
0000432-58-2018-5-09-0892	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	08/05/2019
0000432-58-2018-5-09-0892	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	14/03/2019
0000435-51-2018-5-09-0071	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	07/03/2019
0000436-62-2018-5-09-0127	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000436-77-2018-5-09-0025	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	31/05/2019
0000439-88-2018-5-09-0071	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	14/12/2018
0000442-66-2018-5-09-0128	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000443-41-2018-5-09-0002	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	26/07/2019
0000443-87-2018-5-09-0892	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	28/03/2019
0000447-50-2018-5-09-0658	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	01/04/2019
0000449-89-2018-5-09-0053	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	20/08/2019
0000454-18-2018-5-09-0084	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	19/05/2019
0000464-44-2017-5-09-0069	FÁTIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO	1A. TURMA	29/11/2018
0000466-33-2018-5-09-0019	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/08/2019
0000475-97-2018-5-09-0664	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	09/03/2019
0000476-21-2016-5-09-0513	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	28/03/2018
0000477-79-2018-5-09-0660	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000477-83-2018-5-09-0594	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	14/03/2019
0000478-22-2018-5-09-0092	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	30/04/2019
0000479-22-2018-5-09-0863	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	26/07/2019
0000482-08-2018-5-09-0303	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/10/2018
0000486-39-2018-5-09-0014	LUIZ EDUARDO GUNTHER	4A. TURMA	28/07/2019
0000488-60-2018-5-09-0094	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	11/05/2019
0000489-12-2018-5-09-0008	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	26/07/2019
0000489-20-2018-5-09-0652	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	02/04/2019
0000491-79-2018-5-09-0008	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	11/07/2019
0000492-39-2018-5-09-0663	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000494-25-2018-5-09-0011	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	07/03/2019
0000496-07-2018-5-09-0007	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	28/03/2019
0000497-64-2018-5-09-0662	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	09/04/2019
0000501-75-2018-5-09-0024	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	03/05/2019
0000501-80-2018-5-09-0863	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	14/03/2019
0000504-29-2018-5-09-0671	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	08/08/2019

0000504-55-2018-5-09-0242	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000505-14-2018-5-09-0671	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	06/08/2019
0000507-29-2018-5-09-0656	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	07/03/2019
0000512-22-2018-5-09-0892	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	19/12/2018
0000513-17-2018-5-09-0242	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	03/05/2019
0000513-45-2018-5-09-0459	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	19/08/2019
0000516-03-2018-5-09-0652	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	19/08/2019
0000516-10-2017-5-09-0661	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	18/02/2019
0000517-52-2018-5-09-0663	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	28/02/2019
0000519-09-2018-5-09-0053	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	25/07/2019
0000520-14-2018-5-09-0014	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	06/11/2018
0000522-71-2018-5-09-0567	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	03/05/2019
0000523-17-2017-5-09-0656	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	03/10/2018
0000523-46-2018-5-09-0053	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000526-98-2018-5-09-0053	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000527-83-2018-5-09-0053	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000532-10-2018-5-09-0020	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	2A. TURMA	01/07/2019
0000533-56-2018-5-09-0129	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	03/12/2018
0000539-84-2018-5-09-0025	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/05/2019
0000542-18-2018-5-09-0129	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/11/2018
0000545-43-2018-5-09-0041	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000553-43-2018-5-09-0001	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	12/03/2019
0000555-85-2018-5-09-0656	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	29/07/2019
0000558-80-2018-5-09-0093	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	05/12/2018
0000561-63-2018-5-09-0892	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000573-94-2018-5-09-0660	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	28/03/2019
0000574-23-2018-5-09-0129	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	26/07/2019
0000574-31-2018-5-09-0094	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	20/08/2019
0000577-16-2018-5-09-0084	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/07/2019
0000578-49-2018-5-09-0068	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	06/08/2019
0000581-17-2018-5-09-0872	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	09/07/2019
0000581-21-2018-5-09-0127	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	04/07/2019
0000581-47-2018-5-09-0668	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	13/08/2019
0000584-66-2018-5-09-0000	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	04/07/2018

0000586-91-2018-5-09-0014	LUIZ EDUARDO GUNTHER	4A. TURMA	02/07/2019
0000587-27-2018-5-09-0095	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	03/07/2019
0000595-11-2018-5-09-0125	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	03/05/2019
0000598-29-2018-5-09-0007	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	04/04/2019
0000605-06-2018-5-09-0594	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	23/05/2019
0000606-56-2017-5-09-0325	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	31/05/2019
0000607-73-2018-5-09-0594	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0000607-73-2018-5-09-0594	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0000608-58-2018-5-09-0594	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000608-72-2018-5-09-0654	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	12/07/2019
0000611-13-2018-5-09-0594	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	04/07/2019
0000613-80-2018-5-09-0594	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	02/04/2019
0000619-39-2018-5-09-0513	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	07/03/2019
0000622-22-2018-5-09-0245	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	03/05/2019
0000624-26-2018-5-09-0654	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	19/08/2019
0000625-11-2018-5-09-0654	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	08/08/2019
0000626-46-2018-5-09-0411	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000626-93-2018-5-09-0654	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000629-60-2015-5-09-0005	ENEIDA CORNEL	3A. TURMA	19/06/2018
0000630-55-2018-5-09-0000	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	18/09/2018
0000631-52-2018-5-09-0093	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	09/03/2019
0000636-36-2016-5-09-0872	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	30/05/2019
0000638-93-2018-5-09-0594	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000643-32-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0000644-17-2018-5-09-0654	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	02/07/2019
0000644-17-2018-5-09-0654	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	20/03/2019
0000645-02-2018-5-09-0654	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	2A. TURMA	12/04/2019
0000646-84-2018-5-09-0654	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	11/06/2019
0000647-18-2018-5-09-0089	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	07/05/2019
0000654-62-2018-5-09-0007	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	19/08/2019
0000656-63-2018-5-09-0126	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	19/06/2019
0000657-48-2018-5-09-0126	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	19/07/2019
0000658-33-2018-5-09-0126	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	19/06/2019
0000659-69-2018-5-09-0594	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/05/2019
0000659-83-2018-5-09-0654	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	26/07/2019

0000660-54-2018-5-09-0594	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	19/08/2019
0000661-08-2018-5-09-0669	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	23/04/2019
0000661-53-2018-5-09-0654	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	28/06/2019
0000661-66-2018-5-09-0003	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	18/07/2019
0000666-37-2017-5-09-0872	LUIZ EDUARDO GUNTHER	4A. TURMA	22/04/2019
0000666-96-2016-5-09-0411	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	29/06/2018
0000667-40-2018-5-09-0014	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	05/11/2018
0000667-46-2018-5-09-0303	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	29/03/2019
0000673-38-2017-5-09-0093	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	15/03/2019
0000676-81-2017-5-09-0872	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	06/10/2018
0000677-07-2018-5-09-0654	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000677-07-2018-5-09-0654	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/04/2019
0000678-89-2018-5-09-0654	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	18/02/2019
0000679-96-2018-5-09-0000	ARION MAZURKEVIC	SEÇÃO ESPECIALIZADA	19/10/2018
0000682-29-2018-5-09-0654	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	30/05/2019
0000683-14-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0000683-14-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0000684-96-2018-5-09-0654	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000684-96-2018-5-09-0654	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/04/2019
0000685-81-2018-5-09-0654	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	12/07/2019
0000686-41-2018-5-09-0242	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	08/08/2019
0000688-11-2018-5-09-0242	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	19/06/2019
0000690-78-2018-5-09-0242	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	08/04/2019
0000695-28-2018-5-09-0072	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000705-37-2018-5-09-0892	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	27/06/2019
0000708-02-2018-5-09-0242	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	07/03/2019
0000712-04-2017-5-09-0459	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	22/03/2018
0000712-39-2018-5-09-0242	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	07/03/2019
0000712-89-2018-5-09-0678	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000714-96-2018-5-09-0892	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/12/2018
0000716-76-2018-5-09-0242	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	22/04/2019
0000723-22-2018-5-09-0128	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	07/08/2019
0000726-02-2017-5-09-0325	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	01/11/2018
0000726-74-2018-5-09-0322	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	15/08/2019
0000730-60-2018-5-09-0242	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019

0000732-81-2018-5-09-0322	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0000737-02-2018-5-09-0000	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	16/08/2018
0000738-87-2018-5-09-0678	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	01/03/2019
0000739-13-2018-5-09-0245	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	01/04/2019
0000739-56-2018-5-09-0651	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	09/07/2019
0000741-76-2018-5-09-0020	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	20/08/2019
0000744-44-2018-5-09-0242	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	15/02/2019
0000747-10-2018-5-09-0594	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	2A. TURMA	22/08/2019
0000747-46-2018-5-09-0000	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	13/12/2018
0000748-92-2018-5-09-0594	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	23/05/2019
0000754-05-2018-5-09-0011	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	02/05/2019
0000754-21-2017-5-09-0017	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	18/12/2018
0000755-66-2018-5-09-0018	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	20/08/2019
0000756-08-2018-5-09-0000	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	28/03/2019
0000761-08-2018-5-09-0654	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	31/07/2019
0000761-76-2018-5-09-0017	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	14/06/2019
0000762-90-2018-5-09-0654	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	30/07/2019
0000764-07-2018-5-09-0025	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	22/04/2019
0000764-56-2017-5-09-0020	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	31/07/2019
0000766-05-2018-5-09-0242	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	11/03/2019
0000766-52-2018-5-09-0000	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	13/12/2018
0000769-68-2018-5-09-0594	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	20/08/2019
0000773-56-2017-5-09-0654	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/08/2019
0000777-27-2018-5-09-0018	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000779-15-2018-5-09-0594	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	19/08/2019
0000784-51-2018-5-09-0654	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	29/05/2019
0000784-98-2018-5-09-0024	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000787-15-2018-5-09-0069	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	11/06/2019
0000787-68-2018-5-09-0892	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	29/07/2019
0000788-82-2015-5-09-0011	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	10/07/2018
0000790-58-2018-5-09-0654	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	19/06/2019
0000791-40-2018-5-09-0655	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	20/08/2019
0000791-43-2018-5-09-0654	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	12/07/2019
0000796-39-2018-5-09-0016	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	07/03/2019

0000796-87-2018-5-09-0000	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	18/09/2018
0000797-75-2018-5-09-0678	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	31/07/2019
0000798-82-2016-5-09-0661	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	12/03/2019
0000799-20-2018-5-09-0654	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	20/08/2019
0000799-43-2018-5-09-0129	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000801-12-2018-5-09-0000	ADILSON LUIZ FUNEZ	SEÇÃO ESPECIALIZADA	21/09/2018
0000801-87-2018-5-09-0654	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	2A. TURMA	01/07/2019
0000802-48-2018-5-09-0662	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	18/12/2018
0000802-79-2017-5-09-0663	ARION MAZURKEVIC	SEÇÃO ESPECIALIZADA	07/06/2019
0000806-74-2018-5-09-0892	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	08/08/2019
0000806-86-2017-5-09-0673	ARION MAZURKEVIC	SEÇÃO ESPECIALIZADA	30/04/2019
0000811-57-2018-5-09-0129	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	01/03/2019
0000812-96-2018-5-09-0014	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	03/12/2018
0000813-35-2018-5-09-0094	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000818-76-2018-5-09-0411	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	19/07/2019
0000823-74-2018-5-09-0128	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	01/04/2019
0000823-95-2018-5-09-0024	PAULO DA CUNHA BOAL	1A. TURMA	17/05/2019
0000824-29-2018-5-09-0041	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0000826-25-2018-5-09-0000	ADILSON LUIZ FUNEZ	SEÇÃO ESPECIALIZADA	21/09/2018
0000842-14-2017-5-09-0129	ARION MAZURKEVIC	SEÇÃO ESPECIALIZADA	30/04/2019
0000843-24-2018-5-09-0659	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	01/04/2019
0000844-71-2016-5-09-0661	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	30/06/2018
0000847-85-2018-5-09-0069	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	23/07/2019
0000851-71-2018-5-09-0668	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	14/06/2019
0000852-98-2018-5-09-0654	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	07/03/2019
0000857-43-2018-5-09-0130	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	21/03/2019
0000860-60-2018-5-09-0659	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000861-36-2018-5-09-0662	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	28/11/2018
0000869-23-2018-5-09-0594	MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR	5A. TURMA	09/07/2019
0000870-81-2018-5-09-0020	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	07/05/2019
0000875-17-2018-5-09-0663	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000887-18-2017-5-09-0129	LUIZ ALVES	7A. TURMA	03/10/2018
0000888-69-2018-5-09-0322	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	06/08/2019
0000889-37-2018-5-09-0069	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	23/07/2019

0000900-79-2018-5-09-0000	ADILSON LUIZ FUNEZ	SEÇÃO ESPECIALIZADA	21/09/2018
0000906-50-2018-5-09-0594	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/08/2019
0000906-50-2018-5-09-0594	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000909-45-2018-5-09-0322	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	02/08/2019
0000911-72-2018-5-09-0594	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	12/07/2019
0000912-57-2018-5-09-0594	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/08/2019
0000912-57-2018-5-09-0594	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0000913-32-2018-5-09-0662	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	07/05/2019
0000913-32-2018-5-09-0662	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	12/03/2019
0000918-43-2018-5-09-0892	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0000927-59-2018-5-09-0195	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/06/2019
0000932-86-2016-5-09-0022	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	29/06/2018
0000933-47-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/08/2019
0000933-47-2018-5-09-0654	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0000936-02-2018-5-09-0654	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	2A. TURMA	01/07/2019
0000943-46-2018-5-09-0863	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	01/04/2019
0000943-94-2018-5-09-0653	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	06/05/2019
0000950-30-2018-5-09-0025	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	29/07/2019
0000956-64-2018-5-09-0016	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0000957-09-2018-5-09-0094	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000958-63-2018-5-09-0653	ILSE MARCELINA BERNARDI LORA	3A. TURMA	12/07/2019
0000959-64-2018-5-09-0001	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	08/08/2019
0000968-24-2018-5-09-0325	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000970-91-2018-5-09-0325	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000972-15-2017-5-09-0093	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	03/08/2018
0000982-74-2018-5-09-0594	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	05/04/2019
0000986-89-2018-5-09-0084	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	02/07/2019
0000987-23-2018-5-09-0004	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0000989-66-2018-5-09-0594	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/07/2019
0000991-36-2018-5-09-0594	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0000992-21-2018-5-09-0594	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	04/07/2019
0000994-88-2018-5-09-0594	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/07/2019
0000995-73-2018-5-09-0594	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/06/2019
0000996-58-2018-5-09-0594	ARNOR LIMA NETO	6A. TURMA	04/07/2019
0001000-22-2018-5-09-0004	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	15/07/2019

0001000-68-2018-5-09-0021	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	30/07/2019
0001003-90-2018-5-09-0128	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/08/2019
0001005-44-2018-5-09-0004	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0001006-29-2018-5-09-0004	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	31/05/2019
0001006-63-2018-5-09-0025	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	07/03/2019
0001012-20-2016-5-09-0129	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	01/11/2018
0001025-47-2018-5-09-0000	LUIZ EDUARDO GUNTHER	SEÇÃO ESPECIALIZADA	10/03/2019
0001027-05-2018-5-09-0004	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0001030-82-2018-5-09-0513	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/06/2019
0001033-12-2018-5-09-0004	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0001033-28-2017-5-09-0010	LUIZ ALVES	7A. TURMA	24/10/2018
0001035-79-2018-5-09-0004	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/08/2019
0001037-61-2018-5-09-0000	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	06/11/2018
0001040-49-2018-5-09-0668	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	20/08/2019
0001040-82-2016-5-09-0130	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	05/04/2018
0001046-55-2015-5-09-0088	FÁTIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO	1A. TURMA	22/02/2019
0001059-83-2018-5-09-0303	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	23/08/2019
0001075-77-2018-5-09-0128	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/08/2019
0001087-62-2016-5-09-0322	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	06/02/2018
0001105-11-2018-5-09-0000	THEREZA CRISTINA GOSDAL	SEÇÃO ESPECIALIZADA	07/02/2019
0001107-52-2018-5-09-0041	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0001115-25-2017-5-09-0668	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	03/07/2018
0001116-40-2018-5-09-0000	CÁSSIO COLOMBO FILHO	SEÇÃO ESPECIALIZADA	18/03/2019
0001116-95-2018-5-09-0014	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	01/04/2019
0001119-67-2016-5-09-0322	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0001122-44-2018-5-09-0001	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	19/08/2019
0001130-30-2018-5-09-0095	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	23/05/2019
0001136-05-2016-5-09-0872	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	18/06/2019
0001141-53-2018-5-09-0000	LUIZ EDUARDO GUNTHER	SEÇÃO ESPECIALIZADA	07/05/2019
0001144-89-2018-5-09-0652	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	06/08/2019
0001152-63-2018-5-09-0653	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	17/05/2019
0001159-69-2018-5-09-0325	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0001182-20-2018-5-09-0000	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	SEÇÃO ESPECIALIZADA	22/02/2019
0001186-19-2015-5-09-0661	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	26/03/2019

0001198-66-2018-5-09-0325	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	31/07/2019
0001199-84-2018-5-09-0023	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	02/07/2019
0001217-31-2018-5-09-0662	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	07/02/2019
0001221-54-2017-5-09-0096	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	27/11/2018
0001239-02-2018-5-09-0594	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	20/08/2019
0001239-65-2015-5-09-0122	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	02/08/2018
0001246-67-2017-5-09-0872	LUIZ EDUARDO GUNTHER	4A. TURMA	22/08/2019
0001251-82-2018-5-09-0669	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	30/04/2019
0001256-14-2017-5-09-0096	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	30/08/2018
0001258-08-2018-5-09-0594	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	20/08/2019
0001262-45-2018-5-09-0594	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	01/07/2019
0001264-15-2018-5-09-0594	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	07/08/2019
0001280-97-2018-5-09-0325	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	31/07/2019
0001294-31-2014-5-09-0872	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	30/05/2019
0001298-41-2017-5-09-0459	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	11/08/2018
0001301-42-2018-5-09-0594	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/07/2019
0001308-34-2018-5-09-0594	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	20/08/2019
0001317-83-2018-5-09-0662	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	29/05/2019
0001318-68-2018-5-09-0662	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	20/08/2019
0001325-60-2018-5-09-0662	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	08/08/2019
0001333-77-2018-5-09-0002	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	13/06/2019
0001339-44-2018-5-09-0662	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	02/04/2019
0001408-25-2018-5-09-0000	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	28/02/2019
0001410-66-2016-5-09-0872	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	20/03/2018
0001413-78-2010-5-09-0242	ENEIDA CORNEL	SEÇÃO ESPECIALIZADA	26/01/2018
0001451-59-2018-5-09-0000	RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	24/05/2019
0001456-88-2017-5-09-0009	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	30/05/2019
0001475-64-2017-5-09-0892	LUIZ ALVES	7A. TURMA	14/11/2018
0001498-65-2016-5-09-0303	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	23/03/2018
0001504-75-2017-5-09-0129	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	01/04/2019
0001522-11-2017-5-09-0513	UBIRAJARA CARLOS MENDES	7A. TURMA	30/07/2019
0001524-18-2017-5-09-0242	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	04/08/2018
0001536-73-2017-5-09-0002	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	18/02/2019
0001553-19-2017-5-09-0129	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	28/03/2019

0001558-98-2017-5-09-0013	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0001576-64-2017-5-09-0872	LUIZ ALVES	7A. TURMA	11/12/2018
0001598-76-2017-5-09-0661	ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR	5A. TURMA	07/01/2019
0001600-80-2016-5-09-0661	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	29/09/2018
0001622-16-2018-5-09-0000	ADILSON LUIZ FUNEZ	SEÇÃO ESPECIALIZADA	15/03/2019
0001632-88-2018-5-09-0023	SERGIO GUIMARÃES SAMPAIO	5A. TURMA	02/04/2019
0001648-05-2017-5-09-0661	LUIZ ALVES	7A. TURMA	12/09/2018
0001660-17-2017-5-09-0015	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	01/07/2019
0001671-22-2017-5-09-0411	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0001674-05-2016-5-09-0122	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	05/09/2018
0001696-34-2017-5-09-0670	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	19/10/2018
0001717-46-2018-5-09-0000	CÉLIO HORST WALDRAFF	SEÇÃO ESPECIALIZADA	22/03/2019
0001731-30-2018-5-09-0000	LUIZ EDUARDO GUNTHER	SEÇÃO ESPECIALIZADA	08/06/2019
0001765-05-2018-5-09-0000	BENEDITO XAVIER DA SILVA	SEÇÃO ESPECIALIZADA	13/05/2019
0001770-59-2017-5-09-0130	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	03/12/2018
0001803-89-2016-5-09-0128	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	04/09/2018
0001870-75-2014-5-09-0661	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	02/07/2019
0001885-47-2015-5-09-0002	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	09/10/2018
0001940-68-2015-5-09-0011	THEREZA CRISTINA GOSDAL	3A. TURMA	22/02/2019
0001948-98-2016-5-09-0661	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	21/05/2019
0001974-11-2017-5-09-0678	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	30/06/2018
0001976-78-2017-5-09-0678	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	26/06/2018
0001984-43-2016-5-09-0661	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	11/12/2018
0001986-13-2016-5-09-0661	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	02/10/2018
0002030-36-2017-5-09-0325	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	04/09/2018
0002037-94-2017-5-09-0594	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	29/09/2018
0002041-64-2017-5-09-0002	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0002064-92-2017-5-09-0007	ANA CAROLINA ZAINA	2A. TURMA	30/08/2018
0002167-75-2017-5-09-0015	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	07/08/2019
0002172-03-2017-5-09-0014	BENEDITO XAVIER DA SILVA	7A. TURMA	27/11/2018
0002187-69-2017-5-09-0014	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	02/07/2018
0002200-07-2017-5-09-0002	CÁSSIO COLOMBO FILHO	2A. TURMA	14/09/2018
0002227-88-2017-5-09-0325	ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA	3A. TURMA	08/08/2018
0002229-97-2017-5-09-0021	MARCUS AURELIO LOPES	7A. TURMA	21/03/2019

0002240-50-2017-5-09-0014	ADILSON LUIZ FUNEZ	4A. TURMA	24/09/2018
0002253-50-2016-5-09-0025	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	19/03/2019
0002253-50-2016-5-09-0025	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	09/11/2018
0002254-60-2017-5-09-0652	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	28/03/2019
0002266-69-2017-5-09-0007	EDMILSON ANTONIO DE LIMA	1A. TURMA	20/05/2019
0002278-88-2017-5-09-0652	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	01/03/2019
0002284-43-2015-5-09-0013	NEY FERNANDO OLIVÉ MALHADAS	5A. TURMA	16/07/2019
0002307-33-2017-5-09-0008	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	04/09/2018
0002329-67-2017-5-09-0016	ELIÁZER ANTONIO MEDEIROS	1A. TURMA	26/07/2019
0002329-79-2017-5-09-0012	LUIZ EDUARDO GUNTHER	4A. TURMA	28/07/2019
0002365-34-2017-5-09-0041	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	30/06/2018
0003374-20-2017-5-09-0562	ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO	4A. TURMA	19/07/2019
0003376-87-2017-5-09-0562	CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA	2A. TURMA	14/06/2019
0003426-16-2017-5-09-0562	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	03/12/2018
0010004-42-2016-5-09-0008	SUELI GIL EL RAFIHI	6A. TURMA	06/11/2018
0010080-72-2016-5-09-0006	LUIZ ALVES	7A. TURMA	18/07/2018
0011025-07-2016-5-09-0088	CÉLIO HORST WALDRAFF	4A. TURMA	08/11/2018
0011285-96-2016-5-09-0084	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	15/08/2019
0011285-96-2016-5-09-0084	ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA	7A. TURMA	15/05/2019
0011422-12-2016-5-09-0009	PAULO RICARDO POZZOLO	6A. TURMA	02/10/2018
0011904-78-2016-5-09-0002	ALTINO PEDROZO DOS SANTOS	7A. TURMA	04/09/2018
0011982-72-2016-5-09-0002	FRANCISCO ROBERTO ERMEL	6A. TURMA	03/05/2018

Fonte: Intranet TRT/PR Elaborado pela autora

Anexo 4: Acórdão PROCESSO nº 0001088-38.2019.5.09.0000 (IAC), Justificativa de Voto Vencido e Decisão de Embargos de Declaração

SUSCITANTE: 2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

SUSCITADO: TRIBUNAL PLENO DO TRT DA 9ª REGIÃO

RELATOR: CASSIO COLOMBO FILHO/ RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA[344]

Anotação Pública

Acompanho Relator para admitir o IAC.

ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA / GAB. DES. MARCUS AURELIO LOPES em 26/09/2019 16:11

Divergência (recusada – aguardando análise pelo autor da divergência)

Apesar dos sólidos fundamentos do voto do ilustre Relator, peço licença para apresentar mais alguns enfoques para reflexão sobre a matéria, dada a sua complexidade e possíveis desdobramentos, conforme segue:

TEMA: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO – ART. 840, § 1º DA CLT – CONSTITUCIONALIDADE – INTERPRETAÇÃO

De acordo com o art. 840, § 1º da CLT, considerado constitucional e de força vinculante, a regra é a obrigatoriedade de indicação dos valores dos pedidos na petição inicial.

SUBTEMAS:

1. PEDIDO CERTO

Quando o pedido é certo, determinado e quantificável de imediato quanto à sua extensão, o valor deve ser preciso, exato.

2. PEDIDO GENÉRICO

Quando o pedido é genérico, a exemplo da hipótese prevista no art. 324, § 1º, III do CPC, admite-se atribuição de valor por estimativa, devidamente fundamentada.

No entanto, a atribuição por estimativa não se confunde com indicação de valores aleatórios. Há que se justificar objetivamente o valor atribuído a cada pedido.

3. IMPLICAÇÕES DA ATRIBUIÇÃO DE VALORES AOS PEDIDOS

A fixação dos valores dos pedidos não tem a finalidade exclusiva de definição do rito processual. É de fundamental importância para fins de condenação e de arbitramento das verbas de sucumbência.

4. CONDENAÇÃO LÍQUIDA

O C. TST sinaliza nessa direção, mas no momento a nossa estrutura ainda não permite proferir decisões líquidas em todos os casos. Porém, para tanto é preciso que cada um dos pedidos contenham valor certo, determinado e

[344] São apresentados os destaques e divergências formulados e discutidos e, pós, o acórdão publicado. Ao final, a pedido, foi juntada a justificativa de voto vencido do Desembargador Benedito Xavier da Silva.

exato, salvo em se tratando de hipótese de pedido genérico, o qual, assim mesmo, exige a indicação de valor por estimativa, justificada objetivamente.

5. VINCULAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR INDICADO

Ressalvada a hipótese de pedido genérico, os valores indicados limitam a condenação, sob pena de se esvaziar o conteúdo da norma.

6. NÃO OFENSA À GARANTIA DE ACESSO AO JUDICIÁRIO

A interpretação proposta nos itens anteriores não fere o direito de acesso ao Judiciário, tendo em vista que a norma objetiva discipliná-lo, em harmonia com outros princípios, tais como o do tempo razoável do processo (art. 5º, LXXVIII da CF), da racionalidade da atividade jurisdicional (art. 39, § 7º da CF) e da boa-fé (arts. 5º e 322, § 2º do CPC).

Traçadas essas linhas gerais, peço licença para desenvolver um pouco mais o tema, com as seguintes reflexões:

I- Vamos aplicar a norma?

Parece-me que se faz necessário enfrentar essa indagação, considerando que existem defensores da inconstitucionalidade do art. 840, § 1º da CLT (o que, de certo modo, extrai-se do voto, quando faz referência a violação do acesso à justiça). Inclusive há pedido de declaração de inconstitucionalidade no caso concreto submetido ao presente IAC.

Deixando de lado qualquer juízo de valor quanto à reforma trabalhista, penso que, até que se declare a sua inconstitucionalidade, a lei vigente deve ser cumprida.

Por outro lado, parece-me que ao estabelecer uma "interpretação conforme", corre-se o risco de esvaziar o conteúdo da norma.

Ou seja, se houver muita flexibilidade quanto à atribuição dos valores, o novo dispositivo não fará nenhuma diferença na prática (apenas a substituição de um valor aleatoriamente atribuído à causa pela soma de diversos valores aleatoriamente atribuídos aos pedidos, sem maiores consequências).

Pessoalmente, entendo que a norma não fere a Constituição, conforme acima exposto, no item 6, de modo que é obrigatória a atribuição de valor a cada pedido.

II- Em que situações se admite a indicação por estimativa?

Extrai-se do § 1º do art. 840 da CLT que a regra é o pedido certo, determinado, e com indicação do seu valor ["Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, **o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor**, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante"].

É bem verdade que, dependendo da natureza da pretensão, faz-se necessária a indicação de valor estimado para os pedidos, com a devida fundamentação.

Em tais casos, por exceção, admite-se a indicação por estimativa, com fulcro no art. 324, § 1º do CPC.

Porém, nada justifica que se indique valor "estimado" para todo e qualquer pedido, como pretexto para não se observar a norma.

E mais, o valor estimado deve ao menos aparentemente guardar certa razoabilidade em relação à pretensão, ou seja, não pode ser totalmente aleatório, desconectado da realidade. Não se pode abrir mão do pressuposto "justificativa do valor do pedido".

A título de exemplo: se o autor alega que trabalhava 12 horas por dia, sem intervalo, deve indicar um valor objetivamente justificado, compatível com esse cenário, e não um valor extremamente baixo, para servir de base de cálculo para eventual arbitramento de honorários ao advogado da parte contrária em caso de sucumbência.

Em resumo:

a) **a regra** é que o pedido seja sempre certo (expresso e claro quanto ao que se pretende) e determinado (definido no que se refere à quantidade e qualidade). "O autor deve ser claro, preciso, naquilo que espera obter da pretensão jurisdicional" (Humberto Theodoro Júnior, curso de direito processual civil, vol.I, 47ª ed., Forense/2007, item 361, p. 410).

b) a **exceção** é o pedido genérico. "O objeto imediato do pedido nunca pode ser genérico e há de ser determinado (uma condenação, uma constituição, uma declaração, uma execução....) Mas o pedido mediato (a utilidade prática visada pelo autor), este pode ser genérico" (Theodoro Júnior, ob. cit., item 363, p. 411) nos casos acima mencionados (CPC, art. 324, § 1º).

A indeterminação refere-se a quantidade (importância) ou qualidade (coisa).

Humberto Theodoro Júnior diz que "a indeterminação, contudo, nunca pode ser total ou absoluta", e acrescenta: "na sua generalidade, o pedido há sempre de ser certo e determinado, não se pode por exemplo, pedir a condenação a qualquer prestação. O autor terá, assim, de pedir a condenação a entrega de certas coisas indicadas pelo gênero ou o pagamento de uma indenização de valor ainda não determinado (...) Nas ações de indenização, que são aquelas em que mais frequentemente ocorrem pedidos genéricos, tem o autor sempre de especificar o prejuízo a ser ressarcido. Expressões vagas como "perdas e danos" e "lucros cessante" não servem para a necessária individuação do objeto da causa...." (ob. cit. p. 411 – grifos acrescidos).

O pedido certo e determinado é uma exigência legal intransponível. O pedido determinável (genérico) não pode ser adotado como regra, tendo em vista que a norma do processo civil o prevê apenas para situações específicas.

Se a Lei 13.467/2017 estabeleceu o pedido certo, determinado e com indicação de seu valor como requisito processual de validade do processo, há que ser observado. A exceção (pedido genérico – art. 324, § 1º do CPC) deve estar devidamente justificada.

III- Os valores atribuídos pelo reclamante limitam a condenação?

A meu ver, as inovações do processo do trabalho não são meras alterações pontuais, mas sim, uma verdadeira mudança no sistema, ou seja, uma nova visão do processo do trabalho, com novos paradigmas.

A necessidade de se atribuir valor à pretensão faz parte desse novo paradigma, de modo que, uma vez suprimida, afeta todo o sistema.

Uma das características mais claras desse novo sistema, a meu ver, é o fim das chamadas "aventuras jurídicas". O reclamante é visto como detentor não só de direitos, mas de deveres e responsabilidades. Não pode mais "pedir tudo para ver o que consegue". Precisa expor claramente quais são suas pretensões, inclusive quanto aos valores que reputa terem lhe sido sonegados. A improcedência de suas pretensões gera consequências financeiras, como honorários advocatícios e periciais. E ainda, não mais basta alegar, mas precisa demonstrar que necessita justiça gratuita.

A atribuição de valores aos pedidos é essencial para a justa distribuição dos honorários advocatícios. Distorções podem ocorrer se houver muita flexibilidade quanto a esse aspecto, considerando que em caso de procedência da pretensão, o réu pagará honorários sobre o valor a ser apurado na liquidação, mas, em caso de sucumbência do autor, a base de cálculo será o valor atribuído ao pedido. Ou seja, a fixação de honorários de sucumbência poderá não refletir a realidade, pois não seria racional realizar liquidação de pretensão não acolhida para verificação do "proveito econômico" buscado pelo autor.

Outra característica do novo sistema é a celeridade. A quantificação da pretensão torna mais transparente a pretensão, favorece a boa-fé e pode auxiliar na desejável solução do processo por conciliação das partes.

Além disso, a indicação dos valores corretos na petição inicial ganha relevância quando se pensa na possibilidade de futura produção de condenações líquidas, como vem sinalizando o C. TST, embora no momento não tenhamos estrutura para tal, conforme acima exposto, no item 4.

Se considerarmos que a atribuição de valores em regra não limita a condenação, parece-me que não será viável o funcionamento desse sistema, tal como concebido.

A meu ver, portanto, a fixação de valores tem diversas repercussões, e não apenas a definição do rito.

Mudar de paradigma não é nada fácil, mas a lei vigente tem imperatividade e se impõe a todos. Desrespeitá-la é retirar a certeza de seu comando. O que se está observando no Judiciário em geral são "insigths" de rebeldia, o que não pode ser aceito, sob pena de se desconstruir o conteúdo moralizador contido na norma.

A mentalidade processual precisa mudar para abrigar a inovação legislativa de caráter moralizador. É tarefa hercúlea, mas a lei exige um novo comportamento e uma nova atitude processual, eticamente falando. O padrão mudou, adaptar é preciso.

Não se cuida de queda-de-braço interpretativa, mas da necessidade de se estabelecer novos métodos e procedimentos processuais, com o fim de racionalizar a atividade jurisdicional em face do princípio constitucional do tempo razoável do processo (aspecto da produtividade).

A era do processo discursivo vem sendo substituída pela era da racionalidade prática, sem prejuízo, por óbvio, da dialeticidade (o CPC de 1973 foi extremamente rigoroso como método).

Diante do exposto, concluo que, em regra, o valor atribuído pelo autor deve vincular a condenação.

CONCLUSÃO:

Proponho a seguinte tese:

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. VALORAÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS PEDIDOS NA PETIÇÃO INICIAL (ART. 840, § 1º DA CLT). LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES APRESENTADOS, RESSALVADA A HIPÓTESE DE PEDIDO GENÉRICO (ART. 324, § 1º DO CPC). Nos termos do art. 840, § 1º da CLT, os pedidos devem ser certos, determinados e com indicação do seu valor. O valor atribuído a cada pedido, em regra, vincula a condenação, ressalvada a hipótese de pedido genérico (art. 324, § 1º do CPC), devidamente fundamentada, em que se admite a atribuição de valor à pretensão por estimativa justificada objetivamente.

SUGESTÃO DE DISPOSITIVO:

ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, em **JULGAR O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA** suscitado pela 2ª Turma do Regional, para reconhecer que **"em regra o valor atribuído ao pedido (art. 840, § 1º da CLT) vincula a condenação, salvo se houver justificada necessidade de atribuição de valor por estimativa (art. 324, § 1º do CPC)"** definindo para o Tema nº 09 a seguinte Tese Jurídica: **"INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. VALORAÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS PEDIDOS NA PETIÇÃO INICIAL (ART. 840, § 1º DA CLT). LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES APRESENTADOS, RESSALVADA A HIPÓTESE DE PEDIDO GENÉRICO (ART. 324, § 1º DO CPC).** Nos termos do art. 840, § 1º da CLT, os pedidos devem ser certos, determinados e com indicação do seu valor. O valor atribuído a cada pedido, em regra, vincula a condenação, ressalvada a hipótese de pedido genérico (art. 324, § 1º do CPC), devidamente fundamentada, em que se admite a atribuição de valor à pretensão por estimativa justificada objetivamente". Portanto, **reconhece-se neste incidente que "em regra o valor**

atribuído a cada pedido vincula a condenação, ressalvada a hipótese de pedido genérico (art. 324, § 1º do CPC), devidamente fundamentada, em que se admite a atribuição de valor à pretensão por estimativa justificada objetivamente."

Na sequência, remetam-se os Autos à E. 2ª Turma para análise e julgamento dos recursos ordinários interpostos pelas partes. Tudo nos termos da fundamentação.

Sem custas.

BENEDITO XAVIER DA SILVA / GAB. DES. BENEDITO XAVIER DA SILVA em 21/11/2019 11:25

Anotação Pública

Desde o ano de 2000, e incluído pela Lei 9957, o inciso I, do artigo 852-B, da CLT, ao tratar do procedimento sumaríssimo, dispõe que **"o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente"**, estando pacificado na jurisprudência, inclusive do TST, que os valores indicados pela parte limitam o deferimento pelo órgão julgador.

Nesse sentido, aliás, as recentes r.decisões do c.TST, a seguir transcritas:

Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. **PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR DO PEDIDO INDICADO NA INICIAL. A submissão da reclamação trabalhista ao procedimento sumaríssimo impõe a observância de diversos requisitos, entre eles, a formulação de pedido certo ou determinado, com a indicação do valor correspondente, por força de disposição expressa do art. 852-B, I, da CLT. Por seu turno, é imperioso destacar que, segundo a disposição contida no artigo 141 do CPC/2015, " o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes ", sendo " vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado ", por força do comando contido no artigo 492 do CPC/2015. Nesse contexto, ainda que a indicação do valor correspondente aos pedidos formulados na inicial constitua um dos requisitos essenciais da reclamação trabalhista submetida ao procedimento sumaríssimo, impõe-se ao Juízo a observância dos limites da lide, ou seja, dos valores indicados na peça vestibular. Trata-se, inclusive, de uma garantia que visa assegurar a plena observância do contraditório e do devido processo legal.** Recurso de revista conhecido e provido. (Processo:ARR – 11241-98.2017.5.03.0152 – Orgão Judicante: 8ª Turma – Relatora: DORA MARIA DA COSTA – Julgamento: 06/11/2019 – Publicação: **08/11/2019**).

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. **PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. 1. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR DO PEDIDO INDICADO NA INICIAL.** Ante a demonstração de possível ofensa ao art. 5º, LIV, da CF, merece processamento o recurso de revista. 2. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO. RECONHECIMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958252. REPERCUSSÃO GERAL. Ante a demonstração de má aplicação da Súmula nº 331 do TST, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. **1. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR DO PEDIDO INDICADO NA INICIAL. A submissão da reclamação trabalhista ao procedimento sumaríssimo impõe a observância de diversos requisitos, entre eles, a formulação de pedido certo ou determinado, com a indicação do valor correspondente, por força de disposição expressa do art. 852-B, I, da CLT. Por seu turno, é imperioso destacar que, segundo a disposição contida no artigo 141 do CPC/15, " o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes ", sendo " vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado ", por força do comando contido no artigo 492 do CPC/15. Nesse contexto, ainda que a indicação do valor correspondente aos pedidos formulados na inicial constitua um dos requisitos essenciais da reclamação trabalhista submetida ao procedimento sumaríssimo, impõe-se ao Juízo a observância dos limites da lide, ou seja, dos valores indicados na peça vestibular. Trata-se, inclusive, de uma garantia que visa assegurar a plena observância do contraditório e do devido processo legal**. (Processo:RR – 10351-62.2017.5.03.0152 –

Orgão Judicante: 8ª Turma – Relatora: DORA MARIA DA COSTA – Julgamento: 23/10/2019 – Publicação: **25/10/2019**).

A partir da Lei 13.467/2017, o parágrafo 1º, do artigo 840/CLT, semelhantemente, dispõe que "Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, **o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor**, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

S.m.j., os dois dispositivos legais mencionados estabelecem a mesma obrigação à parte, qual seja, a de formular pedido certo, determinado e com indicação do valor respectivo.

E, se pacífico o entendimento de que para o procedimento sumaríssimo o valor ou os valores indicados aos pedido limitam o deferimento, não vislumbro qualquer justificativa à interpretar-se de modo contrário o disposto no parágrafo 1o., do artigo 840/CLT.

NEIDE ALVES DOS SANTOS / GAB. DES. NEIDE ALVES DOS SANTOS em 25/11/2019 11:18
Anotação Pública

Peço vênia para acompanhar a divergência do desembargador Benedito.

PAULO RICARDO POZZOLO / GAB. DES. PAULO RICARDO POZZOLO em 05/05/2020 12:05
Anotação Pública

Respeitosamente, acompanho o Exmo. Des. Benedito.

SUELI GIL EL RAFIHI / GAB. DES. SUELI GIL EL RAFIHI em 12/05/2020 22:47
Anotação Pública

Prezado Des. Benedito, agradeço os excelentes argumentos apresentados, porém ouso, respeitosamente, recusar a divergência para fomentar o debate deste Colegiado diante da importância e complexidade da matéria.

As ponderações de V. Ex.a me fazem pensar nas seguintes questões

1) como atribuir valor num pedido de pensão decorrente de acidente de trabalho, que depende de apuração pericial do grau de incapacidade por exemplo?

2) Como calcular o pedido numa pretensão de dano moral que depende de avaliação do juiz;

3) Como calcular um pedido de diferença de comissões que depende de exibição de documentos pelo empregador?

No cível, que é muito mais rigoroso, adota-se "estimativa de piso" e "estimativa de teto.

Gerenciar o risco no processo do trabalho, como?

A proposta de voto ora apresentada não tem a finalidade de negar vigência ao artigo 840, §1º, da CLT, mas sim interpretá-lo conforme a Constituição Federal, de acordo com a atual concepção de um devido processo legal, "justo e equitativo" (art. 5º, inciso XXXV, da CF), especialmente na esfera da tutela juridiscional dos direitos sociais dos trabalhadores, consagrado no artigo 7º da Carta Maior.

Não me parece razoável considerar como devido processo legal exigências desnecessárias, intransponíveis ou custosas para o jurisdicionado, de forma a dificultar a apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito, subvalorizando-as .

O acesso à justiça, fruto das ondas renovatórias delineadas por MAURO CAPPELLETTI e BRYANT GARTH, é direito fundamental de todo cidadão, assegurado no art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

É certo que a norma jurídica não contém expressões inúteis, razão pela qual a expressão gramatical utilizada no artigo 840,§1º da CLT leva à conclusão insofismável de que é possível aceitar cálculos simplificados, notadamente considerando que a mera indicação de valores é suficiente para fazer prosseguir a ação, sendo desnecessária a liquidação antecipada dos pedidos.

Aqui tem que ser feita uma distinção entre os termos "***indicação***" e "***liquidação***".

O § 1o, do art. 840 da CLT fala que: "*o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor.*", e o Art. 879 fala em: "*... ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.*".

A interpretação quanto à limitação parte da premissa de uma liquidação prévia, e não e uma mera indicação de valores. Lembro, também, que a própria "*liquidação*" admite mais de uma modalidade.

Penso que não devemos limitar a possibilidade de apresentação estimada de cálculos apenas ao pedido genérico (artigo 324,§1º do CPC), pois além das peculiaridades das pretensões trabalhistas, que muitas vezes exigem documentos que estão em posse do empregador, não se pode olvidar que ainda vige no Processo do Trabalho o *jus postulandi*, o que evidencia o equívoco do entendimento de que a indicação econômica do pedido deve ser exata, pois muitas vezes falta conhecimento técnico ao jurisdicionado para indicar os pedidos de forma certa e determinada.

Seguindo este raciocínio, a indicação estimada dos valores de cada pedido não pode limitar a condenação ao *quantum* indicado na petição inicial, pois amparada em um cálculo aproximado do que a parte autora considera como devido em seu favor, sendo improvável que este corresponderá ao crédito eventualmente deferido.

Cabe esclarecer que a razão para não aplicar o mesmo entendimento adotado nos procedimentos sumaríssimos, é justamente porque este rito processual, na maioria das vezes, envolve questões de baixa complexidade, que não demandam cálculos substanciais, até mesmo porque há limitação do valor da causa, conforme previsão do artigo 852-A da CLT.

Ao meu ver, a apresentação por estimativa não permite a perpetuação de "aventuras jurídicas", pois os valores a serem apresentados não deverão ser meramente aleatórios, devendo guardar congruência com as pretensões apresentadas.

Ademais, como bem apontado no parecer exarado pela Ex.ma Procuradora Chefe da PRT DA 9ª Região, MARGARET MATOS DE CARVALHO, os honorários sucumbenciais decorrerão da liquidação da sentença, sendo evidente que os próprios valores da condenação também decorrerão de liquidação posterior, ou seja, *"a indicação do valor servirá apenas como valor da causa, que definirá o rito processual, pois o artigo 791-A da CLT é claro ao afirmar que o valor da liquidação não está delimitado pelo valor do pedido."*

Por derradeiro, não vejo que a interpretação do artigo 840, §1º da CLT à luz da Constituição Federal seja um *"insight"* de rebeldia, mas sim trata-se de um ato de coragem para atribuir ao referido dispositivo legal a eficácia normativa de direito fundamental de acesso à justiça, compreendendo-o como um processo justo, adequado e equitativo a todos jurisdicionados. O que não pode é o Poder Judiciário aplicar a literalidade de novos termos legislativos, descuidando da realidade social e ainda violando os princípios do acesso à Justiça, da instrumentalidade de formas e da simplicidade, sendo estes preponderantes na seara laboral.

Assim sendo, mantenho o voto como proposto, no sentido de considerar que o artigo 840,§1º da CLT exige apenas uma estimativa dos valores dos pedidos, de forma que não se deve limitar a liquidação ou a execução de sentença aos valores constantes na inicial, porquanto, repiso, tratam-se de mera estimativa ou previsão de correspondência.

Por outro lado, valores estimados não podem limitar o cálculo do efetivo valor da condenação. Se levarmos tal entendimento a "ferro e fogo" como estão propondo alguns colegas, não poderíamos sequer incluir juros e correção monetária na liquidação de pedidos formulados pelo rito sumaríssimo.

Como já dito, em tese, os pedidos que levam o rito sumaríssimo contêm questões mais simples. Claro que encontramos também alguns embates que podem ser considerado mais complexos, mas esta não é a regra. E em tais situações, que eu saiba, esta questão não é tão pacífica.

Se prevalecer entendimento quanto à necessidade de liquidação dos pedidos e limitação em valores estimativos, o processo deixa de ser uma forma de forçar o cumprimento de um direito sonegado ao trabalhador, e vai virar privilégio de advogados bem assessorados, fugindo completamente da finalidade da JT.

Ao debate.

Saudações,

CASSIÃO.

CASSIO COLOMBO FILHO / GAB. DES. LUIZ ALVES em 30/08/2020 19:47
Anotação Pública

Em razão de precedentes do TST e também de vários votos que eu já proferi no mesmo sentido, peço vênia para acompanhar a r. **divergência** apresentada pelo E. Desembargador **BENEDITO**.

EDMILSON ANTONIO DE LIMA / GAB. DES. EDMILSON ANTONIO DE LIMA em 21/07/2020 10:35
Anotação Pública

Acompanho a divergência proposta pelo e. Desembargador Benedito.

ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR / GAB. DES. ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR em 28/07/2020 13:38
Anotação Pública

Acompanho o relator

ILSE MARCELINA BERNARDI LORA / GAB. DES. ILSE MARCELINA BERNARDI LORA em 28/07/2020 16:09
Anotação Pública

Primeiro, embora Des. Cassio não componha mais este Tribunal, deixo registrados meus parabéns pelo excelente voto proferido, pela solidez dos fundamentos apresentados e pelo rumo adotado, que primou pela melhor exegese em termos de direito processual civil e do trabalho.

Parabenizo também, e especialmente, por sua condução à audiência pública que tratou do tema, quando se permitiu o pleno contraditório, numa demonstração de que o diálogo e a troca de ideias tem como consequencia direta, principalmente em temas como o que se discute, a maturidade e o aperfeiçoamento dos julgados.

Quanto ao meu posicionamento, a discussão trata do alcance do art. 841, § 1º da CLT, que nos lança grande preocupação com os rumos do Direito do Trabalho e da própria Justiça do Trabalho, tão combalidos que já se encontram diante de ameaças políticas e diante das restrições ao acesso à Justiça por meio da Lei da Reforma Trabalhista.

E justamente por essa preocupação, além dos sólidos fundamentos apresentados é que **acompanho o voto do Relator**.

Acrescento, a título de justificativa, que **sustentar a exigência de valor líquido no § 1º do art. 841 da CLT é ampliar a literalidade** desse dispositivo e adotar linha ideologicamente prejudicial aos trabalhadores, porque em regra são estes que procuram a Justiça do Trabalho para receber direitos sonegados durante o contrato.

O § 1º do art. 841 estabelece apenas que "sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, O PEDIDO, que deve ser certo e determinado e com A INDICAÇÃO DE SEU VALOR, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante".

Como está claro, o parágrafo determina apenas que seja indicado o VALOR. Não determinada que se indique o VALOR PRECISO, o VALOR LÍQUIDO, o VALOR EXATO, o VALOR DEFINITIVO DA CAUSA, até porque, por razões lógicas, diante das peculiaridades das ações trabalhistas, principalmente pelo fato dos reclamantes não terem acesso parcial ou total a documentos, seria algo impossível de se fazer antes da sentença.

Exigir a indicação precisa, líquida e definitiva do valor na petição inicial torna evidentemente desequilibrada essa relação processual, sem considerar o desequilíbrio na relação de direito material.

Por todos esses fundamentos, pelos indicados pelo Relator, especialmente porque nessa linha é o posicionamento atual da SBDI-1 do TST e pelos indicados pelos demais desembargadores que vão na mesma linha, ACOMPANHO O RELATOR.

MARLENE TERESINHA FUVERKI SUGUIMATSU / GAB. DES. MARLENE TERESINHA FUVERKI SUGUIMATSU em 27/06/2021 18:50

Anotação Pública

Com o Exmo. Relator.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA MENDONCA / GAB. DES. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA MENDONÇA em 29/07/2020 07:27

Anotação Pública

- Voto com a divergência do Dr. Benedito.

MORGANA DE ALMEIDA RICHA / GAB. DES. MORGANA DE ALMEIDA RICHA em 26/08/2020 17:11

Anotação Pública

RESOLVER QUESTÕES DOS *AMICI CURIAE*:

1. quem pode ser admitido – entidades? Advogados em nome próprio (STF não admite)? Em que prazo?;

- advogado em nome próprio;

- até a liberação para colocação em pauta por parte do relator?

- requerimento recente Dr. Abagge, tendo a indeferir porque intempestivo (depois da liberação para inclusão em pauta por parte do Relator) e por entender que advogado atuando em nome próprio, em que pese a alegação de defesa dos interesses de seus clientes, não possui "representatividade adequada" que justifique sua intervenção.

O STF assentou que representatividade adequada exige do requerente, além da capacidade de representação de um conjunto de pessoas, a existência de uma preocupação institucional e a capacidade de efetivamente contribuir para o debate. (RE 817338 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2018, Processo eletrônico DJe-137 divulg 24-06-2019 public 25-06-2019). A alegação de que defende interesses de seus clientes não lhe empresta a aderência específica que justifique sua intervenção.

2. como dividir o prazo de sustentação entre eles – para IRDR se aplica o art. 984 do CPC:

Art. 984. No julgamento do incidente, observar-se-á a seguinte ordem:

I – o relator fará a exposição do objeto do incidente;

II – poderão sustentar suas razões, sucessivamente:

a) o autor e o réu do processo originário e o Ministério Público, pelo prazo de 30 (trinta) minutos;

b) os demais interessados, no prazo de 30 (trinta) minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com 2 (dois) dias de antecedência.

§ 1º Considerando o número de inscritos, o prazo poderá ser ampliado.

§ 2º O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários.

RITRT9 – Art. 101-Y, inc. X, letras "a" e "b":

X – por ocasião do julgamento, é assegurada às partes e demais interessados a

faculdade de sustentação oral, observando-se o seguinte:

a) autor e réu do processo originário e o Ministério Público do Trabalho terão 10 (dez) minutos cada para defesa de suas teses;

b) os demais interessados terão o prazo de 30 (trinta) minutos para sustentação oral, divididos entre todos, sendo exigida a inscrição com dois dias de antecedência, podendo ser ampliado este prazo em razão do número de inscritos.

CASSIO COLOMBO FILHO / GAB. DES. LUIZ ALVES em 30/08/2020 19:44

Anotação Pública – Destaque

Prezados, fazendo levantamento jurisprudencial sobre o assunto deparei-me com recente julgado da SBDI-II, bastante expresso quanto à desnecessidade de liquidação na petição inicial, bem como a não limitação da pretensão ao valor da inicial nos pedidos valorados por estimativa:

"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB AÉGIDE DO CPC DE 1973. ARTIGO 485, V, DO CPC DE 1973. LIMITAÇÃO DOS VALORES A SEREM APURADOS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA ÀS QUANTIAS INDICADAS POR ESTIMATIVA NA PETIÇÃO INICIAL DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 5o, LIV, E 7o, XVI, DA CF, 125, III, 258, 261, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, 840, § 1o, DA CLT, 884 E 886 DO CCB. IMPERTINÊNCIA E AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO. ÓBICE DA SÚMULA 298 DO TST. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 128 E 460 DO CPC DE 1973. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. Tese inicial fundada na alegação de violação dos artigos 5o, LIV, e 7o, XVI, da CF, 125, III, 128, 258, 261, parágrafo único, e 460 do CPC de 1973, 840, § 1o, da CLT e 884 e 886 do CCB. 2. No acórdão rescindendo, restou provido o recurso do reclamante para majorar a condenação em horas extras, a se calcular com base na jornada declinada na petição inicial. Contudo, impôs-se a limitação dos valores a serem apurados em liquidação de sentença às quantias indicadas no pedido exordial. 3. Pedido de corte rescisório julgado procedente no Regional para afastar a limitação da condenação ao pagamento de horas extras ao valor do pedido inicial (R$9.200,00), por violação do artigo 840, § 1o, da CLT. 4. O debate proposto diz respeito à necessidade ou não de limitação dos valores apurados em liquidação de sentença às quantias fixadas na peça vestibular da reclamação trabalhista. 5. Cumpre registrar a impertinência dos artigos 7o, XVI, da CF (valor mínimo para o adicional de horas extras), 125, III (ato atentatório à dignidade da justiça), 258 (necessidade de atribuição de valor à causa na petição inicial), 261, parágrafo único, do CPC (presunção de aceitação do valor atribuído à petição inicial), 884 e 886 do CCB (enriquecimento ilícito e respectiva restituição), os quais não tratam do tema em foco (pedido líquido) e não foram objeto de pronunciamento explícito na decisão rescindenda, o que atrai o óbice da Súmula 298, I, do TST. Quanto ao artigo 840, § 1o, da CLT, em que pese o entendimento adotado no acórdão regional, também não se mostra pertinente com a alegação exposta pelo Autor na petição inicial, uma vez que trata dos requisitos da petição inicial da reclamação trabalhista quando escrita (designação do juízo, qualificação das partes, uma breve exposição dos fatos, o pedido, a data e assinatura do reclamante ou de seu representante). O dispositivo não trata especificamente de pedido líquido e respectiva consequência nos limites da condenação. 6. É bem verdade que se o demandante limitar o pedido inicial a determinado valor, deve o juiz decidir

nos exatos limites em que proposta a lide, sendo-lhe defeso condenar o demandado em quantidade superior à pleiteada, nos termos dos artigos 128 e 460 do CPC. Ocorre, porém, que a situação verificada no caso concreto é diversa, pois o Autor indicou valores para o pedido de pagamento de horas extras por mera estimativa, requerendo expressamente que o valor efetivamente devido fosse apurado posteriormente, em liquidação de sentença. Nesse passo, sujeita a ação matriz ao rito ordinário, é evidente que não se objetivava a limitação do pedido aos valores informados. Desse modo, o Juízo rescindendo, ao limitar o crédito do Autor aos valores indicados na exordial, violou as normas dos artigos 128 e 460 da CLT. 7. Pleito rescisório julgado procedente, com base no artigo 485, V, do CPC de 1973, porque evidenciada a violação dos artigos 128 e 460 do CPC de 1973." (RO-7765-94.2010.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 14/06/2019).

Será que podemos ir na contramão do sentido que o TST tem indicado. Consideremos que não se trata de acórdão de Turma, mas sim da SBDI-II, e, diante do atual entendimento sobre a teoria do "stare decisis vertical" e obrigatoriedade dos precedentes oriundos de órgãos uniformizadores de jurisprudência, principalmente no caso dos Tribunais Superiores?

Também encontrei diversos julgados de Turmas dos TRTs 1, 2, 3, 4, 15, 22 nesse sentido. No TRT 24 a 1a Turma limita e a 2a Turma não.

Que rumo tomaremos diante de tais precedentes, principalmente o da SBDI-II?

Saudações,

CASSIÃO

CASSIO COLOMBO FILHO / GAB. DES. LUIZ ALVES em 30/08/2020 22:10

Anotação Pública

ACOMPANHO O VOTO DO EXMO. RELATOR, CONSIDERANDO, ESPECIALMENTE, OS ARGUMENTOS POR ELE POSTOS NAS SUAS ANOTAÇÕES PÚBLICAS.

ADILSON LUIZ FUNEZ / GAB. DES. ADILSON LUIZ FUNEZ em 31/08/2020 09:17

Anotação (aguardando liberação)

Vista Regimental ao Des. Ney Malhadas, em 14/12/2020 – Já votei.

NEIDE ALVES DOS SANTOS / GAB. DES. NEIDE ALVES DOS SANTOS em 14/12/2020 15:36

Anotação Pública – Destaque

Além de todos os argumentos apresentados, gostaria de acrescer mais dois fundamentos:

1 **-os precedentes do TST invocados, que limitam a execução ao valor indicado na inicial, dizem respeito ao procedimento sumaríssimo e se justificam porque neste procedimento há efetiva vinculação ao limite do pedido**, sob pena de de desvirtuar o procedimento especial. Equipara-se aos juizados especiais da justiça comum, que o pedido e a condenação não podem extrapolar os limites legais. Nesse procedimento, por sinal, sequer se cogita da possibilidade de impugnação ao valor da causa para alterar o rito, pois o próprio autor limita a sua pretensão para obter os benefícios do rito sumaríssimo. Logo, penso que não podem ser invocados como precedente para o caso em exame.

2 – Se o valor indicado para os pedidos realmente limitasse a condenação, **não haveria qualquer sentido para possibilitar que o réu impugne o valor da causa**, como prevê o art. 293 do CPC, aplicável ao processo do trabalho conforme Instrução Normativa do E. TST ("*Art. 12. Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as*

redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017. [...] § 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. ***291 a 293*** *do Código de Processo Civil.*"):::

"Art. 293. O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas."

Que lógica teria o Réu impugnar o valor atribuído na inicial se aquele valor seria o máximo pretendido para a condenação?

Ademais, o art. 292, § 3º, do CPC, prevê a possibilidade de o próprio Juízo, de ofício, corrigir o valor da causa. Ora, poderia, então, o Juiz aumentar, de ofício, o valor pretendido pelo Autor para a condenação? Ou, pior, reduzir esse valor?

Dispõe o referido dispositivo:

"§ 3º O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes."

Portanto, com todas as vênias, se o processo do trabalho adotou esta vinculação do valor atribuído às pretensões que já existia no processo civil, por que somente na Justiça do Trabalho o valor atribuído limitaria a condenação, se isso não ocorre no processo civil. Por que se permite ao Réu impugnar o valor da causa se o valor atribuído seria limitador da pretensão?

ARION MAZURKEVIC / GAB. DES. ARION MAZURKEVIC em 25/06/2021 11:10

Divergência (aguardando análise do relator)

De qualquer forma, se prevalecer a divergência, apresento divergência ao texto do E. Des. Benedito, propondo o seguinte:

"em regra o valor atribuído a cada pedido vincula a condenação, ressalvada a hipótese de pedido genérico, nas hipóteses do art. 324, § 1º do CPC, em que se admite a atribuição de valor à pretensão por estimativa."

Penso que não se mostra adequado para o texto da uniformização as expressões genéricas de "**devidamente fundamentada**" e também "**estimativa justificada objetivamente**", pois isso vai gerar uma séria de controvérsias na execução, pois se a parte apresenta o valor da causa e afirma que é estimativa, não havendo controvérsia na fase cognitiva, na execução vai ser controvertido se a pretensão atendeu a necessidade de fundamentação e justificativa objetiva. Penso que essa questão deve ser deixada para o exame em cada processo e a controvérsia que nele surgir. Mesmo porque se o autor afirma que o valor é por estimativa e a parte adversa não controverte, não vejo porque deixar de considerar que assim o é.

Até porque o réu eventualmente pode deixar de questionar a pretensa estimativa por entender que como a uniformização exige que fosse "devidamente fundamentada" e "justificada objetivamente", o valor vincula a condenação.

Ademais, o que seria "justificada **objetivamente**"? Ou "**devidamente** fundamentada".

ARION MAZURKEVIC / GAB. DES. ARION MAZURKEVIC em 25/06/2021 11:24

EMENTA

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. ARTIGOS 947, § 4º DO CPC E 55, INCISO X DO REGIMENTO INTERNO DO TRT DA 9ª REGIÃO. POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO ESTIMADA DOS VALORES DOS PEDIDOS APRESENTADOS NA PETIÇÃO INICIAL (ART. 840, § 1º, DA CLT). AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES APRESENTADOS. Diante da interpretação sistemática e gramatical dos artigos 840, §1º da CLT e 12, § 2º, da Instrução Normativa nº 41 do TST, conclui-se de forma insofismável que é possível aceitar cálculos simplificados, notadamente considerando que a mera indicação de valores é suficiente para fazer prosseguir a ação, sendo desnecessária – aliás, altamente contraproducente, além de irremediavelmente prejudicial ao amplo acesso ao Judiciário – a liquidação antecipada dos pedidos. Por certo que, em se tratando de uma estimativa, o valor da causa indicado na petição inicial corresponde a um cálculo aproximado do que a parte autora considera como devido em seu favor, sendo improvável que este corresponderá ao crédito eventualmente deferido, até mesmo porque tal definição pode depender da necessidade de se provar fato novo (caso da liquidação por artigos) e também pela variação no tempo em função. Regra geral, o valor efetivamente devido só será conhecido por ocasião da liquidação do julgado, quando os parâmetros de apuração fixados no título executivo se traduzirão em cálculos aritméticos, dos quais resultará, ao final, o valor ou *quantum debeatur*. Nesse contexto, também não há falar em limitação do valor da condenação aos montantes apontados na inicial, os quais foram apenas estimados. Por fim, é imperioso destacar que a fixação do valor da causa e da condenação no processo do trabalho só são relevantes na fase de conhecimento do processo, na medida em que servem apenas para fixar rito e admissibilidade recursal, sem interferir em questões de competência funcional. Na fase de cumprimento (execução), o valor do pedido é totalmente irrelevante e se desvincula de sua origem na medida em que se apura mediante realização de operações aritméticas o valor devido com acréscimo de juros e correção monetária, sem prejuízo de multas, o que certamente vai elevar o valor do *quantum debeatur*, e isto não pode significar prejuízo ou decréscimo patrimonial à parte exequente. Desta forma, impõe-se **reconhecer a possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840, §1º da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial.**

RELATÓRIO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA**, suscitado nos Autos do Recurso Ordinário nº 0000791-40.2018.5.09.0655, proveniente da **VARA DO TRABALHO DE ASSIS CHATEAUBRIAND**, em que é Suscitante a **E. 2ª TURMA**, e Suscitado o **E. TRIBUNAL PLENO** deste Regional.

O Excelentíssimo Desembargador Cássio Colombo Filho apresentou o seguinte relatório:

Inconformadas com a r. sentença de fls. 139/144, complementada pela decisão resolutiva de embargos declaratórios de fls.166/167, ambas proferidas pelo Ex.mo Juiz do Trabalho **SILVIO CLAUDIO BUENO**, que julgou parcialmente procedentes os pedidos, recorreram as partes.

O reclamado **ITAÚ UNIBANCO S/A**, pugnou nas razões recursais de fls. 168/196 pela reforma do julgado no que se refere a: a) inépcia – limites da condenação; b) prescrição total – PCS; c) prescrição total – prêmio aposentadoria; d) plano de carreiras, cargos e salários –

diferenças salariais; e) férias; f) justiça gratuita; g) correção monetária; h) honorários advocatícios; i) FGTS, PLR e demais reflexos.

O reclamante **JURACY ANTÔNIO FANTE**, por meio do recurso ordinário de fls. 212/227, postulou a reforma da decisão quanto a: a) inconstitucionalidade dos artigos 790, § 4º, 790-B, 791-A, §§ 3º e 4º, e 840 da CLT (Lei nº 13.467/2017); b) auxílio-alimentação – auxílio-refeição – cesta-alimentação; c) promoções por mérito; d) PCCS – percentual aplicável a cada alteração de nível; e) dobra das férias; f) prêmio aposentadoria; g) honorários advocatícios.

Na sessão de julgamento de 16 de agosto de 2019, no julgamento dos recursos ordinários acima referidos, houve por bem a 2ª Turma deste Tribunal Regional da 9ª Região, nos termos do artigo 947 do CPC e artigo 55, X, do Regimento Interno deste Tribunal, suscitar Incidente de Assunção de Competência quanto **à indicação de valores dos pedidos apresentados na petição inicial, nos termos do art. 840, § 1º, da CLT, e a possibilidade ou não de limitação da condenação a estes valores.**

Ato contínuo, os autos foram encaminhados a este Relator.

Na sessão ordinária realizada em 30 de setembro de 2019, RESOLVEU o Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, ADMITIR o presente Incidente de Assunção de Competência, delimitando-se como questão de direito a ser disciplinada: "*indicação de valores dos pedidos apresentados na petição inicial, nos termos do art. 840, § 1º, da CLT, e a possibilidade ou não de limitação da condenação a estes valores.*", conforme certidão de julgamento de fls. 346/347.

Na sequência, foram proferidos despachos em cumprimento ao art. 101-Y, itens IV e VIII, alíneas "b" e "e", da Seção IV – "Do Incidente de Assunção de Competência", do Regimento Interno deste Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (fls. 382/383 e 399).

Foram admitidos como *amicus curiae* as seguintes entidades representativas: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE

CURITIBA E REGIÃO, o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS E EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS NO ESTADO DO PARANÁ – SINDASPP e a OAB – SECCIONAL DO PARANÁ e tSINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE REFINAÇÃO, DESTILAÇÃO, EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA – SINDIPETRO PR/SC (fls.382/383).

Em 16.10.2020, foi realizada audiência pública, que teve como componentes da mesa o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ex.mo Desembargador SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS; a Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ex.ma Desembargadora NAIR MARIA RAMOS LUNARDELLI; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Subseção Paraná, Ilustríssimo Advogado CASSIO LISANDRO TELLES; o Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, Ilustríssimo Advogado ALBERTO AUGUSTO DE POLI; a Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Ex.ma Procuradora Regional MARIANE JOSVIAK e o Presidente da AMATRA IX, Ex.mo Juiz ROBERTO DALA BARBA FILHO.

Participaram como palestrantes convidados o Ex.mo Juiz Professor Dr. MAURO SCHIAVI; professor Dr. BRUNO FREIRE; Professor Dr. RICARDO ALEXANDRE DA SILVA; Ex.mo.Juiz do Trabalho e Professor Dr.HOMERO BATISTA MATEUS DA SILVA; Professora Dra. MARIA CRISTINA MATTIOLI; Professora Dra. LUCIANA YEUNG; Ex.mo.Juiz do Trabalho e Professor Dr. SANDRO ANTONIO DOS SANTOS; Ex.ma Procuradora Regional do Trabalho MARIANE JOSVIAK; e Professores Dr. JOSÉ AFFONSO DALLEGRAVE NETO e DR. ALBERTO DE PAULA MACHADO. Também foram ouvidos, os interessados inscritos e selecionados que atenderam as condições previstas no Edital, demonstrando, especialmente, a representatividade necessária: Dr. NASSER AHMAD ALLAN (representante da CUT); Dr. JOÃO CARLOS REQUIÃO (representante da FECOMÉRCIO); Dr. RICARDO NUNES MENDONÇA (representante da categoria dos empregados do setor bancário); Dr. JOÃO CARLOS RÉGIS (Representante a Associação Comercial do Paraná,

FECOMÉRCIO e FIEP; Dr. NUREDIN AHMAD ALLAN (representante do SINDASPP); Dr. LUIZ ANTONIO ABBAGE (representante da FUNPAR e da RIMATUR TRANSPORTES).

Ainda, foi oportunizada a palavra à plateia interessada, nas pessoas da advogada Dra. LUANA PÂNCARO FABER e da servidora pública do TRT da 9ª Região, VANESSA ROBERTA DO ROCIO SOUZA.

Intimado, o Ministério Público do Trabalho em parecer de fls. 401/409, da lavra da Ex.ma Procuradora Chefe da PRT DA 9ª Região, MARGARET MATOS DE CARVALHO, opinou pelo cabimento do Incidente e, no mérito, pela possibilidade de simples indicação dos valores dos pedidos na petição inicial, sem que haja limitação da condenação aos valores apresentados.

Após a aposentadoria de sua Excelência, o Exmo. desembargador Cássio Colombo Filho, fui designado relator pelo Tribunal Pleno, por unanimidade de votos, consoante certidão de julgamento, por ter atuado como revisor no processo em que suscitado o presente incidente.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Conforme certidão de julgamento de fls. 346/347, a admissibilidade do presente incidente já foi analisada na sessão ordinária realizada em 30 de setembro de 2019, na qual RESOLVEU o Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, ADMITIR o presente Incidente de Assunção de Competência, delimitando-se como questão de direito a ser disciplinada: "*indicação de valores dos pedidos apresentados na petição inicial, nos termos do art. 840, § 1º, da CLT, e a possibilidade ou não de limitação da condenação a estes valores*", com os seguintes fundamentos:

> "Conforme preconiza o artigo 947, § 4º do CPC é cabível a instauração de Incidente de Assunção de Competência quando "ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.". Da análise conjunta dos artigos 947 e 976 do CPC que preveem os instrumentos que se destinam à formação de precedentes, verifica-se que o incidente de assunção de competência visa definir soluções sobre questões que poderão ser aplicadas em outras ações, sem que haja identidade da causa petendi. Já o incidente de resolução de demandas repetitivas tem por finalidade a resolução do

> processo, de modo que a decisão proferida será aplicada em outras demandas com idêntica causa de pedir. Desta forma, conclui-se que a distinção entres estes institutos encontra-se no fato de a questão de direito ser uma DEMANDA comum (IRDR) ou só uma QUESTÃO de direito comum (IAC). Desta forma, não seria possível suscitar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, porquanto a indicação dos valores dos pedidos na inicial, nos termos do artigo 840, § 1º da CLT e a consequente possibilidade de limitação da execução a estes valores, trata-se de questão processual tratadas em ações com causas de pedir distintas, decorrentes de fatos com origem diversas, porém com um ponto processual em comum. Ademais, diante da disparidade de decisões entre as Turmas deste Regional sobre a matéria, é conveniente que seja admitido o presente incidente de assunção de competência para composição de divergência, nos termos do artigo 947, § 4º do CPC, a fim de evitar que sejam proferidas novas decisões divergentes, garantindo o respeito aos princípios constitucionais da isonomia e da segurança jurídica, de forma a proporcionar o tratamento isonômico aos jurisdicionados titulares da mesma situação jurídica. Incidente de Assunção de Competência admitido."

MÉRITO

INDICAÇÃO DE VALORES DOS PEDIDOS APRESENTADOS NA PETIÇÃO INICIAL, NOS TERMOS DO ART. 840, § 1º, DA CLT, E A POSSIBILIDADE OU NÃO DE LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO A ESTES VALORES

Reproduzo o judicioso **voto** do então relator, **Excelentíssimo Desembargador Cássio Colombo Filho**, acompanhado por este desembargador, relator designado em substituição e redator do acórdão, e pela maioria, em sessão plenária.

O reclamante JURACY ANTÔNIO FANTE propôs reclamatória trabalhista em 6/12/2018 em face do reclamado ITAÚ UNIBANCO S/A, autuada sob nº 0000791-40.2018.5.09.0655, postulando o pagamento de diversas parcelas decorrentes do vínculo empregatício, tendo apresentado, na petição inicial, os valores estimados de cada pedido, sem a indicação dos critérios de cálculo utilizados.

Em contestação, o reclamado pugnou pela declaração da inépcia da petição inicial, em razão da ausência de memória de cálculo e indicação de seus parâmetros. Contudo, a pretensão foi rejeitada nos seguintes termos:

> "INÉPCIA – LIMITES DA CONDENAÇÃO
>
> Embora o art. 840, § 1º, da CLT, com a redação conferida pela Lei 13.467/17, estipule que o pedido deve ser certo, determinado e com a indicação de seu valor, essa regra

> não é absoluta, pois há inúmeras situações em que não é possível determinar desde logo o valor do pedido, como é o caso das diferenças salariais, cuja apuração depende dos documentos que estão em poder do empregador. Diante disso, declaro aplicável a regra do art. 324, § 1º, III, do CPC, sendo lícito formular pedido genérico.
>
> Ademais, o art. 840, § 1º, da CLT, apenas determina que os pedidos devem ser líquidos, mas não exige que seja apresentado demonstrativo de cálculo de cada um deles, pelo que não há falar em inépcia da inicial, já que a parte autora indicou o valor de cada um dos demais pedidos.
>
> Declaro, por fim, que a condenação não está limitada ao valor de cada pedido, já que não qualquer disposição legal nesse sentido."

O reclamado recorreu deste ponto alegando que na petição inicial não houve indicação precisa dos critérios utilizados para os valores apontados, não tendo sido juntada qualquer memória de cálculo ou resumo analítico. Asseverou que *"[...] para dar atendimento à dicção legal o recorrido deveria apresentar os respectivos cálculos e de forma detalhada, ao efeito de viabilizar a impugnação do recorrente, por consequente, o exercício do contraditório em toda a sua extensão. Ausente a memória de cálculo, a fim de que se possa aferir quais os critérios utilizados para a delimitação dos valores lançados aleatoriamente na prefacial, a petição inicial se encontra inepta." (fl. 1468). Pede que seja indeferida a petição inicial, com base nos artigos 840, § 3º, da CLT, 300, II, 330, I, e 485, I, do CPC/2015, ou então que "[...]o valor máximo da condenação seja limitado ao valor indicado atribuído à causa, nos termos do art. 292 do CPC, aplicado subsidiariamente à espécie por força do art. 769 da CLT e em consonância com o art. 840, § 1º da CLT, já que o valor apresentado na inicial corresponde ao preciso conteúdo econômico dos pleitos, limitando a expectativa financeira da postulação formulada, o que deverá ser observado pelo Juízo, em obediência à proibição de condenação do réu em quantidade superior ao que lhe foi demandado (art. 492 do CPC).*"

Na sessão de julgamento de 16 de agosto de 2019, a E. 2ª Turma deste Regional verificou a existência de relevante questão de direito, e por conseguinte sobrestou o julgamento dos recursos interpostos pelas partes, e suscitou o presente Incidente de Assunção de Competência quanto à "*indicação de valores dos pedidos apresentados na petição inicial, nos termos do art.*

840, § 1º, da CLT, e a possibilidade ou não de limitação da condenação a estes valores", o qual foi admitido pelo Tribunal Pleno.

Analiso.

O tema é polêmico e comporta controvérsia, porém me parece que a melhor síntese e abordagem das questões jurídicas e sociais que envolvem a exegese quanto à liquidação da petição inicial está na jurisprudência reiterada do E. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, principalmente na decisão proferida no Mandado de Segurança nº 0020054-24.2018.5.04.0000, de relatoria do Ex.mo Desembargador JOÃO PAULO LUCENA (julgamento em 18/6/2018), pelo que me reporto aos fundamentos para solucionar o caso presente.

Em tal julgado são abordadas as questões concernentes ao acesso ao Judiciário e à lesividade grave e imediata a justificar o cabimento da ordem para fazer cessar a ilegalidade do ato, além do dever de cooperação previsto no art. 6º do CPC/2015, não menos caro ao processo do trabalho, apontando várias consequências graves na exigência de liquidação antecipada dos pedidos, a saber:

(i) a violação do direito humano de acesso à Justiça, uma das garantias fundamentais do cidadão, que passa a depender de um contador para vindicar seu direito;

(ii) a dupla violação do acesso à Justiça, com a subvaloração da lesão do direito;

(iii) a injusta e ilícita transferência de obrigação essencial do empregador (quantificar e pagar o direito na constância da relação de trabalho) para o trabalhador;

(iv) a precificação do Direito.

No caso, verifica-se que o trabalhador não deixou de indicar o valor das pretensões, tendo apresentado estimativas nos pedidos formulados, o que à toda evidência é suficiente para atender ao disposto na atual redação do § 1º do art. 840 da CLT.

Impende esclarecer que a norma jurídica não contém expressões inúteis, de modo que a expressão gramatical utilizada no mencionado dispositivo da CLT leva à conclusão insofismável de que é possível aceitar cálculos simplificados, notadamente considerando que a mera indicação de valores é suficiente para fazer prosseguir a ação, sendo desnecessária – aliás, altamente contraproducente, além de irremediavelmente prejudicial ao amplo acesso ao Judiciário – a liquidação antecipada dos pedidos.

A própria recomendação constante do art. 12, § 2º, da Instrução Normativa nº 41 do TST, editada acerca das normas da CLT, com as alterações da Lei nº 13.467/2017 e sua aplicação ao processo do trabalho, dispõe:

> "Art. 12. Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivam ente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017.
>
> [...]
>
> § 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, **o valor da causa será estimado**, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil." (grifos acrescidos)

Por certo que, em se tratando de uma estimativa, o valor da causa indicado na petição inicial corresponde a um cálculo aproximado do que a parte autora considera como devido em seu favor, sendo improvável que este corresponderá ao crédito eventualmente deferido, até mesmo porque tal definição pode depender da necessidade de se provar fato novo (caso da liquidação por artigos) e também pela variação no tempo em função, por exemplo, do processo inflacionário ou, ainda, quanto aos juros de mora incidentes.

O que se constata, regra geral, é que o valor efetivamente devido só será conhecido por ocasião da liquidação do julgado, quando os parâmetros de apuração fixados no título executivo se traduzirão em cálculos aritméticos, dos quais resultará, ao final, o valor ou *quantum debeatur*.

Nesse contexto, também não há falar em limitação do valor da condenação aos montantes apontados na inicial, os quais foram apenas estimados, repisa-se.

Na mesma linha, é o atual e recente entendimento da SBDI-II e da 6ª Turma do C.TST:

"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB AÉGIDE DO CPC DE 1973. ARTIGO 485, V, DO CPC DE 1973. LIMITAÇÃO DOS VALORES A SEREM APURADOS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA ÀS QUANTIAS INDICADAS POR ESTIMATIVA NA PETIÇÃO INICIAL DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 5o, LIV, E 7o, XVI, DA CF, 125, III, 258, 261, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, 840, § 1o, DA CLT, 884 E 886 DO CCB. IMPERTINÊNCIA E AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO. ÓBICE DA SÚMULA 298 DO TST. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 128 E 460 DO CPC DE 1973. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. Tese inicial fundada na alegação de violação dos artigos 5o, LIV, e 7o, XVI, da CF, 125, III, 128, 258, 261, parágrafo único, e 460 do CPC de 1973, 840, § 1o, da CLT e 884 e 886 do CCB. 2. No acórdão rescindendo, restou provido o recurso do reclamante para majorar a condenação em horas extras, a se calcular com base na jornada declinada na petição inicial. Contudo, impôs-se a limitação dos valores a serem apurados em liquidação de sentença às quantias indicadas no pedido exordial. 3. Pedido de corte rescisório julgado procedente no Regional para afastar a limitação da condenação ao pagamento de horas extras ao valor do pedido inicial (R$9.200,00), por violação do artigo 840, § 1o, da CLT. **4. O debate proposto diz respeito à necessidade ou não de limitação dos valores apurados em liquidação de sentença às quantias fixadas na peça vestibular da reclamação trabalhista.** 5. Cumpre registrar a impertinência dos artigos 7o, XVI, da CF (valor mínimo para o adicional de horas extras), 125, III (ato atentatório à dignidade da justiça), 258 (necessidade de atribuição de valor à causa na petição inicial), 261, parágrafo único, do CPC (presunção de aceitação do valor atribuído à petição inicial), 884 e 886 do CCB (enriquecimento ilícito e respectiva restituição), os quais não tratam do tema em foco (pedido líquido) e não foram objeto de pronunciamento explícito na decisão rescindenda, o que atrai o óbice da Súmula 298, I, do TST. **Quanto ao artigo 840, § 1o, da CLT, em que pese o entendimento adotado no acórdão regional, também não se mostra pertinente com a alegação exposta pelo Autor na petição inicial, uma vez que trata dos requisitos da petição inicial da reclamação trabalhista quando escrita (designação do juízo, qualificação das partes, uma breve exposição dos fatos, o pedido, a data e assinatura do reclamante ou de seu representante). O dispositivo não trata especificamente de pedido líquido e respectiva consequência nos limites da condenação. 6. É bem verdade que se o demandante limitar o pedido inicial a determinado valor, deve o juiz decidir nos exatos limites em que proposta a lide, sendo-lhe defeso condenar o demandado em quantidade superior à pleiteada, nos termos dos artigos 128 e 460 do CPC. Ocorre, porém, que a situação verificada no caso concreto é diversa, pois o Autor indicou valores para o pedido de pagamento de horas extras por mera estimativa, requerendo expressamente que o valor efetivamente devido fosse apurado posteriormente, em liquidação de sentença. Nesse passo, sujeita a ação matriz ao rito ordinário, é evidente que não se objetivava a limitação do pedido aos valores informados.** Desse modo, o Juízo rescindendo, ao limitar o crédito do Autor aos valores indicados na exordial, violou as normas dos artigos 128 e 460 da CLT. 7. Pleito rescisório julgado procedente, com base no artigo 485, V, do CPC de 1973, porque evidenciada a violação dos artigos 128 e 460 do CPC de 1973." (RO-7765-94.2010.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 14/06/2019). – Grifos acrescidos

"AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017. NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PREJUDICADO EXAME DOS CRITÉRIOS DA TRANSCENDÊNCIA. APELO DESFUNDAMENTADO. Apesar de o art. 896-A da CLT estabelecer a necessidade de exame prévio da transcendência do recurso de revista, a jurisprudência desta Corte tem evoluído para entender que esta análise fica prejudicada quando o apelo carece de pressupostos processuais extrínsecos ou intrínsecos que impeçam o alcance do exame meritório do feito, como no caso em tela. Não obstante as alegações da agravante, esta não impugnou especificamente o fundamento pelo qual o TRT denegou seguimento ao recurso, qual seja, nas razões da revista a recorrente ao arguir a nulidade por negativa de prestação jurisdicional não

> transcreveu o trecho dos embargos de declaração, não atendendo ao requisito previsto no art. 896, § 1º-A, IV, da CLT. Incidência da Súmula 422, I, do TST. Prejudicado o exame dos critérios da transcendência do recurso de revista. Agravo de instrumento não conhecido. RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. APELO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017. PEDIDOS LÍQUIDOS. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES DE CADA PEDIDO. APLICAÇÃO DO ART. 840, § 1º, DA CLT, ALTERADO PELA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA . **A controvérsia gira acerca da aplicação do artigo 840, § 1º, da CLT, que foi alterado pela Lei 13.467/2017. No caso em tela, o debate acerca do art. 840, § 1º, da CLT, detém transcendência jurídica, nos termos do art. 896-A, § 1º, IV, da CLT. A controvérsia acerca da limitação da condenação, aos valores liquidados apresentados em cada pedido da inicial, tem sido analisado, pela jurisprudência dominante, apenas sob a égide dos artigos 141 e 492 do Código de Processo Civil. Por certo que aludidos dispositivos do CPC são aplicados subsidiariamente no processo trabalhista. Entretanto, no que se refere à discussão acerca dos efeitos dos pedidos liquidados, apresentados na inicial trabalhista, os dispositivos mencionados do CPC devem ceder espaço à aplicação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 840 da CLT, que foram alterados pela Lei 13.467/2017.** Cumpre esclarecer que o TST, por meio da Resolução nº 221, de 21/06/2018, considerando a vigência da Lei 13.467/2017 e a imperativa necessidade de o TST posicionar-se, ainda que de forma não exaustiva, sobre a aplicação das normas processuais contidas na CLT alteradas ou acrescentadas pela Lei 13.467/2017, e considerando a necessidade de dar ao jurisdicionado a segurança jurídica indispensável a possibilitar estabilidade das relações processuais, aprovou **a Instrução Normativa nº 41/2018, que no seu art. 12, § 2º, normatizou que "para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado (...)". A Instrução Normativa nº 41/2018 do TST, aprovada mediante Resolução nº 221, em 02/06/2018, registra que a aplicação das normas processuais previstas na CLT, alteradas pela Lei 13.467/2017, com eficácia a partir de 11/11/2017, é imediata, sem atingir, no entanto, situações pretéritas iniciadas ou consolidas sob a égide da lei revogada. Portanto, no caso em tela, em que a inicial foi ajuizada no ano 2018, hão de incidir as normas processuais previstas na CLT alteradas pela Lei 13.467/2017. Assim, a discussão quanto à limitação da condenação aos valores constantes nos pedidos apresentados de forma líquida na exordial deve ser considerada apenas como fim estimado, conforme normatiza o parágrafo 2º do artigo 12 da IN 41/2018 desta Corte. A decisão regional que limitou a condenação aos valores atribuídos aos pedidos na inicial configura ofensa ao art. 840, § 1º, da CLT.** Reconhecida a transcendência jurídica do recurso de revista. Recurso de revista conhecido e provido" (ARR-1000987-73.2018.5.02.0271, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 16/10/2020). – Grifos acrescidos

A fixação do valor da causa e da condenação no processo do trabalho só são relevantes na fase de conhecimento do processo, na medida em que servem apenas para fixar rito e admissibilidade recursal, sem interferir em questões de competência funcional. Na fase de cumprimento (execução), o valor do pedido é totalmente irrelevante e se desvincula de sua origem na medida em que se apura mediante realização de operações aritméticas o valor devido, com no mínimo, acréscimo de juros e correção monetária, sem prejuízo de multas, o que

certamente vai elevar o valor do *quantum debeatur*, e isto não pode significar prejuízo ou decréscimo patrimonial à parte exequente.

No mesmo sentido, é o parecer exarado pelo Ministério Público do Trabalho, de lavra da Ex.ma Procuradora Chefe MARGARET MATOS DE CARVALHO, a quem peço *vênia* para adotar seus fundamentos como razões de decidir:

> "(...)
>
> O art. 840,§ 1º, da CLT, instituído pela Lei nº 13.467/17 estabelece:
>
> "A reclamação poderá ser escrita ou verbal.§ 1o Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante".
>
> O pedido se apresenta como um dos requisitos necessários para que a petição inicial seja deferida e tal pressuposto deve apresentar características específicas para não ser considerado genérico. O referido artigo prevê que "o pedido deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor".
>
> No entender do Ministério Público do Trabalho, o dispositivo deve ser interpretado como sendo necessária na petição inicial a existência de um pedido determinável, não necessariamente determinado, de modo que a petição inicial não deve ser indeferida por apresentar valores estimados, uma vez que vários pedidos podem apresentar cálculos que têm como base documentos em posse do empregador. Também não deve ser a sentença limitada ao valor da causa apontado na inicial, pelas razões que serão expostas.
>
> (...)
>
> A Lei nº 13.467/2017 faz referência expressa aos requisitos da petição inicial trabalhista, o que, em tese, inviabilizaria a aplicação subsidiária do CPC sobre o tema. A inovação trazida quanto à precisão e a determinação do pedido dizem respeito à sua própria essência e a indicação do valor, como está expresso, não passa de mera "indicação", não se tratando de liquidação, pois essa decorre unicamente da condenação, nos termos do artigo 791- A da CLT.
>
> Assim agiu o próprio legislador da reforma trabalhista ao deixar claro que a definição do valor efetivamente devido será feita com a liquidação da sentença, conforme o teor do artigo 791-A, da CLT, que estabelece que oshonorários advocatícios devidos ao advogado do reclamante serão calculados sobre "o valor que resultar da liquidação da sentença".
>
> Em síntese, a Lei 13.467/2017, apesar de esculpir na CLT a exigência de "indicação do valor do pedido", manteve o incidente de liquidação de sentença, previsto no art. 879 da CLT, valorizando-o, inclusive, ao impor a concessão de prazo de oito dias para a impugnação, pelas partes, da decisão liquidatória.
>
> Nesse sentido,o Prof. Mauro Schiavi em seu livro "A Reforma Trabalhista e o Processo do Trabalho", sustenta que "indicação de seu valor" (§ 1º do art. 840 da CLT)

não corresponde à liquidação. Este valor seria estimativo e não vincularia o julgamento.

Houve, ainda, no Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (XIX CONAMAT – 2 a 5/05/2018), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), aprovação de tese afirmando que a expressão "pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor" (§ 1º do art. 840 da CLT), não corresponde a pedido líquido.

É necessário frisar que, como foi supracitado, o tema já foi objeto de discussão do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, do qual decorre a Instrução Normativa nº41, a qual foi editada após a Lei 13.467/2017 e que dispõe sobre o art.840, conforme verifica-se abaixo:"Art. 12. Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017. [...] § 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, **o valor da causa será estimado**, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil." (grifo nosso)

Dessa forma, se, conforme supracitado, os honorários sucumbenciais decorrerão da liquidação da sentença,evidente que os próprios valores da condenação também decorrerão de liquidação posterior.

No mesmo sentido, o valor indicado no pedido inicial é mera indicação e não limita o valor da condenação, que pode ser bem superior àquele indicado na peça vestibular.A indicação do valor não pode se transformar em requisito que impeça o acesso à justiça, sob pena de incorrer em violação à Constituição Federal.

É necessário considerar que a liquidação do pedido, em seu valor exato, pode ser impossível, ou muito complexo de se alcançar, já que depende, inúmeras vezes, de documentos que só a empresa detém, como também depende de cálculos trabalhistas complexos que invariavelmente não são passíveis de serem realizados no momento do ajuizamento da ação.

Antecipar tal momento, sem que haja previsão expressa na legislação, significa violar acesso à justiça, apresentando obstáculos e sanções indissociáveis de seu ajuizamento. Ficam violados também o princípio da instrumentalidade das formas e o princípio da simplicidade, inerentes ao processo do trabalho.

Por tais razões, o valor atribuído aos pedidos na petição inicial não pode ser limitador da condenação, mas, sim, mera indicação que servirá para cálculo do valor da causa e de alçada. Vincular o juízo a este parâmetro seria vinculá-lo a valor irreal, que depende de uma multiplicidade de fatores para que se obtenha, de fato, o valor definitivo da condenação/ação.

Portanto, a indicação do valor servirá apenas como valor da causa, que definirá o rito processual, pois o artigo 791-A da CLT é claro ao afirmar que o valor da liquidação não está delimitado pelo valor do pedido."

Desta forma, a indicação estimada dos valores de cada pedido da petição inicial é suficiente para atender a regra prevista no artigo 840,§1º da CLT, não havendo falar, portanto em limitação da condenação aos valores apresentados.

Por fim, ante os debates até aqui travados e diante da audiência pública realizada, é o caso de acrescer alguns argumentos até aqui apreendidos.

Necessário que ponderemos as seguintes questões:

1) como atribuir valor num pedido de pensão decorrente de acidente de trabalho, que depende de apuração pericial do grau de incapacidade por exemplo?
2) Como calcular o pedido numa pretensão de dano moral que depende de avaliação do juiz;
3) Como calcular um pedido de diferença de comissões que depende de exibição de documentos pelo empregador?

No processo civil que tem regras mais explícitas e rigorosas e em cujos litígios normalmente as discussões são meramente patrimoniais, para estimativas de valores adota-se "**estimativa de piso**" e "**estimativa de teto**".

Em sua significativa atuação na audiência pública o Prof. **Ricardo Alexandre Silva** fez ponderações muito elucidativas e interessantes, e transcrevo a seguir suas palavras:

> *"... Quando for exercida uma pretensão genérica, pensemos aqui principalmente nas demandas ressarcitórias, seja por dano material, seja por dano moral, será comum ou, ao mínimo, não será de todo incomum, que não seja possível ao autor delimitar desde logo o pedido. E isso nos trazia consequências práticas bastante sérias.*
>
> *A primeira dela, pois bem. Se no âmbito de uma ação ressarcitória, na qual se postula, seja danos materiais, seja danos morais, eu indico um valor meramente estimativo, poderá, depois da produção de provas, depois da instrução, portanto, ou quiçá, após a deflagração de liquidação de sentença, se necessário for, poderá ser atribuído um valor maior, sem que se caracterize o vício da sentença ultra petita? E a jurisprudência e a doutrina se inclinaram por esse posicionamento: não haverá julgamento ultra petita quando for dado valor maior do que aquele que foi meramente estimado na petição inicial.*
>
> *Por que que se entende desta forma? Porque se verifica que em algumas situações, ou nas situações em que não é possível ao demandante desde logo apontar o valor definido da sua pretensão, ou, para ficarmos de um termo mais técnico, o valor líquido da sua pretensão, não será adequado reputar que haja uma decisão ultra petita, caso este valor seja superior, por um motivo bastante singelo, no momento em que exerceu sua pretensão, o demandante não tinha elementos para liquidá-la e é por este motivo que ele realizou um pedido genérico, na forma do que preconiza o 324, parágrafo primeiro, inciso II. Então, não haveria neste momento um julgamento ultra petita. Neste sentido, já decidiu a nossa conterrânea, a saudosa Ministra Denise Arruda, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, no Recurso Especial 688.536 do Pará, em que foi dito que sendo exercido o pedido genérico não haverá julgamento ultra petita...*
>
> *...E os pedidos genéricos não ensejam julgamento ultra petita, precisamente porque são pedidos estimativos, são pedidos em que não há possibilidade de delimitação*

> *plena no momento em que são exercidos. Portanto, se não há delimitação plena no momento em que eu exerço a demanda, eu não posso e não poderei considerar eventual sentença atribuindo mais do que foi pedido seja sentença ultra petita.*
>
> *E isso também traz a última conclusão, aqui encerrando, se eventualmente for estimado um valor a maior, a concessão de um valor a menor, no âmbito de pedidos genéricos, também não deve ensejar sucumbência recíproca, pelo mesmo argumento: se naquele momento não possível determinar, não pode haver nem concepção de que uma decisão que dê valor superior seja ultra petita, e nem que a decisão que conceda menos que foi postulado por mera estimativa possa ensejar honorários por sucumbência recíproca."*

Todas as participações dos preletores na audiência pública forma muito felizes, técnicas e instigantes, porém, destacou-se pela diferenciação no tratamento da matéria a participação da Professora e Economista Luciana Yeung:

> *"...De fato, essa visão econômica da assimetria da informação, pode eventualmente levar ao entendimento de que a assimetria realmente favoreça o trabalhador.*
>
> *Mas esse caso, no caso que estamos tratando hoje, não é exatamente isso. Não existe uma assimetria de informação, mas sim é uma situação de informação imperfeita, que é uma informação que, por limitação cognitiva do ser humano, pelas incertezas da própria vida, do andamento, das circunstâncias das atividades, ela é desconhecida por ambas as partes. Nós estamos falando aqui do valor efetivo, de uma eventual reparação, do pedido de um dano que precisa ser dimensionado, de maneira exata....*
>
> *Sinceramente, eu como economista, eu vou dizer que isto é impossível, então eu iria muito mais pelo caminho, recomendaria muito mais um caminho de estimativa para ser suficiente para atender a essa exigência processual."*

Ora, ao final estamos tratando é de gerenciamento de riscos no processo do trabalho, mas a indagação que resta é: **como gerenciar riscos a partir de informações imperfeitas**?

A proposta de voto ora apresentada não tem a finalidade de negar vigência ao artigo 840, §1°, da CLT, mas sim interpretá-lo conforme a Constituição Federal, de acordo com a atual concepção de um devido processo legal, "justo e equitativo" (art. 5°, inciso XXXV, da CF), especialmente na esfera da tutela juridiscional dos direitos sociais dos trabalhadores, consagrado no artigo 7° da Carta Maior.

Não me parece razoável considerar como devido processo legal exigências desnecessárias, intransponíveis ou custosas para o jurisdicionado, de forma a dificultar a apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito, subvalorizando-as .

O acesso à justiça, fruto das ondas renovatórias delineadas por MAURO CAPPELLETTI e BRYANT GARTH, é direito fundamental de todo cidadão, assegurado no art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

É certo que a norma jurídica não contém expressões inúteis, razão pela qual a expressão gramatical utilizada no artigo 840,§1º da CLT leva à conclusão insofismável de que é possível aceitar cálculos simplificados, notadamente considerando que a mera indicação de valores é suficiente para fazer prosseguir a ação, sendo desnecessária a liquidação antecipada dos pedidos.

Aqui tem que ser feita uma distinção entre os termos "**indicação**" e "**liquidação**".

O § 1o, do art. 840 da CLT fala que: "o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor.", e o Art. 879 fala em: "... ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.".

A interpretação quanto à limitação parte da premissa de uma liquidação prévia, e não e uma mera indicação de valores. Lembro, também, que a própria "liquidação" admite mais de uma modalidade.

Penso que não devemos limitar a possibilidade de apresentação estimada de cálculos apenas ao pedido genérico (artigo 324,§1º do CPC), pois além das peculiaridades das pretensões trabalhistas, que muitas vezes exigem documentos que estão em posse do empregador, não se pode olvidar que ainda vige no Processo do Trabalho o jus postulandi, o que evidencia o equívoco do entendimento de que a indicação econômica do pedido deve ser exata, pois muitas vezes falta conhecimento técnico ao jurisdicionado para indicar os pedidos de forma certa e determinada.

Seguindo este raciocínio, a indicação estimada dos valores de cada pedido não pode limitar a condenação ao quantum indicado na petição inicial, pois amparada em um cálculo aproximado

do que a parte autora considera como devido em seu favor, sendo improvável que este corresponderá ao crédito eventualmente deferido.

Cabe esclarecer que a razão para não aplicar o mesmo entendimento adotado nos procedimentos sumaríssimos, é justamente porque este rito processual, na maioria das vezes, envolve questões de baixa complexidade, que não demandam cálculos substanciais, até mesmo porque há limitação do valor da causa, conforme previsão do artigo 852-A da CLT.

Ao meu ver, a apresentação por estimativa não permite a perpetuação de "aventuras jurídicas", pois os valores a serem apresentados não deverão ser meramente aleatórios, devendo guardar congruência com as pretensões apresentadas.

Ademais, como bem apontado no parecer exarado pela Ex.ma Procuradora Chefe da PRT DA 9ª Região, MARGARET MATOS DE CARVALHO, os honorários sucumbenciais decorrerão da liquidação da sentença, sendo evidente que os próprios valores da condenação também decorrerão de liquidação posterior, ou seja, "a indicação do valor servirá apenas como valor da causa, que definirá o rito processual, pois o artigo 791-A da CLT é claro ao afirmar que o valor da liquidação não está delimitado pelo valor do pedido."

Por derradeiro, não vejo que a interpretação do artigo 840, §1° da CLT à luz da Constituição Federal seja um "insight" de rebeldia, mas sim trata-se de um ato de coragem para atribuir ao referido dispositivo legal a eficácia normativa de direito fundamental de acesso à justiça, compreendendo-o como um processo justo, adequado e equitativo a todos jurisdicionados. O que não pode é o Poder Judiciário aplicar a literalidade de novos termos legislativos, descuidando da realidade social e ainda violando os princípios do acesso à Justiça, da instrumentalidade de formas e da simplicidade, sendo estes preponderantes na seara laboral.

Conclui-se com o apelo feito pelo colega e Professor Homero Batista Mateus da Silva: "*...É quase como se eu estivesse me dirigindo aos Desembargadores para fazer um apelo quanto a valorização das raízes do processo do trabalho, hoje tão perdido, tão em busca de uma identidade, depois que os seus princípios sofreram tantos abalos....*"

Ante o exposto, impõe-se **reconhecer a possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840, §1º da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial.**

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por maioria de votos, em **JULGAR O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA** suscitado pela 2ª Turma do Regional, para reconhecer a "***possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840, §1º da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial***", definindo para o Tema nº 09 a seguinte Tese Jurídica: **INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO ESTIMADA DOS VALORES DOS PEDIDOS APRESENTADOS NA PETIÇÃO INICIAL (ART. 840, § 1º, DA CLT). AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES APRESENTADOS.** Diante da interpretação sistemática e gramatical dos artigos 840, §1º da CLT e 12, § 2º, da Instrução Normativa nº 41 do TST, conclui-se, de forma insofismável, que é possível aceitar cálculos simplificados, notadamente considerando que a mera indicação de valores é suficiente para fazer prosseguir a ação, sendo desnecessária a liquidação antecipada dos pedidos. A fixação do valor da causa e da condenação no processo do trabalho só são relevantes na fase de conhecimento do processo, na medida em que servem apenas para fixar rito e admissibilidade recursal, sem interferir em questões de competência funcional. Na fase de cumprimento (execução), o valor do pedido é totalmente irrelevante e se desvincula de sua origem na medida em que se apura mediante realização de operações aritméticas o valor devido, com no mínimo, acréscimo de juros e correção monetária, sem prejuízo de multas, o que certamente vai elevar o valor do *quantum debeatur*, e isto não pode significar prejuízo ou decréscimo patrimonial à parte exequente. Portanto, **reconhece-se neste incidente a possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (artigo 840, §1º da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial.**

Na sequência, remetam-se os Autos à E. 2ª Turma para análise e julgamento dos recursos ordinários interpostos pelas partes. Tudo nos termos da fundamentação.

Sem custas.

Ainda. DEFERIR juntada de justificativa de voto vencido ao excelentíssimo Desembargador Benedito Xavier da Silva.

Intimem-se

Curitiba, 28 de junho de 2021.

RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA

Desembargador Relator

GAB. DES. BENEDITO XAVIER DA SILVA

ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, em **JULGAR O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA** suscitado pela 2ª Turma do Regional, para reconhecer que "em regra o valor atribuído ao pedido (art. 840, § 1º da CLT) vincula a condenação, salvo se houver justificada necessidade de atribuição de valor por estimativa (art. 324, § 1º do CPC)" definindo para o Tema nº 09 a seguinte Tese Jurídica: "**INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. VALORAÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS PEDIDOS NA PETIÇÃO INICIAL (ART. 840, § 1º DA CLT). LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES APRESENTADOS, RESSALVADA A HIPÓTESE DE PEDIDO GENÉRICO (ART. 324, § 1º DO CPC).** Nos termos do art. 840, § 1º da CLT, os pedidos devem ser certos, determinados e com indicação do seu valor. O valor atribuído a cada pedido, em regra, vincula a condenação, ressalvada a hipótese de pedido genérico (art. 324, § 1º do CPC), devidamente fundamentada, em que se admite a atribuição de valor à pretensão por estimativa justificada objetivamente". Portanto, reconhece-se neste incidente que **"em regra o valor atribuído a cada pedido vincula a condenação, ressalvada a hipótese de pedido genérico (art. 324, § 1º do CPC), devidamente fundamentada, em que se admite a atribuição de valor à pretensão por estimativa justificada objetivamente."**

Na sequência, remetam-se os Autos à E. 2ª Turma para análise e julgamento dos recursos ordinários interpostos pelas partes. Tudo nos termos da fundamentação.

Sem custas.

Intimem-se.

Curitiba, 25 de novembro de 2019.

BENEDITO XAVIER DA SILVA / GAB. DES. BENEDITO XAVIER DA SILVA em 21/11/2019 11:28
GAB. DES. ARION MAZURKEVIC

Portanto, reconhece-se neste incidente que "em regra o valor atribuído a cada pedido vincula a condenação, ressalvada a hipótese de pedido genérico, nas hipóteses do art. 324, § 1º do CPC, em que se admite a atribuição de valor à pretensão por estimativa."

ARION MAZURKEVIC / GAB. DES. ARION MAZURKEVIC em 25/06/2021 11:26

CASSIO COLOMBO FILHO
Relator

Justificativa de Voto Vencido - VOTO do Exmo. Des. Benedito Xavier da Silva:

Apresento minha **justificativa de voto vencido,** nos termos do art. 50 do Regimento Interno deste Regional.

A meu ver, há que se aplicar a norma vigente, a menos que venha a ser declarada a sua inconstitucionalidade.

Ao Poder Judiciário não é dado reescrever o texto legal aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo.

Penso que há uma cultura de resistência ao novo, por questões de cunho econômico, pelo que se pode deduzir. No entanto, não é dado às partes e ao Judiciário Trabalhista desconsiderar os novos requisitos estabelecidos pela norma de natureza cogente. O parâmetro a ser observado é aquele previsto na lei, sob pena de insegurança jurídica. A metodologia legal tem por finalidade evitar subjetividades que gerem instabilidades no sistema.

Os novos paradigmas trazidos pela Lei 13.467/2017 permitem imprimir maior racionalidade e eficiência ao processo na busca de uma solução mais célere do conflito.

É bem verdade que o processo de mudança nem sempre é fácil, por exigir novas técnicas e habilidades dos operadores do direito. É muito importante estar aberto à inovação, que tem como proposta a reformulação de modelos que melhor atendam a racionalidade e a dinâmica procedimental.

A resistência à lei desestabiliza a ordem jurídica e, consequentemente, afronta o Estado de Direito, cujo conceito não se compatibiliza com um Judiciário que invade a competência do Poder Legislativo, por questões ideológicas. É extremamente preocupante quando um dos poderes do Estado subverte a ordem jurídica constituída e chama para si competência que não detém. Sob a ética jurídica, não fica bem para o Judiciário Trabalhista, sob o manto interpretativo, reescrever o texto de lei com total desvirtuamento do seu comando, apenas porque com ele não concorda.

Reza o art. 2º da Constituição Federal: "São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

O processo legislativo é atribuição do Poder Legislativo (CF, artigo 59), eleito pelo povo para tal fim. Não é função do Poder Judiciário reescrever a norma, emprestando-lhe comando totalmente diverso. É dever do Judiciário respeitar a Constituição da República Federativa do Brasil. Ou seja, não lhe é dado praticar o chamado ativismo judicial. Quando assim o faz, se enfraquece e dá espaço a duras críticas, as quais comprometem a sua idoneidade e credibilidade.

O dispositivo legal em exame, § 1º do art. 840 da CLT, é bastante claro ao estabelecer que o pedido deve ser certo, determinado, e com indicação do seu valor.

A flexibilização quanto à atribuição de valores aos pedidos acaba por esvaziar o conteúdo da norma aprovada pelo Legislativo.

É bem verdade que, dependendo da natureza da pretensão, faz-se necessária a indicação de valor estimado para os pedidos, com a devida fundamentação.

Em tais casos, por exceção, admite-se a indicação por estimativa, com fulcro no art. 324, § 1º do CPC.

Porém, nada justifica que se indique valor "estimado" para todo e qualquer pedido, como pretexto para não se observar a norma.

E mais, o valor estimado deve ao menos aparentemente guardar certa razoabilidade em relação à pretensão, ou seja, não pode ser totalmente aleatório, desconectado da realidade. Não se pode abrir mão do pressuposto "justificativa do valor do pedido".

A título de exemplo: se o autor alega que trabalhava 12 horas por dia, sem intervalo, deve indicar um valor objetivamente justificado, compatível com esse cenário, e não um valor extremamente baixo, para servir de base de cálculo para eventual arbitramento de honorários ao advogado da parte contrária em caso de sucumbência.

A regra é que o pedido seja certo (expresso e claro quanto ao que se pretende) e determinado (definido no que se refere à quantidade e qualidade). "O autor deve ser claro, preciso, naquilo que espera obter da pretensão jurisdicional" (Humberto Theodoro Júnior, curso de direito processual civil, vol. I, 47ª ed., Forense/2007, item 361, p. 410).

A exceção é o pedido genérico. "O objeto imediato do pedido nunca pode ser genérico e há de ser determinado (uma condenação, uma constituição, uma declaração, uma execução...) Mas o pedido mediato (a utilidade prática visada pelo autor), este pode ser genérico" (Theodoro Júnior, ob. cit., item 363, p. 411).

A indeterminação refere-se a quantidade (importância) ou qualidade (coisa).

Humberto Theodoro Júnior diz que "a indeterminação, contudo, nunca pode ser total ou absoluta", e acrescenta: "na sua generalidade, o pedido há sempre de ser certo e determinado, não se pode por exemplo, pedir a condenação a qualquer prestação. O autor terá, assim, de pedir a condenação a entrega de certas coisas indicadas pelo gênero ou o pagamento de uma indenização de valor ainda não determinado (...) Nas ações de indenização, que são aquelas em que mais frequentemente ocorrem pedidos genéricos, tem o autor sempre de especificar o prejuízo a ser ressarcido. Expressões vagas como "perdas e danos" e "lucros cessante" não servem para a necessária individuação do objeto da causa..." (ob. cit. p. 411).

O pedido certo e determinado é uma exigência legal intransponível. O pedido determinável (genérico) não pode ser adotado como regra, tendo em vista que a norma do processo civil o prevê apenas para situações específicas.

Se a Lei 13.467/2017 estabeleceu o pedido certo, determinado e com indicação de seu valor como requisito processual de validade do processo, há que ser observado. A exceção (pedido genérico – art. 324, § 1º do CPC) deve estar devidamente justificada.

A meu ver, as inovações do processo do trabalho não são meras alterações pontuais, mas sim, uma verdadeira mudança no sistema, ou seja, uma nova visão do processo do trabalho, com novos paradigmas.

A necessidade de se atribuir valor à pretensão faz parte desse novo paradigma, de modo que, uma vez suprimida, afeta todo o sistema.

O pressuposto de que a atribuição de valores prevista no art. 840, § 1º da CLT não limita a condenação acabará por inviabilizar o funcionamento desse sistema, tal como concebido.

Uma das características mais claras desse novo sistema é o fim das chamadas "aventuras jurídicas". O reclamante é visto como detentor não só de direitos, mas de deveres e responsabilidades. Não pode mais "pedir tudo para ver o que consegue". Precisa expor claramente quais são suas pretensões, inclusive quanto aos valores que reputa terem lhe sido sonegados. A improcedência de suas pretensões gera consequências financeiras, como honorários advocatícios e periciais. E ainda, não mais basta alegar, mas precisa demonstrar que necessita justiça gratuita.

A atribuição de valores aos pedidos é essencial para a justa distribuição dos honorários advocatícios. Distorções podem ocorrer se houver muita flexibilidade quanto a esse aspecto, considerando que em caso de procedência da pretensão, o réu pagará honorários sobre o valor a ser apurado na liquidação, mas, em caso de sucumbência do autor, a base de cálculo será o valor atribuído ao pedido. Ou seja, a fixação de honorários de sucumbência poderá não refletir a realidade, pois não seria racional realizar liquidação de pretensão não acolhida para verificação do "proveito econômico" buscado pelo autor.

Outra característica do novo sistema é a celeridade. A quantificação da pretensão torna mais transparente a pretensão, favorece a boa-fé e pode auxiliar na desejável solução do processo por conciliação das partes.

Além disso, a indicação dos valores corretos na petição inicial ganha relevância quando se pensa na possibilidade de futura produção de condenações líquidas, como vem sinalizando o C. TST, embora no momento ainda não tenhamos estrutura para tal procedimento.

A meu ver, portanto, a fixação de valores tem diversas repercussões, e não apenas a definição do rito.

Ademais, como bem ponderou a Excelentíssima Desembargadora Neide Alves dos Santos, conforme sua manifestação consignada no sistema: "Desde o ano de 2000, e incluído pela Lei 9957, o inciso I, do artigo 852-B, da CLT, ao tratar do procedimento sumaríssimo, dispõe que "**o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente**", estando pacificado na jurisprudência, inclusive do TST, que os valores indicados pela parte limitam o deferimento pelo órgão julgador [...].S.m.j., os dois dispositivos legais mencionados estabelecem a mesma obrigação à parte, qual seja, a de formular pedido certo, determinado e com indicação do valor respectivo. E, se pacífico o entendimento de que para o procedimento sumaríssimo o valor ou os valores indicados aos pedido limitam o deferimento, não vislumbro qualquer justificativa à interpretar-se de modo contrário o disposto no parágrafo 1o., do artigo 840/CLT".

Diante do exposto, meu voto é no sentido de definir para o Tema nº 09 a seguinte Tese Jurídica: "INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. VALORAÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS PEDIDOS NA PETIÇÃO INICIAL (ART. 840, § 1º DA CLT). LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES APRESENTADOS, RESSALVADA A HIPÓTESE DE PEDIDO GENÉRICO (ART. 324, § 1º DO CPC). Nos termos do art. 840, § 1º da CLT, os pedidos devem ser certos, determinados e com indicação do seu valor. O valor atribuído a cada pedido, em regra, vincula a condenação, ressalvada a hipótese de pedido genérico (art. 324, § 1º do CPC), devidamente fundamentada, em que se admite a atribuição de valor à pretensão por estimativa justificada objetivamente".

Decisão de Embargos de Declaração

PROCESSO nº 0001088-38.2019.5.09.0000 (ED-IAC) - Tribunal Pleno

EMBARGANTES: advogado LUIZ ANTÔNIO ABAGGE, reclamado ITAÚ UNIBANCO S.A. e *amici curiae* BANCO DO BRASIL S.A., PULLMANTUR CRUISES SHIP MANAGEMENT LTDA., PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA., ROYAL CARIBBEAN CRUISES LTDA. e ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS DO BRASIL LTDA.

EMBARGADO: ACÓRDÃO ID B22C3FF

RELATOR: Desembargador RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA

V I S T O S, relatados e discutidos estes autos de **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA**.

RELATÓRIO

O advogado LUIZ ANTÔNIO ABAGGE, ID e7989c0, o reclamado ITAÚ UNIBANCO S.A., ID fbec962, e os *amici curiae* BANCO DO BRASIL S.A., ID eea1aa1, PULLMANTUR CRUISES SHIP MANAGEMENT LTDA., PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA., ROYAL CARIBBEAN CRUISES LTDA. e ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS DO BRASIL LTDA., ID cd1f8bf, opõem embargos de declaração contra o acórdão de ID b22c3ff, sob a alegação de omisso.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Regularmente opostos, **ADMITO** os embargos de declaração.

MÉRITO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ADVOGADO LUIZ ANTÔNIO ABAGGE

Intervenção como *amicus curiae*

O Embargante, advogado LUIZ ANTÔNIO ABAGGE, sustenta que o acórdão embargado seria omisso em relação a sua intervenção como *amicus curiae*, sob o argumento de que o então relator, Exmo. Desembargador Cássio Colombo Filho, teria postergado o exame do seu requerimento (de ID f8e3868) para ingresso no feito para a sessão plenária, não apreciado, contudo.

A decisão do então relator, proferida após a decisão de admissibilidade do presente incidente de assunção de competência e na véspera do que seria o julgamento do mérito, tendo em vista que houve a conversão em diligência para realização de audiência pública, conforme certidão de ID a3fbb4c, tem o seguinte teor, ID 3ca63bc:

Vistos, etc.

O advogado LUIZ ANTONIO ABAGGE apresentou petição e querendo o ingresso no feito na qualidade de *amicus curiae*, nos termos do artigo 138, do CPC (vide petição de fls. 841/842).

No entanto, os autos já foram liberados para inclusão em pauta, de forma que, para que sejam incluídos na próxima sessão de julgamento, sem risco de movimentação no sistema que altere o fluxo com o retorno para o gabinete, deixo de analisar, por ora, o requerimento, remetendo a apreciação ao Tribunal Pleno, inclusive quanto ao requerimento de sustentação oral. Desta forma, incluam-se os autos em pauta, ante à natureza prioritária da matéria em discussão.

O Embargante também afirma que teria atendido aos requisitos previstos no edital de convocação para a audiência pública e demonstrada sua representatividade adequada, de modo que seria possível entender que foi "*admitido o seu ingresso no feito como amicus curiae, mesmo que tacitamente*", mas, nesse aspecto, aduz que remanesceria a necessidade de definição dos seus poderes, considerando que, pelo art. 138, § 2º, do CPC, estes são definidos pelo magistrado.

Requer, portanto, "*seja sanada a omissão, imprimindo efeito modificativo no v. julgado, reconhecendo-se a sua condição de amicus curiae e com amplos poderes para atuar no feito de forma a poder contribuir com sua*

experiência, seus estudos, dados, informações e com material que amplie a qualidade do debate e permita um melhor aprofundamento do assunto."

Decido.

Deve-se divisar, de início, a possibilidade de intervenção nos autos como *amicus curiae* e como expositor em audiência pública.

As matérias são tratadas no art. 130, VIII, do Regimento Interno, de seguinte teor:

Art. 130. E admissível o Incidente de Assunção de Competência - IAC - na forma estabelecida pelo artigo 947 do CPC, e no presente Regimento, quando o julgamento do recurso, remessa necessária ou processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, bem como quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre turmas do Tribunal e também o seguinte:

(...)

VIII - admitido o IAC, caberá ao relator:

a) determinar ao NUGEP que promova ampla divulgação e publicidade acerca do incidente, com descrição da matéria que se pretende uniformizar, incluindo seu registro eletrônico no banco nacional de dados do CNJ atualizando igualmente o banco eletrônico de dados disponível no portal da internet (www.trt9.jus.br), registrando as informações específicas sobre as questões de direito objeto do incidente, a data da instauração e o processo de origem;

b) expedir ofício aos órgãos jurisdicionais internos do TRT-9ª Região, para conhecimento;

c) intimar as partes e demais interessados na controvérsia, inclusive pessoas, órgãos ou entidades da sociedade civil, que, a juízo do relator, poderão integrar a lide como *amicus curiae*, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, juntem documentos e requeiram as diligências que entenderem necessárias à elucidação da questão de direito controvertida, na forma do art. 983, *caput*, do CPC;

d) designar audiência pública para ouvir pessoas com experiência e conhecimento na matéria, quando tal providência mostrar-se conveniente ao deslinde da controvérsia;

e) encerrada a instrução, remeter os autos ao Ministério Público do Trabalho para suas manifestações, no prazo de 15 (quinze) dias;

f) o Relator poderá adotar calendário processual, nos termos do art. 191 do CPC, em audiência designada com participação das partes e demais interessados na controvérsia, inclusive pessoas, órgãos ou entidades da sociedade civil, que, a juízo do relator, poderão integrar a lide como amicus curiae;

g) após o prazo a que alude o item "e", com ou sem parecer do Ministério Público do Trabalho, remeter os autos ao Presidente do Tribunal, com voto, para designação de pauta.

(...)

O Regimento Interno atribui, portanto, como prerrogativa do relator a admissão da intervenção como *amicus curiae*, assim como a designação da audiência pública e definição dos expositores.

A intervenção como *amicus curiae* encontra-se prevista, ademais, no art. 138 do CPC, que também confere ao relator, em decisão irrecorrível, admitir a participação de pessoa, física ou jurídica, nessa condição, desde que com detenha representatividade adequada de acordo com o tema posto a debate.

Eis a redação do dispositivo supra:

Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

§ 1º. A intervenção de que trata o *caput* não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.

§ 2º. Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae* .

§ 3º. O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

Não subsiste propriamente omissão no acórdão embargado, a teor do disposto no art. 897-A da CLT, tendo em vista que a autorização de ingresso como *amicus curiae* deve ser prévia ao julgamento do mérito, considerando que tem por finalidade, dada a especificidade dessa modalidade de intervenção de terceiro, assim eleita pelo código de processo civil, ampliar o debate e

aprimorar a qualidade da decisão judicial, em que se examinará a manifestação por escrito apresentada com sua intervenção do *amicus curiae* (logo, na fase de instrução, prévia ao julgamento).

Nas palavras de Fredie Didier Júnior, "*O amicus curiae é o terceiro que, espontaneamente, a pedido da parte ou por provocação do órgão jurisdicional, intervém no processo para fornecer subsídios que possam aprimorar a qualidade da decisão.*" (Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 20a ed. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 604).

Consonte lições de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, tem por finalidade "(...) *esclarecer o juízo ou o tribunal a respeito de questões de fato e de direito discutidas no processo, tudo em prol da boa administração da justiça*" (Código de Processo Civil comentado. 3a ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. p. 494).

A prestação jurisdicional já foi entregue por este tribunal Pleno, com a definição da tese objeto do tema em exame, de modo que a intervenção após o julgamento mostra-se inócua em razão da natureza do instituto em destaque.

Não se trata de concluir, portanto, pela admissão tácita de intervenção como *amicus curiae*, como intui o Embargante, e sim da rejeição do requerimento, até mesmo porque caberia, naquele momento oportuno, ter assegurado a sua manifestação por escrito, nos termos dos arts. 138 do CPC e 130, VIII, *c*, do Regimento Interno.

Não se verifica, ademais, qualquer direito subjetivo à intervenção nos autos como *amicus curiae*, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, nestes termos:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. *AMICUS CURIAE*. PEDIDO DE HABILITAÇÃO NÃO APRECIADO ANTES DO JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NATUREZA INSTRUTÓRIA DA PARTICIPAÇÃO DE *AMICUS CURIAE*, CUJA EVENTUAL DISPENSA NÃO ACARRETA PREJUÍZO AO POSTULANTE, NEM LHE DÁ DIREITO A RECURSO. 1. O *amicus curiae* é um colaborador da Justiça que, embora possa deter algum interesse no desfecho da demanda, não se vincula processualmente ao resultado do seu julgamento. É que sua participação no processo ocorre e se justifica, não como defensor de interesses próprios, mas como agente habilitado a agregar subsídios que possam contribuir para a qualificação da decisão a ser tomada pelo Tribunal. A presença de *amicus curiae* no processo se dá, portanto, em benefício da jurisdição, não configurando, consequentemente, um direito subjetivo processual do interessado. 2. A participação do *amicus curiae* em ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal possui, nos termos da disciplina legal e regimental hoje vigentes, natureza predominantemente instrutória, a ser deferida segundo juízo do Relator. A decisão que recusa pedido de habilitação de *amicus curiae* não compromete qualquer direito subjetivo, nem acarreta qualquer espécie de prejuízo ou de sucumbência ao requerente, circunstância por si só suficiente para justificar a jurisprudência do Tribunal, que nega legitimidade recursal ao preterido. 3. Embargos de declaração não conhecidos. (STF-ADI 3460 ED, Relator: Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 12/02/2015, acórdão eletrônico DJe-047, divulg 11-03-2015, public 12-03-2015). (grifo meu).

Ressalto, nesse aspecto, que, no caso concreto, o conhecimento e a expertise do embargante foram apreciados em audiência pública, com base no art. 130, VIII, alínea *d*, do Regimento Interno, audiência pública, aliás, requerida por Sua Excelência e apresentada como proposta pelo Exmo. Desembargador Luiz Eduardo Gunther, acolhida por maioria de votos em sessão plenária, em que se ouviram diversas pessoas que se habilitaram com experiência e conhecimento na matéria posta a debate.

O Embargante atuou ativamente na audiência pública, ainda que na qualidade de representante das pessoas jurídicas Funpar - Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e da Cultura, Rimatur Transportes, Sociedade Hospitalar Angelina Caron e Hospital Paranaense de Otorrinolaringologia, consoante termo de audiência de ID 28c09ac, além de ter realizado sustentação oral no julgamento que culminou no acórdão embargado, ID 46ead09.

Nesse particular, além do mais, o entendimento deste relator (ainda que possa dissentir do então relator, Exmo. Desembargador Cássio

Colombo Filho), é no sentido de que a representatividade adequada manifesta-se em interesse institucional, e não meramente jurídico, o que não se faz presente, com a devida vênia.

Com efeito, assim sublinha Cássio Scarpinella Bueno, citado por Mauro Schiavi: "*exige-se do amicus curiae representatividade adequada, isto é, que mostre satisfatoriamente a razão da sua intervenção e de que maneira seu interesse institucional - que é o traço distintivo desta modalidade interventiva, que não se confunde com o interesse jurídico das demais modalidades interventivas - relaciona-se com o processo.*" (*Manual de direito processual do trabalho: de acordo com o novo CPC, reforma trabalhista - Lei n. 13.467/2017 e a IN. n. 41/2018 do TST*. 15a ed. São Paulo: LTr, 2018. p. 453).

O Embargante sustentou seu requerimento de intervenção como *amicus curiae*, nos termos da petição de ID f8e3868, no "*fato de que a matéria discutida nos autos afeta sobremaneira nas ações que envolvem os seus clientes*", o que não atende, como dito, ao interesse institucional necessário para o ingresso no processo nessa qualidade, embora seja inegável que se trate de respeitável advogado com notório saber jurídico, cuja contribuição foi apreciada na audiência pública e em sustentação oral.

Sequer subsistiria, ademais, por expressa disposição do § 1º do art. 138 do CPC ("*A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º*"), a possibilidade de o ora embargante, se admitido como *amicus curiae*, interpor recurso contra acórdão embargado (a única ressalva refere-se aos embargos de declaração, via já utilizada pelo embargante); o recurso seria cabível apenas contra decisão de julgamento de casos repetitivos (IRDR e recursos repetitivos, consoante art. 928 do CPC - "*Para os fins deste Código, considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em: I - incidente de resolução de demandas repetitivas; II - recursos especial e extraordinário repetitivos. Parágrafo único. O julgamento de casos*

repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual."), nos termos expressos no § 3º do indigitado art. 138 do CPC ("*O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas*"), em que não se inclui o incidente de assunção de competência, que pressupõe justamente a ausência de multiplicidade de ações e não integra o microssistema de gestão e julgamento de casos repetitivos.

Posto isso, **acolho em parte** os embargos de declaração para prestar esclarecimentos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO *AMICUS CURIAE* BANCO DO BRASIL S.A.

Aplicação da tese firmada no acórdão embargado diante de pedido líquido ou em que não haveria indicação de mera estimativa

O Embargante sustenta que o acórdão embargado seria omisso "*quanto aos caos em que há liquidação dos pedidos ou, ainda, nos casos em que não há ressalva de que o valor apresentado é mera estimativa*".

Os demais argumentos apresentados pelo embargante não suscitam alegação de omissão, e sim indicam violação ou negativa de vigência aos arts. 2º, 5º, II e LIV, 59 e 97, da CF, 769 da CLT, e 141, 381, III, e 492 do CPC, ou seja, a pura e simples discordância com a tese firmada, o que sobeja dos limites estreitos dos embargos de declaração, medida integrativa de fundamentação vinculada às hipóteses dos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, e obsta a manifestação por este relator.

Pontuo, ademais, a respeito dos dispositivos veiculados nos embargos de declaração, que, como o Embargante interveio como *amicus curiae*, conforme decisão do então relator (que assim entendeu possível, nos termos da decisão de ID 8256a14), a sua manifestação nos autos deve ser considerada no julgamento final, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC, além do disposto nos arts. 138 do CPC e 130, VIII, alínea *c*, do Regimento Interno.

Na manifestação de ID f45bf64, o ora embargante não invocou, todavia, nenhuma das normas indicadas nos embargos de declaração, mas apenas noticiou que tinha interesse "*em acompanhar o andamento processual do presente IAC*"; após a sua admissão como *amicus curiae,* não se manifestou nos autos, embora a lei e o regimento interno lhe autorizassem ampla participação, o que elide, seguramente, a alegada omissão por este Tribunal.

Não constato, ademais, quanto ao outro ponto indicado nas razões dos embargos declaratórios, omissão no acórdão embargado, a teor do disposto no art. 897-A da CLT, tendo em vista que no exame do tema a respeito da "*possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (art. 840, § 1º, da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial",* a tese firmada naquela decisão é explicita no sentido de que, em conclusão, "*reconhece-se neste incidente a possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (art. 840, § 1º, da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial".*

Em outras palavras, os valores indicados na petição inicial para os pedidos, nos termos do art. 840, § 1º, da CLT, apresentam-se como meramente indicativos (estimativos) da pretensão, mesmo que a parte não se valha na petição inicial da locução "meramente estimativa" ou algo semelhante, de sorte que é possível a apuração de montante superior na fase de liquidação/execução.

A tese acolhida pelo Tribunal Pleno, definida em estrita observância à Instrução Normativa 41 do TST, observa o respeito à congruência na atuação pelo juízo, porquanto esta tem como diretriz o pedido como posto pela parte reclamante, que, em situação fática similar a este precedente, não registra limite ao que se apurar em liquidação (cumprimento) de sentença, dada a sua natureza meramente estimativa.

Conforme consignado na sessão plenária, "*Por certo que, em se tratando de uma estimativa, o valor da causa indicado na petição inicial corresponde a um cálculo aproximado do que a parte autora considera como devido em seu favor, sendo improvável que este corresponderá ao crédito eventualmente deferido, até mesmo porque tal definição pode depender da necessidade de se provar fato novo (caso da liquidação por artigos) e também pela variação no tempo em função, por exemplo, do processo inflacionário ou, ainda, quanto aos juros de mora incidentes.*"

Lado outro, a existência de eventual pedido líquido consignado na petição inicial, em que há restrição da sua expressão monetária pela parte, trata-se de hipótese distinta da tese firmada no acórdão embargado (*distinguishing*), de sorte que não está abarcada pelo seu resultado. A tese firmada no acórdão embargado não invade a esfera de atuação do direito subjetivo da parte, só interpreta o direito em questão.

Posto isso, **acolho em parte** os embargos de declaração para prestar esclarecimentos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO ITAÚ UNIBANCO S.A.

Apontamento de violação a normas jurídicas no acórdão embargado

O Embargante sustenta que o acórdão embargado seria omisso quanto à incidência dos arts. 2º, 5º, II, XXXVI, LIV e LXXVIII, e 22, I, da CF, além dos arts. 141, 492 (congruência), 396 e 397 (exibição de documentos) do CPC.

Decido.

Não constato omissão no acórdão embargado segundo art. 897-A da CLT, porque o ora Embargante, em recurso ordinário (procedimento recursal por meio do qual se instaurou o presente IAC), interposto contra a sentença que rejeitou o requerimento formulado em contestação para limitar a condenação a

ser apurada na liquidação ao valor de cada pedido indicado na petição inicial, não veiculou os dispositivos (ou os respectivos conteúdos) ora suscitados, salvo quanto ao princípio da congruência (arts. 141 e 492 do CPC).

Transcrevo as razões de recurso, ID 8cc61d7:

1.1. INÉPCIA. LIMITES DA CONDENAÇÃO.

Sempre com o mais elevado respeito, mas a r. sentença encontra-se equivocada, devendo ser reformada, de modo a prevalecer a letra da lei.

A nova redação do art. 840, § 1º da CLT determina que o pedido deve ser certo, determinado e com indicação de seu valor.

In casu, como devidamente apontado na defesa, a petição inicial contém os pedidos e a indicação de alguns valores, mas não há a indicação precisa e nem individualizada dos critérios utilizados para se chegar aos valores aleatoriamente indicados. Não há, sequer, uma memória de cálculos ou resumo analítico.

É evidente que para dar atendimento à dicção legal o recorrido deveria apresentar os respectivos cálculos e de forma detalhada, ao efeito de viabilizar a impugnação do recorrente, por consequente, o exercício do contraditório em toda a sua extensão. Ausente a memória de cálculo, a fim de que se possa aferir quais os critérios utilizados para a delimitação dos valores lançados aleatoriamente na prefacial, a petição inicial se encontra inepta.

Veja-se que o recorrido se limitou a apresentar uma "estimativa" de valores que entende devidos sem, contudo, realizar a efetiva liquidação de seus pedidos, o que resta reconhecido e confesso na própria exordial.

Nos termos dos arts. 293 e 337, III do CPC, art. 840, § 1º da CLT e art. 12 da IN 41/2018 do TST, o recorrente apresentou impugnação ao valor atribuído à causa (R$ 265.125,32), eis que não liquidou os pedidos de forma correta.

Diante do exposto, requer-se seja reformada a r. sentença, de forma a se indeferir a petição inicial, extinguindo-se o feito sem julgamento do mérito, com fulcro nos arts. 840, § 3º da CLT e arts. 300, II, 330, I e 485, I do CPC.

Ainda, na mais remota hipótese de entendimento diverso, deverá ocorrer a reforma para que, ao menos, o valor máximo da condenação seja limitado ao valor indicado atribuído à causa, nos termos do art. 292 do CPC, aplicado subsidiariamente à espécie por força do art. 769 da CLT e em consonância com o art. 840, § 1º da CLT, já que o valor apresentado na inicial corresponde ao preciso conteúdo econômico dos pleitos, limitando a expectativa financeira da postulação formulada, o que deverá ser observado pelo Juízo, em obediência à proibição de condenação do réu em quantidade superior ao que lhe foi demandado (art. 492 do CPC).

Ademais, a limitação da condenação ao valor atribuído à causa está em consonância com a nova CLT, art. 840, § 1C, limitando a expectativa financeira da postulação formulada, privilegiando a conciliação, o pagamento de honorários de sucumbência, as aplicações de multa de litigância de má-fé, as custas

processuais, as discussões em fase de execução, bem como balizará eventual condenação, em harmonia com os limites da lide, evitando-se o enriquecimento ilícito e as aventuras jurídicas.

A existência de omissão pressupõe, na hipótese, a prévia provocação pela parte, não verificada, porém.

Quanto ao princípio da congruência (arts. 141 e 492 do CPC), o julgamento dos embargos de declaração opostos pelo *amicus curiae* Banco do Brasil S.A. contempla a manifestação do ora embargante. Ressalto, ademais, que o Embargante busca, a rigor, demonstrar que o acórdão embargado desrespeitaria esses limites, e não que demandaria integração, a escapar das balizas previstas para os embargos declaratórios.

Posto isso, **acolho em parte** os embargos de declaração para prestar esclarecimentos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE *AMICI CURIAE* PULLMANTUR CRUISES SHIP MANAGEMENT LTDA., PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA., ROYAL CARIBBEAN CRUISES LTDA. e ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS DO BRASIL LTDA.

Requerimento de manifestação sobre os critérios para indicação estimada de valores

Os Embargantes sustentam que do acórdão embargado seria possível extraírem "múltiplas interpretações", "*na medida em que não restou fixado o que será considerando como valor aproximado e/ou estimado*", ponto em que residiria a omissão, segundo alegam.

Afirmam, ademais, que seria "*Indene de dúvida que o termo 'valor aproximado' poderá se aproximar ao valor mínimo, a média ou ao valor máximo do pedido. Ocorre que, ao se aproximar do valor mínimo do pedido, acarretará enorme prejuízo ao patrono da parte contrária da ação, haja vista que a sucumbência*

será sobre o valor declinado na inicial, o qual poderá não corresponder ao valor real do pleito. Aliás, são inúmeras ações recebidas pelas Reclamadas, ora Embargantes, nas quais os valores indicados nos pedidos resultam no montante de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e ao serem liquidadas, atingem valores superiores à 500.000,00 (quinhentos mil reais)."

Destaco das razões de embargos de declaração, outrossim, a alegação de que "*importante ressaltar que, na fase de liquidação dos cálculos, não é apurado o valor correto do pedido improcedente, sendo calculado apenas a sucumbência sobre o valor apontado no pedido.*"

Decido.

Sublinho, desde já, que a decisão no incidente de assunção de competência deve restringir-se ao tema objeto de apreciação, nos termos do art. 947 do CPC e do inciso II do art. 130 do Regimento Interno, a seguir transcrito, ao estabelecer imperiosa necessidade de indicação "precisa" da questão a ser submetida a julgamento pelo Tribunal Pleno: "*decidindo o órgão fracionário pelo processamento do incidente, constará de certidão que identificará com precisão a questão a ser submetida a julgamento pelo Plenário, independente de publicação, e encaminhará o processo ao Presidente do Tribunal para regular processamento do incidente de assunção de competência - IAC*" (grifo meu).

Não cabe a este Tribunal Pleno manifestar-se, portanto, sobre a base de cálculo dos honorários de sucumbência eventualmente devidos pela parte reclamante ou interpretar títulos executivos concernentes às verbas de sucumbência, tendo em vista que o tema submetido a julgamento no acórdão embargado refere-se à "*possibilidade de apresentação por estimativa dos valores de cada pedido (art. 840, § 1º, da CLT), não estando a liquidação adstrita aos valores indicados na petição inicial*", afastando eventual efeito de *ultra* ou *extra* petição contra a parte reclamante.

Embora a manifestação dos embargantes possa provocar inquietação, não se pode olvidar que subsiste procedimento para correção do valor da causa, a denominada impugnação ao valor da causa, a ser apresentada em preliminar de contestação, nos termos do art. 293 do CPC, dispositivo compatível com o processo do trabalho, até porque o § 1º do art. 840 da CLT prevê que a petição inicial na seara trabalhista deverá conter o valor da causa, mesmo que não limite a condenação da pretensão material, conforme tese firmada no presente IAC.

No que concerne ao desrespeito ao princípio da congruência, a matéria já se encontra apreciada na presente decisão.

Posto isso, **acolho em parte** os embargos de declaração para prestar esclarecimentos.

CONCLUSÃO

Em sessão telepresencial realizada nesta data, sob a presidência do excelentíssimo Desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, com a participação da excelentíssima Procuradora-Chefe Margaret Matos de Carvalho, representante do Ministério Público do Trabalho; computados os votos dos excelentíssimos Desembargadores Luiz Eduardo Gunther, Rosemarie Diedrichs Pimpão, Arnor Lima Neto (em férias), Ana Carolina Zaina, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, Nair Maria Lunardelli Ramos, Célio Horst Waldraff, Marco Antônio Vianna Mansur, Arion Mazurkevic, Benedito Xavier da Silva, Archimedes Castro Campos Júnior, Edmilson Antonio de Lima, Neide Alves dos Santos, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Thereza Cristina Gosdal, Aramis de Souza Silveira, Adilson Luiz Funez, Eliázer Antonio Medeiros, Morgana de Almeida Richa, Carlos Henrique de Oliveira Mendonça, Ricardo Bruel da Silveira , Marcus Aurelio Lopes e Luiz Alves; ausentes, justificadamente, os excelentíssimos Desembargadores Sueli Gil El Rafihi (em férias), Francisco Roberto Ermel (em férias), Paulo Ricardo Pozzolo (em licença médica), Cláudia Cristina Pereira (em férias),

Sergio Guimarães Sampaio e Ilse Marcelina Bernardi Lora (em férias); aposentado o excelentíssimo Desembargador Ney Fernando Olivé Malhadas (conforme Decreto do excelentíssimo Presidente da República, publicado em 16 de abril de 2021 - DOU, seção 2, p. 1); acompanharam a sessão os excelentíssimos juízes Edilaine Stinglin Caetano, Auxiliar da Corregedoria e Roberto Dala Barba Filho, Presidente da Amatra IX.

ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** do advogado LUIZ ANTÔNIO ABAGGE, reclamado ITAÚ UNIBANCO S.A. e dos *amici curiae* BANCO DO BRASIL S.A., PULLMANTUR CRUISES SHIP MANAGEMENT LTDA., PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA., ROYAL CARIBBEAN CRUISES LTDA. e ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. No mérito, por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos Desembargadores Benedito Xavier da Silva, Edmilson Antonio de Lima, Neide Alves dos Santos e Rosemarie Diedrichs Pimpão, **ACOLHER EM PARTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** apenas para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

Intimem-se.

Curitiba, 27 de setembro de 2021.

RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA
Desembargador Relator